

BOLETIM MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

CIÊNCIAS HUMANAS

v. 14 n. 3 setembro/dezembro de 2019



Partículas

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi

Ciências Humanas



v. 14, n. 3
setembro-dezembro 2019



IMAGEM DA CAPA

Casa xinguana de capim sapê coberta com partículas de água da chuva. Aldeia Piyulaga, outubro de 2014.

Foto: Carlos Abs da Cruz Bianchi.

BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. CIÊNCIAS HUMANAS (ISSN 2178-2547)

O Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia foi criado por Emílio Goeldi e o primeiro fascículo surgiu em 1894. O atual Boletim é sucedâneo daquele.

The Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia was created by Emílio Goeldi, and the first number was issued in 1894. The present one is the successor to this publication.

EDITORA CIENTÍFICA

Jimena Felipe Beltrão

EDITORES ASSOCIADOS

Ana Vilacy Galúcio - Museu Paraense Emílio Goeldi - Linguística

Claudia López - Museu Paraense Emílio Goeldi - Antropologia

Cristiana Barreto - Museu de Arqueologia e Etnologia - Universidade de São Paulo - Arqueologia

Flávia de Castro Alves - Universidade de Brasília - Linguística

Henry Salgado Ruiz - Pontificia Universidad Javeriana - Sociologia

Hein van der Voort - Museu Paraense Emílio Goeldi - Linguística

Jorge Eremites de Oliveira - Universidade Federal de Pelotas - Antropologia

Lúcia Hussak van Velthem - Museu Paraense Emílio Goeldi - Antropologia

Márcio Couto - Universidade Federal do Pará - História

Marília Xavier Cury - Universidade de São Paulo - Museologia

Márlia Coelho Ferreira - Museu Paraense Emílio Goeldi - Etnobotânica

Martijn van den Bel - Universiteit Leiden - Arqueologia

Mily Crevels - Universiteit Leiden - Linguística

Priscila Faulhaber Barbosa - Museu de Astronomia e Ciências Afins - Antropologia

Richard Pace - Middle Tennessee State University - Antropologia

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Ângela Domingues - Instituto de Investigação Científica Tropical - Lisboa - Portugal

Bruna Franchetto - Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro - Brasil

Eduardo Brondizio - Indiana University - Bloomington - USA

Eduardo Góes Neves - Museu de Arqueologia e Etnologia - Universidade de São Paulo - São Paulo - Brasil

Gustavo Politis - Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires - Tandil - Argentina

Janet Marion Chernela - University of Maryland - Maryland - USA

Klaus Zimmermann - Universidade de Bremen - Bremen - Alemanha

Marcos Chor Maio - Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ - Rio de Janeiro - Brasil

Maria Filomena Spatti Sândalo - Universidade Estadual de Campinas - Campinas - Brasil

Michael J. Heckenberger - University of Florida - Gainesville - USA

Michael Kraus - Universidade de Bonn - Bonn - Alemanha

Neil Safier - The John Carter Brown Library - Providence - USA

Nora C. England - University of Texas at Austin - Austin - USA

Rui Sérgio S. Murrieta - Universidade de São Paulo - São Paulo - Brasil

Tânia Andrade Lima - Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro - Brasil

Walter Neves - Universidade de São Paulo - São Paulo - Brasil

William Balée - Tulane University - Louisiana - USA

NÚCLEO EDITORIAL

Normatização - Arlene Lopes, Rafaela Lima e Taise da Cruz Silva

Revisão ortográfica - Rafaela Lima

Editores, versão eletrônica e capa deste número - Talita do Vale

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Museu Paraense Emílio Goeldi

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi

Ciências Humanas



ISSN 2178-2547

Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi	Cienc. Hum.	Belém	v. 14	n. 3	p. 717-1070	setembro-dezembro 2019

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

Museu Paraense Emílio Goeldi

Núcleo Editorial - Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi

Av. Perimetral, 1901

Terra Firme – CEP 66077-830

Belém - PA - Brasil

Telefone: 55-91-3075-6186

E-mail: boletim.humanas@museu-goeldi.br

ACESSO EM:

<http://editora.museu-goeldi.br/humanas>

<http://www.scielo.br/bgoeldi>

http://issuu.com/bgoeldi_ch

SUBMISSÃO DE TRABALHOS:

<https://mc04.manuscriptcentral.com/bgoeldi-scielo>

AQUISIÇÃO:

Permuta: mgdoc@museu-goeldi.br

Venda: livraria@museu-goeldi.br

INDEXADORES

AIO - Anthropological Index Online

Anthropological Literature

CLASE - Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades

DOAJ - Directory of Open Access Journals

IBSS - International Bibliography of the Social Sciences

LATINDEX - Sistema Regional de Información en Línea para

Redalyc - Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe,
España y Portugal

SciELO - Scientific Electronic Library Online

SCOPUS

Não é permitida a reprodução parcial ou total de artigos ou notas publicadas, sob nenhuma forma ou técnica, sem a prévia autorização do editor. Ficam isentas as cópias para uso pessoal e interno, desde que não destinadas a fins promocionais ou comerciais. As opiniões e considerações emitidas nos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, e não refletem necessariamente a posição dos editores ou da instituição responsável pela publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação CIP

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 2019. – Belém: MPEG, 2019. v. 14, n. 3, v. il.

Semestral: 1984-2002

Interrompida: 2003-2004

Quadrimestral a partir do v. 1, 2005.

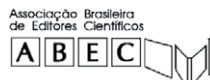
Títulos Anteriores: Boletim Museu Paraense de História Natural e Ethnographia 1894-98; Boletim Museu Paraense de História Natural e Ethnographia (Museu Goeldi) 1902; Boletim do Museu Goeldi (Museu Paraense) de História Natural e Ethnographia 1906-1914; Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi de História Natural e Etnografia 1933; Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Antropologia 1949-2002; Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Ciências Humanas, em 2005. A partir de 2006, Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas.

ISSN 2178-2547

1. Linguística. 2. Antropologia. 3. Arqueologia. 4. Museologia. 5. História. I. Museu Paraense Emílio Goeldi.

CDD-21ª.ed. 300

© Direitos de Cópia/Copyright 2019 por/by MCTIC/Museu Goeldi



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES



Para alimentar de conhecimento a sociedade

Com a meta de edições publicadas cumprida, encerramos mais um ano de atividades de comunicação científica, momento em que comemoramos os 125 anos do *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* e também o ano internacional das línguas indígenas, oportunamente quando publicamos dois dossiês de Linguística. Esta edição traz um desses dossiês, o qual é dedicado a partículas, sendo organizado por Marina Maria Silva Magalhães, da Universidade de Brasília, e Léia de Jesus Silva, da Universidade Federal de Goiás. Ciência e cultura se apresentam nas páginas da revista, que atende a uma função precípua à vida humana: a de compartilhar conhecimento para atingirmos uma sociedade justa e sustentável.

É ao universo de línguas de povos indígenas e ao conhecimento que delas emana que os nove artigos publicados na forma do dossiê “Partículas” se dedicam. A coletânea oferece e analisa uma amostra do que é frequentemente relegado a uma categoria heterogênea e inconsistente de partículas. Em geral, na Linguística, a classe de palavras chamada partículas tende a ser um depósito de itens que não se conformam claramente às características de qualquer outra classe de palavras possivelmente distinguível nas línguas, como a de verbos, a de substantivos, a de adjetivos etc. Porém, uma definição morfosintaticamente adequada de aceitação geral do conceito de partícula não existe (ainda) nas ciências da linguagem. O presente dossiê objetiva colocar essa lacuna na pauta da pesquisa, com a esperança de apontar “[...] o rumo para [um] subsequente inquérito sobre a motivação funcional e as propriedades formais [...]” do conceito de partícula (Magalhães; Silva, 2019, p. 717). Para esse fim, este dossiê aborda aspectos formais e funcionais do que se convencionou denominar de partículas em várias línguas indígenas amazônicas de famílias diversas, a saber, Tupi, Macro-Jê, Guahibo e Tukano, como também uma língua crioula de base portuguesa da ilha Ano Bom, no Golfo da Guiné. Espera-se que esses trabalhos encorajem um maior esforço na comunidade linguística para uma definição positiva, operacional e generalizável de tal conceito.

Ainda nesta edição, há seis artigos. “O debate inesgotável: causas sociais e biológicas do colapso demográfico de populações ameríndias no século XVI” (Waizbort, 2019) trata da demografia e da hecatombe que sobre os povos indígenas se abateu na América colonial; outro versa sobre as relações entre humanos e animais nas atribuições de significados no “[...] universo simbólico [...]” na Reserva Extrativista Mapuá, na ilha do Marajó (Jacinto; Barros, 2019, p. 943), em “Sorte, dinheiro, amor...: o que os ‘animais’ da Amazônia podem fazer por nós, ‘humanos’?”; bem como há uma contribuição sobre a utilização de cachimbos europeus de caulim industrializados e importados para o novo continente, que também se constituem “[...] instrumento de datação de sítios, camadas e feições, mesmo daqueles estratos urbanos extremamente revolvidos” (Hissa, 2019, p. 963), em “O pito (de) holandês: cachimbos arqueológicos de caulim do Recife e de Salvador”.

No campo da Museologia, há duas contribuições: uma sobre o fenômeno de musealização de parques naturais em aspectos como o da espetacularização, mitificação, sustentabilidade e *branding*, em “Musealização da

natureza e *branding parks*: espetacularização, mitificação ou sustentabilidade?”, texto no qual Narloch et al. (2019, p. 981) discutem se é possível “[...] musealizar a natureza ou apenas a paisagem”; a outra é de autoria de Britto e Souza (2019, p. 1003), no artigo “‘Ideias em movimento’: José Augusto Garcez e a reinvenção do folclore no Museu Sergipano de Arte e Tradição (1948)”, no qual analisam a “[...] trajetória do colecionador sergipano José Augusto Garcez (1918-1992) e seus trânsitos na reinvenção do folclore, por meio de exposições museológicas, com destaque para a criação do Museu Sergipano de Arte e Tradição (1948), em Aracaju, Sergipe”.

Do campo das Artes, a edição traz estudo sobre a Academia do Peixe Frito – que reunia intelectuais como os escritores Bruno de Menezes e Dalcídio Jurandir –, desenvolvida sob “[...] ideais de renovação literária e valorização da periferia para refletir sobre questões sociais na Amazônia paraense [...]”, a partir de 1920 (Pereira et al., 2019, p. 1025). Nesta contribuição, os autores analisam a produção literária daqueles expoentes para revelar a capital paraense, Belém, como por eles vista, no artigo “Belém e a Academia do Peixe Frito: fisiognomias em Bruno de Menezes e Dalcídio Jurandir”.

Uma contribuição na seção Memória, com o artigo “Emília Snethlage (1868-1929) e as razões para comemorar seus 150 anos de nascimento”, se reporta à “[...] trajetória da primeira mulher a fazer parte de uma instituição de pesquisa no Brasil: a alemã Emília Snethlage (1868-1929) [...]” (Alberto; Sanjad, 2019, p. 1047), além de contextualizar questões de gênero na ciência da época.

Com um sempre diverso panorama de temas, esperamos os desafios que aguardam a revista já no início de 2020, quando iremos aderir à publicação contínua de contribuições, passaremos a utilizar novo padrão de norma bibliográfica e a discriminar o nível de contribuição de autores em cada item publicado.

Agradecemos aos que colaboram para a produção de conteúdo de qualidade e alimentam de ciência a sociedade. Como votos de energias renovadas, desejamos boa leitura nesse 2019 e em muitos anos por vir!

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Diana; SANJAD, Nelson. Emília Snethlage (1868-1929) e as razões para comemorar seus 150 anos de nascimento. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 3, p. 1047-1070, set./dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000300018>.

BRITTO, Clovis Carvalho; SOUZA, Jean Costa. ‘Ideias em movimento’: José Augusto Garcez e a reinvenção do folclore no Museu Sergipano de Arte e Tradição (1948). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 3, p. 1003-1024, set./dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000300016>.

HISSA, Sarah Barros Viana. O pito (de) holandês: cachimbos arqueológicos de caulim do Recife e de Salvador. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 3, p. 963-979, set./dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000300014>.

JACINTO, Felipe de Oliveira; BARROS, Flávio Bezerra. Sorte, dinheiro, amor...: o que os ‘animais’ da Amazônia podem fazer por nós, ‘humanos’? **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 3, p. 943-962, set./dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000300013>.

MAGALHÃES, Marina Maria Silva; SILVA, Léia de Jesus. Estudos sobre partículas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 3, p. 717-719, set./dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000300002>.

NARLOCH, Charles; MACHADO, Deusana Maria da Costa; SCHEINER, Teresa. Musealização da natureza e *branding parks*: espetacularização, mitificação ou sustentabilidade? **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 3, p. 981-1001, set./dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000300015>.

PEREIRA, Carla Soares; SILVA, Katia de Souza da; AMIN, Vanda do Socorro Furtado; NUNES, Paulo Jorge Martins. Belém e a Academia do Peixe Frito: fisiognomias em Bruno de Menezes e Dalcídio Jurandir. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 3, p. 1025-1043, set./dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000300017>.

WAIZBORT, Ricardo. O debate inesgotável: causas sociais e biológicas do colapso demográfico de populações ameríndias no século XVI. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 14, n. 3, p. 921-941, set./dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000300012>.

Jimena Felipe Beltrão 

Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, Pará, Brasil
Editora Científica

Hein van der Voort 

Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, Pará, Brasil
Editor Associado

CARTA DA EDITORA
EDITOR'S NOTE

Para alimentar de conhecimento a sociedade

Jimena Felipe Beltrão.....709

DOSSIÊ PARTÍCULAS
DOSSIER PARTICLES

Estudos sobre partículas

Marina Maria Silva Magalhães | Léia de Jesus Silva 717

Partículas em Sikuani
Particles in Sikuani

Francesc Queixalós 721

Partículas em Mundurukú (Tupí)
Particles in Munduruku (Tupian)

Dionei Moreira Gomes 739

O lugar das partículas entre palavras, morfemas e sintagmas em Kubeo
The place of particles among words, morphemes, and phrases in Kubeo

Thiago Costa Chacon 767

A partícula ‘**tá**(~**matá**)’ na estrutura oracional da língua guajá
The particle ‘**tá**(~**matá**)’ in the clause structure of Guajá

Heloisa Lima Salles 791

The particle ‘**ke**’ as a differential object and subject marker in Ka’apor
A partícula ‘**ke**’ como estratégia de marcação diferencial de sujeito e objeto em Ka’apor

Fábio Bonfim Duarte 805

Partículas de Final de Sentença (PFS): uma análise cartográfica por fases sobre o sistema da língua Tenetehára
Sentence-Final Particles (SFPs): a cartographic analysis by phases on the Tenetehára language system

Quesler Fagundes Camargos | Ricardo Campos Castro | Aquiles Tescari Neto 827

Partícula interrogativa e *pitch-accent* frasal nas perguntas polares em fa d'Ambô
Interrogative particle and phrasal pitch-accent in polar questions in Fa d'Ambô
Ana Livia Agostinho | Gabriel Antunes de Araujo | Eduardo Ferreira dos Santos 857

Partículas em Rikbaktsa
Particles in Rikbaktsa
Léia de Jesus Silva 873

A gramaticalização de verbos em partículas na língua Guajá e sua relação com a omnipredicatividade
The grammaticalization of verbs in particles in the Guajá language and its relation to omnipredicativity
Marina Maria Silva Magalhães 897

ARTIGOS
ARTICLES

O debate inesgotável: causas sociais e biológicas do colapso demográfico de populações ameríndias no século XVI
The inexhaustible debate: social and biological causes of the demographic collapse of Amerindian populations in the sixteenth century
Ricardo Waizbort 921

Sorte, dinheiro, amor...: o que os ‘animais’ da Amazônia podem fazer por nós, ‘humanos’?
Luck, money, love...: what can the ‘animals’ of the Amazon do for us ‘humans’?
Felipe de Oliveira Jacinto | Flávio Bezerra Barros 943

O pito (de) holandês: cachimbos arqueológicos de caulim do Recife e de Salvador
The Dutch tobacco pipe: archaeological clay pipes from Recife and Salvador
Sarah Barros Viana Hissa 963

Musealização da natureza e *branding parks*: espetacularização, mitificação ou sustentabilidade?
Musealization of nature and branding parks: spectacularization, mythification, or sustainability?
Charles Narloch | Deusana Maria da Costa Machado | Teresa Scheiner 981

‘Ideias em movimento’: José Augusto Garcez e a reinvenção do folclore no Museu Sergipano de Arte e Tradição (1948)
*‘Ideas in motion’: José Augusto Garcez and the reinvention of folklore in the *Museu Sergipano de Arte e Tradição* (1948)*
Clovis Carvalho Britto | Jean Costa Souza 1003

Belém e a Academia do Peixe Frito: fisiognomias em Bruno de Menezes e Dalcídio Jurandir

Belém and the Fried Fish Academy: physiognomies in Bruno de Menezes and Dalcídio Jurandir

Carla Soares Pereira | Katia de Souza da Silva | Vanda do Socorro Furtado Amin | Paulo Jorge Martins Nunes 1025

MEMÓRIA

MEMORY

Emília Snethlage (1868-1929) e as razões para comemorar seus 150 anos de nascimento

Emilia Snethlage (1868-1929) and the reasons for celebrating 150 years since her birth

Diana Alberto | Nelson Sanjad..... 1047

A black and white photograph of a wooden surface, possibly a table or floor, with numerous water droplets scattered across it. The wood grain is visible, running diagonally from the top left to the bottom right. The droplets are of various sizes and are more concentrated in the upper left and lower right areas, with fewer in the center. The lighting creates highlights on the droplets and the wood grain.

DOSSIÊ PARTÍCULAS

Estudos sobre partículas

Marina Maria Silva Magalhães 

Universidade de Brasília. *Campus Darcy Ribeiro*. Brasília, Distrito Federal, Brasil

Léia de Jesus Silva^{I, II} 

^IUniversidade Federal de Goiás. Goiás, Goiânia, Brasil

^{II}Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Na introdução do dossiê "Partículas", reproduzimos o texto motivador da chamada para participação no evento Partículas, que aconteceu na Universidade de Brasília em dezembro de 2013, de autoria do Dr. Francesc Queixalós. A publicação do referido texto¹ contribui para a reflexão sobre a importância de aprofundamento dos estudos sobre essa classe de palavras.

Raras são as descrições de línguas que prescindem da noção de partícula. Mais raras ainda são aquelas que fornecem uma definição da categoria que não seja ou enumerativa ('os morfemas x, y, z') ou negativa ('aquilo que não coube em nenhuma das classes identificadas até aqui'). As abordagens mais teóricas não se saem muito melhor. As partículas têm merecido uma atenção bem menor do que outra noção problemática, a de clítico. E quando a mereceram, algumas foram assimiladas à categoria dos clíticos, outras a subclasses de subclasses de classes mais convencionais de palavras (o *to* do infinitivo inglês seria o único componente de uma dessas sub- sub- subclasses). Resultado: as partículas têm pouca ou nenhuma existência como ente sintático-tipológico, porém, fenômenos gramaticais continuam sendo estudados, qualquer que seja o referencial teórico, em termos de partículas.

Devemos nos perguntar se sua inconsistência formal e sua heterogeneidade funcional decorrem de uma propriedade inerente à morfossintaxe em si – ela detém regiões mais ou menos desprovidas de estrutura (a princípio, o próprio do léxico) – ou se tal situação é simplesmente fruto da incúria dos linguistas ao se depararem com os dados concretos das línguas particulares. Se for esse o caso, não podemos deixar de lembrar o desafio que encarou nos anos setenta E. Keenan acerca do sujeito (Keenan, 1976). É sabido que aquele celebrado artigo não cumpriu com o que o título prometia, pois nele simplesmente respondia-se à pergunta: o que os linguistas costumam chamar de sujeito? Mas não há dúvida de que sua proposta de inventário racionalizado e classificado apontou o rumo para o subseqüente inquérito sobre a motivação funcional e as propriedades formais do sujeito.

Transposta às partículas, a empreitada de Keenan (1976) enumeraria 1) traços formais não definitórios (não exclusivos da categoria), como: acentuado, fonologicamente leve, relativamente livre, invariável, de classe fechada, com

¹ Retirado do e-mail de divulgação do evento, disponível em Alves (2013).



distribuição sintagmática peculiar (Wackernagel, 2009), e 2) conteúdos funcionais, tais como: estrutura informacional (foco, tópico, definitude, delimitação dos referentes), arquitetura discursiva (conexões, discurso direto/índireto), polaridade, modalidade, aspecto, tempo, fonte da informação, atos de fala (asserção, injunção, exclamação, pergunta, chamada), expressão honorífica, dêixis, classificação nominal, dependência (caso, subordinação), até 3) dicas heurísticas – muito presentes na literatura –: há partícula quando é árduo dizer se é clítico ou palavra; é difícil identificar sua função (como o *doch* do alemão); falta metalinguagem para a forma ou a função; seu conteúdo depende em alto grau do contexto discursivo; parece advérbio, só que com significado gramatical.

Dessa maneira, justifica-se a importância de um dossiê como este, com o objetivo específico de proporcionar uma reflexão sobre tema de tamanha relevância para os estudos sobre as línguas do mundo, apesar de ainda muito pouco discutido.

A realização do já citado evento denominado “Partículas” pelo Núcleo de Tipologia Linguística (NTL), em 2013, na Universidade de Brasília, contribuiu com o debate científico entre pesquisadores ligados a diferentes instituições de pesquisa e universidades brasileiras e é a fonte principal dos artigos deste dossiê (Congresso Internacional sobre Partículas, 2013). Também se juntaram a nós, nesta edição, pesquisadores que não participaram do evento, mas que manifestaram interesse em aprofundar a discussão.

As contribuições aqui presentes se firmam em sistemas gramaticais particulares, especialmente aqueles exibidos por línguas pouco estudadas, línguas estas que, por serem menos sujeitas ao peso das tradições de análise, favorecem a renovação dos quadros de observação. Os artigos apresentam propostas de caracterização das partículas não apenas operacionais no bojo de uma língua individual, mas também generalizáveis interlinguisticamente, num esforço comum de explicitação, aprofundamento e classificação das funções semânticas e pragmáticas das partículas.

O artigo de Francesc Queixalós contribui para a validação da noção tipológica de partícula por proporcionar análise exaustiva de um grupo particular de morfemas da língua Sikuni (Guahibo), no intuito de demonstrar sua consistência em termos de classe, sua função tipicamente gramatical e sua caracterização em termos de protótipo.

Em seu artigo, Dionei Moreira Gomes situa cuidadosamente a descrição que faz das partículas em Mundurucu (Tupí) na literatura sobre o tema, analisando parte delas como clíticos, e assumindo que as partículas constituem uma classe de palavras invariáveis. Ao descrever a semântica das partículas, sua distribuição na sentença e a motivação para esta distribuição, sua conclusão é a de que esta classe é formada por itens funcionais que expressam noções discursivo-pragmáticas.

Thiago Costa Chacon, por sua vez, a partir de critérios formais e funcionais, discute as noções de palavra, morfema e sintagma em Kubeo (Tukano Oriental), a fim de definir as propriedades das partículas nesta língua do ponto de vista formal e funcional, apontando, inclusive, características compartilhadas por esta classe com outras, como a das interjeições, por exemplo, sem deixar de explicar também o que as distingue. As propriedades das partículas cuidadosamente apresentadas e discutidas no texto apontam para a análise delas como uma classe de morfemas, ao lado de outras classes, como nomes, verbos e interjeições.

Heloisa Lima Salles, num artigo que dialoga com o texto de Marina Maria Silva Magalhães por tratar da mesma língua e, em parte, do mesmo objeto de análise, e com o artigo de Quesler Fagundes Camargos, Ricardo Campos Castro e Aquiles Tescari Neto, por utilizar, também em parte, o mesmo referencial teórico, propõe uma análise da partícula *tá*(~*matá*) da língua Guajá (Tupí-Guaraní), apresentando evidências e descrevendo os passos do processo de gramaticalização de uma categoria lexical verbal transitiva reanalisada estruturalmente como uma categoria funcional de Tempo (T) na estrutura oracional.

Fábio Bonfim Duarte explora, em seu artigo, a multifuncionalidade da partícula **ke** da língua Ka'apor (Tupí-Guarani), orientada semanticamente para marcar definitude e animacidade em argumentos com função de objeto e afetação em argumentos com função de sujeito de verbos inergativos e transitivos, concluindo tratar-se de uma marcação de Caso inerente correspondente ao Caso dativo. Apresenta argumentos consistentes e internos à língua estudada para definir **ke** como parte de uma classe de partículas de Caso, que difere de outras classes de palavras e dos afixos.

Combinando harmoniosamente duas correntes da Teoria de Princípios e Parâmetros, Quesler Fagundes Camargos, Ricardo Campos Castro e Aquiles Tescari Neto apresentam, em seu artigo, a análise do que denominam Partículas de Final de Sentença (PFS) em Tenetehára (Tupí-Guarani), um subconjunto de partículas formadas por itens que ocorrem em posição sintática rígida em final de sentença, propondo que seu ordenamento resulta da derivação, por movimentos sintáticos, a partir de uma única estrutura de base.

Ana Livia Agostinho, Gabriel Antunes de Araujo e Eduardo Ferreira dos Santos apresentam a partícula interrogativa **a** da língua crioula fa d'Ambô (Guiné Equatorial), associada a uma entonação decrescente, como uma das estratégias de interrogação existentes na língua e que revela uma interface fonologia-sintaxe. Uma importante contribuição desse artigo está relacionada ao fato de essa partícula não ter sido documentada em trabalhos anteriores sobre a língua, e de os autores apontarem para a sua existência já no protocrioulo do Golfo da Guiné, uma vez que ela pode ser identificada também em outras línguas crioulas da região.

Léia de Jesus Silva apresenta as propriedades que caracterizam as partículas como uma classe de palavras em Rikbaktsa (Macro-Jê), descrevendo sua forma, função e distribuição e apresentando evidências para a distinção entre essa classe e os clíticos na língua. A autora propõe que algumas partículas podem variar em gênero e número, têm escopo sobre a proposição ou sobre constituintes específicos, têm função pragmática e, ao contrário das demais classes, que têm a propriedade de predicar (as partículas não predicam, porém, podem instituir uma oração independente).

As partículas direcionais, posicionais e de aspecto projetivo da língua Guajá (Tupí-Guarani) são o foco do artigo de Marina Maria Silva Magalhães, que apresenta uma caracterização formal e funcional da classe das partículas, diferenciando-a das demais classes de palavras da língua, e atribuindo sua origem a distintos processos de gramaticalização a partir de verbos plenos.

O conjunto de artigos que compõem este dossiê representa uma reflexão coletiva que vai desde a observação da multifacetada realidade empírica – que encerra a diversidade das línguas – ao trabalho de organizar um inventário e sistematizar nosso conhecimento acerca dos aspectos formal e funcional daquilo que vem sendo chamado de partículas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Flávia de Castro. [Correspondência]. Encontro Partículas. [S. l.]: 24 jun. 2013. E-mail. Disponível em: <https://linguistlist.org/issues/24/24-2558.html>. Acesso em: 5 nov. 2019.

CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE PARTÍCULAS, 2013, Brasília. **Resumos** [...]. Brasília: Núcleo de Tipologia Linguística, 2013.

KEENAN, Edward. Towards a universal definition of "subject". In: LI, Charles N. (ed.). **Subject and Topic**. Nova Iorque: Academic Press, 1976. p. 303-333.

WACKERNAGEL, Jacob. **Lectures on syntax**: with special reference to Greek, Latin, and Germanic. Editado por David Langslow. New York: Oxford University Press, 2009.

Partículas em Sikuani Particles in Sikuani

Francesc Queixalós 

Centre National de la Recherche Scientifique. Villejuif, Paris, França

Resumo: Este artigo analisa um grupo particular de morfemas da língua Sikuani (Guahibo), no intuito de demonstrar que: 1) no nível da forma, o grupo tem propriedades de classe; 2) no nível funcional, ele possui correlatos semânticos e pragmáticos tipicamente gramaticais; e 3) ele é certamente passível de uma caracterização em termos de protótipo. A análise é levada a cabo almejando níveis apreciáveis de explicitação e exaustividade, incluindo uma primeira identificação das classes de morfemas da língua, o inventário ilustrado dos morfemas que são objeto deste estudo, uma segunda identificação das classes de morfemas da língua e a síntese dos resultados. O conjunto de considerações feitas ao longo do artigo pretende contribuir para a validação da – reiteradamente questionada – noção tipológica de 'partícula'.

Palavras-chave: Sikuani (Guahibo). Tipologia. Morfossintaxe. Partículas.

Abstract: This work analyzes a specific group of morphemes in the Sikuani language (Guahibo) to show that (1) at the form level, the group displays class properties; (2) at the function level, it has semantic and pragmatic correlates that are typically grammatical; and (3) it clearly can be characterized in terms of prototypicality. In this analysis we pursue explicitness and exhaustivity, conducting a first-pass identification of the morpheme classes, inventorying the morphemes in question and providing corresponding examples, conducting a second and more detailed identification of the morpheme classes, and finally summarizing the results. Together, the findings can contribute to the frequently questioned typological notion of a 'particle.'

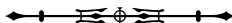
Keywords: Sikuani (Guahibo). Typology. Morphosyntax. Particles.

QUEIXALÓS, Francesc. Partículas em Sikuani. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 14, n. 3, p. 721-737, set.-dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000300003>.

Autor para correspondência: Francesc Queixalós. Centre National de la Recherche Scientifique. 7 rue Guy Môquet. Villejuif, Paris, França. CEP 94800 (qxls@tinet.cat; qxls@vjf.cnrs.fr).

Recebido em 25/04/2019

Aprovado em 23/09/2019



INTRODUÇÃO

In the physical sciences, a particle [...] is a small localized object to which can be ascribed several physical or chemical properties [...] (Wikipedia Contributors, 2019).

Sabemos o quão heterogêneo chega a ser o conjunto de propriedades atribuídas à noção de 'partícula' pelos autores seja na hora de descrever uma língua particular seja no momento de produzir definições válidas translinguisticamente. Uma consequência dessa situação é o duplo impasse a que podem conduzir 1) a generalização de uma categoria originalmente elaborada para uma única língua; e 2) a implementação em uma língua particular de uma definição gerada com pretensões universais.

Com dados do Sikuani – profuso inventário de 'partículas', profusas funções envolvidas pela categoria, profusos correlatos semânticos e/ou pragmáticos de uma determinada 'partícula' –, esta contribuição tenciona submeter uma proposta que leva em conta a noção de prototipicidade e que, concomitantemente, avoca uma terceira via entre as pretensões universalistas das definições categoriais *a priori* e o enfraquecimento dos instrumentos da tipologia como resultado da sobrevalorização das definições aduzidas nas descrições das línguas particulares.

A língua Sikuani é falada na área de savana, ao oeste do médio Orenoco e em algumas regiões circundantes (floresta a leste e sul). A população é estimada em 25.000 pessoas, com domínio desigual da língua. Esta língua pertence à pequena família Guahibo.

PERFIL TIPOLÓGICO

Trata-se de uma língua aglutinante, com características de polissíntese, principalmente: afixos pronominais nos verbos, incorporação nominal, constituinte relativamente fraca e moderada hierarquização sintática dos argumentos.

As classes de palavras com conteúdo léxico são verbos, nomes, adjetivos e advérbios. Os nomes são sensíveis às categorias de número, gênero, classe e pessoa. Sintagmas verbais, nominais e adposicionais apresentam seu núcleo à direita. O sintagma nominal hospeda determinantes, modificadores e, no caso dos núcleos nominais divalentes ('inalienáveis'), um argumento interno¹. A valência dos verbos é de um a três argumentos, que se realizam como sintagmas nominais desprovidos de marcas de caso, assim como na morfologia verbal, com a limitação de o verbo não poder expressar mais de dois argumentos. A terceira pessoa é zero na morfologia verbal, mas tem substância fonológica nos nomes. Estes ocupam a posição de predicado de modo natural, sem precisar de cópula.

As categorias de tempo, aspecto, modalidade e fonte da informação codificam-se através da morfologia verbal, dos auxiliares e dos morfemas estudados neste artigo.

As orações verbais básicas alinham o argumento único de verbos monovalentes com o argumento que expressa o agente em verbos divalentes; já com verbos trivalentes, é o argumento que remete ao destinatário com o argumento não agente dos verbos divalentes. Isso se faz visível na codificação dos argumentos via afixos verbais e – parcialmente – na ordem de constituintes. Não é raro que o sintagma nominal acusativo, primariamente pré-verbal, se desloque para a posição pós-verbal. Em condições pragmáticas favoráveis, os sintagmas nominais se elidem com relativa facilidade.

As mudanças de valência geram passiva, reflexivo-recíproco, incorporação, "antidativo", causativa e aplicativa.

¹ A noção de valência nominal deriva em linha reta da noção de nomes como expressões predicativas em Frege (1891 [1997]), assim como, entre outros, em Benveniste (1966 [1960]) e Bach (1968). Para mais detalhes e argumentação, veja Queixalós (2005, 2017) e Queixalós e Gomes (2017).

Há bases, embora tênues, para identificar a existência de hierarquias de índole sintática entre os argumentos, gerando as relações gramaticais sujeito, objeto direto e objeto indireto.

A hierarquização de orações advém mediante subordinação de orações finitas (relativas, adverbiais) ou nominalização (completivas, algumas adverbiais)².

CLASSES DE MORFEMAS

Em uma primeira aproximação, as classes de morfemas do Sikuani são lexemas de verbo, nome, adjetivo, advérbio, mais pronomes, posposições, clíticos e afixos. Igualmente em primeira aproximação, os traços formais básicos que distinguem essas classes podem ser representados na forma do Quadro 1.

Quadro 1. Traços formais básicos que distinguem as classes de morfemas.

	Lexema de verbo	Lexema de nome	Lexema de adjetivo	Lexema de advérbio	Pronome	Posposição	Clítico	Afixo
Acento	+	+	+	+	+	+	-	-
Classe fechada	-	-	-	-	+	+	+	+
Invariável	-	-	-	+	-	-	+	+
Núcleo	+	+	-	-	-	+	-	-
Autonomia	- ³	+	-	+	+	+	-	-

A seguir, explicitam-se algumas noções presentes no Quadro 1:

(a) Acento: o morfema vem do léxico provido de um acento⁴.

(b) Autonomia: o morfema por si só pode conformar um constituinte suboracional⁵, o que lhe outorga um grau apreciável de liberdade de posicionamento na oração.

A combinação de acento e autonomia fundamentam a unidade 'palavra'.

Nomes – *unu* 'floresta' –, advérbios – *tahü* 'longe' –, pronomes – *xamü*, 2^{SINGULAR} – e posposições – *nehewa*, PRIVATIVO – são palavras, assim como a subclasse de lexemas que geram verbos defectivos – *barüya* 'estar alegre'.

Adjetivos – *peruhu*- 'velho' –, clíticos – *=he*, MIRATIVO – e afixos – *-to*, SINGULATIVO – não são palavras. Tampouco a subclasse de lexemas geradores de verbos próprios – *pitsa*- 'sair'.

(c) Classe fechada: o morfema pertence a um inventário de elementos associado a uma estrutura de grupo, ou seja: acrescentar/subtrair um membro à/da classe – por exemplo na diacronia – mudaria a estrutura do todo.

Pronomes, posposições, clíticos e afixos são de classe fechada. Morfemas adjetivais – embora seu inventário não ultrapasse uma quinzena de itens –, verbais, nominais e adverbiais são de classe aberta.

(d) Invariável: o morfema institui uma palavra que não se flexiona em nenhum entorno gramatical.

Palavras instituídas por morfemas adverbiais – com algumas idiossincrasias –, assim como clíticos e afixos, são invariáveis.

Palavras instituídas por morfemas verbais, nominais, adjetivais, assim como pronomes e posposições, recebem flexão em alguns ou todos seus entornos gramaticais.

² Mais informação gramatical sobre essa língua em <http://xls.free.fr/QxlsProf/publ.htm>.

³ A subclasse maioritária.

⁴ O acento é distintivo. E sua posição está sujeita à variação, dependendo do entorno gramatical.

⁵ Um 'constituinte imediato' da oração.

(e) Núcleo: o morfema institui uma palavra que domina sintagmas complexos – isto é, com mais de uma palavra. Palavras verbais, nominais e posposicionais são núcleos nesse sentido.

Traços adicionais que permitem discriminar, no Quadro 1, entre classes de matriz idêntica ou quase idêntica são:

- As palavras nominais podem ocupar a posição de argumento sem morfologia adicional; as verbais precisam de morfologia para ocupar esta posição (nominalização);
- Os afixos apresentam alta seletividade quanto a seu hóspede fonológico; os clíticos têm baixa seletividade.

Outrossim, a língua possui uma classe de morfemas que chamarei temporariamente de Ivan Ivanovitch⁶ (doravante I.I.), omitida no Quadro 1, com quase os mesmos traços que os pronomes: acento, autonomia, classe fechada e não núcleo. Mas, à diferença dos pronomes, essa classe responde positivamente ao traço de invariabilidade. Expressa funções claramente gramaticais, ora pragmáticas ora semânticas, tais como: aspecto, modalidade, fonte da informação, estrutura informacional, força assertiva, dependência oracional, coerência discursiva. Eis, no Quadro 2, a lista de morfemas I.I., organizada por tipos de funções:

Quadro 2. Lista de morfemas I.I., organizada por tipos de funções.

Aspecto	<i>baha</i>
Modalidade	<i>tsipae</i>
	<i>penetha</i>
	<i>tsaha</i>
	<i>metha</i>
	<i>saya</i>
	<i>hema</i>
	<i>hane</i>
	<i>pikani</i>
	<i>bihi</i>
Fonte da informação	<i>pina</i>
	<i>raetha</i>
	<i>humia</i>
	<i>kowü</i>
Estrutura informacional	<i>tsaena</i>
	<i>baitsi</i>
Força assertiva	<i>raha</i>
	<i>mahe</i>
	<i>piha</i>
Dependência oracional	<i>pakuhinae</i>
Coerência discursiva	<i>nexatha</i>
	<i>nua</i>

⁶ Em recordação a Roman Jakobson.

Penetha: dado um estado de coisas, a maneira de existir é óbvia, natural, sem obstáculo.

- (4) *itsa=dehawanü tsipae penetha koikoihanü tsipae dehahume*
 CONCOMITÂNCIA=HomemPiapoco POTENCIAL NORMALIDADE EuFalo POTENCIAL LínguaPiapoco
 'Eu sendo Piapoco, claro que falaria Piapoco.'

Tsaha: a presunção do falante a respeito da maneira de existir é confirmada.

- (5) *Ahaa! Amoho tsaha Kuwainü! hai pina Pumeniruwa.*
 EXCLAMAÇÃO TeuCunhado CONFIRMAÇÃO Kuwainü disse REPORTATIVO Pumeniruwa
 'Tá certo! Então teu cunhado é mesmo Kuwai, disse Pumeniruwa.'

Metha: grau moderado de incerteza.

- (6) *kulima baitsi piapaera, baha¹⁰ metha beyalaki*
 Kulima SOBRETEMATIZADOR bebida TRASPASSO DUBITATIVO ComoCaçumaDeMandioca
 'Kulima, trata-se de uma bebida, tipo caçuma de mandioca, acho.'

Saya: a maneira de existir tem pouco sentido, fundamento, tal como demonstrado no exemplo (7).

Hema: a maneira de existir é desprovida de importância, tal como em (7).

- (7) *tahuyapihinü raha nebihiatane, Hema saya nebihiatane*
 IrmãoMaisVelho ASSERTIVO1 EleMeRepreende SEMIMPORTÂNCIA SEMMOTIVO EleMeRepreende
 'Meu irmão mais velho me repreendeu, ele me repreendeu à toa, e daí?!'

Hane: o falante é moderadamente afetado.

- (8) *hane taxa aponekopatsi*
 FALANTEAFETADO MeuPai EleNãoMeAutoriza
 'Pena que meu pai não me deu permissão.'

Pikani: as expectativas do falante não se realizaram.

- (9) *baharaxua yaniwa batakahai pikani*
 isso PREVENTIVO EuTeDisselterativamente FRUSTRATIVO
 'Eu te avisei contra isso uma e outra vez, em vão.'

¹⁰ Sobre as acepções não aspectuais de **baha**, veja a seção "Aspecto".

Bihi: a maneira de existir advém apesar das expectativas contrárias. O contexto em que se insere o dado abaixo é o da raposa tentando introduzir seu pênis em todos os orifícios do corpo da menina, sem resultado; quando vai desistir (ela não deve ser mulher), acha...

- (10) *petiriwamü* *bihi*
 TuEsMulher CONTRAEXPECTATIVA
 'Porém, tu és mulher sim.'

FONTE DA INFORMAÇÃO

Pina: a fonte da informação é o discurso de outrem.

- (11) *Pumeniruha* *pina* *bitso* *pexaniawa*
Pumeniruha REPORTATIVO muito BelaMulher
 ‘Pumeniruha era uma mulher muito bela, contam.’

Raetha: o falante faz uma conjectura.

- (12) *xamũ* *raetha* *nepūnakotokaewame...*
 2SINGULAR CONJECTURA TuMeSegues
 'Aposto que és tu quem me segue...'

... <i>xamü</i>	<i>raha</i>	<i>pihinia</i>	<i>merawi</i>	<i>ponaponabiabame</i>
2SINGULAR	ASSERTIVO ¹	também	noite	TuCostumasCaminhar
'...pois tu também andas de noite.'				

Humia: o falante dispõe de indícios auditivos. A partir de *hume*, nome para 'estímulo auditivo', sufixado por *-ya*, ZONA INTERNA. O fragmento em (13) é motivado por um rumor cósmico.

- (13) *tamomonüyo metha baha humia netonawiata mahe*
 MeuNetinho DUBITATIVO TRASPASSO INDÍCIOAUDITIVO EleVoltaParaMim ASSERTIVO2
 'Meu netinho já deve ter voltado para mim, pelo que ouço.'

Kowü: o falante dispõe de indícios sensoriais não auditivos. Lexicalmente, *kowü* é um nome e significa ‘rastro’. O exemplo (14) ilustra uma fala proferida quando as pessoas perceberam o cheiro bom saindo da boca de Iupará.

- (14) *dunusi tsaena kowũ wamo xane*
 abacaxi FOCO INDÍCIONÃOAUDITIVO NossoAvô EleOCome
 'Pelo visto o que nosso avô comeu é abacaxi.'

Kowü como partícula tem, obviamente, uma distribuição diferente do nome *kowü* 'rastro'. Já a distribuição de *humia* não é discernível do seu étimo *hume-ya* 'no som, na palavra, na língua', expressão adverbial também pronunciada como *humia*.

ESTRUTURA INFORMACIONAL

Tsaena: um dos participantes, ou uma circunstância, ou a própria maneira de existir, é selecionado entre uma série de concorrentes potenciais no universo discursivo criado (foco constrativo), como no exemplo (14).

Baitsi: um dos constituintes presentes na oração é promovido a – ou reforçado como – bloco de máxima informação (rematização ou sobrerrematização). Em se tratando de um sintagma nominal, serve também para introduzir de maneira enfática um novo participante (sobretematização).

- (15) *piayainü* *baitsi* *kakanamuxusita*
monstro SOBRETEMATIZADOR EleTeEstrupou
'O monstro, ele te estuprou.'

FORÇA ASSERTIVA

Raha: reforça a asserção em grau moderado.

- (16) *baharapahumatabükuenia* *raha* *tahamonae* *hinawonopa*
DesseJeito ASSERTIVO1 MinhaFamília ElesVivem
'Pois é, minha família vivia desse jeito.'

Mahe: reforça a asserção retrospectivamente.

- (17) *Kutsikutsi* *baha* *hunatabaya* *mahe*
Jupará TRASPASSO EleSobeParaCima ASSERTIVO2
'Jupará tinha subido lá em cima, foi assim mesmo.'

Piha: a asserção é reforçada em grau de expressividade (exclamação) e associada à irritação. O fragmento em (18) se insere no contexto em que, após muita resistência, Jupará confessa que esteve comendo abacaxi na árvore das plantas cultivadas.

- (18) *tamomoxi*, *pexaehawa* *raha* *yanuka* *piha!*
MeusNetinhos comida ASSERTIVO1 EleEstáDentro EXCLAMAÇÃO
'Oh, meus netinhos, lá dentro tem comida sim, ora!'

DEPENDÊNCIA ORACIONAL

Pakuhinae: introduz uma subordinada adverbial de concomitância, 'quando'; ou de condição, 'em caso de que'; ou de sucessividade, 'depois que'. Construído a partir de *pa-*, demonstrativo, e *kuhinae*, posposição 'depois'.

- (19) **pakuhinae** *xanepana* *walapo...*

CONCOMITÂNCIA EleÉBom bebida

'Assim que a bebida ficou pronta...'

...pona baharaponü pematapihiwahawa beria

EleFoi esse IrmãMaisVelha EMTALDIREÇÃO

'...esse foi na casa da irmã mais velha.'

COERÊNCIA DISCURSIVA

Nexatha: lançando mão da concatenação de dois casos, **-nexa**, FINALIDADE, e **-tha**, LOCATIVO, **nexatha** introduz a oração independente que descreve uma maneira de existir subsequente no tempo àquela descrita na oração anterior.

- (20) *Tahawa nitoya. **Nexatha** ponaehitsianü.*

MinhaMulher ElaMeOdeia então EuVouEmbora

'Minha mulher me odeia, então eu vou embora.'

Nua: coordenação.

- (21) *merawia nawiatsiana penakuenebinü, patsiana **nua** peyakinaenü*

amanhã EleVoltará trabalhador EleChegará COORDENAÇÃO escritor

'Amanhã o trabalhador voltará para lá, e o escritor chegará.'

Visto o nível de abstração em que se situa o significado de alguns desses itens, sua análise semântica torna-se difícil devido ao fato de o estudioso não fluente na língua – é o caso do autor – só dispor das ocorrências particulares de cada item¹¹. Assim, a copresença em uma mesma oração de mais de um I.I. (veremos mais adiante o uso prolixo desses morfemas no discurso real) pode suscitar dúvidas sobre a não interseção dos significados ou sua compatibilidade em uma mesma oração. Destarte, enquanto **metha**, DUBITATIVO, não pode ser associado a **raha**, ASSERTIVO¹, no exemplo seguinte, **metha** confere uma tonalidade de dúvida a uma asserção encerrada com um reforço retrospectivo mediante **mahe**, ASSERTIVO², tal como se pode verificar no exemplo (13), renumerado aqui:

- (22) *tamomonüyo **metha** baha humia netonawiata **mahe***

MeuNetinho DUBITATIVO TRASPASSO INDÍCIOAUDITIVO EleVoltaParaMim ASSERTIVO²

'Meu netinho já deve ter voltado para mim, pelo que ouço.'

¹¹ Sem contar que, frente a um tópico como o tratado aqui, só os dados espontâneos possuem um grau de confiabilidade aceitável. Veja Silverstein (1979, p. 234) sobre a noção de "low rate in elicibility hierarchy".

DISTRIBUIÇÃO

Alguns I.I. gozam de uma notável liberdade de posicionamento sintagmático. Outros são mais restritos: de maneira absoluta ou preferencial, uns aparecem antes e outros depois do constituinte sob o seu domínio¹². Podemos classificá-los, conforme o Quadro 3, em:

Quadro 3. Classificação de morfemas I.I.

Antepostos	
Dependência oracional	<i>pakuhinae</i>
Coerência discursiva	<i>nexatha</i>
Pospostos	
Modalidade	<i>tsipae</i>
Estrutura informacional	<i>tsaena</i>
	<i>baitsi</i> ¹³
Coerência discursiva	<i>nua</i>
Livres ¹⁴	
Aspecto	<i>baha</i>
Modalidade	<i>bihi</i>
	<i>penetha</i>
	<i>tsaha</i>
	<i>metha</i>
	<i>saya</i>
	<i>hema</i>
	<i>hane</i>
	<i>pikani</i>
Fonte da informação	<i>raetha</i>
	<i>kowū</i>
	<i>humia</i>
	<i>pina</i>
Força assertiva	<i>raha</i>
	<i>mahe</i>

Complemento com três comentários as informações sobre a distribuição destas formas:

1. Além do traço de classe aberta/fechada, a distribuição também distingue os I.I. dos advérbios.

¹² Ou, para fazer uso de um anglicismo, 'escopo'.
¹³ Excetuando quando realça a importância informacional da oração como um todo, caso em que pode ocorrer em posição inicial. Veja exemplos mais adiante.
¹⁴ Veja os exemplos da seção "Aspecto" para uma ilustração da liberdade de posição dessas partículas. Essa liberdade não foi, porém, submetida a testes exaustivos (cf. nota de rodapé 11).

Os advérbios não têm posição fixa na oração. Os I.I. ante e pospostos têm. Em outras palavras, o grau do que foi chamado de ‘autonomia’ no Quadro 1 distingue os advérbios de duas das três subclasses de I.I.

Os advérbios são impossibilitados de penetrar sintagmas verbais e nominais. Os I.I. livres podem. Isto é, o traço que é chamado de ‘imiscuinte’ no Quadro 4 separa os advérbios e a terceira subclasse de I.I. Veja no exemplo (23) o verbo e seu auxiliar, e em (24) o nome e seu dependente genitival¹⁵ (advérbio sublinhado).

(23a) [*amahitsinaenü*_{VERBO} *raha* *tsatabarukae*_{AUXILIAR}]
EuSonhei ASSERTIVO1 BrevementeEstandoPendurado
‘Eu tive um sonho breve enquanto deitado.’

(23b) **[ahibi]*_{VERBO} *Imoxoyo* *tsane*_{AUXILIAR}]
EleNãoExiste perto FUTURO
‘Ele não existirá por perto.’

(24a) [*dunusi*_{GENITIVO} *pina* *baha* *pe-itaxutoxi*_{NÚCLEO}] *apaxayo*
abacaxi REPORTATIVO TRASPASSO 3-olhinhos ElesSãoMuitos
‘Os olhinhos do abacaxi eram muitos, dizem.’

(24b) **[dunusi]*_{GENITIVO} *pina* *bahaya* *pe-itaxutoxi*_{NÚCLEO}] *apaxayo*
abacaxi REPORTATIVO antigamente 3-olhinhos ElesSãoMuitos

Em síntese, os traços de autonomia e imiscuição, combinados à noção de ‘distribuição’, constituem um critério a mais na distinção entre advérbios e I.I.

2. Os I.I. antepostos introduzem orações. Alguns operam no nível do discurso: introduzem orações formalmente independentes, porém, conectadas semanticamente/pragmaticamente à oração precedente. Outros se situam no nível da sintaxe: introduzem orações subordinadas. O domínio dos pospostos são orações (coordenação) ou constituintes subordinacionais: predicado (futuro, potencial), predicado e sintagma nominal (coordenação), predicado, sintagma nominal e sintagma posposicional (foco). Os livres incidem no significado da oração como um todo (aspecto, modalidade, fonte da informação, força assertiva).

3. Junto aos I.I. antepostos, mencionados anteriormente, as orações subordinadas podem hospedar I.I. livres, sem que a sua presença se deva a um caso de imiscuição. Em outras palavras, seu domínio é mesmo a oração subordinada. Note-se que essa faculdade abrange tanto as subordinadas finitas – o exemplo (25) – quanto as não finitas – exemplo (26) (subordinador sublinhado) –, o que poderia revelar certo grau de finitude nas subordinadas não finitas do tipo de (26), compartilhado pelas orações independentes com predicado nominal, tal como em (27).

(25) *baha* *itsa=koikoihaitsi*, *itsamonae* *saya...*
TRASPASSO CONCOMITÂNCIA=NósFalamos alguns SEMOTIVO
‘Quando falamos, alguns, sem motivo...’

¹⁵ Nome em sintagma verbal, nominal ou posposicional, assim como adjetivo em sintagma nominal não são formas imiscuintes no sentido aqui entendido: eles ocupam suas posições canônicas nos respectivos constituintes.

...pehumexi banahumetoyaetapona, itsamonae hume, aponahumetoyaetsi
 palavrinhas EleCostumaAbreviarPalavra alguns não EleNãoAbreviaPalavra
 '...costumam abreviar as palavrinhas, outros não, eles não abreviam.'

- (26) taxa-xae-mü baitsi baha 'axa' kahaitsi
 MeuPai-CAUSA-2NOMINATIVO REMATIZADOR TRASPASSO pai EuTeDigo
 'Por tu seres meu pai, eu te chamo de 'pai'.'

- (27) "mawiru" raha baha¹⁶ saikaya baha deha pehumenexa baha...
 mawiru ASSERTIVO1 TRASPASSO SerDiferente TRASPASSO Piapoco FuturaLínguaDele TRASPASSO
 'Mawiru é outra coisa, é mesmo futura língua de Piapoco...'

..."dunusi" raha baha waxaitsi wahumenexa
 abacaxi ASSERTIVO1 TRASPASSO NósINCLUSIVO NossaFuturaLíngua
 '..."dunusi" (abacaxi) é sim nossa futura língua.'

FUNÇÕES SECUNDÁRIAS

Alguns I.I., devido à alta frequência na fala espontânea, tendem a ampliar o leque de suas funções semânticas ou pragmáticas. Os morfemas envolvidos são sempre aqueles com distribuição livre. O aspectual **baha** é o mais representativo dessa deriva. Veja uma amostra de sua frequência em (28). Com verbos dinâmicos, e sem sair das noções aspectuais, **baha** pode indicar iminência – tal como no exemplo (29). Para além, e independentemente do tipo de predicado, ele também entra na modalidade, denotando certeza, como em (30).

- (28) baharahota baha nexatha unu baha naexana...
 AquiExatamente TRASPASSO então floresta TRASPASSO EleSeTransforma
 'Então, neste lugar exatamente, a árvore (procedente) do outro ovo se transformou...'

...itsatobütotha naehawa pina baha hota baha
 DoOutroOvo árvore REPORTATIVO TRASPASSO aqui TRASPASSO
 '...em floresta, dizem, aqui.'

- (29) mera baha tokariamüre nekotiwa!
 água TRASPASSO LevaParaEle TeuNamorado
 'Vai logo levar água para teu namorado!'

- (30) baha pawünüxi tsane!
 TRASPASSO nomezinhos FUTURO
 'Feito, esses serão os nomezinhos (dos meus filhos)!'

¹⁶ A sequência **raha baha** tem uma frequência alta nos textos, o que faz com que ela fusione fonologicamente em **rabaha**.

O seguinte passo na perda de sua função básica consiste em *baha* adquirir funções discursivas que não deixam de lembrar o que seria uma vírgula oral, como demarcar constituintes – como no exemplo (31)¹⁷ –, ou realçar o ritmo em uma enumeração – como em (32) –, extraída do mito de criação do mundo em que o narrador faz o inventário dos seres – ainda indeterminados no que diz respeito à dicotomia humano/animal – que com o tempo se tornariam as espécies atuais.

- (31) *itsamatakabihawa beria baha perekakuhinae baha..*
 EmUmDadoMomento NaqueleDireção TRASPASSO ApósEleDescer TRASPASSO
 'Em um dado momento naquela direção, após ele descer...'

...pepütaekuhinae baha nakua pina baha nahumeta
 ApósEleIrProcurar TRASPASSO mundo REPORTATIVO TRASPASSO EleEstrondeou
 '...após ele ir à procura (de...), o mundo estrondeou.'

- (32) *bakanexa baha maranonexa baha newüthünexa baha owebinexa baha*
bünüxinexa baha, suidoxinexa baha, ofaebünexa baha, marainexa baha,
üthübürünexa baha, kawipinexa baha, masalinexa baha, tukulinexa baha...
 'Futura-vaca, futuro-porco, futura-onça, futuro-veado, etc.'

...daxita baha patobütotha pitsapa
 todo(s) TRASPASSO DesseOvo EleSaiu
 '...todos eles saíram desse ovo.'

O reportativo *pina*, visto em (5), (11) e (28), tem a mesma função discursiva, embora em contextos mais restritos devido à retenção de seu semantismo original.

- (33) *aketo pina pikani, kulipipito pina, homoatha pina...*
 escorpião REPORTATIVO FRUSTRATIVO MosquitoSp. REPORTATIVO CobraINCLUSIVE REPORTATIVO
 'O escorpião, o mosquito Sp., inclusive a cobra...'

...pikani daxita kakuataponatsi
 FRUSTRATIVO todo(s) EleVaiFerrando
 '...ele estava sendo ferrado por todos eles sem ser incomodado, dizem.'

Ofereço, a seguir, um breve trecho de texto, segmentado, glosado, pontuado e parcialmente comentado, que exhibe várias propriedades dos I.I. já mencionadas, e algumas outras de caráter mais periférico, principalmente discursivas. Assistimos a um debate sobre reconhecimento de paternidade entre um filho prodigioso e um pai pouco disposto a aceitá-lo¹⁸.

¹⁷ O último *baha* conserva sua função aspectual básica.

¹⁸ O texto completo encontra-se em Queixalós (1985).

1. O reportativo *pina* acompanhando quase invariavelmente o verbo *hai*, 'dizer', logo após uma citação em estilo direto. Isso ocorre também na segunda linha de (41).

- (34) "Axa! Ne-ewe-re=bo!" Ø-hai-Ø pina
 papai 1ACUSATIVO-esperar-IMPERATIVO=EXCLAMATIVO 3ACUSATIVO-dizer-3NOMINATIVO REPORTATIVO
 "'Papai, me espera!'", disse ele.'

2. Uma sequência de I.I. instituindo uma oração independente.

- (35) Baha pina hane,
TRASPASSO REPORTATIVO FALANTE AFETADO
'Aconteceu, coitadinho dele, dizem¹⁹.'

Seguem as palavras do pai, ao se deparar com que o menino se reconstitui miraculosamente.

- (36) *Pe-bihia-nũ-yo-Ø!* *Xania!* *Bahara=he=bo!*
 3GENITIVO-SerInfeliz-MASCULINO-DIMINUTIVO-3NOMINATIVO SerVerdade DEMONSTRATIVO=MIRATIVO=EXCLAMATIVO
 'Desgraçadinho ele! Sinceramente! Olha, que coisa!'

3. Uma sequência de I.I. abrindo uma oração independente, em (37) e (38).

- (37) Baha pina saya pakuenia Ø-beyaothootho-pa-Ø abüxü
TRASPASSO REPORTATIVO SEMMOTIVO DessaForma 3ACUSATIVO-matar-REALIS-3NOMINATIVO ainda
'E dessa forma ele continuou matando-o à toa, dizem.'
- (38) Baha pina hane ikatsia Ø-thithi-ba-beya-e-ta-Ø
TRASPASSO REPORTATIVO FALANTEAFETADO DeNovo 3ACUSATIVO-esmagar-REALIS-matar-deixar-REALIS-3NOMINATIVO
'Coitadinho dele, de novo (o pai) deixou-o morto, esmagado, dizem.'

4. I.I. livre aspectual *baha* em oração subordinada – renumerado de (26).

- (39) *Ta-axa-xae-mū* *baitsi* *baha* ‘*axa*’ *ka-hai-tsi*.
1^{GENITIVO}-pai-CAUSA-2^{NOMINATIVO} REMATIZADOR TRASPASSO pai 2^{ACUSATIVO}-dizer-4^{NOMINATIVO}
‘Por tu seres meu pai, eu te chamo de ‘pai’.’

5. Rematizador *baitsi* em posição inicial de oração.

¹⁹ Assumo que esta oração é desprovida de estrutura sintática, o que a aproximaria de uma interjeição.

- (40) **Baitsi** *baha* *ta-ka-amahitsinae=bü!*
 REMATIZADOR TRASPASSO 1GENITIVO-2ACUSATIVO-sonhar=EXCLAMATIVO
 'Houve sim esse meu sonho contigo!'

6. O reportativo *pina* acompanhando o verbo *hai* 'dizer', após uma citação em estilo direto (*pina*₁). E também como marca – socialmente – obrigatória em todo e qualquer relato de eventos não diretamente presenciados pelo falante (*pina*₂).

- (41) "*Baha* *raetha* *xua-tha* 'axa' 'axa' *ne-hai-mü* *baitsi!*"...
 TRASPASSO CONJECTURA isso-SOCIATIVO papai papai 1ACUSATIVO-dizer-2NOMINATIVO REMATIZADOR
 "'Deve ser por isso que tu me chamas de 'papai', 'papai'!'"...

...Ø-*humatabühai*-Ø *pina*₁ *baha.* *Baha* *pina*₂.
 3ACUSATIVO-pensar-3NOMINATIVO REPORTATIVO TRASPASSO TRASPASSO REPORTATIVO
 '...pensou²⁰, dizem.'

7. Sequências de I.I. ...e desenlace feliz.

- (42) *Naxatsia!* *hane* *baha!*...
 VemCá FALANTEAFETADO TRASPASSO
 'Vem cá, coitado!...'

...*Baha* *raetha* *baitsi* *ta-xünato-nü-yo-mü!*
 TRASPASSO CONJECTURA REMATIZADOR 1GENITIVO-filho-MASCULINO-DIMINUTIVO-2NOMINATIVO
 '...Tu deves ser mesmo meu filhinho!'

DISCUSSÃO

Vou agora retomar o Quadro 1, incorporando os morfemas I.I.

Existe uma matriz de traços (Quadro 4) cujas especificações identificam com nitidez uma classe de morfemas I.I. Eles geram acento como as palavras, seu inventário é fechado como os dos morfemas gramaticais, não hospedam nem afixos nem clíticos, não instituem palavras que, em qualidade de núcleo, dominam sintagmas contendo mais de uma palavra e sua distribuição é quase sempre original. Outrossim, eles codificam funções tipicamente gramaticais, semânticas ou pragmáticas, sendo que algumas delas incluem a articulação da coerência discursiva.

Pela própria natureza daquilo que chamamos de matriz de traços distintivos, os I.I. 'são' o que qualquer outra das oito classes restantes 'não é'. Evidentemente, trata-se de algo muito diferente de uma definição extensional. Isso faz com que a classe dos I.I. não possa ser vista como um saco de lixo onde colocamos tudo que não entra nas outras classes, precisamente porque exhibe a propriedade fundamental associada aos elementos de uma estrutura: identificar-se

²⁰ O verbo 'pensar' é composto de *humatabü*, 'pensamento', e *hai*, 'dizer'.

contrastivamente. Em sistemas fechados, como o é em uma língua dada a subclasse de fonemas consonânticos ou o conjunto das classes de morfemas, esse mesmo raciocínio se aplica, por exemplo, às oclusivas e aos adjetivos.

Quadro 4. Traços formais básicos que distinguem todas as classes de morfemas.

	Lexema de verbo	Lexema de nome	Lexema de adjetivo	Lexema de advérbio	I.I.	Pronome	Posposição	Clítico	Afixo
Acento	+	+	+	+	+	+	+	-	-
Classe fechada	-	-	-	-	+	+	+	+	+
Invariável	-	-	-	+	+	-	-	+	+
Núcleo	+	+	-	-	-	-	+	-	-
Autonomia	-	+	-	+	+	+	+	-	-
Imiscuinte	-	-	-	-	+	-	-	/	/

A argumentação desdobrada neste artigo outorga suficiente legitimidade ‘intralinguística’ aos Ivan Ivanovitch do Sikuani para poder reconhecê-los como uma classe genuína de morfemas, merecedora de uma designação propriamente gramatical. A mais aproximada disponível na terminologia comum é ‘partículas’. Eis, pois, uma língua em que a partícula é um pequeno objeto localizado na oração, ao qual podem ser adscritas propriedades gramaticais. Se admitirmos com Zwicky (1985) que uma partícula é uma palavra²¹, a pertinência, para a identificação de um protótipo válido translinguisticamente, da matriz de traços proposta aqui é algo que merece ser considerado com mais atenção do que a permitida pelos limites deste artigo.

Precisamente, no que diz respeito à legitimidade ‘translinguística’ da noção de partícula, ela parece, no mínimo, se situar em um nível de adequação comparável ao de tantas outras noções de uso corriqueiro entre descritores, tipólogos e até teóricos. Um belo exemplo é a noção de ‘sujeito’ aplicada a línguas pouco estudadas. No melhor dos casos, lança-se mão da prototipicidade, por exemplo baseada em Keenan (1976), ou no papel semântico de agente. No pior, chama-se de sujeito todo constituinte que remete àquele participante realizado como sujeito na língua (frequentemente europeia) da tradução. Se os linguistas fazem uso do vocábulo ‘sujeito’ de maneira altamente díspar – para não dizer leviana – diz mais a respeito à prática profissional dos mesmos do que à possível validade da noção em si. Outro caso que vem à tona é a noção de ‘cópula’. Para uns, é um elemento com características de verbo que permite a itens lexicais não predicativos ocuparem a posição de predicado. Para outros, a natureza verbal não constitui um quesito definatório. Quanto à noção de ‘finitude’, tão badalada nas últimas décadas, alcançar uma definição universal seria um alvo difícil de se considerar seriamente.

A lista das noções tipológicas com um nível consensual de operacionalidade translinguística é, na prática, ‘quase’ coextensiva à lista das noções tipológicas. Tal limitação faz intimamente parte da natureza dos ‘universais substantivos’.

²¹ É de se notar que a crítica desse autor à noção de partícula consiste principalmente, após ter argumentado sua condição de palavra (o que o Sikuani valida), em dizer que essas palavras não passam de “[...] simplesmente (subtipos de) categorias sintáticas comuns [familiar]” (Zwicky, 1985, p. 290, tradução nossa) (o que o Sikuani desqualifica). Já a asseveração de que a noção de partícula está ausente das gramáticas parece um tanto obscura: ou ‘gramáticas’ remete às descrições de línguas particulares, e sua suposta ausência gera surpresa (veja, por exemplo, Slater, 2010), ou ‘gramáticas’ equivale às teorias da gramática universal, induzindo identicamente surpresa (embora em menor grau, devido a essas teorias tomarem maiormente como sua base empírica a versão escrita das línguas de grande difusão).

Em suma, a ideia de uma noção tipológica carente de definição válida e 'idêntica' para todas as línguas ser uma noção prescindível é, por si mesma, prescindível.

REFERÊNCIAS

- BACH, Emmon. Nouns and Noun Phrases. *In*: BACH, Emmon; HARMS, R. T. (ed.). **Universals in Language**. New York: Holt & Rinehart, 1968. p. 89-122.
- BENVENISTE, Émile. "Être" et "avoir" dans leurs fonctions linguistiques. **Bulletin de la Société de Linguistique**, tomo 55, v. 1, p. 113-134, 1960. [Reimprimido em: BENVENISTE, Émile. **Problèmes de linguistique générale**. Paris: Gallimard, 1966. p. 187-207.]
- FREGE, Gottlob. Funktion und Begriff. **Jenaische Gesellschaft für Medizin und Naturwissenschaft**, Jena, Jan. 1891. [FREGE, Gottlob. On Function and Concept. *In*: BEANEY, Michael (ed.). **The Frege Reader**. Malden: Blackwell Publishing, 1997. p. 130-148.]
- KEENAN, Edward. Towards a universal definition of subject. *In*: LI, Charles N. (ed.). **Subject and topic**. New York: Academic Press, 1976. p. 305-333.
- QUEIXALÓS, Francesc. Valence in Katukina-Kanamari noun phrases and the nature of genitive classifiers. *In*: QUEIXALÓS, Francesc; GOMES, Dione M. (org.). **O sintagma nominal em línguas amazônicas**. Pontes: Brasília, 2017. p. 141-176.
- QUEIXALÓS, Francesc; GOMES, Dione M. Predicados, nomes, sintagmas: uma introdução. *In*: QUEIXALÓS, Francesc; GOMES, Dione M. (org.). **O sintagma nominal em línguas amazônicas**. Pontes: Brasília, 2017. p. 7-27.
- QUEIXALÓS, Francesc. Posse em Katukína e valência dos nomes. *In*: RODRIGUES, Aryon Dall'Igna; CABRAL, Ana Suelly Arruda Câmara (org.). **Novos estudos sobre línguas indígenas brasileiras**. Brasília: Universidade de Brasília, 2005. p. 177-202.
- QUEIXALÓS, Francesc. Maduedani, héroe cultural sikuani. **Amerindia**, Paris, n. 10, p. 93-125, 1985.
- SILVERSTEIN, Michael. Language structure and linguistic ideology. *In*: CLINE, Paul R.; HANKS, William F.; HOFBAUER, Carol L. (ed.). **The Elements: A Parasection on Linguistic Units and Levels**. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1979. p. 193-247.
- SLATER, Keith W. What is a particle? On the use and abuse of the term "particle" in East and Southeast Asian languages. **PYU Working Papers in Linguistics**, Chiang Mai, v. 6.2, p. 1-18, Mar. 2010. Disponível em: http://inter.payaac.th/wp-content/uploads/linguistics_workingpapers/What_is_a_Particle.pdf. Acesso em: 2 set. 2018.
- ZWICKY, Arnold M. Clitics and Particles. **Language**, v. 61, n. 2, p. 283-305, June 1985.
- WIKIPEDIA CONTRIBUTORS. Particle. *In*: **Wikipedia, The Free Encyclopedia**. 2019. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Particle&oldid=917469288>. Acesso em: 2 set. 2018.

Partículas em Mundurukú (Tupí) Particles in Munduruku (Tupian)

Dionei Moreira Gomes 

Universidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal, Brasil

Resumo: O objetivo deste artigo é elaborar uma análise sobre partículas em Mundurukú: interrogativas; negação, contraste e restrição; ênfase/modalização e euforia; inclusão; e tempo, aspecto e modo (TAM). A proposição dessa classe de palavras seguiu critérios formais e funcionais, aqui apresentados tanto para justificar a existência de partículas nessa língua quanto para contribuir com o debate teórico sobre esse tema. Os dados advêm de narrativas orais e escritas, descrições de procedimentos de caça, produção de cestaria e rede de dormir, material produzido para área de saúde e elicitções. Partículas em Mundurukú são formas invariáveis, em sua maioria monossilábicas átonas, com *status* funcional e não lexical. Elas têm escopo sobre constituintes, ocorrendo, em sua maioria, após eles, podendo também ter escopo sobre sentenças inteiras. Exercem funções tipicamente pragmáticas, como focalização contrastiva e modalização. A posição e o contorno fonológico criado pelas partículas mostram seu escopo, mas ele não é restrito ao constituinte ou à sentença, estabelecendo uma relevante interferência no fluxo conversacional, de modo a restringir, contestar, afirmar, corrigir, incluir, questionar informações e demonstrar estados de espírito, como irritação, euforia, admiração, polidez, certeza, incerteza. As partículas se prestam, ainda, a expressar hipóteses, ordem e tempo próximo no passado ou no futuro.

Palavras-chave: Partículas. Mundurukú. Pragmática. Focalização contrastiva. Modalização. TAM.

Abstract: The aim of this text is to provide an analysis of particles in Munduruku. This proposed word class follows formal and functional criteria, which are presented here to justify the existence of particles in this language as well as to contribute to the theoretical debate on this subject. The data were obtained from oral and written narratives, descriptions of hunting procedures, basket and hammock weaving, material produced for the health area, and elicitation. Particles in Munduruku are invariable forms, for the most part unstressed and monosyllabic, with functional and non-lexical status. They have scope mainly over constituents, and mostly follow them, but may also have scope over entire sentences. They perform typically pragmatic functions, such as contrastive focalization and modalization. The position and the phonologic contour created by the particles show their scope, although this is not restricted to the constituent or the sentence. Instead, it establishes a relevant interference in the flow of conversation in order to restrict, contest, affirm, correct, include, question information, and demonstrate states of mind (such as irritation, euphoria, admiration, politeness, certainty, and uncertainty). The particles further serve to express hypothesis, command, and immediate past or future tenses.

Keywords: Particles. Munduruku. Pragmatics. Contrastive focalization. Modalization. TAM.

GOMES, Dionei Moreira. Partículas em Mundurukú (Tupí). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 14, n. 3, p. 739-765, set.-dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000300004>.

Autor para correspondência: Dionei Moreira Gomes. Universidade de Brasília. Brasília, DF, Brasil. CEP 70910-900 (dionei98@gmail.com).

Recebido em 12/02/2019

Aprovado em 09/09/2019



INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar as partículas do Mundurukú (tronco Tupí), quais sejam: interrogativas; de negação, contraste e restrição; de ênfase/modalização e euforia; de inclusão; e, por último, as partículas de tempo, aspecto e modo (TAM). Aprofundamos a análise introdutória sobre o tema defendida em Gomes (2006). Para tanto, o quadro teórico foi refinado, exemplos foram reanalisados, novos exemplos foram inseridos, as partículas foram agrupadas de acordo com afinidade semântica e suas funções foram melhor explicadas.

A proposição de uma classe de palavras específica para elas se deu a partir do uso de critérios formais e funcionais, os quais serão apresentados ao longo deste artigo, a fim de, por um lado, justificar a existência de partículas nessa língua e, por outro, contribuir para o debate teórico a respeito do que se tem chamado de partículas em Linguística.

O texto está dividido nas seguintes seções: “Marcos teóricos”; “Introdução à língua Mundurukú e ao lugar das partículas”; “Descrição de partículas recorrentes em Mundurukú”; e “Considerações finais”.

MARCOS TEÓRICOS

Nesta seção, abordaremos o conceito de partícula e um pouco da problemática em torno desse tema. Também trataremos de conceitos relativos à pragmática, como focalização contrastiva, o que é necessário para a compreensão de boa parte das partículas em Mundurukú.

PARTÍCULAS

Conceituar partícula tem se mostrado bastante complexo e, de certa forma, controverso. O texto de Zwicky (1985) sobre clíticos e partículas traz uma série de considerações sobre a problemática em torno dessa questão que merecem ser trazidas ao debate proposto neste artigo.

O objetivo principal de Zwicky (1985) é demonstrar que as várias descrições que, à época, tratavam partículas como clíticos estavam quase totalmente equivocadas. Aqui, não trataremos das minúcias de sua argumentação nesse sentido particularmente, mas destacaremos sua contribuição para a caracterização das partículas em específico.

Esse autor já reconheceu, em 1985, que “[...] language descriptions abound with references to ‘particles’ whose classification as clitics, or words, or something else is not at all obvious” (Zwicky, 1985, p. 284).

Um dos problemas apontados por ele é que os itens linguísticos de uma dada língua, ao serem classificados como partículas, estavam sendo tratados, sintaticamente, como acategoriais. Esse é um dos traços que caracterizavam as partículas nessa época: não pertencer a uma categoria sintática. Zwicky (1985) questiona isso de maneira enfática a partir da análise do Inglês, Gaulês, Chrau e Hidatsa. Esse questionamento se deve à concepção de língua que tem esse autor, revelada no seguinte trecho: “Every word (in every language) belongs to one of the syntactic categories provided by (universal) grammatical theory” (Zwicky, 1985, p. 294). Já os clíticos e os afixos seriam acategoriais. Mas como, para o autor, partículas são palavras, e não clíticos ou afixos, elas deveriam ser atribuídas a alguma categoria sintática, especialmente as que são, para ele, universais (nomes, verbos, adjetivos, advérbios etc.). Aqui, identificamos uma importante controvérsia: partículas são ou não acategoriais?

É preciso destacar que ele igualmente reconhece o valor onipresente das partículas na sintaxe, e assim apresenta o uso mais comum desse termo: “The most common use of the term is to label items which, in contrast to those in established word classes of a language, have (a) peculiar semantics and (b) idiosyncratic distributions. Thus ‘particle’ is a cover term for items that do not fit easily into syntactic and semantic generalizations about the language [...]” (Zwicky, 1985, p. 290).

Em meados de 1980, já era bastante conhecida a dificuldade de estabelecer uma classificação semântica para a categoria partícula e também fazer uma descrição coerente sobre sua distribuição. Logo, nas descrições linguísticas, isso também conduzia, e ainda parece conduzir, à criação de uma classe separada para partículas, de modo a contemplar os itens dessa natureza.

Em relação às línguas da América do Sul, Zwicky (1985, p. 290, tradução nossa) cita um trabalho de Longacre (1976) no qual esse autor teria afirmado que o termo “partículas misteriosas” era bastante recorrente¹. Ele ainda nos apresenta alguns usos antigos do termo ‘partícula’. Cita que, na análise de Bloomfield (1917) sobre o Tagalog, esse autor usa o termo para agrupar itens lexicais que não se encaixavam em classes de palavras maiores, mostrando a possível origem dessa prática, ainda tão comum nos dias de hoje, como dissemos. Cita, ainda, Whitney (1889) e sua análise sobre o Sânscrito, que usa o termo ‘partícula’ para agrupar itens indeclináveis ou não flexionáveis. Também aí encontramos um traço muito comum nas descrições atuais sobre partículas, estando ele também presente em nossa caracterização das partículas em Mundurukú, como veremos na próxima seção.

Ainda com o propósito de explicitar o que vinha sendo chamado de partícula na literatura linguística, Zwicky (1985, p. 290) apresenta o que ele designou de “middle course” – a proposta de Crystal (1980) –, a qual é completamente idêntica ao que esse mesmo autor publicou em Crystal (2008, p. 378): “[particle is] a term used in grammatical description to refer to an invariable item with grammatical function, especially one which does not readily fit into a standard classification of parts of speech”. Entre 1980 e 2008, Crystal não mudou nada em sua definição de partícula. Além disso, acabou por condensar a classificação de Whitney (1889), já citada, e a perspectiva de Bloomfield (1917). É essa definição de partícula que adotamos neste artigo.

Um fato muito importante aduzido por Zwicky (1985, p. 291) tem a ver com o reconhecimento de que partículas são, semanticamente, itens funcionais (*function items*), e não itens de conteúdo (*content items*). De fato, isso parece ser incontroverso nas várias descrições que lançam mão da categoria partícula até hoje. Como veremos, o Mundurukú não é exceção. Sobre esse caráter funcional e não lexical das partículas, Zwicky (1985, p. 295), citando Carlson (1983), traz à tona a seguinte perspectiva:

[...] particle words and their ilk are in fact both MEANINGLESS and NOT LEXICAL ITEMS at all. Instead, a particle or one of its kin is a mark of a syntactic combination, a concomitant of a rule that combines lexical or phrasal material; according to Carlson, the meaning apparently associated with some such items is actually a semantic operation associated with the rule.

Essa perspectiva sintático-semântica acaba por não reconhecer a existência de uma categoria separada para as partículas, tratando-as como uma espécie de “marca de combinação sintática”, como aparece na citação. Defendemos que as partículas em Mundurukú são de tipo semântico funcional, não sendo itens lexicais. Apesar disso, reconhecemos tratar-se de uma classe, de uma categoria específica em Mundurukú, o que contrapõe o proposto por Zwicky (1985) e Carlson (1983).

Ainda do ponto de vista semântico, à classe de partículas nas línguas se atribuem as seguintes funções: “[...] markers of mood and sentence type, honorifics, indicators of topic and focus, case-markers, tense/aspect morphemes, markers

¹ É digna de nota a diversidade de partículas em Kamaiurá, língua descrita por Seki (2000, p. 22), para quem partículas “[...] são muito frequentes em línguas indígenas brasileiras de diferentes filiações genéticas, notadamente Tupi-Guarani, e que, pelas dificuldades que apresentam para identificação e análise, têm sido em geral ignoradas nos materiais existentes sobre essas línguas”.

of emphasis, subordinators, coordinators, indicators of direct vs. indirect discourse, negators, vocative markers, deictics, definiteness/indefiniteness markers, classifiers, and so on” (Zwicky, 1985, p. 290).

Como veremos na próxima seção, parte das funções atribuídas às partículas em Mundurukú se encontra nessa lista.

Já de um ponto de vista fonológico, Zwicky (1985, p. 291) afirma: “[...] the things labeled as particles tend to be ‘dependent’, [...] like clitics and affixes”. Essa tendência a ter um *status* dependente, verificamos também em grande parte das partículas em Mundurukú, mas apenas como tendência.

Um último ponto a se destacar da análise de Zwicky (1985) sobre partículas é a sua perspectiva de tratá-las como “marcadores discursivos” (*discursive markers*):

Within the great collection of things that have been labeled ‘particles’, we find at least one grammatically significant class of items, in English and in languages generally. These have been variously termed ‘discourse particles’ and ‘interjections’; here I will call them ‘discourse markers’. On the grounds of distribution, prosody, and meaning, discourse markers can be seen to form a class. (Zwicky, 1985, p. 302).

Esse é o único momento em que o autor reconhece a existência de uma classe separada, exclusiva para partículas, mas ele mesmo, em nota de rodapé, nega o uso do termo ‘*discourse particles*’ e assim justifica:

My use of the term ‘discourse particles’ (following Schourup, 1983) in earlier versions of this article – which is, after all, designed to demonstrate that there is no unified class comprising the things that have been called ‘particles’ – was perhaps infelicitous. I have now opted for terminology that entirely avoids ‘particle’ as (any part of) a technical expression. (Zwicky, 1985, p. 302).

Dessa parte final de Zwicky (1985), destacamos mais dois pontos para nossa própria análise: i) a possível existência de uma classe separada para partículas e ii) a possível relação entre as partículas e o espaço funcional discursivo-pragmático.

Mesmo diante de uma certa tradição na identificação das chamadas partículas em várias línguas, de várias partes do mundo, e após ter identificado suas características fonológicas, morfológicas, sintáticas, semânticas e pragmático-discursivas mais comuns, Zwicky (1985) pretendeu, em seu texto, argumentar contra a existência de uma categoria própria para partículas. Por isso, ele propõe que elas são, na verdade, subcategorias de categorias consideradas maiores, notadamente os advérbios, nos casos analisados pelo autor. O que está por trás dessa resistência em aceitar a existência de partículas como uma categoria à parte é uma recusa em reconhecer uma classe fora dos supostos padrões universais de classes maiores de palavras e também sua negativa em reconhecê-las como um possível nível intermediário entre clíticos e palavras. Para ele, partículas não seriam clíticos, como usualmente vinham sendo tratadas. Seriam palavras.

Como disse anteriormente, não vamos entrar nos meandros desse debate em particular, mas vamos aproveitar dele o fato de que: 1) partículas podem ou não ser clíticos; 2) partículas podem ou não constituir uma classe separada de palavras. Cabe a cada pesquisador, então, demonstrar suas escolhas em um ou em outro sentido. Para nós, algumas partículas do Mundurukú parecem ser clíticos e todas constituem uma classe à parte, como discutiremos mais à frente neste artigo. Mas, antes, trataremos de outros temas teóricos que aparecem em nossa análise da classe de partículas em Mundurukú.

PRAGMÁTICA E FOCALIZAÇÃO CONTRASTIVA

As partículas em Mundurukú exercem funções pragmáticas, como focalização. Segundo Crystal (2008, p. 379), pragmática é “[...] the study of language from the point of view of the users, especially of the choices they make, the

constraints they encounter in using language in social interaction, and the effects their use of language has on the other participants in an act of communication”.

Ainda sobre o conceito de pragmática, concordamos com Levinson (1983, p. 35): “pragmatics is the practice of utterance interpretation”. Esses conceitos se alinham com nossa postura teórico-metodológica e nossa compreensão sobre a função básica da linguagem. Para nós, como afirmam Traugott e Dasher (2002, p. 7), “[...] the basic function of language is to convey meaning. We also take as fundamental the notion that meaning is both cognitive and communicative”. Sobre ‘sentido’, os autores destacam que ele é negociado pelos interlocutores de maneira interativa durante a comunicação. Isso dá à linguagem um caráter fortemente emergente, dinâmico, maleável, adaptável aos contextos de uso, às necessidades e, sobretudo, às finalidades que os falantes pretendem atingir. As partículas são fundamentais nesse processo.

Na literatura, não é incomum a associação entre as chamadas partículas e as funções pragmáticas: “Especial attention has been paid to the range of pragmatic particles which are found in speech [...] which play an important role in controlling the pragmatic nature of an interaction” (Crystal, 2008, p. 379, grifo do autor). Esse é o espaço das partículas em Mundurukú. No bojo desse tipo de abordagem, encontramos a focalização.

Como defendemos de modo incipiente em Gomes (2006), a função focalizadora está presente em quase todas as partículas em Mundurukú. A posição preferencial de um constituinte acompanhado de uma partícula é o começo da sentença, posição comum para a realização de foco nessa língua. É o conceito de foco de contraste (*contrastive focus*), de Givón (2001b, p. 221, grifos do autor), e sua caracterização que tomamos como referência neste artigo: “[...] the notion contrast is neither a grammatically nor cognitively discrete. Rather, it rests upon the more fundamental cognitive dimensions of informational predictability and its converse, counter-expectancy, both of which are at least in principle scalar”.

O caráter interativo e pragmático do foco de contraste é relacionado fortemente com essas duas dimensões: previsibilidade informacional e contraexpectativa. Nesse sentido, “[...] the unpredictability arises from the speaker’s assessment of what the hearer’s expectations are in the particular context” (Givón, 2001b, p. 222).

A codificação do constituinte focalizado ocorre, principalmente, por meio de três formas: destaque fonológico (entonação), mudança de ordem e/ou acréscimo de material morfológico. Em Mundurukú, as estratégias de focalização recobrem os três principais tipos de estratégias identificados na literatura. Nessa língua, além da entonação, o uso de partículas e a mudança de ordem de constituintes (fronteamento do item focalizado) são as estratégias de focalização utilizadas. Neste artigo, vamos nos centrar, principalmente, nas duas últimas estratégias.

Mantemos aqui a posição defendida em Gomes (2006, p. 162):

Por ser a função contrastiva a que predomina no deslocamento para a esquerda de partes focalizadas em Mundurukú, não consideramos esse deslocamento um caso típico de topicalização nos moldes de Givón (2001b, p. 265): “Left-dislocation is typically a device to mark topical referents, most commonly definite and anaphoric ones, that have been out of the focus of attention for a while and are being brought back into the discourse”.

As partículas, portanto, não estariam promovendo topicalização, uma vez que não estariam envolvidos, no processo, dois aspectos pragmáticos de referência: acessibilidade referencial (anáfora) e importância temática (catáfora).

Contudo, há uma relação necessária entre foco e tópico, uma vez que a focalização contrastiva tende a se aplicar, primariamente, a argumentos de tipo tópico, os quais são acessíveis anaforicamente: “Semantically, the NP under contrastive focus may be either definite-referential or generic, but not referential-indefinite” (Givón, 2001b,

p. 228, grifo do autor). Não vamos aprofundar aqui essa intrincada e indispensável relação entre foco e tópico, mas concordamos com Givón (2001b, p. 230) quando afirma que um constituinte sob foco de contraste é também um tópico anaforicamente acessível. Isso se identifica nos dados do Mundurukú, sob análise.

Para Creissels (2006), a focalização contrastiva recobre vários tipos de estruturas comunicativas que têm em comum o fato de apresentarem, de uma maneira ou de outra, um contraste entre a informação em foco e uma informação alternativa já apresentada ou pressuposta. Para esse autor: “[...] *encore plus que les procédés de topicalisation, les procédés de focalisation varient d’une langue à une autre (cf. section 3), et les constructions focalisantes ne s’utilisent pas dans toutes les langues avec la même fréquence*” (Creissels, 2006, p. 121).

A seguir, apresentamos alguns tipos de focalização contrastiva nos termos de Creissels (2006, p. 121, tradução nossa), os quais são usados em nossa descrição do fenômeno em Mundurukú:

- focalização de rejeição: – ‘João foi ao cinema com Maria.’ – ‘Não, não. Não foi com Maria que ele foi ao cinema’.
- focalização de substituição: – ‘João foi ao cinema com Maria.’ – ‘Não, não. Foi com Nathália que ele foi ao cinema’.
- focalização de expansão: – ‘João foi ao cinema com Maria.’ – ‘Ele não foi somente ao cinema com Maria, ele também a levou para jantar...’
- focalização de restrição: – ‘João saiu com Maria e Nathália.’ – ‘Não, ele saiu apenas com Nathália’.
- focalização de seleção: – ‘Eu me pergunto se João saiu com Maria ou com Nathália.’ – ‘Posso te dizer que foi com Nathália que ele saiu’. (Creissels, 2006, p. 121, tradução nossa).

Por fim, uma discussão teórica bastante interessante diz respeito à relação entre focalização contrastiva e partículas interrogativas, por um lado, e focalização e partículas de negação, por outro. Essa discussão será apresentada nas seções específicas sobre essas partículas em Mundurukú, as quais passamos a apresentar a seguir.

INTRODUÇÃO À LÍNGUA MUNDURUKÚ E AO LUGAR DAS PARTÍCULAS

O povo Mundurukú vive em três estados brasileiros: Pará, Amazonas e Mato Grosso. De um total de cerca de 13 mil pessoas (IBGE, 2019), no Pará, encontra-se a maior parte da população, distribuída ao longo do rio Tapajós e afluentes. No Amazonas, ao longo do rio Madeira e afluentes, encontram-se cerca de dois mil indivíduos dessa etnia. E, no Mato Grosso, vivem poucas dezenas de mundurukú. Não temos notícias sobre o número de falantes da língua neste último estado. Infelizmente, a língua não é mais falada no Amazonas, havendo registro de uma falante, já em idade avançada (Santos, 2013). No Pará, o Mundurukú está bem preservado, sendo transmitido de uma geração para outra, especialmente no médio e alto Tapajós. É nessa região que empreendemos os trabalhos de campo desde 1997, a fim de documentar, descrever e explicar a língua.

Os dados aqui apresentados advêm de narrativas orais e escritas, descrições orais de procedimentos de caça, produção de cestaria e rede de dormir, material produzido para área de saúde e elicitacoes. Os colaboradores ao longo destes anos todos foram vários, desde jovens a idosos. Cito aqui os principais: ZS, VP, J e LA (da aldeia Sai-Cinza); CBK e MK (da aldeia Katō); AI, AI, FI, DS, J e DS (da aldeia Mangue); e CS (da aldeia km 43)².

² Por recomendação de um dos avaliadores da revista, registrarei apenas as iniciais dos nomes dos/das colaboradores/as.

Como outras línguas amazônicas, o Mundurukú (família Mundurukú, tronco Tupí) apresenta ordem de constituintes relativamente flexível, com predominância da ordem sujeito-objeto-verbo (SOV). Conforme Gomes (2006), geralmente os argumentos são expressos apenas por marcas morfológicas no verbo, sendo optativos os sintagmas nominais correferentes a elas. É uma língua de núcleo marcado. Assim, a morfologia presente no verbo traz os elementos fundamentais, e ele pode constituir, na maioria das vezes, um enunciado por si só:

- (I) *aḡokatkat* *wida* *o'yaoka* *kisem* *tip* *pe*³
aḡokatkat *wida* *o'=y-aoka* *kise-m* *tip* *pe*
homem onça 3Sa=3O-matar faca-INSTR mato em
'O/Um homem matou a/uma onça com a/uma faca no mato.' (Gomes, 2006, p. 71, reanalisado⁴)

Esse exemplo traz uma construção transitiva prototípica. O verbo *aoka* 'matar' tem dois argumentos: *aḡokatkat* 'homem' e *wida* 'onça'. Nessa ordem, compreende-se que o homem matou a onça. Argumentos desse tipo não requerem marcação de caso. Eles são indicados por morfemas pessoais no verbo, respectivamente: {*o'*=}, pronome de 3ª pessoa do singular em função de sujeito com verbos transitivos e intransitivos processuais/ativos, e {*i*-}, prefixo de 3ª pessoa do singular em função de objeto direto neste caso⁵. Os elementos circunstanciais, por sua vez, não são marcados no verbo e, geralmente, ocorrem em final de sentença. No exemplo (I), há um instrumental (*kise-m* 'faca-com') e um sintagma posposicional locativo (*tip pe* 'mato em'). O debate sobre o *status* argumental e não argumental dos participantes não será desenvolvido aqui, a fim de não fugir ao tema do texto⁶.

Temos dividido as palavras em Mundurukú em duas grandes classes (Gomes, 2006): 1) classes de palavras variáveis; 2) classes de palavras não variáveis.

Entre as classes variáveis, estão nomes, verbos e posposições. Entre as classes não variáveis, estão os pronomes (pessoais, quantificadores e demonstrativos), as palavras interrogativas, os advérbios e as partículas.

Funcionalmente, as partículas se diferenciam dos pronomes e das palavras interrogativas (Gomes, 2006), uma vez que eles são usados como argumentos ou adjuntos, algo não possível com partículas.

Apesar de haver uma proximidade formal e funcional maior com os advérbios, partículas não são adjuntos como eles. Além disso, partículas não podem ser nominalizadas para se tornarem argumentos, algo possível com advérbios (Gomes, 2006). E também não ocorrem no início de sentenças, como os advérbios. Logo, não se poderia argumentar que partículas seriam uma subclasse de advérbios, sob a perspectiva do que defende, por exemplo, Zwicky (1985) sobre o tema.

Partículas em Mundurukú são formas invariáveis, em sua maioria monossilábicas átonas, com *status* funcional e não lexical. Elas têm escopo principalmente sobre constituintes, ocorrendo, em sua maioria e preferencialmente, após

³ "C, j correspondem aos fonemas palatais /tʃ/ e /dʒ/, respectivamente; ḡ corresponde ao fonema /ŋ/, o qual em fim de sílaba, após vogal nasal, é realizado como [ŋ] e, após vogal oral, como [gŋ]; e, em início de sílaba, como [jŋ]; ' corresponde ao fonema oclusivo glotal /ʔ/; m corresponde ao fonema nasal /m/, que, após vogal oral, é [bm] em final de sílaba e, nos demais ambientes, é [m]; n corresponde ao fonema nasal /n/, que, após vogal oral, é [dn] em final de sílaba e, nos demais ambientes, é [n]; r corresponde ao fonema alveolar /r/ em qualquer ambiente; w, y correspondem aos fonemas assilábicos /w/ e /j/, respectivamente; x corresponde ao fonema fricativo palatal /ʃ/; o corresponde ao fonema vocálico posterior alto /o/, que varia entre [o] e [u]; u corresponde ao fonema vocálico central médio /ə/" (Gomes, 2006, p. 9). Essa é a ortografia oficial adotada pelo povo mundurukú, tendo sido instituída nos anos de 1970.

⁴ Alguns exemplos advêm de outros trabalhos do autor, mas foram reanalisados.

⁵ Para maiores explicações sobre as classes verbais, a cisão de intransitividade e os pronomes clíticos, conferir Gomes (2006, 2014).

⁶ Sobre esse tema, iniciamos recentemente um projeto (Gomes, 2018).

eles. Mas também podem ter escopo sobre sentenças inteiras, como veremos na próxima seção. Como já defendemos em Gomes (2006, p. 161-162), “[...] exercem funções tipicamente pragmáticas, como focalização e modalização”. Na próxima seção, apresentamos partículas bastante recorrentes na língua.

DESCRIÇÃO DE PARTÍCULAS RECORRENTES EM MUNDURUKÚ

As partículas foram agrupadas por semelhança semântica. Iniciamos esta seção pelas partículas típicas de construções interrogativas. Na sequência, vêm as partículas de negação, contraste e restrição. A seguir, apresentamos as partículas de ênfase/modalização e euforia, seguidas da partícula de inclusão e, por último, as partículas de tempo, aspecto e modo (TAM).

PARTÍCULAS DE INTERROGAÇÃO

Duas partículas têm a finalidade de criar interrogação: *du* e *jit*.

du ~ tu

A partícula *du*⁷ “[...] tem, precipuamente, função interrogativa, podendo interrogar argumentos, adjuntos ou núcleos de predicado” (Gomes, 2006, p. 162). Nos exemplos retirados de Gomes (2006, p. 162), “[...] o constituinte interrogado foi deslocado para a primeira posição à esquerda, posição de foco”:

- (1a) *puybu du aḡokatkat o’subuaoka?*
puy-bu du aḡokatkat o’=su-bu-aoka
 cobra-CL INT homem 3Sa=3o-CL-matar
 ‘Foi uma cobra que o homem matou?’ (Gomes, 2006, p. 162, reanalisado)

- (1b) *kisem tu bio ěn epesuëndakat?*
kise-m tu bio ěn epe=su-ěn-dakat
 faca-INSTR INT anta carne 23s=3o-carne-cortar
 ‘Foi com uma faca que vocês cortaram carne de anta?’ (Gomes, 2006, p. 162, reanalisado)

A resposta às perguntas feitas em (1a) e (1b) é de tipo sim/não. A entonação é de pergunta, e a partícula incide diretamente sobre o constituinte questionado, ocorrendo obrigatoriamente após ele. Há formação de um contorno fonológico único entre constituinte e partícula. Além disso, há o deslocamento para a primeira posição. À função interrogativa se soma a função focalizadora, com intenção contrastiva.

Regularmente, a partícula interrogativa não coocorre com palavras interrogativas responsáveis por perguntas de tipo aberto (*wh-questions*)⁸. Essa restrição ocorre, provavelmente, devido ao fato de *wh-questions* e foco constrativo já terem, *per se*, conexões sintáticas e funcionais: “[...] much like contrastive focus, *wh-questions* involve a proposition or clause that is almost entirely presupposed – except for one focal constituent. In declarative contrastive-focus clauses, that element is asserted contrastively. In *wh-questions*, the identity of that element is queried” (Givón, 2001b, p. 232).

⁷ *du* (após vogal) ~ *tu* (após consoante).

⁸ Sobre estas, cf. Gomes (2006, seção 4.3) e os exemplos (1c-1e), (2a e 2b), (5d), (12c e 12d) do presente artigo.

Logo, seria desnecessário acrescentar uma marcação extra de foco de contraste a perguntas do tipo aberto. Mas a combinação entre uma palavra de pergunta aberta e uma partícula de interrogação do tipo sim/não é possível em Mundurukú. O objetivo, nesse caso, é reforçar a pergunta.

Nesse sentido, os enunciados (1c) e (1d) “[...] podem ser ditos durante uma corrida, mas é em (1d) que o falante manifesta insistência” (Gomes, 2006, p. 163). Em (1c), ocorre apenas a palavra interrogativa *abu* ‘quem’, forma frequente, regular e não marcada de interrogar o argumento sujeito com traço mais animado. Já em (1d), o falante acrescenta a partícula interrogativa *du* para imprimir um valor de realce ao que está sendo interrogado: *abu du*.

- (1c) *abu koap jajēm?*
abu koap j-ajēm-Ø
 quem primeiro AUX-chegar-IPRF
 ‘Quem vai chegar em primeiro?’ (Gomes, 2006, p. 163, reanalizado)

- (1d) *abu du koap jajēm?*⁹
abu du koap j-ajēm-Ø
 quem INT primeiro AUX-chegar-IPRF
 ‘Quem que será que vai chegar em primeiro?!’ (Gomes, 2006, p. 163, reanalizado)

O exemplo (1e), a seguir, foi dito “[...] por uma criança eufórica que queria saber quando ela e o pai iriam sair” (Gomes, 2006, p. 163). Em exemplos corriqueiros, ocorre apenas a palavra interrogativa *puḡũn* ‘quando’. Mas, nesse caso, a combinação da partícula interrogativa com a palavra interrogativa acarreta uma leitura de realce para a interrogação:

- (1e) *puḡũn tu wuyju cum?*
puḡũn tu wuyju cu-m
 quando INT nós (12) ir-IPRF
 ‘Quando é mesmo que nós vamos?’ (Gomes, 2006, p. 163, reanalizado)

Um outro contexto em que encontramos a partícula *du/tu* combinada com uma palavra interrogativa indica polidez. De acordo com os colaboradores, ao se iniciar uma interação, a pessoa não deve dizer *ajo?* ‘o que é?’ (palavra interrogativa de argumento objeto), mas *ajo du?* ‘o que que eu posso fazer por você?’. Usar apenas a palavra interrogativa é considerado rude, não polido.

Assim, a partícula *du/tu* tem a função primária de interrogar constituintes, imprimindo valor de foco de contraste. E, ainda no âmbito geral da interrogação, também assume um valor de ênfase/destaque e polidez.

De um ponto de vista tipológico, especificamente sobre a relação entre partícula interrogativa e focalização, Creissels (2006, p. 173) afirma que também existem línguas nas quais as perguntas sim/não incluem um marcador

⁹ Em termos estruturais, não se trata de clivagem.

clítico de interrogação, que acompanha o verbo por padrão, mas que também pode acompanhar outros constituintes para produzir focalização, como ocorre em Finlandês e Latim.

Logo, o comportamento focalizador da partícula interrogativa do Mundurukú, descrito aqui, seria mais uma evidência a favor da relação frequente entre essas duas funções nas diversas línguas.

Outro ponto tipológico destacável sobre partículas interrogativas de questões sim/não é a sua semelhança com partículas de negação também no quesito focalização de constituintes: “Le comportement des marques de question *oui/non* est [...] semblable à celui des marques de négation de phrase: lorsque leur attachement est susceptible d’indiquer la focalisation d’un constituant, en l’absence de focalisation d’un constituant ils se placent par défaut au contact du verbe” (Creissels, 2006, p. 173, grifo do autor).

Porém, concordamos com Creissels (2006, p. 173), quando ele ressalva que, mesmo havendo semelhanças entre marcadores interrogativos e marcadores negativos, há uma diferença fundamental entre eles: a negação é um operador proposicional, enquanto a interrogação é um operador enunciativo.

Mais à frente, abordaremos a partícula de negação em Mundurukú. A seguir, apresentamos mais uma partícula interrogativa.

jít ~ cit

A partícula *jít*¹⁰ pode ser usada em orações interrogativas de tipo aberta para expressar “[...] exasperação do falante em relação ao que ele está perguntando. No exemplo (2a) [...], o falante está irritado pelo fato de a comida ter acabado e não ter sido suficiente para todos” (Gomes, 2006, p. 163, adaptado). Nesse caso, a palavra interrogativa *abu* ‘quem?’ está sendo modificada pela partícula *dit* (variante de *jít*, cf. nota 10). Como dissemos antes, essa combinação não é obrigatória, uma vez que as palavras interrogativas funcionam, via de regra, sem partícula. O uso de *dit*, assim, indica ao ouvinte o estado de espírito do falante:

- (2a) *Abu dit tiboḡ ḡu o’timuḡeee?! Epeḡuwēn taoma*
abu dit t-di-boḡ ḡu o’=t-di-muḡeee?! epe=i-mu-wēn taoma
 Quem IRRIT 3-caldo-ser:grande NEG 3Sa=3O-caldo-fazer 23s=3O-CAUS-falar logo
 ‘Quem diabos foi que fez pouco caldo?! Digam logo quem é.’ (Gomes, 2006, p. 164, reanalisado)

No exemplo (2b), como descrevemos em Gomes (2006), o enunciador demonstra irritação com seu interlocutor, que está se recusando a contar a verdade:

- (2b) *apoma jít eyju daje wūywūy?*
apoma jít eyju daje wūy~wūy-Ø?
 para.onde IRRIT vocês porco flechar~ITER-IPRF
 ‘Onde é mesmo que vocês estão flechando porcos?!’ (Gomes, 2006, p. 164, reanalisado)

¹⁰ *jít* (após vogal) ~ *cit* (após consoante). Em falantes da aldeia Katō (rio Cabitutu, Pará), registrei formas variantes: *dit* [dit] por *jít* [dʒit] e respectiva forma surda, variação presente também em outras palavras como *ticā* [titjā] por *cicā* [tʃitjā] ‘muito’.

Aqui também estamos diante de uma partícula usada em contexto interrogativo, combinando-se, pragmaticamente, com palavras interrogativas – *abu* e *apoma*, (2a) e (2b), respectivamente –, as quais não requerem partícula em contextos comuns de interação. Mas o uso da partícula evidencia que o efeito desejado é expressar a irritação do falante enquanto faz uma pergunta aberta. Especialmente no contexto do exemplo (2b), há uma discordância do falante frente ao que o seu interlocutor lhe havia respondido antes. Por isso, se dá o uso da partícula interrogativa em questão junto à palavra interrogativa, para deixar claro que um falante não está acreditando no que o outro estava lhe respondendo. Ocorre aí o fronteamento do elemento focalizado, o uso da partícula e um contorno entonacional, que agrega a palavra interrogativa e a partícula interrogativa no mesmo constituinte.

Em nossos dados, o uso de *jít* vem regularmente acompanhando palavras interrogativas, como ilustramos. Mas encontramos também o uso dessa partícula incidindo sobre uma palavra não interrogativa. Nesses casos, a partícula também questiona um constituinte, provoca focalização e explicita a irritação do falante. No exemplo (2c), extraído de uma narrativa, a anta está irritada com o jabuti, o qual está comendo a comida dela. Daí, faz a ele a seguinte pergunta:

- (2c) *ên cit oxat'a o'om ljoce?! io'e poy be*
ên cit oxat'-a o~'o-m ijoce i-o'e poy be
 você IRRIT comida-CL comer~ITER-IPRF aqui 3-dizer jabuti para
 'É você que está comendo meu buriti aqui?! Disse ao jabuti.'

A seguir, passamos a outro grupo de partículas.

PARTÍCULAS DE NEGAÇÃO, CONTRASTE E RESTRIÇÃO

Nesta seção, reunimos as partículas com valor de negação (*ǵu*), contraste (*bit*) e restrição (*acã*).

ǵu

A negação de constituintes em Mundurukú se dá mediante o acréscimo da partícula *ǵu* após o elemento negado (Gomes, 2006). Em (3a), há um exemplo de negação de participante de tipo argumento: *puybu* 'cobra'. Em (3b), há um exemplo de negação de adjunto expresso por sintagma posposicional: *kobe daǵ* 'por canoa'. E, em (3c), é o constituinte verbal que está sendo negado: *epeju* ' (vocês) vão'.

- (3a) *Puybu ǵu ixe o'subuaoka. Wida ma!*
Puy-bu ǵu ixe o'=su-bu-aoka. Wida ma
 cobra-CL NEG ele 3Sa=3O-CL-matar onça mesmo
 'Não foi uma cobra que ele matou. (Foi uma) onça mesmo!' (Gomes, 2006, p. 164, reanalisado)

- (3b) *Kobe daǵ ǵu epeju. Aviãw daǵ ma!*
Kobe daǵ ǵu epe=ju. Aviãw daǵ ma
 canoa por NEG 23s=ir avião por mesmo
 'Não é de canoa que vocês vão. É de avião mesmo!' (Gomes, 2006, p. 164, reanalisado)

- (3c) *epeju ġu*
epe=ju ġu
 23s=ir NEG

'Não vão vocês.' (Gomes, 2006, p. 164, reanalisado)

Também aqui ocorre a focalização do constituinte negado, com a finalidade de estabelecer um foco de contraste. Para tanto, além do uso da partícula *ġu*, ocorre também o deslocamento do constituinte para a primeira posição da sentença, como evidenciado pelo deslocamento do objeto direto em (3a) e do sintagma posposicional (SP) em (3b) para essa posição, lembrando que a ordem neutra em Mundurukú é SOV-SP.

Essa focalização contrastiva com a partícula de negação seria do tipo focalização de rejeição, nos termos de Creissels (2006). Os exemplos (3a) e (3b) trazem, além desse tipo, a focalização de substituição, operada também por meio de uma partícula. Nesse caso, a partícula *ma* vem logo após o constituinte que irá substituir o constituinte negado na sentença anterior. Em (3a), temos *wida ma* '(ele matou foi) uma onça mesmo'. Em (3b), temos *aviãw daġ ma* '(ele foi) de avião mesmo'. Essa partícula *ma* será novamente abordada em uma seção própria mais à frente.

Apesar de ser muito comum o deslocamento do constituinte negado para a primeira posição, encontramos exemplos em que isso não ocorre:

- (3d) *Daybi o'yaoka ġu ġebuġe bit*
Daybi o'=y-aoka ġu ġebuġe bit
 Daybi 3Sa=3o-matar NEG então contraste
 'Daybi não matou nada.'

Em (3d), o constituinte verbal é que está sendo negado, mas ele não foi deslocado para a primeira posição, que está preenchida pelo sujeito. Esse uso pode estar associado a uma negação sem focalização, algo ainda a ser investigado.

De um ponto de vista tipológico, não é incomum a relação entre negação e focalização. Por exemplo, de acordo com Creissels (2006, p. 161): "Le basque illustre aussi une interférence entre négation et construction de la phrase qui a des conséquences pour l'expression de la focalisation". Esse autor também aponta, de um prisma translinguístico, o frequente uso de partículas para expressar negação.

A forma da negação focalizada do Mundurukú também se assemelha ao que se encontra em muitas línguas: o frontamento do constituinte focalizado¹¹.

Algo igualmente similar ao que ocorre em Mundurukú é descrito por Creissels (2006, p. 140) em suas generalizações sobre características formais de partículas negativas: "Les particules négatives sont des formes non fléchies qui caractérisent comme négatives les phrases où elles figurent, qui souvent n'ont qu'une mobilité réduite, mais qui en tout cas ne peuvent pas s'analyser comme affixes du verbe". O caráter não flexional da partícula de negação do Mundurukú – e das demais partículas da língua – é uma dessas semelhanças, assim como o caráter de mobilidade reduzida de boa parte delas, a quais ocorrem, via de regra, após o elemento modificado. Temos tendência a classificar essa e outras partículas como clítics, e não como afixos ou palavras livres.

¹¹ Cf., por exemplo, Givón (2001a, p. 380-381, 2001b, p. 243).

Vejamos, a seguir, outra partícula deste grupo semântico de negação, contraste ou restrição.

bit ~ pit

A partícula **bit**¹² “[...] indica que a informação dada contraria algo esperado ou que foi dito anteriormente” (Gomes, 2006, p. 164). Em (4a), seu escopo é o sujeito (*õn* ‘eu’). Em (4b), o escopo é uma predicação não verbal:

- (4a) *õn bit ojojojo kobe*
õn bit o=jo-jojo kobe
 eu contraste 1s=3o-ver canoa
 ‘Mas fui eu sim que vi a canoa.’ (Gomes, 2006, p. 164, reanalizado)

- (4b) *muba’atũm pima bit oceju jeoroğ*
muba’at-ũm pima bit oceju je-orok-m
 chuva-PRIV se contraste nós(13) MED-caçar-IPRF
 ‘Mas, se não chover, nós vamos caçar sim.’ (Gomes, 2006, p. 164, reanalizado)

O exemplo (4a) é dito para alguém que está duvidando que o falante tenha visto a canoa, criando uma oposição entre os pontos de vista dos interlocutores envolvidos. A expressão de primeira pessoa já está presente no pronome clítico {o=} no núcleo do constituinte verbal, mas é repetida no pronome livre *õn* ‘eu’. Entendemos que essa repetição da referência do argumento sujeito nesse pronome faz parte da função de foco de contraste acumulada por essa partícula, a qual contrasta, sobretudo, proposições. Destacamos, ainda, a ordem de constituintes aí: SVO e não SOV. Já o exemplo (4b) contrasta, no contexto discursivo, a ideia de ‘ir caçar caso não chova’ com a ideia de ‘não ir caçar de modo algum’, postulada anteriormente pelo interlocutor. Em exemplos assim, a oração modificada por **bit** costuma vir antes da outra oração com a qual aquela se relaciona.

A partícula **bit** expressa também que uma mudança está acontecendo, contrastando estados. É o que vemos em (4c), a seguir, em que o algodão colhido está sendo modificado para uso. Como registramos em Gomes (2006, p. 165), “O falante está me descrevendo como se faz uma rede de dormir e, nesse momento, fala que a pessoa tem de ir batendo o algodão com a mão, espalhando-o e comprimindo-o”:

- (4c) *borõm da taeruğ je’e ġasũ bit*
borõm da t-da-eruğ je’e ġasũ bit
 algodoeiro semente 3Sp-semente-estar:espalhado AUX agora contraste
 ‘Agora, o algodão vai ficando espalhado.’ (Gomes, 2006, p. 165, reanalizado)

Em (4c), o efeito da partícula **bit** é sobre toda a proposição: a mudança operada faz o algodão mudar de forma, em contraste com a forma que ele tinha anteriormente. O uso dessa partícula e das demais aqui abordadas implica uma clara continuidade discursiva.

¹² **bit** (após vogal) ~ **pit** (após consoante).

Ao relacionar discurso e partículas, poderíamos ser induzidos a evocar a classificação de ‘marcadores discursivos’ (*discursive markers*), proposta por Zwicky (1985) para as partículas, conforme discutimos em seção anterior deste texto. Mas não usaremos essa terminologia, devido ao valor restritivo atribuído a ela pelo autor. Como mostramos, ele nega a existência da classe de partículas nas línguas e também inclui, nessa designação, as chamadas interjeições, o que não é o caso do Mundurukú também. No entanto, reconhecemos o impacto nas interações discursivas provocado pelas partículas aqui descritas.

A seguir, apresentamos a última partícula deste grupo.

acã

A partícula **acã** não é monossilábica como a maioria das demais. É usada para restringir uma informação frente a um conjunto de possibilidades, tendo um caráter excludente, portanto. Tem o significado de ‘só’, ‘apenas’.

O exemplo (5a) vem em uma sequência discursiva em que se discute quem teria matado uma onça. Um dos interlocutores afirma que haviam sido Pedro e Biboy. E o outro retruca, negando a participação de Pedro, por meio do uso da partícula de negação de constituinte **ǵu** – focalização contrastiva de rejeição, nos termos de Creissels (2006) –, já descrita. Além disso e subsequentemente, a fim de reafirmar que Pedro estava excluído e que Biboy tinha matado a onça sozinho, o interlocutor acrescenta a partícula **acã** logo após o nome Biboy:

- (5a) *Pedoro ǵu wida o’yaoka. Biboy acã*
Pedoro ǵu wida o’y-aoka. Biboy acã
 Pedro NEG onça 3Sa=3o-matar Biboy só
 ‘Não foi Pedro que matou a onça. (Foi) só Biboy.’ (Gomes, 2006, p. 168, reanalisado)

No exemplo (5a), portanto, restringe-se um dos argumentos. Trata-se aqui, nos termos de Creissels (2006), de focalização contrastiva de restrição. Nesse caso, a informação já conhecida (pressuposta) não precisa ser repetida, apenas o elemento focalizado, fato bastante comum nas línguas (Givón, 2001b, p. 244-245).

No exemplo (5b), a seguir, o narrador lista uma série de ações que estavam sendo feitas em um dado contexto, mas que não eram feitas todas ao mesmo tempo. A fim de dizer que se tratava de determinadas ações e não de outras, após cada predicado verbal, ele inclui a partícula **acã**, a qual forma, com o predicado, um conjunto com contorno fonológico único:

- (5b) *jekõnkõn acã, dao ‘o’om acã, jeorokoroǵ acã*
je-kõn~kõn-Ø acã dao ‘o~’o-m acã je-orok~orok-m acã
 MED-comer~ITER-IPRF só mingau comer~ITER-IPRF só MED-caçar~ITER-IPRF só
 ‘(Ficávamos) só comendo, só tomando mingau, só caçando.’ (Gomes, 2006, p. 168, reanalisado)

Predicados não verbais também são restringidos com **acã**. No exemplo (5c), a construção restringida não traz um verbo, sendo composta de um pronome, seguido de um nome reduplicado. Esse conjunto é o escopo da partícula **acã**, criando a ideia de que, somente nos últimos anos, algo novo se passou em contraste com o que acontecia antes:

- (5c) *ijoyũ koatoto acã oceju etaybin ojuy*
ijo-yũ koato~to acã oceju etaybit-m ojuy
 este-PL verão~PL só nós(13) aprender-IPRF querer
 'Só nestes últimos anos, quisemos aprender.' (Gomes, 2006, p. 168, reanalisado)

O elemento modificado pela partícula **acã** encontra-se em primeira posição na sentença (5c), posição de foco, fato bastante frequente também com essa partícula.

Finalmente, registramos a forma **ã** como possível variação de **acã**. Vejamos o seguinte diálogo:

- (5d) A. *Pebũrũ axima eũyũm?* B. *Xepxep ã.*
 A. *Pebũrũ axima e=i-muy-um?* B. *Xepxep ã.*
 quantos peixe 2s=3O-CAUS-no.alto dois só
 A. 'Quantos peixes você pescou?' B. 'Apenas dois.' (Gomes, 2006, p. 168, reanalisado)

Ainda não identificamos o fator que promove a alternância entre as formas **acã** e **ã**. Por ora, vamos considerá-las como formas variantes da mesma partícula. A posição típica delas é a mesma: após o constituinte que está sendo restringido. A variante **ã** ocorre bem menos que **acã**.

A seguir, trataremos de partículas de ênfase/modalização e euforia.

PARTÍCULAS DE ÊNFASE/MODALIZAÇÃO E EUFORIA

Neste grupo, incluímos as partículas **ma** 'ênfase/modalização' e **poro** 'euforia'.

ma

Ao usar a partícula **ma**, que é muito frequente, o falante imprime à sua fala uma ênfase, que seria melhor traduzida como um tom de certeza, um valor de verdade em relação ao que está sendo dito¹³. O seu escopo pode ser tanto um constituinte – seja um argumento (6a), um adjunto (6b) ou um núcleo do predicado (6c) – quanto toda a sentença (6d).

O exemplo (6a), a seguir, traz o objeto direto (**wida ma** 'onça mesmo') deslocado para a esquerda, ocorrendo antes do sujeito da sentença (OSV, em lugar de SOV). Isso faz parte do processo de focalização contrastiva, como temos aqui abordado. Esse objeto direto vem acompanhado da partícula **ma**, que exerce o papel pragmático de valor de verdade (modalidade epistêmica). Logo na sequência, o falante deixa claro que não foi uma cobra que havia sido morta. Para tanto, usa a partícula de negação contrastiva **ũu** junto ao constituinte negado (**puybu ũu**), seguida da partícula de contraste **bit**, que faz um contraste maior ainda, entre sentenças/pontos de vista, a fim de contrariar o que falou o seu interlocutor anteriormente:

- (6a) *Wida ma aũokatkak o'yaoka! Puybu ũu bit.*
Wida ma aũokatkak o'=y-aoka Puy-bu ũu bit
 onça mesmo homem 3Sa=3O-matar cobra-CL NEG contraste
 'Foi uma onça mesmo que o homem matou! Não uma cobra.' (Gomes, 2006, p. 165, reanalisado)

¹³ Conferir, em Gomes (2006, seção 4.2.5), os advérbios modalizadores, responsáveis pelas noções de dúvida (**aco'i**) e certeza (**icẽm**).

Os exemplos seguintes trazem situação bastante semelhante, com a negação do instrumento em (6b) e do núcleo do predicado verbal em (6c), focalizando e contrastando esses constituintes com outros, que virão acompanhados de **ma**. Em (6b), o constituinte modificado pela partícula modalizadora **ma** (*kisem ma* 'uma faca mesmo') ocorre sozinho na proposição, sendo o restante dela recuperável automaticamente:

- (6b) *nobanõm ãu aãokatkat wida o'yaoka. Kisem ma*
nobanõ-m ãu aãokatkat wida o'=y-aoka kise-m ma
 espingarda-INSTR NEG homem onça 3Sa=3O-matar faca-INSTR mesmo
 'Não foi com uma espingarda que o homem matou a onça. (Foi) com uma faca mesmo!' (Gomes, 2006, p. 165, reanalísado)

No exemplo (6c), como em (6a), ocorre o deslocamento do constituinte modificado pela partícula **ma** para a posição inicial da sentença. Nesse exemplo, é o núcleo verbal enfatizado pela partícula que vem antes do objeto direto (VO em lugar de OV):

- (6c) *o'yaoka ma wida! O'ãutaktak ãu*
o'=y-aoka ma wida! O'=i-mu-taktak ãu
 3Sa=3O-matar mesmo onça 3Sa=3O-CAUS-estar:ferido NEG
 'Foi matar mesmo a onça o que ele fez! Não a deixou ferida apenas não.' (Gomes, 2006, p. 165, reanalísado)

Já no exemplo (6d), o uso da partícula **ma** ocorre no final da sentença, podendo estar atribuindo um valor de verdade/certeza a toda ela ou apenas ao sintagma posposicional *tuk'a bewi* 'das casas deles':

- (6d) *pariwat 'it'it pupum tuk'a bewi ma!*
pariwat 'it~'it pu~pu-m t-uk-'a be-wi ma
 inimigos filho~PL pegar~ITER-IPRF 3-casa-CL em-de mesmo
 'Raptavam os filhos dos inimigos das casas deles mesmo!' (Gomes, 2006, p. 165, reanalísado)

A seguir, descrevemos outra partícula cuja função é também de natureza pragmática próxima a que foi aqui descrita.

poro

Segundo Gomes (2006, p. 168), "A partícula **poro** denota euforia ou admiração com alguma coisa". Ela não é monossilábica, como a maioria das demais partículas. Funcionalmente, se assemelha à partícula **ma**, abordada nesta subseção, dado certo valor de ênfase presente em ambas, mas não identificamos valor epistêmico em **poro**, tal como identificamos em **ma**. Também não identificamos em **poro**, com clareza, valor contrastivo, como nos demais casos. Supomos, no entanto, que ele também possa estar presente, uma vez que parece haver uma possível seleção de objetos ou pessoas, a qual é pressuposta quando ocorre seu uso.

O exemplo (7a) é usado por criança ao se referir a alguma coisa que achou ou ganhou. A criança está muito eufórica, e isso fica claro devido ao uso da partícula **poro** logo após o demonstrativo:

- (7a) *joku poro obubun!*
jo=ku poro o=bubut-m
 este=? euforia 1=brinquedo-IPRF
 'Este aqui vai ser meu brinquedo!' (Gomes, 2006, p. 168, reanalisado)

Em (7b), também se manifesta um estado de euforia por parte do falante:

- (7b) *ite poro wadim je'e*
ite poro wadip-m je'e
 essa euforia namorado-IPRF AUX.FUT
 'Essa vai ser minha namorada!' (Gomes, 2006, p. 168, reanalisado)

Os elementos modificados por *poro* formam com ele um conjunto, evidenciado pela presença de um único contorno fonológico. E, novamente, constatamos que um constituinte modificado por uma partícula ocorre na primeira posição da sentença.

No exemplo (7c), *poro* modifica um constituinte que também é modificado pela partícula de negação *ǵu*. Essa frase foi dita em um contexto em que um interlocutor informa ao outro que, ao contrário do que eles dois pensavam, não eram eles que estavam engravidando as próprias esposas. Por isso, o uso da focalização de contraste por meio da partícula de negação ocorre somado à partícula que denota admiração/surpresa – *poro*:

- (7c) *wuyju ǵu poro mo wuytayxi mu'ukreǵreǵ!*
wuyju ǵu poro mo wuy=tayxi mu-'ukreǵ~reǵ
 nós NEG euforia mesmo 12=esposa CAUS-estar.grávida~ITER
 'Não somos nós que estamos engravidando nossas mulheres!'

Nesse exemplo (7c), identificamos, ainda, uma possível forma variante da partícula *ma* 'ênfase/certeza'. Trata-se da partícula *mo*, que ocorre após *poro*, incidindo sobre o mesmo constituinte já modificado pelas duas partículas acima comentadas. Essa combinação de partículas é muito comum.

A seguir, passamos a outro grupo, composto de uma partícula apenas.

PARTÍCULA DE INCLUSÃO

dak ~ tak

A partícula *dak*¹⁴ significa 'inclusive, também'. No exemplo (8a), o constituinte sujeito vem modificado pela partícula *dak*, cuja posição é sempre posterior a ele:

¹⁴ *dak* (após vogal) ~ *tak* (após consoante).

- (8a) *eyju dak epetõ*
eyju dak epe=tõ
 vocês também 23s=chorar
 'Até vocês choraram.' (Gomes, 2006, p. 169, reanalísado)

O constituinte modificado pela partícula **dak** também tende a ser deslocado para a esquerda, posição de foco. Isso fica bastante evidente no exemplo (8b), em que o objeto direto **dapsem** 'veado' foi deslocado para a posição anterior ao sujeito, mudando a ordem canônica de SOV para OSV:

- (8b) *dapsem tak aõokatkat o'jo'o*
dapsem tak aõokatkat o'=jo-'o
 veado também homem 3Sa=3o-comer
 'Também o veado, o homem o comeu.' (Gomes, 2006, p. 169, reanalísado)

O uso da partícula **dak** pode ser classificado como focalização contrastiva de expansão, nos termos de Creissels (2006), uma vez que o elemento focalizado promove a expansão da informação anterior, já fornecida ou compartilhada pelos falantes.

Os exemplos a seguir (8c-8e) trazem um diálogo, o qual nos permite observar o uso de três partículas já descritas aqui, inclusive a desta seção, **dak/tak**:

- (8c) *Epeyaoka du?*
Epe=y-aoka du?
 23s=3o-matar INT
 'Vocês mataram alguma coisa?'

- (8d) *Ka'uma! Oceyaoka õu*
Ka'uma! Oce=y-aoka õu
 não 13s=3o-matar NEG
 'Não! Não matamos nada.'

- (8e) *õn tak oyaoka õu!*
õn tak o=y-aoka õu
 eu também 1s=3o-matar NEG
 'Eu também não matei nada!'

Em (8c), o falante inicia o diálogo com uma pergunta de tipo sim/não. Ocorre, então, o uso da partícula interrogativa **du**, já descrita na seção anterior. Em (8d), o outro falante responde negativamente e usa a partícula negativa **õu** (além da palavra negativa **ka'uma**). Essa partícula foi descrita em seção anterior. O primeiro falante, então, diz que não matou nada também (8e). E, neste momento, usa a partícula **tak**, aqui descrita. Nesse exemplo, o pronome

livre *õn* 'eu' é o alvo dessa partícula. Ele não seria obrigatório, uma vez que o pronome clítico no verbo (*{o= '1S'}*) é suficiente para informar a referência da pessoa discursiva. Porém, entendemos que o uso do pronome livre, neste caso, permite focalizar o constituinte. Isso nos leva a crer que esses pronomes livres desempenham função pragmática, além de funcionarem como argumento sintático em contextos em que o pronome clítico pessoal não ocorre, como no aspecto imperfectivo (Gomes, 2006). Essa interação entre partículas e pronomes pessoais livres merecerá mais de nossa atenção em pesquisas futuras.

A seguir, abordamos o último grupo de partículas, que têm natureza diferente das anteriores, por serem restritas ao constituinte núcleo do predicado (verbal ou não verbal), terem posição mais flutuante em relação a ele e, aparentemente, não carregarem função focalizadora, como as demais identificadas até aqui.

PARTÍCULAS TEMPORAIS, ASPECTUAIS E MODAIS (TAM)

Nesta seção, abordamos partículas associadas a noções temporais, aspectuais e modais, a saber: *juk* 'passado recente'; *buk* 'iminente'; *juy* 'imperativo polido'; e *kuka* 'hipotético'.

juk ~ cuk

A partícula *juk*¹⁵ indica que uma ação acabou de acontecer – exemplo (9a) – ou aconteceu em um passado bem próximo ao momento da sua enunciação – exemplo (9b):

- (9a) *õn cuk oajëm*
õn cuk o=ajëm
 eu P.RECT 1s=chegar

'Acabei de chegar.' (Gomes, 2006, p. 167, reanalisado)

- (9b) *botijãw'a yuk oyaũm ewebe*
botijãw'-a yuk o=y-a-ũm e=webe
 botijão-CL P.RECT 1s=3O-CL-dar 2=para

'Eu emprestei meu botijão para você há pouco tempo.' (Gomes, 2006, p. 167, reanalisado)

Embora a interpretação temporal de passado recente em relação ao núcleo da predicação seja a interpretação que identificamos quando se usa essa partícula, a ocorrência dela não se dá, regularmente, após esse constituinte (posição típica de partículas), mas entre o constituinte argumento – sujeito em (9a) e objeto direto em (9b) – e o constituinte núcleo da predicação. Entretanto, não podemos afirmar ainda que, associado ao valor de passado recente, possa estar ocorrendo também algum tipo de focalização desses constituintes nominais, como identificamos com outras partículas. Testes de deslocamento dos argumentos em exemplos como (9a) e (9b), para verificar se *juk* se deslocaria junto com eles, têm de ser feitos, assim como outros testes para saber se há algum valor de foco aí presente.

Já o exemplo (9c), a seguir, traz a partícula *juk* em posição pós-verbal:

¹⁵ *juk* (após vogal) ~ *cuk* (após consoante).

- (9c) *ocenapõn cuk adi õn pit*
o=cenapõn cuk adi õn pit
 1s=fugir P.RECT ? eu contraste
 'Eu, porém, fugi.'

Nesse exemplo, também há uma leitura de passado recente, pois se está relatando uma situação (a fuga) que tinha acabado de acontecer, mas a posição pós-constituente da partícula *cuk* pode estar sugerindo também uma leitura de focalização contrastiva, incidindo sobre o constituinte verbal, possibilidade reforçada pela presença da partícula de contraste *bit*, abordada em seção anterior.

A seguir, o exemplo (9d) traz a partícula *juk* incidindo sobre a oração *õn 'e'em* 'eu estava dizendo', para expressar a ideia de que se trata de um passado recente. Imediatamente antes dela, ocorre também a partícula *acã* 'só', que restringe a ação. E, antes delas, ocorrem mais duas outras partículas – *puk* 'iminente/desejo' e *ma* 'ênfase/certeza' –, que incidem sobre o constituinte verbal *ocetit* 'eu mamou', para expressar a ideia de: 'eu quero mamar agora mesmo':

- (9d) *ocetit puk ma acã yuk õn 'e'em aĩ*
o=ce-tit puk ma acã yuk õn 'e~'e-m aĩ
 1=MED-mamar iminente mesmo só P.RECT eu dizer~DUR-IPRF mãe
 'Só estava dizendo mesmo há pouco que quero mamar agora, mamãe.' (Gomes, 2006, p. 169, reanalisado)

A combinação entre partículas diversas é muito comum, como vários exemplos até aqui permitem constatar.

Especificamente sobre a ordem das partículas de tipo TAM em relação ao constituinte modificado, o que os fatos apresentados aqui nesta subseção e nas próximas vão mostrar é que há uma flutuação na posição de partículas desse tipo, embora haja uma tendência a ocorrerem em segunda posição.

buk ~ puk

Essa partícula foi identificada apenas com núcleo de predicados. Ela tende a ocorrer após eles, posição comum em que boa parte das partículas discutidas neste texto ocorre. Frequentemente, a partícula *buk*¹⁶ "[...]" indica que a ação expressa pelo verbo é iminente [...] (Gomes, 2006, p. 165). Em muitas ocorrências, o uso dela é feito em contextos em que se usa também o aspecto verbal imperfeito. Em (10a), por exemplo, o verbo *xet* 'dormir' ocorre na sua forma imperfectiva, como se pode observar pela sufixação do morfema de imperfeito {-m}:

- (10a) *xen puk õn*
xet-m puk õn
 dormir-IPRF iminente eu
 'Eu estou indo dormir agora.' (Gomes, 2006, p. 166, reanalisado)

¹⁶ *buk* (após vogal) ~ *puk* (após consoante).

Em (10b), os verbos *cu* 'ir' e *jo* 'ver' também estão flexionados com o sufixo de aspecto imperfeito. A partícula *puk* incide sobre o primeiro verbo, ocorrendo imediatamente após ele, informando sobre uma ação que irá acontecer com certeza muito em breve:

- (10b) *cum puk ãn ijom*
cu-m puk ãn i-jo-m
 ir-IPRF iminente eu 3O-ver-IPRF

'Eu estou indo para vê-lo agora.' (Gomes, 2006, p. 166, reanalizado)

Além do valor de iminência, também há alto grau de certeza relativo à ação verbal que se enuncia quando se usa a partícula *puk*. Essa é mais uma partícula associável a um valor modalizador.

Ainda sobre os exemplos (10a) e (10b), verificamos que o sujeito ocorre após o verbo, invertendo a ordem típica entre esses constituintes. É mais um exemplo de constituinte modificado por partícula – no caso, o núcleo do predicado – que ocorre na primeira posição da sentença. Se há também aí um valor de foco, ainda não estamos aptos a afirmar, embora haja indícios formais disso.

Em outros contextos, o uso da partícula *buk/puk* implica o falante estar dando uma ordem (10c-10d), que deverá ser cumprida imediatamente:

- (10c) *ēju'uk puk*
e=ju-'uk puk
 2s=3O-apanhar iminente

'Vá apanhá-lo agora.' (Gomes, 2006, p. 166-167, reanalizado)

- (10d) *esubuaoka buk*
e=su-bu-aoka buk
 2s=3O-CL-matar iminente

'Mate a cobra agora.' (Gomes, 2006, p. 166-167, reanalizado)

Em (10c) e (10d), a ação também é iminente. Mas há um valor modal nesses usos, em que se expressa uma atitude do falante frente ao ouvinte. Essa expressão de ordem, contudo, não é polida, como no caso da partícula *juj*, que vamos descrever na próxima subseção.

Nos exemplos (10e) e (10f), a seguir, o diálogo apresenta os dois usos citados para *buk*, o primeiro associado mais ao valor imperativo, e o segundo, mais ao valor iminente:

- (10e) *ģebuĵe etapu buk!*
ģebuĵe e=t-dap-u buk
 então 2s=3O-pena-buscar iminente

'Então, vá buscar pena (de arara) agora!'

- (10f) *Ap! wuyjun ma buk atapu!*
Ap! wuyju ma buk a=t-dap-u
 Não! nós mesmo iminente 12s=3o-pena-buscar
 'Não! Nós todos é que vamos buscar pena (de arara)!'

Com relação à posição da partícula *buk*, como dissemos, ela tende a vir após o constituinte verbal. Mas há um bom número de exemplos em que ela ocorre antes do verbo, como em (10f). Ainda não identificamos se há um fator funcional nessa oscilação de posição.

Para finalizar a descrição de *buk*, apresentamos, no exemplo (10g), uma situação em que ela ocorre modificando um predicado não verbal:

- (10g) *kuyaje buk wuyju ijocen ma*
kuyaje buk wuyju ijoce ma
 amanhã iminente nós aqui mesmo
 'Quando for amanhã, nós ainda estaremos aqui.

No exemplo (10g), a partícula *buk* incide sobre o advérbio *kuyaje* 'amanhã', mostrando o valor de iminente, instaurado pela partícula. Entendemos que aí se encontra um predicado não verbal. O grau de certeza, o qual é também produzido indiretamente por *buk* sobre o que é dito, é reforçado pelo uso da partícula *ma*, no final da sentença.

juj ~ cuy

Associada ao imperativo, a partícula *juj*¹⁷, de acordo com explicações dadas pelos próprios falantes, "[...] implica ordem ou sugestão, mas de caráter extremamente polido, educado, dando margem, inclusive, a uma recusa" (Gomes, 2006, p. 166). O exemplo (11a) traz um pedido feito a uma mãe, em que o verbo *aḡ* 'olhar, cuidar' foi modificado pela partícula *cuy*, a fim de expressar um tipo de ordem do falante ao ouvinte. Porém, o uso de *cuy* implica, em realidade, um pedido e não um comando irrecusável propriamente dito. Nesse mesmo exemplo, aparece também a partícula *buk*, que indica a ideia de desejo de que ação ocorra daí a pouco tempo:

- (11a) *okpot kay buk cuy aḡ oxi*
o=kpot kay buk cuy ak-m o=xi
 1=filho para iminente IMPER olhar-IPRF 1=mãe
 'Minha mãe, por favor, olhe o meu filho pra mim.' (Gomes, 2006, p. 166, reanalisado)

O exemplo (11b), a seguir, também implica uma ordem polida, na verdade um pedido ou desejo, igualmente passível de ser recusado. Chama a atenção que o escopo da partícula *cuy*, nesse caso, é o todo constituído pelo objeto e pelo verbo, que vem após a partícula, e não antes, como na maioria dos usos das partículas descritas neste texto:

¹⁷ *juj* (após vogal) ~ *cuy* (após consoante).

- (11b) *obureyũ kuyaje buk cuy oduk'a ayapik*
o=bure-yũ kuyaje buk cuy o=d-uk-'a a=y-a-pik
 1=amigo-PL amanhã iminente IMPER 1=R1-casa-CL 12s=3o-CL-trabalhar
 'Meus amigos, amanhã vamos fazer o trabalho da minha casa.' (Gomes, 2006, p. 166, reanalisado)

Como se vê em (11a) e (11b), a associação da partícula *cuy/juy* com a partícula *buk* 'iminente' é frequente, mas, como se pode ver em (11c), não é obrigatória:

- (11c) *kuayje juy kabiaisum cuy wara'at ti iodi'in atikuda*
kuayje juy kabia-isu-m cuy wara'at di io-di-'in a=t-di-kuda
 amanhã IMPER dia-RECT-INSTR IMPER outro água ?-água-PART 12s=3o-água-procurar
 'Amanhã, quando for bem cedo, iremos procurar um outro lago.' (Gomes, 2006, p. 166, reanalisado)

Este último exemplo traz duas ocorrências da partícula *juy/cuy*. No primeiro uso, entendemos que seu escopo seria sobre o predicado não verbal *kabiaisum* '(quando for) bem cedo'. O segundo uso incidiria sobre o objeto direto e seu verbo: *wara'at ti iodi'in atikuda* 'procuraremos outro lago'.

A seguir, descrevemos a última partícula deste texto, também associada a TAM.

kuka ~ ka

A partícula *kuka* é responsável pela noção de hipótese. Também é uma das poucas não monossilábicas. Ela ocorre, principalmente, em contextos em que há uma relação de condição entre enunciados. Essa condição é introduzida pelo elemento subordinante *pima* 'se'. O escopo de *kuka* é o predicado inteiro e ocorre frequentemente após ele.

O exemplo (12a), a seguir, vem de uma história em que o narrador relata que nasceu com algum problema físico. Sua mãe o criou mesmo assim, embora ela e ele fossem alvo de zombarias e fofocas de outras pessoas, especialmente de outras mulheres que rejeitavam aquela criança. Neste enunciado, o narrador relata o que algumas pessoas diziam que fariam, hipoteticamente, se ele fosse filho delas:

- (12a) *o'in pima kuka ãn pit kuy ma oğupik* – *i'e'em ip*
o='it-m pima kuka ãn pit kuy ma o=i-mu-pik – *i'e'em ip*
 1=filho-IPRF se HIP eu contraste já mesmo 1s=3o-CAUS-estar.queimado diziam elas
 'Se fosse o meu filho, eu já o teria queimado – diziam elas.' (Gomes, 2006, p. 141, reanalisado)

A partícula de hipótese *kuka* ocorre após o predicado não verbal condicional – *o'in pima kuka* 'se fosse meu filho'. Além dela, nesse exemplo (12a) ocorrem outras partículas já abordadas neste texto. A partícula *pit* 'contraste' informa uma expectativa contrária ao que acontecia, algo como: 'em lugar de criar como essa mãe está fazendo, eu queimaria essa criança'. Após a partícula *pit*, ocorre o advérbio *kuy* 'já', seguido da partícula *ma* 'ênfase/certeza'. Essa última partícula demonstra o grau de convicção que era expresso por quem falava aquele tipo de coisa.

O exemplo (12b), a seguir, também traz a partícula *kuka* associada a um predicado condicional introduzido pelo elemento subordinante *pima* 'se'. Também vemos aí o uso de outra partícula já abordada – *acã* 'restritivo':

- (12b) *õn wãtaxipi pima acã kuka piğãğam oju ġu*
õn wãtaxipi pima acã kuka piğãğam o=ju ġu
 eu estar.doente se só HIP pescar 1s=ir NEG
 'Só se eu estivesse doente, eu não iria pescar.' (Gomes, 2006, p. 167, reanalisado)

Essa correlação entre hipótese (*kuka*) e condição (*pima*) é bastante recorrente e, à primeira vista, pareceria indissociável, se não houvesse na língua exemplos em que ocorre apenas a condição sem a hipótese, como no exemplo (4b), apresentado na seção “Partículas de negação, contraste e restrição”. Já a ocorrência de hipótese sem condição também é recorrente e aparece em exemplos como (12c):

- (12c) *Jaku deiwat. Cooh. Bik ibi. Apẽn kuka o'jewãwã?*
Jaku dei-wat. Cooh. Bik i-bi. Apẽn kuka o'=je-wãwã?
 este mato-de ideofone fechar 3-boca como HIP 3Sa=MED-grito
 'Este é o índio bravo. Pegou. Fechou a boca dele. Como poderia gritar?'

Esse exemplo (12c) também serve para mostrar que a posição de *kuka* pode variar, vindo antes do verbo. Essa ordem pré-verbal foi encontrada em exemplos com palavras interrogativas – como em (12c) e (12d) – e com verbos do tipo ‘ser, estar, ficar’ (12e-12f).

- (12d) *Apẽn kuka o'ju?*
Apẽn kuka o'=ju?
 Como HIP 3Sa=ir
 'Como é que ele iria?'

- (12e) *pũğ kuka osunuy ade koato jijã aids kuğ je-binũn pe,*
pũğ kuka osunuy ade koato jijã aids kuğ je-binũn pe,
 um HIP estar muitos verão muito aids com 3CORF-dentro em
 'Alguém poderia estar com aids dentro de si há muitos anos.'

- (12f) *iwãtaxipi ġu bit kuka osunuy*
i-wãtaxipi ġu bit kuka osunuy
 3Sp-estar.doente NEG contraste HIP estar
 'Mas a doença poderia não se manifestar.' [continuação de (12e)]

O exemplo (12g) traz a partícula *ka*, uma forma variante de *kuka*:

- (12g) *Oe'ũ kuka io'e. Yanũğũm ka oe'ũ io'e!*
Oe'ũ kuka io'e. Y-anũğ-ũm ka oe'ũ io'e
 morrer HIP diz-que 3-tratar-PRIV HIP morrer diz-que
 'Iriam morrer. Se não tivessem sido tratados, morreriam. Dizem!'

Nesse último exemplo, ocorrem as duas variantes da partícula que expressa hipótese. A distribuição entre as formas *kuka* e *ka*, contudo, ainda está por ser identificada. Aparentemente, seria variação livre, com maior ocorrência da forma longa. Outro destaque desse exemplo é a posição da partícula, que oscila entre ser pré-verbal e pós-verbal. A motivação para essa variação de posição também não foi ainda plenamente compreendida. A posição pós-verbal é a de maior ocorrência. Exemplos desse tipo sugerem haver uma variação livre.

Como vimos nesta seção, diferentemente da grande maioria das partículas discutidas neste artigo, as partículas de TAM *juj*, *juk*, *buk* e *kuka* podem ocorrer tanto antes como depois do elemento modificado por elas. Uma outra diferença delas em relação às demais é que não identificamos, com clareza, um valor de foco de contraste associado, talvez por seu escopo ser um núcleo de predicado, e não um argumento. Como já dito, há uma forte correlação entre foco de contraste e referencialidade (Givón, 2001b, p. 228). Assim, a ausência de referencialidade nos núcleos de predicados modificados pelas partículas de TAM do Mundurukú seria, possivelmente, o motivo para a ausência de foco de contraste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou as partículas em Mundurukú. Elas formam uma classe morfológica invariável e modificam semântica e pragmaticamente um constituinte ou uma sentença inteira. Abordamos 12 partículas, das quais nove são monossilábicas e três dissilábicas. Boa parte delas ocorre obrigatoriamente após os constituintes sob seu escopo e parece estabelecer com eles uma dependência fonológica. Por outro lado, algumas oscilam entre ocorrer antes ou depois deles.

A focalização contrastiva, a modalização e TAM são as principais funções identificadas com as partículas em Mundurukú. Particularmente, a função focalizadora de contraste é a mais comum. Via de regra, ocorre o deslocamento do constituinte modificado pela partícula para o início da sentença, além do uso de entonação própria. Assim, encontramos no Mundurukú a combinação das três estratégias típicas para expressar foco de contraste: a fonológica, a morfológica e a sintática.

Ressaltamos que as quatro partículas de TAM abordadas têm natureza diferente das demais, incidindo apenas sobre núcleos de predicados (verbais e não verbais), sendo mais flutuantes em termos posicionais e, à primeira vista, não carregando função focalizadora.

Estabelecer uma classificação semântica das partículas e identificar, com precisão, sua distribuição nas sentenças e a motivação para essa distribuição é, de fato, uma tarefa bastante difícil, como já vem sendo atestado na literatura sobre o assunto há muito tempo.

Encontramos em Mundurukú características tipológicas comuns a outras línguas, no tocante, por exemplo, à correlação entre focalização e partículas interrogativas e partículas de negação.

A relação entre partículas e os constituintes modificados por elas também nos permitiu refletir sobre a função pragmática de pronomes livres optativos, como abordado na seção em que descrevemos o uso da partícula de foco de inclusão. Como dissemos, essa relação pragmática entre partículas e pronomes pessoais livres merecerá mais de nossa atenção em pesquisas futuras. Assim como merecerá atenção o estudo diacrônico das partículas dentro da família e do tronco linguístico.

Muitos de nossos exemplos trazem a combinação de várias partículas em uma mesma sentença e, muitas vezes, uma partícula atua sobre um constituinte já modificado por outra(s) partícula(s). Embora tenhamos comentado essa interação ao discutir esses exemplos, reconhecemos que há muito a precisar ainda, por exemplo, a ordem de aparecimento concomitante dessas partículas. Outro ponto destacável é a relação entre o uso de partículas e a ordem dos constituintes.

Concluimos que a posição e o contorno fonológico criado pelas partículas em Mundurukú mostram seu escopo, mas ele não é restrito ao constituinte ou à sentença, uma vez que as partículas estabelecem uma relevante interferência no fluxo conversacional, de modo a restringir, contestar, afirmar, corrigir, incluir, questionar informações e demonstrar estados de espírito, como irritação, euforia, admiração, polidez, certeza, incerteza. E, ainda, as partículas se prestam a expressar hipóteses, ordem e tempo próximo no passado ou no futuro. Em síntese, as partículas incidem fortemente nas interações discursivas.

ABREVIATURAS

1	primeira pessoa	DUR	aspecto durativo	PART	partitivo
12	primeira pessoa plural	FUT	futuro	PL	plural
	inclusiva	HIP	partícula de hipótese	P.RECT	partícula de
13	primeira pessoa plural	IMPER	imperativo		passado recente
	exclusiva	INSTR	instrumental	PRIV	privativo
2	segunda pessoa	INT	partícula interrogativa	R1	indicador de
23	segunda pessoa plural	IPRF	aspecto imperfectivo		determinante
3	terceira pessoa	IRRIT	partícula de irritação		contíguo
AUX	auxiliar	ITER	iterativo	RECT	recente
CAUS	causativo	MED	voz média	S	sujeito
CL	classificador	NEG	partícula de negação	Sa	sujeito de verbo processual
CORF	correferencial	O	objeto direto	Sp	sujeito de verbo estativo

REFERÊNCIAS

- BLOOMFIELD, Leonard. **Tagalog texts with grammatical analysis**. Urbana: University of Illinois, 1917.
- CARLSON, Greg N. Marking constituents. In: HENY, Frank; RICHARDS, Barry (ed.). **Linguistic categories: auxiliaries and related puzzles**. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1983. p. 69-98.
- CREISSELS, Denis. **Syntaxe générale: une introduction typologique**. Paris: Lavoisier, 2006. v. II.
- CRYSTAL, David. **A dictionary of linguistics and phonetics**. Oxford, OX: Blackwell Publishing, 2008.
- CRYSTAL, David. **A first dictionary of linguistics and phonetics**. Boulder, CO: Westview Press, 1980.
- GIVÓN, Talmy. **Syntax: an introduction**. Amsterdam: John Benjamin Publishing Company, 2001a. v. I.
- GIVÓN, Talmy. **Syntax: an introduction**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2001b. v. II.
- GOMES, Dionei Moreira. **Argumentos e adjuntos em línguas indígenas brasileiras**. Projeto de pesquisa. Universidade de Brasília, 2018.
- GOMES, Dionei Moreira. Voz e valência verbal em Mundurukú (Tupí). In: QUEIXALÓS, Francesc; TELLES, Stella; BRUNO, Ana Carla (org.). **Incremento de Valencia en las lenguas amazónicas**. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo: Universidad Nacional de Colombia, 2014. p. 235-260.
- GOMES, Dionei Moreira. **Estudo morfológico e sintático da língua Mundurukú (Tupí)**. 2006. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indígenas**, [S. l.], 2019. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/povos-etnias.html>. Acesso em: 30 jan. 2019.

LEVINSON, Stephen C. **Pragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

LONGACRE, Robert E. 'Mystery' particles and affixes. **Chicago Linguistic Society**, Chicago, n. 12, p. 468-477, 1976.

SANTOS, Cássia Alessandra Barros dos. **Aspectos da fonologia do Mundurukú do Madeira (AM)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SCHOURUP, Lawrence C. **Common discourse particles in English conversation**. Columbus: USO, 1983. (Working Papers in Linguistics, n. 28).

SEKI, Luci. **Gramática do Kamaiurá: língua Tupi-Guarani do Alto Xingu**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2000.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; DASHER, Richard B. **Regularity in semantic change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

WHITNEY, William Dwight. **Sanskrit grammar**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1889.

ZWICKY, Arnold M. Clitics and particles. **Language**, New York, v. 61, n. 2, p. 283-305, June 1985. DOI: <https://doi.org/10.2307/414146>.

O lugar das partículas entre palavras, morfemas e sintagmas em Kubeo The place of particles among words, morphemes, and phrases in Kubeo

Thiago Costa Chacon 

Universidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal, Brasil

Resumo: Este artigo descreve a noção de palavras, morfemas e sintagmas em Kubeo, avaliando criticamente o *status* de partículas. Após uma abordagem que aponta as dificuldades analíticas para se definir as fronteiras entre palavras e sintagmas na língua, bem como os diferentes critérios usados para diferenciar tipos de palavras e tipos de morfemas sob um ponto de vista estrutural, funcional e fonológico, estudamos as partículas como uma classe de palavras cuja função principal é a de marcadores pragmáticos. Partículas não são assumidas *a priori*, mas emergem como resultado de um percurso metodológico, que questiona a necessidade dessa categoria descritiva, cuidadosamente delimitando-a e diferenciando-a de outras classes de morfemas.

Palavras-chave: Partícula. Palavra. Morfema. Sintagma. Kubeo.

Abstract: This article describes the definition of words, morphemes, and phrases in Kubeo, with a critical assessment of particle status. After initially pointing out the methodological difficulties of defining boundaries between words and phrases in this language (as well as the different criteria for differentiating word and morpheme types from structural, functional, and phonological points of view), we approach particles as a class of words which mainly act as pragmatic markers. This understanding is not assumed *a priori*, but rather is the result of a methodological trajectory which questions the necessity of this descriptive category, carefully demarcating it and differentiating it from other classes of morphemes.

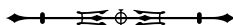
Keywords: Particle. Word. Morpheme. Phrase. Kubeo.

CHACON, Thiago Costa. O lugar das partículas entre palavras, morfemas e sintagmas em Kubeo. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 3, p. 767-789, set.-dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000300005>.

Autor para correspondência: Thiago Costa Chacon. Universidade de Brasília. Instituto Central de Ciências - ICC SUL. Mezanino B1, 69. Brasília, DF, Brasil. CEP 70910-900 (thiagocostachacon@gmail.com, thiago_chacon@hotmail.com).

Recebido em 27/02/2019

Aprovado em 10/09/2019



INTRODUÇÃO

Este artigo descreve a noção de palavras, morfemas e sintagmas em Kubeo, avaliando criticamente o *status* de partículas¹.

A noção recorrente do que são partículas possui, em geral, as seguintes características²: (1) palavra que não possui uma categoria sintática ou que não se encaixa prontamente em uma categoria sintática padrão; (2) invariável; (3) pequeno tamanho fonológico; (4) fonologicamente e/ou morfossintaticamente dependente; (5) semântica de natureza gramatical ou discursiva.

Como vemos, na definição sobre o que são partículas, convergem diferentes conceitos e propriedades que pretendo tornar mais explícitos e independentes neste artigo. Primeiramente, faço a distinção entre propriedades gramaticais, fonológicas e ortográficas do que são palavras (*cf.* Dixon, 2009). Com relação às propriedades gramaticais de uma palavra, elaboramos as seguintes distinções (expandindo a proposta de Hengeveld; Mackenzie, 2008): (i) tipo de morfemas – ou seja, suas propriedades formais como afixos, raízes e clíticos; (ii) classe de morfemas – ou seja, as propriedades funcionais de um dado morfema na construção semântica e gramatical de uma palavra ou sintagma (incluindo seu papel como morfema lexical ou funcional na formação de classes de palavras como nomes, verbos, adjetivos).

A PALAVRA ENTRE A MORFOLOGIA E A SINTAXE

Seguindo a visão estruturalista (*cf.* Benveniste, 1966, capítulo 3), a palavra é uma unidade linguística igual ou menor do que o sintagma e igual ou maior do que o morfema. Morfologicamente, uma palavra em Kubeo pode ser formada por apenas um morfema (palavra monomorfêmica) ou por mais de um morfema (palavra plurimorfêmica). O Quadro 1 mostra os tipos de palavras morfológicas em Kubeo.

Quadro 1. Tipos de palavras morfológicas em Kubeo.

Palavra simples	Monomorfêmica	(a) 1 raiz
Palavra simples	Plurimorfêmica	(b) 1 raiz + afixos
Palavra estendida		(c) 1 raiz (+ afixos) + clíticos (d) clítico + clítico
Palavra composta		(e) 2 a 4 raízes (f) 2 palavras simples e/ou estendidas

¹ A língua Kubeo pertence à família Tukáno, ramo Oriental, e é falada por cerca de 8.000 indivíduos no rio Uaupés (e seus afluentes Querari e Cuduyari), fronteira entre Colômbia e Brasil. Os principais trabalhos descritivos sobre esta língua são de Salser, J. e Salser, N. (1977), que trazem uma análise descritiva de certos morfemas discursivos; Morse et al. (1999), com um dicionário de cerca de 3.000 palavras; Morse e Maxwell (1999), apresentando um esboço gramatical; Chacon (2012), com um estudo sobre a fonologia e a morfologia da língua (cujas análises foram revistas no presente artigo); e Chacon e Genetti (2019), com um estudo sobre a sintaxe Kubeo.

² Ver, por exemplo, Zwicky (1985), Câmara Jr. (1997, p. 244) e Crystal (2008).

Os exemplos abaixo ilustram os tipos de palavras do Quadro 1³. Cada tipo morfológico de palavra está entre colchetes (usaremos colchetes por todo o trabalho para destacar os exemplos), e cada palavra corresponde a um sintagma na função de sujeito⁴.

(1a) [weki] eda-bi

anta chegar-3i.M

'A anta chegou.'

(1b) [weki-wa] eda-ma

anta-AN.PL chegar-3i.AN.PL

'As antas chegaram.'

(1c) [heme=bo] eda-bi

paca=CL.redondo chegar-3i.M

'A paca chegou.'

(1d) [di=ki] kai=hĩ=ye ã-i=ye ki te-awĩ=ya

ANF=CL.árvore todo=DIM=IN.PL comer-ST=IN.PL existir fazer-3i.IN=REP

'Esta árvore tinha todos os tipos de comidas.'

(1e) [mi yawi] papi=ki-re hawio-ima=da=iki

pássaro onça rede=CL.árvore-N.NOM tecer-3i.AN.PL=REP=AF

'Os gaviões fizeram uma rede.'

(1f) [ihi=ya + borika-ki] kirã-i-mi mama oko-i

abacaxi=CL.rio aracu-M piracema-ST-3i.M novo água-LOC

'O aracú-do-rio-uapés desova no começo da estação chuvosa.'

As definições dos tipos de palavras morfológicas estabelecidas pelo Quadro 1 requerem uma definição independente dos tipos de morfemas que compõem as palavras. Isso será feito, sobretudo, nas seções "Raízes *versus* demais tipos de morfemas" e "Afixos e clíticos". Por outro lado, podemos definir o que é a palavra a partir de evidências independentes da sintaxe (conforme discutido em seguida) e indiretas da ortografia e da fonologia (ver as seções "Palavra ortográfica" e "Palavra fonológica").

³ Seguimos a ortografia Kubeo neste artigo, a qual marca ortograficamente os principais alofones da língua. Logo, quando dois morfemas possuem a mesma glosa mas formas distintas, trata-se de um caso de alomorfia (e.g. *-di*, *-ri* ou *-ni* 'nominalizador'). Nas glosas, os tipos de morfemas são separados pelos seguintes símbolos: '-' afixos, '=' clíticos, '+' para raízes em palavras compostas e ' ' (espaço em branco) para separação entre palavras ou sintagmas.

⁴ Sobre este assunto, ver Chacon e Genetti (2019). Notemos, para deixar claro, que, ao dizer que as estruturas em (1) formam sintagmas, estamos nos baseando nos testes de constituição sintática típicos como distribuição, substituição e combinação. Ou seja, todos os constituintes em (1) se combinam com verbos núcleos de predicados, todos estão distribuídos como primeiros constituintes da oração e todos poderiam ser substituídos por um pronome, por exemplo.

A separação entre morfologia e sintaxe em Kubeo pode ser expressa a partir de um encadeamento de estruturas distintas que formam uma espécie de gradação, baseada (i) na liberdade no ordenamento de constituintes e (ii) no número máximo de elementos integrantes. Vejamos a comparação de diferentes tipos de construções no Quadro 2:

Quadro 2. Propriedades de constituintes morfológicos e sintáticos.

Palavra simples	Palavra composta	Sintagma simples	Sintagma complexo	Oração
Ordem fixa	Ordem fixa	Ordem fixa	Ordem livre	Ordem livre
Até uma raiz	2 a 4 raízes ou palavras	1 palavra ou 1 raiz + 1 palavra	2 ou mais palavras	1 ou mais palavras

Em um extremo, temos a sintaxe da oração onde a ordem de constituintes é praticamente livre e o número de palavras é irrestrito. Vejamos, por exemplo, a oração em (2), onde cada palavra se encontra separada por colchetes:

- (2) [maka-rõ-ĩ] [ki-ame] [ĩ] [yawí hũa-ki]
mata-IN.SG-LOC estar-3I.M 3M onça vermelho-M
'Ela, a onça-parda, vive no mato.'

Em (2), os sintagmas mínimos são formados por uma única palavra morfológica. No domínio da palavra, não pode haver alteração na ordem dos morfemas, nem a ligação entre os morfemas pode ser interrompida por uma outra palavra. No domínio da oração, qualquer alteração na ordem dos constituintes é permitida, e a ligação entre dois sintagmas também pode ser interrompida por uma palavra ou sintagma independente⁵.

A ordem dos constituintes em sintagmas menores do que a oração tende a ser menos livre. De um lado, temos sintagmas compostos em que a ordem é mais livre e o número de constituintes é ilimitado. De outro lado, a estrutura de um sintagma simples é muito similar a de uma palavra composta: ambos possuem uma ordem rígida, com no máximo duas raízes e as mesmas propriedades fonológicas⁶. Vejamos o exemplo (3) para um sintagma nominal (SN) simples e (4) para um sintagma complexo:

- (3) pika nomi=hĩ-na
dois mulher=DIM-AN.PL
'Duas mulherzinhas.'

- (4) nomi=hĩ-na pika-rã / pika-rã nomi=hĩ-na
mulher=DIM-AN.PL dois-AN.PL dois-AN.PL mulher=DIM-AN.PL
'Duas mulherzinhas.'

⁵ Vejamos também que alterações na ordem estão em estreita correlação com o critério de interruptibilidade, ou seja: a ordem entre dois sintagmas pode ser interrompida por um outro sintagma, mas a ordem entre dois morfemas dentro de uma palavra não pode ser interrompida por uma outra palavra.

⁶ Ver a seção "Palavra fonológica" neste artigo.

Analizamos (3) como um sintagma (e não uma palavra composta) devido à relação funcional que o numeral estabelece com o nome. Primeiramente, na posição do numeral poderia ocorrer uma raiz lexical de outra categoria, como um demonstrativo ou um adjetivo, conforme será discutido a seguir. Semanticamente, o numeral é um operador cardinal sobre o referente do nome, enquanto em uma palavra composta os elementos modificadores têm escopo atributivo não sobre o referente nominal, mas sim sobre o conceito nominal.

O contraste entre palavra composta e sintagma fica ainda mais claro nos exemplos (5) e (6). Em (5), o adjetivo modifica o conceito nominal em uma palavra composta, a qual é, por sua vez, correferente a um demonstrativo; em (6), o adjetivo predica sobre o referente nominal formado pelo sintagma composto 'demonstrativo & nome'. Notemos, ainda, que há apenas um morfema de gênero flexionando a palavra composta em (5), enquanto tanto o adjetivo quanto o nome estão flexionados e concordando em (6). Em conjunto, estes fatos apontam para a interdependência morfológica de nome & adjetivo em (5) e a relação de modificação sintática em (6).

- (5) **[a-ñi] [ãi ñemi-ki]-be**
 este-M jiboia preto-M-COP.3AN.SG
 'Aquele é uma jiboia-preta.'

- (6) **[a-ñi] [ãi-ki] [ñemi-ki]-be**
 este-M jiboia-M preto-M-COP.3AN.SG
 'Aquele, a jiboia, é preta.'

Quando o modificador é um adjetivo, notamos, ainda, um grau a mais de complexidade na relação gradual entre léxico, morfologia e sintaxe, pois, em palavras como *ãi ñemi-ki*, o adjetivo está lexicalizado junto ao nome, formando um novo nome. Vejamos o contraste entre (7a) e (7b), o primeiro sendo um caso de sintagma simples e o segundo de sintagma lexicalizado em um nome:

- (7a) **ira diibo** sintagma simples
 grande igapó
 'Grande igapó.'

- (7b) **ira koro** sintagma simples lexicalizado
 grande líquido
 'Inverno, estação de muita chuva.'

Em certos casos especiais, também encontramos um processo de lexicalização a partir do que seria originalmente um sintagma complexo. Isso ocorre sobretudo na onomástica de termos da fauna, como em (1f) e também em *uma-ko hũa-ko* (rã-F vermelho-F) 'rã-vermelha (espécie de rã)/rã vermelha'. Nessa construção, teríamos duas leituras possíveis: uma como uma palavra composta, se referindo a uma espécie de rã ('rã-vermelha'), a outra como um sintagma composto ('rã que é vermelha').

Vemos, então, que, sob um ponto de vista estrutural, existem construções que servem como modelo tanto para a formação de uma palavra quanto para a formação de um sintagma. Isso revela um *continuum* entre léxico, morfologia e sintaxe, evidenciando ainda mais a posição híbrida da palavra na interface entre os diferentes níveis da fonologia e da

gramática, como propõe Benveniste (1966). Logo, critérios funcionais são fundamentais para nos ajudar a definir se certos morfemas entretêm uma relação sintática ou morfológica entre si, como vimos para a distinção entre palavras compostas e sintagmas (e como ainda veremos para afixos e clíticos).

PALAVRA ORTOGRÁFICA

A demarcação do domínio da palavra ortográfica que encontramos em Kubeo parece diferenciar a palavra morfológica simples das palavras mais complexas⁷. Os falantes Kubeo escrevem de maneira sem interrupção as construções formadas por raízes e afixos da palavra. Porém, encontramos variação no uso do espaço em branco entre raízes de palavras compostas, proclíticos, enclíticos e afixos frasais. O uso de hífen também ocorre em algumas palavras compostas. Na falta de um estudo quantitativo mais profundo sobre a palavra ortográfica em Kubeo, posso, no momento, oferecer as seguintes observações no Quadro 3:

Quadro 3. Uso do espaço em branco e hífen entre constituintes morfológicos da palavra.

	Raiz + afixos	Raiz + clíticos	Raiz + raiz
Espaço em branco	Não	Algumas vezes	A maioria das vezes
Hífen	Não	Não	Algumas vezes

As palavras a seguir contrastam minha segmentação morfológica com a variação no uso do espaço em branco e do hífen, conforme as imagens de escrita por falantes nativos de Kubeo. O exemplo (8a) mostra o proclítico *i=* 'dêitico proximal'. Em (8b), temos o mesmo proclítico separado por espaço em branco. Ambas palavras foram escritas pelo mesmo falante. Em (9), mostramos exemplos de palavras compostas, também escritas pelo mesmo falante, em que encontramos raízes escritas justapostas, separadas por espaço em branco ou por hífen.

- (8a) **i=hãrãwi-re**
este=tempo-N.NOM
'Neste tempo.'
- ihãrãwute*
- (8b) **i=hãrãwi-ke**
este=tempo-ABL.IN.PL
'Coisas deste tempo.'
- i hãrãwure*
- (9a) **waiwari+mi**
onomatopeia+pássaro
'Espécie de pássaro.'
- VAIWARI mi*
- (9b) **yawi+mi**
onça+pássaro
'Tesourinha.'
- YAWI-mi*
- (9c) **muha+mi**
urucum+pássaro
'Espécie de pássaro.'
- MUHAMI*

⁷ Durante os anos de pesquisa, coletamos muitas amostras da língua Kubeo sendo escrita por professores e alunos da escola de Querari. A escrita Kubeo foi desenvolvida pelo linguista Kubeo Simón Valência, na Colômbia, e difundida por meio de oficinas e encontros binacionais (ver Valencia, 1989). A escrita prevê apenas um alfabeto e regras sobre a representação da harmonia nasal. Não há instruções específicas sobre o que é uma palavra, como usar o espaço em branco ou hífen entre palavras, tampouco sobre acento e tom.

PALAVRA FONOLÓGICA

Três processos fonológicos em Kubeo possuem domínios prosódicos que se relacionam com constituintes morfossintáticos⁸: (1) 'espraiamento nasal' - ocorre internamente à palavra morfológica simples e diferencia afixos (alvos de nasalização) *versus* clíticos e raízes (que bloqueiam a nasalização); (2) 'domínio acentual' - se dá internamente à palavra morfológica simples e estendida, diferenciando afixos e clíticos *versus* raízes (cada raiz é um domínio acentual autônomo); (3) 'espraiamento tonal' - ocorre com unidades iguais ou menores do que o sintagma simples, diferenciando-os de sintagmas compostos.

Seguindo a proposta da fonologia prosódica (Nespor; Vogel, 1986), podemos indicar os seguintes domínios prosódicos em Kubeo e sua correlação com os tipos de constituintes morfossintáticos, conforme o Quadro 4:

Quadro 4. Domínios prosódicos e sua relação com constituintes morfológicos.

Domínio prosódico	Constituintes morfossintáticos	Propriedades fonológicas
Palavra fonológica	Palavra morfológica simples	Espraiamento nasal
Grupo clítico	Palavra morfológica simples estendida	Acento
Frase fonológica	Palavra composta e sintagmas simples	Espraiamento tonal

Notemos que nenhuma das propriedades expostas no Quadro 4 se aplica ao sintagma composto, o qual pertence a um domínio prosódico superior da hierarquia prosódica: a frase entoacional.

TIPOS E CLASSES DE MORFEMAS

Nesta seção, vamos discutir as diferentes classes e tipos de morfemas em Kubeo, isto é, suas propriedades estruturais e funcionais, respectivamente. Começamos com os tipos de morfemas raízes, suas diferentes classes e como se relacionam a afixos e clíticos. Estes últimos serão tópicos da seção "Afixos e clíticos".

RAÍZES *VERSUS* DEMAIS TIPOS DE MORFEMAS

Sob um ponto de vista estrutural, os morfemas são passíveis de uma análise que nota sua posição como constituintes em uma visão linear da palavra, tomando as raízes como centro, conforme o *template* a seguir:

$$\text{proclíticos} = \text{prefixos-} \underline{\text{raiz}} \text{-sufixos} = \text{enclíticos}$$

Toda raiz serve de base para concatenação de um afixo; toda palavra simples ou composta serve de hospedeiro para um clítico. Logo, afixos e clíticos são morfemas presos, no sentido de que não podem ocorrer sem uma base ou sem uma palavra. As raízes, por sua vez, dividem-se entre livres e presas. As raízes livres possuem a propriedade de formar autonomamente uma base morfológica, uma palavra e um sintagma, sem necessidade de um outro morfema.

As raízes presas necessitam de afixos ou raízes para formar uma palavra ou um sintagma autônomo. Os verbos, por exemplo, são raízes presas, sempre requerendo afixos flexionais para formar uma palavra verbal e funcionar como núcleo de um sintagma verbal (SV), ou morfemas derivacionais, para, então, atuarem em outras funções sintáticas.

Outros tipos de raízes são analisados como semilivres. É o caso dos adjetivos, advérbios, demonstrativos e quantificadores. Essas raízes podem formar uma palavra e um sintagma autônomo se estão flexionadas, mas podem

⁸ Por limitação de espaço, não poderei descrever esses processos. Para mais detalhes a este respeito, ver Chacon (2012).

também ser usadas sem afixos, desde que funcionem como modificadores em um sintagma simples – ver exemplos de (3) a (7), na seção “A palavra entre a morfologia e a sintaxe”.

O Kubeo possui quatro classes de raízes lexicais: nomes, verbos, adjetivos e advérbios. Existem também quatro classes de raízes funcionais: demonstrativos, pronomes, numerais e quantificadores. Ainda que uma estrita separação entre morfemas lexicais e morfemas gramaticais (ou funcionais) seja problemática, podemos dizer que morfemas como *heme-* ‘paca’, *yawi* ‘onça’, *ã-* ‘comer’, *ira-* ‘grande’ sejam lexicais: eles nomeiam entidades, coisas (concretas ou abstratas), estados, propriedades ou eventos, de modo que são a base do conteúdo proposicional das sentenças. Já os morfemas *-ko* ‘feminino’, *-wa* ‘plural animado’, *-ame* ‘3ª pessoa masculino’, *ani* ‘aquele’ e *kuina* ‘um’ são funcionais: eles indicam propriedades semânticas mais abstratas, que servem para modificar o significado dos morfemas lexicais, formando subsistemas paradigmáticos nas gramáticas das línguas (e.g. número, gênero, pronomes, demonstrativos, numerais). Os afixos são definidos como uma classe de morfemas funcionais dependentes de certas classes de raízes. Uma classe especial de morfemas são os clíticos que, como veremos mais detidamente na seção “Afixos e clíticos”, possuem características funcionais ou lexicais.

Com base na distinção entre classe de morfema e classe de palavra, podemos analisar que nomes e verbos são classes abertas de morfemas e de palavras. Adjetivos e advérbios formam uma classe fechada de morfemas, mas uma classe aberta de palavras: o número de raízes que pertencem a essas classes é bastante limitado e não parece que a língua esteja criando novas raízes pertencentes a essa classe; por outro lado, são uma classe aberta de palavras, uma vez que é bastante produtiva, na língua, a derivação de lexemas para assumirem uma função morfossintática prototipicamente associada a adjetivos e advérbios.

Sob um ponto de vista morfológico, podemos dizer que, salvo a categoria de pessoa encontrada em pronomes, não existem, em Kubeo, morfemas ou traços flexionais específicos às classes fechadas de lexemas. Demonstrativos, numerais, advérbios e adjetivos, por exemplo, são flexionados com base em traços típicos da morfologia nominal.

AFIXOS E CLÍTICOS

Podemos propor uma divisão entre afixos e clíticos em seis tipos de morfemas, conforme sua posição na palavra: afixos da palavra (1 - prefixos, 2 - sufixos), clíticos da palavra (3 - proclíticos, 4 - enclíticos) e morfemas do sintagma (5 - afixos e 6 - enclíticos do sintagma)⁹. Afixos da palavra combinam-se apenas com raízes ou outros afixos em bases menores ou iguais à palavra. Proclíticos e enclíticos combinam-se com palavras, formando uma ‘palavra estendida’. Já os morfemas do sintagma combinam-se com sintagmas e não palavras.

Os exemplos em (10) ilustram a distinção de morfemas da palavra e morfemas do sintagma, destacando, em sublinhado, os morfemas do sintagma e, em cor vermelha, os afixos e clíticos da palavra. Enquanto os morfemas do sintagma têm escopo sobre mais de uma palavra, marcando o sintagma uma única vez, os afixos em (10a) são repetidos em cada palavra, marcando a concordância, enquanto em (10b) temos a repetição do proclítico em cada palavra e em (10c), a repetição de um enclítico.

- (10a) [ãi-**ki** ira-**ki**]-re boa-kibe hi=paki
 jiboia-M grande-M-N.NOM matar-3M.INF 1SG.POS=pai
 ‘Meu pai matou uma cobra grande.’

⁹ A literatura tem identificado certos morfemas como ‘afixos frasais’ (cf. Anderson, 2005, *inter alia*), comumente ilustrados pelo morfema ‘s’ ‘possessivo’ em Inglês, que está sempre à direita do SN e não necessariamente combinado diretamente ao núcleo. Para o Kubeo, parece ser oportuno estender a distinção entre clíticos e afixos tanto para o nível da palavra quanto para o nível do sintagma.

- (10b) [hi=mami-ki aru hi=yó-ki]-re koyi-wi yi
 1SG.POS=irmão.maior-M e 1SG.POS=irmão.menor-M-N.NOM contar-1/2/3IN.I 1SG
 'Eu contei para o meu irmão mais velho e meu irmão mais novo.'

- (10c) [hiwe=ya kɔporɔ aru kaçiwa=ya]-ka pami-wa
 querari=CL.rio boca e rio=CL.rio-ABL kubeo-AN.PL
 'Os kubeos do rio Kaçiwa e os da boca do rio Querari.'

Como vemos, afixos e clíticos da palavra possuem uma relação de 'um para um' com palavras: cada afixo e cada clítico da palavra pertence a apenas uma palavra. No entanto, enquanto para cada afixo existe apenas uma raiz, para cada clítico pode haver mais de uma raiz, uma vez que palavras compostas podem estar combinadas com apenas um enclítico com escopo sobre ambas as raízes¹⁰. Já morfemas do sintagma se combinam com todo um sintagma, de modo que a relação é de 'um para muitos': cada morfema do sintagma combina-se com um constituinte formado por uma ou mais palavras. O Quadro 5 resume as informações desta seção.

Quadro 5. Propriedades estruturais de afixos e clíticos da palavra e do sintagma.

	Base	Escopo sobre a palavra
Afixo da palavra	Raiz (+ afixos)	No máximo uma palavra
Clítico da palavra	Palavra ou clítico	No máximo uma palavra
Afixo do sintagma	Sintagma	Uma ou mais palavras
Clítico do sintagma	Sintagma	Uma ou mais palavras

AFIXOS E CLÍTICOS DA PALAVRA

Afixos da palavra são morfemas funcionais dependentes de uma classe ou subclasse de lexema. Eles funcionam como formativos da palavra, seja flexionando ou derivando um lexema. Além disso, afixos são bastante seletivos com relação à base morfológica. Por exemplo, **-a** 'plural inanimado' se combina apenas com nomes inanimados, enquanto **-wa** 'plural animado', apenas com nomes animados.

Clíticos da palavra são seletivos com relação à categoria da palavra, e não da raiz. Proclíticos são determinantes, portanto, morfemas funcionais, formando uma só palavra com nomes como **i=pie** 'este aturá' ou com um enclítico **i=ka** 'esta fruta (de pimenta, por exemplo)'. Notemos que a relação sintática é a mesma se o demonstrativo é uma raiz, como **ani pie** 'aquele aturá' e **ani=ka** 'aquela fruta (de pimenta)', onde os demonstrativos formam um sintagma simples com os nomes. Ou seja, ainda que proclíticos sejam clíticos da palavra, eles estabelecem com a palavra (ou enclítico) uma relação sintática dentro do SN.

Os enclíticos podem ser divididos em verbais e nominais. Os nominais são, na sua maioria, classificadores e se assemelham a raízes nominais por serem flexionáveis (e.g. **i=bo** 'esta coisa redonda', **i=bo-a** 'estas coisas redondas') e ocorrerem em estruturas morfológicas semelhantes a palavras compostas¹¹. Por exemplo, o nome não contável **bia**

¹⁰ Ver a seção "Palavra fonológica" neste artigo.

¹¹ Ver Chacon (2012, p. 256) para uma origem nominal destes morfemas.

'pimenta' pode ser derivado em um nome contável por classificadores, como *bia=ka* 'fruto de pimenta' e *bia=ki* 'pé de pimenta', de maneira similar a uma palavra composta como *bia+kahe* 'casca de pimenta'.

Um outro exemplo de enclítico formativo da palavra é o morfema *=hĩ-* 'diminutivo'. Ao se combinar com uma palavra, semelhantemente a um classificador ou a uma raiz nominal em um composto, o diminutivo funciona como o núcleo da nova palavra, alterando a forma dos morfemas flexionais de gênero e número. Por exemplo, *põe-wa* 'pessoas' e *põe=hĩ-na* 'pessozinhas', onde o morfema de plural muda de *-wa* para *-na*, uma vez que é o diminutivo que o seleciona, e não a raiz (as formas **põe-na* e **põe=hĩ-wa* não são possíveis).

Comportando-se como nomes sintaticamente, os enclíticos podem ser combinados tanto com nomes animados quanto inanimados, bem como com outras classes de lexemas, como quantificadores, determinantes, possessivos, verbos nominalizados etc. Isso nos leva a interpretar que os enclíticos nominais sejam, de fato, nomes mais gramaticalizados. Logo, vemos porque é admissível uma palavra formada por um proclítico determinante e um classificador ou diminutivo. As principais diferenças dos enclíticos da palavra para as raízes nominais estão em sua semântica e no fato de os enclíticos não serem morfossintática e fonologicamente autônomos, sempre precisando de um hospedeiro.

Existem dois tipos de enclíticos verbais. Primeiro, temos os morfemas que indicam 'direção centrípeta' e 'direção centrífuga', que são formas reduzidas dos verbos *da* 'vir' e *ni* 'ir'. Os exemplos (11a) e (11b) ilustram os dois tipos de construções¹².

- (11a) *āiye wo-ki=rĩ-mi*
comida procurar-M.MOV=ir-3I.M
'Foi procurar comida.'

- (11b) *ĩ-re korewa-ki=ra-ha-ki*
3M=N.NOM conhecer-M.MOV=vir-IMP-M
'Venha conhecê-lo!'

Como clíticos, estão combinados sintaticamente na função de verbos auxiliares com verbos principais não finitos, e estão sujeitos a certos padrões fonológicos, típicos de clíticos, além de bloquearem o espraçamento nasal¹³.

Um outro tipo de enclítico verbal é o morfema *=ya*, que indica 'evidencialidade reportativa'. Este morfema aparece de maneira regular sempre à direita de um verbo finito ou cópula, seguindo toda classe de morfemas derivacionais e flexionais, e não se nasaliza, conforme os exemplos em (12).

- (12a) *paulo ni-mi=ya*
Paulo ir-3I.M=REP
'Dizem que o Paulo se foi.'

¹² A forma que indica 'direção centrípeta' também possui uma composição ainda mais reduzida quando usada no aspecto progressivo, fundindo-se com o sufixo nominalizador, ou seja: **kuya-ki=ni-ĩi-mu* > *kuya-ki=ĩi-mu* ou *kuya-ki=ni-ño-mu* > *kuya-ki=ño-mu*.

¹³ Outros tipos de construções com verbos auxiliares são morfossintaticamente semelhantes, isto é, o verbo auxiliar toma um verbo principal na sua forma não finita. No entanto, são fonologicamente distintos, uma vez que formam uma frase fonológica, e não um grupo clítico (ver a seção "Palavra fonológica" neste artigo).

- (12b) i=hãrãwi-re ĩ mimiyo yai-rõ wi-yi-be=ða
 este=tempo-N.NOM 3M beija-flor rápido-IN.SG voar-M-COP.3AN.SG=REP
 'Dizem que naquele tempo o beija-flor voava rápido.'

Podemos observar que os clíticos da palavra, com exceção do reportativo, são basicamente morfemas lexicais fonologicamente dependentes. O reportativo é um tipo de enclítico diferente, pois é uma palavra invariável e conta com uma distribuição morfossintática não prevista pelos tipos de sintagma da língua. Isso nos leva a interpretá-lo como uma partícula, conforme será retomado na seção "Partículas", mais adiante.

MORFEMAS DO SINTAGMA

Os morfemas do sintagma dividem-se entre aqueles que marcam relações gramaticais e aqueles que marcam relações discursivas ou pragmáticas. Há morfemas do sintagma que se flexionam como lexemas e outros que não fazem isso, comportando-se como morfemas puramente funcionais. E também há aqueles que fonologicamente se comportam mais como afixos, enquanto outros mais como clíticos ou até como palavras autônomas.

Nos exemplos em (10) ilustramos dois morfemas do sintagma: (i) **-re** 'não nominativo', regido por predicados, marca sintagmas em função de objeto diferenciado e certos adjuntos espaciais e temporais, (ii) **-ka** 'ablativo' que marca sintagmas nominais indicativos quanto à origem geográfica, étnica ou a outro tipo de pertencimento social de um outro nome. Podemos, ainda, listar outros morfemas que marcam relações sintáticas em sintagmas nominais, como: (iii) **-i** 'locativo geral', (iv) **-rã** 'locativo específico', (v) **-reka** 'mesmo que X', (vi) **-pe** 'similar a X, como X', e (vii) **-i** 'possessivo'. Todos são marcas de caso. Fonologicamente, os morfemas que não começam com consoantes surdas podem ser nasalizáveis, mostrando que se comportam como os afixos da palavra. Assim, dado ainda que estes morfemas não são flexionáveis e possuem uma função sobretudo sintática, vamos classificá-los como 'afixos do sintagma'.

Um morfema do sintagma à parte é a cópula em Kubeo, cujo paradigma está ilustrado no Quadro 6. O paradigma divide-se entre dois tipos de morfemas: os três primeiros são invariáveis e usados, sobretudo, no tempo presente, enquanto o último é uma raiz que pode se combinar com qualquer tipo de flexão verbal e, por isso, é usada quando informações morfossintáticas para além de pessoa, número e gênero são necessárias. Todas as formas são nasalizáveis e se comportam como afixos no nível fonológico. Além disso, a cópula claramente possui uma função gramatical bem definida¹⁴.

Quadro 6. Paradigma da cópula (formas básicas e alternativas).

-bu / -mu	Neutro
-be / -me	3ª pessoa animado singular
-ba / -ma	Interrogativo presente
-bebu / -mebu	Evidencial assumido
-ba- / -ma-	Demais flexões

¹⁴ Tais como: ligando sujeito e predicado não verbal; participando da marcação do aspecto progressivo em verbos nominalizados; marcando relações temporais como verbo auxiliar e em oração relativa.

Algo de especial na sintaxe das cópulas é que elas se combinam com sintagmas focalizados na relação entre sujeito e predicado. Os exemplos em (13) mostram a cópula flexionada combinada ora com o predicado ora com o sujeito.

- (13a) **maka-rõ-ka-ki-ba-ame** **ĩ**
mata-IN.SG-ABL-M-COP-3II.M 3M
'Ele é um ser originário do mato.'

- (13b) **maka-rõ=ka-ki** **ĩ-ma-ame**
mata-IN.SG-ABL-M 3M-COP-3II.M
'É ele que é um ser originário do mato.'

A cópula nos apresenta um comportamento complexo. Fonologicamente, assemelha-se a afixos. Morfologicamente, assemelha-se a raízes verbais por ser flexionável, como os enclíticos verbais, por exemplo. Sua função gramatical é bem definida como a dos afixos do sintagma, porém sua distribuição é sensível a fatores discursivos, e não apenas a fatores semânticos ou gramaticais. A cópula, portanto, possui, ao mesmo tempo, propriedades únicas, bem como propriedades compartilhadas com todos os tipos e classes de morfemas que vínhamos discutindo até então. É, portanto, uma classe de morfema especial, por suas propriedades formais e funcionais *sui generis*.

Existe, ainda, um conjunto de morfemas que podem ser agrupados por sua função de codificar relações discursivas e pragmáticas¹⁵. Estruturalmente, combinam-se com sintagmas ocorrendo após os 'afixos do sintagma'. Assim, ainda que não possamos verificar o *status* de todos estes morfemas como afixos ou enclíticos, vamos tratá-los como enclíticos (seguindo a mesma heurística adotada para com os afixos do sintagma). O exemplo (14) apresenta o morfema **=rĩ** 'interrogativo de 2ª pessoa' de predicados verbais. Este morfema concatena-se ao sintagma focado em uma sentença interrogativa, como exemplificado em (14a) e (14b). Seu *status* como clítico ou afixo não pode ser determinado por propriedades fonológicas.

- (14a) **ãrĩ mi ni-ki=rĩ?**
onde 2SG ir-M=2Q
'Onde tu foste?'

- (14b) **mi=rĩ yo-re makã-rõ-rẽ kã-re ku-yi a-ame=õa**
2SG=2Q aqui-N.NOM mata-IN.SG-N.NOM dormir-MOV andar-M dizer-3II.M=REP
'É tu que andas dormindo no mato por aqui?'

SÍNTESE SOBRE AFIXOS E CLÍTICOS

Resumimos no Quadro 7 os principais pontos discutidos nesta seção sobre afixos e clíticos. Os tipos de morfemas estão agrupados em cinco grandes grupos, representados por tons de cinza e branco no Quadro 7, sendo eles: afixos da palavra, clíticos da palavra, afixos do sintagma, cópula e enclíticos do sintagma.

¹⁵ Ver a seção "Partículas e marcadores pragmáticos" neste artigo.

Quadro 7. Tipos de afixos e clíticos.

Forma	Função	Base	Flexionam-se	Nasalizam-se
Afixos da palavra	Formativos	Raízes	Não	Sim
Enclíticos nominais	Nomes	Nomes, modificadores, verbos nominalizados	Sim	Não
Enclíticos verbais	Verbos (auxiliar)	Verbos nominalizados	Sim	Não
Proclíticos	Determinantes	Nomes	Não	Não
Reportativos	Evidencialidade	Verbos finitos	Não	Não
Afixos do sintagma	Relações gramaticais	Sintagmas nominais	Não	Sim
Cópula	Cópula	Sintagmas nominais determinados pragmaticamente	Sim	Sim
= <i>rĩ</i> 'interrogativo 2a pessoa'	Interrogação	Sintagmas determinados pragmaticamente	Não	Não se aplica

PARTÍCULAS E MARCADORES PRAGMÁTICOS

O que caracteriza as partículas sob um ponto de vista funcional, segundo minha análise para o Kubeo, é que elas expressam algo independente do conteúdo proposicional e da estrutura gramatical de uma oração, ou, conforme definido por Fraser (1996, p. 168), são marcadores pragmáticos, “[...] pistas codificadas linguisticamente que assinalam as intenções comunicativas potenciais de uma falante [...]”¹⁶. É importante notar que nem todos os marcadores pragmáticos são partículas, mas todas as partículas são marcadores pragmáticos, ainda que algumas delas possam desenvolver outras funções. Sob um ponto de vista formal, as partículas podem pertencer a diferentes tipos de morfemas, como clíticos e raízes, por exemplo

Nas próximas seções, vou discutir a função de marcador pragmático em Kubeo conforme realizada por diferentes classes de morfemas: (i) morfemas como nomes, verbos, advérbios e conjunções em funções pragmáticas derivadas, (ii) interjeições e (iii) partículas.

NOMES, VERBOS, ADVÉRBIOS E CONJUNÇÕES COMO MARCADORES PRAGMÁTICOS

O morfema *bahu* ‘corpo, si mesmo, intensificador’ é bastante polissêmico e multifuncional em Kubeo. Como núcleo de um SN, ele pode ser usado referencialmente como termo para ‘corpo’; combinado a pronomes, expressa construções reflexivas e recíprocas. Quando modifica expressões locativas, como em (15a), e temporais, como em (15b), funciona como um intensificador. Quando modifica um outro nome, passa a ter uma função discursiva de ‘ênfase’, conforme as traduções dos exemplos (15c) e (15d) expressam. A sintaxe de *bahu* é a de um elemento da frase nominal, como se pode ver no exemplo (15d), em que ele vem antes do afixo do sintagma *-re* ‘não nominativo’.

¹⁶ Para distinguir o que seriam marcadores pragmáticos de morfemas ou palavras que fazem parte do significado proposicional de uma oração, vejamos a oração ‘(Francamente,) você deveria ter respondido a ele (francamente)’ (adaptados de Fraser, 1996, p. 169). O advérbio ‘francamente’ possui funções diferentes se ocorre no início ou no final da oração. No início, funciona como um marcador pragmático antecipando que o falante vai dizer algo que desaprova uma atitude do ouvinte. No final, temos um advérbio de modo como parte do conteúdo proposicional da sentença, descrevendo o modo como o sujeito deveria ter agido. Ainda, é possível termos as duas ocorrências do advérbio na mesma oração, mostrando como as duas funções não se confundem.

- (15a) **i=hĩ-no bahu**
PROX=DIM-IN.SG muito
'Muito pertinho.'
- (15b) **ape=wi hemebo-re pika sumana bahu ã-ima=da**
outro=CL.COL.AN.paca-N.NOM dois semana exato comer-3II.AN.PL=REP
'Alguns comem uma paca em exatas duas semanas.'
- (15c) **õ hi=marepako bahu mahie bohio-ba-i-biko**
3F 3.POS=esposa mesmo mais.ou.menos jovem-COP-ST-3I.F
'A esposa mesmo é meio jovem.' (continuação: 'já o marido está velhinho.')
- (15d) **karohiwe bahu-re yo-i=ta epe-wi ibenita ape-e-de apa mahi-be-wi**
faca mesmo-N.NOM aqui-LOC=DEL deixar-1/2/3IN.I porém outro-IN.PL-N.NOM TRN saber-NEG-1/2/3IN.I
'A faca mesmo eu pus aqui, mas já o resto das coisas eu não sei.'

A palavra *kari* funciona como um advérbio e seu significado básico é 'agora', 'hoje', como em *kari ñami* 'hoje à noite'. Na análise de Salser, J. e Salser, N. (1977), *kari* funciona discursivamente como um marcador do fio central de uma narrativa. O uso de *kari* como marcador pragmático tende a variar bastante entre os falantes, uma vez que há pessoas que o usam com frequência, enquanto outras não muito. A seguir, apresentamos esta palavra em dois contextos: no final de orações, onde marca um ponto final em uma sequência de eventos, como em (16a); e no meio de uma oração, marcando a todos os constituintes que o falante julgar serem importantes para o entendimento de sua mensagem, como em (16b).

- (16a) **no=mia=ta ira kaḏawa hiyowa-ĩ ĩ-ni daĩ upa-kaki çã kari**
lá=FOC=DEL grande jirau moquear-CNV tirar-CNV chegar-CNV fazer.dabucuri-1III.M VOC.M TOP
'Lá mesmo moqueei num jirau grande, peguei, trouxe e fiz o dabucuri, cara.'
- (16b) **no=mia kari maute-i=ra maha kari aipe te-he-ba apa kari**
lá=FOC TOP ficar-ST=PREC 1PL.INC TOP como fazer-IRR-COP.Q TRN TOP
'Nós (tópico) ficaríamos lá (tópico), o que mais se poderia fazer (tópico)?'

Quando usado em uma função discursiva, *kari* possui uma sintaxe particular, não aparecendo dentro de um sintagma, como demonstra sua posição após marcadores de foco, como *mia* e *apa*, em (16b), ou um vocativo, como em (16a). Isso o diferencia de *bahu*, cuja sintaxe está sempre dentro dos limites do SN. Notemos, ainda, que *bahu* e *kari* são dissílabos e sempre aparecem como palavras independentes¹⁷.

¹⁷ Outro marcador pragmático discutido por Salser, J. e Salser, N. (1977) é a palavra *hǎki* (ou *hǎko*, se direcionado a ouvintes mulheres). A palavra é derivada de uma forma nominalizada do verbo *hǎ* 'ver', e é usada para direcionar a atenção do ouvinte para certos elementos de uma oração ou para uma sentença como um todo, mas não possuindo um sentido necessariamente dêitico. Essa palavra não aparece sintaticamente integrada e se assemelha ao uso de 'veja bem!', 'olhe!', como marcadores pragmáticos em Português.

Outro morfema que adquire funções de marcador pragmático é **aru**, cuja função principal é sintática, como conjunção coordenativa ilustrada em (17a). Seu uso pragmático pode ser visto em (17b), onde aparece ao final de uma sentença, no sentido de demandar ao ouvinte uma resposta, como uma *tag-question*, e (17c), onde aparece como um elemento para iniciar uma conversação. Notemos que **aru** é dissílabo e sempre aparece como uma palavra independente.

- (17a) **ô-re êtä âurõ aru warubo ño-ima=ða aru ã-ako=ða=iko**
 3F-N.NOM goma beiju e quinhãpira oferecer-3II.AN.PL=REP e comer-3II.F=REP=AF
 'Oferecerem a ela beiju de goma e quinhãpira e então ela comeu.'

- (17b) **kuina-ki hemebo-re pika-e ã-i-no-ma-awi aru**
 um-M paca-N.NOM dois-IN.PL comer-ST-IN.SG-COP-2/IN.II e
 'Uma paca se come em duas vezes, né?'

- (17c) **aru mi=paki?**
 e 2SG.POS=pai
 'E (cadê, como está) teu pai?'

INTERJEIÇÕES

As interjeições são uma classe de palavras à parte, cuja função é expressar estados emocionais do falante com relação a algum fator motivador no contexto ou discurso. Sintaticamente, são palavras que não se combinam com sintagmas menores do que a sentença, e muitas vezes formam sentenças independentes. As partículas são distintas, pois exploram outras dimensões pragmáticas e nunca formam uma sentença independentemente.

Em Kubeo, as principais interjeições são: **bi** 'não, nada', **hai** 'aprovação', **hi** 'sim, positivo', **hĩhĩ** 'confirmação', **pi** 'poxa!', **hede** 'pronto, fim', **hã** 'surpresa', **aha** 'desgosto, raiva' (**aha çĩa** se falante masculino, **aha iko** se falante feminino), **agi** 'dor'. Algumas interjeições passaram a integrar certas expressões idiomáticas, como é o caso de **hi** 'sim, positivo', incorporado ao verbo **a-** 'dizer', para expressar a noção de 'obedecer': **hi a-bi** 'ele obedeceu'.

Talvez o caso mais complexo seja da interjeição **bi** 'não, nada'. Essa palavra não é usada para formar a negação padrão em Kubeo, a qual é expressa por sufixo verbal. **Bi** pode ser usado como uma resposta negativa a qualquer pergunta 'sim/não' ou no início de respostas mais elaboradas, como no exemplo (18a). Em certos usos, **bi** se comporta como uma partícula que introduz uma sentença negativa, como em (18b). Também é usado nas expressões idiomáticas com o significado de **bi+ha-** (nada+passar) 'morrer, desaparecer' e com significado de 'silêncio' em **bi=da** (nada=precisamente).

- (18a) **bi çĩa hi=páki a-i=kũ-ma-ka-rõ**
 não VOC.M 1SG.POS=pai fazer-ST=CL.canoa-COP-ANT-IN.SG
 '(pergunta: Você comprou esta canoa?) Não, cara, meu pai a fez.'

- (18b) **bi kamiça ki-be beha-re ni-mi=ya**
 não camisa existir-NEG descer-MOV ir-3I.M=REP
 'Vinha remando sem camisa.'

Assim, observamos que, ainda que a maioria das interjeições forme uma classe de palavras à parte e tenha função e distribuição sintática semelhante entre si, algumas delas passam a funcionar em outros contextos pelo tecido fluído da gramática, como formativos lexicais, modificadores sintáticos de verbos e partículas com escopo sobre a sentença.

PARTÍCULAS

A função principal das partículas é a de marcador pragmático. Sintaticamente, partículas não formam sentenças independentes (ao contrário de interjeições). Além disso, cada partícula somente pode ocorrer uma única vez na sentença, ainda que em uma sentença possa haver mais de uma partícula. Algumas partículas organizam-se como paradigmas e outras possuem distribuições morfossintáticas distintas. Isso mostra que cada uma desempenha uma função específica no nível da sentença.

A partícula monossilábica *i* é usada de maneira opcional e exclusivamente como uma *tag-question* ao final de sentenças interrogativas. Está separada prosodicamente do resto da sentença por uma breve pausa. Logo, podemos caracterizá-la como uma palavra independente. Veja alguns exemplos:

- (19a) **hiwa=ka=rõ-ma yo o duika=ka-rõ-ma i?**
 rio.acima=ABL-IN.SG-COP.Q este ou rio.abaixo=ABL.IN.SG-COP.Q TAG
 'Este vem da Colômbia (lit. rio acima) ou do Brasil (lit. rio abaixo), hein?'
- (19b) **ira-rõ-ma-ru mare hatio-rĩ ã-rĩ hebe-i=ye hai-ri i?**
 grande-IN.SG-COP-CON também cozinhar-CNV comer-CNV terminar-ST=IN.PL precisa-NMZ TAG
 'Se for muito, tem que cozinhar e comer tudo, né?'

Com relação ao morfema **=rĩ** 'interrogativo 2ª pessoa'¹⁸, é importante notar que a estratégia principal para se fazer perguntas em Kubeo é o uso de um padrão entoacional. O verbo da oração aparece em uma forma não finita e, fora **=rĩ** (e palavras interrogativas), não há outro marcador morfossintático de perguntas na língua. Isso nos sugere que se trata de uma partícula enclítica do sintagma usada como um elemento adicional para reforçar um ato ilocucionário que demanda mais enfaticamente uma resposta do ouvinte.

Os morfemas **i-ki** 'afirmativo masculino' e **i-ko** 'afirmativo feminino' são partículas com *status* de palavras independentes que indexam o gênero do locutor¹⁹. Sua função é a de reforçar um ato de fala declarativo, em que o falante indica sua crença em um dado estado de coisas (20a). Com predicados marcados pelo evidencial reportativo, temos a mesma função, ainda que o locutor não tenha sido a fonte primária de informação, como em (20b). Logo, não ocorrem em orações interrogativas, porém podem ocorrer com orações imperativas, como em (20c).

¹⁸ Ver também a seção "Morfemas do sintagma" neste artigo.

¹⁹ Seria a única partícula flexionável em Kubeo. O fato de ser flexionável não me parece ser um problema. Por um lado, além de ser um marcador pragmático, como sua função é um ato de fala afirmativo, acredito ter sido natural a indexação de gênero do falante, uma vez que a língua Kubeo distingue o gênero dos falantes em vários contextos gramaticais. Por outro lado, se não o classificarmos como partícula, este morfema ficaria em um vácuo na estrutura gramatical da língua.

(20a) **di=yami ki-be-no-rẽ maha wo-i=ta-mu i-ki**
 pro=CL.casa existir-NEG-IN.SG-N.NOM 1INC buscar-ST=DEL-COP.N.3AN.SG AF-M
 'Essa casa não existindo, (te digo:) nós vamos buscar uma (i.e. fazer uma outra).'

(20b) **hĩhĩ sacco uma-ñi ma-ki bá te-ame=da i-ki**
 sim sacco carregar-M COP-M COP fazer-3II.M=REP AF-M
 'Sim, (eu te digo), diz que ele estava carregando um sacco.'

(20c) **hápia-hĩde i-ki**
 escutar-IMP.PERM AF-M
 'Deixa eu ouvir (hein!).'

A distribuição sintática de *i-ki* e *i-ko* mostra que essas partículas são os últimos morfemas dos sintagmas com os quais se combinam, podendo estar acentuados, devido à sua estrutura dissilábica, ou mesmo átonos, em razão de geralmente estarem ao final de um constituinte prosódico. A vogal inicial é nasalizável somente em fala rápida, mostrando que este é um processo fonético, e não fonológico (cf. Chacon, 2012, capítulo 3). Sintaticamente, podem se combinar a outros constituintes não verbais, como em (21a) e (21b), mostrando ter uma distribuição sintática bastante livre.

(21a) **maha yo=ka=wi i-ki**
 1INC aqui=ABL=CL.AN.COL AF-M
 'Nós somos mesmo daqui!'

(21b) **hawéná-re i-ki me bahu bui-kémawĩ ċĩa**
 dia.seguinte-N.NOM AF-M bem muito ficar.cheio-ASSM VOC.M
 'No dia seguinte, (eu te digo) estava muito cheio, cara (ref. armadilha com peixes).'

Um outro marcador pragmático *apa* 'turno' realça um constituinte ou outro elemento da sentença e demanda uma posição do ouvinte com relação a este elemento focado. Em (22a), vemos que o falante foca em si mesmo em uma frase retirada de uma canção de namoro, onde *apa* é bastante recorrente quando o enamorado fala de si. Em (22b), o foco muda do ouvinte para o locutor. Em (22c), o foco está em uma nova situação na qual o falante se baseia. Em (22d), *apa* muda o foco para o ouvinte junto ao verbo no modo imperativo permissivo²⁰.

(22a) **yĩ apa pami põe-ki=ta**
 1SG TRN kubeo pessoa-M=DEL
 'Eu mesmo sou um Kubeo.'

²⁰ Veja (16b) para o uso de *apa* em uma construção interrogativa.

- (22b) **ñiha-re apa ire bahu-ba te-wi ñihe hora-ki=ye**
 1PL.EXC-N.NOM TRN bastante muito-COP fazer-1/2/3IN.I 1EXC carregar-FUT=IN.PL
 '(Busque outros para te ajudar) do nosso lado, já tem muita coisa para carregar.'

- (22c) **di=nimi da-ki-hi-wi apa**
 PROX-tempo vir-FUT-INTENS-1/2/IN.I TRN
 'Nesse caso, eu irei.'

- (22d) **há-hĩde apa**
 ver-IMP.PERM TRN
 'Você mesmo pode ver/Veja por você mesmo.'

Apa é morfologicamente invariável. Analiso como uma partícula com *status* de palavra independente, pois fonologicamente se comporta como uma palavra fonológica e sintaticamente pode se combinar com diferentes partes do discurso, se situando à direita dos sintagmas que ele modifica.

O reportativo **=ya** fora analisado como clítico da palavra, enquanto um tipo de morfema, dada sua disposição a se concatenar apenas com verbos e cópulas²¹. É importante distinguir o reportativo do discurso direto. O discurso direto serve para atribuir uma fala a uma pessoa, enquanto o reportativo atribui o conhecimento do fato sendo declarado pelo falante. Em termos funcionais, o reportativo faz parte do sistema obrigatório e gramatical de expressão da evidencialidade no modo declarativo que possui quatro categorias²²: presenciado, inferido, assumido e reportativo. Em termos estruturais, o reportativo combina-se com o paradigma de primeira mão (e.g. **eda-bi** 'ele chegou (eu vi)' > **eda-bi=ya** 'diz que ele chegou'). Enquanto o discurso direto é compatível com qualquer evidencial, o reportativo não se combina com o paradigma do evidencial inferido e do assumido. O evidencial inferido requer que o falante assuma perante o ouvinte que ele possui evidências de primeira mão de que a situação declarada aconteceu; já o assumido se baseia em uma conjectura que o falante faz sobre um estado de coisas para assumir que um fato ocorreu ou vai ainda ocorrer. Desse modo, a restrição combinatória com os outros evidenciais decorre de um conflito lógico-pragmático. Isso nos sugere que o discurso direto possui um escopo mais amplo; o reportativo e outros evidenciais possuem escopos semântico-pragmáticos distintos: o primeiro tem escopo sobre a oração, os evidenciais têm escopo sobre o predicado. Uma vez que verbos e cópulas são núcleos do predicado, fica clara, então, a posição do reportativo como uma partícula enclítica à palavra-núcleo de um predicado.

Por último, o Kubeo possui um conjunto de morfemas que, de diferentes maneiras, enfatizam certos constituintes ou aspectos semânticos de uma oração. Os exemplos em (23) são do morfema **=ta=** 'delimitador', que pode ser enclítico ou proclítico a depender de questões prosódicas, cuja função é decorrente da semântica da oração, da estrutura informacional do discurso e do jogo pragmático estabelecido entre falantes e ouvintes. Em (23a) a (23c), mostramos sua função como intensificador ou marcador de ênfase de modificadores verbais e nominais. Com verbos no aspecto progressivo, ele determina o início aspectual da ação – a exemplo de (23d). Com argumentos,

²¹ Ver também a seção "Afixos e clíticos da palavra" neste artigo.

²² Ver Chacon (2012, p. 278-286).

ele implica foco contrastivo – a exemplo de (23e). Precedendo a um pro-verbo, ele ocorre na função de enfatizar o conteúdo de um predicado anterior a que o pro-verbo retoma – a exemplo de (23f). Com conjunções, ele reforça relações de casualidade entre diferentes sentenças – a exemplo de (23g).

(23a) **imi-i=ta wi-rĩ dara-đa-ma**
 alto-LOC=DEL voar-CNV passear-ST-3I.AN.PL
 'Os urubus ficam passeando voando no céu.'

(23b) **kari=ta bue-yi=bu**
 agora=DEL aprender-M=COP.N.3AN.SG
 'Apenas agora estou aprendendo.'

(23c) **pare=ta oka-wi**
 forte=DEL chover-1/2/IN.II
 'Choveu bastante forte.'

(23d) **ni-nĩ-ta-mu**
 ir-M=DEL-COP.N.3AN.SG
 'Já estou indo.'

(23e) **mi=ta ni-ha-ki ċiã**
 2SG=DEL ir-IMP-M VOC.M
 'É você (e não outra pessoa) que vai, cara!'

(23f) **aipeteni huhiwa eko-be-bu ta=te-kemawĩ**
 como pium-AN.PL entrar-NEG-COP.N.3AN.SG DEL=pro.verbo-ASSM
 'Não tinha como entrar pium...'

(23g) **ke te-wi-ta no-i-ta ki te-kemawi**
 assim fazer-1/2/IN=DEL lá-LOC=DEL existir fazer-ASSM
 'Após terem feito isso, naquele lugar, eles viveram.'

A liberdade sintática e a natureza funcional deste morfema somam-se a dois outros fatores que nos levam a analisá-lo como um tipo de enclítico do sintagma. Em termos distribucionais, **=ta** 'delimitador' segue a afixos e clíticos da palavra, bem como afixos do sintagma, e pode vir antes dos morfemas de cópula, como em (23d), ou os seguindo, como em (23f). Fonologicamente, tem como hospedeiro tanto a palavra anterior, que lhe serve de base semântica, quanto uma posterior. Pode também aparecer acentuado (independente, sob um ponto de vista métrico). A análise que proponho é que este é um morfema essencialmente pragmático e que desenvolve funções mais gramaticais, como aspecto inceptivo – em (23d) – ou intensificador de modificadores

verbalis e nominais – exemplos (23a) a (23d) –, a partir de um processo de extensão funcional. Seria, assim, uma partícula que desempenha eventualmente a função de morfemas típicos da morfossintaxe dos sintagmas verbal e nominal, algo como a imagem espelhada de morfemas como *bahu* e *kari*, que seriam nomes e advérbios que desenvolveram funções pragmáticas.

SÍNTESE SOBRE MARCADORES PRAGMÁTICOS

Como vimos, existem três tipos de marcadores pragmáticos em Kubeo. Alguns morfemas são primariamente identificados como nomes, advérbios ou conjunções, possuindo uma função adicional como marcadores pragmáticos. Outros, como interjeições e partículas, são essencialmente marcadores pragmáticos, mas podem também estender seu uso a outras funções que mais diretamente se relacionem ao conteúdo proposicional da oração. As partículas e interjeições diferenciam-se por fatores funcionais e formais: funcionalmente, enquanto as partículas codificam informações relevantes para a expressão de atos ilocucionários, as interjeições codificam estados emocionais; formalmente, as partículas são adjuntos de constituintes sintáticos, enquanto interjeições não estão sintaticamente relacionadas a nenhum constituinte da sentença e podem constituir sentenças autônomas. No Quadro 8, oferecemos um resumo das propriedades formais e funcionais das partículas.

Quadro 8. Formas e funções de partículas.

<i>i</i>	Palavra prosodicamente independente, adjunto da sentença	<i>Tag-question</i> em sentenças interrogativas
<i>i-</i>	Palavra prosodicamente independente, flexionável, forma um paradigma com o 'interrogativo de 2ª pessoa'	Ato ilocucionário afirmativo
<i>apa</i>	Palavra prosodicamente independente	Câmbio de foco
<i>=rĩ</i>	Enclítico do SN	Modo interrogativo, sujeito de 2ª pessoa
<i>=ta</i>	Enclítico do SN	Marcador de foco
<i>=ya</i>	Enclítico da palavra verbal	Evidencialidade reportativa

CONCLUSÃO

Neste artigo, discutimos a noção de palavras, morfemas e sintagma, tomando como base aspectos formais e funcionais. Notamos como a palavra é um constituinte transicional entre morfologia e sintaxe, de modo que existem certas ambiguidades entre a estrutura da palavra e do sintagma. Para boa parte das classes de morfemas, encontramos uma forte correlação entre forma e função, sejam morfemas lexicais sejam funcionais.

As partículas foram apresentadas como uma classe de morfemas cuja função principal é a de marcador pragmático. Vimos que outros morfemas também podem funcionar como marcadores pragmáticos, seja em função primária (como interjeições) seja em função secundária (como certos nomes, advérbios e conjunções). Dentro de suas funções primárias, partículas e interjeições diferenciam-se, pois as primeiras expressam informações sobre o ato ilocucionário e as últimas, sobre o estado emocional do locutor.

Sob o ponto de vista formal, existem partículas que constituem palavras independentes, outras que são enclíticos do sintagma ou enclíticos da palavra, mas sempre funcionam como adjuntos de sintagmas, nominais, verbais ou oracionais. O fato de haver partículas pertencendo a tipos de morfemas distintos, ainda que guardem semelhanças no que tange

à sua função pragmática, é análogo ao que vimos para a classe dos nomes e dos verbos, as quais podem ser expressas por tipos de morfemas distintos (como raízes ou enclíticos), ainda que possuam as mesmas funções semânticas, como expressões referenciais e núcleos de predicados, respectivamente. Em todos os casos, vemos que partículas são, antes, uma classe de morfemas (como nomes, verbos, conjunções, interjeições etc.), e não um termo descritivo para caracterizar tipos de morfemas como ‘sufixos’, ‘enclíticos’ etc.

No Quadro 9, resumimos o lugar de partículas na gramática Kubeo, ao compará-las com outras classes e tipos de morfemas, selecionados unicamente a título de ilustração.

Quadro 9. Partículas e outras classes de morfemas.

Classe	Função primária	Tipos de morfemas
Partículas	Marcador de atos ilocucionários	Palavras independentes, raízes, enclíticos
Interjeições	Marcador de estados emocionais	Palavras independentes
Nomes	Referência	Palavras independentes, raízes, enclíticos
Classificadores	Categorização do referente	Enclíticos
Morfemas de caso	Relações gramaticais	Afixos do sintagma
Morfemas de número	Flexão de número	Afixos da palavra

Na introdução deste artigo, listamos os pontos – (1) a (5) – que em geral são elencados como características de partículas por diferentes linguistas. Estes mesmos pontos encontram-se abaixo, seguidos de comentários sobre as suas relevâncias para descrever as partículas em Kubeo:

(1) palavra que não possui uma categoria sintática ou que não se encaixa prontamente em uma categoria sintática padrão. Enquanto a parte final dessa asserção está correta, não é verdade que as partículas não possuam uma categoria sintática. Podemos caracterizá-las com um tipo de adjunto, semanticamente relacionado à sentença como um ato ilocucionário e morfossintaticamente dependente de um constituinte da oração;

(2) palavra invariável. Isso é verdade para boa parte das partículas, exceto para *i-* ‘afirmativo’, que se flexiona em gênero;

(3) pequeno tamanho fonológico. A maioria das partículas em Kubeo é monossilábica e o tamanho máximo é de duas sílabas. Esse é o tamanho mínimo da palavra em Kubeo, de modo que a assertiva é verdadeira;

(4) fonologicamente e/ou morfossintaticamente dependente. Algumas partículas são enclíticas, o que as torna fonologicamente dependentes. Outras são palavras independentes. Morfossintaticamente, todas as partículas são adjuntos que selecionam sintagmas ou orações inteiras. Logo, são morfossintaticamente dependentes, do mesmo modo que outros tipos de adjuntos sintáticos também o são;

(5) semântica de natureza gramatical ou discursiva. Isso é verdade, pois caracterizamos as partículas como sendo essencialmente marcadores pragmáticos.

Logo, ainda que existam casos que fogem ligeiramente à norma, vemos que a noção de partículas é útil para a descrição de aspectos da gramática Kubeo, bem como se correlaciona com as principais características atribuídas a esse termo tipologicamente.

ABREVIATURAS

I	classe flexional verbal I (passado recente, presente)	COP	cópula	NMZ	nominalizador
		DEL	delimitador (foco)	N.NOM	não nominativo
		DIM	diminutivo	PERM	permissivo
II	classe flexional verbal II (passado remoto, predicado genérico)	EXC	exclusivo	PL	plural
		F	feminino	POS	possessivo
		FOC	foco	PREC	precisamente, especificamente
1	primeira pessoa	FUT	futuro		
2	segunda pessoa	IMP	imperativo	PROX	demonstrativo de proximidade
3	terceira pessoa	IN	inanimado		
ABL	ablativo	INC	inclusivo	Q	interrogativo
AF	afirmativo	INF	evidencial inferido	REP	reportativo
AN	animado	INTENS	intensificador	SG	singular
ANF	anafórico	IRR	irrealis	ST	estativo
ANT	anterior (temporalidade)	LOC	locativo	TAG	<i>tag-question</i>
ASSM	evidencial assumido	M	masculino	TOP	tópico
CL	classificador	MOV	forma não finita de movimento	TRN	turno (pragmático)
CNV	converbo			VOC.M	vocativo masculino
COL	coletivo	N.3	não 3ª pessoa		
CON	condicional	NEG	negação		

REFERÊNCIAS

ANDERSON, R. Stephen. **Aspects of the theory of clitics**. Oxford: Oxford University Press, 2005. (Oxford Studies in Theoretical Linguistics).

BENVENISTE, Émile. **Problèmes de linguistique générale**. Paris: Gallimard, 1966. cap. 3, Tomo I.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **Dicionário de Linguística e Gramática**. Petrópolis: Vozes, 1997.

CHACON, Thiago; GENETTI, Carol. Grammatical relations in Kubeo. In: WITZLACK-MAKAREVICH, Alena; BICKEL, Balthasar (ed.). **Argument selectors: new perspectives on grammatical relations**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2019. p. 399-432. (Typological Studies in Language, 123). DOI: <https://doi.org/10.1075/tsl.123>.

CHACON, Thiago. **The phonology and morphology of Kubeo: the documentation, theory and description of an Amazonian language**. 2012. Tese (Doutorado em Linguística) – University of Hawai'i at Manoa, Honolulu, 2012.

CRYSTAL, David. **A dictionary of linguistics and phonetics**. 6th ed. Oxford: Blackwell Publishing, 2008.

DIXON, Robert M. W. **Basic linguistic theory: Methodology**. Oxford: Oxford University Press, 2009. v. 1.

FRASER, Bruce. Pragmatic markers. **Pragmatics**, v. 6, n. 2, p. 167-190, 1996.

HENGVELD, Kees; MACKENZIE, J. Lachlan. **Functional discourse grammar: a typologically-based theory of language structure**. Oxford: Oxford University Press, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199278107.001.0001>.

MORSE, Nancy; MAXWELL, Michael B. **Kubeo Grammar**. Arlington: SIL: University of Texas Arlington Press, 1999. (Studies in the Languages of Colombia 5; SIL Publications in Linguistics, 130).

MORSE, Nancy; SALSER, Jay K.; SALSER, Neva (ed.). **Diccionario ilustrado bilingüe Cubeo-Español/Español-Cubeo**. Bogotá: Editorial Alberto Lleras Camargo, 1999.

NESPOR, Marina; VOGEL, Irene. **Prosodic phonology**. Dordrecht: Foris Publications, 1986.

SALSER, Jay K.; SALSER, Neva. Some features of Cubeo discourse and sentence structure. *In*: LONGACRE, Robert E. (ed.). **Discourse grammar**: studies in indigenous languages of Colombia, Panama and Ecuador. Dallas: ILV, 1977. v. 2, p. 253-272.

VALENCIA, Simon. **Fonología y clasificación nominal en Kubeo**. Bogotá: Universidad de los Andes, 1989.

ZWICKY, Arnold M. Clitics and particles. **Language**, v. 61, n. 2, p. 283-305, 1985.

A partícula 'tá(~matá)' na estrutura oracional da língua guajá The particle 'tá(~matá)' in the clause structure of Guajá

Heloisa Lima Salles 

Universidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal, Brasil

Resumo: O artigo examina as propriedades morfosintáticas da partícula 'tá(~matá)' na estrutura oracional da língua guajá, considerando seu desenvolvimento em termos de uma abordagem formal da gramaticalização. Partindo do estudo de Magalhães (2007), em que tal categoria é analisada como partícula aspectual projetiva (PROJ), discutimos seu estatuto sintático, tomando por base a ocorrência de correlatos em outras línguas da família Tupi-Guaraní (TG), particularmente na língua kamaiurá. Adotando o quadro teórico gerativista (Chomsky, 1995), propomos que a partícula projetiva 'tá(~matá)' (PROJ) do guajá realiza o núcleo funcional [T(ense)], definido por um modelo cartográfico da estrutura oracional. Essa análise é avaliada em relação às propriedades estruturais da negação, por um lado, e à distribuição dos traços de concordância de sujeito, por outro lado.

Palavras-chave: Gramaticalização. Categoria funcional. Transitividade. Estrutura argumental.

Abstract: This study examines the morphosyntactic properties of the particle 'tá(~matá)' in the clause structure of the Guajá language, considering its development in terms of a formal grammaticalization approach. I start from work by Magalhães (2007), which analyzes this category as an aspectual projective particle (PROJ) and subsequently examine its syntactic status, considering correlates in other Tupi-Guaraní languages (particularly Kamaiurá). I adopt the generative framework (Chomsky, 1995) and propose that the projective particle 'tá(~matá)' in Guajá lexicalizes the [T(ense)] functional head, which is defined within a cartographic model of clause structure. This analysis is evaluated with respect to the structural properties of negation as well as the distribution of subject agreement properties in these predicates.

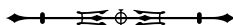
Keywords: Grammaticalization. Functional category. Transitivity. Argument structure.

SALLES, Heloisa Lima. A partícula 'tá(~matá)' na estrutura oracional da língua guajá. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 3, p. 791-804, set.-dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000300006>.

Autora para correspondência: Heloisa Lima Salles. Universidade de Brasília. Instituto de Letras. Instituto Central de Ciências. Ala Sul. Mezzanino. Brasília, DF, Brasil. CEP 70910-900 (heloisasalles@gmail.com; hsalles@unb.br).

Recebido em 01/04/2019

Aprovado em 29/10/2019



CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

O estudo examina as propriedades morfossintáticas da partícula 'tá(~matá)' na estrutura oracional da língua guajá, definindo seu estatuto categorial em termos da abordagem formal da gramaticalização proposta em Roberts e Roussou (2003)¹. Assumindo perspectiva translinguística, investigamos a hipótese de que a manifestação dessa categoria está associada à ocorrência de uma categoria lexical (homônima) no inventário lexical dessa língua, em fase prévia da língua. Essa hipótese toma por referência os dados como (1) e (2), em que a partícula 'tá(~matá)' é analisada como um operador temporal/projetivo (Magalhães, 2007)². Argumenta-se que o operador funcional de tempo (futuro) se fixou na estrutura oracional por um processo de gramaticalização, em que sua manifestação como categoria lexical (verbal) transitiva sofre reanálise (estrutural), passando a ocorrer como categoria funcional na estrutura oracional³.

(1)	a-jahó tá 1-ir PROJ 'Eu vou.'/'Eu quero ir.'	guajá Magalhães (2007, p. 174)
(2)	are=Ø-ka'á tá rapé jehe'é 123=R ² -mata PROJ PERF PERF 'Nós já teremos a nossa mata.'	guajá Magalhães (2007, p. 118)

A análise parte da observação de que a partícula 'tá(~matá)' da língua guajá encontra correlato em outras línguas da família Tupí-Guaraní (TG), o que permite abordar a questão também pelo ponto de vista translinguístico. Em relação ao processo de gramaticalização, é possível demonstrar a ocorrência de fenômeno idêntico em famílias e troncos linguísticos distintos. É o caso do desenvolvimento de auxiliares modais do inglês, particularmente no caso de 'will', que deixa de ser um verbo nocional/lexical com denotação volitiva, capaz de selecionar argumentos, e passa a ocorrer como marcador temporal de futuro, mediante um processo que favorece estruturas menos complexas (Lightfoot, 1991, 1999; Roberts; Roussou, 2003).

Na presente análise, essa categoria passa a ocorrer como uma partícula dedicada no léxico, que realiza, por meio da operação 'fundir' (*merge*), um núcleo funcional na estrutura oracional, o que resulta em uma estrutura menos complexa, se comparada à situação de sincretismo morfossintático, em que uma dada categoria acumula propriedades gramaticais de duas (ou mais) posições na estrutura oracional, por movimento (*move*). Essa questão será retomada.

Adotando a hipótese da gramática universal (GU), no âmbito do programa minimalista (Chomsky, 1986, 1995), e (parcialmente) a análise de Maia et al. (1999) em relação à estrutura oracional de línguas indígenas brasileiras, propomos que a partícula aspectual projetiva (PROJ), conforme postulada em Magalhães (2007), lexicaliza o núcleo funcional Tempo (T) na estrutura oracional. Essa análise é avaliada em relação à hipótese de que a partícula 'tá(~matá)', na projeção de

¹ Designamos a partícula relevante como 'tá(~matá)' para indicar o caráter variável das formas 'tá' e 'matá', conforme Magalhães (2007). Tais formas alternam com 'tar' e 'matar', respectivamente, por condicionamento fonológico, na presença de vogal no item subsequente da estrutura sintagmática.

² Preliminarmente, consideramos que, em (1), a partícula 'tá(~matá)' é um operador modal/temporal, enquanto, em (2), pressupõe-se uma estrutura de cópula existencial (nula), marcada igualmente por um operador temporal de futuro.

³ As abreviaturas e as glosas serão esclarecidas no decorrer da descrição e também em lista ao final do artigo, observando-se sistematização dos autores citados. Tais índices marcam correferência.

tempo (TP) da oração matriz, codifica dependência temporal em relação à projeção de Tempo do predicado encaixado, o que resulta em um processo de reestruturação de predicados (Wurmbrand, 2001), por um lado, e pela presença de marcas flexionais de concordância de sujeito na estrutura do predicado, por outro lado.

A discussão será desenvolvida como a seguir: na seção “Propriedades gramaticais da partícula ‘**tá(∼matá)**’ na língua guajá, família Tupí-Guaraní”, apresentamos a distribuição do item lexical ‘**tá(∼matá)**’, na estrutura oracional, considerando, como ponto de partida, a análise de Magalhães (2007), segundo a qual esse item é uma partícula aspectual projetiva (PROJ); em seguida, apresentamos correlatos da partícula ‘**tá(∼matá)**’, em outras línguas da família TG, considerando particularmente a língua kamaiurá e as propriedades gramaticais postuladas em Seki (2000); na seção “A partícula ‘**tá(∼matá)**’ como categoria funcional”, apresentamos a abordagem formal da gramaticalização conforme proposta em Roberts e Roussou (2003), seguida de sua aplicação na análise do item ‘**tá(∼matá)**’ da língua guajá; por fim, apresentamos as considerações finais.

PROPRIEDADES GRAMATICAIS DA PARTÍCULA ‘**tá(∼matá)**’ NA LÍNGUA GUAJÁ, FAMÍLIA TUPÍ-GUARANÍ

A língua guajá pertence ao grupo VIII da família Tupí-Guaraní, conforme Rodrigues (1984-1985). Os falantes estão estimados em cerca de 500 indivíduos, distribuídos nas terras indígenas (TI) Caru, Alto Turiaçu e Arariboia, localizadas no noroeste do estado do Maranhão, Brasil. Embora tenha havido trabalhos esparsos, a documentação dessa língua obteve um tratamento consistente, particularmente a partir do trabalho da linguista Marina Magalhães, que produziu uma alentada tese de doutorado, defendida em 2007, intitulada “Sobre a morfologia e a sintaxe da língua Guajá (família Tupí-Guaraní)”, dedicando-se desde então, com seus colaboradores, a aprofundar a investigação sobre a língua, no aspecto gramatical, e também do ponto de vista das questões socioculturais, uma exigência do quadro teórico funcionalista em que desenvolve a análise teórica, e também em relação às demandas educacionais da nação indígena Awa-Guajá, diante da situação de vulnerabilidade a que está exposta.

Como será demonstrado, o estudo de Magalhães (2007) constitui uma referência para o presente artigo, não só em relação à base empírica, como também em relação à análise teórica. Adicionalmente, considera-se a obra de Seki (2000) intitulada “Gramática do Kamaiurá”, além dos estudos de Rodrigues (1953, 1996), entre outros tupinistas, a serem referidos oportunamente.

De acordo com Magalhães (2007), o item ‘**tá(∼matá)**’ inclui-se entre as chamadas partículas intrapredicado, tendo em vista sua posição fixa após o núcleo do predicado, antes dos afixos flexionais⁴. Conforme observa a autora, essas categorias distinguem-se dos outros afixos por terem acento próprio, a que se acrescenta a distribuição complementar em relação a outras categorias que codificam as seguintes propriedades gramaticais: aspecto, modalidade, quantificação, tempo, modo e negação. Na análise de Magalhães (2007, p. 128), a partícula ‘**tá(∼matá)**’ codifica o aspecto projetivo (PROJ), denotando “[...] a projeção de um evento ou [um] estado [...]”, conforme ilustrado em (3), (4) e (5), respectivamente.

- (3) Ø-iká matá kamará-Ø ‘a-peka ‘a-pe guajá
 3-matar PROJ índio-N lá-LOC mato-LOC
 ‘O índio quer matar para lá, no mato.’ Magalhães (2007, p. 80)

⁴ Na análise de Magalhães (2007), o item ‘**tá(∼matá)**’ é uma partícula, que se distingue dos afixos. Enquanto afixos não possuem acento próprio, ocorrendo na estrutura da palavra, partículas possuem acento próprio e realizam propriedades gramaticais no nível sentencial.

também ocorre na estrutura do sintagma nominal, o que se confirma pelo fato de que o sufixo nominalizador ‘-há’ ocorre anexado à partícula PROJ⁶.

A análise proposta por Magalhães (2007) para a partícula ‘tá’ do guajá está formulada em termos semelhantes para o kamaiurá, língua do grupo VII, na classificação de Rodrigues (2011), como se depreende da análise de Seki (2000), na obra “Gramática do Kamaiurá”. Nessa língua, a raiz ‘potat’ é analisada como ‘desiderativa’ (DES), o que permite considerá-la um correlato da partícula projetiva (PROJ) ‘tá(~matá)’ do guajá. Diferentemente do que ocorre nessa língua, na língua kamaiurá, a categoria correspondente forma uma unidade morfológica com o verbo.

(10)	ere-o-potat 2SG-ir-DES 'Você quer ir.'	kamaiurá Seki (2000, p. 147)

De acordo com Seki (2000, p. 134), a ocorrência dessa categoria está vinculada à expressão do aspecto, na denotação de uma situação iminente, o que explica sua análise como ‘iminentivo’ (INST)⁷:

(11)	moĩ-a a-pyrũ-potat cobra-N 1SG-pisar-INST 'Eu quase pisei na cobra.'	kamaiurá Seki (2000, p. 134)

Seki (2000, p. 132) observa, ainda, que “[a] raiz ‘-potat’ funciona também como verbo transitivo independente [...]” – conforme o exemplo (11) –, correspondendo à descrição ‘querer/gostar’⁸.

(12)	oro-potat 1SG/2SG-gostar 'Gosto de você.'	kamaiurá Seki (2000, p. 132)

Seki (2000) acrescenta que o item ‘potat’ do kamaiurá é também encontrado como núcleo lexical transitivo de um predicado volitivo, que toma como argumento interno um evento, realizado por uma nominalização, conforme ilustrado a seguir⁹:

(13)	a-potar=ete kunu'um-a i-jo-taw-a 1SG-querer=ATUAL menino-N 3-ir-NZR-N 'Eu quero que o menino vá (a Brasília).'	kamaiurá Seki (2000, p. 173)

⁶ A hipótese de que a partícula ‘tá(~matá)’ está no domínio da nominalização sustenta-se em sua afixação à partícula nominalizadora. Não vamos entrar nos detalhes sobre a sintaxe da categoria ‘tá(~matá)’ na estrutura da nominalização, por exigirem considerações que vão além do escopo da presente discussão.

⁷ Na glosa do exemplo (11), Seki (2000) usa a abreviatura [INST] referindo-se ao morfema ‘iminentivo’. Mantenho a notação do original.

⁸ A tradução de *potat* pelo verbo ‘gostar’ é considerada adequada por captar em português a denotação volitiva aplicada a um ser animado, em oposição a um ser inanimado. Cabe observar o uso da expressão ‘querer bem’, em português, como sinônimo de ‘gostar’.

⁹ Seki (2000, p. 172), referindo-se ao kamaiurá, ressalta: “[...] os complementos nominalizados não vêm associados a elementos correspondentes aos complementizadores de línguas indo-europeias”.

Nos dados em (12) e (13), 'potat' (querer) seleciona dois argumentos, distinguindo-se apenas em relação ao estatuto semântico do argumento interno – respectivamente sintagma nominal e uma oração (proposição). Em ambos os casos, 'potat' (querer) é um núcleo lexical¹⁰.

Na seção a seguir, discutimos as propriedades da partícula projetiva 'tá(~matá)', na estrutura oracional do guajá, em termos da abordagem formal da gramaticalização de Roberts e Roussou (2003). Como será demonstrado, nessa língua, essa partícula tem estatuto funcional.

A PARTÍCULA 'tá(~matá)' COMO CATEGORIA FUNCIONAL

Nesta seção, investigamos o estatuto da partícula 'tá(~matá)' no guajá, assumindo a hipótese da gramaticalização, tomando como referência a análise translinguística. Para tanto, adotamos a abordagem formal da gramaticalização de Roberts e Roussou (2003), a ser sistematizada na próxima seção; apresentamos, em seguida, a estrutura oracional do guajá, tomando como referência pressupostos gerativistas (Chomsky, 1995).

A TEORIA DA MUDANÇA LINGUÍSTICA E A GRAMATICALIZAÇÃO DA CATEGORIA 'tá(~matá)'

A análise da partícula 'tá(~matá)' como categoria funcional parte da ideia original de Meillet (1912 [1958] apud Roberts; Roussou, 2003), segundo a qual a gramaticalização consiste do desenvolvimento de material gramatical novo a partir de palavras nocionais. Considerando que a mudança linguística afeta as propriedades formais dos núcleos funcionais (Chomsky, 1995), adotamos ainda os seguintes pressupostos, conforme Roberts e Roussou (2003, p. 2, tradução nossa): "[...] (i) a gramaticalização é um caso de mudança paramétrica [...]; (ii) a gramaticalização é um epifenômeno [...]"¹¹.

No domínio sincrônico, cabe então estabelecer uma caracterização das categorias funcionais, identificando-se o inventário e as propriedades que as distinguem e restringem. Roberts e Roussou (2003, p. 6, tradução nossa) observam que essa distinção permite explicar duas diferenças facilmente observáveis nas línguas. São elas: "[...] (i) as línguas diferem em sua morfologia flexional; (ii) as línguas diferem em relação a quais ordens de palavras são gramaticais"¹². Diante disso, a variação descrita em (i) pode ser explicada em termos da hipótese de que uma dada categoria funcional F pode ter uma expressão fonética ou não, enquanto a diferença em relação à ordem das palavras, referida em (ii), pode ser explicada em termos da variação na capacidade de as categorias funcionais desencadear movimento.

De acordo com a tradição gerativista, o problema lógico da mudança linguística se resolve no processo de aquisição da língua, assumindo-se a possibilidade de que a evidência no *input* linguístico – o chamado gatilho (em inglês, *trigger*) – para a fixação paramétrica seja insuficiente. A noção de gatilho encontra-se originalmente formulada em Lightfoot (1991, 1999), como um conjunto de enunciados produzidos em uma dada situação – a que a criança tem grande probabilidade de ser exposta – e que 'desencadeia' algum aspecto da gramática que está sendo adquirida. Assumindo que os parâmetros são propriedades do léxico e considerando que o léxico é específico de cada língua, devendo, portanto, ser aprendido, Roberts e Roussou (2003, p. 14, tradução nossa) propõem que a noção de *trigger*

¹⁰ Agradeço à Marina Magalhães (em comunicação pessoal) por apontar a necessidade de identificar os dados (12) e (13) em relação ao estatuto morfossintático do item *potat*, considerado, em ambos os casos, uma categoria lexical (com propriedades predicativas).

¹¹ No original: "[...] (i) that grammaticalization is a regular case of parameter change [...]; (ii) grammaticalization is therefore epiphenomenal [...]" (Roberts; Roussou, 2003, p. 2).

¹² No original: "[...] (i) languages differ in their inflectional morphology; (ii) languages differ in which word orders are grammatical" (Roberts; Roussou, 2003, p. 6).

seja definida como “[q]ualquer parte do *input* que pode fornecer aos aprendizes informação sobre o léxico [...]”¹³. Existe, portanto, um dispositivo de aprendizagem que habilita a criança a adquirir ‘palavras’ (suas propriedades sintáticas, morfológicas, fonológicas e semânticas), as quais são responsáveis pela fixação dos parâmetros, dado o pressuposto de que a mudança paramétrica está associada a um subconjunto do léxico, isto é, às categorias funcionais.

Assim, a expressão de um parâmetro consiste em uma sequência do *input* cuja formação é garantida pela gramática que detém um valor paramétrico fixado, sendo a experiência desencadeadora (*trigger experience*) a sequência que expressa esse parâmetro. Por sua vez, essa expressão não pode ser menor do que um morfema nem maior do que um enunciado. Nesse sistema, prevê-se ainda “[...] uma preferência construída internamente por representações relativamente simples”¹⁴ (Roberts; Roussou, 2003, p. 15, tradução nossa) sempre que mudanças morfológicas e fonológicas ‘conspirarem’ no sentido de obscurecer a expressão do parâmetro. A métrica de simplicidade estabelece razão direta entre sincretismo na realização de traços (morfológicos) de categorias funcionais e a complexidade estrutural. Nesse sentido, *move* pressupõe mais complexidade estrutural e, portanto, mais sincretismo; inversamente, ausência de movimento pressupõe a concatenação de uma categoria dotada das especificações morfológicas relevantes, o que pressupõe ausência de sincretismo e uma estrutura mais simples.

Adotaremos a hipótese da gramaticalização conforme descrita nesta seção na análise da partícula ‘*tá(∼matá)*’ do guajá, e da partícula correlata do kamaiurá. Do ponto de vista morfofonológico, verificamos que suas propriedades são consistentes com a tendência de que categorias funcionais sejam fonologicamente ‘leves’, uma vez que apresentam uma forma reduzida. Consideramos, porém, relevante a análise de Magalhães (2007), segundo a qual a partícula distingue-se da categoria afixal por admitir ser separada do núcleo do predicado por outras categorias, desde que tenham propriedades gramaticais semelhantes – ver exemplo (5), em oposição a (6). Do ponto de vista morfosintático e considerando-se os pressupostos teóricos da presente análise, trata-se de uma categoria funcional dotada de especificações formais que a identificam com um operador temporal/aspectual, situado no domínio medial da estrutura oracional. De acordo com Roberts e Roussou (2003), categorias funcionais são núcleos sintáticos desprovidos de estrutura argumental, que se concatenam por um requisito de seleção de constituinte (seleção-c) e por seu conteúdo lógico, que se mantém estável. Uma forma de caracterizar a distribuição dessas propriedades está formulada na abordagem cartográfica dos núcleos funcionais de Cinque (1999, 2004), em que a posição relativa dos advérbios interage com as propriedades formais dos núcleos funcionais, dando origem a uma estrutura universal. É o que tomamos como referência a seguir, na análise da estrutura oracional do guajá e do kamaiurá, em perspectiva comparada.

A PARTÍCULA ‘*tá(∼matá)*’ NA ESTRUTURA ORACIONAL DO GUAJÁ

Partimos da hipótese de que a categoria ‘*tá(∼matá)*’ no guajá é uma partícula aspectual projetiva (PROJ), conforme proposto na análise de Magalhães (2007). Adotando perspectiva translinguística, demonstramos, com base em Seki (2000), que tal item tem um correlato na língua kamaiurá, da família Tupí-Guaraní (TG), do ponto de vista tanto semântico quanto sintático das construções em que ocorre. Argumentamos que a realização da categoria ‘*tá(∼matá)*’ no guajá como núcleo funcional resulta de um processo de gramaticalização, que pressupõe a existência, em período diacrônico prévio, de um verbo nocional com denotação volitiva/desiderativa e estrutura argumental. Na ausência de

¹³ No original: “Any part of the input that can provide the acquirers with information about the lexicon [...]” (Roberts; Roussou, 2003, p. 14).

¹⁴ No original: “[...] a built-in preference for relatively simple representations” (Roberts; Roussou, 2003, p. 15).

dados diacrônicos da língua guajá, argumentamos em favor dessa hipótese mediante a comparação com o kamaiurá, que, conforme mencionado¹⁵, apresenta, no nível sincrônico, uma categoria funcional correspondente à categoria funcional do guajá¹⁶.

Passamos então à análise das estruturas relevantes, iniciando a discussão com as construções do guajá. Conforme mencionado, na análise de Magalhães (2007), a partícula 'tá(~matá)' codifica o aspecto projetivo (PROJ). Na presente análise, propomos que a partícula 'tá(~matá)' realiza a categoria funcional Tempo (T), tendo em vista a hipótese de que as propriedades definidas por Magalhães (2007) como aspectuais podem ser analisadas em termos da codificação do tempo. Ao vincular a categoria 'tá(~matá)' ao núcleo funcional T, seguimos a tradição que postula o contraste entre línguas que marcam tempo pela oposição 'futuro *versus* não futuro' e 'passado *versus* não passado' (Müller; Bertucci, 2018). Nesse aspecto, não só o guajá, mas outras línguas da família Tupí-Guaraní estão vinculadas ao primeiro grupo.

A questão que se coloca, então, é o que determina que a categoria 'tá(~matá)' seja associada ao núcleo funcional T. A resposta a essa questão parte da observação de Magalhães (2007) de que a categoria 'tá(~matá)' é realizada no domínio do sintagma verbal, admitindo-se que seja separada do verbo apenas por categorias da mesma natureza. Conforme ilustrado em (6), repetido a seguir como (14), 'tá(~matá)' é uma categoria periférica em relação a 'ramõ' e 'té'. Seguindo análise de Magalhães (2007), assumimos que 'ramõ' e 'té' codificam propriedades aspectuais relacionadas ao desenvolvimento do evento: enquanto a categoria 'ramõ' descreve o caráter iminente/imediato (IMED) em relação ao desenvolvimento do evento, a categoria 'té' marca um tipo de aspecto experiencial, em que a certeza em relação à verdade da proposição – leitura evidencial (REAL) – é baseada em um critério inferencial, deduzido da experiência em relação ao evento descrito (no caso, a iminência e a previsibilidade do nascimento).

Seguindo tradição segundo a qual tempo e aspecto são projetados como categorias sintáticas na estrutura oracional, e adotando uma versão da abordagem cartográfica de Cinque (1999, 2004), em que modificadores aspectuais do evento são realizados na projeção de categorias funcionais, podemos supor que tais categorias licenciam os núcleos AspP¹⁷ e TP, acima de VP. Por hipótese, as partículas 'ramõ' e 'té' se deslocam com o núcleo verbal para o domínio de TP, através de AspP, ficando sob o escopo da categoria 'tá' em T¹⁸.

- (14) Ø-wehẽ ramõ té tá guajá
 3-sair IMED REAL PROJ
 'Vai nascer agora mesmo.' Magalhães (2007, p. 112)

Seguindo Chomsky (1995), assumimos que o núcleo funcional T é a categoria básica no campo medial da estrutura oracional, enquanto a categoria C, acima de T, situa-se na periferia da sentença, em que são codificadas propriedades associadas à finitude e à força ilocucionária (Rizzi, 1997). Diante disso, propomos que a categoria 'tá(~matá)' seja projetada

¹⁵ Ver a seção "Contextualização do problema" deste artigo.

¹⁶ A análise translinguística, tal como proposta, apoia-se ainda na observação de Rodrigues (1986), segundo a qual as línguas da família Tupí-Guaraní, a despeito da grande dispersão na América do Sul, mantêm-se coesas na manifestação de várias propriedades morfosintáticas.

¹⁷ As siglas concernentes ao formalismo da teoria gerativa não serão evidenciadas por extenso.

¹⁸ Em resposta a um parecerista anônimo, postulamos que a posição periférica da categoria 'tá(~matá)', em relação às categorias aspectuais 'ramõ' e 'té', conforme (14), assim como a argumentação quanto à sintaxe da negação (cf. 16), constituem evidência para justificar a hipótese de que essa categoria realiza o núcleo TP, situado no campo medial da oração, acima de VP. Por fugir ao escopo da presente discussão, não nos detemos nos detalhes da sintaxe das categorias aspectuais citadas.

no campo medial da estrutura oracional. Em relação a tais categorias, seguimos (parcialmente) a análise de Maia et al. (1999), que postula, além do núcleo T, os núcleos sintáticos AgrS e AgrO, estes últimos associados à computação dos traços formais de concordância de sujeito e de objeto (operação *Agree*), bem como ao movimento (na sintaxe aberta ou fechada) do sujeito e do objeto, a depender da natureza dos traços formais envolvidos (fortes ou fracos).

Na presente análise, seguimos Chomsky (1995), em que os núcleos AgrS e AgrO são excluídos, sob o argumento de que essas categorias são constituídas exclusivamente de traços formais não interpretáveis, o que as torna virtualmente desnecessárias¹⁹. Com essa eliminação, é postulada uma estrutura em camada para o sintagma verbal, nomeadamente [v-V], sendo specvP a posição disponível para o movimento do objeto, gerando OV, na presença de um traço EPP em 'v'.

Retomamos então o dado em (1), repetido como (15a), com a respectiva estrutura sintática (cf. 15b). Por hipótese, em (15b), o núcleo do predicado verbal '**jahó**' se desloca para o núcleo funcional T. Nessa posição, o prefixo de pessoa (da série nominativa) realiza o argumento selecionado pelo predicado na posição de sujeito da oração, no caso a 1ª pessoa²⁰:

(15a) **a-jahó tá**
 1-ir PROJ
 'Eu vou.'/'Eu quero ir.'

(15b) ... [_{TP} [_i [**jahó**]] [_{VP} [_T **jahó**] [_{DP} **pro** =_{1s,i}]]]

Evidência adicional provém da sintaxe de negação. Conforme Magalhães (2007), a negação em guajá é uma categoria descontínua, que se manifesta por uma categoria clítica e por um sufixo²¹. Na presença do item '**tá**(~**matá**)', é esse elemento que hospeda o elemento sufixal, como se depreende do dado em (7), repetido a seguir como (16a). Assumindo-se que a negação é realizada pela categoria funcional NEG, propomos que esse núcleo, no guajá, seja lexicalizado pela categoria '-i', sendo a categoria clítica '**n**=' realizada no especificador desse núcleo (uma hipótese que tem sido adotada para a negação dupla em línguas como o francês)²². A linearização é obtida por deslocamento do material em T para o núcleo Neg, por seu caráter afixal. Conclui-se que o fato de '-i' estar anexado ao item '**tá**(~**matá**)' indica que essa operação sintática situa-se no domínio funcional e no campo medial da oração (cf. 16b)²³.

¹⁹ Seguindo Chomsky (1995), assumimos que os predicados transitivos são projetados em uma configuração em camada (*VP shell*), que inclui a categoria funcional 'v', um tipo de 'verbo leve', responsável por introduzir o argumento externo (*E(external) A(argument)*) – [_{VP} EA [_v v [VP]]] e por licenciar formalmente o objeto direto. A derivação inclui a posição para o deslocamento do argumento interno (DP), a saber o especificador de vP, o que permite dar conta do padrão OV, uma opção paramétrica expressa em termos dos traços de v e a hipótese de especificadores múltiplos.

²⁰ Em (15a), o predicado '**a-jahó**' é um verbo intransitivo inacusativo '**jahó**' ('ir'). Por hipótese, esse tipo de verbo não seleciona argumento externo na estrutura [v-VP], sendo seu argumento gerado como argumento interno, na posição de complemento do verbo. Não vamos nos deter na argumentação quanto a essa propriedade, amplamente discutida na literatura gerativista. Como se depreende da estrutura, o prefixo de pessoa é uma categoria pronominal (DP), que forma palavra com o verbo, na estrutura morfossintática.

²¹ Essa estratégia de negação é encontrada nas demais línguas TG. Veja-se Seki (2000), para o kamaiurá.

²² Em Haegeman (1995), sentenças negativas manifestam o traço [+Neg] na projeção estendida de V. Outras análises adotam a hipótese de um núcleo de polaridade na estrutura da oração. Deixamos o aprofundamento da discussão sobre a sintaxe da negação nas línguas TG para pesquisa futura.

²³ A estrutura em (16b) não inclui a categoria '**hí**', glosada, na análise de Magalhães (2007, p. 128), como 'intensificador' (INTS). Uma possível análise seria considerar que se trata de um advérbio de VP, conforme sugere um parecerista anônimo. Deixamos a argumentação sobre sua distribuição sintática para pesquisa futura.

- (16a) **n=a-xá tá-r-i-hí**
 NEG=1-ver PROJ-NEG-INTS
 'Não vou ver:./Não quero ver mesmo.'

- (16b) ... [_{NEG} n [_{NEG} [[a]-[xá]] ta(r)]_i [_{TP} t_j [_{VP} [pro=1s]_i [_v v_[xá] [_{VP} t_[xá] [_{DP} pro_{arb}]]]]]]

Por hipótese, a estrutura em (15b) pode ser generalizada para os dados em (3), (4) e (5), repetidas em (17a), (18a) e (19a), em que ocorre a partícula 'tá(~matá)', conforme demonstrado, respectivamente, nas estruturas em (17b), (18b) e (19b), a seguir²⁴:

- (17a) **Ø-iká matá kamará-Ø 'á-peka 'á-pe**
 3-matar PROJ índio-N lá-LOC mato-LOC
 'O índio quer matar para lá, no mato.'

- (17b) ... [_{TP} [Ø_i-[iká]] mata [_{VP} [_{DP} kamará-Ø]_i [_v t_{iká} [_{VP} [_{DP} pro_{arb}] [...]]]]]]]

- (18a) **amýn-a Ø-ký tá ajpó**
 chuva-N 3-cair PROJ POSS
 'Talvez chova.'

- (18b) ... [_{TP} [_{DP} amýn-a]_i [_{TP} [Ø_i-[ký]] tá [_{VP} t_{ky} [_{DP_i}]]]]]]

- (19a) **i-kirá tá**
 R²-gordo PROJ
 'Vai ficar gordo.'

- (19b) ... [_{TP} [_i-[kirá]] ta [_{AP} [_{DP} pro]_i [_A t_{kirá} ...]]]]]

Uma consequência de postular que a partícula 'tá(~matá)' tem estatuto funcional é assumir que tais construções são mono-oracionais, conforme se depreende das derivações em (15)-(18). Nesse sentido, a partícula 'tá(~matá)', além de realizar o núcleo funcional T, tem o papel de definir a posição sintática do licenciamento do sujeito. A hipótese da gramaticalização pressupõe uma fase na diacronia em que a referida partícula é uma categoria lexical, como será demonstrado com a análise do kamaiurá.

A GRAMATICALIZAÇÃO DA CATEGORIA 'tá(~matá)' DO GUAJÁ

Nesta seção, analisamos a gramaticalização como um processo em que tal categoria passa a ocorrer como um verbo de reestruturação. Conforme mencionado, a hipótese é que a partícula 'tá(~matá)' do guajá ocorre no

²⁴ A estrutura em (18b) não inclui a categoria 'ajpó', glosada, na análise de Magalhães (2007, p. 86), como um modal de 'possibilidade' (POSS). Na cartografia de Cinque (1999, 2004), trata-se de uma categoria adverbial realizada na projeção de um núcleo funcional especificado para traços formais de modalidade, situado no campo medial da oração, acima de VP. Deixamos para pesquisa futura a discussão quanto aos detalhes de sua distribuição na estrutura oracional.

núcleo T, na estrutura oracional, como resultado de um processo em que esse item deixa de ser um verbo lexical, passando a ocorrer como categoria funcional. Trata-se, portanto, de distinguir verbos funcionais e verbos nocionais: enquanto os primeiros formam uma classe fechada e denotam propriedades lógicas, os últimos são uma classe aberta e manifestam estrutura argumental.

Nossa hipótese de trabalho é que a presença das duas categorias no léxico do kamaiurá evidencia, na sincronia, o caminho do desenvolvimento diacrônico já concluído no guajá. Na ocorrência como categoria funcional, é um auxiliar pré-modal, com propriedades de um verbo de reestruturação, enquanto como categoria lexical, é um verbo transitivo – uma abordagem antecipada em Salles (2002). Esta análise encontra paralelo no estudo de Roberts e Roussou (2003, p. 36-48) para o desenvolvimento diacrônico de verbos modais no inglês moderno, a partir de verbos nocionais. De acordo com os autores, a gramaticalização dos modais em inglês resulta nas seguintes propriedades: (i) a ausência de marca de infinitivo ('to'); (ii) impossibilidade de iteração; (iii) ausência de argumentos internos (exceto o predicado encaixado); (iv) distribuição complementar com '*do-support*' (suporte do auxiliar '*do*') e posição anteposta à negação; (v) movimento para C em contexto de inversão obrigatória em perguntas; (vi) licenciamento de fronteamento de VP (e elipse de VP); (vii) possibilidade de contração, diferentemente de verbos nocionais.

Tais características são encontradas (parcialmente) no guajá. É o caso de (iii), (iv) e (vii). Conforme demonstrado em (15b), o núcleo '**tá(~matá)**', no guajá, ocorre com o predicado encaixado '**jahó**', mas não seleciona argumento interno. Além disso, o guajá manifesta um tipo de dupla negação, sendo uma delas afixal, ocorrendo em posição anteposta à categoria '**tá(~matá)**', como se depreende da análise em (16b). Finalmente, a possibilidade de contração tem como correlato a forma reduzida '**tá**', em oposição a '**matá**', um fenômeno amplamente reportado nos processos de gramaticalização.

Na teoria sintática, a reestruturação é observada em sentenças com auxiliares modais, aspectuais e causativos, que selecionam verbos no infinitivo. Sua principal característica é que operações sintáticas exclusivas são observadas nesses contextos, o que se confirma por diagnósticos como o movimento do verbo encaixado ou de categorias vinculadas, entre outras²⁵. Wurmbrand (2001) desenvolve uma análise elaborada da reestruturação, considerando primordialmente auxiliares modais, de movimento, aspectuais e causativos no alemão (e outras línguas germânicas). Segundo a autora, tais verbos selecionam uma configuração oracional com estrutura funcional reduzida, em que a projeção funcional CP está ausente, e o infinitivo não manifesta tempo (*tense/less*). Na presente análise, a gramaticalização está associada ao processo de reestruturação, em que o predicado encaixado perde material funcional.

Embora o paralelo com as línguas da família Tupi-Guaraní não seja completo, pelo fato de não haver uma categoria verbal no infinitivo, gostaríamos de avançar a hipótese de que as estruturas com a partícula '**tá(~matá)**' do guajá e equivalentes em outras línguas dessa família linguística podem ser analisadas como predicados de reestruturação. Assumindo-se a hipótese de reestruturação, propomos que a partícula '**potat**' ocorre nas seguintes estruturas no kamaiurá: (i) uma em que '**potat**' é uma categoria lexical, que seleciona um argumento interno (que pode ser um nome ou uma nominalização) – cf. (20a) –; e (ii) outra em que '**potat**' é um auxiliar modal, que forma

²⁵ A reestruturação de predicados é postulada em Rizzi (1982), na análise do fenômeno de subida do clítico, observada com verbos modais e aspectuais no italiano (mas também em outras línguas românicas, como o português europeu). Por exemplo, na sentença 'Quero-te ver', o pronome clítico ('te'), argumento do verbo 'ver', ocorre no domínio sintático do modal volitivo ('quero'), em virtude da reestruturação dos predicados, pela qual a fronteira oracional se torna transparente para o movimento do clítico pronominal. Um requisito para a ocorrência desse fenômeno é a dependência temporal entre os predicados. Interessantemente, o auxiliar modal nos predicados de reestruturação alinha-se com a partícula '**tá(~matá)**' do guajá (e sua correspondente no kamaiurá).

uma perífrase com o sintagma verbal – *cf.* (21a). Na configuração perifrástica, que interessa à presente discussão, ocorre o processo de reestruturação de predicado, conforme formalizado por Wurmbrand (2001), o que se evidencia pelo movimento do verbo na sintaxe aberta.

A conclusão é que o léxico do kamaiurá contém dois itens homônimos, com estatuto categorial distinto: em (20b), é o núcleo lexical V, na estrutura do predicado verbal; em (21b), é uma partícula dedicada, que lexicaliza o núcleo funcional T²⁶.

- (20a) **a-potar=ete** **kunu'um-a** **i-jo-taw-a**
 1SG-querer=ATUAL menino-N 3-ir-NZR-N
 'Eu quero que o menino vá (a Brasília).'

- (20b) ... [_{TP} **a_i-potar** [_{VP} [_{pro_{1s,i}}]_i [_V [_{VP} **t_{potar}** [_{DP} [_{DP} **kunu'um-a**]_j [_{LD'} [_{NP} **i-jo-taw-a**]]]]]]]]]

- (21a) **ere-o-potat**
 2SG-ir-querer
 'Você quer ir.'

- (21b) ... [_{TP} [**ere_i-[o-]**] **potat** [_{VP} **t_o** [_{DP} **pro_{2s,i}**]]]]]]]

Retomando o contraste entre o guajá e o kamaiurá, concluímos que a reanálise consiste na redução estrutural, motivada pela perda de material funcional na estrutura do predicado encaixado. Na análise da gramaticalização do modal 'will' como auxiliar marcador de futuro a partir do verbo lexical, observada no inglês antigo, Roberts e Roussou (2003, p. 40-41) distinguem o estatuto da categoria em termos da oposição entre a estrutura de controle (bi-oracional), em que o predicado encaixado é um CP, com o sujeito PRO (pronominal volitivo), e a de alçamento do sujeito (mono-oracional), em que o predicado encaixado ocorre em uma projeção reduzida, sendo seu argumento alçado para a posição de sujeito do predicado mais alto (modal). Os autores argumentam que a presença do modal 'will' em predicados meteorológicos, em que ocorre o sujeito pronominal expletivo (*it*), é evidência para a manifestação da estrutura mono-oracional, pela impossibilidade de ligação do pronome PRO (sujeito volitivo) pelo pronome expletivo.

Exemplificamos a seguir, com o dado (4), repetido em (22a), um predicado que denota evento climático, no guajá, em que a categoria 'tá(∼matá)' ocorre com o verbo lexical inacusativo 'Ø-ky' (cair), que seleciona o argumento (interno) 'amŷn-a' (chuva). Sugerimos que, nesse caso, a ausência do traço de agentividade, uma propriedade definidora do argumento interno dos predicados inacusativos, é evidência para a realização do sujeito por alçamento, conforme ilustrado na estrutura (22b), em oposição à estrutura de controle. Dessa forma, exclui-se a hipótese de uma estrutura de controle, em que esse argumento estaria ocorrendo como sujeito volitivo, a ligar um argumento pronominal encaixado do tipo PRO:

²⁶ Em (20), o verbo tem como objeto o DP 'kunu'um-a i-jo-taw-a', que contém a nominalização do verbo intransitivo 'ir', por meio do sufixo 'taw'.

(22a) amỹn-a Ø-ky tá ajpó
chuva-N 3-cair PROJ POSS
'Talvez chova.'

guajá

Magalhães (2007, p. 86)

(22b) ... [_{TP} [_{DP} amỹn-a]_j] [_{T'} [Ø-ky]_i tá [_{VP} t_{[ky]i} [_{DP} t_j]]]

Essa análise se sustenta ainda em termos da presença do prefixo de pessoa na marcação da concordância de sujeito no verbo nessas línguas. Como se observa no dado em (20), do kamaiurá, o prefixo de pessoa é anexado à categoria verbal, '**a-potar=ete**' (1sg-querer). Por hipótese, a ocorrência do prefixo na estrutura do predicado confirma sua realização como núcleo lexical, o que não acontece nos contextos em que ocorre como categoria funcional. No guajá, a partícula '**ta(~matá)**' não recebe marca gramatical de pessoa em nenhum dos dados examinados. Nesse aspecto, o guajá alinha-se com o kamaiurá em relação à exigência de que somente o verbo lexical receba o prefixo de concordância de sujeito. Diante disso, diferentemente do guajá, o kamaiurá manifesta duas entradas para o item '**potat**', a saber a categoria lexical, capaz de nuclear o predicado e de receber marcas de pessoa, e a categoria funcional, que assume o papel de operador temporal, marcador da oposição futuro *versus* não futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo investigou as propriedades gramaticais da partícula '**ta(~matá)**' e '**potat**', do guajá e do kamaiurá, respectivamente. Concluímos que, no guajá, o item '**ta(~matá)**' lexicaliza o núcleo T como uma partícula dedicada, por concatenação (*merge*). Diferentemente, no kamaiurá, o item '**potat**' ocorre como categoria lexical transitiva e como um pré-modal, que corresponde a uma categoria que seleciona uma estrutura oracional reduzida.

Com esse contraste, captamos a hipótese da reanálise estrutural, por um lado, e dos passos da mudança, por outro, conforme prevê a teoria da gramaticalização proposta por Roberts e Roussou (2003). Evidência para essa análise está na distribuição das marcas formais de concordância, observada na categoria '**potat**', do kamaiurá, em sua ocorrência como predicado lexical, mas não na categoria '**ta(~matá)**', do guajá.

Concluímos que a hipótese da redução/reanálise estrutural é uma opção plausível na análise da mudança linguística, manifestando-se sempre que os dados do *input* linguístico não estejam suficientemente robustos para determinar as propriedades formais relevantes das categorias funcionais da língua-alvo, dando origem a arranjos morfossintáticos inovadores, como se observa em relação à partícula '**ta(~matá)**', do guajá, na comparação com seu correlato no kamaiurá.

ABREVIATURAS

1	primeira pessoa	INST	instantâneo	REAL	evidencial de certeza
2	segunda pessoa	INTS	intensificador	R ¹	relacional do tipo 1
3	terceira pessoa	N	caso nominal		(indica contiguidade do
ABL	ablativo	NEG	negação		sintagma dependente)
ATUAL	evidencial de certeza	NZR	nominalizador	R ²	relacional do tipo 2
DES	desiderativo	PERFT	partícula perfectiva		(indica não contiguidade do
IMED	aspecto imediativo	POSS	modalizador de possibilidade		sintagma dependente)
	/iminentivo	PROJ	projetivo	SG	singular

REFERÊNCIAS

- CINQUE, Guglielmo. "Restructuring" and functional structure. In: BELLETTI, Adriana (ed.). **Structures and Beyond: the cartography of syntactic structures**. Oxford: Oxford University Press, 2004. v. 3, p. 132-191.
- CINQUE, Guglielmo. **Adverbs and functional heads: a cross-linguistic perspective**. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- CHOMSKY, Noam. **The Minimalist Program**. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.
- CHOMSKY, Noam. **Knowledge of Language: its nature, origin, and use**. New York: Praeger, 1986.
- HAEGEMAN, Liliane. **The Syntax of Negation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. (Cambridge in Studies Linguistics, 75).
- LIGHTFOOT, David. **The development of language: acquisition, change, and evolution**. London: Blackwell Publishers, 1999.
- LIGHTFOOT, David. **How to set parameters: arguments from language change**. Cambridge, MA: MIT Press, 1991.
- MAGALHÃES, Marina Maria Silva. **Sobre a morfologia e a sintaxe da língua guajá (família Tupi-Guarani)**. 2007. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- MAIA, Marcus; FRANCHETTO, Bruna; LEITE, Yonne de Freitas; SOARES, Marília Facó; VIEIRA, Marcia Damaso. A estrutura da oração em línguas indígenas brasileiras. **DELTA**, São Paulo, v. 15, n. 1, fev./jul. 1999. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44501999000100001>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501999000100001. Acesso em: 23 jan. 2019.
- MEILLET, André. **Linguistique Historique et Linguistique Générale**. Paris: Champion, 1912 [1958].
- MÜLLER, Ana; BERTUCCI, Roberlei. O aspecto e a interpretação de presente em línguas passado/não-passado *versus* futuro/não-futuro. In: PILATI, Eloisa; MOREIRA, Bruna (ed.). **Estudos formalistas das línguas naturais**. Campinas: Pontes, 2018. p. 11-48.
- RIZZI, Luigi. **Issues in Italian Syntax**. Dordrecht: Foris Publications, 1982. (Studies in Generative Grammar [SGG]).
- RIZZI, Luigi. The fine structure of the left periphery. In: HAEGEMAN, Liliane (ed.). **Elements of grammar: handbook in generative syntax**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1997. p. 281-337.
- ROBERTS, Ian; ROUSSOU, Anna. **Syntactic Change: a minimalist approach to grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Relações internas na família linguística Tupi-Guarani. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, Brasília, v. 3, n. 2, p. 233-252, dez. 2011. DOI: <https://doi.org/10.26512/rbla.v3i2.16264>.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Argumento e predicado em Tupinambá. **Boletim da ABRALIN**, Campinas, v. 19, p. 57-66, 1996.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo: Ed. Loyola, 1986.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Relações internas na família linguística Tupi-Guaraní. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 27/28, p. 33-53, 1984-1985.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Morfologia do verbo Tupi. **Letras**, [S. l.], v. 1, p. 121-152, 1953.
- SALLES, Heloisa Maria Lima. Subordinação em Línguas da Família Tupi-Guarani. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE LÍNGUAS INDÍGENAS DA ANPOLL, 1., 2002, Belém. **Atas** [...]. Belém: UFPA, 2002. v. 1, p. 418-424.
- SEKI, Lucy. **Gramática do Kamaiurá: língua Tupi-guarani do Alto Xingu**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo, SP: Imprensa Oficial, 2000.
- WURMBRAND, Susanne. **Infinitives: restructuring and clause structure**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2001.

The particle '**ke**' as a differential object and subject marker in Ka'apor

A partícula '**ke**' como estratégia de marcação diferencial de sujeito e objeto em Ka'apor

Fábio Bonfim Duarte 

Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Abstract: The main purpose of this article is to show that the Ka'apor language exhibits both direct object marking (DOM) and differential subject marking (DSM). This research demonstrates that the particle **ke** is responsible for triggering these systems, since it is used when agent subjects are semantically affected by the event described by the verb and when objects are high on the animacy scale. In this sense, the DOM mechanism in Ka'apor is regulated by both the animacy and definiteness scales. With regard to DSM, I hypothesize that it emerges as an example of a markedness reversal, since affectedness is not a typical property of subjects, but only of objects. As a result, DSM in Ka'apor is characterized by the fact that only subjects which resemble typical patient objects are overtly case-marked by the particle **ke**.

Keywords: Dative. Ergative. Nominative. Differential marking. Ka'apor.

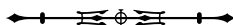
Resumo: O objetivo deste artigo é demonstrar que a língua Ka'apor exibe tanto marcação diferencial de objeto, doravante DOM, como marcação diferencial de sujeito, doravante DSM. O propósito é demonstrar que a partícula **ke** é a responsável por acionar esses dois sistemas, visto que é utilizada quando sujeitos são semanticamente afetados pelo evento e quando objetos ocupam uma posição alta na escala de animacidade. Nesse sentido, o mecanismo de marcação diferencial de objeto em Ka'apor é regulado tanto pela escala de animacidade como pela escala de definitude. Já em relação à marcação diferencial de sujeito, a hipótese assumida é a de que DSM emerge como o reflexo de uma marcação reversa, no sentido de que afetação não é uma propriedade semântica prototípica de sujeitos, mas somente de objetos. Em suma, a marcação diferencial de sujeito é acionada quando sujeitos apresentam as propriedades semânticas que são típicas de pacientes.

Palavras-chave: Dativo. Ergativo. Nominativo. Marcação diferencial. Ka'apor.

DUARTE, Fábio Bonfim. The particle '**ke**' as a differential object and subject marker in Ka'apor. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 3, p. 805-825, set.-dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000300007>. Autor para correspondência: Fábio Bonfim Duarte. Universidade Federal de Minas Gerais. Av. Antônio Carlos, 6627, sala 4035, Pampulha. Belo Horizonte, MG, Brasil. CEP 31270-901 (fbonfim@terra.com.br).

Recebido em 12/04/2019

Aprovado em 21/10/2019



INTRODUCTION

According to Duarte (2014, p. 100), "Ka'apor is spoken by about 1,000 people who live in the state of Maranhão, in northern Brazil. This language belongs to the Tupí-Guaraní family, Tupí Stock". The main purpose of this paper is to show that Ka'apor exhibits both direct object marking, henceforth DOM, and differential subject marking, hereafter DSM. This paper will also show that the particle **ke** is responsible for triggering these systems, since it signals that subjects are semantically affected by the event and that objects are high in the animacy scale. Another aim is to identify what abstract Case¹ this particle encodes both in DSM and DOM systems. In line with these assumptions, the theoretical hypothesis to be explored in this paper is that this particle is used to convey animacy and definiteness on the one hand, and the semantics of affectedness on the other hand. In line with this proposal, the theory to be developed is that this particle plays a strong role in determining when the object is high in the animacy and definiteness scale, whereas lack of the association with agenthood is what determines the differential subject marking for both transitive and unergative subjects. The analysis is based on theories about subject and object differential marking, such as the ones developed by Aissen (2003), Butt (2003, 2006), Butt and King (1991, 2004), Comrie (1989), Croft (1988, 1990), Givón (1976) and Woolford (2000), among others.

The article is subdivided into nine sections. Section "Theoretical assumptions" presents the theoretical backgrounds that will support the analysis. Section "Some relevant grammatical properties of Ka'apor" provides an overview of some grammatical properties of Ka'apor language. Section "What kind of case does **ke** convey?" demonstrates that **ke** can in fact be interpreted as a morphological instantiation of inherent dative Case. Sections "The animacy dimension" and "The definiteness dimension" outline the way DOM is triggered when the object is high both in the animacy hierarchy and in the definiteness scale. Section "Differential subject marking" explores the way that DSM is expressed when the subject corresponds to an affected agent in the argument structure of unergative and transitive verbs. Section "What happens when both DSM and DOM compete?" addresses the three grammatical patterns in which both DSM and DOM may cooccur. Section "On the grammatical status of **ke**" presents an analysis on the grammatical category to which this particle belongs. The final section concludes the paper.

THEORETICAL ASSUMPTIONS

In this article I will be adopting the Differential Case Marking Theory, henceforth DCMT, as is originally proposed by Butt and King (1991, 2004) and Butt (2003, 2006). The core of this theoretical assumption is that semantic factors seem to be at the root of most case alternations among languages. Butt (2006), for instance, assumes that case systems are better understood if one takes semantic parameters into account. "One piece of evidence in favor of this analysis is the fact that there is a tendency among languages to use case alternations, both in subjects and in objects, in order to express semantic contrasts" (Duarte, 2014, p. 104). In Urdu, for instance, the semantic interpretation of the subject leads to a differential subject marking, henceforth DSM. For this reason, the ergative Case $\{=ne\}$ marks that the subject is an agent with control and that it acts on purpose, whereas the dative Case $\{=ko\}$ indicates that it does not have control over the action. In this sense, Butt (2006, p. 71) states that "[...] only the want modality is expressed with an ergative subject, whereas the dative can express both necessity and desire". Compare the examples below:

¹ In this paper, abstract Case will be spelled out with capital letter, while morphological case will remain with lowercase letter. See details on the difference between abstract Case and morphological case in Ura (2001).

- (1) *nadya=ne* *zu* *ja-na* *he*
 Nadya.F.SG=ERG zoo.M.SG.OBLIQ go-INF.M.SG be.PRES.3.SG
 'Nadya wants to go to the zoo.'

- (2) *nadya=ko* *zu* *ja-na* *he*
 Nadya. F.SG=DAT zoo.M.SG.OBLIQ go-INF.M.SG be.PRES.3.SG
 'Nadya has to go to the zoo.'

(Butt; King, 2004, p. 2)

In (1), the ergative Case serves to indicate that the subject performs a greater control over the action, whereas the dative Case in (2) denotes that the subject has no control. In this sense, the meaning of volition/wanting is directly obtained when the subject is marked with the ergative Case, whereas the meaning of necessity/desire is achieved by marking the subject with dative. In sum, these examples point out that the ergative is associated with control over an action, whereas the dative is typically associated with goals and experiencers. According to this theory, if an ergative language exhibits a differential subject marking, the ergative Case tends to be used to mark agents, whereas the dative Case is triggered to mark the affected agent.

Ka'apor exhibits a similar pattern as the one above, since the particle *ke* marks subjects with low control, whereas prototypical agents remain unmarked. However, Ka'apor differs from Urdu and other ergative languages in that it is not an ergative-absolutive language, since it follows a nominative-accusative system. In such a Case system, it is the nominative Case that marks prototypical agents, whereas the dative Case is used on affected subjects to indicate the DSM. Details of this Case alternation system in Ka'apor will be addressed in sections "The definiteness dimension" and "Differential subject marking".

As to DOM, I will be assuming the proposal advocated by Aissen (2003, p. 435) and by Butt and King (2004), according to which, in a differential object Case marking system, the higher in prominence a direct object is, "[...] the more likely it is to be overtly case-marked [...]". In line with this view, there are two dimensions along which prominence is assessed cross-linguistically: the animacy and definiteness dimensions. These dimensions can be expressed by two distinct scales, as follows:

- (3) Relevant hierarchies for licensing object marking
 a. Definiteness/specificity scale:
 personal pronouns > proper name > definite NP > indefinite specific NP > non-specific NP
 b. Animacy scale:
 human > animate > inanimate

According to Aissen (2003), the scales² above make clear cross-linguistic predictions. They entail, for instance, that the high position objects tend to be more marked than the ones that occupy the lower positions in the two scales.

² Aissen (2003, p. 436-439) posits that higher ranked direct objects tend to be more marked than the lower ranked ones. Also, "If any inanimate objects are case-marked in a language with DOM, then at least some animate objects will be case-marked; [...] then at least some definite objects will be marked, etc. [...] The intuition is that high prominence which motivates DOM for objects is exactly the prominence which is unmarked for subjects. Thus, it is those direct objects which most resemble typical subjects that get overtly case-marked. Because of the association of subjects with agenthood, on the one hand, and topicality on the other hand, animacy and definiteness are unmarked properties for subjects (Keenan, 1976). But they are not unmarked properties for objects. In fact, they seem to be marked properties for objects, in part perhaps because of the pressure to maximally differentiate subject and object. Thus, exactly what is marked for objects is unmarked for subjects, and vice versa - an instance of what has been termed markedness reversal".

In line with this, animate, definite or specific objects tend to be more often marked by means of a case marker than the ones that are inanimate, indefinite or non-specific. I will also follow the assumptions of Comrie (1989) and Croft (1988, 1990) and Enç (1991) and Duarte (2014) and Ngunga et al. (2016) that animacy, definiteness and specificity features play a major role regarding the activation of differential object marking across languages. One of the classical examples cited in the literature is the Case alternation in Urdu in the sense that the accusative alternates with nominative in order to encode a semantic distinction related to specificity/animacy. As such, when the accusative morpheme $\{=ko\}$ appears on the object, it denotes specificity/animacy. This is the situation in the contexts below, where the morpheme $\{=ko\}$ is a marker of specificity. Note that the occurrence of the *ko*-marked NP 'the car' presupposes that it is known to exist previously in the discourse. Compare the examples (a) and (b) below.

- (4a) *nadya=ne gar-i cala-yi he*
 Nadya.F.SG=ERG car-F.SG.NOM drive-PERF.F.SG be.PRES.3.SG
 'Nadya has driven a car.'

- (4b) *nadya=ne gar-i=ko cala-ya he*
 Nadya.F.SG=ERG car-F.SG=ACC drive-PERF.F.SG be.PRES.3.SG
 'Nadya has driven the car.'

(Butt; King, 2004, p. 7-8)

It is important to call to the reader's attention that the concept of specificity and definiteness does not coincide semantically. Based on this, I will assume, hereafter, that specific DPs may be interpreted as familiar to the speaker, but they are not necessarily definite. In line with this view, the referents of specific D/NPs are 'weakly linked' in a previously established conversation, whereas definite D/NPs must be tied to a 'strongly linked' discourse.

With this theoretical background in mind, I will propose that the DOM mechanism in Ka'apor is quite similar to the one exhibited by Urdu above, insofar as it is regulated both by the animacy scale and by the definiteness scale. Ka'apor DSM mechanism is also similar to Urdu in that it is constrained by volition and agentivity, on the one hand, and by lack of control, on the other hand. Based on these assumptions, I will be assuming that DOM in Ka'apor is better explained if we adopt a two-dimensional approach in which animacy and definiteness play an important role in determining whether or not objects will be marked by the particle *ke* within the clause. Before examining the two subsystems, the aim in the next section is to give a general overview of the grammatical aspects of the Ka'apor language that will be relevant to the theoretical analysis to be developed in the subsequent sections.

SOME RELEVANT GRAMMATICAL PROPERTIES OF KA'APOR³

In an unmarked situation, one may argue that prototypical agent subjects of transitive and intransitive action verbs do not receive the Case marker *ke*, as opposed to themes and affected objects that may be marked with this particle. Compare the examples below.

³ I refer the reader to Lopes (2009) and Cabana (2015) for a more comprehensive description on the Ka'apor Language.

TRANSITIVE VERB

- (5) *a'erehe taru Nexi ke Ø-jo'ok*
 For this reason Taru Nexi CM 3-pick up
 'For this reason, Taru picked up Nexi.'
 (Kakumasu, 1986, p. 327)
- (6) *ihẽ ne ke a-kutuk-ta*
 I you CM I-poke-FUT
 'I will poke you.'
 (Silva, 2001, p. 40)

INERGATIVE VERBS

- (7) *jane ja-jengar ja-in*
 we we-sing we-are
 'We are singing.'
 (Caldas, 2001, p. 47)
- (8) *jane ja-pikũj mi ?*
 we we-row PROB
 'Did we row?'
 (Silva, 2001, p. 11)
- (9) *ihẽ a-je'eng a-in*
 I I-speak I-be.sitting
 'I am speaking.'
 (Silva, 2001, p. 12)

As the data above indicate, agents under control of the action are not marked with the particle *ke*. However, theme and affected objects, whose referents are humans, specific and definite, may be marked with this particle. Additionally, affected agent subjects that are not a prototypical agent, but an external argument whose θ -role is hybrid in nature, are marked by the particle *ke*. More to the point, although this argument is selected by an action verb, it is affected by the event. This led Duarte (2014, p. 109) to posit that "[...] this external argument corresponds to what Saksena (1980) describes as being the affected-agent in languages such as Hindi [...]"⁴. In the examples below, the presence or absence of [*ke*] encodes contrasts such as volition/purpose versus necessity/obligation/affectedness.

- (10a) *Maíra ke Ø-wata*
 Maíra CM 3-walk
 'Maíra walked.' [With some effort]
 (Duarte, 2014, p. 109)

⁴ Saksena (1980, p. 821 apud Duarte, 2014, p. 109) assumes that affected agents "[...] undergo a change of state physically (as in the activity expressed by running) or psychologically (as in the activity of studying). In other words, these agents have some of the properties that one typically expects of patients. These agents are not only doers (performers of their activities) but also doees (recipients of these same activities)".

(10b) *Maíra Ø-wata*

Maíra 3-walk

'Maíra walked.' [Voluntarily]

(Duarte, 2014, p. 109)

(11) *a'e ke i-py ke Ø-tukwa*

he AFET NC-foot AFET 3-hit

'He has hurt his own foot.'

(12) *ihě a-tukwa myrape r-ehe*

I 1SG-hit table C-at

'I have hit the table.'

(13) *a'e ta ke u-'u-ta moj ke tĩ*

3 PL CM 3-eat-FUT cobra CM REP

'They will eat the snake.' [The result is that they will be affected by having eaten it]

(14) *ne ihě Ø-mi'u ke re-'u tĩ*

you my C-food CM 2SG-eat REP

'You usually eat my food.' ['You usually eat it voluntarily.']

As to the agreement system, it is observed that only transitive and intransitive subjects trigger agreement on the verb, since objects are not cross-referenced on the verb stem by personal prefixes. In order to facilitate the understanding of the agreement pattern that is established between the subject and the verb in the predicates, Table 1 shows the complete set of the personal pronouns and the subject prefixes that appear on the verb stem. Note that there is no set of agreement affixes for cross-referencing objects.

Table 1. Personal Markers. Source: Duarte (2014, p. 105).

Personal Pronouns		Subject Agreement Prefixes	
ihě	'I'	a-	'I'
ne	'you _{singular} '	ere-	'you _{singular} '
jane	'we'	ja-	'we'
pehě	'you _{plural} '	pe-	'you _{plural} '
a'e	'he/she'	u-	'he/she' – used in monosyllabic stems
		Ø-	'he/she' – used in stems with more than one syllable

The fact that the set of agreement prefixes above encodes the intransitive and transitive subjects thus signals that verb agreement follows the nominative-accusative alignment. In conclusion, one may argue that transitive and intransitive subjects are cross-referenced by means of the same set of personal markers. Furthermore, observe that the third person prefix is realized by two allomorphs: (u- ∞ Ø-). The allomorph (Ø-) is restricted to contexts where the verb stem is composed of more than one syllable. Compare the examples below:

INTRANSITIVE

- (15)
- | | | |
|------|-----------------|------------|
| ihẽ | a -por | 'I jump' |
| ne | ere -por | 'you jump' |
| jane | ja -por | 'we jump' |
| pehẽ | pe -por | 'you jump' |
| a'e | u -por | 'he jumps' |

TRANSITIVE

- (16)
- | | | |
|------|-------------------|------------------------|
| ihẽ | a -mu'e | 'I teach (someone)' |
| ne | ere -mu'e | 'you teach (someone)' |
| jane | ja -mu'e | 'we teach (someone)' |
| pehẽ | pe -mu'e | 'you teach (someone)' |
| a'e | $\emptyset$ -mu'e | 'he teaches (someone)' |

As to the verbal morphological template, it is notable that the subject agreement, the reflexive voice and the causative morpheme precede the verb stem, whereas the negation suffix and the tense suffix follow it. Additionally, no other morpheme may intervene between the root and causative prefix $\{-mu-\}$, since they must be adjacent to each other, as the Table 2 below indicates.

Table 2. Linear order of verbal morphemes. Source: Duarte (2014, p. 119), added with the column named suffix 2.

PREFIX 1		PREFIX 2	PREFIX 3	VERBAL ROOT	SUFFIX 1	SUFFIX 2
Subject agreement		Reflexive	Causative	lexical stem	Negation	Tense
a-	'I'	ju-	mu-		- 'ym	-ta
re ~ ere ~ e-	'you'					
ja-	'we'					
pe-	'you'					
u- ∞ Ø-	'they'					

In root clauses, subjects and objects tend to occur before the verb, whereas tense/aspectual particles and auxiliaries obligatorily follow the predicate, thereby producing the [SOV-tense/aspect] and [SOV-Aux] word order possibilities, as is indicated by the following examples.

SOV-Aux

- (17)
- | | | | | |
|--|----------------|-----------|------------------------------------|------------------|
| <i>ta'in</i> | <i>h-okwen</i> | <i>ke</i> | <i>$\emptyset$-nupã</i> | <i>u-'am</i> |
| child | 3-door | AFET | 3-knock | 3-be standing up |
| 'The child is knocking at her door (standing up).' | | | | |

SOV-tense

- (18) *a'e tatu ke u-'u-ta*
 he armadillo AFET 3-eat-FUT
 'He will eat armadillo.'

SOV-aspect

- (19) *ne ihẽ ke re-mu-sak 'y*
 you me AFET 2-CAUS-see PERF
 'You got me to see (it).'

Although the SOV is the more general word order in narratives and spontaneous speech, we also find other linear order possibilities, such as VSO-Aux and SVO-Aux. The reason for this syntactic variation is a topic that needs to be addressed in future research. Compare the examples below.

VSO-Aux

- (20) *Ø-mahem arapuha himi'u o-ho*
 3-find deer food 3-go
 'The deer will find some food.'

SVO-Aux

- (21) *ihẽ a-py'a- katu ne r-εhε a-ʃɔ*
 I 1-think-INTS you C-about 1-be
 'I am thinking about you a lot.'

In temporal/conditional subordinate clauses, the complementizer *rahã* 'when, if' is systematically placed at sentence-final position. As a consequence, it appears after the predicate, thereby producing (at least) two word order possibilities, such as the [SOV-C] and [OSV-C]. In these clauses, the verb and its core arguments precede the complementizer particle, as follows:

- (22) *ne ihẽ ke re-nupã rahã ihẽ a-ho-ta*
 You I CM 2SG-hit when I 1SG-go-FUT
 'If you hit me, I will go away.'

- (23) *kaka ke kurumĩ u-'u rahã*
 cocoa AFET child 3-eat when

a'e h-ã'ĩm ke Ø-matyr
 he 3-nut AFET 3-gather

'When the child ate the cocoa, he gathered the cocoa seeds.'

After presenting this short overview of some aspects of the Ka'apor grammar, the next sections aim to investigate the intricate system of DOM and DSM. Let us then start with the grammatical status of the particle *ke*, since its syntactic-semantic distribution will be crucial to determining the differential marking system in root and subordinate clauses.

WHAT KIND OF CASE DOES *ke* CONVEY?

Taking into consideration the fact that objects and subjects can be identically case-marked with *ke*, I will follow the analysis presented in Duarte (2014), according to which this particle is a morphological spell-out of an abstract Case that is used to mark animate and definite objects and affected transitive subjects with reduced control. Let us further assert that it corresponds to a dative Case in the sense of Woolford (1997, 2006), as it is semantically oriented, rather than a structural Case. Strong evidence in favor of this proposal comes from the fact that the occurrence of *ke* is highly predictable, inasmuch as it can be associated with a fixed semantic interpretation. It is typically related to the semantics of animacy and definiteness, when in object position, and to the semantics of affectedness when it appears enclitic to unergative and transitive subjects. Another piece of evidence is that, in addition to marking objects and affected agent subjects, it is also possible to find *ke* marking goals in ditransitive verbs, as follows:

- (24) *a'e ta Ø-ma'e Ø-jukwa-há ihẽ ke pe Ø-me'ẽ*
 3 PL G-thing C-kill-NOML I DAT to 3-give
 'They gave me poison.'

Based on the data above, one may be tempted to postulate that *ke* originates as a dative Case, initially marking goal arguments, and that it then extends further to mark theme/patient arguments as well as agents with low control.

Another piece of evidence is the tendency among languages to use case alternations, both with subjects and with internal arguments, in order to express semantic contrasts. This is, for instance, the situation in Urdu, where the dative alternates with the ergative, and in Bengali, where the genitive alternates with the nominative.⁵ For instance, since there is no dative available in Bengali grammar, the genitive is used to cover the meaning of affectedness. Butt (2006, p. 74) calls our attention to the fact that "[...] Bengali uses genitive case where other languages tend to employ the dative [...]". Thus, in Bengali, the nominative acts as the default marker for agents, whereas the genitive is used to express an argument that has reduced control over the action, as follows:

- (25a) *ami tomake cai*
 I.NOM you.ACC wants
 'I want you.'

(Klaiman, 1980, p. 279)

⁵ Butt (2006, p. 84) proposes that the dative may be interpreted both "[...] as a goal (place) and, in contrast to another case marker, as an agent with reduced control over the action. [...]". In Urdu, the dative contrasts with the ergative. In Bengali, the genitive contrasts with the nominative. Given that Bengali has no ergative case, the nominative acts as the default marker for agents; and the genitive in contrast with the nominative indicates reduced control over the action".

- (25b) *amar tomake cai*
 I.GEN you.ACC wants
 'I need you.'

(Klaiman, 1980, p. 279)

Interestingly, the same case alternation appears in Ka'apor, since the dative Case, instantiated by the particle *ke*, alternates with the unmarked nominative subject, both in unergative and transitive sentences, as repeated below:

- (26a) *Purutu ke Ø-ahem*
 Purutu DAT 3SG-shout
 'Purutu shouted.'

(Duarte, 2014, p. 109)

- (26b) *Purutu Ø Ø-ahem*
 Purutu NOM 3SG-shout
 'Purutu shouted.'

(Duarte, 2014, p. 109)

- (27a) *a'e ke u-'u-ta pypyhu ke tĩ*
 he DAT 3SG-eat-FUT owl CM REP
 'He is going to eat the owl.'

(Duarte, 2014, p. 110)

- (27b) *a'e Ø tatu ke u-'u-ta*
 he NOM armadillo CM 3-eat-FUT
 'He will eat the armadillo.'

(Duarte, 2014, p. 110)

Based on these data, it thus seems quite plausible to postulate that Ka'apor exhibits the same case alternation as Hindi, Urdu and Bengali. However, as Ka'apor is not an ergative language like Urdu and Hindi, it will be the unmarked nominative that alternates with the dative to indicate prototypical agents with a high degree of control over the action. Based on these assumptions, Duarte (2014, p. 113) assumes "[...] that the inherent dative Case, which is expressed by the enclitic particle *ke* in Ka'apor, bears the following semantic interpretations [...]":

- (28) (a) *ke* marks arguments that are goals (beneficiaries) in ditransitive verbs;
 (b) In the DSMs, the dative will be used to encode an agent with reduced control, whereas the nominative will indicate a prototypical agent;
 (c) In DOM contexts, the dative has the role of indicating that the object is definite and, in some contexts, that it is higher on the animacy scale, whereas the accusative is the default unmarked case that is used to express indefiniteness of objects.

Based on the above assumptions, Duarte (2014) points out that, in many languages, distinct syntactic functions are often expressed by homophonous case markers. This occurs in Urdu for example, where the case marker *ko*

is used for marking the dative.⁶ In other languages, the markers of instrumentals and ergatives or of instrumental and genitives also tend to be form-identical. Based on the empirical data examined thus far and on the differential marking theories, we may postulate that the same situation also holds in Ka'apor, since *ke* covers different syntactic slots, resulting in a complex system of DOM and DSM. Therefore, it seems quite reasonable to assume that *ke* is in fact an instantiation of the inherent dative Case that engages in competition with the unmarked nominative and accusative Case. This encoding of a system of semantic contrasts is thus consistent with that in languages such as Hindi, Urdu and Bengali,⁷ among others'.

THE ANIMACY DIMENSION

As to the animacy dimension, recall that subjects tend to be more associated with animate referents than objects. Because of this, animate objects tend to be more marked than animate subjects crosslinguistically, since this semantic property is not an unmarked property for objects. This explains the reason why Ka'apor grammar requires extensive case-marking for human personal pronouns when they are in the syntactic position of direct object. For this reason, I will assume henceforth that one of the roles of DOM in Ka'apor is to disambiguate subject from object in transitive action predicates, especially when they compete for the slots of the core syntactic functions. In such contexts, when the object corresponds to a (human) animate NP, it must be obligatorily case-marked with the particle *ke*, as follows:

(29) *Tuti ke Xa'e Ø-jukwa*

Tuti CM Xa'e 3-kill

'Xa'e killed Tuti.'

(Kakumasu, 1986, p. 351)

(30) *Mataru Xa'e ke Ø-nupã tĩ*

Mataru Xa'e CM 3-hit REP

'Mataru hit Xa'e again.'

(Kakumasu, 1986, p. 351)

In addition to the contexts shown above, first and second person human pronouns obligatorily have overt case-marking whenever they occur in the object position. Based on this, the generalization seems to be that personal pronouns will be obligatorily case-marked with the particle *ke*, inasmuch as they are intrinsically definite. This in turn signals that Ka'apor is a language that always case-marks personal pronouns, thereby denoting an intricate DOM system. This grammatical pattern is in line with the theoretical assumption that human NPs and first and second personal pronouns tend to be grammatically marked cross-linguistically, since they outrank all other elements in the animacy and definiteness scale. This in part explains why they are the most susceptible arguments to trigger DOM in Ka'apor. Compare the following examples.

⁶ See Butt (2006) for a detailed analysis on Urdu Case system.

⁷ Notice that under Butt's (2006, p. 84-85) proposal, "This is expected as part of language change when new case markers enter the language or engage in competition in a system of semantic contrasts [...]". According to Butt's theory, "[...] if a Case marker can express both low control (affectedness) and the dimension of place and path, then this Case marker can take over the semantic space of the accusative as well as the dative, thus resulting in homophony of the accusative and dative [...]".

- (31) *apo pehẽ ihẽ ke pe-harõ-ta*
 now 2PL 1SG CM 2PL-wait-FUT
 'Now you will wait for me.'

(Caldas, 2009, p. 327)

- (32) *ihẽ ne ke a-pyhyk 'y*
 1SG 2SG CM 1SG-take IMIN
 'I will take you.'

(Caldas, 2009, p. 327)

In sum, we can conclude that the two subsystems shown above are directly determined by the animacy scale. The fact that human NPs and personal pronouns require overt marking is, after all, a reflection of the pervasive pressure to maximally differentiate subject and object in Ka'apor, especially when they are animate or first- or second-person pronouns.⁸

THE DEFINITENESS DIMENSION

In contrast to the contexts shown in the previous section, there are cases in which DOM is required in Ka'apor, even when the absence of case marking would not lead to any ambiguity. In such contexts, the object is not high on the animacy scale, but it is highly prominent on the definiteness scale, since its referent is clearly definite in the immediate pragmatic context. Compare the examples (a) and (b) below:

- (33a) *ihẽ 'ok ke a-peir ã*
 I house CM 1SG-sweep PERF 2
 'I have swept the house.'

(Silva, 2001, p. 10)

- (33b) *ihẽ 'ok a-peir*
 I house 1SG-sweep
 'I (usually) sweep house.'

(Silva, 2001, p. 10)

- (34a) *a'e 'ok ke Ø-mujã*
 3 house CM 3SG-make
 'He has made the house.'

(Silva, 2001, p. 39)

- (34b) *ihẽ 'ok a-mujã*
 1 house 1SG-make
 'I have made a house.'

(Silva, 2001, p. 39)

- (35a) *a'e i-ky ke Ø-ji'ok*
 3 NC-louse CM 3-take/extract
 'He has taken out somebody's louse (a definite one).'

(Silva, 2001, p. 37)

⁸ I refer the reader to Cabana (2015) for a similar analysis regarding the animacy scale.

- (35b) *ihẽ i-ky a-ji'ok 'y*
 1 NC-louse 3-take/extract PERF
 'I have taken out a louse (from somebody's head).' (Caldas, 2001, p. 27)

- (36a) *ihẽ narãj ke a-pirok*
 I orange CM 1SG -peel
 'I have peeled the orange.' (Silva, 2001, p. 38)

- (36b) *Ø-pirok narãj tĩ*
 3SG -peel orange REP
 'He peeled an orange (an indefinite one).' (Silva, 2001, p. 38)

Even human NPs in object position may remain morphologically unmarked, if they are indefinite and non-specific, as the example below illustrates.

- (37) *t-a'yr Ø-pyhu-katu i-paj tĩ*
 G-son 3SG-respect-INTS NC-father REP
 'Son respects his father a lot.' (Caldas, 2001, p. 7)

Based on the contrast shown above, the generalization we can make is that the particle *ke* marks only definite objects, regardless of whether they are human, animate or inanimate. Hence, it seems plausible to state that case-marking of definite NPs in Ka'apor is not optional, but obligatory. This in turn explains why the pronouns for first and second persons, as well as [+definite] human, animate and inanimate NPs are all obligatorily case-marked, whereas [-definite] NPs cannot be case-marked, regardless of whether they correspond to animate or inanimate objects. In this sense, Ka'apor differs from Hindi, for example, where case-marking of animates is also possible for indefinites. As such, the presence of the case marker {-ko} is obligatory with human-referring definite objects as well as with human-referring indefinite ones, as follows:

- (38a) *Aurat bacce-ko bulaa rahii hai.*
 woman child-ACC calling PROG is
 'The woman is calling a child.'

- (38b) *?Aurat baccaa bulaa rahii hai.*
 woman child calling PROG is
 'The woman is calling a child.' (Comrie, 1989, p. 133)

In sum, Ka'apor DOM is largely restricted to contexts in which objects are either first and second person or definite NPs. Therefore, we could make the following generalization about Ka'apor DOM:

- (39) Local first and second human pronouns and definite NPs always outrank other NPs with respect to the definite scale.

DIFFERENTIAL SUBJECT MARKING

In addition to marking objects, it is also possible to find contexts in which the particle *ke* marks the subject of agentive verbs (in principle, a situation the reader might have thought to be impossible). The examples below illustrate clear cases of differential subject marking. Interestingly, in these examples, the particle *ke* can become enclitic to the subject of unergative verbs. According to Duarte (2014, p. 109), "In such contexts, the subject does not correspond to a prototypical agent, but to an argument whose θ -role is hybrid in nature. In other words, although the subject is an argument of an action verb, it does display some degree of affectedness [...]". As such, this argument corresponds to what Saksena (1980) describes as being the affected agent in languages such as Hindi. Notice that the presence or absence of *ke* in the examples below serves to encode contrasts such as volition/purpose *versus* necessity/obligation. Thus, in the (a) example, the meaning is that the subject performed the action with some affectedness; in (40a), it is inferred that something (a stone, a knife, a chair, etc.) might have fallen on Purutu's foot, so that he did not have a chance to avoid it. However, the agentive meaning is obtained when the subject does not co-occur with the particle *ke*, as in (40b). In such contexts, since *ke* is omitted, the affectedness interpretation cannot be inferred.

(40a) *Purutu ke Ø-ahem*

Purutu CM 3SG-shout

'Purutu shouted.' [With some affectedness]

(Duarte, 2014, p. 109)

(40b) *Purutu Ø-ahem*

Purutu 3SG-shout

'Purutu shouted.' [On purpose]

(Duarte, 2014, p. 109)

Similar semantic alternation is also found in transitive constructions. For example, the verb *-u* 'eat' can select an affected agent or an agent. Then, below in (41a), the subject has control over the action of eating, and as a consequence, *ke* need not appear. Thus, the action of eating armadillo suggests that the agent does it gladly and without being forced. In (41b), on the other hand, the subject is an affected participant, since in the Ka'apor culture, to eat owl always involves being affected. Thus, sentence (41b) is a clear context where the subject of an action transitive verb, although being an agent, is also affected by the event. As a consequence, it must be marked with *ke*, in order to encode that the transitive subject is an affected agent, that is, it is not a prototypical agent subject.

(41a) *a'e tatu ke u-'u-ta*

he armadillo CM 3-eat-FUT

'He will eat the armadillo.'

(Duarte, 2014, p. 110)

(41b) *a'e ke u-'u-ta pypyhu ke tĩ*

he CM 3SG-eat-FUT owl CM REP

'He is going to eat the owl.'

(Duarte, 2014, p. 110)



Given these data, we can arrive at the conclusion that the affected agents share a common semantic system: they are all the recipients of some causing event and constitute the goal toward which the action is directed. More precisely, these agents have some of the properties that one typically expects of patients and goals, as they are not only agents but also patients of the event represented by verbs such as 'shout' and 'eat', among others.

Based on the data examined thus far, we can conclude the following: since affectedness is the unmarked property of objects, the subjects of action verbs will always be case-marked with the particle *ke* when these subjects are not directly associated with agenthood. Notice that a markedness reversal system emerges in such contexts due to the fact that affectedness must be interpreted as an unmarked property for definite objects. Markedness here means that the subject receives a differential morphological marking to encode that, although the subject occupies an external syntactic position of a transitive action verb, it is not a prototypical agent but an affected agent. In line with this, I will propose another scale/dimension in relation to the DSM, since the prototypical agent subject is not case-marked, but the affected/patient agents are. This favors a view of DSM in Ka'apor that is not related to DOM. The reason has to do with the fact that DSM does not make direct reference to multiple dimensions, to both animacy and definiteness, but only to the affectedness dimension. In this sense, the complex case system found in objects that are [+definite]/[+animate] cannot be extended to DSM in Ka'apor. Thus, my hypothesis is that DSM is required in contexts in which the subject is associated with lower agenthood. In other words, whenever subjects of unergative and transitive verbs exhibit the affectedness properties of objects, they will be obligatorily case-marked with *ke*. Pursuing this line of reasoning, one can assume that DSM in Ka'apor emerges as an example of a markedness reversal, since affectedness is not a typical property of subjects, but of objects. Thus, DSM in Ka'apor is determined by the fact that it is only those subjects which resemble typical patient objects that get overtly case-marked by *ke*. Thus, we can state that the affected agent subject of unergative and transitive verbs may be overtly case-marked by means of the case marker *ke*.

WHAT HAPPENS WHEN BOTH DSM AND DOM COMPETE?

In contexts where the subject is an affected agent rather than a prototypical agent, there are at least three grammatical patterns observed.

The first occurs when the subject is higher than the object in the animacy scale. In such contexts, the affected agent subject is obligatorily case-marked by the particle *ke*. This grammatical possibility is exemplified in the example (42), where the animate subject, being affected by the event of mashing manioc, receives the case-marker *ke*. Note that the object remains unmarked, since its referent is indefinite and inanimate. As a consequence, one may predict that the DSM emerges when the subject corresponds to an affected agent and is higher than the object in the animacy scale.

$$[NP_{\text{human/affected/ke}} > NP_{\text{indefinite/affected/Ø}}]$$

- (42) *ihē ke u'i a-karāj*
 1 CM manioc flour 1SG-mash
 'I mashed manioc (in order to produce cassava flour).'

Additionally, DSM and DOM can simultaneously co-occur in the same sentence in contexts in which the object is definite and the affected agent subject is pronominal. Thus, in the sentences below, although the objects are lower

than the subjects on the animacy scale, they are both case-marked by the particle *ke*. Thus, this semantic property shows that the particle *ke* can case-mark both the subject and the object simultaneously, thereby producing both DSM and DOM, as is shown in the following sentences:

$$[NP_{\text{human/affected/human/ke}} > NP_{\text{definite/affected/non-human/ke}}]$$

- (43) *ne ke u'i ke re-karāj-ta*
 2SG CM manioc CM 2SG-mash-FUT
 'You will mash a specific amount of manioc (in order to produce cassava flour).'

- (44) *a'e ke i-py ke Ø-tukwa*
 he CM NC-foot CM 3-hit
 'He has hurt his own foot.'

- (45) *a'e ta ke u-'u-ta moj ke tĩ*
 he ASS CM 3SG-eat-FUT snake CM REP
 'They will eat the snake.'

- (46) *a'e ke u-'u-ta pypyhu ke tĩ*
 he CM 3SG-eat-FUT owl CM REP
 'He will eat the owl.'

The third pattern involves contexts in which the subject and the object are both high in the animacy scale; for example, both of them could be overtly realized either as first or second person pronouns or as animate human NPs. In such environments, a reversed system emerges in such a way that only the subject is case-marked. Thus, the generalization observed is that subjects and objects cannot both be case-marked when they are prominent in the animacy hierarchy. In such context, the subject will have preference over the object, as follows:

$$[NP_{\text{human person pronoun/affected/ke}} > NP_{\text{definite/human person pronoun/Ø}}]$$

- (47) *ne ke ihẽ re-mu-pu'am 'y*
 you CM I 2SG-CAUS-get up PERF 1
 'You made me get up.'

(Silva, 2001, p. 51)

Note that the semantic interpretation of the subject in the examples above is ambiguous, since it corresponds to an affected agent. Therefore, in (47), the subject is affected because the action of making someone get up involves physical effort.

In sum, one can conclude that it is the lack of the association with prototypical agenthood that leads to the occurrence of DSM system in Ka'apor. In this sense, affectedness is not the unmarked property for transitive subjects; from this fact we derive an explanation for why affected agent subjects of verbs of activity are systematically case-marked with the particle *ke*. This thus explains why affected agent subjects are formally marked with the same particle that is used to encode objects.

The reason for the emergence of this differential subject and object marking has to do with the fact that affectedness is the unmarked property for objects, whereas definiteness and agenthood is the unmarked pattern for subjects.

ON THE GRAMMATICAL STATUS OF *ke*

Based on distribution of *ke* presented thus far, one may conclude that this item belongs to the class of Case particles due to the following reasons: (i) it is syntactically dependent on the noun phrase over which it has grammatical scope and (ii) it can only occur in a post-nominal position, usually after adjectives and plural markers. Evidence in favor of this proposal relates to the fact that it has a fixed position within the D/NP, a property that clearly differs *ke* from affixes, adverbs and quantifiers. This is reinforced by the fact that it cannot be moved to other syntactic position nor be floated away from the noun phrase that it modifies. In this sense, I will claim that *ke* is a functional particle with clear semantic denotation and a fixed position in the sentence. Thus, it cannot be categorized as an inflectional affix, since grammatical inflection in Ka'apor usually occurs at the left position in the morphological template of noun roots. This is reinforced by the fact that the morphemes related to person agreement in nouns systematically occur as prefixes. This is the situation below, in which the prefix {*r*} encodes that the possessor is immediately adjacent to the noun root, whereas the prefix {*h*-} indicates that the third person possessor has been omitted from the noun phrase, as follows:

(48a) *ihe r-ena*
 my C-village
 'My village.'

(48b) *h-ena*
 NC-village
 'His village.'

Another piece of evidence regards the fact that adjectives and plural particles can interpolate between *ke* and the noun, a situation that clearly signals that the canonical word order is {Noun+Adjective+Plural Marker+*ke*} within the nominal domain. This in turn indicates that this particle really forms a phonological word with the NP to which it phonologically adjoins. Compare the examples below in which the head of the NP co-occurs with the adjective *panem* 'unlucky' and the plural marker *ta*:

(49) *sawaʔε ta*
 man PL
 'Men.'

(50) *sawaʔε panem*
 man unlucky
 'Unlucky man.'

(51) *sawaʔε panem ta*
 man unlucky PL
 'Unlucky men.'

Note that, when the particle *ke* appears in the phrases above, it must be obligatorily following the adjective and the quantifier, thereby signaling that it must follow the noun, the adjective and the plural marker, as is exemplified below:

- (52) *sawaʔε panεm ta kε*
 man unlucky PL CM
 'Unlucky men.'

Additionally, when the universal quantifier *upa* 'all' combines with the nominal phrase above, it must be positioned after *ke*, thereby indicating that it occupies a higher position in the extended functional structure of the D/NP, as follows.

- (53) *sawaʔε panεm ta kε upa*
 man unlucky PL CM all
 'All unlucky men.'

In sum, one may conclude that, as *ke* occupies an intermediate position in the phrases above, it clearly indicates that it cannot be analyzed as a suffix, but as a Case particle, since affixes cannot occur far away from the root it must adjoin to. More to the point, adjectives and plural marker particles cannot interpolate between affixes and the stem.

Based on these empirical assumptions, I will propose that *ke* is a morphological realization of the abstract Case that transitive subjects, direct objects and goals receive in the course of the syntactic derivation. Following Bittner and Hale's (1996) and Baker's (2012) theory, according to which KP is the Case functional extension of D/NP projection, I will assume that the particle *ke* heads such a Case projection. In line with this theory, I will propose that NPs marked with the enclitic particle *ke* exhibit the syntactic structure depicted in the diagram below:

- (54)
-
- ```

graph TD
 KP --> K_prime[K']
 KP --> Empty1[]
 K_prime --> NumP
 K_prime --> K_deg[K°]
 NumP --> Empty2[.....]
 NumP --> Num_prime[Num']
 Num_prime --> NP
 Num_prime --> Num_deg[Num°]
 NP --> sawa[sawaʔε]
 NP --> pan[panεm]
 Num_deg --> ta[ta]
 K_deg --> ke[kε]

```

## CONCLUDING REMARKS

In conclusion, this paper shows that the DOM mechanism in Ka'apor is regulated both by the animacy scale and by the definiteness scale. This phenomenon is better explained if we adopt a two-dimensional approach, according to which animacy and definiteness play an important role in determining whether or not objects will be marked within clauses. In this regard, Ka'apor grammar requires extensive case-marking for personal pronouns and for human non-pronominal



objects. Thus, one of the roles of DOM in Ka'apor is to disambiguate subject from object in transitive action predicates, especially when they compete for the syntactic slots within the vP argument structure. As such, only definite objects are case-marked, regardless of whether they are human, animate or inanimate. Thus, it seems plausible to propose that case-marking of definite NPs is obligatory in Ka'apor rather than optional. This in turn explains why the local persons (first and second), definite human/animate NPs and definite inanimate NPs are case-marked by *ke*, whereas indefinites cannot be case-marked, regardless of whether they correspond to either animate or inanimate objects.

Additionally, it is shown that the particle *ke* can mark the subject of agentive verbs whenever it does not correspond to a prototypical agent, but instead to an argument whose theta role is hybrid in nature. More to the point, one can conclude that, since affectedness is the unmarked property of objects, subjects will be always case-marked with the particle *ke*, when they are not directly associated with agenthood. A further conclusion is that DSM occurs as an example of a markedness reversal, since affectedness is typical of objects but not of subjects. In other words, the affected agent subject of unergative and transitive verbs will always be overtly case-marked by means of the case marker *ke*. Furthermore, this particle can be interpreted as a morphological spell-out of an abstract Case that is used to mark animate and definite objects and affected transitive subjects with reduced control.

In line with this theory, I assume that, due to its multifunctional status, the particle *ke* corresponds to a dative Case in the sense of Woolford (1997, 2000, 2006) in that it is a semantically oriented Case, assigned to core arguments in the v-VP domain. In sum, it is a type of inherent Case that fits well in the paradigm of inherent Case theory as proposed originally by Woolford (2006), since this Case is directly related to the following semantic properties:

- (a) affectedness of subject of unergative and transitive verbs;
- (b) definiteness/animacy of the referent of the argument in object position.

ABBREVIATIONS

|      |                          |       |                                  |        |                            |
|------|--------------------------|-------|----------------------------------|--------|----------------------------|
| 1    | first person             | FUT   | future tense                     | OSV    | object-subject-verb        |
| 2    | second person            | G     | generic                          | PERF   | perfective aspect          |
| 3    | third person             | GEN   | genitive case                    | PERF 1 | perfective aspect 1        |
| ACC  | accusative case          | IMIN  | a particle that conveys the      | PERF 2 | perfective aspect 2        |
| AFET | affected argument        |       | future tense                     | PL     | plural marker              |
| ASS  | plural marker            | INF   | infinitive                       | PRES   | present tense              |
| AUX  | auxiliary                | INTS  | intensifier suffix               | PROB   | probability                |
| C    | a relational prefix that | M.SG  | masculine singular               | PROG   | progressive aspect         |
|      | signals the adjacency of | NC    | a relational prefix that signals | REP    | particle in final sentence |
|      | the internal argument in |       | that there is no adjacency       |        | position that indicates    |
|      | relation to its head     |       | of the internal argument in      |        | repetition of the action   |
| CAUS | causative prefix         |       | relation to its head             |        | performed by the subject   |
| CM   | case marker              | NOM   | nominative case                  | SG     | singular                   |
| DAT  | dative case              | NOML  | nominalizer suffix               | SOV    | subject-object-verb        |
| ERG  | ergative case            | NP    | noun phrase                      | SVO    | subject-verb-object        |
| F.SG | feminine singular        | OBLIQ | oblique case                     | VSO    | verb-subject-object        |

## ACKNOWLEDGEMENTS

I would like to thank two anonymous reviewers of Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, who generously offered their constructive critiques which contributed greatly to improving this article. An earlier version of this paper was presented at Differential Object Marking Conference, which held at the University of Tromsø, in May 23-24, 2013 and at the Conference on Semantics of Under-Represented Languages in the Americas (SULA) 7, which was held at Cornell University, May 4-6, 2012. The research represented here has been funded by CAPES-Brazil (grant # 88881.120815/2016-01); by FAPEMIG (grant # 19901); by CNPq (grant # 302674/2009-8) and by the Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (PRPq/UFMG). Most part of it was developed further during my stay as a visiting scholar in the Department of Linguistics at University of Toronto, during the years 2017-2018. Home pages: [www.lettras.ufmg.br/fbonfim](http://www.lettras.ufmg.br/fbonfim); [www.lettras.ufmg.br/laliafro](http://www.lettras.ufmg.br/laliafro). I take full responsibility for all possible errors in the content of this paper.

## REFERENCES

- AISSSEN, Judith. Differential object marking: iconicity vs. economy. *Natural Language and Linguistic Theory*, [S.l.], v. 21, n. 3, p. 435-483, 2003.
- BAKER, Mark. On the relationship of object agreement and accusative case: evidence from Amharic. *Linguistic Inquiry*, Canada, v. 43, n. 2, p. 255-274, 2012. DOI: [http://dx.doi.org/10.1162/LING\\_a\\_00085](http://dx.doi.org/10.1162/LING_a_00085).
- BITTNER, Maria; HALE, Ken. The structural determination of case and agreement. *Linguistic Inquiry*, Canada, v. 27, n. 1, p. 1-68, 1996.
- BUTT, Miriam. The dative-ergative connection. In: HOFHERR, Patricia Cabredo; BONAMI, Olivier (ed.). *Empirical issues in syntax and semantics 6*. The Hague: Thesus, 2006. p. 69-92.
- BUTT, Miriam; KING, Tracy Holloway. The status of case. In: DAYAL, Veneeta; MAHAJAN, Anoop (ed.). *Clause structure in south Asian languages*. Dordrecht: Springer, 2004. v. 61, p. 153-198.
- BUTT, Miriam. Case systems: beyond structural distinctions. In: BRANDNER, Ellen; ZINSMEISTER, Heike (ed.). *New perspectives on case theory*. Stanford: CSLI Publications, 2003. p. 53-87.
- BUTT, Miriam; KING, Tracy Holloway. Semantic case in Urdu. In: DOBRIN, L.; NICHOLS, L.; RODRIGUEZ, R. M. (ed.). *Papers from the 27th Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*. Chicago: CLS, 1991. p. 31-45.
- CABANA, Nasle Maria. *Marcação diferencial dos argumentos nucleares na língua Ka'apor*. 2015. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- CALDAS, Raimunda Benedita. *Uma proposta de dicionário para a língua Ka'apor*. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- CALDAS, Raimunda Benedita. *Aspecto, modo de ação e modalidade na língua Ka'apor*. 2001. Dissertação (Mestrado em Letras: Linguística e Teoria Literária) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2001.
- COMRIE, Bernard. *Language universals and linguistic typology*. 2nd ed. Oxford: Basil Blackwell, 1989.
- CROFT, William. *Typology and universals*. 4th ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- CROFT, William. Agreement vs. case marking and direct objects. In: BARLOW, Michael; FERGUSON, Charles. (ed.). *Agreement in natural language: approaches, theories, descriptions*. Chicago: University of Chicago Press, 1988. p. 159-179.
- DUARTE, Fábio Bonfim. On the semantics of affectedness and its implications for argument structure in the Ka'apor language. *Revista Linguística*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 99-122, jun. 2014.

ENÇ, Mürvet. The semantics of specificity. **Linguistic Inquiry**, Canada, v. 22, n. 1, p. 1-25, 1991.

GIVÓN, Talmy. Topic, pronoun and grammatical agreement. In: LI, Charles (ed.). **Subject and Topic**. New York: Academic Press, 1976. p. 149-188.

KAKUMASU, James. Urubu-Ka'apor. In: DERBYSHIRE, Desmond; PULLUM, Geoffrey (ed.). **Handbook of Amazonian languages**. New York: Mouton de Gruyter, 1986. v. 1, p. 326-403.

KEENAN, Edward. Towards a universal definition of subject. In: LI, Charles (ed.). **Subject and Topic**. New York: Academic Press, 1976. p. 303-333.

KLAIMAN, M. H. Bengali dative subjects. **Lingua**, [S.l.], v. 51, n. 4, p. 275-295, Aug. 1980.

LOPES, Mário Alexandre Garcia. **Aspectos gramaticais da língua ka'apor**. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

NGUNGA, Armindo Saúl Atelela; DUARTE, Fábio Bonfim; CAMARGOS, Quesler Fagundes. Differential object marking in Mozambican languages. In: PAYNE, Doris L.; PACCHIAROTTI, Sara; BOSIRE, Mokaya (ed.). **Diversity in African languages**. Berlin: Language Science Press, 2016. p. 333-354. DOI: <http://dx.doi.org/10.17169/langsci.b121.489>.

SAKSENA, Anuradha. The affected agent. **Language**, [S.l.], v. 56, n. 4, p. 812-826, Dec. 1980.

SILVA, Tabita Fernandes. **Classes verbais e algumas questões pragmáticas em Ka'apor**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2001.

URA, Hiroyuki. Case. In: BALTIN, Mark; COLLINS, Chris (ed.). **The handbook of contemporary syntactic theory**. Oxford: Blackwell Publishing, 2001. p. 334-373.

WOOLFORD, Ellen. Lexical case, inherent case, and argument structure. **Linguistic Inquiry**, Canada, v. 37, n. 1, p. 111-130, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1162/002438906775321175>.

WOOLFORD, Ellen. Object agreement in Palauan: specificity, humanness, economy, and optimality. In: PAUL, Ileana; PHILLIPS, Vivianne; TRAVIS, Lisa. **Formal Issues in Austronesian Linguistics**. Dordrecht: Kluwer, 2000. p. 215-245.

WOOLFORD, Ellen. Four-way case systems: ergative, nominative, objective and accusative. **Natural Language and Linguistic Theory**, [S.l.], v. 15, n. 1, p. 181-227, Feb. 1997.



# Partículas de Final de Sentença (PFS): uma análise cartográfica por fases sobre o sistema da língua Tenetehára

## Sentence-Final Particles (SFPs): a cartographic analysis by phases on the Tenetehára language system

Quesler Fagundes Camargos<sup>I</sup>  | Ricardo Campos Castro<sup>II, III</sup>  | Aquiles Tescari Neto<sup>II</sup> 

<sup>I</sup>Universidade Federal de Rondônia. Ji-Paraná, Rondônia, Brasil

<sup>II</sup>Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, Brasil

<sup>III</sup>University of Georgia. Athens, Geórgia, EUA

**Resumo:** O objetivo deste artigo é analisar a distribuição das Partículas de Final de Sentença (PFS) em Tenetehára, as quais compõem um conjunto de itens funcionais que ocorrem em uma posição sintática rígida em posição sentencial final. A ordem das PFS nesta língua pode ser formalmente capturada se for considerada uma única estrutura de base, a partir da qual se deriva, por movimentos sintáticos, a ordem dessas categorias. Assim, a proposta é de que a linearização dessas partículas à direita é o resultado do movimento de uma partícula mais baixa, *i.e.*, o alçamento de uma projeção contendo uma dessas partículas para o especificador de uma projeção dominante. A análise aqui apresentada tem o mérito de integrar harmoniosamente duas propostas teóricas da Teoria de Princípios e Parâmetros: a Hierarquia de Cinque (1999) e a Abordagem de Derivação por Fases (Chomsky, 2001).

**Palavras-chave:** Tupi-Guaraní. Tenetehára. Partículas. Hierarquia de Cinque. Fases.

**Abstract:** The goal of this article is to analyze the distribution of sentence-final particles (SFPs) in Tenetehára. These particles comprise a set of functional items that occur in a rigid syntactic position at the end of the sentence. The order of SFPs in this language can be formally captured if one starts from a unique base structure from which their relative order can be derived. More specifically, we suggest that the linearization of the particles to the right is the result of raising the lowest particle, *i.e.* raising a projection with an agreement particle to the specifier of a dominating projection. This theory blends two hypotheses related to the Principles and Parameters Theory: Cinque's Hierarchy (1999), and the Derivation by Phase Approach (Chomsky, 2001).

**Keywords:** Tupi-Guaraní. Tenetehára. Particles. Cinque Hierarchy. Phases.

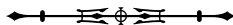
---

CAMARGOS, Quesler Fagundes; CASTRO, Ricardo Campos; TESCARI NETO, Aquiles. Partículas de Final de Sentença (PFS): uma análise cartográfica por fases sobre o sistema da língua Tenetehára. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 3, p. 827-855, set.-dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000300008>.

Autor para correspondência: Quesler Fagundes Camargos. Universidade Federal de Rondônia. Departamento de Educação Intercultural. Rua Rio Amazonas, 351. Ji-Paraná, RO, Brasil. CEP 769000-726 (queslerc@gmail.com).

Recebido em 28/02/2019

Aprovado em 27/06/2019



## INTRODUÇÃO

Assim como ocorre com algumas línguas da família linguística Tupí-Guaraní<sup>1</sup>, a língua Tenetehára<sup>2</sup> apresenta um conjunto de partículas que se realiza no final da sentença. Como será visto, esses itens codificam funções gramaticais de tempo, aspecto, modalidade<sup>3</sup> e gênero do falante (*genderlect*). Este artigo tem por objetivo propor uma análise teórica para essas Partículas de Final de Sentença (PFS) em Tenetehára, as quais são formadas por um conjunto de itens que ocorrem em uma posição sintática rígida, sendo linearizadas em posição sentencial final.

Recorrendo a Cinque (1999, 2009, 2010, 2014, 2017), o ordenamento das PFS pode ser formalmente capturado se for considerada uma estrutura de base, a partir da qual, por meio de movimentos, derivam-se as ocorrências das PFS do Tenetehára. Trata-se de movimento *snowball*, no modo *whose-pictures* de *pied-piping*, ou seja, com inversão da ordem de *Merge* desses elementos. Vale ressaltar que essa estrutura de base, por hipótese, é válida para todas as línguas, sendo codificada na Gramática Universal (Cinque, 2005, 2009, 2013, 2017). Conforme será mostrado nas seções que tratam das restrições de ordenamento e da derivação das sentenças envolvendo estas partículas, a linearização das PFS nessa língua corresponde ao ordenamento de uma língua de núcleo final, em que tais categorias têm como *spell-out* uma ordem que é a imagem especular (Baker, 1985) desses elementos na hierarquia universal de projeções do *middle field*.

Será discutido, ainda neste artigo, que as PFS, em Tenetehára, apresentam uma boa contribuição empírica para o princípio do ‘*One feature, one head*’ – ‘Um traço, um núcleo’ –, de Kayne (2005), segundo o qual os traços sintáticos são categorias atômicas, de forma que cada núcleo carrega apenas um traço. Essa proposta certamente se coloca em oposição à proposição de que os átomos da sintaxe se reduziram a morfemas ou palavras, que correspondem, na Teoria Gerativa, a categorias sintagmáticas (para as sentenças, vP, TP e CP<sup>4</sup>; e para os nomes, NP e DP, por exemplo). Dessa forma, projeções como CP e DP são, na verdade, muito mais ricas. O fato de o Tenetehára apresentar um conjunto de partículas funcionais que coocorrem no domínio do *middle field* mostra que apenas dois núcleos, T e C, seriam insuficientes para codificar as propriedades gramaticais instanciadas pelas PFS. Desse modo, assume-se, neste artigo, a premissa de Kayne (2005), segundo a qual cada traço morfossintático corresponde a um núcleo sintático independente com um *slot* na hierarquia funcional. São razões como essa que fazem com que o princípio de Kayne (2005) se torne seminal para os estudos cartográficos (Cinque; Rizzi, 2010), uma vez que captura e compreende a ideia que tem impulsionado os estudos desse programa no âmbito da Teoria de Princípios e Parâmetros. No Quadro 1, são apresentadas as PFS presentes na língua Tenetehára, as quais, como será visto, correspondem a categorias funcionais que se ordenam da esquerda para a direita.

O artigo está organizado em cinco seções, incluindo-se esta introdução. Na próxima seção, primeiramente são exibidos os paradigmas de concordância verbal na língua Tenetehára, visando a fornecer ao leitor uma compreensão mais abrangente dos dados linguísticos que serão apresentados aqui. Após isso, é realizada uma descrição do sistema das PFS nessa língua, apresentando o inventário das categorias descritas no Quadro 1, que serão organizadas por classes (PFS<sub>1-5</sub>).

<sup>1</sup> Ver Rodrigues (1953, 1984-1985), Boudin (1966), Rodrigues e Cabral (2002), Seki (2000), Monserrat (1994), Caldas (2001), Cruz (2011), Lopes (2009), Magalhães (2007), Pereira (2009), Praça (2007), Solano (2009), Silva (2010), Harrison, Carl e Harrison, Carole (2013), entre muitos outros.

<sup>2</sup> A língua Tenetehára, de acordo com Rodrigues (1984-1985) e Duarte (2007), pertence à família linguística Tupí-Guaraní, tronco Tupí. Os dados linguísticos aqui discutidos pertencem à variante linguística falada pelo povo Guajajára.

<sup>3</sup> De acordo com Palmer (2001), a categoria de modalidade está intimamente associada a tempo e aspecto. Estas três categorias pertencem à oração verbal e geralmente são, mas nem sempre, marcadas dentro do complexo verbal.

<sup>4</sup> Os rótulos que se referem a projeções sintáticas definidas dentro do arcabouço da Teoria Gerativa não serão apresentados por extenso.

Quadro 1. Partículas de Final de Sentença (PFS).

| PFS <sub>1</sub><br>Reflexo dos<br>traços- <i>phi</i> de CP<br>no domínio de TP | PFS <sub>2</sub><br>Modalidade<br>eventiva e<br>epistêmica | PFS <sub>3</sub><br>Mudança de evento<br>ou introdução de uma<br>asserção não esperada<br>(ou contrária à expectativa) | PFS <sub>4</sub><br>Manutenção de<br>evento ou de estado<br>descrito pelo verbo | PFS <sub>5</sub><br>Gênero dos<br>interlocutores<br>( <i>genderlect</i> ) |
|---------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------|
| <i>ihe</i>                                                                      | <i>nehe</i>                                                | <i>kury</i>                                                                                                            | <i>no</i>                                                                       | <i>ty (wà)</i>                                                            |
| <i>zane</i>                                                                     | <i>ri'i</i>                                                |                                                                                                                        |                                                                                 | <i>zàkwà</i>                                                              |
| <i>ure</i>                                                                      | <i>ra'a</i>                                                |                                                                                                                        |                                                                                 | <i>pa / xe</i>                                                            |
| <i>ne</i>                                                                       | <i>rihi</i>                                                |                                                                                                                        |                                                                                 | <i>'y</i>                                                                 |
| <i>pe</i>                                                                       |                                                            |                                                                                                                        |                                                                                 | <i>kyn (wà)</i>                                                           |
| <i>a'e (wà)</i>                                                                 |                                                            |                                                                                                                        |                                                                                 | <i>ma</i>                                                                 |

Naturalmente, ao se adotar para essas partículas uma interpretação à *la* Cartografia Sintática, levando-se em conta as categorias funcionais de Cinque (1999, 2006, 2009, 2017), isso nos levará, ao cabo do trabalho, a uma reinterpretação do Quadro 1. Conectado a isto, tendo em vista a Hierarquia de Cinque (1999) e o Princípio do Espelho (Baker, 1985), este artigo admite como verdadeiras, em Tenetehára, duas premissas relacionadas a esses dois fundamentos:

(i) Hierarquia de Cinque (1999): a subdivisão em PFS corresponde, na verdade, a uma descrição da superfície das sentenças do Tenetehára; assim, deve-se reconhecer que as PFS<sub>2</sub>, por exemplo, correspondem, na verdade, a várias posições sintáticas do *middle field*;

(ii) Princípio do Espelho (Baker, 1985): as PFS do Tenetehára aparecem em posição final, sendo esse ordenamento puramente epifenomenal; dessa forma, à medida que se avança da esquerda para a direita no Quadro 1, a ordem da série de movimentos sintagmáticos que são necessários para derivar a ordem superficial alcançada é refletida na morfologia.

Após a apresentação dos dados, aplicamos os testes de ordenamento, visando a verificar as restrições de distribuição do agrupamento das PFS, seu escopo e seu comportamento conectado aos demais processos sintáticos da língua. Como será visto, com base no Programa Cartográfico, foram identificadas cinco classes de PFS em Tenetehára, tendo em vista suas posições relativas.

Na seção que precede as conclusões, os dados apresentados ao longo do artigo são analisados à luz da proposta do Programa Cartográfico, sobretudo tendo em vista as versões de Cinque (1999, 2006, 2009, 2010, 2013, 2017) combinadas com ingredientes de Kayne (1994, seção 5) e Koopman e Szabolcsi (2000), bem como com a proposta de Derivação por Fases (Chomsky, 2001). Por fim, na última seção, são apresentadas as considerações finais e as questões em aberto.

## APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Antes de descrever as PFS, são apresentados, na subseção seguinte, os paradigmas de concordância verbal na língua Tenetehára, o que contribuirá para melhor compreensão dos dados a serem discutidos ao longo do artigo.

## CONCORDÂNCIA EM TENETEHÁRA

Os sintagmas nominais, em Tenetehára, não recebem desinências de Caso para distinguir os DP na função sintática de sujeito e de objeto. De acordo com Duarte (2007), Castro (2017) e Camargos (2017a), essas funções sintáticas são primordialmente codificadas por meio de dois grupos de marcadores pessoais que codificam estas funções sintáticas centrais.

Devido à sensibilidade à hierarquia de pessoa, formalizada em (1), o verbo aciona a série de prefixos do primeiro paradigma de concordância para codificar o argumento externo nos contextos em que o sujeito é mais alto do que o objeto nessa hierarquia. Por sua vez, quando o objeto é mais alto na hierarquia de pessoa, o verbo engatilha os prefixos do segundo paradigma de concordância, que se referem ao seu argumento interno.

(1) 1ª pessoa > 2ª pessoa > 3ª pessoa<sub>+FOC</sub> > 3ª pessoa<sub>-FOC</sub> (leia-se > como 'mais proeminente que')

No Quadro 2, a seguir, são exibidos sinopticamente os prefixos do paradigma 1, que se referem ao argumento externo, e os prefixos do paradigma 2, cuja codificação refere-se ao argumento interno, de acordo com a hierarquia de pessoa proposta em (1).

Quadro 2. Primeiro e segundo paradigmas de concordância.

| Traços de pessoa e número | Paradigma 1<br>(argumento externo) | Paradigma 2<br>(argumento interno) |
|---------------------------|------------------------------------|------------------------------------|
| 1SG                       | <i>a-</i>                          | <i>he=</i>                         |
| 1PL.EXCL                  | <i>uru- ~ oro-</i>                 | <i>ure=</i>                        |
| 1PL.INCL                  | <i>xi-</i>                         | <i>zane=</i>                       |
| 2SG                       | <i>ere-</i>                        | <i>ne=</i>                         |
| 2PL                       | <i>pe-</i>                         | <i>pe=</i>                         |
| 3                         | <i>u- ~ o- ~ w-</i>                | <i>i- ~ h-</i>                     |

Nos exemplos a seguir, pode-se notar que o argumento externo é mais alto do que o interno na hierarquia de pessoa – cf. (1). Por conseguinte, são acionados os prefixos do paradigma 1, correspondendo aos prefixos de concordância verbal com o argumento externo.

(2a) *a-exak zàwàruhu taw ø-pe ihe*  
1SG-ver onça aldeia RLT-em 1SG  
'Eu vi a onça na aldeia.'

(2b) *uru-exak zàwàruhu taw ø-pe ure*  
1PL.EXCL-ver onça aldeia RLT-em 1PL.EXCL  
'Nós vimos a onça na aldeia.'

(2c) *xi-exak zàwàruhu taw ø-pe zane*  
1PL.INCL-ver onça aldeia RLT-em 1PL.INCL  
'Nós vimos a onça na aldeia.'

(2d) *ere-(e)xak zàwàruhu taw ø-pe ne*  
2SG-ver onça aldeia RLT-em 2SG  
'Você viu a onça na aldeia.'



- (2e) *pe-(e)xak zàwàruhu taw ø-pe pe*  
 2PL-ver onça aldeia RLT-em 2PL  
 'Vocês viram a onça na aldeia.'

- (2f) *w-exak zàwàruhu taw ø-pe a'e*  
 3-ver onça aldeia RLT-em 3  
 'Ele viu a onça na aldeia.'

- (2g) *w-exak zàwàruhu taw ø-pe a'e wà*  
 3-ver onça aldeia RLT-em 3 PL  
 'Eles viram a onça na aldeia.'

Nos exemplos a seguir, por sua vez, pode-se observar que o argumento interno é mais alto do que o externo na hierarquia de pessoa, apresentada em (1). Como consequência desse ranqueamento, é o argumento interno que passa a controlar a concordância no verbo, como fica evidenciado pela série de concordância do paradigma 2. Nesses exemplos, nota-se, ainda, que emerge à esquerda da raiz verbal o prefixo relacional<sup>5</sup> {*r-*}.

- (3a) *he=r-exak zàwàruhu taw ø-pe a'e*  
 1SG=RLT-ver onça aldeia RLT-em 3  
 'A onça me viu na aldeia.'

- (3b) *ure=r-exak zàwàruhu taw ø-pe a'e*  
 1PL.EXCL=RLT-ver onça aldeia RLT-em 3  
 'A onça nos viu na aldeia.'

- (3c) *zane=r-exak zàwàruhu taw ø-pe a'e*  
 1PL.INCL=RLT-ver onça aldeia RLT-em 3  
 'A onça nos viu na aldeia.'

- (3d) *ne=r-exak zàwàruhu taw ø-pe a'e*  
 2SG=RLT-ver onça aldeia RLT-em 3  
 'A onça te viu na aldeia.'

<sup>5</sup> Como não é o objetivo deste artigo, não será discutido o estatuto gramatical deste morfema em Tenetehára. Ressalta-se, no entanto, que os prefixos relacionais são amplamente discutidos na literatura Tupí-Guaraní e já foram propostas várias análises para eles. Para Payne (1994), por exemplo, o prefixo verbal {*r-*}, incluindo seus alomorfes, constitui, junto com os prefixos de pessoa e número, um sistema inverso. Em uma perspectiva gerativa, Duarte (2009, p. 125) afirma que "[...] a ocorrência do prefixo {*r-*} deve ser, então, entendida como sendo o reflexo da operação de valoração de Caso absolutivo que ocorre no domínio vP [...]". Além disso, Freitas e Sândalo (2014), em relação ao Guaraní, baseadas nos feixes de traços binários de pessoa ([participante] e [autor]) de Halle (1997), assumem que estes prefixos são a expressão de concordância com o argumento interno (objeto direto). Nesse sentido, nos contextos em que o objeto é [+participante], sendo, por isso, primeira ou segunda pessoa, os prefixos {*ø-* ~ *r-*} são engatilhados; contudo, se o argumento interno apresenta o traço [-participante], ou seja, terceira pessoa, os prefixos {*i-* ~ *h-*} emergem.

- (3e) *pe=r-exak zàwàruhu taw ø-pe a'e*  
 2<sub>PL</sub>=RLT-ver onça aldeia RLT-em 3  
 'A onça vos viu na aldeia.'

Após a apresentação do sistema de concordância<sup>6</sup> em Tenetehára, na próxima subseção, é descrita, uma a uma, cada PFS mencionada no Quadro 1.

## PARTÍCULAS DE FINAL DE SENTENÇA (PFS)

### PFS<sub>1</sub>

Em Tenetehára, embora não sejam obrigatórias<sup>7</sup>, é muito comum ocorrerem, na posição sentencial final, partículas<sup>8</sup> cuja função é retomar os traços- $\phi$  do sujeito dos predicados verbais, concordando com ele em pessoa e número. É necessário ressaltar que, nessas posições, tais partículas não ocupam posições argumentais. Além disso, não refletem necessariamente os traços de pessoa e número codificados no verbo. Esse fenômeno é ilustrado com os seguintes exemplos:

- (4a) *ere-(e)xak kwaharer ka'a r-upi ne*  
 2<sub>SG</sub>-ver menino mata RLT-em 2<sub>SG</sub>  
 'Você viu o menino na mata.'

- (4b) *\*ere-(e)xak kwaharer ka'a r-upi a'e*  
 2<sub>SG</sub>-ver menino mata RLT-em 3  
 'Você viu o menino na mata.'

- (5a) *ne=r-exak kwaharer ka'a r-upi a'e*  
 2<sub>SG</sub>=RLT-ver menino mata RLT-em 3  
 'O menino viu você na mata.'

- (5b) *\*ne=r-exak kwaharer ka'a r-upi ne*  
 2<sub>SG</sub>=RLT-ver menino mata RLT-em 2<sub>SG</sub>  
 'O menino viu você na mata.'

Pode-se notar, à semelhança dos exemplos em (2), como foi visto na subseção que apresenta a morfologia de concordância em Tenetehára, que o predicado verbal *exak* 'ver', em (4a), seleciona dois argumentos nucleares: um

<sup>6</sup> Para uma análise mais detalhada do sistema de concordância verbal em Tenetehára, ver a proposta de Camargos (2017b), na qual o autor assume que o fenômeno de deslocamento de concordância verbal em Tenetehára, sensível à hierarquia de pessoa, origina-se dos mecanismos da operação *Agree* (Béjar; Rezac, 2009), de modo que a ciclicidade e a localidade derivam preferencialmente por uma concordância controlada pelo argumento interno, ao invés de ser regulado pelo argumento externo.

<sup>7</sup> De fato, essas partículas não são obrigatórias. Contudo, alguns falantes relatam que a ausência delas geralmente soa como 'está faltando algo' ou 'a palavra está incompleta'.

<sup>8</sup> Apesar de parte da literatura classificar estas partículas como pronomes, elas exercem uma função gramatical não argumental. Em termos formais, elas instanciam os traços- $\phi$  de CP no domínio de TP. Por essa razão e por serem incapazes de ocorrer como formas plenas, propomos que pertençam à classe gramatical de partículas.

DP sujeito de segunda pessoa do singular, que engatilha no verbo o morfema **{ere-}**, e um DP objeto *kwaharer* 'menino'. Veja-se que, em termos descritivos, a partícula de segunda pessoa do singular *ne* se realiza no final da sentença e instancia os traços de pessoa e número do sujeito argumento externo. Destarte, constata-se que a agramaticalidade da sentença (4b) é explicada nos seguintes termos: a partícula de terceira pessoa *a'e*, cuja ocorrência se dá ao final da sentença não é compatível, em termos de traços de pessoa e número, com o sujeito de segunda pessoa da sentença.

Nos exemplos em (5), por sua vez, realiza-se o prefixo do segundo paradigma de concordância para codificar o argumento interno, consoante a hierarquia de pessoa apresentada em (1). Pode-se observar que, em (5a), o predicado verbal *exak* 'ver' introduz um DP sujeito *kwaharer* 'menino' e um DP objeto de segunda pessoa do singular, que engatilha o segundo paradigma de concordância, representado por **{ne-}**, uma vez que este objeto é mais alto na hierarquia de pessoa ( $2 > 3$ ). Adicionalmente, a partícula de terceira pessoa *a'e* realiza ao fim da sentença os traços de pessoa e número do DP sujeito argumento externo, o qual necessariamente não controla a concordância no verbo. Assim, a boa formação da sentença (5a) e a agramaticalidade da sentença (5b) fornecem evidências morfossintáticas a favor da conjectura de que a partícula que ocorre ao final da sentença só pode ser controlada pelo argumento externo do predicado verbal transitivo, independentemente da concordância estabelecida no verbo. Mais especificamente, o fato de a codificação do argumento nuclear ser estabelecida pelos prefixos do paradigma 1 ou paradigma 2 não determina qual PFS<sub>i</sub> ocorrerá, mas é o argumento externo da predicação transitiva que o estabelece. No Quadro 3, são apresentadas as PFS<sub>i</sub> em Tenetehára.

Quadro 3. Partículas de Final de Sentença (PFS<sub>i</sub>).

| Traço de pessoa e número | Partículas      |
|--------------------------|-----------------|
| 1SG                      | <i>ihe</i>      |
| 1PL.EXCL                 | <i>ure</i>      |
| 1PL.INCL                 | <i>zane</i>     |
| 2SG                      | <i>ne</i>       |
| 2PL                      | <i>pe</i>       |
| 3(PL)                    | <i>a'e (wà)</i> |

## PFS<sub>2</sub>

Segundo Costa (2009), os modos verbais, tais como indicativo, subjuntivo e imperativo, são recursos gramaticais disponíveis cuja finalidade é expressar modalidade. Nessa linha de investigação, para Givón (2001, p. 300, tradução nossa), a modalidade<sup>9</sup> é uma categoria linguística mais ampla que "[...] codifica a atitude do falante em relação à proposição". Assim, enquanto o modo é expresso tipicamente na morfologia verbal (nos morfemas livres e presos, por exemplo) (Cinque, 1999, cap. 3 e 4), a modalidade é expressa por meio de diferentes mecanismos linguísticos (Costa, 2009), por exemplo, verbos de 'reestruturação' e AdvPs nas línguas românicas.

De acordo com Haan (1999), a modalidade epistêmica avalia provas. Com base nesta avaliação, atribui uma medida de (des)comprometimento do falante. Nesse sentido, o enunciado pode ser avaliado e mensurado de forma a ter evidência alta, diminuída ou baixa. Assim, a modalidade epistêmica será usada para expressar o grau de convicção do

<sup>9</sup> Para Givón (2001), são essencialmente dois os tipos de julgamento a respeito das informações proposicionais realizados pelo falante, a saber: (i) julgamento epistêmico - verdade, probabilidade, certeza, crença e evidência; e (ii) julgamento avaliatório (deôntico) - desejo, preferência, intenção, habilidade e obrigação.

falante referente à veracidade do conteúdo proposicional explicitado por ele mesmo (Cinque, 1999). Já um evidencial assegura que existem indícios do fato ocorrido, mas nele o falante não avalia nem interpreta tais evidências de qualquer maneira, apenas indica a fonte de informação<sup>10</sup>. Por fim, para Palmer (2001), a modalidade dinâmica/deôntica se refere a eventos que não estão atualizados, *i.e.*, eventos que não têm um lugar no mundo, mas são apenas potenciais, sendo chamada de modalidade de eventos. Ainda mais especificamente, na modalidade dinâmica, os fatores condicionantes são externos ao sujeito da predicação, já na modalidade deôntica os fatores são internos a esse sujeito. Na língua Tenetehára, ocorrem as seguintes partículas finais que realizam essas funções:

(i) *ri'i*: modalidade epistêmica de certeza<sup>11</sup>

De acordo com Boudin (1966) e Harrison, Carl e Harrison, Carole (2013), a partícula *ri'i*, na língua Tenetehára, marca o tempo passado recente. Para Silva (2010), contudo, essa partícula veicula asseveração. Para nós, *ri'i* indica que o falante, ao proferir a asserção, assegura sua certeza. A partícula expressa, então, a modalidade epistêmica de certeza, conforme os exemplos abaixo.

- (6) *ne=ø-wioràw ø-pupe rakwez a-zur ihe ri'i ty*  
 2SG=RLT-violão RLT-dentro RPST.AT 1SG-vir 1SG CERT GNDL  
 'Eu com certeza vim no seu violão.' (Duarte et al., 2018, p. 40)

- (7) *u-zewyr rakwez he=r-ywyr a'e ri'i*  
 3-voltar RPST.AT 1SG=RLT-irmão.novo 3 CERT  
 'Meu irmão mais novo com certeza voltou.' (Duarte et al., 2018, p. 25)

- (8) *a-ha rakwez ka'a r-upi ihe ri'i*  
 1SG-ir RPST.AT mata RLT-para 1SG CERT  
 'Eu fui para a mata com certeza.'

- (9) *a-ha-putar ka'a r-upi ihe ri'i*  
 1SG-ir-PROX mata RLT-para 1SG CERT  
 'Eu vou para a mata com certeza.' (futuro imediato e certo)

- (10) *a-zegar-(pu)ta(r) ri'i*  
 1SG-cantar-FUT CERT  
 'Vou cantar.' (Silva, 2010, p. 509)

<sup>10</sup> De acordo com Hengeveld e Dall'Aglio-Hattner (2015), a evidencialidade se subdivide, tendo em vista o escopo dos itens evidenciais, em quatro subcategorias, a saber: evidencialidade reportativa, inferência, dedução e percepção de evento.

<sup>11</sup> Pode ser que essa categoria esteja se gramaticalizando, deslocando-se, então, da projeção de  $T_{\text{past}}$  para a projeção de modalidade epistêmica mais alta, no espírito de Cinque (1999). Ver, a esse respeito, a proposta de Roberts e Roussou (2008), que recorrem a Cinque (1999) para avançarem uma proposta formal de gramaticalização.

Para todos os exemplos acima, a partícula *ri'i* exprime a atitude do falante ante os enunciados, atribuindo-lhes um valor epistêmico de certeza. Nos exemplos de (6) a (8), essa partícula se realiza em sentenças no tempo passado e, nos exemplos (9) e (10), ocorre no tempo futuro. Neste sentido, pode-se notar que esses últimos dois exemplos contrariam a descrição de Boudin (1966) e de Harrison, Carl e Harrison, Carole (2013), uma vez que esses autores associam esta partícula apenas ao tempo passado.

(ii) *ra'a*: modalidade epistêmica de dúvida

De acordo com Harrison, Carl e Harrison, Carole (2013), a partícula *ra'a* tem a função de marcar passado imediato em contexto de pergunta. Contudo, análises mais detalhadas indicam que a partícula *ra'a* é responsável por atribuir a modalidade epistêmica de dúvida à sentença, independentemente de seu eixo temporal. Dessa forma, a partícula opõe-se à *ri'i*, que denota modalidade epistêmica de certeza. Vejam-se os exemplos abaixo.

- (11) *u-mai-'u kwaharer a'e ra'a*  
 3-coisa-comer criança 3 DBT  
 'Será que ele já comeu?'
- (12) *o-ho-putar Hikar Amarante ø-pe a'e ra'a*  
 3-ir-PROX Hikar Amarante RLT-para 3 DBT  
 'Não se sabe se o Hikar vai para Amarante.'
- (13) *w-exak z(e)-aipo amo i-zuru-pyter mehe a'e ra'a*  
 3-ver NAT-DBT outro 3-boca-chupar quando 3 DBT  
 'Não se sabe se ele viu alguém (outro) quando beijava.'

Pode-se perceber, nos exemplos acima, que a partícula *ra'a* confere um valor epistêmico de incerteza às sentenças, à medida que o falante manifesta dúvida em sua elocução. Isso fica particularmente evidente no exemplo (11), uma vez que a dúvida do falante condiz com o tipo de sentença interrogativa do tipo sim/não. No entanto, essa partícula não é exclusiva de sentenças interrogativas, tendo em vista que as sentenças (12) e (13) são construções declarativas. Note-se, ainda, que a análise de Harrison, Carl e Harrison, Carole (2013) também não encontra respaldo no exemplo (12), em virtude de a partícula *ra'a* não ter conexão com a noção de tempo passado nesta sentença; logo, não pode ser restringido a este tempo. Veja-se que a partícula de modalidade epistêmica de dúvida ocorre em sentenças tanto no tempo futuro, como em (12), quanto no tempo passado, como em (11) e (13). Uma evidência empírica de que esta partícula, de fato, tem por função marcar a modalidade epistêmica de dúvida que reside no exemplo agramatical abaixo.

- (14) *\*w-exak rakwez amo i-zuru-pyter mehe a'e ra'a*  
 3-ver RPST.AT outro 3-boca-chupar quando 3 DBT  
 'Ele viu alguém quando beijava.' (passado recente atestado com dúvida)

Deve-se notar que a boa formação de (13), em contrapartida com a agramaticalidade da sentença (14), refere-se ao fato de que a partícula **z(e)-aipo** (partícula evidencial que indica uma situação não atestada pelo falante<sup>12</sup>, mais a partícula de modalidade epistêmica de dúvida) possui em sua estrutura interna elementos que exprimem incerteza, e, por isso, compatível com a PFS<sub>2</sub> **ra'a**, a qual, defende-se aqui, é uma partícula de modalidade epistêmica de dúvida. Nesse sentido, a sentença (14) é agramatical, porque a partícula **rakwez**, que marca o tempo passado atestado pelo falante, é incompatível com a partícula **ra'a**, de modalidade epistêmica de dúvida. Pode-se afirmar, então, que é inconcebível que uma partícula de modalidade de dúvida do falante (**ra'a**) e uma partícula de evidencialidade atestada pelo falante (**rakwez**) coocorram.

(iii) **nehe**: modalidade eventiva de intencionalidade

Para Boudin (1966) e Harrison, Carl e Harrison, Carole (2013), a partícula **nehe** marca o futuro próximo. Silva (2010) apresenta uma análise mais refinada, pois, além de afirmar que essa partícula marca futuro, esclarece que também tem a função de marcar a modalidade intencional. De fato, essa última função pode ser corroborada pelos seguintes exemplos:

(15a) **a-exak-putar amo he=r-emiriko-ràm i-katu-ahy-ma'e ihe nehe**  
1SG-ver-PROX uma 1SG=RLT-esposa-FUT 3-bom-INTS-NOML 1SG INT  
'Eu encontrarei uma boa esposa.'

(15b) **a-exak amo he=r-emiriko-ràm i-katu-ahy-ma'e ihe nehe**  
1SG-ver uma 1SG=RLT-esposa-FUT 3-bom-INTS-NOML 1SG INT  
'Eu tenho a intenção de encontrar uma boa esposa.'

Nos exemplos em (15), a partícula **nehe** sinaliza que o falante, sujeito da sentença, tem a intenção de realizar o conteúdo proposicional do enunciado, conformando-se ao conceito de modalidade de eventos, conforme descrito no início desta seção. Além disso, a comparação entre os dois exemplos ora apresentados sinaliza que a coocorrência do morfema de futuro {-putar} com a PFS<sub>2</sub> **nehe** é compatível, em razão de o traço semântico [+futuro] ser compartilhado pelos dois morfemas. No entanto, curiosamente, o exemplo (15b) aponta para o fato de que tal coocorrência não é obrigatória. A seguir, são apresentados mais exemplos com a partícula **nehe**.

(16) **aze pe-putar uru-zuka pe=ø-me nehe**  
se 2PL-desejar 1PL.EXCL-quebrar 2PL=RLT-para INT  
'Se desejam, nós podemos quebrá-lo (o pote) para vocês.' (Duarte et al., 2018, p. 34)

(17) **e-mu-aku 'y nehe**  
2IMP-CAUS-quente água INT  
'Esquente a água!'

<sup>12</sup> Esta mesma partícula {-ze-} é analisada por Thomas (2018) na língua Mbyá (Tupí-Guaraní). Para o autor, a unidade gramatical {je} em Mbyá é um evidencial reportativo. Nesse sentido, trata-se de uma partícula de evidência comunicativa. Seu uso indica que os indícios que apoiam o enunciado do falante são boatos. Na ausência de evidências acerca destes boatos, ou se o falante tiver evidências diretas para apoiar seu enunciado, o uso de {je} é desautorizado.

- (18) *e-mu-awyze zo 'aw awa nehe i-i*  
 2IMP-CAUS-reconciliar.se NEG aquele homem INT 3-dizer  
 'Não aceite aquele homem, insistiui!' (Harrison, Carl; Harrison, Carole, 2013, p. 163)

Para os exemplos anteriores, a partícula *nehe* exprime a atitude do falante diante dos enunciados, atribuindo-lhes um valor eventivo de intenção. Nos exemplos (15), essa partícula realiza-se em sentenças no tempo futuro. No exemplo (16), ocorre em estruturas condicionais. E, nos exemplos (17) e (18), essa partícula coocorre com predicados verbais no modo imperativo. Deve-se ressaltar, no entanto, que em todos os exemplos as sentenças dizem respeito a eventos ainda não realizados, sendo-lhes atribuído um valor eventivo de intenção, constituindo-se, por isso, como eventos potenciais.

(iv) *rihi*: modalidade eventiva de possibilidade, permissão, exortação e pedido

De acordo com Boudin (1966), a partícula *rihi* tem função de marcar possibilidade, permissão e exortação. Harrison, Carl e Harrison, Carole (2013) afirmam que essa partícula exhibe os seguintes significados e funções: (i) ainda e agora, (ii) exortativo e (iii) futuro. Silva (2010), por fim, afirma que essa partícula marca aspecto imperfectivo, o que é oposto à função da partícula *kwez*, que codifica o aspecto perfectivo/realizado. Nota-se, sendo assim, certa diversidade de tratamento desta partícula entre esses três autores. Neste artigo, aventa-se a hipótese de que a partícula *rihi* tenha a função de marcar a modalidade eventiva de possibilidade e permissão, para as sentenças afirmativas, como de (19) a (21), e modalidade eventiva de exortação, pedido ou ordem, para as sentenças imperativas, como em (22) e (23).

- (19) *aipo ere-iko tuwe ko r-upi rihi ty*  
 DBT 2SG-estar ENF aqui RLT-em PSB GNDL  
 'Como é possível que você esteja por aqui?' (Duarte et al., 2018, p. 34)

- (20) *a-ha-putar ka'a r-upi ihe rihi*  
 1SG-ir-PROX mata RLT-para 1SG PSB  
 'É possível que eu vá para a mata.'

- (21) *aipo ere-ho-putar ka'a r-upi ne rihi ty*  
 DBT 2SG-ir-PROX mata RLT-para 2SG PSB GNDL  
 'Será que há a possibilidade de você ir para a mata?'

- (22) *e-zur xe rihi*  
 2IMP-uir aqui PSB  
 'Vem aqui, por favor!'

- (23) *za-ha-wi ka'a ø-pe rihi*  
 1PL.INCL-ir-REP mata RLT-em PSB  
 'Vamos à mata novamente!'

Conforme Taylor (1989), o modo imperativo é decomposto em graus de imperatividade, a saber: imperativo propriamente dito, proibitivo, optativo, exortativo, premonitivo, súplica e conselho. A hipótese aqui defendida é de que a partícula *rihi*, quando expressa imperatividade, localiza-se no grau exortativo. Neste nível de imperatividade, existe uma forma de encorajamento de modo que o ouvinte seja incentivado, estimulado ou incitado a realizar uma ação<sup>13</sup>, tal como em (22) e (23). De toda forma, concordamos com Thomas (2018), segundo o qual, a partir de dados da língua Mbyá (Tupí-Guaraní), não há consenso na literatura acerca da denotação de sentenças imperativas e como isto se relaciona com o desempenho de atos diretivos de fala. Para ele, o que importa é que todos os autores concordam que os imperativos são um tipo de cláusula identificável por um traço morfossintático, que é, de forma canônica, usado para operar atos diretivos de fala, os quais, por sua vez, são os atos a partir dos quais o locutor tem como objetivo levar o alocutário a realizar alguma ação. Enfim, após a apresentação das PFS<sub>2</sub>, essas partículas e suas funções são resumidas no Quadro 4.

Quadro 4. Partículas de Final de Sentença (PFS<sub>2</sub>).

| Partícula   | Modalidade | Descrição                                    |
|-------------|------------|----------------------------------------------|
| <i>ri'i</i> | Epistêmica | Certeza                                      |
| <i>ra'a</i> | Epistêmica | Dúvida                                       |
| <i>nehe</i> | Eventiva   | Intenção                                     |
| <i>rihi</i> | Eventiva   | Possibilidade, permissão, exortação e pedido |

PFS<sub>3</sub>

A terceira posição (PFS<sub>3</sub>) instancia uma partícula que expressa mudança de estado ou de evento indicada pela predicação verbal. Além disso, ela pode introduzir uma asserção não esperada ou contrária à expectativa do falante. No mais, tudo indica que o aspecto proximativo está associado a essa partícula, razão pela qual esse item é comumente traduzido pelos falantes por meio do advérbio 'agora'.

- (24) *a-zegar kakwez n-a-zegar-wi-kwaw kury*  
1SG-cantar DPST.AT NEG-1SG-cantar-REP-NEG CHNG  
'Eu cantava, agora não canto mais.' (Silva, 2010, p. 504)

- (25) *a-pynyk kakwez n-a-pynyk-wi-kwaw kury*  
1SG-dançar DPST.AT NEG-1SG-dançar-REP-NEG CHNG  
'Eu dançava, agora não danço mais.' (Silva, 2010, p. 504)

Pode-se constatar que, em (24) e (25), a partícula *kury* ocorre na segunda oração de cada sentença, introduzindo uma proposição que indica uma mudança no evento da oração anterior. Veja outros exemplos a seguir:

- (26) *upaw wa-'u-n wà kury*  
todos 3PL-comer-DSLC PL CHNG  
'De repente, todos foram comidos.' (Duarte et al., 2018, p. 30-31)

<sup>13</sup> Para os outros níveis de imperatividade, veja o trabalho de Taylor (1989).



- (27) *màràn t-eko-haw ø-pe re-ata ne kury*  
 quantos 3G-estar-NOML RLT-em 2SG-andar 2SG CHNG  
 'Em quantas aldeias você já esteve?'
- (28) *w-exak ze-k-aipo tapi'ir ka'a r-upi i-ata mehe a'e wà kury*  
 3-ver NAT-PST-DBT anta mata RLT-por 3-andar quando 3 PL CHNG  
 'De repente, eles viram a anta quando ela andava pela mata.'

Nas sentenças acima, a realização da partícula *kury* indica que os predicados verbais introduzem uma proposição nova, de forma que a presença dessa partícula acarreta que o evento descrito pelo verbo se realizou sobre o sujeito exatamente naquele momento e não em um outro momento anterior.

PFS<sub>4</sub>

Para Boudin (1966), a partícula *no* deve ser traduzida como 'também' e, para Harrison, Carl e Harrison, Carole (2013), deve ser interpretada como 'também' e 'novamente'. Para Silva (2010), por sua vez, essa partícula codifica aspecto repetitivo. Na análise aqui delineada, essa posição sintática é preenchida por um elemento único, *no*, cuja função é indicar a manutenção da assertiva e o estado descrito pela predicação verbal. Geralmente ela assinala uma repetição de uma ação (ou evento) com outros sujeitos, podendo também estabelecer uma sequência de eventos realizados pelo mesmo sujeito. Via de regra, esta partícula é traduzida pelos falantes por meio do advérbio 'também' e realiza-se no final de cada sentença ou apenas no final da última oração. Veja o exemplo (29) que representa um diálogo, retirado de uma narrativa, entre a onça e outros animais.

- (29a) *zane-karuk ty i-'i ze-k-aipo i-zupe wà*  
 1PL.INCL-tarde GNDL 3-dizer NAT-PST-DBT 3-para PL  
 'Boa tarde, (os convidados) disseram para ela (a onça).'
- (29b) *zane-karuk aipo i-'i ze-k-aipo zàwàruhu wa-nupe a'e nò*  
 1PL.INCL-tarde DBT 3-dizer NAT-PST-DBT onça PL-para 3 MNT  
 'Boa tarde, a onça disse também para eles.'

Pode-se afirmar que o motivo de a partícula *no* ocorrer em (29b) tem a ver com o fato de que esta predicação repete o evento da oração (29a), alterando apenas seu sujeito. Assim, nesses exemplos, conserva-se o evento e modifica-se o seu sujeito. Veja-se a seguir outros exemplos retirados da mesma narrativa, em que o evento é mantido:

- (30a) *i-ma'eahy ze-k-aipo a'e r-upi w-ixe o-ho ywykwar ø-pupe*  
 3-doente NAT-PST-DBT lá RLT-em 3-entrar 3-ir buraco RLT-dentro  
 '(A onça) adoeceu e por isso entrou num buraco.'
- (30b) *na'e w-ixe o-ho wywykwar ø-pupe a'e wà nò*  
 então 3-entrar 3-ir buraco RLT-dentro 3 PL MNT  
 'Então (as primeiras caças) entraram no buraco também.'

- (30c) *w-ixe miar o-ho a'e wà nq*  
3-entrar caça 3-ir 3 PL MNT  
'As caças (as últimas) entraram (no buraco) também.'

Pode-se perceber que os exemplos em (30) ilustram um contexto no qual o mesmo evento, *oho ywykwar pupe* 'entrar no buraco', foi realizado por diferentes personagens da narrativa. Por haver essa repetição, a segunda e a terceira ocorrências do evento repetido recebem a partícula *no*. Por fim, nos exemplos (31), diferentemente dos anteriores, além da manutenção do evento, conservam-se ainda os sujeitos da predicação:

- (31a) *u-zuka awa zàwàruhu u-zuka tapi'ir nq*  
3-matar homem onça 3-matar anta MNT  
'O homem matou a onça. Matou a anta também.'

- (31b) *o-mono u-kamir i-zupe u-ku'a-pixi-haw nq*  
3-dar 3-camisa 3-para 3-cinto-amarrar-NOML MNT  
'Ele lhe deu sua camisa e seu cinto também.' (Harrison, Carl; Harrison, Carole, 2013, p. 94)

## PFS<sub>5</sub>

Por fim, são apresentadas a seguir as partículas de gênero, que se encaixam na definição de *genderlects*, termo inicialmente proposto por Tannen (1990) e utilizado *a posteriori* por Rose (2013, 2015), referindo-se a línguas indígenas da América do Sul. A chamada *Genderlect Theory* tem o intuito de evidenciar que tanto homens quanto mulheres de uma dada comunidade, apesar de falarem a mesma língua, falam, contudo, diferentes dialetos. De acordo com Tannen (1990), cada gênero tem um conjunto de vocabulário e temas preferidos (muitas vezes inconscientes), que resultarão em diferenças em vários domínios, tais como na fonologia, no léxico e na morfologia. Nesse sentido, em Tenehehára, ocorrem partículas cuja função gramatical é marcar o gênero dos interlocutores, do falante e do ouvinte. Elas podem ser divididas em duas séries: uma com formas usadas por falantes do sexo masculino e outra com formas usadas por pessoas do sexo feminino, conforme o Quadro 5.

Quadro 5. Partículas de gênero (*genderlects*).

| Ouvinte     | Falante        |                 |
|-------------|----------------|-----------------|
|             | Masculino      | Feminino        |
| Masculino   | <i>ty (wà)</i> | <i>'y</i>       |
| Feminino    | <i>zàkwà</i>   | <i>kyn (wà)</i> |
| Não marcado | <i>pa / xe</i> | <i>ma</i>       |

De acordo com Seki (2000), em relação ao Kamaiurá (família Tupí-Guaraní), algumas dessas partículas exibem caráter exclamativo e regularmente indicam emoção. De fato, de acordo com os falantes do Tenetehára, algumas dessas partículas têm forte peso emocional. A partícula *zàkwà*, por exemplo, embora tenha a função de marcar uma fala masculina com uma ouvinte mulher, é mais comumente utilizada por homens ao conversarem com suas esposas ou mães. Os exemplos (32) a (35) apresentam usos dessas partículas de gênero.

Diálogo entre um homem e uma mulher

(32) *ne=ø-katu zàkwà*

2SG=RLT-bom GNDL

'Você está bem?'

(33) *he'e ma ne=ø-katu ne no*

sim GNDL 2SG=RLT-bom 2SG MINT

'Sim! Você também está bem?'

Fala de uma mulher para outra mulher

(34) *aipo ne=r-aku kyn*

DBT 2SG=RLT-quente GNDL

'Será que você tem febre?'

(35) *a-kwaw ne=ø-kàg-aw ihe kyn*

1SG-saber 1SG=RLT-forte-NOML 1SG GNDL

'Eu sei que você é forte.'

Além do mais, note, nos exemplos (36) e (37), que, quando uma partícula de *genderlect* é utilizada em uma construção encabeçada pela conjunção *ta'e* 'porque', emerge a partícula *xe* para marcar o turno de falante do gênero masculino e a partícula *kyn* nos contextos em que a falante é mulher.

(36) *e-ze'eg zo ta'e kwarer u-zeapyaka wa-iko wà xe*

2IMP-falar NEG porque menino 3-escutar 3PL-estar PL GNDL

'Não fale agora, porque os meninos estão escutando.' (homem falando)

(37) *e-ze'eg zo ta'e kwarer u-zeapyaka wa-iko wà kyn*

2IMP-falar NEG porque menino 3-escutar 3PL-estar PL GNDL

'Não fale agora, porque os meninos estão escutando.' (mulher falando com outra mulher)

Na próxima seção, serão examinados os contextos de coocorrência das PFS e serão investigadas suas restrições de ordenamento.

## RESTRIÇÕES DE ORDENAMENTO

Nos exemplos (38) a (41), foram utilizados testes cujo intuito é analisar a coocorrência de pelo menos duas partículas, a fim de verificar as restrições de ordenamento do agrupamento das PFS e seu escopo. Com fundamento no Programa Cartográfico, foram identificadas, em Tenetehára, cinco classes de PFS, tendo em vista suas posições relativas. Além disso, cada uma delas tem uma posição distinta de soldagem (*Merge*), conforme o princípio 'Um traço, um núcleo', de Kayne (2005), segundo o qual, a cada traço morfosintático, há correspondente um núcleo sintático independente com um *s/ot* específico na hierarquia funcional. Observe os dados e as análises subsequentes:

(38) PFS<sub>1</sub> *a'e* > PFS<sub>2</sub> *ra'a* (leia-se > como 'precede superficialmente')

(38a) ✓ *u-zuka* *awa* *tapi'ir* *a'e* *ra'a*  
 3-matar homem onça 3 DBT  
 'Será que o homem matou a onça?'

(38b) \* *u-zuka* *awa* *tapi'ir* *ra'a* *a'e*  
 3-matar homem onça DBT 3

A gramaticalidade de (38a) em contrapartida com a agramaticalidade de (38b) aponta para o fato de que *a'e* precede *ra'a*. Assim, PFS<sub>1</sub> > PFS<sub>2</sub>. O mesmo expediente metodológico será utilizado a seguir para testar a posição de PFS<sub>2</sub> sobre PFS<sub>3</sub>, e assim por diante.

(39) PFS<sub>2</sub> *nehe* > PFS<sub>3</sub> *kury*

(39a) ✓ *a-zàn-putar* *nehe* *kury*  
 1SG-correr-PROX INT CHNG  
 'Eu vou correr agora.'

(39b) \* *a-zàn-putar* *kury* *nehe*  
 1SG-correr-PROX CHNG INT

A boa formação de (39a), por um lado, mediante a má formação de (39b), por outro, indica que a partícula *nehe* (da mesma classe de *ra'a* e outras PFS<sub>2</sub>) deve vir antes da partícula *kury*, determinando o ordenamento: *a'e* > *nehe* > *kury*. Dessa maneira, PFS<sub>1</sub> > PFS<sub>2</sub> > PFS<sub>3</sub>.

(40) PFS<sub>3</sub> *kury* > PFS<sub>4</sub> *no*

(40a) ✓ *u-hem* *kuzà* *kury* *no*  
 3-chegar mulher CHNG MNT  
 'De repente, a mulher chegou também.'

(40b) \* *u-hem* *kuzà* *no* *kury*  
 3-chegar mulher MNT CHNG

A comparação entre os exemplos (40a) e (40b) tem o intuito de demonstrar que o item *kury* deve vir antes da unidade gramatical *no* na ordem superficial das sentenças em que eles coocorrem. Por conseguinte, por transitividade, chega-se ao extrato hierárquico: PFS<sub>1</sub> > PFS<sub>2</sub> > PFS<sub>3</sub> > PFS<sub>4</sub>.

(41) PFS<sub>4</sub> *no* > PFS<sub>5</sub> *ty*

(41a) ✓ *a-exak* *kuzà* *no* *ty*  
1sg-ver mulher MNT GNDL

'Eu vi a mulher também.' (homem falando para outro homem)

(41b) \* *a-exak* *kuzà* *ty* *no*  
1sg-ver mulher GNDL MNT

Por fim, a gramaticalidade de (41a) em comparação com a agramaticalidade de (41b) certifica que *no* precede *ty*. Dessa forma, combinando os resultados parciais do teste de precedência visto até agora, chega-se à seguinte hierarquia: PFS<sub>1</sub> > PFS<sub>2</sub> > PFS<sub>3</sub> > PFS<sub>4</sub> > PFS<sub>5</sub>.

Em (42), há respaldo para o ordenamento apresentado progressivamente por meio dos exemplos de (38) a (41), em que se evidencia um representante de cada grupo de partículas coocorrendo na mesma sentença.

(42) PFS<sub>1</sub> *a'e* > PFS<sub>2</sub> *nehe* > PFS<sub>3</sub> *kury* > PFS<sub>4</sub> *no* > PFS<sub>5</sub> *ma*

✓ *u-hem-putar* *Tukàn* *tàpuz* *ø-me* *a'e* *nehe* *kury* *no* *ma*  
3-chegar-PROX Tukàn casa RLT-em 3 INT CHNG MNT GNDL

'O Tukàn vai chegar em casa agora também.' (fala feminina)

Na próxima seção, os dados linguísticos apresentados nos tópicos anteriores são interpretados, tendo como suporte os trabalhos de Cinque (1999, 2006, 2009, 2010, 2013, 2017), Kayne (1994), Koopman e Szabolcsi (2000) e Chomsky (2001).

## DA DERIVAÇÃO DAS SENTENÇAS ENVOLVENDO PFS DA LÍNGUA TENETEHÁRA

Conforme foi mencionado na introdução deste artigo, nosso objetivo é analisar teoricamente as PFS em Tenetehára. Estas partículas são formadas por um conjunto de itens que ocorrem em uma posição sintática rígida em posição sentencial final, como já delineado. Tendo em vista a distribuição relativa dessas partículas, suas restrições sintáticas e suas implicações semântico-funcionais, a proposta deste artigo é de que as PFS entram na derivação na posição do núcleo funcional (X°) semanticamente correspondente na Hierarquia de Cinque (1999), conforme descrição do inventário dessas PFS. Portanto, estas partículas não são inseridas (*Merged*) em posição de Spec, como se fossem AdvPs. Além disso, tomando ainda como ponto inicial a 'explosão' das projecções sintáticas de IP/CP no espírito da Cartografia Sintática (Cinque, 1999; Kayne, 2005; Cinque; Rizzi, 2010), propomos que as PFS, em Tenetehára, realizam núcleos sintáticos no domínio de TP, que correspondem a posições rígidas e fixas na estrutura.

Propomos, assim, que a linearização das partículas à margem direita da sentença, nessa língua, seja o resultado do movimento de uma partícula mais baixa, *i.e.*, de uma das PFS<sub>i</sub> instanciadoras de concordância, a um especificador da projecção que domina imediatamente a partícula mais alta na hierarquia, *i.e.*, PFS<sub>2</sub>, PFS<sub>3</sub> etc. Um indício de que esta seja a derivação correta pode ser vislumbrado pelas seguintes propriedades morfossintáticas do Tenetehára: primeiramente,

o complexo verbal formado pelo V temático mais sufixos aglutinantes é ‘fechado’ pela negação verbal, conforme (43), curiosamente uma categoria funcional que, de acordo com Cinque (1999, cap. 5), não tem lugar fixo na hierarquia universal de projeções funcionais<sup>14</sup>. Em segundo lugar, a concordância aparece justamente como sendo a primeira partícula no início da nova fase, sendo o elemento que desencadeará a derivação – a ‘força motriz’, no espírito de Cinque (2009, 2013). Observe-se em (43) um dado em que a negação ‘fecha’ o V temático.

- (43) *n-u-mu-zahak-kwaw*    *kuzà*    *u-memyr*    *a’e*    *wà*  
NEG-3-CAUS-banhar-NEG    mulher    CORR-filho    3    PL  
‘A mulher não deu banho nos filhos.’

Em Cinque (1999), a concordância é referida como sendo, ao lado da Negação, a categoria funcional que não tem posição fixa na hierarquia de categorias funcionais da oração. Contudo, há aqui indícios interessantes para propor que, na língua Tenetehára, a negação marca a margem da fase baixa (vP) e a concordância o início da zona, na Hierarquia de Cinque (1999), correspondente à fase alta (CP). Isso é corroborado pelo fato de a negação e as PFS<sub>i</sub>s aparecerem imediatamente à direita do complexo verbal. Observe-se o seguinte exemplo em que ocorre o lexema verbal *ze’eg* ‘falar’ e a unidade gramatical de negação imperativa *zo*:

- (44) *e-ze’eg*    *zo*    *ta’e*    *kwarer*    *u-zeapyaka*    *w-aiko*    *wà*    *xe*  
2IMP-falar    NEG    porque    menino    3-escutar    3-estar    PL    GNDL  
‘Não fale agora, porque as crianças estão escutando.’ (homem falando)

Conforme foi mostrado nas seções anteriores, as PFS são linearizadas como ‘morfemas livres’ ao final da sentença, o que sugere uma derivação que envolve movimento sintagmático (não nuclear) da PFS mais baixa, *i.e.*, PFS<sub>i</sub>. Tendo em vista os exemplos apresentados nas seções anteriores, o ‘lugar’ em que essas partículas entram na derivação é justamente acima da fase baixa, vP. Fechado o ciclo da fase de vP com a negação, se presente, um morfema de concordância passa a ser a ‘força motriz’ (no sentido de Cinque, 2009, 2017) do movimento sintático iniciado pelo lexema verbal que foi juntando às categorias funcionais da fase baixa (Tempo, Aspecto etc.). Esse expediente derivacional é ilustrado em (27) e (30b), reproduzidos a seguir como (45) e (46), respectivamente. A concordância (*Agr*), morfofonologicamente realizada por *ne* em (45) e por *a’e* em (46), desempenha um papel importante na derivação dessas ocorrências, marcando a fronteira ‘baixa’, *i.e.*, o TP (o início) da fase alta (CP), passando a ser a força motriz do movimento, conforme a seguir:

- (45) *màràn*    *t-eko-haw*    *ø-pe*    *re-ata*    *ne*    *kury*  
quantos    3G-estar-NOML    RLT-em    2SG-andar    2SG    CHNG  
‘Em quantas aldeias você já esteve?’

<sup>14</sup> Neste artigo, conjectura-se que a negação entre, na derivação, na borda da fase, *i.e.*, na borda de vP. Há razões para supor que essa fase corresponda a uma posição relativamente alta do *middle field*, *i.e.* TP (T<sub>Past</sub> ou T<sub>Future</sub>), uma vez que a negação verbal aparece imediatamente à direita de um sufixo verbal de tempo (passado/futuro). As PFS não podem se aglutinar ao lexema verbal como as partículas de tempo, por exemplo – por hipótese, as categorias da fase baixa em Tenetehára.

- (46) *na'e w-ixe o-ho wywykwar ø-pupe a'e wà no*  
 então 3-entrar 3-ir buraco RLT-dentro 3 PL MNT  
 'Então (as primeiras caças) entraram no buraco também.'

Tendo em vista a descrição das PFS feita até o momento, cabe agora propor, no espírito de Cinque (2009, 2013, 2017) – e revisitado aqui com elementos de Kayne (1994, seção 5) e Koopman e Szabolcsi (2000) – uma derivação para as ocorrências do Tenetehára (envolvendo PFS).

Aventa-se aqui a hipótese de que as PFS sejam inseridas em posição nuclear na derivação, nucleando, portanto, as projeções semanticamente correspondentes na Hierarquia de Cinque (1999). Por exemplo, a PFS de modalidade epistêmica *ra'a* (que indica dúvida), aqui classificada como PFS<sub>2</sub>, seria inserida no núcleo da modalidade epistêmica de Cinque (1999), projeção que domina imediatamente a projeção de T<sub>Past</sub>. Abaixo, é retomado o exemplo (12), representado como (47), em que essa partícula aparece justamente à direita do morfema de concordância *a'e*, uma categoria *Agr*.

- (47) *o-ho-putar Hikar Amarante ø-pe a'e ra'a*  
 3-ir-PROX Hikar Amarante RLT-para 3 DBT  
 'Não se sabe se o Hikar vai para Amarante.'

Para derivar (47), o VP, nucleado pelo lexema verbal *ho* 'ir', move-se ao especificador acima da projeção máxima responsável pelo aspecto proximativo *putar*, fazendo o *pied-piping* – no modo *pictures-of-whom* de *pied-piping* (Cinque, 2005, 2009) – do morfema {*o-*}, que nucleia a projeção do argumento externo. Assim, a projeção AgentP (mnemônica para projeção do agente) é carregada junto com o VP para um especificador acima da projeção do aspecto proximativo, tão logo *putar* entra na derivação, nucleando o AspProximative da Hierarquia de Cinque (1999). Não tendo categorias mais altas de TP, a fase baixa se fecha com o *Merge* de *putar*. Esses passos da derivação são apresentados na Figura 1, a seguir<sup>15</sup>.

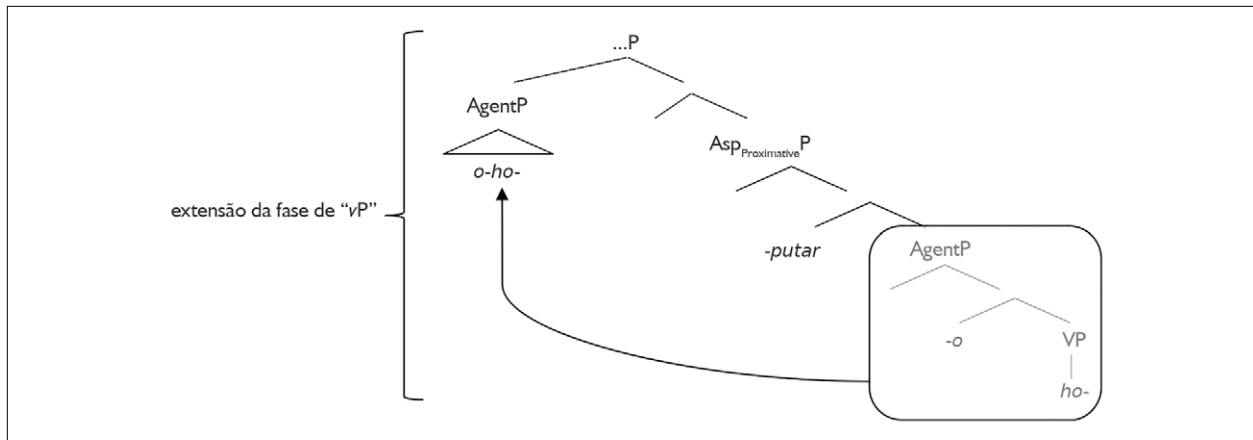


Figura 1. Da derivação de (47): fase baixa.

<sup>15</sup> A derivação das ocorrências da língua Tenetehára combina elementos de Kayne (1994, seção 5), Cinque (1999, cap. 3), Koopman e Szabolcsi (2000) com a proposta de derivação por fases de Chomsky (2001).

Fechado o ciclo da fase baixa, a derivação continua, desta vez com o *Merge* do morfema de concordância de 3ª pessoa *a'e*, inserido logo acima, na borda do vP. Será *a'e*, agora, a força motriz do movimento que carregará as PFS a posições mais altas<sup>16</sup>. Uma vez que esse morfema passa a ser a força motriz, tão logo entre na derivação, ele assume a tarefa de desencadear o movimento de seu complemento – o remanescente – para o especificador de um núcleo inserido acima. Tal expediente é similar ao procedimento de '*pushing up*', de Koopman e Szabolcsi (2000), detalhado na Figura 2. Isolada, então, a concordância, ela pode agora se mover a um especificador acima de cada PFS (se presente na numeração), a exemplo do lexema verbal (cuja derivação foi representada na Figura 1). Uma vez que há, em (47), duas PFS, sendo uma delas a concordância (PFS<sub>1</sub>), dessa vez a força motriz do movimento no domínio da fase de CP é a PFS<sub>1</sub>, *a'e* (Figura 2), que desencadeará o movimento ao especificador acima da projeção nucleada pela PFS epistêmica *ra'a* (Figura 3).

Na sequência, o complemento de *ra'a*, i.e., *o-ho-putar*, move-se a um especificador acima, derivando, portanto, *o-ho-putar... a'e ra'a*.

Derivada a ocorrência (47), faz-se necessário explicitar como o mecanismo derivacional aqui proposto dá conta de casos complexos, como os descritos na seção que aborda as restrições de ordenamento das PFS em que há a coocorrência de, por exemplo, cinco PFS, cada uma pertencente a um dos subgrupos de PFS descritos na seção de apresentação de dados. Veja-se, então, a sentença (42), repetida a seguir como (48).

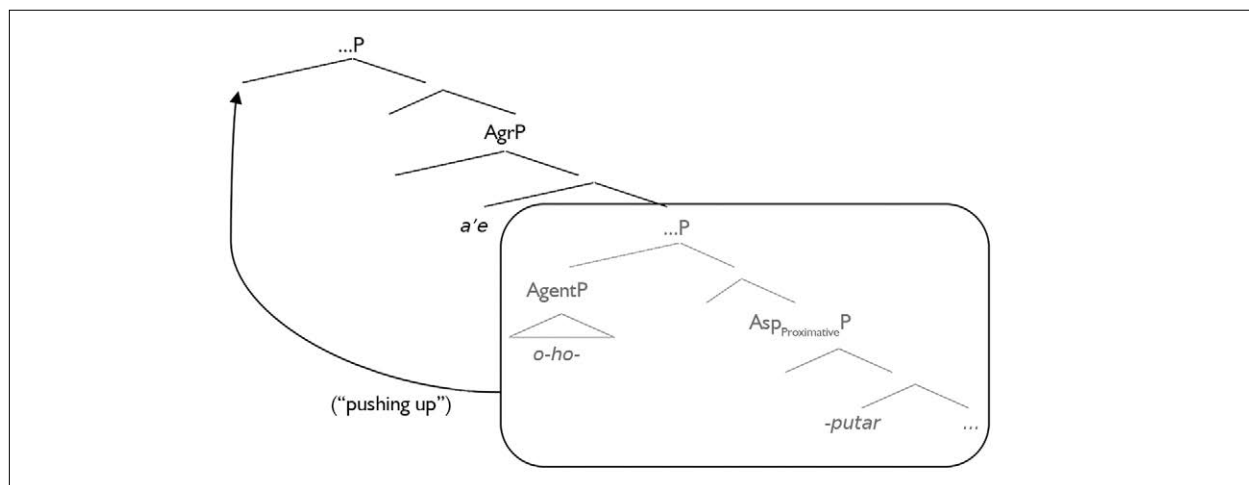


Figura 2. Da derivação de (47): *Merge* da partícula de concordância *a'e*.

<sup>16</sup> Cinque (1999, p. 187) apresenta o dado em (i), do coreano, que pode iluminar a discussão geral abordada aqui. O coreano é uma língua aglutinante. Há, nesta língua, não obstante seu comportamento aglutinante, sufixos 'livres' que, uma vez inseridos, não toleram afixação ulterior, como o sufixo {-mos} (um núcleo modal 'negativo') que, em (i), bloqueia a adjunção de *ka*, o lexema verbal. Ora, diante dos dados apresentados para o Tenetehára, não é difícil concluir que a razão para {-mos} não tolerar afixação ulterior possa ser interpretada à luz da Abordagem por Fases. Assim, {-mos}, como os morfemas negativos do Tenetehára, 'fecharia' a fase baixa, impedindo que o lexema verbal se juntasse a núcleos superiores. O coreano opta, então, pelo *Merge* de um auxiliar, *ha* ('fazer'), que passará a ser a força motriz do movimento já na fase de CP, adjungindo-se aos sufixos de passado e de modalidade declarativa {-ess-} e {-ta}, respectivamente.

(i) *Chelswu-nun keki ka-ci mos ha-ess-ta*  
Chelswu-TOP lá ir-ci poder.NEG fazer-PST-DECL  
'Chelswu não poderia ir lá.'

Diferentemente do coreano, o Tenetehára não recorre a 'auxiliares', uma vez fechada a fase baixa. Morfemas de concordância passam a desenvolver o papel de força motriz do movimento, 'carregando' as PFS que entrarão ulteriormente na derivação.



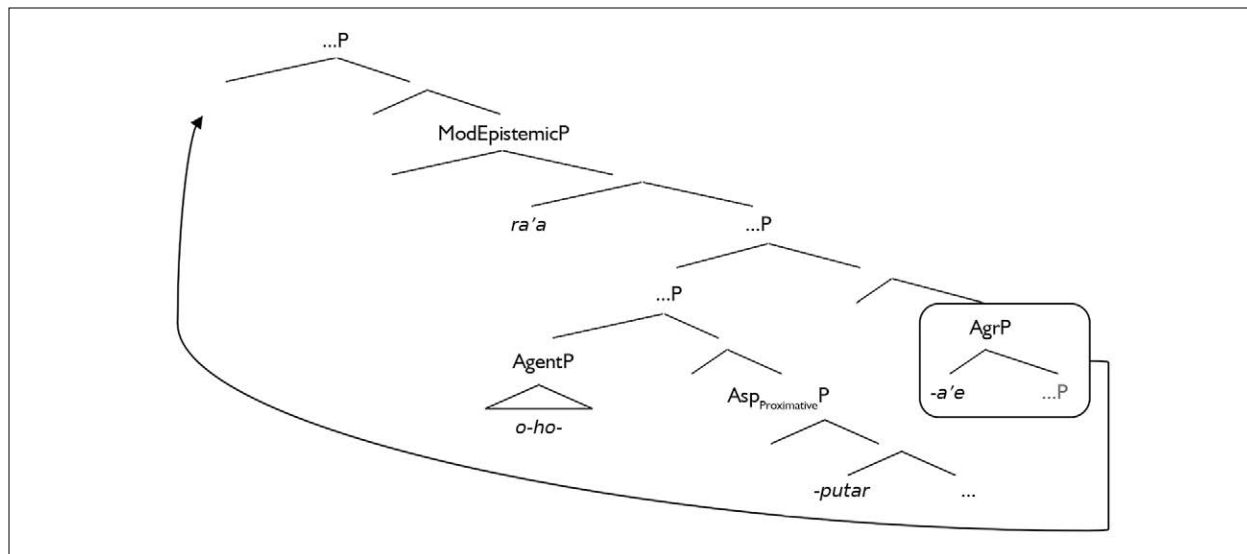


Figura 3. Da derivação de (47): *Merge* do morfema epistêmico *ra'a*.

(48) PFS<sub>1</sub> *a'e* > PFS<sub>2</sub> *nehe* > PFS<sub>3</sub> *kury* > PFS<sub>4</sub> *no* > PFS<sub>5</sub> *ma*

*u-hem-putar Tukàn tàpuz ø-me a'e nehe kury no ma*

3-chegar-PROX Tukàn casa RLT-em 3 INT CHNG MNT GNDL

'O Tukàn vai chegar em casa agora também.' (fala feminina)

A derivação da sentença acima envolve primeiramente o *Merge* do VP *hem* 'chegar', seguido pelo *Merge* do afixo {*u-*}, de terceira pessoa, que é carregado junto com o VP – no modo *pictures-of-whom* de *pied-piping* (i.e., sem inversão de ordem) – a um especificador acima da projeção nucleada pela partícula de aspecto proximativo *putar* (Figura 4).

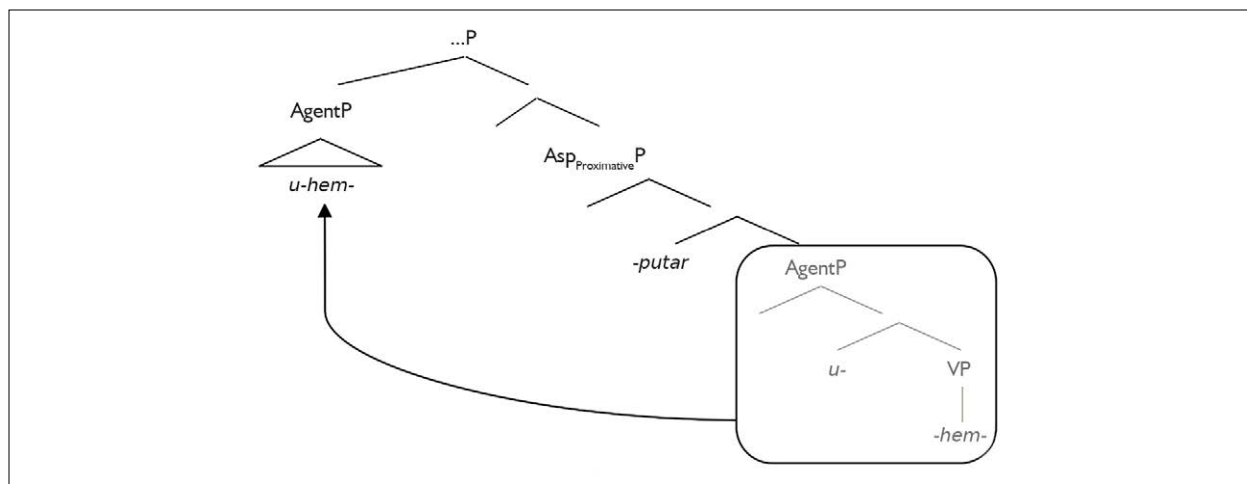


Figura 4. Da derivação de (48): fase baixa.

À parte detalhes irrelevantes concernentes ao *Merge* dos sintagmas *Tukàn* e *tàpuz*, está ‘fechado’, então, o ciclo da fase baixa, vP. A derivação continua agora com o *Merge* das PFS, iniciando-se com o *Merge* da partícula mais baixa (PFS<sub>1</sub>), *a’e*, que nucleia uma projeção de concordância, inserida na borda da fase baixa. Segue-se o movimento do remanescente (o complemento de *a’e*), i.e., *u-hem-putar*, que tem o efeito de isolar *a’e*, que se moverá não nuclearmente, mas como sintagma, com estatuto de forma livre, portanto. Na sequência, tem-se o *Merge* da PFS<sub>2</sub>, *nehe*, que desencadeia o *Merge* de novo núcleo acima, e o movimento ulterior da projeção de concordância nucleada pela PFS<sub>1</sub> *a’e* (Figura 5). Novamente, o complemento da PFS é movido como remanescente para o especificador da projeção dominante (Figura 6).

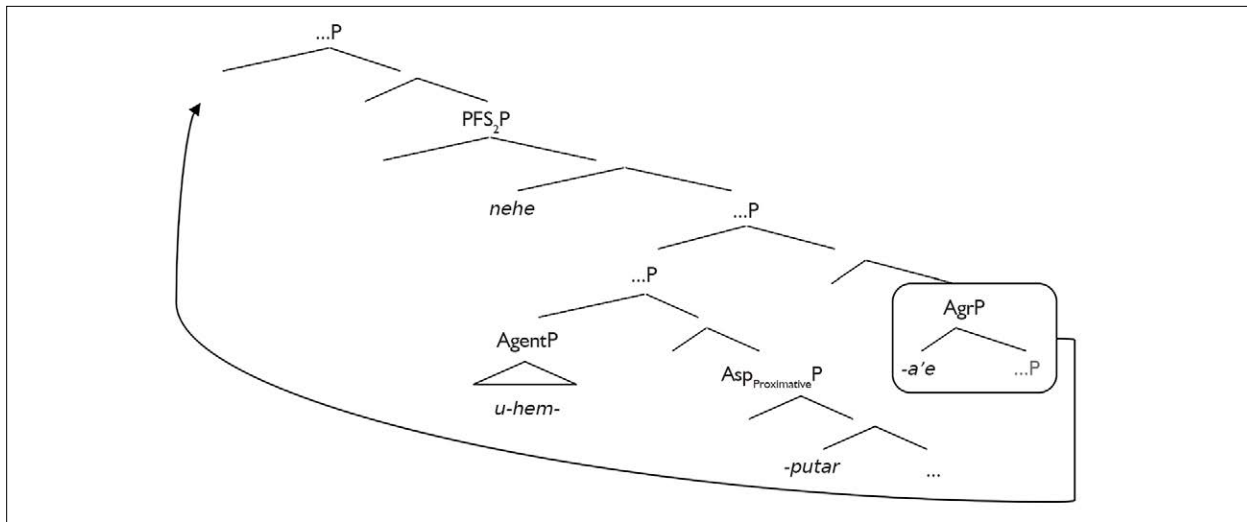


Figura 5. Da derivação de (48): *Merge* da PFS<sub>2</sub> *nehe*.

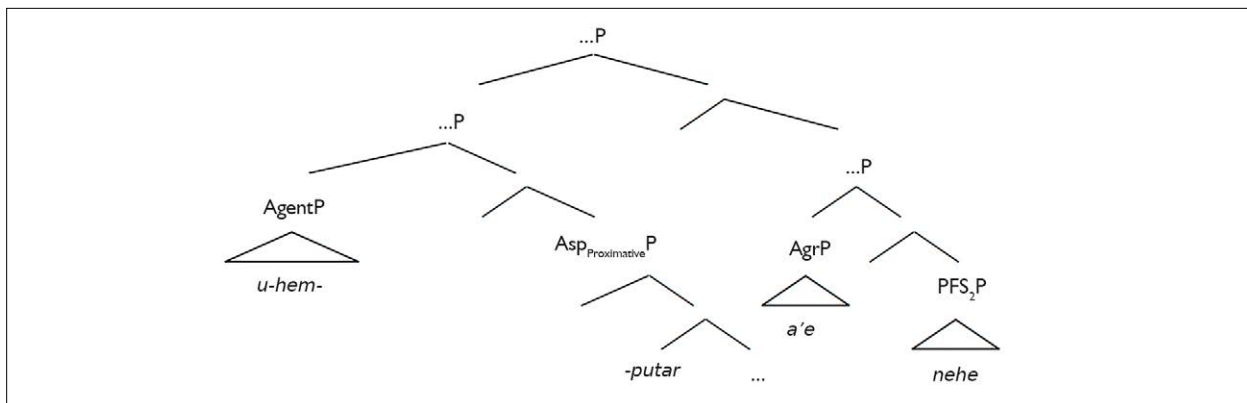


Figura 6. Da derivação de (48): *pushing up* do remanescente *u-hem-putar*.

O passo seguinte é o *Merge* da PFS<sub>3</sub> *kury* no núcleo imediatamente acima. A inserção de *kury* desencadeia, à semelhança do *Merge* da PFS<sub>2</sub> *nehe*, o movimento da força motriz (encabeçada agora pelo complexo *a’e nehe*), conforme a Figura 7, ao qual segue, como esperado, o movimento do remanescente *u-hem-putar* (Figura 8).

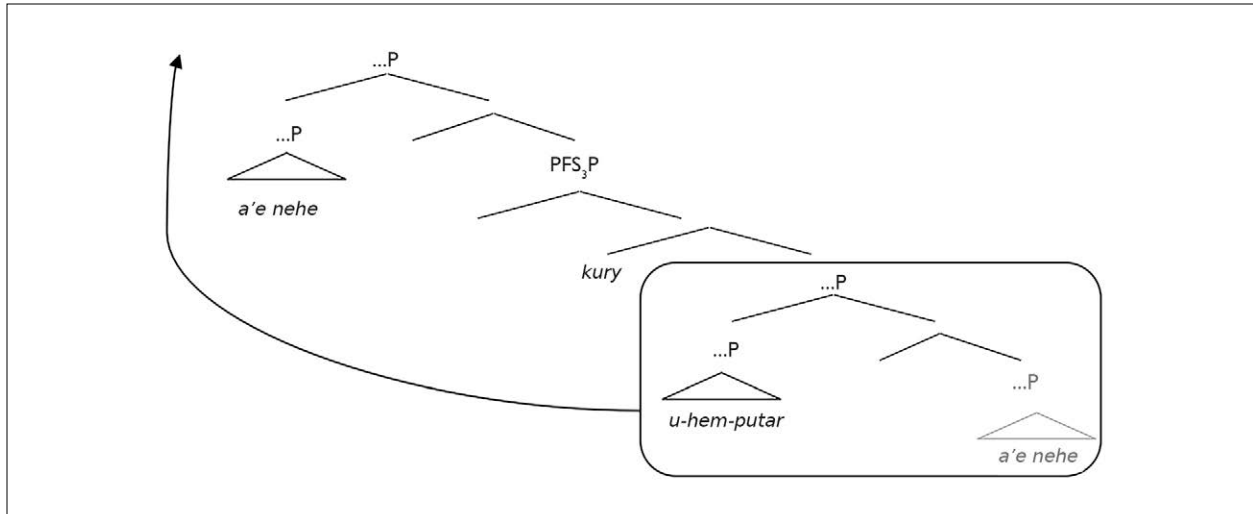


Figura 7. Da derivação de (48): *Merge* de *kury* e movimentos associados (I).

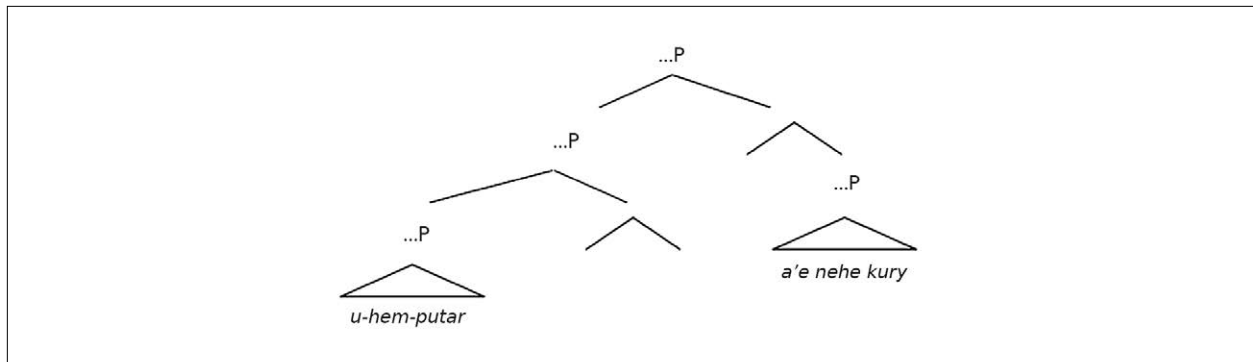


Figura 8. Da derivação de (48): *Merge* de *kury* e movimentos associados (II).

Segue-se o *Merge* da  $PFS_4$  *no*, que desencadeia o movimento do complexo de partículas [ $_{PFS1}$  *a'e* [ $_{PFS2}$  *nehe* [ $_{PFS3}$  *kury*]]] a um núcleo acima (Figura 9), seguido pela subida do remanescente *u-hem-putar* (Figura 10).

A próxima e última partícula a entrar na derivação é a  $PFS_5$  *ma*, de gênero feminino, que, à semelhança das outras PFS, desencadeia o movimento do complexo formado pelas partículas anteriormente inseridas, a saber: *a'e nehe kury no*. Tais PFS, conforme foi visto, ocupam posições rígidas, linearizando-se ao fim da sentença em uma ordem que corresponde à imagem especular dessas categorias na Hierarquia de Cinque (1999). Na sequência, o complexo formado pelo lexema verbal e sufixos aglutinativos é movido como remanescente (Figura 11), derivando, portanto, (48).

A riqueza dos dados da língua Tenetehára, interpretada, agora, à luz desses dois ingredientes teórico-conceituais principais (Cartografia de Cinque e Abordagem Derivacional por Fases), permite uma compreensão abrangente do complexo sistema gramatical ('misto') da projeção estendida do verbo ou da oração em Tenetehára.

O mecanismo derivacional proposto aqui guardaria alguma semelhança com o sistema de Duarte (2012) sobre a língua Tenetehára. Este autor, ao examinar principalmente as partículas de segunda posição e as orações

encaixadas, propõe que essa língua exibe um movimento de predicado (possivelmente *vP*) para a posição de especificador de TP<sup>17</sup>.

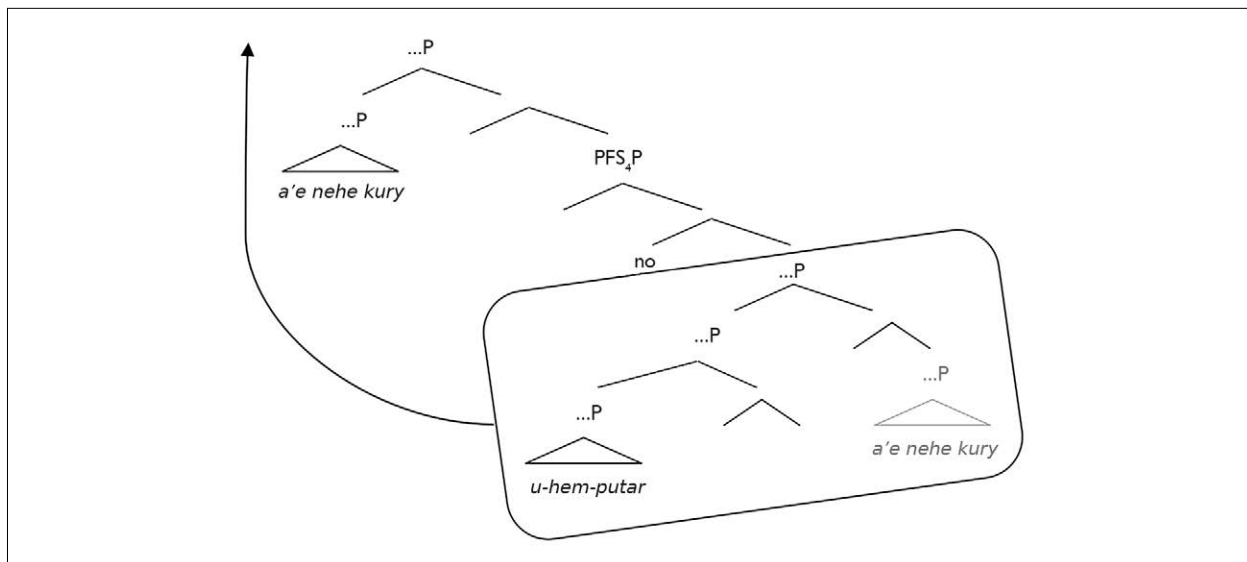


Figura 9. Da derivação de (48): *Merge* de *no* e movimentos associados (I).

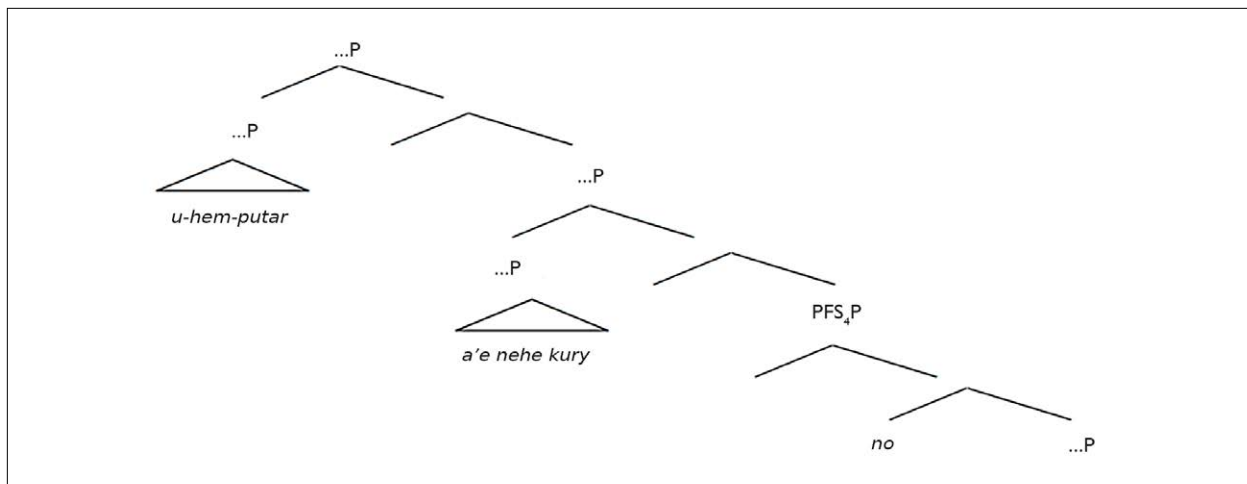


Figura 10. Da derivação de (48): *Merge* de *no* e movimentos associados (II).

<sup>17</sup> Há ainda, para outras línguas Tupí-Guaraní, investigações formais sobre a periferia esquerda da sentença, como pode ser visto em Thomas (2018), para a língua Mbyá, e também em Seki e Nevins (2018), para a língua Kamaiurá. No primeiro trabalho, o autor investiga diferentes tipos de atos de fala encaixados na língua Mbyá, que ele denomina como imperativos encaixados. O autor examina as estruturas imperativas encaixadas como instâncias recursivas do núcleo funcional ForceP, que denota um tipo de semântica conhecido como Ato de Fala Potencial. No segundo, os autores assumem que as partículas de tipo complementizador em Kamaiurá devem ser analisadas em termos de projeções funcionais distintas, e não simplesmente como recursividade de CP. Assim, eles adotam uma proposta cartográfica para a periferia esquerda da sentença, com a qual é possível capturar as distribuições dessas partículas com os tipos de complementos com as quais coocorrem.

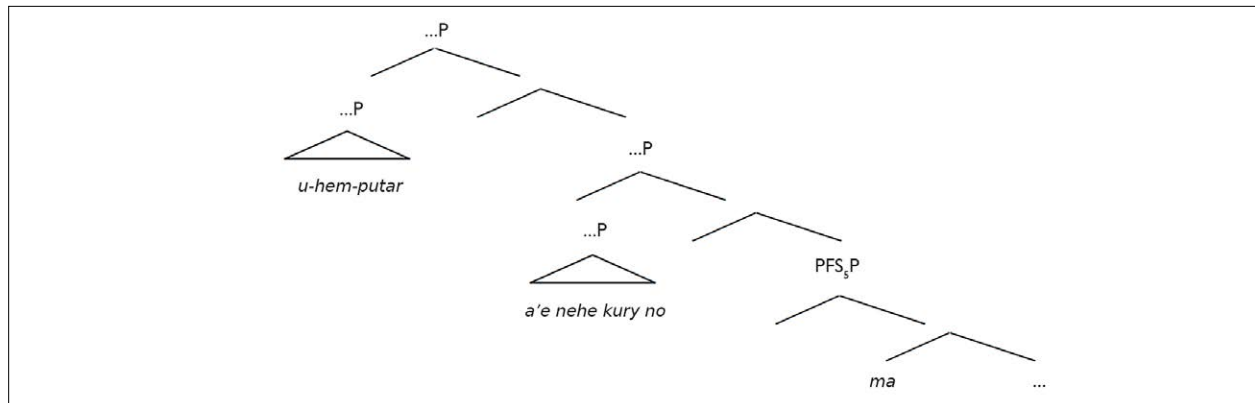


Figura 11. Da derivação de (48): *Merge* de **ma** e movimentos associados.

A discussão aqui apresentada tem o mérito de integrar harmoniosamente duas propostas teóricas recentes da Teoria de Princípios e Parâmetros: a Hierarquia de Cinque (1999) e a Abordagem de Derivação por Fases (Chomsky, 2001). Análises alternativas que consideram as PFS, em Tenetehára, como adjunções de advérbios à direita seriam insustentáveis por duas razões empíricas: (i) advérbios não são linearizados à direita nas sentenças do Tenetehára e (ii) as partículas da classe das PFS estão em distribuição complementar com outras partículas da mesma classe.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso neste artigo se iniciou com uma descrição pormenorizada do inventário de PFS do Tenetehára (tanto na “Introdução” como na seção de descrição dos dados). Na seção que tratou das restrições de ordenamento das PFS, foi mostrado que elas se ordenam rigidamente, respeitando a hierarquia universal de Cinque (1999).

Os dados do Tenetehára, interpretados à luz da Abordagem de Derivação por Fases (Chomsky, 2001), combinada com ingredientes cartográfico-cinqueanos acerca da estrutura da oração e sua derivação, permitem-nos sugerir que, na verdade, *Neg* e *Agr* não teriam uma posição ‘livre’ na hierarquia das categorias gramaticais da oração, conforme conjecturado por Cinque (1999). Antes, essas categorias entram na derivação justamente ao final e início de uma fase<sup>18</sup>. Assim, *Neg*, se presente na derivação, marca a margem da fase baixa ( $\nu P$ ), que, em Tenetehára, é bem alta (correspondendo a  $T_{Past}$ ). *Agr*, aqui representado pelas  $PFS_1$ , entra na derivação justamente quando o ciclo da fase baixa é enviado para as interfaces, ou seja, em posições do *middle field* (i.e. TP/IP) que já contam no cálculo da fase alta, CP.

O mergulho aqui feito nos dados da projeção estendida do verbo ou da oração, em Tenetehára, sobretudo nos dados sobre as PFS, permitiu unificar harmoniosamente duas grandes correntes da Teoria de Princípios e Parâmetros, a saber: a Derivação por Fases (Chomsky, 2001) e a Hierarquia Universal Cartográfica (Cinque, 1999). Isso sugere, à semelhança do que já tem sido proposto por vários autores (Cinque; Rizzi, 2010 e referências lá citadas), a compatibilidade desses dois programas de investigação (Cartografia e Minimalismo).

Adicionalmente, será necessário, em investigação ulterior, determinar a posição relativa das  $PFS_2$  entre si, uma vez que, sob esse mesmo rótulo, são propostas neste artigo categorias que, a julgar pela Hierarquia de Cinque (1999),

<sup>18</sup> Pelo menos em Tenetehára. Ver também nota 16, com nossa interpretação sobre os dados do coreano, apresentados em Cinque (1999).

espera-se, possam coocorrer. Se tal coocorrência for rejeitada por falantes de Tenetehára, abre-se caminho a uma investigação semântica que seja capaz de explicar por que determinadas ocorrências, legitimadas pela morfossintaxe, são rejeitadas por falantes dessa língua.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi apresentado, pelo primeiro e segundo autores, inicialmente no “Encontro de Partículas”, na Universidade de Brasília (UnB), em Brasília (dezembro de 2013), realizado pelo Núcleo de Tipologia Linguística (NTL/UnB). Agradecemos aos comentários das vozes que se pronunciaram. Em uma nova versão, com algumas alterações, a pesquisa foi também apresentada no “Encontro sobre sintaxe cartográfica: teoria e experimentação” (1º SINCAR), na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro (agosto de 2018), pelos dois primeiros autores. Na ocasião, o terceiro autor fez vários comentários à versão apresentada. O debate muito entusiasmado do evento do Rio de Janeiro rendeu o presente artigo, com importantes contribuições do terceiro autor, que se uniu ao grupo. Parte desta investigação foi desenvolvida durante os trabalhos de campo realizados nas Terras Indígenas Caru e Arariboia, localizadas no estado do Maranhão, entre os anos de 2010 e 2018. Gostaríamos de agradecer o importante apoio do povo indígena Guajajara, que tem nos ajudado no levantamento dos dados linguísticos que compõem esta pesquisa. Agradecemos ainda à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), cujas pesquisas desenvolvidas por Aquiles Tescari Neto (Processo 2016/20853-6) e Ricardo Campos Castro – processos 2017/09615-9 (Brasil) e 2018/06203-4 (EUA) – iluminaram questões teóricas aqui desenvolvidas. Por fim, agradecemos também ao Grupo de Pesquisa em Educação na Amazônia da Universidade Federal de Rondônia (GPEA/UNIR), pelo suporte e apoio às pesquisas desenvolvidas pelo primeiro autor deste artigo.

## ABREVIATURAS

|      |                          |      |                         |      |                       |
|------|--------------------------|------|-------------------------|------|-----------------------|
| 1    | primeira pessoa          | DSLC | afixo verbal que indica | NAT  | partícula evidencial  |
| 2    | segunda pessoa           |      | o deslocamento de um    |      | que indica uma        |
| 3    | terceira pessoa          |      | argumento nuclear       |      | situação não atestada |
| AT   | partícula evidencial     | ENF  | marcador de ênfase      |      | pelo falante          |
|      | que indica uma situação  | EXCL | exclusivo               | NEG  | negação               |
|      | atestada pelo falante    | FOC  | foco                    | NOML | nominalizador         |
| CAUS | causativo                | FUT  | futuro                  | PL   | plural                |
| CERT | modalidade epistêmica    | G    | genérico                | PROX | aspecto proximativo   |
|      | de certeza               | GNDL | partícula de gênero     | PSB  | modalidade eventiva   |
| CHNG | partícula que indica uma |      | ( <i>genderlect</i> )   |      | de possibilidade e    |
|      | mudança de estado ou     | IMP  | imperativo              |      | permissão             |
|      | asserção                 | INCL | inclusivo               | PST  | passado               |
| CORR | correferencial com       | INT  | modalidade eventiva     | REP  | aspecto repetitivo    |
|      | o sujeito                |      | de intenção             | RLT  | prefixo relacional    |
| DBT  | modalidade epistêmica    | INTS | aspecto intensivo       | RPST | passado recente       |
|      | de dúvida                | MNT  | partícula que indica    | SG   | singular              |
| DECL | declarativo              |      | manutenção de           | TOP  | tópico                |
| DPST | passado distante         |      | estado ou asserção      |      |                       |

## REFERÊNCIAS

- BAKER, Mark. The mirror principle and morphosyntactic explanation. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v. 16, n. 3, p. 373-415, Summer 1985.
- BÉJAR, Susana; REZAC, Milan. Cycle agree. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v. 40, n. 1, p. 35-73, Winter 2009. DOI: <https://doi.org/10.1162/ling.2009.40.1.35>.
- BOUDIN, Max Henry. **Dicionário de Tupi Moderno**: dialeto tembé-tênêthara do alto rio Gurupi. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1966.
- CALDAS, Raimunda Benedita. **Aspecto, modo de ação e modalidade na língua Ka'apor**. 2001. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2001.
- CAMARGOS, Quesler Fagundes. **Aplicativização, causativização e nominalização**: uma análise unificada de estruturas argumentais em Tenetehára-Guajajara (família Tupi-Guaraní). 2017. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017a.
- CAMARGOS, Quesler Fagundes. Exploring agreement displacement from the internal to the external argument in the Tenetehára Language (Tupí-Guaraní Family). *Revista Diadorim*, Rio de Janeiro, v. 19, p. 325-342, out. 2017b. Número especial.
- CASTRO, Ricardo Campos. **Morfossintaxe Tenetehára (Tupí-Guaraní)**. 2017. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- CHOMSKY, Noam. Derivation by phase. In: KENSTOWICZ, Michael (ed.). **Ken Hale: a life in language**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 1-52.
- CINQUE, Guglielmo; RIZZI, Luigi. The cartography of syntactic structures. In: HEINE, Bernd; NARROG, Heiko (org.). **The Oxford Handbook of Linguistic Analysis**. New York: Oxford University Press, 2010. p. 51-65.
- CINQUE, Guglielmo. On the status of functional categories (heads and phrases). *Language and Linguistics*, Amsterdam, v. 18, n. 4, p. 521-576, Oct. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1075/lali.18.4.01cin>.
- CINQUE, Guglielmo. Again on tense, aspect, mood morpheme order and the 'mirror principle'. In: SVENONIUS, Peter (ed.). **Functional structure from top to toe**: the cartography of syntactic structures. New York: Oxford University Press, 2014. v. 9, cap. 8.
- CINQUE, Guglielmo. Cognition, universal grammar, and typological generalizations. *Lingua*, Amsterdam, v. 130, p. 50-65, June 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.lingua.2012.10.007>.
- CINQUE, Guglielmo. **The syntax of adjectives**: a comparative study. Cambridge: The MIT Press, 2010. (Linguistic Inquiry Monograph Fifty-Seven).
- CINQUE, Guglielmo. The fundamental left-right asymmetry of natural languages. In: SCALISE, Sergio; MAGNI, Elisabetta; BISETTO, Antonietta (org.). **Universals of language today**. Dordrecht: Springer, 2009. p. 165-184.
- CINQUE, Guglielmo. **Restructuring and functional heads**: the cartography of syntactic structures. New York: Oxford University Press, 2006. v. 4. (Oxford Studies in Comparative Syntax).
- CINQUE, Guglielmo. Deriving Greenberg's universal 20 and its exceptions. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v. 36, n. 3, p. 315-332, Summer 2005. DOI: <https://doi.org/10.1162/0024389054396917>.
- CINQUE, Guglielmo. **Adverbs and functional heads**: a cross-linguistic perspective. Oxford: Oxford University Press, 1999. (Oxford Studies in Comparative Syntax).
- COSTA, Sueli. Entre o deôntico e o epistêmico: o caráter camaleônico do verbo modal 'poder'. *Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura*, [S. l.], ano 5, n. 11, p. 1-22, sem. 2009.
- CRUZ, Aline da. **Fonologia e gramática do Nheengatú**: a língua geral falada pelos povos Baré, Warekena e Baniwa. 2011. Tese (Doutorado em Linguística) – Vrije Universiteit, Amsterdam, 2011.

DUARTE, Fábio Bonfim; CAMARGOS, Quesler Fagundes; CASTRO, Ricardo Campos; SILVA, Cíntia Maria Santana; GUAJAJARA, Marina da Silva. **Coletânea de narrativas Guajajára**. Belo Horizonte: FALE: UFMG, 2018. v. 1.

DUARTE, Fábio Bonfim. Tenetehára: a predicate-fronting language. *The Canadian Journal of Linguistics*, Cambridge, v. 57, n. 3, p. 359-386, Nov. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1353/cjl.2012.0042>.

DUARTE, Fábio Bonfim. Fonte de valoração do Caso ergativo e do Caso absoluto em línguas indígenas brasileiras. *Revista Linguística*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 111-135, bianual 2009.

DUARTE, Fábio Bonfim. **Estudos de morfossintaxe Tenetehára**. Belo Horizonte: FALE: UFMG, 2007.

FREITAS, Maria Luisa; SÂNDALO, Filomena. Uma hipótese morfofonológica para hierarquia de pessoa. In: MAGALHÃES, José Sueli de (org.). **Fonologia**. Uberlândia: EDUFU, 2014. p. 37-50. (Linguística in Focus, n. 10).

GIVÓN, Talmy. **Syntax: an introduction**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2001. v. 1.

HAAN, Ferdinand de. Evidentiality and epistemic modality: setting soundaries. *Southwest Journal of Linguistics*, El Paso, v. 18, p. 83-101, 1999.

HALLE, Morris. Distributed morphology: impoverishment and fission. In: BRUENING, Benjamin; KANG, Yoonjung; MAGINNIS, Martha (ed.). **PF: papers at the interface**. Cambridge: MITWPL, 1997. p. 425-449. (MIT working papers in linguistics, v. 30).

HARRISON, Carl; HARRISON, Carole. **Dicionário Guajajara-Português**. Anápolis: Associação Internacional de Linguística, 2013.

HENGVELD, Kees; DALL'AGLIO-HATTNER, Marize Mattos. Four types of evidentiality in the native languages of Brazil. *Linguistics*, Berlin, v. 53, n. 3, p. 479-524, May 2015. DOI: <https://doi.org/10.1515/ling-2015-0010>.

KAYNE, Richard S. **Movement and silence**. New York: Oxford University Press, 2005. (Oxford Studies in Comparative Syntax).

KAYNE, Richard S. **The antisymmetry of syntax**. Cambridge: The MIT Press, 1994. (Linguistic Inquiry Monography Fifty-Seven).

KOOPMAN, Hilda; SZABOLCSI, Anna. **Verbal complexes**. Cambridge: The MIT Press, 2000. (Current Studies in Linguistics Series, n. 34).

LOPES, Mário Alexandre Garcia. **Aspectos gramaticais da língua Ka'apor**. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MAGALHÃES, Marina Maria Silva. **Sobre a morfologia e a sintaxe na língua Guajá (família Tupí-Guaraní)**. 2007. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MONSERRAT, Ruth Maria Fonini. Línguas indígenas no Brasil contemporâneo. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). **Índios no Brasil**. Brasília: MEC, 1994. p. 93-104.

PALMER, Frank R. **Mood and modality**. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

PAYNE, Doris. The Tupí-Guaraní inverse. In: FOX, Barbara; HOPPER, Paul J. (ed.). **Voice: form and function**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1994. p. 313-340.

PEREIRA, Antônia Alves. **Estudo morfossintático do Asurini do Xingu**. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

PRAÇA, Walkíria Neiva. **Morfossintaxe da língua Tapirapé (família Tupí-Guaraní)**. 2007. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

ROBERTS, Ian; ROUSSOU, Anna. **Syntactic change: a minimalist approach to grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. (Cambridge Studies in Linguistics, 100).

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna; CABRAL, Ana Suelly Arruda Câmara. Revendo a classificação da família Tupí-Guaraní. In: CABRAL, Ana Suelly Arruda Câmara; RODRIGUES, Aryon Dall'Igna (org.). **Línguas indígenas brasileiras: fonologia, gramática e história: atas do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL**. Belém: Editora da UFPA, 2002. p. 327-337.



RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Relações internas na família linguística Tupí-Guaraní. **Revista de Antropologia**, Brasília, v. 27-28, p. 33-53, sem. 1984-1985.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Morfologia do verbo Tupi. **Letras**, Santa Maria, v. 1, p. 121-152, sem. 1953.

ROSE, Françoise. On male and female speech and more: categorical gender indexicality in indigenous South American languages. **International Journal of American Linguistics**, Chicago, v. 81, n. 4, p. 495-537, Oct. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1086/683158>.

ROSE, Françoise. Los generolectos del mojeño. **Revista LIAMES**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 115-134, nov. 2013. DOI: <https://doi.org/10.20396/liames.v0i13.1534>.

SEKI, Lucy; NEVINS, Andrew. Strategies of embedding and the complementizer layer in Kamaiurá. In: MEDEIROS, Alexandre Boechat de; NEVINS, Andrew Ira (org.). **O apelo das árvores**: estudos em homenagem a Miriam Lemle. Campinas: Pontes, 2018. p. 417-444.

SEKI, Lucy. **Gramática do Kamaiurá**: língua do Tupi-Guarani do Alto Xingu. Campinas: UNICAMP, 2000.

SILVA, Tabita Fernandes da. **História da língua Tenetehára**: contribuição aos estudos histórico-comparativos sobre a diversificação da família Tupí-Guaraní do tronco Tupí. 2010. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SOLANO, Eliete de Jesus Bararuá. **Descrição gramatical da língua Araweté**. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

TANNEN, Deborah. **You just don't understand**: women and men in conversation. New York: Morrow, 1990.

TAYLOR, John R. **Linguistic categorization**: prototypes in Linguistic Theory. Oxford: Clarendon Press, 1989.

THOMAS, Guillaume. Embedded imperatives in Mbyá. In: AMARAL, Luiz; MAIA, Marcus; NEVINS, Andrew I.; ROEPER, Tom (ed.). **Recursion across Domains**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. p. 86-109.



## Partícula interrogativa e *pitch-accent* frasal nas perguntas polares em fa d'Ambô

### Interrogative particle and phrasal pitch-accent in polar questions in Fa d'Ambô

Ana Livia Agostinho<sup>I</sup>  | Gabriel Antunes de Araujo<sup>II,III</sup>  | Eduardo Ferreira dos Santos<sup>IV</sup> 

<sup>I</sup>Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

<sup>II</sup>University of Macau. Macau, RAE Macau, China

<sup>III</sup>Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, Brasil

<sup>IV</sup>Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. São Francisco do Conde, Bahia, Brasil

**Resumo:** Apresentamos os recursos linguísticos para a realização de perguntas polares em fa d'Ambô (FA), a partir de um *corpus* formado por dados obtidos na Guiné Equatorial. Discutimos o (i) uso da partícula interrogativa final **a**; e a (ii) associação de *pitch-accent* frasal à última mora da palavra prosódica final da sentença, com alteração do acento da palavra e elevação da entonação, padrão linguístico não documentado, embora previsto por Gordon (2014). A interrogativa faculto o uso da partícula **a** para perguntas polares, porém seu uso não é licenciado em perguntas-QU. Trabalhos anteriores não abordaram essa questão (Barrena, 1957; Post, 1995; Zamora, 2010) ou afirmaram que as interrogativas polares eram construídas como as declarativas (Post, 1995). Argumentamos que, em FA, palavras acentuadas ao final da sentença interrogativa polar diferem daquelas que ocorrem em outras posições e que o *pitch-accent* é atraído ao limite direito da sentença, padrão não documentado em uma língua de sistema *top-down* (Gordon, 2014). Destacando o fato de a partícula final **a** ocorrer em FA e em outros crioulos de base portuguesa do Golfo da Guiné, oferecemos evidências para sua presença no Proto-Crioulo do Golfo da Guiné, bem como da influência das línguas do substrato Níger-Congo, sobretudo aquelas do cinturão sudanês.

**Palavras-chave:** Partículas. Fa d'Ambô. Perguntas polares. Línguas crioulas. Fonologia. Sintaxe.

**Abstract:** Here we present linguistic strategies for asking polar questions in Fa d'Ambô (FA). We discuss the use of the final interrogative particle **a**, as well as the association between phrasal pitch-accent and the last mora of the final prosodic word of the sentence, with a possible change in word accent and rising intonation. The interrogative permits use of the particle **a** for polar questions, but it cannot be used in WH-questions. Previous studies have not addressed this question (Barrena, 1957; Post, 1995; Zamora, 2010), or have stated that polar interrogatives are constructed as declarative sentences (Post, 1995). We also maintain that in FA, stressed words at the end of a polar question differ from those in other positions, and that the pitch-accent is attracted to the right edge of the sentence, which has not yet been documented in a top-down language (Gordon, 2014). Additionally, we offer further evidence of the presence of this phenomenon in the Proto-Creole of the Gulf of Guinea (PGG), as well as influence from Niger-Congo substrate languages (especially from the Sudanic belt) in the Gulf, since this is an area-related feature of this group.

**Keywords:** Particles. Fa d'Ambô. Polar Questions. Creole Languages. Phonology. Syntax.

---

AGOSTINHO, Ana Livia; ARAUJO, Gabriel Antunes de; SANTOS, Eduardo Ferreira dos. Partícula interrogativa e *pitch-accent* frasal nas perguntas polares em fa d'Ambô. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 3, p. 857-872, set.-dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000300009>.

Autora para correspondência: Ana Livia Agostinho. Universidade Federal de Santa Catarina. *Campus* Trindade. Florianópolis, SC, Brasil. CEP 88040-900 (a.agostinho@ufsc.br).

Recebido em 12/03/2019

Aprovado em 17/09/2019



## INTRODUÇÃO

O fa d'Ambô<sup>1</sup> (FA) (código ISO 639-3: FAB) é uma língua falada na ilha de Ano Bom (doravante, AB), na República da Guiné Equatorial (RGE). Contando com cerca de 5 mil falantes em AB, a língua possui também um número desconhecido de usuários na capital, Malabo, e na diáspora equato-guineense. Atualmente, o FA é a língua materna de todos os anobonenses, sendo seu principal veículo de comunicação. Ao lado do espanhol, língua oficial da RGE, o FA está em uma situação de diglossia: a maioria da população é bilíngue ou multilíngue. Contudo, falantes monolíngues estão restritos ao grupo de idosos com faixa etária superior a 80 anos.

A província de Ano Bom se situa na Costa do Gabão, a 160 km ao sudoeste da ilha de São Tomé (Figura 1). Dessa forma, a ilha de AB encontra-se isolada do território político da RGE, ao qual pertence. Do ponto de vista geográfico, pertence à Linha Vulcânica dos Camarões, da qual também fazem parte as ilhas de Bioko, Príncipe e São Tomé.

Tendo sido uma colônia portuguesa desde sua descoberta, em 1543, até o ano de 1778, Ano Bom passou à Espanha, resultado do acordo no Tratado de El Pardo<sup>2</sup>, assim permanecendo até 1968, ocasião da fundação da RGE. Sendo uma ilha de apenas 17,5 km<sup>2</sup>, e longe das principais rotas de navegação seiscentistas, AB teve



Figura 1. O Golfo da Guiné. Fonte: National Geographic (1996).

<sup>1</sup> Os dados do fa d'Ambô foram coletados por Ana Livia Agostinho e Alfredo Christofolletti Silveira, em trabalho de campo realizado em Annobón e Bioko, em 2011, e os do lung'le, na ilha do Príncipe, por Ana Livia Agostinho em 2010. Em ambos os casos, os dados foram coletados com falantes nativos, por meio de eliciação de sentenças previamente preparadas. Os dados de outros autores estão indicados.

<sup>2</sup> Com base nos termos do tratado, a rainha de Portugal Maria I cedeu as ilhas de Ano Bom, Formosa e a costa do Golfo da Guiné para o rei Carlos III da Espanha. Em troca desses territórios, Portugal adquiria faixas de territórios na América do Sul para o Brasil (Genuino, 2018, p. 25).

uma colonização irregular iniciada logo no seu descobrimento (Caldeira, 2004, 2006, 2010; Araujo et al., 2013). Ademais, sua modesta extensão territorial jamais sustentou um modelo agroindustrial colonial de produção de cana-de-açúcar. Ao mesmo tempo, sua ocupação, basicamente, limitou-se a pessoas escravizadas, em geral, que haviam passado um período em São Tomé, tendo, portanto, levado consigo a língua falada nessa colônia, bem como uma versão da cultura católica portuguesa (Araujo et al., 2013). Tanto a língua como os aspectos culturais anoboneses refletem sua ligação histórica com São Tomé e com o mundo português. Dessa forma, a gênese e o desenvolvimento do FA e a ocupação da ilha estão intimamente ligados ao processo de colonização português, alimentado pelo sequestro e deslocamento dos habitantes do continente africano para fins de exploração de mão de obra nas ilhas do Golfo da Guiné e além.

Há quatro línguas crioulas de base portuguesa autóctones e geneticamente relacionadas no Golfo da Guiné: o santome (ou forro, código ISO 639-3 CRI), o angolar (AOA), o lung'le (PRI) e o FA, sendo as três primeiras faladas em São Tomé e Príncipe (Schuchardt, 1888; Günther, 1973; Ferraz, 1979; Maurer, 2009; Hagemeijer, 2009; Bandeira, 2017). Dessa forma, partimos do pressuposto segundo o qual o FA teve sua origem no protocioulo do Golfo da Guiné (PGG) falado na ilha de São Tomé, assim como as demais línguas crioulas de base portuguesa da região, no início do século XVI<sup>3</sup>. As quatro línguas, embora aparentadas, são atualmente ininteligíveis entre si. Ao lado do FA, o lung'le (LI) e o santome (ST) possuem partículas interrogativas finais, como apontado no Quadro 1. Não há partícula interrogativa similar para o angolar, doravante AN<sup>4</sup> (Maurer, 1995). De acordo com Martins (2016), a sintaxe das orações interrogativas é objeto de uma vasta investigação linguística, principalmente em relação às propriedades do sistema responsivo, contudo, ainda faltam estudos que se debrucem sobre a forma como essas perguntas são respondidas e também o modo como diferentes línguas realizam suas respostas em contextos de interrogativas.

Quadro 1. Partícula interrogativa **a/an** nas línguas do Golfo da Guiné.

| Fa d'Ambô | Lung'le | Santome | Angolar |
|-----------|---------|---------|---------|
| [a]       | [a]     | [an]    | -       |

Este trabalho está organizado da seguinte forma: na seção “Perguntas polares”, apresentamos uma breve definição das perguntas polares e de suas características gerais; na seção “As interrogativas polares no fa d'Ambô”, retomamos os trabalhos que descreveram as sentenças interrogativas em FA e apresentamos a existência de uma estratégia que emprega uma partícula interrogativa polar final, associada a comportamentos que revelam traços da interface fonologia-sintaxe. Ainda nessa seção, mostramos o comportamento não documentado anteriormente do padrão *pitch-accent* em interrogativas finais no FA. Na seção “Partículas interrogativas no Golfo da Guiné e no substrato africano”, mostramos a ligação entre a partícula interrogativa polar final, o protocioulo do Golfo da Guiné e as línguas do substrato Níger-Congo, caracterizando, portanto, a existência da partícula interrogativa final no FA como um traço areal nígero-congolês do cinturão sudanês. Na última seção, apresentamos nossas considerações finais.

<sup>3</sup> Ver Ferraz (1974, 1979), Garfield (1992), Maurer (1997, 2009), Post (1992, 1997), Hagemeijer (2003, 2009), Caldeira (2004), Seibert (2007), Araujo (2011), Bandeira (2017), Bandeira et al. (2019), entre outros.

<sup>4</sup> Em nosso trabalho, não utilizamos a sigla AOA para se referir à língua angolar como é apontado na norma técnica ISO 639, que institui para as línguas diversos códigos para seus respectivos nomes. Assim, optamos por utilizar um código mais intuitivo (AN) para o angolar, a exemplo do que utilizamos para nos referirmos ao português brasileiro (PB), por exemplo.

## PERGUNTAS POLARES

As frases interrogativas, de acordo com Brito et al. (2003, p. 460), “[...] constituem a expressão de um acto ilocutório directivo, através do qual o locutor pede ao seu alocutário que lhe forneça verbalmente uma informação de que não dispõe”. Há dois tipos de sentenças interrogativas, de acordo com as respostas que lhe são dadas: interrogativas-QU e interrogativas polares:

a) As interrogativas-QU são assim chamadas porque possuem um pronome-QU (que, quem, qual, o que, onde, quando, como, quanto) introduzindo a interrogativa-QU matriz (Braga et al., 2009), como nos exemplos a seguir:

- (1a) Quem comeu o bolo?
- (1b) Onde será realizada a prova de sintaxe?
- (1c) Quanto custa esse manual de fonologia?

Segundo Braga et al. (2009), as respostas que se esperam em (1) são induzidas pelo tipo de pronome-QU que constituem essas interrogativas. Assim, em (1a), uma resposta esperada é a identificação de uma pessoa; em (1b), há a expectativa da nomeação de algum lugar; e em (1c) a especificação de um valor. A pressuposição que caracteriza semanticamente uma interrogativa-QU, ou as sentenças de (1), pode ser expressa a partir da fórmula adaptada de Braga et al. (2009, p. 265):

- (2a) existe um x que é pessoa em (1a), que é um local em (1b), que é um valor em (1c).
- (2b) para qual x é verdade que x é uma pessoa que comeu o bolo em (1a), que x é um local de realização da prova de sintaxe em (1b), que x é o valor de um manual de fonologia em (1c).

b) As interrogativas polares, também conhecidas como perguntas sim/não ou interrogativas diretas, são empregadas pelos falantes quando o objetivo é valorar o enunciado a partir de seu valor de verdade, ou seja, se indaga acerca da verdade-falsidade que há na relação entre o sujeito e o predicado, como em (3):

- (3) Você revisou o artigo para publicação?
- (3a) Sim.
- (3b) Não.

Ao indagarmos nosso interlocutor em (3), as respostas esperadas podem ser o que vemos em (3a), ‘sim’, que caracterizaria o conteúdo como verdadeiro, ou esperamos obter (3b), ‘não’, que caracterizaria o conteúdo como falso.

Em termos fonológicos, uma sentença interrogativa polar pode, em algumas línguas, também ser diferenciada de sua equivalente declarativa pela sua curva de entonação específica, considerando que, na maioria dos casos, a ordem dos constituintes nesses dois tipos de sentenças é igual. No português brasileiro, por exemplo, a realização de uma sentença declarativa, como ‘Amanhã vai faltar água’, é diferenciada pela curva entonacional de sua correspondente interrogativa (Figura 2).



Figura 2. Curva entonacional para 'Amanhã vai faltar água' afirmativa e interrogativa.

Ao analisarmos a Figura 2, a curva entonacional para a sentença afirmativa mostra-se decrescente, com um pico maior no primeiro termo da afirmação. Para a sentença interrogativa, a curva entonacional alcança seu pico justamente ao final da produção, caracterizando a melodia específica das interrogativas do português brasileiro. As interrogativas-QU, no português brasileiro, também apresentam curva entonacional específica como as interrogativas polares, mas diferenciam-se pela presença dos pronomes-QU como apontado anteriormente.

No FA, por exemplo, há a possibilidade do emprego de uma partícula na realização de perguntas polares associada às mudanças em alguns traços prosódicos, além da presença dos pronomes-QU e do recurso entonacional, conforme abordado na próxima seção.

## AS INTERROGATIVAS POLARES NO FA D'AMBÔ

A tarefa de incluir as partículas no espectro tradicional de categorias gramaticais não pode ser considerada trivial (Zwicky, 1985; Radford, 1997). Dessa forma, aqui classificamos as partículas como itens invariáveis que apresentam funções gramaticais específicas, distribuição idiossincrática e semanticamente associáveis a itens funcionais, ao invés de itens de conteúdo, corroborando Zwicky (1985, p. 291). Assim, a partícula interrogativa do FA apresenta independência fonológica, um dos fatores que distingue as partículas dos clíticos, e ordem fixa de realização: ao final da sentença interrogativa polar. Essa ordem fixa das partículas, por exemplo, a diferencia de outras classes gramaticais que possuem mobilidade sentencial, como os advérbios. Além disso, seu uso restringe-se a um tipo específico de sentença, a interrogativa polar, contribuindo para a discussão teórica acerca do estatuto das partículas nas línguas do mundo.

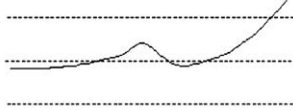
O emprego de uma partícula interrogativa final como estratégia de construção de sentenças interrogativas não foi objeto de investigação na história do FA (Barrena, 1957; Post, 1995; Zamora, 2010). A gramática descritiva de Barrena (1957), elaborada ao final do século XIX e publicada em 1957, não menciona estratégias para se formular interrogativas, exceto com o uso de pronomes interrogativos-QU. Nos seus poucos exemplos de sentenças interrogativas, contudo, não há menção ao emprego de partículas. Post (1995), por sua vez, afirma que as interrogativas polares são construídas sem mudança na ordem dos elementos da sentença, ou seja, da mesma forma que as sentenças declarativas. Adicionalmente, observa que pronomes-QU sempre aparecem na primeira posição da sentença interrogativa. A autora afirma, ainda, que a interrogativa de sentenças principais é expressa com uma entonação no final da sentença. Todavia, não especifica a natureza da entonação e não diferencia a entonação da sentença com e sem pronomes-QU, além de não apresentar dados com a partícula interrogativa. Zamora (2010) mostra que a entonação é essencial em FA para a construção de sentenças interrogativas, fornecendo exemplos com entonação decrescente e crescente. Podemos observar os exemplos de Zamora (2010) em (4), onde a ortografia e transcrição fonética foram mantidas como no original. O exemplo (4a) não traz a curva entonacional e os exemplos (4b) e (4c) não são transcritos foneticamente no original. Zamora (2010) não apresenta exemplos de interrogativas polares com curva entonacional:

(4a) Quê juá bô falà?

['kəxwa 'bɔfala ↓]

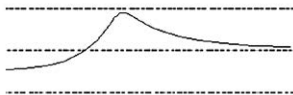
'O que você disse?'<sup>5</sup> (Zamora, 2010, p. 106, tradução nossa)

(4b) A fà Zuã bì onte?



'Disseram que João veio ontem?'<sup>6</sup> (Zamora, 2010, p. 107, tradução nossa)

(4c) A fà Zuã bì onte.



'Disseram que João veio ontem.'<sup>7</sup> (Zamora, 2010, p. 107, tradução nossa)

Os exemplos em (4) mostram sentenças interrogativas com entonação decrescente – (4a) –, quando há uma partícula-QU. O exemplo (4b) possui entonação crescente, pois a interrogativa é polar. Em (4c), a entonação decrescente é padrão nas sentenças declarativas. Ao mesmo tempo, Zamora (2010, p. 536, tradução nossa) observa que a entonação crescente ocorre “[...] pela ausência de marcadores léxicos próprios das orações interrogativas”<sup>8</sup> em interrogativas absolutas. Entretanto, o FA possui outras estratégias para a construção de perguntas polares, que serão discutidas neste artigo: (a) emprego da partícula interrogativa *a*, associada a uma entonação decrescente, e (b) entonação crescente com acentuação na última mora, provocando alteração no padrão acentual da última palavra prosódica do enunciado<sup>9</sup> pela realização de um *pitch-accent* frasal à direita.

## PARTÍCULA *a*

O emprego da partícula interrogativa *a*, para se construir sentenças polares, pode ser observado em (5a). Seu emprego está associado, necessariamente, a um tom baixo (*low* - L) e a uma entonação descendente, marcada na sentença com o símbolo ↓. A entonação ascendente, marcada com o símbolo ↑, por sua vez, é compulsória quando a partícula não é empregada, como em (5b):

(5a)

|                 |     |       |
|-----------------|-----|-------|
|                 |     | L     |
|                 |     |       |
| [bo             | 'be | a ↓]? |
| 2 <sub>SG</sub> | ver | Q     |
| 'Você viu?'     |     |       |

<sup>5</sup> No original: '¿Qué has dicho?' (Zamora, 2010, p. 106).

<sup>6</sup> No original: '¿Dicen que Juan vino ayer?' (Zamora, 2010, p. 107).

<sup>7</sup> No original: 'Dicen que Juan vino ayer.' (Zamora, 2010, p. 107).

<sup>8</sup> No original: “[...] por la ausencia de marcadores léxicos propios de las oraciones interrogativas” (Zamora, 2010, p. 536).

<sup>9</sup> Parcialmente descrito por Zamora (2010, p. 527).



- (5b) [bo 'be ↑]?  
 2<sub>SG</sub> ver  
 'Você viu?'

Em (6a) podemos observar a sentença declarativa com a última palavra prosódica terminada em vogal átona desvozeada e acento paroxítono. Nesse caso, o acento é fonologicamente paroxítono, mas foneticamente oxítono pelo desvozeamento da vogal final. Em (6b), podemos observar a estratégia da alteração do acento sendo aplicada, o que gera vozeamento da vogal [ɔ], antes desvozeada. A estratégia de mudança de acento será discutida na seção "Acento final". Quando a última palavra prosódica da interrogativa termina com uma vogal fonologicamente átona, pode ocorrer um processo opcional de sândi vocálico externo, no qual há o apagamento da vogal átona desvozeada e a adjunção da partícula **a** à palavra prosódica final. Já em (6c), há o emprego da partícula interrogativa sem o processo de sândi e, em (6d), a mesma ocorre juntamente com o processo de sândi vocálico, ou seja, temos [pi'ʃɔxɔ] + [a] → [piʃɔ'xɔ a] → [piʃɔ'xa].

- (6a) [bo be pi'ʃɔxɔ ↓]  
 2<sub>SG</sub> ver pixor<sup>10</sup>  
 'Você viu o pixor?'

- (6b) [bo be piʃɔ'xɔ ↑]?  
 2<sub>SG</sub> ver pixor  
 'Você viu o pixor?'

- (6c) [bo be piʃɔ'xɔ a ↓]?  
 2<sub>SG</sub> ver pixor:Q  
 'Você viu o pixor?'

- (6d) [bo be piʃɔ'xa ↓]?  
 2<sub>SG</sub> ver pixor:Q  
 'Você viu o pixor?'

O processo de sândi vocálico externo, contudo, não é aplicado quando a última palavra do enunciado é terminada em uma sílaba acentuada, ou seja, ele só pode ocorrer com vogais finais átonas desvozeadas, seguidas de palavra iniciada por vogal. O bloqueio de sândi vocálico externo por conta de acento em determinados contextos prosódicos também ocorre no português (Tenani, 2007) e no LI (Agostinho, 2015).

- (7a) [bo 'be a ↓]?  
 2<sub>SG</sub> ver Q  
 'Você viu?'

- (7b) \*[bo 'ba ↑]?

<sup>10</sup> Um tipo tradicional de pão.

Em sentenças com partículas-QU, como em (8a), a realização da partícula interrogativa **a** é agramatical, como vemos em (8b) e (8c):

(8a) ['kenge sa 'bo ↑]?  
quem COP 2SG  
'Quem é você?'

(8b) \*['kenge sa 'bo a ↑]?

(8c) \*['kenge sa 'ba ↑]?

A sintaxe das perguntas polares pode lançar luzes sobre a questão da palavra prosódica e evidenciar uma sentença como interrogativa. Na estratégia da mudança de acento para a margem da palavra prosódica, a interrogativa polar recebe entonação crescente concomitante à mudança de acento. Se a palavra terminar com vogal desvozeada, a mudança de acento acarreta seu vozeamento; e se terminar em glide, este recebe o traço [+silábico], sendo realizado como uma vogal. Dessa maneira, podemos observar que essa estratégia evidencia a vogal desvozeada na forma fonológica subjacente, como em /pi'fɔxɔ/, cujo *output* pode ser [pi'fɔxɔ] ou [pi'fɔx]. Portanto, trata-se de uma evidência que sustenta o estatuto fonético dos glides, ou seja, as formas subjacentes de [ho'saj] e ['baj] são /ho'sai/ e /'bai/, respectivamente. Portanto, os glides, como proposto por Araujo e Agostinho (2014), se comportam como consoantes na forma fonética.

As interrogativas-QU e as interrogativas polares com a partícula **a** têm entonação decrescente, ao passo que interrogativas polares sem **a** apresentam entonação crescente. Assim, quando há alguma indicação morfosintática de que a sentença possa ser interrogativa, no caso, com o uso de um pronome-QU ou da partícula **a**, a entonação é a mesma da frase declarativa, ou seja, decrescente. Quando não há evidência morfosintática de que a sentença seja interrogativa, a entonação crescente e a mudança de acento são utilizadas para diferenciá-la da sentença declarativa. Isso corrobora dados de outras línguas, como o inglês, por exemplo. Segundo Gordon (2014, p. 3, tradução nossa), "A maioria das línguas realiza seus enunciados declarativos não marcados com uma queda terminal de *pitch*"<sup>11</sup> e "Perguntas sim-não em inglês, caracteristicamente, são realizadas com um *pitch* crescente, distinguindo-as entonacionalmente de declarativas e de perguntas-QU"<sup>12</sup>. Nesse sentido, o emprego da partícula **a** associada à entonação decrescente apresenta uma característica interessante para questões de tipologia linguística e de línguas africanas, pois revela aspectos da interação fonologia-sintaxe, bem como a transmissão de traços areais na gênese das línguas crioulas.

## ACENTO FINAL

A segunda estratégia de construção de perguntas polares em FA é a acentuação da última mora fonética (vogal ou glide) da palavra prosódica final do enunciado associada a uma entonação crescente, sendo analisada aqui como uma consequência de um *pitch-accent*<sup>13</sup> frasal ligado à última mora da sentença. Esse *pitch-accent* final contribui para a entonação crescente verificada nessas sentenças. O padrão de acentuação na mora final se revela quando

<sup>11</sup> No original: "Most languages realize their unmarked declarative utterances with a terminal pitch fall" (Gordon, 2014, p. 3).

<sup>12</sup> No original: "For example, yes/no questions in English characteristically are realized with a final rise in pitch, thereby distinguishing them intonationally from declaratives and wh-questions" (Gordon, 2014, p. 3).

<sup>13</sup> Entendemos *pitch-accent* aqui como adotado em estudos autosssegmentais de entonação (Hulst, 2011).

o acento<sup>14</sup> pré-final de um item lexical nas sentenças declarativas é realizado como final pela associação do *pitch-accent* (high - H\*) à direita, como pode ser observado nos exemplos (9) e (10). Em (9a), uma sentença declarativa neutra, o acento recai na sílaba [i'ɔ] da última palavra prosódica do enunciado. Contudo, na sentença interrogativa com os mesmos elementos lexicais, como em (9b), o acento final frasal recai na sílaba [xɔ]. Em (9a), a vogal final era desvozeada por ser átona final. Em (9b) devido à mudança de acento, a vogal final deixa de ser desvozeada.

- (9a) [bo kum pi'ɔxɔ ↓]  
2sg comer pixor  
'Você comeu pixor.'

- (9b) [bo kum piɔ'xɔ ↑]?  
2sg comer pixor  
'Você comeu pixor?'

Em (10a) e (11a), por sua vez, a última palavra prosódica da sentença declarativa neutra termina com um glide. Já nas contrapartes interrogativas (10b) e (11b), o acento obriga que o elemento final seja realizado como [i], desfazendo o ditongo da forma fonética e transformando o glide em vogal, ou seja, no único elemento de uma sílaba sem *onset*.

- (10a) [bo be ho'saj ↓]  
2sg ver aquilo  
'Você viu aquilo.'

- (10b) [bo be hosa'i ↑]?  
2sg ver aquilo  
'Você viu aquilo?'

- (11a) [mɛnɛ 'baj ↓]  
Manuel ir  
'Manuel foi.'

- (11b) [mɛnɛ ba'i ↑]?  
Manuel ir  
'Manuel foi embora?'<sup>15</sup> (Zamora, 2010, p. 537, tradução nossa)

<sup>14</sup> Entendemos acento como uma categoria abstrata de proeminência no nível lexical (Hulst, 2011), que tem potencial para receber um *pitch-accent* (Bolinger, 1958 apud Gussenhoven, 2004). Não trataremos neste trabalho do tom lexical do fa d'Ambô, categoria ainda pouco descrita nesta língua. Post (2013) afirma que, apesar de algumas palavras apresentarem distinção por tom (*high* e *low* - H e L), o fa d'Ambô parece não ser mais uma língua tonal. Zamora (2010) considera o FA como uma língua de padrão acentual (*stress-accent*), apesar de observar a altura como um correlato acústico distintivo na língua.

<sup>15</sup> No original: "¿Se fue Manuel?" (Zamora, 2010, p. 537).

Essa estratégia é particularmente interessante porque o acento frasal final não é comumente realizado na última sílaba ou mora, como proposto por Gordon (2014). Segundo o autor, a maioria das línguas do mundo associa o *pitch-accent* frasal a sílabas tônicas, o que configura um sistema de *pitch-accent* do tipo *bottom-up*. De acordo com essa tipologia, o FA seria uma língua de *pitch-accent top-down*, uma vez que o acento lexical em palavras em final de sentença pode ser diferente do que ocorre em outras posições (Gordon, 2014), como mostrado. Ou seja, o *pitch-accent* frasal pode ser associado a uma sílaba átona. Todas as línguas desse padrão analisadas por Gordon (2014) repelem o acento final na borda direita da sentença, ocorrendo normalmente na penúltima ou antepenúltima sílaba. Nesse sentido, o FA se distancia do padrão, uma vez que o acento frasal se dá na última mora à direita. Gordon (2014, p. 96, tradução nossa) sugere que:

Curiosamente, outro sistema logicamente possível, que parece ser muito menos atestado, se é que já o tenha sido, é o inverso dos padrões em que o *pitch-accent* é atraído ao invés de repellido pela borda direita. Neste tipo de sistema, o acento lexical de palavra cairia sobre uma sílaba pré-final, mas o acento frasal *pitch-accent* seria realizado em uma sílaba final<sup>16</sup>.

Dessa forma, o FA contribui para a comprovação da existência desse tipo de sistema, que, segundo Gordon (2014), era logicamente possível, mas não havia sido atestado.

## PARTÍCULAS INTERROGATIVAS NO GOLFO DA GUINÉ E NO SUBSTRATO AFRICANO

Após a formação do protocioulo do Golfo da Guiné, ocorreu a separação geográfica de seus falantes, que contribuiu com a especiação das quatro línguas, ST, AN, LI e FA (Ferraz, 1979; Bandeira, 2017). O LI apresenta estratégias de formação de interrogativas similares, que incluem a realização da partícula interrogativa final **a** (Maurer, 2009; Agostinho, 2015). Nos exemplos em (12), podemos observar a partícula **a** no LI. Em (12a), ela é empregada em uma pergunta polar com entonação decrescente. Contudo, diferentemente do FA, a partícula **a** pode ser realizada concomitante às palavras-QU, como em (12b) e (12c), mas sua realização é agramatical em sentenças semelhantes no FA. Em relação ao processo de sândi<sup>17</sup>, este ocorre quando a palavra anterior à partícula é terminada em **[a]**, resultando em uma vogal longa **[a:]**<sup>18</sup>, como podemos notar em (12c). O processo de sândi pode ocorrer, opcionalmente, quando há outras vogais precedendo **a**, como podemos observar em (12d), onde as palavras **ve** 'ver' e **wε** 'ir' terminam em uma vogal média.

(12a) [tʃi me'se a ↓]?

2<sub>SG</sub> querer Q

'O que você quer?'<sup>19</sup>

(12b) ['kwa tʃi me'se a ↓]?

o.que 2<sub>SG</sub> querer Q

'O que você quer?'<sup>20</sup>

<sup>16</sup> No original: "Interestingly, another logically possible system that appears to be far less widely attested, if at all, is the inverse of these patterns in which the pitch accent is attracted to rather than repulsed by the right edge. In this type of system, word-level stress would fall on a pre-final syllable but the phrasal pitch accent docks on a final syllable" (Gordon, 2014, p. 96).

<sup>17</sup> Para maiores detalhes, veja Agostinho et al. (2012).

<sup>18</sup> Em lung'le, a duração vocálica é fonológica (Günther, 1973; Maurer, 2009; Agostinho, 2015, 2016).

<sup>19</sup> Os dados foram coletados por Ana Lívia Agostinho, em trabalho de campo realizado na ilha do Príncipe, no ano de 2010.

<sup>20</sup> Os dados foram coletados por Ana Lívia Agostinho, em trabalho de campo realizado na ilha do Príncipe, no ano de 2010.

(12c) [ku'min ji'kola sa 'ta: ↓]?  
 onde escola COP ficar.Q  
 'Onde fica a escola?'<sup>21</sup>

(12d) [kumin tji wa ↓]? (wε + a → wa)  
 onde 2sg ir.Q  
 'Onde você foi?' (informação verbal)<sup>22</sup>

Além disso, o fato de a partícula **a** ocorrer em FA e LI, assim como **an** em ST, conforme vemos em (13), evidencia que esta partícula, ou uma variante, provavelmente estava presente no PGG, uma vez que as três línguas coirmãs foram isoladas geograficamente e, portanto, seria improvável um desenvolvimento independente por acaso.

(13) Bô tendê an?  
 2sg entender Q

'Compreendeste?' (Araujo; Hagemeijer, 2013, p. 24)

O FA, assim como as outras línguas do Golfo da Guiné, possui substrato Níger-Congo, mais especificadamente de línguas Edoides (que fazem parte do grupo Benue-Congo Oeste), Bantu e Kwa (Hagemeijer, 2011). Línguas Benue-Congo do grupo Bantu, como o kikongo e o quimbundo, contudo, não apresentam partículas interrogativas (Chatelain, 1888; Nzwanga, 2007). Segundo Nzwanga (2007), perguntas sim/não em kikongo são realizadas com entonação crescente, enquanto que perguntas-QU são descritas como sendo realizadas 'com ou sem entonação', o que nos parece significar que há a possibilidade de entonação crescente para perguntas-QU. Línguas Volta-Niger podem apresentar partículas interrogativas, como ocorre em bini, edo e ewe (Dryer, 2013a, 2013b). A Figura 3 apresenta as estratégias interrogativas, em geral, em um número considerável de línguas africanas. De forma estrita, partículas interrogativas são comuns na região atlântica da África Central, embora ocorram também fora dessa região.

Contudo, a Figura 4 apresenta as línguas que possuem partículas finais para perguntas sim/não. Podemos observar uma concentração de línguas com partícula de perguntas polares final na região próxima do Delta do Níger, ao norte do Golfo da Guiné. Hagemeijer (2009) demonstra que as línguas da região do Delta do Níger estiveram presentes na formação do protocioulo do Golfo da Guiné. Contudo, suas influências poderiam ser notadas de forma mais evidente no LI. Entretanto, ao consideramos a influência areal, a presença das línguas do substrato parece ter tido um papel também no protocioulo e no FA, a valer pela existência de partículas polares finais nessas línguas. Dessa forma, os dados linguísticos aqui apresentados reforçam a hipótese da presença do substrato das línguas da região do Delta do Níger na formação das línguas crioulas de base portuguesa, posto que a partícula interrogativa para perguntas polares finais pode ser associada a um traço areal.

Ao mesmo tempo, a maioria das línguas usa uma entonação crescente para perguntas sim/não, o que não é o caso do FA. Clements e Rialland (2007, p. 75, tradução nossa)<sup>23</sup> apontam que:

<sup>21</sup> Os dados foram coletados por Ana Livia Agostinho, em trabalho de campo realizado na ilha do Príncipe, no ano de 2010.

<sup>22</sup> Trabalho de campo realizado por Ana Livia Agostinho em São Tomé e Príncipe, no ano de 2019.

<sup>23</sup> No original: "While many of the question markers found in Africa are commonly used elsewhere in the world, one type appears to be unique, or near-unique, to this continent: this consists of markers that do not involve high pitch or pitch raising. No less than thirty-four languages in our sample – almost half – are reported to have question markers of this type" (Clements; Rialland, 2007, p. 75).

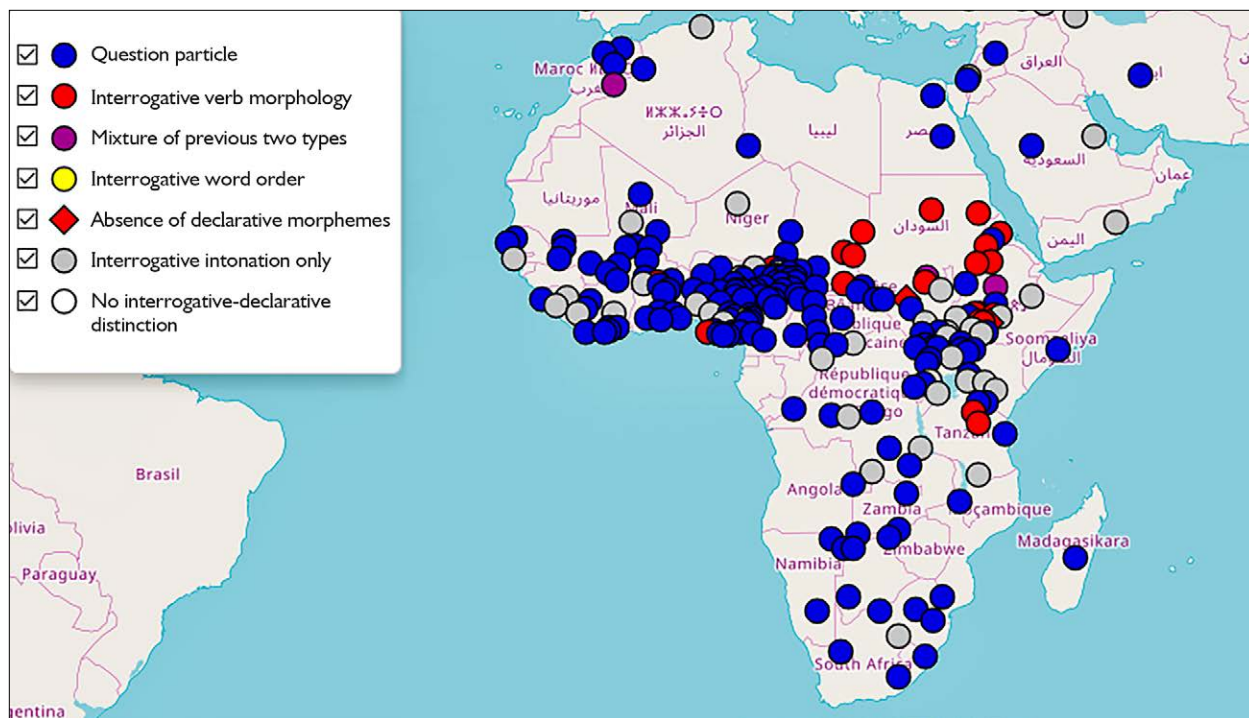


Figura 3. Perguntas polares na África. Fonte: Dryer e Haspelmath (2013).

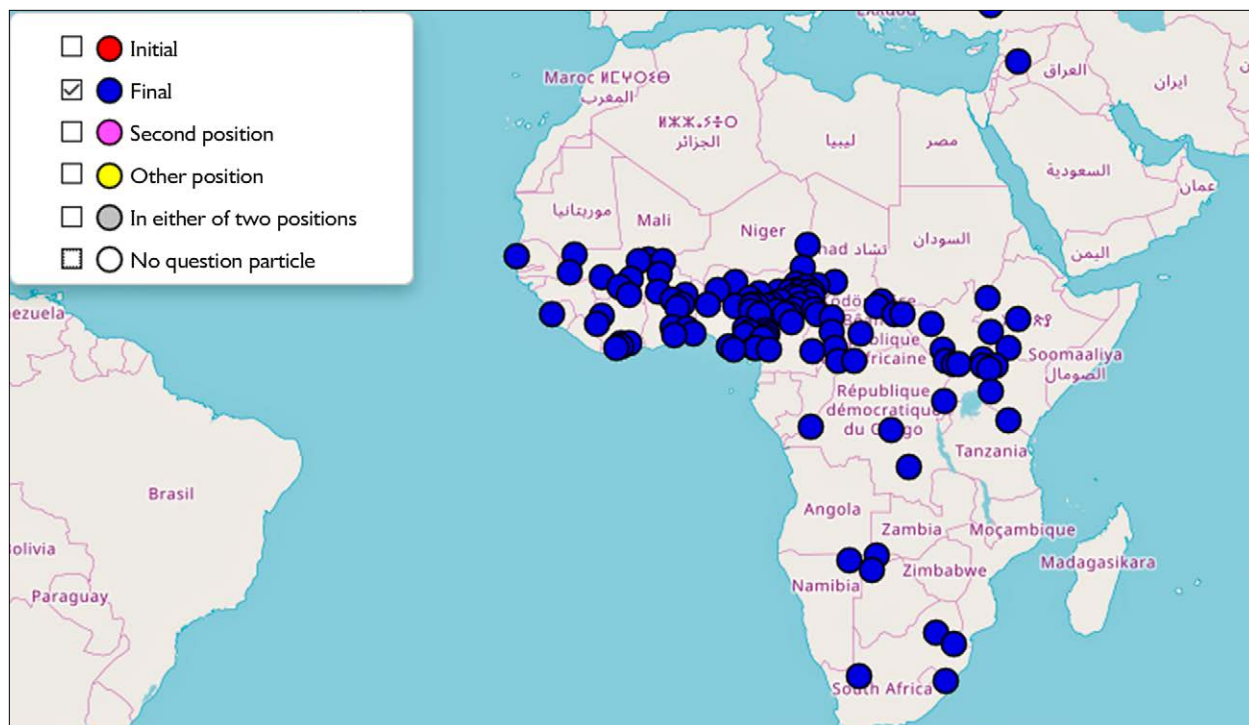


Figura 4. Partículas finais de perguntas polares. Fonte: Dryer e Haspelmath (2013).

Enquanto muitas das marcações de perguntas encontradas em África são comumente usadas em outras partes do mundo, um tipo parece ser único, ou quase-único, para esse continente: consiste na marcação que não envolve *high pitch* ou *pitch* crescente. Não menos que trinta e quatro línguas em nosso recorte – quase metade – são registradas como tendo esse tipo de marcação para perguntas.

Os autores encontraram uma entonação decrescente ou um tom decrescente em línguas do cinturão sudanês, incluindo as línguas kwa e edoide. Este traço não foi encontrado em nenhuma língua bantu, o que pode estar relacionado às limitações dos bancos de dados analisados. Uma vogal aberta, normalmente [a], marcadora de pergunta, foi encontrada em línguas kwa (línguas gbe, ewe, fon, gun etc.) e edoide (Engenni). Podemos observar a distribuição de diferentes marcadores com vogais baixas<sup>24</sup> de perguntas sim/não no cinturão sudanês na Figura 5.

Parece haver correlação entre a entonação decrescente e o [a] marcado com tom baixo encontrado nessas línguas e o encontrado em FA e LI. Outra vez, esses marcadores não ocorrem em nenhuma língua bantu do banco de dados, embora os autores aleguem que isso possa ter ocorrido devido à limitação dessa fonte e porque esses recursos possam estar presentes ou ser até mesmo comuns nessas línguas (Clements; Rialland, 2007, p. 79).

Em suma, propomos que a partícula interrogativa *a* já estivesse presente no protocrioulo do Golfo da Guiné com a mesma função, baseados nos reflexos encontrados no FA, LI e ST, e que se trata de um traço areal do cinturão sudanês. Além disso, o fato de esses tipos de marcadores serem apenas encontrados em África evidencia a influência das línguas de substrato nos crioulos de base portuguesa do Golfo da Guiné.

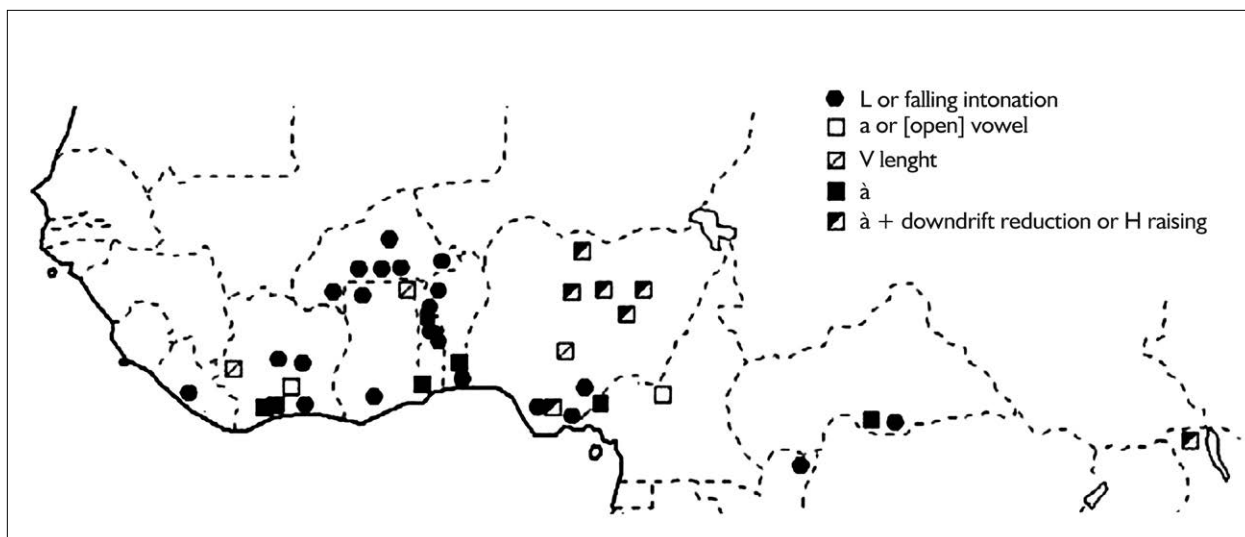


Figura 5. Distribuição de marcadores prosódicos de perguntas 'relaxadas', que ocorrem em 41 entre amostragem de 75 línguas africanas para as quais foram encontradas informações relevantes. Fonte: Clements e Rialland (2007, p. 79, mapa 3.7, no original).

<sup>24</sup> "O conjunto de propriedades observadas – vogais abertas, tons baixos (L), entonação final decrescente e alongamento, frequentemente em combinação – constituem uma síndrome do que poderia ser chamado de características 'relaxadas', uma vez que são acompanhadas de um relaxamento das cordas vocais, trazendo um *pitch* baixo e a presença de vogais baixas, carregando tons baixos foneticamente" (Clements; Rialland, 2007, p. 79, tradução nossa). No original: "The cluster of properties just reviewed – open vowels, L tones, sentence-final falling intonation, and lengthening, often in combination – constitutes a syndrome of what might be called lax features, centering around a relaxation of the vocal cords inducing pitch lowering and the presence of low vowels, bearing intrinsically low phonetic pitch" (Clements; Rialland, 2007, p. 79).



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo apresentar dados inéditos da língua FA que podem contribuir para os estudos das partículas a partir das propriedades fonológicas e sintáticas das perguntas polares. Como esperado, o comportamento heterogêneo dessa classe gramatical também é manifestado no FA. Foi mostrado que a ocorrência da partícula **a** no FA é umas das estratégias de construção de interrogativas polares. Assim, a forma fonética da partícula também pode ser associada a elementos prosódicos e sintáticos. Portanto, a manifestação mesma da partícula se dá na posição na sentença, na interação entre *pitch-accent*, acento tradicional e entonação. Desse modo, os dados apresentados do FA, em relação às interrogativas polares, apontam para uma interface, evidenciando as relações entre a fonologia, a prosódia e a sintaxe dessa língua, explicitando um padrão de *pitch-accent* sequer documentado, embora previsto por Gordon (2014). Ressalte-se também que a partícula **a** presente nessas interrogativas polares pode estar ligada à influência do substrato das línguas Níger-Congo, especialmente as do cinturão sudanês, e que já se fazia presente no protocrioulo do Golfo da Guiné com a mesma função.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao editor e a dois revisores anônimos, pelos comentários em uma versão anterior deste texto. Gabriel Antunes de Araujo agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa de produtividade nº 310463/2016-5.

## ABREVIATURAS

|     |                                    |
|-----|------------------------------------|
| 2sg | segunda pessoa do singular         |
| COP | cópula                             |
| Q   | marcador de sentença interrogativa |

## REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Ana Livia. **Fonologia do lung'le**. München: Lincom, 2016. (Lincom Studies in Pidgin and Creole Linguistics, 15).
- AGOSTINHO, Ana Livia. **Fonologia e método pedagógico do lung'le**. 2015. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- AGOSTINHO, Ana Livia; ARAUJO, Gabriel Antunes de; FREITAS, Shirley. Resolução de hiato externo em Principense. **PAPIA**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 295-305, jul./dez. 2012.
- ARAUJO, Gabriel Antunes de; AGOSTINHO, Ana Livia. Fa do Vesu: a language game of Fa d'Ambô. **PAPIA**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 265-281, jul./dez. 2014.
- ARAUJO, Gabriel Antunes de; SILVEIRA, Alfredo Christofolletti; AGOSTINHO, Ana Livia; MENEZES, Manuele Bandeira; FREITAS, Shirley. Fa d'Ambô: língua crioula de base portuguesa de Ano Bom. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 55, n. 2, p. 25-44, jul./dez. 2013.
- ARAUJO, Gabriel Antunes de; HAGEMELJER, Tjerk. **Dicionário livre santome/português**. São Paulo: Hedra, 2013.
- ARAUJO, Gabriel Antunes de. Consoantes com dupla articulação e onsets complexos nas línguas crioulas do Golfo da Guiné. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 316-325, jan./abr. 2011.
- BANDEIRA, Manuele; ARAUJO, Gabriel Antunes de; FINBOW, Thomas. **Liquids in the Proto-Creole of the Gulf of Guinea and in its daughter languages**. 2019. Inédito.



BANDEIRA, Manuele. **Reconstrução fonológica e lexical do protocrioulo do Golfo da Guiné**. 2017. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BARRENA, Natalio. **Gramática annobonesa**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1957.

BOLINGER, Dwight L. A theory of pitch accent in English. **Word**, Londres, v. 14, n. 2-3, p. 109-149, Aug./Dec. 1958. DOI: <https://doi.org/10.1080/00437956.1958.11659660>.

BRAGA, Maria Luiza; KATO, Mary; MIOTO, Carlos. As construções-Q no português brasileiro falado. In: KATO, Mary; NASCIMENTO, Milton do (org.). **A construção da sentença**: gramática do português culto falado no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. v. II, p. 241-289.

BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês; MATOS, Gabriela. Estrutura da frase simples e tipos de frases. In: MATEUS, Maria Helena Mira; BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês; FARIA, Isabel Hub; FROTA, Sônia; MATOS, Gabriela; OLIVEIRA, Fátima; VIGÁRIO, Marina; VILLALVA, Alina. **Gramática da língua portuguesa**. Lisboa: Editorial Caminho, 2003. p. 433-506.

CALDEIRA, Arlindo. La leyenda de Lodã, o de cómo Rolando, compañero del emperador Carlomagno, defendió la isla de Annobón de una invasión terrible. **Oráfrica**, Providência, n. 6, p. 89-114, abr. 2010.

CALDEIRA, Arlindo. Uma ilha quase desconhecida: notas para a história de Ano Bom. **Studia Africana**, Porto, n. 17, p. 99-109, 2006.

CALDEIRA, Arlindo. Rebelião e outras formas de resistência à escravidão nas ilhas do Golfo da Guiné (séculos XVI-XVIII). **Studia Africana**, Porto, n. 7, p. 101-136, 2004.

CHATELAIN, Heli. **Grammatica elementar do kimbundu ou Lingua de Angola**. Genebra: Typ. de Charles Schuchardt, 1888.

CLEMENTS, G. N.; RIALLAND, Annie. Africa as a phonological area. In: HEINE, Bernd; NUERSE, Derek (ed.). **A linguistic geography of Africa**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

DRYER, Matthew S.; HASPELMATH, Martin (ed.). **The World Atlas of Language Structures Online**. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology, 2013. Disponível em: <https://wals.info/feature/116A#3/4.21/-13.97>. Acesso em: 27 jul. 2019.

DRYER, Matthew S. Polar Questions. In: DRYER, Matthew S.; HASPELMATH, Martin (ed.). **The World Atlas of Language Structures Online**. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology, 2013a. Disponível em: <https://wals.info/chapter/92>. Acesso em: 27 jul. 2019.

DRYER, Matthew S. Position of Polar Question Particles. In: DRYER, Matthew S.; HASPELMATH, Martin (ed.). **The World Atlas of Language Structures Online**. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology, 2013b. Disponível em: <https://wals.info/chapter/92>. Acesso em: 27 jul. 2019.

FERRAZ, Luiz Ivens. **The Creole of S. Thomé**. Johannesburg: University of the Witwatersrand Press, 1979.

FERRAZ, Luiz Ivens. A linguistic appraisal of Angolar. In: IN MEMORIAM Antonio Jorge Dias. Lisbon: Instituto de Alta Cultura: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1974. v. 2, p. 117-186.

GARFIELD, Robert. **A history of São Tomé Island (1470-1655)**: the key to Guinea. San Francisco: Mellen Research University Press, 1992.

GENUINO, Daniel. **Marco do Jauru**: arquivo, monumento e memória. Cáceres, MT: Clube dos Autores, 2018.

GORDON, Matthew. Disentangling stress and pitch-accent: a typology of prominence at different prosodic levels. In: Hulst, Harry van der (ed.). **Word Stress**: theoretical and typological issues. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. p. 83-118.

GÜNTHER, Wilfried. **Das portugiesische Kreolisch der Ilha do Príncipe**. Marburg an der Lahn: Im Selbstverlag, 1973.

GUSSENHOVEN, Carlos. **The Phonology of Tone and Intonation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HAGEMEIJER, Tjerk. The Gulf of Guinea creoles: genetic and typological relations. **Journal of Pidgin and Creole Languages**, Amsterdam, v. 26, n. 1, p. 111-154, 2011.

HAGEMEIJER, Tjerk. Initial vowel agglutination in the Gulf of Guinea creoles. In: ABOH, Enoch O.; SMITH, Norval (ed.). **Complex processes in new languages**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2009. p. 29-50. (Creole Language Library, v. 35).

HAGEMEIJER, Tjerk. A negação nos crioulos do Golfo da Guiné: aspectos sincrónicos e diacrónicos. *Revista Internacional de Linguística Iberoamericana*, Madrid, v. 1, n. 2, p. 151-78, oct. 2003.

HULST, Harry van der (ed.). **Word Stress**: theoretical and typological issues. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

MARTINS, Ana Maria. O sistema responsivo: padrões de respostas a interrogativas polares e a asserções. In: MARTINS, Ana Maria; CARRILHO, Ernestina (ed.). **Manual de linguística portuguesa**. Berlin: De Gruyter, 2016. p. 581-609.

MAURER, Philippe. **Principense**. Londres: Battlebridge Publications, 2009.

MAURER, Philippe. Tense-Aspect-Mood in Principense. In: SPEARS, Arthur K.; WINFORD, Donald (ed.). **The structure and status of pidgins and creoles**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1997. p. 415-435. (Creole Language Library, v. 19).

MAURER, Philippe. **L'angolar**: un créole afro-portugais parlé à São Tomé: notes de grammaire, textes, vocabulaires. Hamburg: Helmut Buske Verlag, 1995. (Kreolische Bibliothek, Bd. 16).

NATIONAL GEOGRAPHIC. **MapMarker Interactive**. 1996. Disponível em: <http://mapmaker.nationalgeographic.org/>. Acesso em: 2 nov. 2018.

NZWANGA, Mazemba A. **Beto Tuba Kikongo**: a multidimensional approach to the teaching and learning of Kikongo as a foreign language. Madison: National African Language Resource Center Press, 2007.

POST, Marike. Fa d'Ambo. In: MICHAELIS, Susanne Maria; MAURER, Philippe; HASPELMATH, Martin; HUBER, Magnus (ed.). **The survey of pidgin and Creoles language**: Portuguese-based, Spanish-based, and French-based Languages. Oxford: Oxford University Press, 2013. v. II, p. 81-89.

POST, Marike. Negation in Fa d'Ambô. In: DEGENHARDT, Ruth; STOLZ, Thomas; ULFERTS, Hella (ed.). **Afrolusitanistik – eine vergessene Disziplin in Deutschland?** Bremen: Universität Bremen, 1997. p. 292-316. (Bremer Beiträge zur Afro-Romania).

POST, Marike. Fa d'Ambu. In: ARENDS, Jacques; MUYSKEN, Pieter; SMITH, Norval (ed.). **Pidgins and Creoles**: an introduction. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1995. p. 191-204.

POST, Marike. The serial verb construction in Fa d'Ambu. In: D'Andrade, E.; KIHIM, Alain (org.). **Actas do Colóquio sobre Crioulos de Base Lexical Portuguesa**. Lisboa: Colibri, 1992. p. 153-169. (Coleção Actas e Colóquios, v. 3).

RADFORD, Andrew. **Syntax**: a minimalist introduction. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

SCHUCHARDT, Hugo. Ueber das Negerportugiesische von Annobom. **Sitzungsberichte der kaiserlichen Akademie der Wissenschaften zu Wien**, [S. l.], v. 116, n. 1, p. 193-226, 1888. Sobre o português falado pelos negros de Ano Bom. Tradução Mario Eduardo Viaro, USP.

SEIBERT, Gerhard. Castaways, Autochthons, or Marrons? The debate on the Angolares of São Tomé Island. In: HAVIK, Philip J.; NEWITT, Malyn (ed.). **Creole societies in the Portuguese colonial empire**. Bristol: Bristol University Press, 2007. p. 82-101.

TENANI, Lucina Ester. Acento e processos de sândi vocálico no Português. In: ARAÚJO, Gabriel Antunes de (org.). **O acento em Português**: abordagens fonológicas. São Paulo: Parábola, 2007. p. 135-156.

ZAMORA, Armando. **Gramática Descriptiva del Fá d'Ambô**. Guiné Equatorial: Ceiba Ediciones: Centros Culturales Españoles, 2010.

ZWICKY, Arnold M. Clitics and particles. **Language**, New York, v. 61, n. 2, p. 283-305, June 1985.

## Partículas em Rikbaktsa Particles in Rikbaktsa

Léia de Jesus Silva 

Universidade Federal de Goiás. Goiás, Goiânia, Brasil

**Resumo:** Em Rikbaktsa (Macro-Jê), as partículas constituem uma classe léxica, ao lado de advérbios e posposições. Em geral, as partículas são descritas como elementos invariáveis; nesta língua, entretanto, há dois conjuntos de partículas, um marcando focalização e o outro, modalização de empatia, que apresentam uma complexidade morfológica envolvendo o gênero e o número dos participantes. Há, ainda, evidências fonológicas e morfossintáticas que contribuem para a distinção entre partículas e clíticos. Dentre os muitos significados expressos pelas partículas da língua, identificamos focalização, modalidade epistêmica e evidencialidade. Em se tratando da categoria de evidencialidade, o verbo auxiliar da língua está passando por um processo de gramaticalização para indicar reportativo.

**Palavras-chave:** Língua Rikbaktsa. Partículas. Topicalização. Evidencialidade. Gramaticalização.

**Abstract:** In Rikbaktsa (Macro-Jê), particles comprise a lexical class alongside adverbs and postpositions. Usually particles are described as invariant elements in this language; however, there are two sets of particles, one marking focalization and another denoting modality of empathy, which present a morphological complexity involving the genre and number of the focalized element in the former element and the genre and number of the speaker/listener in the latter. Among the many meanings expressed by these language particles, I identified focalization, epistemic modality, and evidentiality. In terms of the evidentiality category, the auxiliary verb is undergoing a process of grammaticalization to indicate the reportative.

**Keywords:** Rikbaktsa language. Particles. Topicalization. Evidentiality. Grammaticalization.

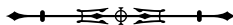
---

SILVA, Léia de Jesus. Partículas em Rikbaktsa. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 3, p. 873-896, set.-dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000300010>.

Autora para correspondência: Léia de Jesus Silva. Universidade Federal de Goiás. Avenida Esperança, s./n. Campus Samambaia. Goiás, GO, Brasil. CEP 74605-220 (leiajs@gmail.com).

Recebido em 15/05/2019

Aprovado em 21/10/2019



## INTRODUÇÃO

A língua Rikbaktsa<sup>1</sup> possui as classes léxicas de nome, verbo, advérbio, posposição e partículas (Silva, 2011). Todas estas partes do discurso são caracterizadas com base em critérios formais identificados na língua. O conjunto de formas livres que agrupamos em uma classe com o rótulo de ‘partículas’ tem escopo sobre a proposição ou sobre constituintes específicos, apresenta função pragmática e, ao contrário das demais classes, que têm a propriedade de predicar, as partículas não predicam, porém podem instituir uma oração independente. Neste artigo, descreveremos a distribuição e o uso desse conjunto de formas em Rikbaktsa.

Do ponto de vista teórico, diferentemente de categorias como advérbio e posposição, por exemplo, no que se refere às partículas, não é unanimidade as considerar uma classe. Alguns autores defendem que não é necessário postular uma categoria de partículas para elementos que podem facilmente ser classificados em categorias já existentes nas línguas (Zwicky, 1985); outros sequer listam as partículas dentre as partes do discurso (Schachter, 1985; Lemaréchal, 1989; Givón, 2001); e há quem as considere como uma classe léxica (Payne, 2006). Apresentaremos abaixo propriedades formais que julgamos pertinentes para propor que, em Rikbaktsa, as partículas constituem uma classe léxica.

Este artigo está organizado em duas partes: na primeira, apresentamos as características gerais das partículas, e na segunda, o inventário das mesmas.

Os dados usados para a elaboração deste trabalho foram coletados pela autora junto a falantes nativos em diversas idas a campo. Todos os exemplos são retirados de textos – narrativas míticas, procedurais ou discurso cotidiano.

## CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS PARTÍCULAS

Passamos a apresentar as características das partículas do Rikbaktsa, contrastando-as com características de outras partes do discurso. Serão também contrastadas as propriedades de partículas e clíticos na língua.

Para Silva (2011), as partículas se diferem das outras classes léxicas da língua sintática e morfologicamente. Sintaticamente, elas não instituem um predicado, diferentemente do que ocorre com as demais classes. Do ponto de vista morfológico, verbo, advérbio e posposição podem se combinar com clíticos nominalizadores para formar nomes, enquanto as partículas não têm essa propriedade. E no que se refere aos nomes, estes se flexionam, obrigatória ou opcionalmente, para a pessoa do possuidor, e as partículas não. O Quadro 1 abaixo resume a comparação entre partículas e as demais classes léxicas da língua<sup>2</sup>:

Quadro 1. Comparativo entre partículas e demais classes léxicas.

|                               | Nomes | Verbos | Advérbios | Posposições | Partículas |
|-------------------------------|-------|--------|-----------|-------------|------------|
| Instituir predicado           | +     | +      | +         | +           | -          |
| Admitir clítico nominalizador | -     | +      | +         | +           | -          |
| Flexão de pessoa do possuidor | +     | -      | -         | -           | -          |

<sup>1</sup> A língua Rikbaktsa, classificada como pertencente ao tronco linguístico Macro-Jê, é falada pelos Rikbaktsa, povo que vive no noroeste do estado de Mato Grosso.

<sup>2</sup> A categoria de tempo difere os verbos das demais classes, incluindo advérbio, uma vez que só os verbos admitem marcação de tempo.

Como se vê, é tentador definir a classe de partículas pelo que seus membros não têm ou não são. Para ir além desta caracterização negativa que, em geral, acompanha a definição desta classe – e sobre a qual fala criticamente Zwicky (1985), seguem outras propriedades fonológicas, morfossintáticas e semânticas da classe de partículas nesta língua (Silva, 2011, p. 216):

- a. têm acento próprio;
- b. podem ser morfologicamente complexas;
- c. aparecem pospostas ao constituinte sobre o qual têm escopo;
- d. podem instituir uma oração independente;
- e. em relação à posição na sentença, podem ser intrassentenciais e extrassentenciais;
- f. do ponto de vista semântico, expressam noções pragmáticas, como focalização, modalidade e evidencialidade.

Das propriedades listadas acima, nos deteremos nas fonológica (a) e morfológica (b). No que diz respeito ao item a, ele aponta para uma característica das partículas que as diferencia dos clíticos: aquelas são acentuadas e estes, não. Há, ainda, outro aspecto da gramática do Rikbaktsa onde esta distinção fica evidente, quando comparamos as partículas de foco e empatia com os clíticos nominalizadores<sup>3</sup>. Estes últimos constituem um conjunto de elementos que têm a mesma origem e praticamente a mesma forma das partículas de foco e modalização de empatia – discutidas adiante –, o que poderia nos levar a pensar que se trata das mesmas formas. Veremos, entretanto, que não são, e que, para além do acento, a distribuição e a função de clíticos e partículas são bem claras e apontam para elementos de naturezas distintas.

Os clíticos participam de processos morfossintáticos que não admitem partículas, como demonstrado em (1); têm uma distribuição mais fixa na sentença; e parecem ser mais relevantes para a sintaxe do que as partículas. Naturalmente que este último ponto é determinado pela semântica de cada clítico, mas, ao que parece, em geral, as partículas teriam funções que lhes permitiriam ser sintática e morfologicamente mais opcionais em comparação aos clíticos.

Em (1), o clítico *ta* nominaliza o sintagma posposicional *ske=bete* ‘sobre o caminho’, e a nominalização resultante, *ske=bete=ta* ‘o que está sobre o caminho’, vira objeto da posposição clítica *bete* ‘sobre’.

- (1) */ske=bete=ta=bete*      *ø-mi-dɔ*  
 caminho=sobre=NF.SG=sobre    1SUJ-NPAS-subir  
 ‘Eu vou subir sobre a (árvore) que está sobre o caminho.’  
 (Homem falando para outro homem)

As partículas de foco e empatia podem co-ocorrer com a forma nominalizada:

- (2) *uta*    *kta*      */ske=bete=ta=bete*      *ø-mi-dɔ*      *kta*  
 eu\M    FOC.NF.SG    caminho=sobre=NF.SG=sobre    1SUJ-NPAS-subir    EMP.NF/NF  
 ‘Eu é que vou subir sobre a (árvore) que está sobre o caminho!’

O clítico *ta* está fonologicamente preso ao lexema, enquanto ambas as partículas são fonológica, morfológica e sintaticamente independentes.

<sup>3</sup> Para mais informações sobre os clíticos nominalizadores, ver Silva (2011).

O item b, por sua vez, pode trazer certa complicação para a definição tipológica de partículas, frequentemente definidas como formas invariáveis (Payne, 2006; Crystal, 2008). O Rikbaktsa tem dois conjuntos de partículas – focalizadoras e modalizadoras de empatia – que têm a mesma origem e cujas formas são morfologicamente complexas. Como veremos mais adiante, estas partículas variam em função do gênero e do número do referente do constituinte focalizado, e em função do gênero e do número do falante e do ouvinte, no caso da modalização de empatia.

A referência ao gênero e ao número dos participantes sintáticos ou discursivos toca verbos, nomes – e as subclasses de pronomes independentes e pró-formas indefinidas – e demonstrativos. Operações morfossintáticas como a nominalização e a formação de predicados atributivos também são sensíveis ao gênero. Dessa maneira, o fato de as partículas serem atingidas por esse traço tão geral da língua só corrobora a coerência interna do sistema<sup>4</sup>.

Feitas estas considerações sobre as características das partículas, passamos a descrever forma, significado e distribuição das mesmas.

## INVENTÁRIO DAS PARTÍCULAS

Segue o inventário das partículas do Rikbaktsa:

foco '*hta*'  
também '*kinu*'  
interrogação '*hkaraba*'  
interrogação '*ha*'  
negação '*bato*'  
incompletivo '*fiba*'  
modalizador de empatia '*hta*'  
imperativo honorífico '*kikiahitekiahi*'  
certeza enfática '*ba*'  
certeza '*da*'  
inferencial '*ke*'  
restritivo '*duba*'  
reportativo '*tsafowə*'  
assertivo '*hi*'  
irrealis '*rika*'  
incredulidade '*ma*'  
sim '*niihi*'

É possível combinar uma sequência de até três partículas – ver exemplo (7). Estando presente a partícula de foco, ela terá primazia pela segunda posição na sentença, como vemos em (7), (8), (22) e (43). Passamos a descrever e exemplificar as partículas do Rikbaktsa, considerando a ordem do inventário dado acima.

<sup>4</sup> Partículas variando em função do gênero dos participantes também são identificadas, por exemplo, em línguas africanas. Para mais informações, ver Caron (2000).

- Foco '*kta*, *ktfa* e *katfa*'<sup>5</sup>: as partículas deste conjunto (Quadro 2) aparecem na segunda posição na sentença, imediatamente após o constituinte focalizado – em geral um sintagma nominal na função de sujeito –, e variam em função do gênero e do número do referente deste.

Quadro 2. Partículas focalizadoras.

|              | Singular     | Plural      |
|--------------|--------------|-------------|
| Feminino     | <i>katfa</i> |             |
| Não feminino | <i>kta</i>   | <i>ktfa</i> |

Se o referente é feminino, a distinção de número é neutralizada e o foco é marcado pela partícula *katfa*; sendo o referente não feminino, singular e plural, o foco é marcado por *kta* e *ktfa*, respectivamente.

Estas partículas têm origem nas marcas de gênero e número da língua (*tatfa* 'F.SG', *ta* 'NF.SG' e *tfa* 'NF.PL'); e como marcadores de foco, são formadas por estas marcadas antecedidas da forma *k* (Silva, 2011)<sup>6</sup>.

É quase sempre o constituinte na função de sujeito que é focalizado. Nos trechos abaixo, fica clara a função focalizadora destas partículas, pois elas são usadas sempre que um novo participante é introduzido na narrativa, além de estarem em contexto de foco contrastivo.

Genro e sogra estão no mato, ela ouve o barulho dos bichos e começa a perguntar a ele de que bicho se trata:

- (3) *mijktfa*, *ta* *kta* *fa* *ha=wa* *ø-mi-ø*, *mijktfa*  
 genro este FOC.NF.SG INTER INTER=como 3SUJ-NPAS-AUX genro  
 'Genro, e este, como ele faz, genro?'

*ta* *kta* *aha-ʔaʔ* *tihi* *ktfa*  
 este FOC.NF.SG 2PL.POSS-mingau ? EMP.NF/F  
 É com este que vocês fazem o mingal de vocês! (litt.: este é que é o mingau de vocês)  
 [...]

*ta* *kta* *fa* *ha=wa*  
 este FOC.NF.SG INTER INTER=como  
 E este, como ele faz?

*ta* *kta* *i-tʃapo-ko=ta* *ktfa*  
 este FOC.NF.SG 3SG.POSS-dente-CONT=NF.SG EMP.NF/F  
 Este é um que tem dentes.'

<sup>5</sup> Esta análise difere da presente em Silva (2011), que chama estas partículas de marcadores de tópico.

<sup>6</sup> No caso da forma *katfa*, única dissilábica dentre as partículas focalizadoras, ela é resultado de um processo morfofonológico onde a consoante inicial do morfema *tatfa* cai quando antecedida pela forma /k/, *k-tatfa* > *katfa*.

Note-se, nestes dados, a presença da partícula final *ktfa*, que, apesar da semelhança com as partículas focalizadoras, pertence ao conjunto de partículas marcadoras de empatia, vistas mais adiante.

No extenso *corpus* de que disponho, são raros os casos de focalização de objeto e circunstancial. Em (4), *atikitfa* funciona como objeto, sendo que, além da partícula focalizadora, a organização discursiva da sentença reforça a focalização por meio do deslocamento deste constituinte à esquerda, aparecendo em uma posição *ex situ*, resultando, assim, em uma sentença cuja ordem é OSV (Objeto Sujeito Verbo).

- (4) *a-tiki-tfa ktfa ka-ro ni-ø-fi=ba=hik*  
 2SG.POSS-irmão-NF.PL FOC.NF.PL 1SG.POSS-pai 3SUJ-PAS-3PL.OBJ-matar\PL=PONT  
 'Foram seus irmãos que meu pai matou todos.'

Nos exemplos seguintes, o foco está sobre os circunstanciais, *tapara* (5) e *na=ere* (6). Em (5), o referente com o qual a partícula de foco concorda é o sujeito do verbo, a onça – personagem masculino que está expresso pelo índice de pessoa *tji-* '2SUJ'; em (6), o sujeito é um personagem mítico (*Põnopõno*), também masculino, expresso pelo índice pessoal *ø-* '3SUJ':

- (5) *tapara kta ti=ɕ-ik-tjita tji-mi-ø*  
 primeiramente FOC.NF.SG IMP.SG=DIR-1SG.OBJ-moquear 2SUJ-NPAS-AUX  
 'Primeiramente mesmo, me moquei!'  
 (Homem dando instruções à onça, a fim de enganá-la)

- (6) *na=ere kta jkaraba*  
 aqui=INES FOC.NF.SG INTER

*ø-mi-romo ø-mi-romo ø-mi-romo*  
 3SUJ-NPAS-chegar 3SUJ-NPAS-chegar 3SUJ-NPAS-chegar  
 'De onde é que ele (*Põnopõno*) chega sempre?'

As partículas de foco podem coocorrer com outras partículas, como *ke* 'inferência' e *ba* 'certeza enfática', por exemplo. Como já dito, em todos os casos de coocorrência com outras partículas, é a marca de foco que virá na segunda posição, imediatamente à direita do constituinte sobre o qual tem escopo:

- (7) *ata kta ke ba ata=to ni-ø-api-kik=to*  
 ele FOC.NF.SG INFER C.ENF ele=ENF 3SUJ-PAS-esperar-CONT=ENF  
 'Parece que era ele mesmo, ele mesmo que estava esperando.'

- Também '*kinu*': muito produtiva na língua, esta partícula funciona como uma espécie de conjunção aditiva, e tem por escopo o sintagma à esquerda dela. Na continuação da narrativa mostrada em (3), quando a sogra ouve outro bicho e pergunta ao genro de que bicho se trata, ele responde:



- (8) *ta kta ja ha=wa=ta ja, miĩktfa*  
 este FOC.NF.SG INTER INTER=como= NF.SG INTER genro  
 'E este, ele é um que faz como, genro?'

*ta kinu niwa tihi aha-ɾaɽo tihi*  
 este também como ? 2PL.POSS-mingau ?  
 Este também faz igual, é o mingau de vocês.'

- (9) *uta kinu da ø-pi-ø-əkpə*  
 eu\M também CERT 1SUJ-NPAS-3SG.OBJ-experimentar  
 'Certamente eu também vou experimentar.'  
 (Resposta do veado ao sapo, após este lhe dizer como havia feito para ter as pernas grossas)

Apesar de quase sempre ter por escopo um constituinte na função de sujeito, *kinu* pode ter como escopo constituintes em função de objeto (10) e circunstancial (11):

- (10) *mɔkɔ-tfa-ti kinu na=wa tihi tʃi-m-a=ha hi*  
 mandioca-NF.PL-ACUS também isto=como ? 2SUJ-NPAS-AUX=PL ASS  
 '(Com) mandioca também vocês farão assim.'

- (11) *jobo kinu niwa tihi tʃi-mi-difaha-wə-ě-na ktfa*  
 céu também como ? 3SG-1PL.OBJ-comer-N.PAC-EST.AFIR-NF.DIF EMP.NF/NF.PL  
 'No céu também é assim mesmo, tem muita comida.'  
 (Mãe dizendo para a filha, que estava se alimentando)

Nas narrativas, quando há uma sequência de eventos, é muito comum *kinu* introduzir um discurso direto. Aqui, como nos exemplos acima, *kinu* tem por escopo o sintagma à sua esquerda, que nestes casos tem como referente o autor do discurso:

- (12) *witik kinu tʃi-k-ɾ-ikʃi*  
 mulher também 2SUJ-PAS-DIR-voltar  
 'E a mulher (disse): você chegou?'

- (13) *ata kinu na=bo ʃi-tirik-tfa kinu*  
 ele também lá=ALAT 3PL.POSS=parente-NF.PL também

*ø-mi-romo-ko=naha*

3SUJ-NPAS-chegar-CONT-PL=PL.SUJ

'E ele (disse): os parentes dele também estão chegando para lá.'

A discussão que segue sobre as duas partículas interrogativas<sup>7</sup> está baseada em Silva (2011).

- Interrogativo '*ʃkaraba*': esta partícula interroga sobre as condições de realização de um evento:

- (14) *amõ ʃkaraba tʃi-mi-ø*  
 como INTER 2SUJ-NPAS-AUX  
 'Como você vai fazer?'

E também sobre as causas da existência de um referente:

- (15) *iʔo ʃkaraba* (Silva, 2011, p. 219)  
 fogo INTER  
 'Por que tem fogo?'

*ʃkaraba* pode constituir uma oração independente, como em (16), onde *niitahiba* é um marcador discursivo externo à oração constituída pela partícula:

- (16) *ata duba are. niitahiba ɔ: ʃkaraba*  
 ele RESTR ficar.em.casa então oh! INTER  
 'Ele ficou sozinho. Então (ele pensava): oh! Como? (é que ele faz para matar queixada)?'

- Interrogativo '*ʃa*': *ʃa* interroga sobre as condições de existência de um referente – sentença 1 – e, semelhante a *ʃkaraba*, interroga sobre as condições de realização de um evento – sentença 2:

- (17) *ta kta ʃa*  
 este FOC.NF.SG INTER  
 'E este?'

*ha=wa=ta ʃa miʃktʃa*  
 INTER=COMO=NF.SG INTER genro  
 'Como este faz, genro?'

*ʃa* interroga também sobre a localização de um referente:

- (18) *iʔo ʃa* (Silva, 2011, p. 220)  
 fogo INTER  
 'Onde tem fogo?'

<sup>7</sup> Além destas partículas, há outras formas interrogativas, o clítico *ja* e as proformas interrogativas, como visto em (3), (17) e (19); estas formas não serão discutidas aqui por não se tratar de partículas.

- (19) *hã=na=bo*      *fa*      *uf=ta*  
 INTER=NF.DENS=ALAT      INTER      outro=NF.SG  
 'Para onde foi o outro?'

Diferentemente de *ƙaraba*, *fa* aparece em questões polares:

- (20) *ikia*    *fa*    *tʃi-k-a-dɪfaha=ba*      (Silva, 2011, p. 220)  
 você    INTER    2SUIJ-PAS-2SG.OBJ-alimentar-se=COMPL  
 'Você se alimentou?'

- Negação '*bato*': esta partícula nega predicados verbais (21) e não verbais (22):

- (21) *ikra*    *bato*    *ka-naha-tʃa*      *ø-mi-fi-wo~wo*  
 eu\F    NEG    1SG.POSS-colares-NF.PL    1SUIJ-NPAS-3PL.OBJ-RED~furar  
 'Eu não vou furar meus colares.'

- (22) *ikia*    *katʃa*    *bato*    *a-paik*  
 você    FOC.F    NEG    2SG.POSS-força  
 'Você é que não tem força.'

*bato* pode constituir uma oração independente quando empregada como resposta em uma questão polar (23), ou em uma questão de pedido de precisão (24), por exemplo:

- (23) *ikia*    *woɾotok=bo*  
 você    roça=ALAT  
 'Você vai à roça?'

*bato*

NEG

Não (eu não vou)!'

- (24) *hã=na=bo=ja*      *i-piri*      *taba*    *ni-ø-wak=naha*  
 INTER=NF.DENS=ALAT=INTER    3SG.POSS-pé    lado    3SUIJ-NPAS-fugir=PL.SUIJ  
 'Para onde (foram as queixadas)? Foram para o lado de baixo do rio?'

*o:*    *bato*

oh!    NEG

Oh! Não (eles não desceram o rio)!'

Em resposta a uma pergunta polar, *bato* aparece frequentemente associado à partícula de certeza enfática *ba*:



- (25) *ta a-barikta*  
 este 2SG.POSS-marido  
 '- Este é seu marido?

*bato ba!*  
 NEG C.ENF  
 -Não mesmo!

- Incompletivo '*fiba*': indica que o evento expresso pelo verbo não foi concluído. Esta partícula aparece com pouca frequência nos textos.

- (26) *afa=to fiba ni-ø-haṛape-beṛe=naha* (Silva, 2011, p. 224)  
 eles=ENF INCOM 3SUJ-PAS-RECIP-matar\SG=PL.SUJ  
 'Eles mesmos quase se mataram.'

- (27) *parini i-tḡariri=ta fiba ni-ø-fi-bɔɾɔ* (Silva, 2011, p. 224)  
 onça 3SG-ser.vermelho=NF.SG INCOM 3SUJ-PAS-3PL.OBJ-comer  
 'A onça vermelha quase os comeu.'

Em (27), *parini itḡaririta* é um sintagma nominal constituído de nome e modificador, ocupando a primeira posição na sentença, seguido da partícula de segunda posição, *fiba*.

- Modalização de empatia '*kta*, *ktḡa* e *kɨ*': muito produtivas em narrativas míticas e no discurso cotidiano, este conjunto de partículas (Quadro 3) é empregado pelos falantes como uma estratégia para atenuar o discurso – no contexto de sentenças declarativas –, ou, ainda, atenuar uma ordem dada, deixando o discurso menos impositivo – nos contextos de sentenças exortativas e imperativas. Em ambos os casos, o falante deseja ganhar a simpatia do ouvinte.

Quadro 3. Partículas modalizadoras de empatia.

| Partícula   | Locutor | Ouvinte |
|-------------|---------|---------|
| <b>kta</b>  | NF      | NF.SG   |
| <b>ktḡa</b> | NF      | NF.PL/F |
| <b>kɨ</b>   | F       | NF/F    |

Estas partículas são parcialmente semelhantes às partículas focalizadoras. Como estas, *kta* e *ktḡa* são morfologicamente complexas: são constituídas da forma *k*, seguida das marcas de gênero e número. Mas, diferentemente das focalizadoras, para referentes femininos, estas partículas têm a forma *kɨ* no lugar de *katḡa*. Além disso, elas consideram o gênero e o número do ouvinte e do locutor e aparecem no final da sentença, seu escopo, enquanto as partículas focalizadoras consideram gênero e número apenas do referente focalizado e são de segunda posição, tendo

como escopo o sintagma imediatamente à sua esquerda. As partículas de empatia aparecem sempre em contexto explicitamente interativo, envolvendo locutor e ouvinte(s).

Seguem os contextos discursivos onde ocorrem, sendo que em todas elas são opcionais:

(i) Partículas de empatia em sentenças declarativas

O falante faz uma declaração ao ouvinte e emprega estas partículas com o objetivo de ter a simpatia deste, ao mesmo tempo em que demanda um 'parecer' do mesmo quanto ao conteúdo do seu discurso<sup>8</sup>.

**hta**: locutor não feminino singular/ouvinte não feminino singular

- (28)    *ɔ:    ø-mi-wak    hta    ni-ø-a*  
           oh    1SUJ-NPAS-caçar    EMP.NF/NF.SG    3SUJ-PAS-AUX  
           'Oh! eu vou caçar, disse ele.'<sup>9</sup>  
           (Homem falando com outro homem)

Estruturas como em (28) são muito produtivas na língua; trata-se de duas sentenças que estão em uma relação de subordinação, a primeira sentença, *ø-mi-wak hta*, sendo a dependente, e a sentença principal instituída pelo verbo auxiliar, como ilustrado abaixo. As partículas modalizadoras de empatia aparecem no final da sentença dependente:

[[*ɔ: ø-mi-wak hta*] *ni-ø-a*]

**ktfa**: locutor não feminino singular/ouvinte não feminino plural (29) e feminino singular (30):

- (29)    *niatfahi    ta-hirik-tfa-bɔ~bɔ    ktfa*  
           por.isso    3SG.COR-olho-NF.PL-RED~arrancar    EMP.NF/NF.PL  
           'E por isso, ela vai se fazer arrancar os olhos!'  
           (Um pássaro fala a seus companheiros que a onça terá seus olhos arrancados)

- (30)    *ø-mi-ɾomo-ko    da    ktfa,    ka-ɾawə*  
           1SUJ-NPAS-chegar-CONT    CERT    EMP.NF/F.SG    1SG.POSS-irmã  
           'Certamente, eu cheguei, minha irmã.'  
           (Um homem falando com sua irmã)

**ki**: locutor feminino/ouvinte feminino (31) e não feminino singular (32) e plural (33):

<sup>8</sup> Os Rikbaktsa não costumam tomar decisões individualmente, antes, compartilham com o outro o que pretendem fazer, como que esperando deste conselho ou aprovação. Também não parecem se sentir completamente à vontade para dar ordens ou solicitar algo ao interlocutor sem um atenuativo, daí o uso muito recorrente destas partículas, tanto no contexto de modalização de empatia quanto exortativo e imperativo.

<sup>9</sup> Como veremos na seção "Gramaticalização de verbo auxiliar como reportativo", nas estruturas como em (28), o auxiliar parece estar se gramaticalizando como reportativo, e é traduzido por 'disse ela/ele'.

- (31) *ata kta ikra ka-barikta ki*  
 ele FOC.NF.SG eu\F 1SG.POSS-marido EMP.F/F  
 'É ele que será meu marido!'  
 (Uma mulher se dirigindo a outras mulheres)

- (32) *tji-mi-pāpāhã=naha fa*  
 2SUJ-NPAS-espalhar=PL.SUJ INTER  
 '- Vocês vão se espalhar?

*tji-mi-pāpāhã=naha ki niihi*  
 2SUJ-NPAS-espalhar=PL.SUJ EMP.F/NF.SG sim  
 - Nós vamos nos espalhar sim.'  
 (O pai pergunta e suas filhas-queixadas respondem)

Em (33), o falante emprega a partícula de empatia com uma finalidade fática, para manter o contato com o ouvinte ativo, o que não deixa de ser uma demanda de simpatia por parte do locutor ao seu interlocutor:

- (33) *tji-mi-ɬomo-ko=naha da ki kitfa*  
 2SUJ-NPAS-chegar-CONT=PL.SUJ CERT EMP.F/NF.PL pessoal  
 'Vocês estão mesmo chegando, pessoal?'  
 (Uma mulher falando com os homens)

## (ii) Partículas de empatia em sentenças exortativas

Diferentemente do imperativo, que é marcado por clíticos exclusivos, o modo exortativo não tem uma marca específica; é identificado pela prosódia, pelo verbo na primeira pessoa do plural e pela presença das partículas de empatia, que são opcionais. Elas são empregadas neste contexto para atenuar a exortação.

- (34) *tji-na-mōrō=naha ki ni-ø-kara*  
 2SUJ-DIR-tomar:banho=PL.SUJ EMP.F/F 3SUJ-PAS-AUX-CONT  
 'Vamos tomar banho, dizia ela.'  
 (Uma mulher se dirigindo a seus filhos)

- (35) *buburu i-piri=bo tji-na-kɔɔj ktfa*  
 rio 3SG.POSS-pé=ALAT 1SUJ-DIR-olhar EMP.NF/NF  
 'Vamos descer o rio para olhar (caça)! (lit.: Vamos olhar para o pé (do rio))  
 (Um homem falando a outros homens)

(iii) Partículas de empatia em sentenças imperativas<sup>10</sup>

O imperativo é marcado pelos clíticos *ti/taha* 'imperativo singular/plural'<sup>11</sup>. Neste contexto, semelhante ao que acontece com sentenças exortativas, as partículas modalizadoras de empatia têm a função de atenuar a ordem dada.

- (36) *ka-bo ti=ɿ-ikfi=ɿɔ=naha ktfa*  
 1SG.POSS-ALAT IMP.SG=DIR-partir=ITER=PL.SUJ EMP.NF/F.PL  
 'Devolvam-no novamente a mim.'  
 (O pai pedindo a suas filhas que devolvam o irmão delas a ele)

- (37) *ka: ni-ø-ø-kara ʃɔʃɔk=ti kta*  
 grito.da.onça 3SUJ-PAS-AUX-CONT soltar=IMP EMP.NF/NF  
 'Ela estava gritando, me solte!'  
 (Onça gritando para o tamanduá)

Devido às semelhanças entre partículas focalizadoras e modalizadoras de empatia, seguem mais dados mostrando ambas ocorrendo em uma mesma sentença, para ilustrar os contextos de ocorrência de cada uma delas. Em (38) – parte do exemplo (1) –, a partícula focalizadora *cta* focaliza o sujeito *ta* 'este', enquanto a partícula modalizadora *ktfa* indica que se trata do genro falando com a sogra:

- (38) *ta cta i-tʃapo-ko=ta ktfa*  
 este FOC.NF.SG 3SG-dente-CONT=NF.SG EMP.NF/F  
 'É este que é um que tem dente.'

Abaixo, *cta* focaliza o sujeito *ata* 'ele', e *ki* indica que se trata de uma mulher falando com outras mulheres:

- (39) *ata cta ikiʃa ka-bar ihta ki* (Silva, 2011, p. 218)  
 este FOC.NF.SG eu\F 1SG.POSS-marido EMP.NF/F  
 'Oh! É este que será meu marido.'

Por fim, ainda sobre estas partículas, como mostram os dados em (28) e (37), *cta* é empregado quando o locutor não feminino singular se dirige a um ouvinte também não feminino singular. Porém, como mostrado em (40), está havendo uma extensão do emprego desta partícula, que passa a indicar também ouvinte não feminino plural,

<sup>10</sup> Estas partículas podem ainda ser usadas em um contexto discursivo onde o falante faz uma advertência ao ouvinte:

*niatahi ø-p-a-boro=hik cta*  
 por.isso 1SUJ-NPAS-2OBJ.SG-comer=PONT EMP.NF/NF.SG  
 'Por isso (ele disse): eu vou comer você!'  
 (Onça falando a um homem)

<sup>11</sup> Os clíticos marcadores de imperativo ocorrem proclíticos ao verbo lexical quando o predicado é sintético, ou seja, instituído por um verbo principal na forma finita, como em (36); e ocorrem enclíticos a este mesmo verbo quando o predicado é complexo, isto é, o verbo lexical está na forma não finita, como em (37), o auxiliar estando ou não presente.

assumindo, assim, a função de *ktfa*, que é usado pelo locutor não feminino singular quando este fala com um ouvinte não feminino plural e feminino (singular e plural). Se esta tendência se confirmar, haverá uma simplificação do Quadro 4, e *ktfa* passará a marcar locutor não feminino se dirigindo a ouvinte não feminino (singular e plural), enquanto *ktfa* se especializaria em contextos com locutor não feminino se dirigindo a ouvinte feminino (singular e plural):

Quadro 4. Partículas modalizadoras de empatia atualizadas.

| Partícula   | Locutor | Ouvinte |
|-------------|---------|---------|
| <b>ktfa</b> | NF      | NF      |
| <b>ktfa</b> | NF      | F       |
| <b>ki</b>   | F       | NF/F    |

Em (40), um homem fala a outros homens que sairão com ele para o mato; embora o ouvinte seja não feminino plural, o locutor usa a forma *ktfa*, e não *ktfa*, para se dirigir a eles:

- (40) *iwarehi kare ji-bete i-ø-nakwɔɔ*  
 por:isso depois 3PL.POSS-sobre 3SUJ-PAS-amanhecer  
 'Por isso, depois que amanheceu sobre eles,
- bɔɔ ktfa bɔɔ ktfa ni-ø-ø-kara*  
 aprontar EMP.NF/NF.PL aprontar EMP.NF/NF.PL 3SUJ-PAS-AUX-CONT  
 (ele dizia) Vamos aprontar (as flechas). Vamos aprontar!'

- Imperativo honorífico '*tekiahi* e *kikiahi*'<sup>12</sup>: trata-se aqui da polidez gramaticalizada. A ordem expressa no imperativo é atenuada por estas partículas, empregadas como demonstração de respeito do falante para com o seu interlocutor. Elas são optativas, têm a setença como escopo, podem coocorrer com os clíticos imperativos e concordam com o gênero do locutor: *tekiahi* 'não feminino' e *kikiahi* 'feminino'<sup>13</sup>.

- (41) *ji-hɔkbo-wə-ti dokɟapare=ti tekiahi*  
 3PL.POSS-passar-N.LOC=ACUS abrir=IMP IMP.HON.NF  
 'Abra a porta deles!'  
 (Um menino falando para um homem)
- (42) *tɟi-ji-perək kikiahi ka-ɔpo* (Silva, 2011, p. 154)  
 2SUJ-3PL.OBJ-esperar IMP.HON.F 1SG.POSS-tio  
 'Espere-os, meu tio!'  
 (A sobrinha falando para o tio)

<sup>12</sup> Silva (2011, p. 229) chama estas partículas de 'reforço do imperativo'.

<sup>13</sup> Estas partículas parecem ser morfologicamente complexas, resultado da combinação das formas *te* e *ki*, respectivamente, seguidas da forma *kiahi*. Sincronicamente, ainda não está claro o significado de *te* e *ki*, e ambas as partículas parecem totalmente gramaticalizadas.



Há duas partículas de modalidade epistêmica que indicam certeza, **ba**<sup>14</sup> e **da**. Chamamos a primeira de 'certeza enfática' e a segunda, de 'certeza'. **ba** aparece em contexto explicitamente interativo, ou seja, em contexto de diálogo, enquanto **da** não necessariamente. A diferença entre as duas fica, portanto, evidente quando ambas estão em contexto explicitamente interativo, como em (43), que traz parte do diálogo entre genro e sogra. O falante usa **ba** para garantir que o conteúdo do seu discurso é altamente confiável, não dando margem para ser contestado pelo ouvinte, que, por sua vez, usa **da** para garantir que o conteúdo do seu discurso é confiável, mas sem a ênfase expressa por **ba**.

• Certeza enfática '**ba**':

- (43) *ata kta ba bato ʔi-k-mi-bɔɾɔ ni-ø-ø-kara* (Silva, 2011, p. 134)  
 ele FOC.NF.SG C.ENF NEG 3SUJ.HAB -PAS-1OBJ.PL-morder 3SUJ-AUX-PAS-CONT  
 'Este mesmo não costuma morder a gente, dizia ele.'

*oh! iwa da*  
 oh! assim CERT  
 Oh! Assim mesmo.'

No diálogo acima, usando **ba**, o genro expressa para a sogra sua certeza absoluta de que o bicho que está fazendo barulho não lhes morderá. Ela, por sua vez, responde usando **da**, expressando certeza do contrário, e que é preciso ficar atento ao bicho.

Além de sintagmas funcionando como argumento, como em (43), **ba** pode ainda ter como escopo circunstanciais (44) e uma sentença (45):

- (44) *na=ere ba na=wa ba ni-ø-ø-ka=naha ni-ø-a*  
 aqui=LOC C.ENF isto=como C.ENF 3SUJ-AUX-PAS-CONT=PL.SUJ 3SUJ-PAS-AUX  
 'É aqui mesmo; é assim mesmo que elas fazem, dizia ele (a si mesmo).'

- (45) *maku paçahei ni-ø-fi-beçe ni-ø-a=ha*  
 marido queixada 3SUJ-PAS-3PL.OBJ-matar\SG 3SUJ-PAS-AUX=PL.SUJ  
 '- Seu marido matou queixadas? Disseram elas.'

<sup>14</sup> Boswood (1974) glosa a partícula **ba** como 'ênfase', e Silva (2011) chama de 'afirmativo'.

É provável que **ba** tenha origem na palavra **baba** 'verdadeiro':

*ka-naro baba Maha* (Silva, 2011, p. 288)

1SG.POSS-nome verdadeiro ANTROP.F

'Meu nome verdadeiro é **Maha**.'

*ni-ø-fi-beḡe*                      *ba*

3SUJ-PAS-3OBJ.PL-matar\SG      C.ENF

- Ele os matou mesmo!

(Mulher responde às outras, querendo deixar claro que seu marido havia sido o primeiro rikbaktsa a matar queixada)

É muito produtiva a ocorrência de *ba* associada a outras partículas, como *hta* 'foco' (43) e (46) e *hta* 'empatia' (47):

- (46)    *ɔ:*    *mi-tfi*                      *hta*                      *ba*                      *mi-tuk=to*  
 oh!    1POSS.PL-irmão      FOC.NF.SG      C.ENF      1POSS.PL-com=ENF  
 'Oh! O nosso irmão mesmo está conosco!'

Associada às partículas de foco, *ba* aparecerá enclítica a esta, que tem a primazia da segunda posição.

A combinação *ba* + modalização de empatia, muito produtiva, resulta em uma locução que denota admiração (47-48). *ba* vem proclítica à partícula de empatia.

- (47)    *niitahi*    *ba*                      *hta*                      *ɽaɽo*                      *ɽ-ø-epək*  
 então      C.ENF                      EMP.NF.SG/NF.SG      pirão                      3SUJ-PAS-acabar  
 'Então, nossa! O pirão acabou!'

- (48)    *ɔ:*                      *ba*                      *ki*                      *nəkpo*    *do*                      *nəkpo*    *nəkpo*    *nəkpo*  
 oh!                      C.ENF                      EMP.F                      andar    subir                      andar    andar    andar  
 'Nossa! (elas se diziam) Elas andaram, subiram, andaram, andaram, andaram [...]'

• Certeza '*da*': esta partícula aparecerá à direita do seu escopo, que pode ser qualquer tipo de constituinte, um sintagma nominal na função de sujeito (49), um circunstancial (50) e uma sentença (51).

- (49)    *tōhi*                      *tihi*                      *o:*    *ta*                      *da*                      *ø-p-i-beḡe*  
 aquele    ?                      oh    este                      CERT    1SUJ-NPAS-3SG.OBJ-matar\SG  
 'Aquele (disse): oh! Certamente este vou matar (macaco).'

- (50)    *tapara*    *da*                      *ka-tfipa*                      *tfi-ri-bo*                      *hta*                      (Silva, 2011, p. 208)  
 primeiro    CERT                      1SG.POSS-braço    2SUJ-DIR-arrancar    EMP.NF/NF.SG  
 'Certamente primeiro arranque meu braço!  
 (Um homem instruindo falsamente uma onça sobre como fazer para comê-lo)

- (51)    *i-ti*                      *hæekik*    *ni-ø-a*                      *da*  
 3SG-ACUS    deixar                      3SUJ-NPAS-AUX    CERT  
 'Certamente ele a deixou (no mato).'  
 (Afirma a mulher depois que escureceu e sua mãe não voltou do mato)

- Inferencial '*ke*': esta partícula evidencial indica que a fonte da informação é o próprio falante, e que, em seu discurso, ele infere uma conclusão a partir de uma experiência pessoal ou leitura de mundo. *ke* aparecerá à direita do seu escopo, que pode ser um sintagma (52) ou uma sentença (53):

- (52) *ɔ:*        *tohi*        *ke*        *r-ø-ik-biki*        *tʃi-mi-ø*  
 oh        este        INFER        3SUJ-PAS-1SG.OBJ-ter.filho        2SUJ-NPAS-AUX  
 'Oh! Parece que foi este quem me engravidou.'  
 (Sogra falando quando vê o genro, de quem ela havia marcado o rosto com genipapo na noite anterior, quando ele foi deitar-se com ela em sua rede)

- (53) *ɔ:*        *mi-difaha-wə*        *rio*        *ke*  
 oh        1PL.POSS-comer-N.PAC        ser.bom        INFER  
 'Oh! Parece que tem alimento bom!'  
 (Um homem falando quando vê, pela primeira vez, uma roça plantada)

- Restritivo '*duba*': esta partícula tem como função restringir a leitura ao referente do constituinte ou ao evento sobre o qual ela tem escopo; ela aparece imediatamente à direita do mesmo, que pode ser qualquer tipo de sintagma – nominal (54) e verbal (55), por exemplo – ou uma sentença (56):

- (54) *ka-barikta*        *paɾahei-tʃa*        *ɾipəɾək-tʃa*        *duba*        *i-ø-fi-ba*  
 1SG.POSS-marido        queixada-NF.PL        pequeno-NF.PL        RESTR        3SUJ-PAS-3PL.OBJ-matar\PL  
 'Meu marido matou somente queixadas pequenas.'
- (55) *atatʃa*        *ø-p-urɪu-ku*        *duba*  
 ela        3SUJ-NPAS-chorar-CONT        RESTR  
 'Ela só chorava.' (chorava muito)
- (56) *mĩ::*        *ni-ø-a*        *duba*        *ʃirara-tʃa*        *ɔkbata~ɔkbata*        *tʃi-mi-pəbəhuj-bii-tʃa*  
 escurecer        3SUJ-PAS-AUX        RESTR        bicho-NF.PL        RED~começar        1PL-NPAS-fazer.medo-NEG-NF.PL  
 'Foi só escurecer, e os bichos começaram a fazer medo neles.'

Além da partícula de inferência *ke*, apresentada acima, o Rikbaktsa tem mais dois evidenciais: *tʃafowə* 'reportativo' e o verbo auxiliar, que pode funcionar também como reportativo.

- Reportativo '*tʃafowə*': esta partícula indica que o falante não é testemunha direta da informação que ele transmite, e não consegue recuperar a fonte da mesma. Ela aparece posposta à sentença, é pouco produtiva, e ocorre exclusivamente em narrativas míticas<sup>15</sup>.

<sup>15</sup> É muito provável que *tʃafowə* tenha sua origem no verbo *fo* 'narrar, contar', nominalizado pelo sufixo nominalizador de paciente *-wə*.

- (57) *niwatahi ba tapara=hta boʔoi ni-ø-ərik tʃafowə*  
 por.isso C.ENF antigamente=NF.SG lua 3SUJ-PAS-tomar.se REP  
 'E por isso mesmo, um (homem) de antigamente virou lua, eles dizem.'

- (58) *tapara baba-ka hui oke=ʔe ʔ-ø-uru tʃafowə*  
 primeiramente verdadeiro-CONT árvore buraco=INES 3SUJ-PAS-dormir REP  
 'Verdadeiramente, primeiro ele dormiu no buraco de uma árvore, eles dizem.'

## GRAMATICALIZAÇÃO DE VERBO AUXILIAR COMO REPORTATIVO

Aikhenvald (2004) propõe que a gramaticalização de verbos seja uma das origens dos evidenciais. Em Rikbaktsa, o verbo auxiliar *a*, traduzido por 'dizer/fazer', na terceira pessoa, passado, parece estar se gramaticalizando como reportativo. Ele ocorre no final da sentença e é traduzido pelos falantes como '*dizque*', forma muito produtiva na variedade do português falado por este povo<sup>16</sup>.

Na função de auxiliar, este verbo aparece em construções perifrásticas, que se caracterizam pela presença de dois verbos, um lexical na forma não finita, e o auxiliar, que carrega as marcas de finitude (pessoa, tempo, direção e aspecto) (Silva, 2011).

Em (59), o verbo lexical *arẽ* 'ficar' está na forma não finita, enquanto o auxiliar porta o índice pessoal *ni* '3suJ', correferente com o sujeito *Wāba*, e a marca de tempo *ø*- 'passado':

- (59) *Wāba duba arẽ ni-ø-a*  
 Wāba RESTR ficar 3SUJ-PAS-AUX  
 'Somente Wāba ficou.'

O mesmo se passa em (60), onde o verbo lexical não finito é *hãĩ* 'amarrar', e o auxiliar recebe as marcas de pessoa, tempo e aspecto:

- (60) *iktʃa ʔako hãĩ ni-ø-ø-kara*<sup>17</sup>  
 olhar preguiça amarrar 3SUJ-PAS-AUX-CONT  
 'Olharam e a preguiça estava amarrada.'

Por outro lado, os dados a seguir, uma sentença com predicado não perifrástico (61) e outra com predicado não verbal (62), ilustram contextos em que o auxiliar não deveria aparecer, mas ele está presente, e funcionando como reportativo.

O predicado não perifrástico, ou sintético, se caracteriza pela presença apenas do verbo lexical, que está na forma finita, recebendo as marcas de pessoa, tempo, direção e aspecto, como em (57) e (58). Em (61), o narrador fala sobre as mulheres que antigamente saíam para o mato com os genros. O predicado é não perifrástico – o verbo lexical

<sup>16</sup> Muitas vezes o falante viu ou ouviu diretamente da fonte sobre o fato narrado, mas, mesmo assim, ao falar sobre o assunto, ele usa o reportativo. Pode ser uma estratégia discursiva para não se comprometer com o conteúdo do discurso e, sobretudo, não comprometer o outro sobre quem fala, deixando sempre dúvida sobre o acontecido (algo como: 'diz que aconteceu, mas eu não sei...').

<sup>17</sup> No contexto /i/ /k/, a vogal [a], raiz do auxiliar, sofre assimilação total pela vogal que a precede (Silva, 2011, p. 95).

**wak** 'ir.para.o.mato' está na forma finita –, não haveria, portanto, necessidade da presença de um auxiliar, que tem aí uma leitura reportativa. Notemos ainda que, embora o sintagma nominal correferente com o sujeito (mulheres) não esteja presente, ele está subentendido, e o plural do sujeito (= **naha**) está marcado sobre o verbo lexical, enquanto a marca de sujeito que aparece sobre o auxiliar está no singular. O auxiliar não está, portanto, relacionado ao verbo lexical, mas a toda a sentença.

- (61) *tapara*      *taha-fte*      *pik-tfa*      *tuk*  
antigamente    3PL.COR-filha    marido-NF.PL    com

*ʔi-k-na-wa-ka=naha*                      *ni-Ø-a*  
 3SUJ.HAB-PAS-DIR-andar-CONT=PL.SUJ    3SUJ-PAS-AUX  
 ‘*dizque* antigamente elas andavam com os maridos das filhas delas.’

Em (62), temos uma sentença existencial e, como tal, o núcleo do predicado é um nome. Mesmo em uma estrutura que não exige a presença de um verbo, o auxiliar está presente, claramente como reportativo, e não como *locus* das marcas de finitude.

- (62) *tapara-ka*      *bato*   *piku-ku*   *ni-ø-a*  
antigamente-CONT   NEG   anta-CONT   3SUJ-PAS-AUX  
'*dizque* antigamente mesmo não tinha anta.'

É interessante ainda dizer que o auxiliar também introduz citação direta, como nos exemplos (28) e (63). Nestes casos, ele é traduzido por ‘disse ela/ele’. Em (63) – uma mulher falando com suas companheiras –, o verbo lexical *apək* ‘fazer crescer’ está na forma finita e no não passado, enquanto o auxiliar está no passado. Além disso, as duas formas verbais estão separadas por um sintagma nominal, *katfe*, o que não poderia ocorrer se eles estivessem no mesmo sintagma. Os dois verbos, portanto, não têm relação sintática.

- (63) *ikɾa*    *ø-mi-ɾ-i-əpək*                      *ka-tfe*                      *ni-ø-a*  
eu\F    1<sub>SUJ</sub>-NPAS-DIR-3<sub>SG</sub>.OBJ-fazer.crescer    1<sub>SG</sub>.POSS-filho    3<sub>SUJ</sub>-PAS-AUX  
'Eu vou criar ele como meu filho, ela disse.' (lit.: Eu vou fazer ele crescer meu filho, ela disse)

Os diferentes usos do auxiliar vistos aqui nos ajudam a traçar esse processo de gramaticalização que parece ir de verbo auxiliar 'dizer/falar' a verbo de citação (quotativo) e evidencial (reportativo).

- Assertivo '**hi**': a partícula **hi** indica que o locutor atesta, com ênfase, o conteúdo da proposição, e deseja convencer seu interlocutor do mesmo. Ela ocorre posposta à sentença.

A seguir, destaca-se trecho de um diálogo em que um homem conta à sua mulher que viu saúvas quando foi caçar:

- (64) *jimatjirik-tfa* *ʔi-ø-po-bajk=naha* *hi*  
 saúva-NF.PL 3SUJ-PAS-sair-COMPL=PL.SUJ ASS  
 'As saúvas saíram todas.'

*aba-ka=re* *unata* *ø-mi-para=naha* *hi*  
 agora-CONT=SUB à.noite 3SUJ-NPAS-voar=PL.SUJ ASS  
 'Depois de agora, à noite, elas vão voar.'

Também evidencia-se trecho de uma narrativa em que uma mulher pede às suas companheiras que não temam a anta, um personagem mítico, pois ele é humano.

- (65) *pǎw~pǎw~pǎw=bii* *ø-m-a=ha* *ki*  
 REP~REP~correr=EST.NEG 3SUJ-NPAS-AUX=PL.SUJ EMP.F/F.PL  
 'Não corram!'

*rikbak-ta=to* *ø-mi-ø-kara* *hi*  
 gente-NF.SG=ENF 3SUJ-NPAS-AUX-CONT ASS  
 'Ele é gente!'

- Irrealis '*rika*': esta partícula aparece em sentenças que se assemelham às do português do tipo 'se A, B', que em Rikbaktsa é 'A *rika*, B', com a partícula vindo imediatamente à direita da sentença subordinada (*protasis*), seu escopo, e funcionando como um operador condicional; a realização da sentença principal está condicionada à realização do evento descrito na subordinada.

- (66) *ø-mi-ri-po=ba=naha* *rika* *ø-p-a-bɔɔɔ=naha* *hi*  
 3SUJ-NPAS-CAUS-sair=COMPL=PL.SUJ IRR 3SUJ-NPAS-2SG.OBJ-comer=PL.SUJ ASS  
 'Se eles (queixadas) saírem todos, eles vão te devorar.'

No trecho abaixo, a onça faz uma reflexão ao ouvir o barulho de um bicho, e condiciona devorá-lo a ele ser bom, apetitoso.

- (67) *atjawə* *fa* *waf-ani* *rika* *ka-tʃapu-wi* *hta* *ni-ø-a*  
 o.que INTER bom-INTENS IRR 1SG.POSS-dente-uso EMP.NF/NF.SG 3SUJ-PAS-AUX  
 'O que será? Se for muito bom, eu vou comer, disse ele.' (lit.: se for muito bom, haverá o uso dos meus dentes)

Conservando a semântica de irrealis, *rika* pode ainda ocorrer em uma estrutura sem a presença de uma sentença condicionante/subordinada. A seguir, há um diálogo entre a onça e o tamanduá, no qual ele pergunta a ela como ela faria com ele se eles não fossem amigos.

- (68) ɔ: *rika fa*  
oh! IRR INTER  
'E como seria?

*ha=wa rika ni-ø-a*  
INTER=COMO IRR 3SUJ-PAS-AUX  
Como você faria? disse ele' [...]

Em seguida, após ter feito uma demonstração, caçando um bicho na frente do tamanduá, ela responde.

- (69) ɔ: *iwa rika na=wa rika kta a-ti ni-ø-a*  
oh! assim IRR isto=como IRR EMP.NF/NF.SG 2SG-ACUS 3SUJ-PAS-AUX  
'Seria assim, eu faria assim com você, disse ela.'

• Incredulidade '*ma*': esta partícula evidencia a incredulidade do ouvinte em relação ao discurso do falante. A incredulidade pode ser forte, quando o ouvinte põe em questão o que diz o falante, quase que encerrando o assunto (70), ou fraca, quando o ouvinte até toma por verdade o discurso do falante, mas 'pede' mais evidências (71). Poderia ser traduzido em português pelas formas 'sei...', 'será?', ou 'ãhã...'

- (70) *tatfa=to ke tatfa=tuk*  
aquela=ENF CERT aquela=COM

*ri-ø-ø-kɔɔ ktfa ni-ø-ø-kara*  
3SUJ-PAS-3SG.OBJ-queimar EMP.NF/F.SG 3SUJ-AUX-PAS-CONT  
'(Ele dizia): certamente aquela e a companheira dela me queimaram.'

*i-je kinu ma*  
3SG.POSS-mãe também INCRED

E a mãe dele (disse): sei...'

(A anta contando à sua mãe o que lhe acontecera)

- (71) *i-k-fi-piktomo*  
1SUJ-PAS-3PL.OBJ-encontrar  
'Eu os encontrei (queixadas)

*ma*  
INCRED  
Será?'

(Diálogo entre um homem e sua esposa)

## PARTÍCULA FÁTICA

- Sim '*nihi* ~ *ih* ~ *hi*': em geral, aparecem à esquerda da sentença ou constituindo uma oração independente. Estas partículas são usadas em resposta a perguntas polares (72) ou como demonstração de concordância do ouvinte com o falante (73-74). Aparentemente, as três formas podem ocorrer nos mesmos contextos.

(72) *witik kinu tʃi-k-ɬ-ikʃi*  
mulher também 2<sub>SUJ</sub>-PAS-DIR-voltar  
'A mulher (disse): você chegou?'

*ih* *i-k-ɬ-ikʃi* *ktʃa*  
sim 1<sub>SUJ</sub>-PAS-DIR-voltar EMP.NF.SG/F  
'Sim, eu cheguei!'

(73) *niatahiba ø-p-ikʃi=ɬ* *ni-ø-a* *nihi*  
então 3<sub>SUJ</sub>-PAS-voltar=ITER 3<sub>SUJ</sub>-PAS-AUX sim  
'Então (ele disse): - eu vou voltar novamente. - Sim (eles concordaram).'

(74) *ka-boto ti-rebək=naha ktʃa*  
1<sub>SG</sub>.POSS-flecha IMP.SG-buscar-PL.SUJ EMP.NF.SG/F  
'- Busque minha flecha.'

*hi*  
sim  
- Sim.

*i-ti wabehək*  
3<sub>SG</sub>-ACUS pegar  
'Ela a pegou.'

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As formas que chamamos de partículas aqui não poderiam ser agregadas à classe dos nomes por lhes faltar características destes, como referir e instituir predicado, por exemplo. Tampouco poderiam figurar entre os advérbios por, diferentemente destes, não admitirem ser nominalizados nem aceitarem o sufixo de intensidade que pode acompanhá-los. Não parece igualmente ser o caso de chamá-las de clíticos, pois existem características fonológicas e gramaticais que distinguem esses dois conjuntos (partículas e clíticos). Do ponto de vista fonológico, a ocorrência do acento. Partículas são acentuadas e os clíticos, não. Do ponto de vista gramatical, um aspecto importante emerge quando se compara partículas de foco e empatia e os clíticos nominalizadores. Apesar da semelhança de forma entre ambos os conjuntos, os clíticos participam de processos morfológicos e as partículas, não.



Com respeito ao fato de as partículas instituírem uma oração independente, embora sejam morfemas gramaticais, vimos que algumas delas podem, além das funções primárias que desempenham, instituir uma oração independente, como é o caso das partículas de negação *bato* e fática *ihĩ* 'sim', ou ainda da sequência formada por *ba ktfa* (certeza enfática + modalização de empatia). Esta propriedade é restrita a algumas partículas e provavelmente se dê pelo fato de, como afirma Queixalós (2019, p. 732) – falando sobre as partículas do Sikuani, neste número –, “[...] devido à alta frequência na fala espontânea, tendem a ampliar o leque de suas funções semânticas ou pragmáticas”.

Os dados do Rikbaktsa parecem, portanto, corroborar a existência de uma classe de partículas, com características formais próprias.

## AGRADECIMENTOS

O presente artigo tem como base a tese intitulada “*Morphosyntaxe du Rikbaktsa (Amazonie brésilienne)*”, apresentada para obtenção do título de Doutora em Linguística Teórica, Descritiva e Automática pela Université Denis Diderot - Paris 7, França.

## ABREVIATURAS

|        |                  |          |                     |       |                           |
|--------|------------------|----------|---------------------|-------|---------------------------|
| 1      | primeira pessoa  | EMP      | empatia             | M     | masculino                 |
| 2      | segunda pessoa   | ENF      | ênfase              | NEG   | negação                   |
| 3      | terceira pessoa  | EST.AFIR | estativo afirmativo | NF    | não feminino              |
| ACUS   | acusativo        | EST.NEG  | estativo negativo   | N.LOC | nominalização de local    |
| ALAT   | alativo          | F        | feminino            | N.PAC | nominalização de paciente |
| ANTROP | antropônimo      | FOC      | focalização         | NPAS  | não passado               |
| ASS    | assertivo        | HAB      | habitual            | OBJ   | objeto                    |
| AUX    | auxiliar         | HON      | honorífico          | PAS   | passado                   |
| CAUS   | causativo        | IMP      | imperativo          | PL    | plural                    |
| C.ENF  | certeza enfática | INCOM    | incompletivo        | PONT  | pontual                   |
| CERT   | certeza          | INCRED   | incredulidade       | POSS  | possessivo                |
| COM    | companhia        | INES     | inessivo            | RECIP | recíproco                 |
| COMPL  | completivo       | INFER    | inferencial         | RED   | reduplicação              |
| CONT   | continuativo     | INTENS   | intensificador      | REP   | repetição                 |
| COR    | correferencial   | INTER    | interrogativo       | RESTR | restritivo                |
| DENS   | denso            | IRR      | irrealis            | SG    | singular                  |
| DIF    | difuso           | ITER     | iterativo           | SUB   | subordinador              |
| DIR    | direção          | LOC      | locativo            | SUJ   | sujeito                   |

## REFERÊNCIAS

- AIKHENVALD, Alexandra Y. **Evidentiality**. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- BOSWOOD, Joan. Citações no discurso narrativo da língua Rikbaktsa. In: BOSWOOD, Joan. **Linguistics**. Brasília: Summer Institute of Linguistics, 1974. p. 99-129. (Série Linguística, n. 3).

CARON, Bernard. Assertion et préconstruit: topicalization et focalisation dans les langues africaines. *In*: CARON, Bernard (ed.). **Topicalisation et focalisation dans les langues africaines**. Paris: Peeters, 2000. p. 8-42.

CRYSTAL, David. **A dictionary of linguistics and phonetics**. Oxford: Blackwell Publishing, 2008.

GIVÓN, Talmy. **Syntax: a functional typology introduction**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2001. v. 1.

LEMARÉCHAL, Alain. **Les parties du discours: sémantique et syntaxe**. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.

PAYNE, Thomas E. **Exploring language structure: a student's guide**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

QUEIXALÓS, Francesc. Partículas em Sikuani. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 3, p. 721-737, set./dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000300003>.

SCHACHTER, Paul. Parts-of-speech systems. *In*: SHOPEN, Timothy (ed.). **Language typology and syntactic description**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. v. 1, p. 3-61.

SILVA, Léia de Jesus. **Morphosyntaxe du Rikbaktsa (Amazonie brésilienne)**. 2011. Tese (Doutorado em Linguística) - Université Denis Diderot, Paris, 2011.

ZWICKY, Arnold M. Clitics and particles. **Language**, [S.l.], v. 61, n. 2, p. 283-305, June 1985.

## A gramaticalização de verbos em partículas na língua Guajá e sua relação com a omnipredicatividade

### The grammaticalization of verbs in particles in the Guajá language and its relation to omnipredicativity

Marina Maria Silva Magalhães 

Universidade de Brasília. *Campus Darcy Ribeiro*. Brasília, Distrito Federal, Brasil

**Resumo:** Neste artigo, pretendo mostrar que, apesar da grande inconsistência em termos formais e da heterogeneidade em termos funcionais que caracteriza a descrição da classe das partículas em diferentes trabalhos, no caso do Guajá é possível se diferenciar as partículas das demais classes de palavras existentes na língua, assim como também atribuir a origem de algumas delas a diferentes processos de gramaticalização a partir de verbos plenos. Serão aqui enfocadas as partículas direcionais e posicionais e a partícula de aspecto projetivo da língua Guajá, sendo explicitada sua origem e relacionados os fenômenos analisados à perda *versus* manutenção da tipologia omnipredicativa da língua.

**Palavras-chave:** Gramaticalização. Partículas. Guajá. Família Tupí-Guaraní. Omnipredicatividade.

**Abstract:** In this article, I intend to show that, despite the great inconsistency in formal terms and heterogeneity in functional terms that characterizes description of particle class by different authors, in Guajá particles can be differentiated from other classes of words in this language, and that the origin of some of these particles can be attributed to different processes of grammaticalization from lexical verbs. Here we focus on the directional and positional particles and the projective aspectual particle in the Guajá language, explaining its origin and relating the analyzed phenomena to the loss/maintenance of the omnipredicative typology of the language.

**Keywords:** Grammaticalization. Particles. Guajá. Tupí-Guaraní Family. Omnipredicativity.

---

MAGALHÃES, Marina Maria Silva. A gramaticalização de verbos em partículas na língua Guajá e sua relação com a omnipredicatividade. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 3, p. 897-918, set./dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000300011>.

Autora para correspondência: Marina Maria Silva Magalhães. Universidade de Brasília. *Campus Darcy Ribeiro*. Asa Norte, s./n. Brasília, DF, Brasil. CEP 70910-900 ([marinamsmag@gmail.com](mailto:marinamsmag@gmail.com)).

Recebido em 25/01/2019

Aprovado em 21/08/2019



## INTRODUÇÃO

Na descrição das mais diversas línguas, comumente a classe das partículas tem se apresentado como extremamente heterogênea, tanto em termos formais quanto funcionais. No que se refere ao Guajá, uma língua do subgrupo VIII da família Tupí-Guaraní, falada por cerca de 468 indivíduos (Brasil, 2013) que habitam quatro aldeias no noroeste do Maranhão, partindo da definição formal de Wackernagel (2009) de que as partículas são acentuadas, fonologicamente leves, relativamente livres, invariáveis, de classe fechada e com distribuição sintagmática peculiar, Magalhães (2007, p. 72) define da seguinte maneira as partículas dessa língua:

As partículas formam uma classe fechada de elementos tônicos, não flexionáveis que podem se associar a distintos tipos de constituintes e que, diferentemente das palavras lexicais, operam como palavras funcionais. [...]

As partículas diferenciam-se dos afixos por comportarem-se fonologicamente como palavras independentes. Diferenciam-se também dos clíticos (os proclíticos de negação *n(a)=*, de modo exortativo *t(V)=* e os pronomes dependentes), pois estes formam uma unidade fonológica indissolúvel com seu 'hospedeiro' que não pode ser interrompida por outros formativos ou palavras (a não ser por outros elementos clíticos). As partículas, por sua vez, permitem a presença de palavras independentes entre elas e o constituinte a que se associam.

Semanticamente, a classe das partículas é muito heterogênea, incluindo operadores aspectuais, dêiticos, de modalidade, de foco, de tempo, de negação, de ênfase e outros.

Acrescento, ainda, que as partículas se distinguem dos advérbios por serem, estes, palavras de ordem mais livre na oração, enquanto aquelas ocupam posições fixas na oração ou com relação a membros da oração.

Entre as diversas partículas do Guajá, destacamos, neste artigo, aquelas cuja origem se deu a partir de processos de gramaticalização de verbos plenos que ocorrem em oração subordinada de finalidade/simultaneidade e construções seriais que permitem não apenas reconstruir o caminho por meio do qual marcadores aspectuais e dêiticos surgem na língua, mas também evidenciar a mudança tipológica pela qual a língua vem passando gradativamente, uma vez que os fenômenos a serem aqui analisados são relacionados à perda *versus* manutenção da tipologia omnipredicativa da língua.

No que se refere à metodologia, todos os dados do Guajá aqui apresentados foram coletados de narrativas e diálogos registrados ao longo de 18 anos de trabalho de campo com falantes da língua. Os dados já publicados em outros trabalhos encontram-se identificados e os que não são acompanhados de referência bibliográfica são inéditos.

O artigo está organizado da seguinte maneira: na próxima seção, apresento as características da língua que justificam caracterizá-la como descendente de uma língua ancestral de tipologia omnipredicativa; na seção seguinte, descrevo os processos de gramaticalização de verbos que resultaram nas partículas dêíticas direcionais e posicionais do Guajá, além da partícula que expressa aspecto projetivo; posteriormente, apresento evidências de que os processos de gramaticalização mostram dois sentidos de evolução distintos no que se refere à perda *versus* manutenção das características omnipredicativas da língua; e, por fim, na última seção, são tecidas considerações finais acerca do tema abordado.

## O GUAJÁ E A OMNIPREDICATIVIDADE

As línguas da família Tupí-Guaraní apresentam um fenômeno já amplamente difundido em diversos trabalhos desde Lemos Barbosa (1956) (sobre o Tupinambá), em que tanto verbos quanto nomes podem funcionar primariamente como predicado: "Nessas línguas, o uso do critério sintático, em que a função básica do nome é a de ser argumento e a do verbo é a de ser predicado, é insuficiente para tratá-los como duas classes lexicais distintas" (Rodrigues, 1996 apud Magalhães; Mattos, 2014, p. 252).

Em Guajá, conforme explicam Magalhães e Mattos (2014), verifica-se o mesmo fenômeno gramatical: verbos, nomes e também advérbios (ou expressões adverbiais) podem exercer a função sintática de predicado, ou seja, têm função predicativa primária sem precisar de cópula ou qualquer outro recurso morfossintático, não se podendo associar apenas ao verbo uma vocação predicativa, conforme atestam os exemplos abaixo<sup>1</sup>:

- (1)     <**a-kere**>       verbo eventivo com função de predicado  
1SG.I-dormir  
'Eu dormi.' (Magalhães; Mattos, 2014, p. 253)
  
- (2)     <**ha = r-apaj**>       verbo estativo com função de predicado  
1SG.II = ADJ-ter:sono  
'Eu estou com sono.'
  
- (3)     <**ha = r-a'yr-a**>     [nijã]     nome com função de predicado  
1SG.II = ADJ-filho-RFR    você  
'Você é meu filho.'<sup>2</sup>
  
- (4)     [**tapi'ir**]-a   <**ka'a-pe**>     expressão adverbial com função de predicado<sup>3</sup>  
anta-RFR       mata-LOC  
'A anta está no mato.'

É possível observar, assim, o mesmo comportamento morfossintático entre verbos eventivos (1), verbos estativos (2), nomes (3) e expressões adverbiais (4), ou seja, todos eles podem exercer primariamente a função de predicado sem o acréscimo de qualquer morfologia derivacional ou cópula, apesar de nomes serem mais usados como argumentos, verbos como predicados e expressões adverbiais como adjuntos.

Com base nas descrições de diversas línguas da família Tupí-Guaraní, em que é possível se verificar que a função predicativa é, como já dito, comum a verbos e nomes, Couchili et al. (2001-2002) e Queixalós (2001, 2006) defendem a hipótese de que membros dessa família são descendentes de uma língua na qual todas as entradas lexicais funcionavam como predicados – um padrão denominado de 'omnipredicatividade', conceito proposto por Launey (1994) para o Nahuatl<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> A função predicativa é indicada nos exemplos pelos símbolos < >, em oposição a [ ], que indica os limites dos sintagmas em funções não predicativas, como as de argumento.

<sup>2</sup> Informação obtida das notas de campo da autora, em estudo realizado nas aldeias Awá e Tiracambu (Maranhão), em julho de 2012.

<sup>3</sup> Neste exemplo, a expressão adverbial **ka'a-pe** 'no mato' exerce a função de predicado e exige o sintagma nominal **tapi'ir-a** 'a anta', como seu argumento externo. Essa oração contrasta com a seguinte, em que a mesma expressão funciona como adjunto adverbial do predicado nominal existencial **tapi'i** 'há anta', que ocorre sem o morfema referenciante:

<**tapi'i**>    (**ka'a-pe**)  
anta       mata-LOC  
'Há anta (no mato).'

<sup>4</sup> É importante ressaltar que a classificação de uma língua como omnipredicativa não se restringe a essa propriedade. Além disso, o tipo de língua que aqui denominamos de omnipredicativa também é conhecido, na teoria gerativa, sob o rótulo de língua não configuracional – ver Hale (1983) para o warlpiri e Jelinek (1984) para as línguas salish. No entanto, para a compreensão do fenômeno abordado neste artigo, enfocaremos apenas a capacidade predicativa de quase todos os itens lexicais das línguas Tupí-Guaraní.

Assumindo a hipótese de Queixalós (2006), Praça et al. (2017) consideram que as propriedades omnipredicativas dessa língua ancestral foram mantidas em algumas línguas mais conservadoras da família, como o Tupinambá e o Apyãwa, as quais vêm se perdendo gradativamente em outras, como no Guajá, e são praticamente inexistentes em outras, como no Nheengatú, língua que avançou tanto na perda das características omnipredicativas que atualmente é melhor não ser classificada como tal<sup>5</sup>.

Assim, o Guajá ilustraria uma fase intermediária no processo diacrônico de degradação de um hipotético estado Proto-Tupí omnipredicativo, o que pode ser evidenciado, entre outras características que serão aqui apresentadas, pelo fato de já não permitir que verbos funcionem como argumento sem que sejam antes nominalizados<sup>6</sup>. Isto é, no Guajá, apesar de ambas as classes, verbos e nomes funcionarem primariamente como predicado, como ilustrado nos exemplos (1) a (3), para que a função argumental seja exercida, os verbos devem receber morfologia derivacional nominalizadora, como em (5):

- (5) [ha=Ø-kere-ha]-Ø <i-muku> verbo com função argumentativa  
 1SG.II=ADJ-dormir-NMLZ-RFR 3.II-ser.longo  
 'Minha dormida foi longa.'

A análise da gramaticalização de verbos em partículas na língua Guajá, tema enfocado neste artigo, é evidência adicional do estágio intermediário de degradação da omnipredicatividade da língua, como veremos a seguir, uma vez que ele pode ser diagnosticado a partir de inovações que mostram dois sentidos de evolução opostos na língua: um que mantém características omnipredicativas, e outro em que a perda dessas características é evidenciada.

## A GRAMATICALIZAÇÃO DE VERBOS EM PARTÍCULAS

Nesta seção, apresentaremos a descrição das partículas direcionais, posicionais e da partícula de aspecto projetivo, explicitando suas origens por meio de dois diferentes processos de gramaticalização a partir de verbos plenos.

### PARTÍCULAS DIRECIONAIS

As partículas direcionais são palavras independentes, invariáveis, de conteúdo gramatical e de posição obrigatoriamente posterior ao núcleo do predicado, podendo, no entanto, ser precedidas por outras palavras. Em termos semânticos, todas têm teor dêitico e definem a direção do movimento expresso pelo núcleo do predicado verbal, que é sempre um verbo de deslocamento.

Nesse tipo de construção, a combinação do verbo lexical com a partícula é interpretada, naturalmente, como um só evento, uma vez que a partícula expressa a noção gramatical de direção do evento de deslocamento evidenciado pelo verbo.

São sete as partículas direcionais do Guajá, conforme ilustram os exemplos (6) a (12), a seguir:

<sup>5</sup> Para maiores detalhes sobre a perda gradativa de características omnipredicativas nessas quatro línguas, confira Praça et al. (2017).

<sup>6</sup> Em línguas mais conservadoras, como o Tupinambá e o Apyãwa, a função argumentativa é exercida primariamente também pelos verbos (Praça et al., 2017).

**aha** 'indo' – partícula direcional centrífuga:

- (6) *Ø-wyhy tapi'i aha are = r-ixak-a*  
 3.I-correr anta CTF 1PL.II = ADJ-ver-FIN  
 'A anta foi correndo ao nos ver.' (Magalhães, 2007, p. 101)

**awa** 'vindo' – partícula direcional centrípeta:

- (7) *wari-a Ø-wi awa ira r-ia*  
 guariba-RFR 3.I -descer CTP árvore ADJ-de  
 'O guariba veio descendo da árvore.' (Magalhães, 2007, p. 102)

**raha ~ haraha** 'levando' – partícula direcional centrífuga comitativa:

- (8) *Ø-ryhy ka'i haraha*  
 3.I-fazer.correr macaco.prego CTF1  
 'Fez (a anta) correr levando (com ela) os macacos.' (Magalhães, 2007, p. 103)

**rawa ~ harawa** 'trazendo' – partícula direcional centrípeta comitativa:

- (9) *a-pi harawa ha = Ø-jamete-pe*  
 1SG.I-carregar CTF1 1SG.II = ADJ-costas-LOC  
 'Carreguei-o trazendo-o nas minhas costas.' (Magalhães, 2007, p. 104)

**manã** 'fazendo ir' – partícula direcional centrífuga causativa simples:

- (10) *Mair-a kamixa-Ø Ø-japia'ó Ø-mapy manã kwarahy Ø-pa-pe*  
 Maira-RFR jabuti-RFR 3.I-estripar 3.I-colocar CTF2 sol ADJ-brilho-LOC  
 'Maíra estripava o jabuti e colocava-o (fazendo ir) no sol.' (Magalhães, 2007, p. 105)

**mõ** 'fazendo vir' – partícula direcional centrípeta causativa simples:

- (11) *h-aĩn-a ka'i Ø-ty mõ i-pe*  
 3.II-carço-RFR macaco.prego 3.I-jogar CTF2 3.II-para  
 'O macaco-prego jogou o carço dela (da fruta) (fazendo vir) para ele.' (Magalhães, 2007, p. 105)

**kapo** 'saíndo de dentro para fora' – partícula direcional elativa:

- (12) *kururuhu Ø-memer-er-a Ø-wehẽ kapo*  
 sapo-boi ADJ-filho-COL-RFR 3.I-sair ELAT  
 'Os filhotes do sapo saíram (para fora da água).' (Magalhães, 2007, p. 106)

Comparando-se as partículas ora citadas e as formas verbais plenas do Guajá, conforme o Quadro 1, fica clara a relação entre as partículas e determinados verbos que expressam deslocamento na língua.

Quadro 1. Partículas direcionais e verbos que as originaram.

| Verbos                 | Partículas direcionais                        |                  |
|------------------------|-----------------------------------------------|------------------|
| <i>aho</i> 'ir'        | <i>aha</i> CTF                                | <i>aha</i> PROSP |
| <i>u</i> 'vir'         | <i>awa</i> CTP                                |                  |
| <i>raho</i> 'levar'    | <i>raha</i> ~ <i>haraha</i> <sup>7</sup> CTF1 |                  |
| <i>ru</i> 'trazer'     | <i>rawa</i> ~ <i>harawa</i> CTP1              |                  |
| <i>manõ</i> 'fazer ir' | <i>manã</i> CTF2                              |                  |
| <i>mũ</i> 'fazer vir'  | <i>mõ</i> CTP2                                |                  |
| <i>kwa</i> 'passar'    | <i>kapo</i> ELAT                              |                  |

A origem das partículas dêiticas direcionais, segundo Magalhães (2007), são os verbos *-aho* 'ir' e *-u* 'vir', que ocorrem de forma independente na língua. As formas comitativas *-raho* 'levar' e *-ru* 'trazer' e causativas simples *-monõ* 'fazer ir' e *-mũ* 'fazer vir', já lexicalizadas, também ocorrem independentemente na língua, são sincronicamente inanalisáveis<sup>8</sup> e geraram as partículas *raha*, *rawa*, *manã* e *mõ*, respectivamente.

Com relação especificamente à partícula *aha*, que expressa direção centrífuga e tem origem no verbo 'ir', podemos afirmar que seu uso direcional se estendeu também para expressar aspecto prospectivo, isto é, uma confluência entre tempo e aspecto que tem a função de indicar, no caso do Guajá, a antecipação de um estado futuro iminente. Seu uso como partícula de aspecto prospectivo pode ser atestado pelos exemplos (13) e (14), quando ocorre associada a verbos que exprimem estado, e não a verbos que exprimem deslocamento:

(13) *a-jkura aha kyry'y*  
1SG.I-curar PROSP agora  
'Eu estou quase curado agora.'

(14) *Ø-wi aha kyry'y*  
3.I-estar.cozido PROSP agora  
'(O peixe) está quase cozido agora.'

PARTÍCULAS POSICIONAIS

As partículas posicionais, assim como as direcionais, também são palavras independentes, invariáveis, de conteúdo gramatical e de posição obrigatoriamente posterior ao núcleo do predicado. Em termos semânticos, expressam a posição ou atitude<sup>9</sup> física em que se encontra o participante do evento, sendo a combinação do verbo lexical com a partícula interpretada como apenas um evento.

<sup>7</sup> As variantes *haraha* e *harawa* das partículas *raha* e *rawa* ocorrem em variação livre e podem ser explicadas pelo fato de o *h* inicial ser um antigo prefixo de terceira pessoa da série não ativa de marcadores pessoais que ficou cristalizado quando o verbo se gramaticalizou em partícula. Em línguas como o Guajajara, o verbo 'levar' da oração subordinada ocorre com o referido prefixo:

*u-munyk t-azyr i-petym h-eraha i-zupe a'e*  
3-acender 3-filha 3-tabaco 3-levar 3-para 3

'A filha dele acendeu o cigarro dele e levou para ele.' (Harrison, 1983, p. 74)

<sup>8</sup> Os prefixos comitativo e causativo lexicalizaram-se nesses itens lexicais.

<sup>9</sup> Nem sempre é a posição (que evoca estatismo) o que essas partículas expressam; podem indicar uma atitude física, como no caso da partícula *ika* 'estar em movimento' ou no caso da partícula *kata* 'realizar movimento de pêndulo'.



São sete as partículas posicionais do Guajá, conforme ilustram os exemplos (15) a (21), a seguir:

*ika* ~ *tika* 'em movimento' – partícula posicional:

- (15) *a-me'ẽ~me' ẽ tika Ø-pe Ø-wy r-ipi*  
 1SG.I-olhar~RED POS1 INDET-caminho ADJ-beira ADJ-por  
 'Eu fiquei olhando (em pé, em movimento) à beira do caminho.' (Magalhães, 2007, p. 107)

*ama* ~ *tama* 'em pé' – partícula posicional:

- (16) *a-pa'ỹ tama*  
 1SG.I-levantar POS2  
 'Levantei (ficando em pé).'

*ina* ~ *tina* 'de cócoras / sentado' – partícula posicional:

- (17) *a-jamaka japy tina*  
 1SG.I-ouvir de.novo POS3  
 'Eu ouvi de novo (sentado).' (Magalhães, 2007, p. 108)

*apo* ~ *tapo* 'deitado' – partícula posicional:

- (18) *a-wa'a ta tapo ha=kaha-pe ha=r-awy mehẽ*  
 1SG.I-cair PROJ POS4 1=SG.II=rede-LOC 1.II=ADJ-estar.menstruada quando  
 'Eu vou cair (ficando deitada) na minha rede quando estiver menstruada.' (Magalhães, 2007, p. 108)

*kata* 'em movimento pendular' – partícula posicional:

- (19) *Ø-wata kata*  
 3.I-andar POS5  
 'Ele anda mancando (realizando movimento de pêndulo)!'

*mina* 'fazendo sentar' – partícula posicional causativa:

- (20) *Ø-kyty xi karai-a Amỹxa'ate mina*  
 3.I-furar IMPERF não-índio-RFR Amỹxa'ate POS6  
 'O não índio dava injeção (furava) na Amỹxa'ate (fazendo-a sentar).' (Magalhães, 2007, p. 109)

*raka* ~ *haraka* 'estando com' - partícula posicional comitativa:

- (21) *Ø-japipi haraka i-py-pe*  
 3.I-atirar~RED POS7 3.II-pé-LOC  
 '(Ele) chutou (a bola) (estando com ela) várias vezes com o pé.' (Magalhães, 2007, p. 105)

Assim como as direcionais, as partículas posicionais podem ser claramente associadas a verbos lexicais, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2. Partículas posicionais e verbos que as originaram.

| Verbos                                        | Partículas posicionais    |                 |
|-----------------------------------------------|---------------------------|-----------------|
| <i>iku</i> 'estar em movimento'               | <i>ika</i> POS1           | <i>ika</i> PROG |
| *- <i>'am</i> 'estar em pé'                   | <i>ama</i> POS2           |                 |
| *- <i>in</i> 'estar sentado'                  | <i>ina</i> POS3           |                 |
| *- <i>ub</i> 'estar deitado'                  | <i>apo</i> POS4           |                 |
| <i>kato</i> 'balançar'                        | <i>kata</i> POS5          |                 |
| <i>m-</i> CAUS + *- <i>in</i> 'estar sentado' | <i>mina</i> POS6          |                 |
| <i>ruku</i> 'estar em movimento com'          | <i>raka ~ haraka</i> POS7 |                 |

As partículas posicionais são provenientes dos verbos *-iku* 'estar em movimento', *\*-'am* 'estar em pé', *\*-ub* 'estar deitado' e *\*-in* 'estar sentado'<sup>10</sup>, respectivamente. A partícula *kata* 'em movimento pendular' possivelmente tem sua origem no verbo *kato* 'balançar', a partícula *mina* 'fazendo sentar' corresponde à versão causativa da partícula *ina* e a partícula *raka*<sup>11</sup> é a versão comitativa da partícula *ika*.

Magalhães (2007) explica que as partículas posicionais têm alomorfes que variam em *ika ~ tika*, *ama ~ tama*, *ina ~ tina* e *apo ~ tapo* somente quando o sujeito é de primeira pessoa; com as demais pessoas, o alomorfe é sempre sem a inicial *t*<sup>12</sup>.

No que se refere especificamente à partícula *ika*, que tem origem no verbo posicional *iku* e expressa posição em pé e em movimento (isto é, o participante da ação/evento deve estar simultaneamente em pé e em movimento), podemos afirmar que seu uso posicional se estendeu e tem se especializado em expressar aspecto progressivo. O verbo posicional *iku* 'estar em pé e em movimento', que existe plenamente como verbo lexical – ver o exemplo (22) –, gramaticalizou-se, em processo paralelo, em partícula e o resultado semântico da combinação da partícula com os verbos vai depender do tipo de verbo com o qual ela é associada. Com verbos eventivos, pode denotar tanto posição quanto aspecto progressivo, como ilustrado em (23). Associada a verbos estativos, indica um estado em progressão, como pode ser atestado pelo exemplo (24).

<sup>10</sup> De acordo com Magalhães (2007, p. 106), “Os temas verbais marcados com asterisco (\*) não são encontrados sincronicamente nas suas formas independentes no Guajá. Essas formas são citadas tomando como base outras línguas da família, mais conservadoras, em que há esses verbos posicionais que, além da posição, indicam também um evento em progressão. Atualmente os Guajá usam as formas verbais independentes *-pa'ã* para 'levantar', *-japajñõ* para 'deitar' e *-wapý* para 'sentar'”.

<sup>11</sup> A variante *haraka* da partícula *raka* pode ser explicada da mesma maneira que a das partículas *raha* e *rawa* (cf. nota 7).

<sup>12</sup> A consoante *t* inicial, que sincronicamente se encontra lexicalizada na partícula posicional, possivelmente foi produtiva como prefixo de correferência. No Tembé, por exemplo, uma língua Tupi-Guaraní, há um prefixo *te-* que indica a correferência em verbos posicionais na primeira pessoa (informação verbal, fornecida por Ana Suely Cabral, em Brasília, em 2006):

*izea a-mae-u te-ini*  
eu 1SG.I-caça-comer 1CORR-estar.sentado  
'Eu estou comendo (sentada).'

*izea a-mae- u te-'am*  
eu 1SG.I-caça-comer 1CORR-estar.em.pé  
'Eu estou comendo (em pé).'

*izéa a-ze'en te-ko*  
eu 1SG.I-conversar 1CORR-estar.em.movimento  
'Eu estou falando (em movimento).'

- (22) *tapi'ir-a ø-iku* *ajpo ka'a-pe*  
 anta-RFR 3.I-estar.em.movimento N.AT mato-LOC  
 'A anta deve estar (em pé, em movimento) no mato.'
- (23) *tapi'ir-a u-'u ika ka'a-pe*  
 anta-RFR 3.I- comer POS1/PROG mato-LOC  
 'A anta comia em pé, em movimento, no mato.' / 'A anta estava comendo no mato.'
- (24) *jaha a-wata ka'a r-ipi ha = ø-jamyhỹ ika*  
 eu 1SG.I-andar mata ADJ-por 1SG.II = ADJ-estar.faminto PROG  
 'Eu andava pelo mato. Eu estava faminto.' (Magalhães, 2007, p. 107)

## PARTÍCULA DE ASPECTO PROJETIVO

A partícula *ta(r)* expressa aspecto projetivo por indicar a projeção de um evento ou estado a ser realizado ou a existência de uma entidade a ser concretizada (Magalhães, 2007, p. 111)<sup>13</sup>. Ocorre associada a predicados verbais, como em (25), e predicados nominais, como em (26), e tem sua origem, conforme apresentado no Quadro 3, no verbo *\*mata(r)* 'querer/desejar', para o qual se encontram cognatos em outras línguas da família, mas que deixou de existir como verbo lexical pleno no Guajá, isto é, não ocorre mais associado a morfemas pessoais, apesar de, a depender do contexto, ainda ocorrer em construções verbais mantendo sua forma mais estendida e semântica desiderativa, como em (27):

- (25) *a-xa ta*  
 1SG.I-ver PROJ  
 'Vou ver.'
- (26) *ha = r-ipa ta*  
 1SG.II = ADJ-casa PROJ  
 'Vai existir a minha casa.' (Magalhães, 2007, p. 111)
- (27) *a-xa mata*  
 1SG.I-ver PROJ/DES  
 'Quero ver.'

<sup>13</sup> Essa partícula tem cognatos em várias outras línguas da família Tupí-Guaraní e é muitas vezes interpretada como expressando tempo futuro. Aqui, entendemos que sua função como partícula aspectual retrata melhor a estrutura gramatical das línguas da família, uma vez que não há, na maioria dessas línguas, morfemas específicos para marcar tempo. O aspecto, como categoria gramatical que delimita a estrutura interna de uma ação, estado ou evento, nos parece muito mais relevante nas línguas da família do que a categoria tempo que, quando expressa, sempre é associada a noções aspectuais. Agradeço à Marília Facó a oportunidade de refletir sobre esse tema durante evento científico em 2018, em Goiânia, confirmando que sua impressão se alinhava à minha análise desta partícula como aspectual e não temporal.

Quadro 3. Partícula de aspecto projetivo e verbo que a originou.

| Verbo                         | Partícula aspectual |
|-------------------------------|---------------------|
| <i>mata</i> 'querer, desejar' | <i>ta</i> PROJ      |

A partícula que exprime aspecto projetivo ocorre em posição intrapredicado, conforme descrito em Magalhães (2007). As partículas intrapredicado, apesar de assemelharem-se aos sufixos por serem afetadas por processos morfonológicos similares aos que ocorrem nos limites de morfemas dentro da palavra, são palavras independentes, pois têm acento próprio e o núcleo do predicado em que ocorrem mantém seu acento original. Além disso, podem ocorrer em sequência e permutar-se entre si, como pode ser observado comparando-se (28) com (29), em que naquele a partícula intrapredicado projetiva *ta* ocorre após a partícula intrapredicado imediata *ramõ*, enquanto neste ela precede a mesma partícula. Tais especificidades impedem a caracterização das partículas intrapredicado como sufixos. Estas partículas, como *ta*, diferenciam-se também dos advérbios, por ter posição fixa obrigatória pós-núcleo do predicado, além de formar com ele um predicado único, monooracional, o que fica evidente por meio dos marcadores de negação descontínua (n= ... *-i*), que têm escopo sobre todo o predicado, como ilustrado em (30), e por meio da nominalização do predicado verbal, cujo sufixo ocorre após a sequência verbo + *ta*, como ilustrado em (31).

(28) *a-jaho ramõ te ta*  
1SG.I-ir IMED REAL PROJ  
'Eu irei agorinha mesmo!'

(29) *ari-jaho ta ramõ e ikwamehẽ are=r-ipa-pe aria*  
1PL.I-ir PROJ IMED LUS amanhã 1.SG.II-ADJ-casa-LOC nós  
'Nós iremos amanhã para a nossa casa.' (Magalhães, 2007, p. 112)

(30) *n = a-xa tar-i*  
NEG = 1SG.I-ver PROJ-NEG  
'Não vou ver.'

(31) *a-kije ha=Ø-manũ ta-ha r-ia*  
1SG.I-temer 1.SG.II- ADJ-morrer PROJ-NMLZ ADJ-de  
'Eu tive medo de morrer.' (lit.: 'Eu temi minha morte futura/projetada.') (Magalhães, 2007, p. 111)

Explicitadas as origens verbais das partículas direcionais, posicionais e de aspecto projetivo do Guajá, serão detalhados, na seção a seguir, os diferentes processos de gramaticalização que resultaram nessas palavras gramaticais.

OS PROCESSOS DE GRAMATICALIZAÇÃO

A definição clássica de gramaticalização difundida por Kurylowicz (1965, p. 52, tradução nossa) é a de que esse fenômeno “[...] consiste no aumento da amplitude de um avanço a partir de um morfema lexical para um morfema gramatical ou de um *status* menos gramatical para um mais gramatical”.

Comparando-se as partículas acima citadas e as formas verbais plenas do Guajá, fica evidente, conforme explicado a seguir, que as partículas dêiticas direcionais e posicionais são resultado de um processo de gramaticalização de determinados verbos que ocorriam como núcleo de orações adverbiais de finalidade/simultaneidade, que acabaram se especializando em expressar posição e direção.

Essas orações subordinadas adverbiais são expressas nas línguas da família por meio da sufixação de cognatos do morfema **-áβo** ou **-a**, encontrado no Tupinambá, quando têm seu sujeito correferente ao sujeito da oração principal, expressando finalidade/simultaneidade. Desde as primeiras gramáticas sobre as línguas Tupí-Guaraní, esse tipo de oração subordinada é conhecido como oração de 'gerúndio' (Anchieta, 1595; Figueira, 1880; Montoya, 1993).

Em diversas línguas, quando verbos de movimento ou de posição ocupam a posição de núcleo de oração subordinada de finalidade/simultaneidade, eles se especializam em expressar direcionalidade e posição da ação ou evento, expressos pelo verbo da oração principal.

Na língua Tapirapé, por exemplo, conforme explicado por Praça (2007, p. 207), os verbos de movimento *yj* 'correr', *xar* 'vir', *a* 'ir', *xewyr* 'voltar', quando ocorrem após um verbo da oração principal, na posição de verbo subordinado no referido 'modo gerúndio', expressam a direcionalidade da ação evidenciada pelo verbo principal, como nos exemplos (32) e (33):

- (32) *a-waem rāka a-xat-a a-xe-amō-wo*  
 3.I-chegar PAS.REC 3.III-vir-GER 3.III-REF-molhar-GER  
 'Ele chegou (vindo) molhado.' (Praça, 2007, p. 207)

- (33) *ā'ě=gā-ø a-xewyr a-a-wō confresa-pe*  
 DEM=SG-RFR 3.I-voltar 3.III-ir-GER Confresa-LOC  
 'Ela voltou (indo) para Confresa.' (Praça, 2007, p. 207)

Aparentemente, o Tapirapé ilustra o processo anterior à gramaticalização pela qual já passou o Guajá: um verbo lexical de movimento recebe morfema subordinador expressando simultaneidade das ações expressas pelos verbos principal e subordinado. Sendo o verbo subordinado um verbo que expressa direção (ir, vir e voltar), ele passa a indicar a direção do movimento expresso pelo verbo principal. No Guajá, esse verbo no 'modo gerúndio' teria se gramaticalizado em partículas direcionais, uma vez que não é mais possível analisar a forma gramaticalizada como uma associação da raiz verbal com o sufixo. O mesmo processo teria ocorrido também com as partículas posicionais, quando a gramaticalização ocorreu a partir de verbos que expressam posição.

O processo de gramaticalização que gerou as partículas direcionais e posicionais a partir de verbos flexionados no 'modo gerúndio' provavelmente ocorreu em momento não muito recente, como se pode atestar pelos seguintes motivos:

a) a origem dessas partículas é um verbo associado a um antigo sufixo de gerúndio **\*-áβo** (Cabral; Rodrigues, 2005), reconstruído para o Proto-Awetí-Tupí-Guaraní. Resquícios dessa fase anterior da marca de finalidade/simultaneidade são encontrados no Guajá com as partículas *kapo* 'partícula direcional relativa' e *tapo* 'partícula posicional', as únicas de seus respectivos grupos de domínio semântico que terminam em *apo*;

b) em diversas línguas Tupí-Guaraní, assim como ocorreu na língua Guajá, a sequência **-áβo**, por motivos de junção fonética entre constituintes, reduziu-se a um sufixo **-a**. A grande maioria dessas partículas do Guajá termina

com a vogal **a**, que é a forma mais antiga do sufixo de finalidade ainda hoje existente na língua. Nenhuma termina com a forma **pa** ~ **ma**, que é uma variante mais recente desse morfema, a qual chegou ao Guajá provavelmente por meio do contato com falantes do Tenetehara;

c) partículas posicionais como **ama** ~ **tama** 'em pé', **apo** ~ **tapo** 'deitado' e **ina** ~ **tina** 'de cócoras/sentado', provêm do gerúndio dos verbos **\*-am** 'estar em pé', **\*-ub** 'estar deitado' e **\*-in** 'estar sentado', que não existem mais como verbos plenos na língua, mas são atestados em línguas aparentadas mais antigas, por meio de dados registrados há vários séculos, como os da língua Tupinambá;

d) as partículas posicionais conservam um antigo prefixo **t-** que indica a correferência para a primeira pessoa. Essa marca gramatical de correferência não é encontrada em verbos plenos da língua, mas pode ser encontrada, plenamente ativa, por exemplo, em verbos posicionais na língua Tembé, como exemplificado na nota de rodapé 9. A gramaticalização das partículas posicionais com o referido prefixo de correferencialidade evidencia que esse processo ocorreu em um período em que o prefixo ainda era ativo em verbos plenos da língua.

Como têm sua origem nos verbos, algumas dessas partículas compartilham com essa classe a propriedade de poder ser reduplicadas<sup>14</sup>, como ilustrado em (34) e (35), a seguir:

(34) **Ø-wata katakata**

3.I-andar POS6~RED

'Ele anda mancando.' (lit.: 'Ele anda balançando.')

(35) **Ø-wata ikaika**

3.I-andar POS1~RED

'Ele fica a andar.'

(36) **Ø-roho rakaka i-kwa Ø-kytyry**

3.I-levar POS7~RED 3.II-buraco ADJ-frente

'(O jabuti) levou (a onça) (estando com ela) para frente do seu buraco.' (Berto et al., 2019, p. 161)

Já no caso da gramaticalização do verbo **\*mata** 'querer/desejar', que sofreu erosão fonética (o verbo dissilábico tornou-se uma partícula monossilábica) e enfraquecimento semântico, resultando na partícula de aspecto projetivo **ta**, é possível atestar que a origem dessa partícula provém da possibilidade estrutural que a língua apresenta de permitir que determinadas raízes verbais ocorram como segundo verbo de uma sequência verbal, sem marca morfológica de pessoa ou qualquer marca de subordinação, como ilustrado a seguir<sup>15</sup>:

<sup>14</sup> Para verificar um verbo reduplicado, conferir exemplo 21 deste artigo.

<sup>15</sup> Além da partícula **ta**, a partícula **katy** 'bem' vem do verbo estativo 'ser/estar bem', não mais existente no Guajá, mas atestada em outras línguas da família, que se gramaticalizou em partícula de maneira, possivelmente também a partir de construções em que figurava como segundo verbo de uma construção de verbos seriais (*Serial Verb Construction* - SVC):

**a-'u katy**

1SG.I-andar bem

'Eu comi bem.'

Hipoteticamente, é possível que os demais verbos 'terminar', 'saber', 'estar certo', 'estar errado' e 'estar devagar' passem pelo mesmo processo de gramaticalização, tornando-se marcas de aspecto cessativo, habilidade/potencialidade e maneira, respectivamente, no caso dos três últimos, que são verbos estativos.

- (37) **a-wata kwa**  
1SG.I-andar saber  
'Eu sei andar.'
- (38) **a-'u pa**  
1SG.I-comer terminar  
'Eu terminei de comer.'
- (39) **a-ĩ panahỹ ni = Ø-pe**  
1SG.I-falar estar.certo 2SG.II = ADJ-DAT  
'Eu falei certo pra você.'
- (40) **a-ĩ manahỹ ni = Ø-pe**  
1SG.I-falar estar.errado 2SG.II = ADJ-DAT  
'Eu falei errado pra você.'
- (41) **kamixa-Ø Ø-wata me**  
jabuti-RFR 3.I-andar ser.devagar  
'O jabuti anda devagar.'

Os exemplos (37) e (38) mostram os verbos *kwa* 'saber' e *pa* 'terminar', que também ocorrem como verbos lexicais associados a marcas de pessoas (*a-kwa* 'eu sei'; *Ø-pa* '(isto) acabou'), ocorrendo como segundo verbo de uma construção específica que envolve sequências verbais (verbo 1 + verbo 2) em que o primeiro verbo leva a marca de pessoa e é seguido por outro sem índice pessoal ou qualquer marca de subordinação ou coordenação. Os exemplos (39), (40) e (41) mostram os verbos estativos *parahỹ* 'estar certo/bonito/bom', *manahỹ* 'estar errado/feio/ruim' e *me* 'estar devagar', que, da mesma forma que os dois anteriores, ocorrem como verbos lexicais plenos associados a marcas de pessoas (*ha=Ø-parahỹ* 'eu sou bonito'; *ha=Ø-mannahỹ* 'eu sou feio'; *Ø-me* 'ele é devagar'), mas figuram também como segundo verbo, em uma sequência verbal (verbo 1 + verbo 2). Os dois verbos da sequência verbal compartilham os mesmos argumentos e formam uma oração cujas propriedades entonacionais são idênticas às de uma oração com apenas um verbo. Até o momento, são esses cinco verbos ora citados os únicos identificados que podem ocorrer nesta posição, sincronicamente. No entanto, essas sequências verbais têm todas as características listadas por Aikhenvald e Dixon (2006, p. 4, tradução nossa) para definir as construções de verbos seriais (SVC):

- são uma sequência de verbos que agem juntos como um predicado simples, sem qualquer marca de coordenação, subordinação ou dependência sintática de qualquer tipo;
- descrevem o que é conceitualizado como um evento simples;
- são monooracionais, isto é, suas propriedades entonacionais são as mesmas daquelas de uma oração monoverbal, e elas têm apenas o mesmo tempo verbal, aspecto e polaridade;
- compartilham argumentos centrais e outros argumentos;
- cada componente de uma SVC deve estar apto a ocorrer sozinho;

- dentro de uma SVC, os verbos individuais podem ter diferentes ou o mesmo valor transitivo<sup>16</sup>.

Acrescenta-se a essas características a de que a negação dessa sequência verbal, sendo uma negação descontínua, abarca ambos os verbos, conforme se pode observar nos exemplos (42) e (43):

- (42) *n-a-wata kwa-j*  
NEG-1SG.I-andar saber-NEG  
'Eu não sei andar.'

- (43) *n-a-'u par-i*  
NEG-1SG.I-comer terminar-NEG  
'Eu não terminei de comer.'

Essa também é, segundo François (2006, p. 228, tradução nossa), uma característica das SVC: "Elementos de uma SVC não podem ser negados separadamente, mesmo se, semanticamente falando, apenas um dos verbos [...] estiver sob o escopo da negação"<sup>17</sup>.

Por fim, não há possibilidade de se interpretar a sequência verbo 1 + verbo 2 como uma sequência verbo + auxiliar, porque as marcas flexionais recaem sempre sobre o primeiro verbo, quando deveriam recair sobre o verbo auxiliar, se este fosse o caso.

Assim, interpreto esse tipo de estrutura como uma construção de verbos seriais restrita a esses verbos no Guajá, sendo o motivo dessa restrição uma questão ainda a ser aprofundada.

Considerando-se a possibilidade, ainda que limitada, que a língua tem de apresentar tais construções seriais, é possível analisar que o verbo *\*mata* 'querer/desejar' se gramaticalizou como marca de aspecto projetivo a partir de uma estrutura serializada em que ocorria como o segundo verbo, com semântica desiderativa, e, no processo de gramaticalização, perdeu a possibilidade de ocorrer sozinho como núcleo de predicado, adquirindo posição fixa pós-verbal e semântica aspectual projetiva, como nos exemplos (44) e (45):

- (44) *a-wata ta*  
1SG.I-andar PROJ  
'Eu vou andar.'

- (45) *a-'u ta*  
1SG.I-comer PROJ  
'Eu vou comer.'

<sup>16</sup> No original: "A serial verb construction (SVC) is a sequence of verbs which act together as a single predicate, without any overt marker of coordination, subordination, or syntactic dependency of any other sort. Serial verb constructions describe what is conceptualized as a single event. They are monoclausal; their intonational properties are the same as those of a monoverbal clause, and they have just one tense, aspect, and polarity value. SVCs may also share core and other arguments. Each component of an SVC must be able to occur on its own. Within an SVC, the individual verbs may have same, or different, transitivity values" (Aikhenvald; Dixon, 2006, p. 4).

<sup>17</sup> No original: "Elements of an SVC cannot be negated separately, even if, semantically speaking, only one verb [...] falls under the scope of the negation" (François, 2006, p. 228).



A possibilidade de a raiz do verbo lexical ‘querer’ ocorrer em construções similares às SVC é atestada em outras línguas da família Tupí-Guaraní, como em Kamayurá. Segundo Seki (2000), a raiz do verbo lexical *potat* ‘querer/desejar’, cognata à *mata* do Guajá, além de ocorrer como núcleo de oração independente – exemplo (46) –, ocorre também associada ao verbo principal de uma oração, como um sufixo – exemplo (47) –, expressando o que ela denomina de “[...] modalidade desiderativa [...]” (Seki, 2000, p. 146), e compondo um “[...] predicado complexo monooracional [...]” (Seki, 2000, p. 146-147), que, com a diferença de ser interpretado pela autora como um sufixo, ocorre na mesma posição que os verbos ‘saber’ e ‘terminar’ do Guajá, isto é, “[...] acrescenta-se imediatamente após o verbo principal, [...] os dois verbos da construção requerem um mesmo sujeito, e a raiz verbal sufixada não tem especificação para pessoa” (Seki, 2000, p. 147), como em (46):

- (46) *a-potar=ete ij-o-taw-a*  
 1SG-querer=ATUAL 3-ir-NMLZ-N  
 ‘Quero realmente que ele vá.’ (Seki, 2000, p. 90)
- (47) *amo-a kwar-er-a rehe we jepe a-ha-potat*  
 outro-N sol-PAS-N LOC RETR FRUST 1SG-ir-querer  
 ‘No ano passado eu queria ir [mas não fui].’ (Seki, 2000, p. 96)

Da mesma maneira, em Tenetehara, a raiz cognata *putar* ‘querer/desejar’ ainda é utilizada como verbo lexical, sendo associada às marcas de pessoa, como em (48), mas, paralelamente, também ocorre associada ao verbo lexical, sem marca de pessoa, expressando, segundo a interpretação de Duarte et al. (2018), tempo futuro, como em (49):

- (48) *aze pe-putar uru-zuka pe=ø-me nehe*  
 se 2PL-desejar 1PL.EXCL-quebrar 2PL=REL-para INT  
 ‘Se desejam, nós podemos quebrá-lo (o pote) para vocês.’ (Duarte et al., 2018, p. 34 apud Camargos et al., 2019, p. 836)
- (49) *a-ha-putar ka’a r-upi ihe ri’i*  
 1SG-ir-FUT mata REL-para 1SG CERT  
 ‘Eu vou para a mata com certeza.’ (futuro imediato e certo) (adaptado de Camargos et al., 2019, p. 834)

Os exemplos das línguas Kamayurá e Tenetehara ilustram fases anteriores do processo de gramaticalização por que já passou a língua Guajá, em que o verbo de tempo futuro no Tenetehara continua existindo paralelamente como verbo lexical. No Guajá, este verbo deixou de ser usado como verbo lexical pleno e sua raiz tornou-se apenas um elemento com função gramatical, uma partícula. A identificação do verbo lexical pleno em línguas relacionadas permite concluir que tal mudança é relativamente recente na língua.

Em resumo, podemos diferenciar dois processos de gramaticalização diferentes que resultaram nas partículas aqui enfocadas: i) a gramaticalização de verbos de movimento e posição em partículas direcionais e posicionais a partir de

estruturas subordinadas, marcadas com sufixo de finalidade/simultaneidade; e ii) a gramaticalização do verbo 'querer/desejar' em partícula de aspecto projetivo a partir de uma construção serial verbal.

Com relação ao processo cognitivo responsável pelo desenvolvimento de expressões gramaticais nas línguas do mundo, conforme apresentado por Marina Magalhães (informação verbal)<sup>18</sup>, pesquisas (Bybee et al., 1994; Heine; Kuteva, 2002) sugerem que tais expressões derivam quase sempre de conceitos concretos, e que a morfologia gramatical tende a se desenvolver a partir de estruturas lexicais, especialmente a partir de categorias como nomes e verbos.

Ao assumir que expressões gramaticais como auxiliares expressam conceitos gramaticais tipicamente relacionados a tempo, aspecto e modalidade (TAM), quase que invariavelmente podemos afirmar que as expressões linguísticas para tais noções são derivadas de conceitos gerais como locação, movimento, atividade, desejo, postura, relação e posse. Tais noções tendem a ser expressas linguisticamente por meio de verbos.

Muitos autores têm tratado da descrição da natureza dos verbos utilizados nas línguas como fonte de conceitos expressos por auxiliares e chegado a conclusões similares, segundo as quais os verbos que normalmente se gramaticalizam são aqueles que codificam conceitos pertencentes aos quatro domínios (Kuteva, 1995): físico (por exemplo, ser/estar, ir/vir, ter), temporal (por exemplo, fazer, iniciar/tornar-se, terminar, permanecer), intrassubjetivo (por exemplo, querer) e inter-subjetivo (por exemplo, dever, permitir).

Os dados do Guajá corroboram a hipótese de que a fonte de tais conceitos gramaticais é um número limitado de verbos, pertencentes a domínios específicos, a medida em que as partículas direcionais e posicionais resultam da gramaticalização dos verbos 'ir', 'vir', 'estar em movimento', 'estar sentado', 'estar deitado', 'passar' (domínio físico), e a partícula de aspecto projetivo resulta da gramaticalização do verbo 'querer' (domínio intrassubjetivo).

A questão sobre que tipos de verbos tendem a se gramaticalizar em auxiliares parece estar relacionada à generalidade dos conceitos expressos por eles e ao maior escopo de utilização.

O que é importante esclarecer a partir desse estudo é que, apesar da diferente natureza dos auxiliares das línguas estudadas por Kuteva (1995), com relação às partículas direcionais e posicionais e temporal do Guajá, quando observamos seu processo de gramaticalização a partir de verbos, podemos estabelecer um paralelo que nos leva a concluir que os mesmos tipos de verbos que resultam em algumas línguas em auxiliares podem, em outras, resultar em partículas.

No entanto, enquanto os auxiliares são o resultado da gramaticalização de um verbo finito que começa a ocorrer quando este recebe um complemento e a estrutura lexical verbo + complemento nominal ou nominalizado torna-se a estrutura gramatical marca gramatical + verbo lexical (Kuteva, 2001), sendo os auxiliares os elementos que recebem as marcas verbais, as partículas direcionais e posicionais do Guajá são resultado da gramaticalização do mesmo tipo de verbo, mas a partir de formas subordinadas desses verbos, isto é, menos finitas.

Um processo similar ocorre com a partícula de aspecto projetivo, que resulta da gramaticalização do segundo verbo de uma construção serial, também caracterizada por ser uma forma menos finita. Givón (1995) refere-se ao surgimento de marcadores auxiliares de TAM a partir de construções seriais como um fenômeno atestado em várias línguas, como Tok Pisin e Supyire, uma língua Senufo falada no Mali.

Assim, teríamos, nos dois processos de gramaticalização aqui descritos: verbo + complemento não finito tornando-se verbo + partícula, no caso das partículas direcionais e posicionais, e, no caso da partícula de aspecto

<sup>18</sup> Apresentação de comunicação oral intitulada "A gramaticalização de verbos em partículas", no IV Simpósio Mundial de Estudos da Língua Portuguesa (SIMELP), realizado na Universidade Federal de Goiás (UFG), em 2013.

projetivo, teríamos a estrutura verbo 1 + verbo 2 de uma SVC, tornando-se verbo + partícula. A diferença formal entre a gramaticalização de verbos em partículas, e não em auxiliares, está no fato de que as partículas são invariáveis e seu conteúdo gramatical complementa a noção lexical do verbo pleno com o qual ocorrem, sendo este o que recebe as marcas flexionais.

Assim, a análise comparativa das partículas direcionais, posicionais e de aspecto projetivo da língua Guajá com verbos plenos desta mesma língua e de línguas geneticamente relacionadas permite estabelecer o processo dinâmico que as originou.

## A RELAÇÃO DA GRAMATICALIZAÇÃO COM A OMNIPREDICATIVIDADE

Apresentados os diferentes percursos da gramaticalização de verbos em partículas no Guajá, nesta seção pretendemos discutir a ideia de que tais processos de inovação mostram dois sentidos de evolução opostos no que se refere à perda *versus* manutenção das características omnipredicativas da língua Guajá.

### PERDA DE CARACTERÍSTICAS OMNIPREDICATIVAS

Em uma língua plenamente omnipredicativa, é de se esperar que as partículas que expressam noções gramaticais associadas ao predicado sejam usadas com todos os itens lexicais predicáveis. A partícula *ika*, descrita na subseção “Partículas posicionais”, que expressa posição em pé e em movimento, estendeu seu uso posicional, conforme explicado anteriormente, e tem se especializado em expressar aspecto progressivo. No entanto, o uso desta partícula foi apenas registrado em orações que têm verbos como núcleo do predicado, como mostram os exemplos (22) e (24), repetidos aqui como (50) e (51), mas nunca com nomes ou expressões adverbiais em função de predicado. As tentativas de construção de sentenças com núcleos de predicado nominais e adverbiais associados a essa partícula, conforme os exemplos (52) e (53), foram consideradas agramaticais pelos falantes:

- (50) *tapi'ir-a u-'u ika ka'a-pe*  
 anta-RFR 3.I-comer PROG mato-LOC  
 'A anta estava comendo no mato.'

- (51) *jaha a-wata ka'a r-ipi ha = Ø-jamyhỹ ika*  
 eu 1SG.I-andar mata ADJ-por 1SG.II = ADJ-estar.faminto PROG  
 'Eu andava pelo mato. Eu estava faminto.' (Magalhães, 2007, p. 107)

- (52) *\*Manãxika-Ø tamỹ-a ika*  
 Manãxika-RFR chefe-RFR PROG  
 'Manãxika está sendo chefe.'

- (53) *\*tapi'ir-a ka'a-pe ika*  
 anta-RFR mato-LOC PROG  
 'A anta está ficando no mato.'

Além disso, no que se refere aos predicados adverbiais, é importante apresentar as duas diferentes estruturas utilizadas na língua para expressar o mesmo significado: a construção com predicado adverbial em (54), e a sentença em (55), em que o núcleo do predicado é um verbo (*iku* 'estar em pé, em movimento') e o advérbio funciona como adjunto. As diferentes estruturas foram extraídas de uma narrativa, uma na sequência da outra, como resposta à pergunta: 'Onde será que está o porcão?'. Interpreto que o fato de elas terem sido usadas como resposta alternativa à mesma pergunta mostra que expressam o mesmo sentido semântico (considerando-se que pode haver uma diferença pragmática), apesar das diferentes estruturas. Além disso, minha hipótese é a de que o exemplo (55) é uma possibilidade estrutural mais nova da língua, que surge como tendência à perda da capacidade predicativa dos advérbios.

- (54) *xahu-a kwatete wỹ*  
 porcão-RFR perto PLU  
 'Os porções estão perto.'

- (55) *xahu-a Ø-iku kwatete wỹ*  
 porcão-RFR 3.I-estar.em.movimento perto PLU  
 'Os porções estão (em movimento) perto.'

Assim, interpreto o surgimento de uma partícula de aspecto progressivo associada apenas a predicados verbais – exemplos (50) e (51) – como um indício da tendência da língua em perder características omnipredicativas. Da mesma maneira, o surgimento de uma construção verbal – exemplo (55) – também pode ser associado a uma possível perda de características omnipredicativas, relacionada à necessidade de que apenas um verbo, e não um advérbio, ocorra como núcleo do predicado.

## MANUTENÇÃO DE CARACTERÍSTICAS OMNIPREDICATIVAS

Diferentemente da tendência atestada pelo uso da partícula *ika*, a gramaticalização relativamente recente do verbo 'querer/desejar' em partícula de aspecto projetivo advém simultaneamente para verbos (56) e nomes (57) em posição predicativa, o que interpreto como um índice de manutenção da omnipredicatividade.

- (56) *a-xa ta*  
 1SG.I-ver PROJ  
 'Eu vou ver.'

- (57) *ha = r-ipa ta*  
 1SG.II = ADJ-casa PROJ  
 'Vai existir a minha casa.'

No entanto, vale ressaltar que não foi verificado nenhum dado em que a partícula de aspecto projetivo ocorresse com predicados adverbiais. Para se atribuir a semântica projetiva associada a noções adverbiais, é necessário que um verbo seja o núcleo do predicado, como em (58), o que reforça que, mesmo quando a gramaticalização

ocorre na língua no sentido de manter características omni-predicativas, ela não atinge os predicados adverbiais, que aparentemente estão perdendo sua capacidade predicativa.

- (58) *i-mymyr-a Ø-ikwě ta ha-ipa-pe*  
 3.II-filho-RFR 3.I-ficar PROJ 3.II-casa-LOC  
 'O filho dela vai ficar em casa.'

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste artigo foi mostrar que, apesar de a classe das partículas ser apresentada, de maneira geral nas línguas documentadas, como uma classe inconsistente em termos formais e heterogênea em termos funcionais, é possível, no caso do Guajá, delimitar de maneira consistente a existência dessa classe e explicitar a origem verbal de algumas delas. Assim, enfocamos a análise das partículas direcionais, posicionais e da partícula de aspecto projetivo da língua Guajá, atribuindo sua origem a diferentes processos de gramaticalização a partir de verbos plenos, a saber: i) a gramaticalização de verbos de movimento e posição em partículas direcionais e posicionais a partir de estruturas subordinadas, marcadas com sufixo de finalidade/simultaneidade; e ii) a gramaticalização do verbo 'querer/desejar' em partícula de aspecto projetivo a partir de uma construção serial verbal.

Tais processos foram também relacionados à perda *versus* manutenção da omni-predicatividade na língua, característica tipológica apresentada por Launey (1994) e atribuída por Queixalós (2006) às línguas Tupí-Guaraní, por analisar que as línguas dessa família representam, sincronicamente, diferentes fases de mudança de um padrão mais prototipicamente omni-predicativo para padrões menos prototipicamente omni-predicativos.

Vale acrescentar que, no que se refere à mudança linguística, é sabido que uma língua pode mudar de um perfil tipológico para outro por meio de uma combinação de mudanças específicas. No entanto, neste nível de mudança linguística (morfo-sintático), nada há de unidirecionalidade. A mudança de um padrão omni-predicativo para um menos omni-predicativo envolve uma série de características gramaticais, que se perdem completamente. Porém, algumas inovações que surgem contribuem para reforçar este padrão. Como afirma Dixon (1994, p. 182, tradução nossa), "[...] qualquer tipo de língua – em termos de qualquer parâmetro tipológico – pode mudar para outro tipo, e depois voltar". Assim, a mudança de um padrão para outro, seja de uma tipologia omni-predicativa para uma não omni-predicativa, ou de uma língua ergativa para acusativa, ocorre gradativamente, permitindo, inclusive, que estruturas mais conservadoras se mantenham por mais tempo ou até reapareçam, enquanto outras passam por processos mais rápidos de mudança. A análise do surgimento de partículas que têm origem em verbos no Guajá é evidência dessa mudança gradativa das evoluções diacrônicas, uma vez que as partículas posicionais que passam a expressar aspecto progressivo apenas em predicados verbais representam indício de perda da omni-predicatividade na língua, enquanto o surgimento de uma marca de aspecto projetivo que ocorre indiferentemente com nomes e verbos, mas não com advérbios, em posição de predicado, por outro lado, atesta a possibilidade de manutenção de traços omni-predicativos em processo de mudança relativamente recente nessa língua.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos pareceristas e editores, pelas observações que permitiram o aprimoramento deste artigo; e à Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF), instituição financiadora do meu pós-doutorado durante o período de elaboração deste trabalho.

## ABREVIATURAS

|       |                                     |         |                                         |       |                              |
|-------|-------------------------------------|---------|-----------------------------------------|-------|------------------------------|
| 1     | primeira pessoa                     | DES     | desiderativo                            | POS1  | partícula posicional         |
| 2     | segunda pessoa                      | ELAT    | partícula direcional elativa            |       | 'em pé, em                   |
| 3     | terceira pessoa                     | EXCL    | exclusiva (para 1ª pessoa)              |       | movimento'                   |
| I     | série I de marcadores<br>pessoais   | FIN     | sufixo de finalidade/<br>simultaneidade | POS2  | partícula posicional 'em pé' |
|       |                                     |         |                                         | POS3  | partícula posicional 'de     |
| II    | série II de marcadores<br>pessoais  | FRUST   | frustrativo                             |       | cócoras/sentado'             |
|       |                                     | FUT     | tempo futuro                            | POS4  | partícula posicional         |
| III   | série III de marcadores<br>pessoais | GER     | sufixo do modo gerúndio                 |       | 'deitado'                    |
|       |                                     | IMED    | partícula de aspecto                    | POS5  | partícula posicional         |
| ADJ   | prefixo de adjacência               |         | imediativo                              |       | 'balançando'                 |
| ATUAL | atual 'realmente'                   | IMPERF  | partícula de aspecto                    | POS6  | partícula posicional         |
| CAUS  | morfema causativo                   |         | imperfectivo                            |       | causativa 'fazendo sentar'   |
| CERT  | certeza                             | INDET   | prefixo de terceira pessoa              | POS7  | partícula posicional         |
| COL   | sufixo coletivizador                |         | humana indeterminada                    |       | comitativa 'estando com'     |
| CORR  | prefixo correferencial              | INT     | intencional                             | PROG  | partícula de aspecto         |
| CTF   | partícula direcional                | LOC     | sufixo locativo                         |       | progressivo                  |
|       | centrífuga                          | LUS     | partícula lusiva                        | PROJ  | partícula de aspecto         |
| CTF1  | partícula direcional                | N       | sufixo de caso nuclear                  |       | projetivo                    |
|       | centrífuga comitativa               | N.AT    | partícula evidencial – não              | PROSP | partícula de aspecto         |
| CTF2  | partícula direcional                |         | atestado pelo falante                   |       | prospectivo                  |
|       | centrífuga causativa simples        | NEG     | negação                                 | REAL  | partícula epistêmica de      |
| CTP   | partícula direcional                | NMLZ    | nominalizador                           |       | pressuposição                |
|       | centrípeta                          | PAS     | passado                                 | RED   | reduplicação                 |
| CTP1  | partícula direcional                | PAS.REC | partícula evidencial –                  | REF   | reflexivo                    |
|       | centrípeta comitativa               |         | atestado pelo falante,                  | REL   | prefixo relacional           |
| CTP2  | partícula direcional                |         | passado recente                         | RETR  | sufixo continuativo          |
|       | centrípeta causativa                | PL      | plural                                  |       | retrospectivo                |
|       | simples                             | PLU     | partícula pluralizadora                 | RFR   | sufixo nominal               |
| DAT   | posposição dativa                   |         | de sujeito de                           |       | referenciante                |
| DEM   | demonstrativo                       |         | 3ª pessoa                               | SG    | singular                     |

## REFERÊNCIAS

AIKHENVALD, Alexandra Y.; DIXON, Robert M. W. (ed.). **Serial verb constructions**: a cross-linguistic typology. Oxford: Oxford University Press, 2006.

ANCHIETA, José de. **Arte de grammatica da lingua mais usada na costa do Brasil**. Coimbra: Antonio Mariz, 1595.

BERTO, Flávia de Freitas; CARDOSO, Guilherme Ramos; AWA GUAJÁ, Hajkaramykã; GUAJÁ, Ytatxi; GUAJÁ, Manatxika; AWA GUAJÁ, Tatuxa'a. Guajá - Kamixatuhujaxa'amỹ jawajaxa'amỹ hajkaminũ ta xi haraka - O finado dono do jabuti queria transar com o finado dono do jaguar. **Revista Linguística**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 131-174, jan./abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Relatório de dados populacionais de 2013, por DSEI**. Brasília: SIASI: SESAI, 2013. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/saude-indigena/gestao/siasi>. Acesso em: 7 ago. 2019.

BYBEE, Joan; PERKINS, Revere; PAGLIUCA, William. **The evolution of grammar**: tense, aspect, and modality in the languages of the world. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

CABRAL, Ana Suely Arruda Câmara; RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. O desenvolvimento do gerúndio e do subjuntivo em Tupí-Guaraní. In: RODRIGUES, Aryon Dall'Igna; CABRAL, Ana Suely Arruda Câmara (org.). **Novos estudos sobre línguas indígenas**. Brasília: Editora da UnB, 2005. p. 47-58.

CAMARGOS, Quesler Fagundes; CASTRO, Ricardo Campos; TESCARI NETO, Aquiles. Partículas de Final de Sentença (PFS): uma análise cartográfica por fases sobre o sistema da língua Tenetehára. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 3, p. 827-855, set.-dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000300008>.

COUCHILI, Ti'Iwan; MAUREL, Didier; QUEIXALÓS, Francesc. Classes de lexèmes em émerillon. **Amerindia**, Paris, n. 26/27, p. 173-208, 2001-2002.

DIXON, Robert M. W. **Ergativity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. (Cambridge Studies in Linguistics, 69).

DUARTE, Fábio Bonfim; CAMARGOS, Quesler Fagundes; CASTRO, Ricardo Campos; SILVA, Cíntia Maria Santana; GUAJAJARA, Marina da Silva. **Coletânea de narrativas Guajajára**. Belo Horizonte: FALE: UFMG, 2018. v. 1.

FIGUEIRA, Luís. **Arte de grammatica da lingua brasilica**. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia a Vapor de Lombaerts & C., 1880.

FRANÇOIS, Alexandre. Serial verb constructions in Mwotlap. In: AIKHENVALD, Alexandra Y.; DIXON, Robert M. W. (ed.). **Serial verb constructions**: a cross-linguistic typology. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 223-238.

GIVÓN, Talmy. **Functionalism and grammar**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1995.

HALE, Ken. Warlpiri and the grammar of non-configurational languages. **Natural Language and Linguistic Theory**, Berlin, v. 1, n. 1, p. 5-47, Mar. 1983.

HARRISON, Carl H. Typological disharmony and ergativity in Guajajara. **Workpapers of the Summer Institute of Linguistics, University of North Dakota Session**, Grand Forks, v. 27, n. 6, p. 73-106, 1983.

HEINE, Bernd; KUTEVA, Tania. **World lexicon of grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

JELINEK, Eloise. Empty categories, case, and configurationality. **Natural Language and Linguistic Theory**, Berlin, v. 2, n. 1, p. 39-76, June 1984.

KURYLOWICZ, Jerzy. The evolution of grammatical categories. **Diogenes**, Paris, v. 13, n. 51, p. 55-71, Sept. 1965.

KUTEVA, Tania. **Auxiliation**: an enquiry into the nature of grammaticalization. Oxford: Oxford University Press, 2001.

KUTEVA, Tania. The auxiliarization constraint and reference. In: GEIGER, Richard A. (ed.). **Reference in multidisciplinary perspective**: philosophical object, cognitive subject, intersubjective process. Hildesheim: Georg Olms Verlag, 1995. p. 374-386.

LAUNY, Michel. **Une grammaire omniprédicative**: essai sur la syntaxe du nahuatl classique. Paris: CNRS, 1994.

LEMO BARBOSA, Antônio. **Curso de Tupi Antigo**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1956.

MAGALHÃES, Marina Maria Silva; MATTOS, Ana Cristina Rodrigues de. Classes de palavras, tipos de predicados e sua relação com a intransitividade cindida em Guajá. **Via Litterae**, Anápolis, v. 6, n. 2, p. 251-284, jul./dez. 2014.

MAGALHÃES, Marina Maria Silva. **Sobre a morfologia e a sintaxe da língua Guajá**: família Tupí-Guaraní. 2007. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MONTOYA, Antonio Ruiz de. **Arte de la lengua guaraní**. Transcrição por Antonio Caballos. Introdução por Bartomeu Melià. Asunción: CEPAG, 1993. Edição fac-similar.

PRAÇA, Walkiria Neiva; MAGALHÃES, Marina Maria Silva; DA CRUZ, Aline. Indicativo II da família Tupí-Guaraní: uma questão de modo? **LIAMES**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 39-58, jan./jun. 2017. DOI: <https://doi.org/10.20396/liames.v17i1.8646480>.

PRAÇA, Walkiria Neiva. **Morfossintaxe da língua Tapirapé**: família Tupí-Guaraní. 2007. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

QUEIXALÓS, Francesc. The primacy and fate of predicativity en Tupí-Guarani. In: LOIS, Ximena; VAPNARSKY, Valentina (ed.). **Lexical categories and root classes in Ameridian Languages**. Bern: Peter Lang International Academic Publishers, 2006. p. 249-288.

QUEIXALÓS, Francesc. Le Tupí-Guaraní in chantier. In: QUEIXALÓS, Francesc (ed.). **Des nomes et des verbes em Tupí-Guaraní**: état de la question. Munique: Lincom Europa, 2001. p. 1-20. (LINCOM Studies in Native American Linguistics, 37).

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Argumento e predicado em Tupinambá. **Boletim da ABRALIN**, Curitiba, n. 19, p. 57-66, dez. 1996.

SEKI, Lucy. **Gramática do Kamaiurá**: língua Tupi-Guarani do Alto Xingu. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

WACKERNAGEL, Jacob. **Lectures on syntax**: with special reference to Greek, Latin, and Germanic. Editado por David Langslow. New York: Oxford University Press, 2009.





ARTIGOS



## O debate inesgotável: causas sociais e biológicas do colapso demográfico de populações ameríndias no século XVI

### The inexhaustible debate: social and biological causes of the demographic collapse of Amerindian populations in the sixteenth century

Ricardo Waizbort 

Instituto Oswaldo Cruz. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

**Resumo:** No século XX, estimativas populacionais para o hemisfério ocidental, as Américas, sobre o período que antecedeu à chegada de Colombo variaram entre dez milhões até mais de cem milhões. Essa grande discrepância é fundamental para avaliar o peso das epidemias na brusca redução demográfica que se seguiu. O fato é que houve um colapso demográfico de populações de ameríndios que viviam sobretudo, mas não exclusivamente, no atual México e na América Andina durante o século XVI. A decisão de certos historiadores de eleger as epidemias como causa distante e suficiente desse colapso populacional dissimularia, segundo outros autores, uma espécie de 'determinismo imunológico', isentando os espanhóis de responsabilidade e modelando formas de enfrentar problemas de saúde que se manifestam ainda hoje. Partindo de literatura específica, desenvolvemos a ideia de que é possível contribuir para compreender esse colapso, conjugando 'causas distantes' (como as epidemias) com 'causas próximas' (como a violência dos espanhóis e a desestruturação dos sistemas de subsistência e reprodução dos ameríndios), duas categorias oriundas da biologia evolutiva e da medicina evolutiva. Na realidade, pretendemos defender essa síntese, que já vem sendo feita por certos autores, embora não nos termos das categorias causais que manipulamos aqui.

**Palavras-chave:** Conquista espanhola. Ameríndios. Colapso populacional. Epidemias em solo virgem. Medicina evolutiva. Determinismo imunológico.

**Abstract:** In the twentieth century, population estimates for the Western Hemisphere (Americas) before the arrival of Columbus ranged from ten million to over one hundred million. This large discrepancy is essential in assessing the role of epidemics in the sharp demographic decline that followed. In fact, there was a demographic collapse of Amerindian populations who lived mainly (but not exclusively) in present-day Mexico and the Andean region during the sixteenth century. The fact that some historians chose to indicate epidemics as a distant and sufficient cause of this population collapse conceals (in the opinion of other authors) a type of "immunological determinism" which absolves the Spaniards of responsibility and models ways of addressing health problems that still exist today. This study is based on specific literature and develops the idea that this collapse can be understood by combining "distant causes" (such as epidemics) with "near causes" (such as the violence of the Spaniards and the destruction of Amerindian subsistence and reproductive systems), two categories from evolutionary biology and evolutionary medicine. Our goal is to defend this synthesis, which has already been developed by certain authors, although not in terms of the causal categories we utilize here.

**Keywords:** Spanish conquest. Amerindians. Population collapse. Epidemics in virgin territories. Evolutionary medicine. Immunological determinism.

---

WAIZBORT, Ricardo. O debate inesgotável: causas sociais e biológicas do colapso demográfico de populações ameríndias no século XVI. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 3, p. 921-941, set.-dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000300012>.

Autor para correspondência: Ricardo Waizbort. Fundação Oswaldo Cruz. Instituto Oswaldo Cruz. Laboratório de Avaliação em Ensino e Filosofia das Biociências. Avenida Brasil, 4365, Pavilhão 108, sala 31. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP 21040-360 ([ricardowaizbort@yahoo.com.br](mailto:ricardowaizbort@yahoo.com.br); [ricardopgebs@gmail.com](mailto:ricardopgebs@gmail.com)).

Recebido em 30/01/2019

Aprovado em 15/04/2019



Nos caminhos jazem dardos rotos,  
os cabelos estão espalhados.  
Destelhadas estão as casas,  
ensanguentadas têm seus muros.  
Vermes pululam pelas ruas e praças  
e as paredes estão salpicadas de miolos.  
Vermelhas estão as águas, estão como que tingidas,  
e quando as bebemos,  
é como se bebêssemos água de salitre<sup>1</sup>.

Não havia então o pecado  
não havia então a doença,  
não havia a dor dos ossos,  
não havia a febre pelo ouro,  
não havia a varíola<sup>2</sup>.

## INTRODUÇÃO

O processo da conquista espanhola ao longo do século XVI foi registrado desde o princípio por vários cronistas espanhóis: Hernan Cortes (1485-1547), nas “*Cartas de relación*”; Bernal Díaz (1492-1581), em “*La historia verdadera de la Nueva España*”; Bartolomeu de las Casas (1474-1566), na “*Historia general de las indias*”; Bernardino de Sahagún (ca. 1499-1590), na “*Historia general de las Casas de la Nueva España*”; Frei Toribio de Benavente (ca. 1482-1569), conhecido como Motolinia, na “*Historia de las Indias de la Nueva España*”; Francisco López de Gomara (1511-1566), na “*Historia general de las Indias*”, para ficar apenas com alguns dos mais conhecidos (Restall, 2006; Livi-Bacci, 2007; Todorov, 2010). Historiadores das populações colombianas e pré-colombianas reconhecem também outras fontes históricas que representaram a conquista como cronistas ameríndios e mestiços, tanto em línguas nativas e espanhol (aprendido pelos nativos) quanto em combinações variadas de idiomas (Léon-Portilla, 1985; Sánchez-Albornoz, 2012, 2003; Restall, 2006; Cook, S.; Borah, 1977; Livi-Bacci, 2007). A literatura oral das etnias pré-colombianas também é relativamente bem conhecida, assim como suas pinturas ideográficas (Cook, S.; Borah, 1977; Léon-Portilla, 1985; Livi-Bacci, 2007). Ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, leituras e releituras dessas

fontes multifacetadas enriqueceram, ao mesmo tempo que tornaram mais intrincadas, as interpretações sobre o que, de fato, aconteceu nesse encontro entre europeus e nativos americanos. Essa história é marcada por uma evidente hecatombe populacional registrada em muitos desses documentos, ainda que fragmentária e episodicamente. Não se propõe aqui tratar das intrincadas fontes primárias e secundárias referentes a esse processo que continua a suscitar perguntas, mas apresentar uma revisão de como determinados historiadores interpretam a importância das doenças epidêmicas, e de que forma uma interpretação enriquecida com categorias da biologia evolutiva pode contribuir para uma compreensão menos imperfeita sobre esse fenômeno. Ao longo do presente artigo, muitas vezes nos referiremos aos nativos das Américas como ameríndios, embora reconheçamos os limites e os problemas dessa designação, além de reconhecer que ela necessariamente oculta a diversidade e a heterogeneidade dos grupos étnicos que viviam nas Américas, antes da chegada dos espanhóis, ameríndios dos quais são apenas mais notórios astecas, incas e maias (Mann, 2007). Não pretendemos também lidar com o problema da hecatombe populacional fazendo referência ao hemisfério ocidental (Novo Mundo) como um todo. Dada a complexa heterogeneidade e diversidade biocultural das populações que aqui viviam, optamos por estabelecer um foco mais específico no que ocorreu no México, em termos de densidade demográfica, ao longo do século XVI, porque há vários estudos importantes sobre a dizimação dos astecas, além de muitas controvérsias. Mas não iremos evitar referências ao hemisfério ocidental como um todo e a grupos étnicos específicos, que também tiveram suas populações ceifadas a partir do encontro com os europeus.

No livro “*Sete mitos da conquista espanhola*”, o historiador Mathew Restall destrinchou uma série de narrativas tradicionais associadas à derrota e à morte, em fins do século XV e ao longo do seguinte, de certamente

<sup>1</sup> Cantares mexicanos (In: Léon-Portilla, 1985, p. 148).

<sup>2</sup> Chilam Balam di Chumayel (In: Livi-Bacci, 2007, p. 58).

dezenas de milhões de ameríndios de culturas distintas, sobretudo dos impérios Asteca, Inca e Maia, distribuídos de forma heterogênea por várias regiões das Américas Central e do Sul (Livi-Bacci, 2011). Os sete mitos a que se refere Restall (2006) são: 1) os conquistadores europeus, embora em número muito menor, eram homens excepcionais; 2) tais conquistadores eram soldados bem treinados, que faziam parte dos exércitos do Rei de Espanha; 3) a conquista das terras americanas se deu essencialmente por homens brancos; 4) a conclusão do processo de conquista foi rápida, em termos de anos, no máximo décadas; 5) as falhas e os êxitos de comunicação favoreceram os conquistadores, em completo detrimento dos ameríndios; 6) a conquista devastou e desolou os conquistados, e nada trouxe de significativo para as culturas nativas das Américas, que teriam sido varridas da face da Terra; 7) por fim, o mito, que de certa forma engloba todos os outros, de que a conquista ocorreu por que os europeus eram superiores militar, econômica, tecnológica, moral e religiosamente. Note-se que todas essas ficções “[...] tidas por verdadeiras [...]” (Restall, 2006, p. 19) mobilizam causas sociais ou humanas.

Restall (2006, p. 240) constrói uma rica narrativa crítica em que, desemaranhando esses mitos, emerge uma trilogia de causas que “[...] responde por boa parte do resultado da Conquista [...]”: “[...] doenças, desunião entre os indígenas e as espadas espanholas”. Restall (2006) mostra que um bom número de integrantes de diferentes etnias ameríndias, assim como de populações africanas, ajudou os espanhóis no combate a impérios nativos que estavam estabelecidos, como o império Asteca, no México (Tenochtitlán), e o Inca, em Cajamarca. Esses ameríndios receberam vantagens imediatas próprias. Por outro lado, as armas de fogo, em geral, eram grandes, difíceis de manejar e transportar, por causa da sinuosidade topográfica das regiões invadidas; além disso, a pólvora estava quase sempre úmida, dificultando os disparos. Sendo assim, as espadas eram mais efetivas do que as armas de fogo. Restall (2006, p. 235) também expressa a ideia de que houve um colapso populacional que afligiu os ameríndios:

As Américas ficaram isoladas do resto do mundo por dez mil anos. Em virtude do maior volume populacional e da maior variedade de animais domésticos (dos quais se originam doenças como varíola, sarampo e gripe) do Velho Mundo, os europeus e africanos desembarcaram no Novo Mundo carregados com toda uma gama de germes mortais. Embora estes ainda provocassem mortes no Velho Mundo, seus habitantes haviam desenvolvido níveis de imunidade relativamente altos em comparação com os americanos nativos, que morriam num ritmo e números assombrosos. No século e meio que se seguiu à primeira viagem de Colombo, a população indígena da América sofrera uma redução de 90%.

Perceba-se que, aqui, Restall (2006) não apresenta uma estimativa populacional para o Novo Mundo, mas se refere a uma extraordinária redução populacional de noventa por cento. Ele registra em nota que

[...] existem muitas divergências quanto ao tamanho das populações nativas nas Américas antigas; estimativas das perdas do século XVI variam abaixo e acima do número mediano de 40 milhões. Mesmo num patamar de 25 milhões, digamos, o índice de mortalidade ainda seria maior que o da Peste Negra europeia, por exemplo [...] (Restall, 2006, p. 301).

Essa grande mortalidade teria sido causada fundamentalmente por epidemias.

Mobilizar doenças epidêmicas como a causa distante, evolutiva, da morte de dezenas de milhões de ameríndios figura como uma explicação predominante na historiografia, a partir da década de 1960 (Dobyns, 1966; Cook, S.; Borah, 1977; Crosby, 1976; MacNeill, 1976; Brooks, 1993; Sánchez-Albornoz, 2003, 2012; Malvido, 2003; Jones, 2003, 2016; Livi-Bacci, 2003, 2006, 2007). A ideia de que epidemias trazidas pelos europeus foram a causa primordial do colapso demográfico dos ameríndios do hemisfério ocidental é conhecida como a hipótese da epidemia em solo virgem, e é atribuída, independentemente, a Alfred Crosby e William MacNeill (Crosby, 1976; MacNeill, 1976; Jones, 2003, 2016; Sánchez-Albornoz, 2003; Livi-Bacci, 2007). No entanto, segundo Assadourian (1989, p. 420, tradução nossa), foi um “[...] ensaio de Borah (1962)



que decidiu sua ampla aceitação [da hipótese]”. Borah é um dos integrantes da escola de Berkeley, formada por demógrafos históricos que revisaram as cifras para o tamanho das populações antes da chegada de Colombo, tendo em conta que os números populacionais para os fins do século XVI eram relativamente bem conhecidos. Assadourian (1989) recusa a primazia da hipótese da epidemia em solo virgem, evidenciando o papel da política colonial sobre o trabalho dos ameríndios nas minas de ouro e prata, como outra das causas que contribuíram para o colapso demográfico. Autores como Newson (1985), Brooks (1993), Jones (2003, 2016), Livi-Bacci (2003, 2006, 2007), Henige (2008) e Nash (2014) também recusam a ideia de que as epidemias possam sozinhas explicar tamanho colapso populacional. Também defenderemos que uma explicação para o fenômeno da hecatombe populacional não pode atribuir apenas às doenças esse resultado desastroso, embora sem elas não seja possível compreendê-lo. A explicação epidemiológica oculta uma forma de compreender as epidemias que ignora as circunstâncias ecológicas e sociais específicas que, no mínimo, pavimentaram o caminho da destruição demográfica. E que o trágico desfecho populacional não era necessário, não foi determinado pela chegada das epidemias nas Américas, pois há exemplos de epidemias entre ameríndios que foram trágicas, mas não desastrosas (Livi-Bacci, 2006; Jones, 2016).

Em “Armas, germes e aço”, Jared Diamond se apropriou entusiasmadamente da hipótese da epidemia em solo virgem como base para estabelecer um padrão histórico apoiado nas diferenças biológicas, imunológicas, entre os espanhóis e os ameríndios, que justificariam a conquista de tantos por tão poucos (Diamond, 2009). O livro refuta, segundo o próprio autor, a ideia de que questões de raça estariam relacionadas com a conquista espanhola. Para Diamond (2009), a conquista não teria sido decorrente de uma suposta inteligência ou capacidade racial superior do homem branco europeu. Ele argumenta que uma espécie de fato histórico – a imunidade dos espanhóis

para certas doenças, como varíola, sarampo, entre outras, e a ‘virgindade’ imunológica dos ameríndios para as mesmas enfermidades – determinou os destinos da conquista. Esse argumento, todavia, ignora uma importante distinção da medicina evolutiva, oriunda da biologia evolutiva, entre ‘causas próximas’ e ‘causas distantes’ (Mayr, 1961; Williams; Nesse, 1991), estabelecendo a primazia de causas distantes, evolutivas e geográficas, para explicar a conquista com toda a sua carga de destruição de populações e culturas. Ao tomar a decisão de identificar as epidemias como a causa fundamental do colapso demográfico, Diamond (2009) estaria incorrendo no que Jones chama de “[...] determinismo imunológico [...]” (Jones, 2003, p. 708, 710, 713, tradução nossa). Por outro lado, para os adeptos da medicina evolutiva, a explicação de qualquer fenômeno biológico deve articular causas distantes evolutivas com causas próximas funcionais ou fisiológicas (Williams; Nesse, 1991; Perlman, 2013).

A hipótese da epidemia em solo virgem parece uma explicação irretocável para a grande devastação humana, sobretudo em cenários de estimativas populacionais pré-contato muito altas. Na primeira parte deste artigo, apresentamos sumariamente a medicina evolutiva, pois ela maneja, no campo da saúde, as categorias de ‘causas próximas’ e ‘causas distantes’ como explicações para vários traços adaptativos da espécie humana e também para muitas doenças. Doenças não são adaptações. Todavia, no que toca à relação entre parasitos e hospedeiros, há muitas adaptações evolutivas envolvidas, tanto por parte das populações de patógenos quanto na de hospedeiros humanos. Quando se diz que os ameríndios eram imunologicamente virgens aos patógenos trazidos pelos europeus, isso significa que eles não possuíam defesas imunológicas presentes nos europeus. A princípio, essas defesas seriam adaptações genéticas dos europeus, que evoluíram ao longo de séculos em contato com parasitos (agentes etiológicos da varíola, do sarampo, do tifo, entre muitas outras doenças infecciosas), conferindo-lhes uma imunidade inata. Mas, segundo um autor como Jones (2003, 2016), é preciso entender melhor,

biologicamente, o que se está dizendo quando se afirma que certas populações são imunologicamente virgens em relação a determinados patógenos. Como veremos, a ideia de que os ameríndios seriam imunologicamente virgens tem sido colocada em dúvida (Jones, 2003, 2016; Livi-Bacci, 2007). Outras causas devem ser mobilizadas.

Para a medicina evolutiva, a seleção natural não promove nos humanos, e em nenhuma outra espécie, a saúde em si mesma ou a longevidade, mas o sucesso reprodutivo. Assim, as epidemias do século XVI devastaram as populações humanas por que os parasitos encontraram condições ambientais (ecológicas, sociais), nos corpos dos ameríndios, de se reproduzirem e serem transmitidos, até que o estoque de indivíduos sensíveis às doenças estivesse reduzido demais para manter as populações dos parasitos. Na segunda parte, apresentamos a hipótese da epidemia em solo virgem tal como ela aparece no argumento de Diamond (2009), no livro supracitado, em relação à importância, absoluta ou relativa, das epidemias como explicação do colapso populacional dos ameríndios. Nos importamos aqui com Diamond por que seu “Armas, germes e aço” despertou comentários, ainda que muito críticos, em uma série de autores que lidam com o colapso demográfico dos ameríndios no século XVI (Jones, 2003, 2016; Nash, 2014; Correia, 2013; Livi-Bacci, 2011, 2007, 2006, 2003; Henige, 2008). Além disso, o livro permanece com grande circulação, justificando o lançamento, em 2017, de edição comemorativa de 20 anos da primeira edição.

Na terceira parte, mobilizamos uma bibliografia que critica explicitamente a hipótese da epidemia em solo virgem, o que nos deu esteio para argumentar sobre as virtudes de articular causas distantes com causas próximas. Apontamos autores como Carlos Sempat Assadourian, Nicolás Sánchez-Albornoz, Massimo Livi-Bacci, David Jones, entre outros, que, ao promoverem a articulação das epidemias com fatores sociais, acabam estimulando a interação entre causas distantes (imunológicas, biogeográficas, evolutivas) e causas próximas (violência dos espanhóis, fome, pobreza, tributos altos). Esses

autores não usam os conceitos de causas próximas e causas distantes, mas nós os interpretamos à luz dessas categorias mobilizadas pela medicina evolutiva, visto que eles inserem o fenômeno histórico em questão em um ambiente ecológico e social que vai muito além das relações diretas entre parasitos e hospedeiros. Verificamos que tais autores promovem justa crítica a uma forma de compreender a história que embute em si mesma formas de determinismo biológico.

## A MEDICINA EVOLUTIVA

A medicina evolutiva é a tentativa de complementar a medicina tradicional – que busca as causas próximas ou fisiológicas das doenças – com a estrutura da teoria da evolução por seleção natural – que procura pelas causas distantes ou históricas das estruturas adaptativas e dos comportamentos adaptativos, que nos capacitam a nos mantermos vivos e sexualmente ativos. Embora Ernst Mayr não tenha sido quem pela primeira vez empregou esse par categorial, ele foi um dos seus promotores mais importantes (Caponi, 2014; Mayr, 1961). Além disso, o programa adaptacionista, tal como definido e defendido por Mayr (1983), está declaradamente na base da medicina evolutiva (Nesse; Williams, 1997, p. 19-23). O programa adaptacionista parte da hipótese de que estruturas físicas, macro e microscópicas, e comportamentos funcionais, que decididamente contribuem para que indivíduos e espécies permaneçam vivos até cumprirem sua ‘missão’ reprodutiva, são adaptações resultantes do processo de seleção natural.

A medicina evolutiva foi deflagrada pelo trabalho fundador de Williams e Nesse (1991) e, desde então, cresceu exponencialmente, com a publicação de literalmente centenas de artigos e muitas dezenas de livros, além de vários sítios na internet (Alcock, 2012; Waizbort; Luz, 2017). No artigo, Williams e Nesse (1991) argumentam que as explicações por causas próximas ou fisiológicas que a medicina mais tradicional mobiliza são incompletas e precisariam ser complementadas com explicações que mobilizem causas distantes ou evolutivas.

Eles usaram, então, um exemplo de uma característica adaptativa, a presença de sete vértebras cervicais no pescoço humano, perguntando se a física e a química, nas quais está apoiada a medicina tradicional, poderiam explicar esse número. A resposta, a princípio, é positiva: as sete vértebras surgiram de uma série de eventos de desenvolvimento, de natureza material, bem entendidas pelas ciências que mobilizam causas próximas, como a fisiologia, a embriologia e a genética. Entretanto, para eles, essa explicação está incompleta. Eles argumentam que:

Uma explicação completa de como sete vértebras cervicais são normalmente produzidas pelo zigoto humano deixa intocada a questão de por que o DNA do zigoto deve ser assim programado. Por que ele não é programado para produzir seis ou oito vértebras cervicais? E por que o zigoto deve ser capaz de produzir um pescoço funcionalmente adequado? Essas duas últimas questões encontram suas respostas nos conceitos de filogenia e seleção natural, respectivamente. Tais respostas não são alternativas às respostas dadas pela fisiologia e pela embriologia, elas são respostas dadas a diferentes tipos de questões. (Williams; Nesse, 1991, p. 2, tradução nossa).

O par de categorias 'causas próximas' e 'causas distantes' está diretamente relacionado aos conceitos de 'adaptação fisiológica' e 'adaptação evolutiva'. Enquanto a adaptação fisiológica é a resposta fisiológica de 'um' corpo a determinadas circunstâncias ambientais, próximas, a adaptação evolutiva é o resultado de um processo de seleção natural que provê indivíduos de populações biológicas exatamente com estruturas e comportamentos que realizam funções específicas (Mayr, 1961). Por exemplo, ao entrarmos em um ambiente com pouca luminosidade, a princípio, nossa visão não distingue bem os objetos, mas, aos poucos, começa a ser capaz de divisá-los menos imperfeitamente. O ajuste individual que cada um de nós operamos ao entrarmos em um lugar escuro é uma adaptação fisiológica. Já a 'capacidade' de fazer esses ajustes, mediada pela presença de olhos, células neuronais e módulos cerebrais específicos e especializados, é uma adaptação evolutiva, resultado de processos populacionais e intergeracionais, que envolvem

a chamada seleção natural das variantes favoráveis. Assim, adaptações evolutivas são capacidades conferidas ao nosso corpo pela presença de estruturas e de comportamentos muito complexos, que, por sua vez, emergiram dentro das populações por intermédio de processos de reprodução diferenciada (Caponi, 2011).

Como já referido, desde o artigo de Williams e Nesse (1991), a medicina evolutiva, essa "[...] nova disciplina científica [...]" (Alcock, 2012, p. 10, tradução nossa), experimentou um crescimento exponencial, traduzido não só no número de artigos e de livros publicados ao longo das últimas três décadas e meia, como também nas reflexões sobre a importância de se introduzir, de um forma ou de outra, a medicina evolutiva no currículo dos graduandos de medicina e de outras carreiras relacionadas à saúde humana (Waizbort; Luz, 2017). Entretanto, até onde nos foi permitido identificar, só há uma referência da medicina evolutiva sobre a conquista espanhola, no livro "Evolutionary medicine":

[...] os europeus introduziram varíola, sarampo, peste bubônica, influenza, tifo, difteria, febre escarlata no Novo Mundo e na Polinésia, onde essas doenças mataram de 20% a mais que 90% dos nativos. O impacto da varíola foi particularmente impressionante. (Stearns; Medzhitov, 2016, p. 225, tradução nossa).

Os autores apresentam, em seguida, uma tabela com o elevado número de mortes por varíola em populações de determinadas localidades americanas (Espanha, Venezuela, México, Peru, Brasil, entre outras), em poucas décadas, ao longo do século XVI. As estimativas de morte para o México variam entre três e trinta milhões de habitantes para o período entre 1520 e 1521! Os autores não comentam essa discrepância. Como já assinalado, o tamanho das populações ameríndias na época da conquista é um tema ainda em disputa, que afeta sobremaneira a importância, relativa ou absoluta, das epidemias como causa, suficiente, do colapso demográfico. Stearns e Medzhitov (2016) também não consideram possíveis causas próximas



associadas a esses enormes níveis de mortalidade. A referência às epidemias do Novo Mundo, no século XVI, localiza-se em uma seção que discute certos desajustes evolutivos (*mismatches*), relacionados à emigração e à imigração. Os desajustes evolutivos podem ser temporais ou espaciais, no sentido de que uma determinada adaptação evolutiva, que emerge em um ambiente específico, pode se ver colocada em ambientes distintos, onde sua aptidão pode decair. Assim, diz-se que o corpo humano sofre com os desajustes entre o ambiente onde ele evoluiu e o ambiente moderno. A migração humana, por sua vez, cria uma espécie de desajuste espacial: “Migrantes introduzem doenças a populações que não as tinham previamente experimentado” (Stearns; Medzhitov, 2016, p. 225, tradução nossa). Patógenos vindo de outras regiões ocasionam surtos de mortalidade. Não há referência à imunidade ou à resistência genética ou adquirida, apenas a ideia de que populações humanas levam consigo parasitos a outras populações que não os abrigavam até então, e que tais populações são suscetíveis às doenças causadas por agentes etiológicos não conhecidos antes. Nosso objetivo é aprofundar um pouco a importância de se relacionar causas distantes biológicas com causas próximas sociais e também políticas.

### A HIPÓTESE DO SOLO VIRGEM, EM DIAMOND

“Armas, germes e aço” não é um livro sobre a conquista espanhola, mas uma obra que procura mostrar por que o que se chamaria de cultura ocidental, por falta de uma categoria melhor, possui mais bens de consumo (‘carga’, na língua de Yago, interlocutor de Diamond) do que a Nova Guiné e outros países do assim chamado terceiro mundo. Todavia, para Diamond, em seu livro, as doenças epidêmicas (os germes, do título) que dizimaram os ameríndios são basilares para um suposto padrão histórico que explicaria por que os europeus realizaram tantas conquistas sobre essas populações nativas. Por exemplo, Diamond argumenta que a vitória de Pizarro em Cajamarca foi precipitada por uma epidemia de varíola que, na sua

rota de destruição, causou “[...] a disputa pelo trono entre líderes Incas, Atahualpa e seu meio-irmão, Huáscar [...] Não fosse a epidemia, os espanhóis teriam encontrado um império unido” (Diamond, 2009, p. 77). Ele usa esse seu raciocínio em relação aos incas para dar um salto indutivo em busca de um padrão histórico, processo epistemológico muito discutível entre historiadores (Calahan, 2005). Para Diamond (2009, p. 77):

A presença de Atahualpa em Cajamarca, portanto, destaca um fator-chave na história mundial: doenças transmitidas para pessoas sem imunidade por invasores com considerável imunidade. Varíola, sarampo, gripe, tifo, peste bubônica e outras doenças infecciosas, endêmicas na Europa, tiveram um papel decisivo nas conquistas europeias, dizimando muitos povos de outros continentes.

Segundo Diamond (2009, p. 77),

[...] em todas as Américas, as doenças introduzidas pelos europeus se alastraram de uma tribo para outra bem antes do avanço dos próprios europeus, matando um percentual calculado em cerca de 95% da população nativa da América pré-colombiana.

Em outra parte do livro, ele reforça esse argumento da importância dos microorganismos para a dizimação de dezenas de milhões de astecas:

A importância dos micróbios letais na história humana é bem ilustrada pelas conquistas europeias e o despovoamento do Novo Mundo. Muito mais ameríndios morreram abatidos pelos germes eurásianos do que pelas armas e espadas europeias nos campos de batalha. Esses germes minavam a resistência indígena matando grande parte dos índios e seus líderes e abalando o moral dos sobreviventes. Em 1519, por exemplo, Cortes desembarcou na costa do México com 600 espanhóis a fim de conquistar o temível império asteca militarista com uma população de muitos milhões. O fato de Cortes chegar à capital asteca de Tenochtitlán, fugir depois da perda de “apenas” dois terços de seu contingente e conseguir abrir caminho lutando para voltar à costa demonstra a superioridade militar espanhola e a ingenuidade inicial dos astecas. Mas quando sobreveio o novo ataque violento de Cortes, os astecas já não eram mais ingênuos e lutaram com a máxima tenacidade.

O que deu aos espanhóis uma vantagem decisiva foi a varíola, que chegou ao México em 1520 com um escravo contaminado procedente da Cuba espanhola<sup>3</sup>. A epidemia que veio em seguida matou quase a metade dos astecas, incluindo o imperador Cuitláhuac. Os sobreviventes astecas ficaram desmoralizados pela doença misteriosa que matava os índios e poupava os espanhóis, como que anunciando a invencibilidade dos espanhóis. Em 1618, a população inicial do México, de quase 20 milhões, caíra para cerca de 1,6 milhão. (Diamond, 2009, p. 210).

Apoiado nos proponentes da hipótese da epidemia em solo virgem (MacNeill, 1976; Crosby, 1976), Diamond (2009) argumenta que a varíola e as doenças trazidas pelos espanhóis são enfermidades humanas de multidões. Segundo ele, é o fato de que elas circulam entre muitas centenas de milhares de pessoas que as facultam a causar epidemias ou mesmo pandemias, capazes de exterminar grande parte de populações imunologicamente virgens. Para Diamond (2009), populações humanas grandes e densas são consequência da revolução agrícola de povos da região conhecida como 'crescente fértil', onde foram domesticados animais de grande porte. O excedente de produção resultante do controle de técnicas de agricultura permitiu a populações do crescente fértil a criação de grandes rebanhos, com grande importância alimentar e econômica. Os animais transmitiram suas doenças microbianas para os humanos e, ao longo da história, as gerações humanas, em contato com esses mamíferos de grande porte, acabaram desenvolvendo uma imunidade biológica, genética e inata, evolutivamente adquirida.

No século XVI, os povos europeus possuíam um número maior de animais domésticos do que os povos ameríndios, e essa circunstância estaria intimamente relacionada à imunidade dos europeus às epidemias e à sensibilidade dos ameríndios a essas doenças (Crosby, 1976; MacNeill, 1976; Diamond, 2009). Segundo Diamond (2009, p. 213):

A principal razão pela qual as epidemias de multidão letais não surgiram nas Américas fica clara quando fazemos uma pergunta simples. A partir de que micróbios elas poderiam ter se desenvolvido? [...] As doenças de multidão eurásianas se desenvolveram a partir das doenças dos rebanhos eurásianos domesticados. Enquanto muitos desses animais existiam na Eurásia, apenas cinco foram domesticados nas Américas: o peru no México e no sudoeste dos Estados Unidos, a lhama/alpaca e o porquinho-da-índia nos Andes, o pato-do-mato na América do Sul tropical, e o cachorro em todo o continente americano.

Também vimos que essa escassez extrema de animais domésticos no Novo Mundo reflete a escassez de material selvagem inicial. Cerca de 80 por cento dos grandes mamíferos selvagens das Américas foram extintos no final da última Era Glacial, por volta de 13 mil anos atrás. Os poucos domesticados que sobraram para os ameríndios não eram fontes prováveis de doenças de multidão, comparados às vacas e aos porcos. O pato-do-mato e o peru não vivem em grandes bandos e não são espécies que as pessoas costumam abraçar e afagar (como os cordeirinhos) e com as quais temos muito contato físico. Os porcos-da-índia podem ter contribuído com uma tripanossomíase, como a doença de Chagas ou a leishmaniose, para o nosso catálogo de aflições, mas isso não está confirmado. Inicialmente, mais surpreendente é a ausência de doenças humanas derivadas das lhamas (ou alpacas), que tendemos a considerar o equivalente andino do rebanho eurásiano. No entanto, houve quatro constatações que eliminam as lhamas como fonte de agentes patogênicos humanos: elas eram mantidas em rebanhos menores do que as ovelhas, as cabras e os porcos; sua quantidade total nunca foi nem remotamente tão grande quanto o total das populações de rebanhos domésticos eurásianos, já que a lhama nunca se espalhou além dos Andes; as pessoas não bebem (e por isso não são contaminadas) o leite de lhama; e as lhamas não são mantidas em lugares fechados, em contato direto com as pessoas.

Diamond (2009) argumenta, então, que a domesticação de animais (e de plantas) pôde ser mais ou menos livremente exportada no sentido leste-oeste (entre a Europa Central e Ásia Central, por exemplo), mas não no sentido norte-sul, uma vez que, em diferentes

<sup>3</sup> Há questionamentos sobre a plausibilidade dessa narrativa de que foi um escravo negro que introduziu a varíola no México. Brooks (1993, p. 2), por exemplo, assinala que ninguém entre 1520 e 1530 pensava na varíola como uma doença transmissível. A ideia de contágio limitava-se, em grande parte, ao caso bíblico da lepra.

latitudes, aparecem impedimentos para a domesticação de animais, tais como mudanças climáticas e outras diferenças ambientais. Com isso, aquelas populações humanas que viviam no eixo leste-oeste do globo se favoreceram não só de animais domésticos, como também, ao longo do tempo, da imunidade referente às doenças que esses animais transmitiam, o que não teria sido o caso nas Américas, cuja população está disposta sobre o eixo norte-sul. Note-se que essas explicações manejam informações geográficas e históricas sobre o estado atual e antigo de populações humanas. São causas distantes, mobilizadas para explicar a conquista. O resultado do encontro entre espanhóis e ameríndios é decorrente de causas biogeográficas que produziram populações imunologicamente diferentes. Diamond (2009) não ignora por completo outros fatores proximais, relacionados à violência dos espanhóis e à estrutura social dos ameríndios em contato com europeus e escravos africanos, mas a ênfase que ele coloca nas epidemias evidencia que sua explicação biogeográfica relega essas outras causas a um patamar de menor importância.

Vários pontos do seu argumento sobre o poder devastador das epidemias têm sido severamente questionados. Por exemplo, as estimativas de 20 milhões de habitantes, para o México, antes da chegada dos espanhóis, apresentada por Diamond (2009) (citada acima), foram colocadas em questão mesmo antes da publicação de seu livro, por autores como Brooks (1993) e Assadourian (1989). Há outros autores que mostram que nem sempre as epidemias causaram o tamanho desastre que se supõe ter ocorrido no México e nos Andes, que a virgindade imunológica tende a desaparecer com a passagem do tempo, que o impacto populacional da doença não era um resultado inescapável (Livi-Bacci, 2007, 2011; Jones, 2003, 2016; Nash, 2014). Tivessem os conquistadores outros comportamentos ante as enfermidades dos ameríndios, o desfecho poderia ser diferente. A atribuição do colapso a uma única causa (epidemias) também foi posta em dúvida sob outros aspectos, desde problemas hermenêuticos na própria identificação das doenças, a

partir de registros históricos, passando por críticas mais ideológicas em que a atribuição causal do desastre para as epidemias acaba, de uma forma ou de outra, implicando uma forma de racismo científico, intermediado por um determinismo imunológico. Há outras críticas de caráter mais filosófico, como a que aponta a improcedência de buscar regularidades na história (Calahan, 2005) ou aquela que indica o viés burguês do argumento (Correia, 2013), mas não trataremos desses problemas, uma vez que eles não estão diretamente relacionados às epidemias como causas suficientes, ou não, para o colapso demográfico que acometeu os ameríndios após a chegada de Colombo.

## O DEBATE INESGOTÁVEL

Há um consenso entre historiadores e demógrafos históricos de que houve um colapso populacional dos ameríndios ao longo do século XVI. O que se discute, de forma intensa, são as dimensões e as causas dessa tragédia humana (Livi-Bacci, 2007; Henige, 2008; Storey, 2012; Jones, 2003, 2016). Por sua vez, a explicação em tela está intimamente associada ao tamanho da população do hemisfério ocidental antes do encontro com os europeus. No que se segue, indicaremos esse problema com um foco mais específico no que se conhece hoje como México (Tenochtitlán), embora haja trabalhos que apresentem e discutam a hecatombe em várias partes das Américas, incluindo os Altiplanos Andinos, a região conhecida como Mesoamérica, a Amazônia, os EUA e o Canadá.

Do ponto de vista demográfico, ao longo do século XX, houve um contraponto entre cenários 'baixistas', na categorização do demógrafo italiano Livi-Bacci (2007), que apresentavam as Américas como um continente esparsamente povoado, e cenários 'altistas' (Livi-Bacci, 2007) em que elas eram densamente habitadas (Denevan, 1992; Dobyns, 1966; Livi-Bacci, 2003, 2007, 2011; Jones, 2016). Assim, várias estimativas foram feitas ao longo do tempo. Ainda no século XVI, "Bartolomé de Las Casas acreditava que mais de 40 milhões de ameríndios morreram até o ano de 1560" (Denevan, 1992, p. 370, tradução nossa). Note-se

que Las Casas estaria estimando as mortes e não o número de habitantes das Américas pré-colombianas. A estimativa de Las Casas, naturalmente, não estava apoiada em qualquer método reconhecido pela historiografia mais recente. Para as primeiras décadas de 1900, vários autores sublinham que estudiosos como Alfred Kroeber, Angel Rosenblat e Julian Steward produziram estimativas de, no máximo, uma dezena de milhões de habitantes (Brooks, 1993; Sánchez-Albornoz, 2003; Dobyns, 1966; Livi-Bacci, 2007; Jones, 2016). Todavia, ao longo do século XX, essa cifra vai ser inflacionada até se aproximar, e em alguns casos ultrapassar, cem milhões de pessoas, nos trabalhos de Woodrow Borah, Sherburne F. Cook, Henry Dobyns, George Lovell, Noble David Cook e William Denevan, entre outros (Denevan, 1992; Dobyns, 1966; Sánchez-Albornoz, 2003). Segundo Sánchez-Albornoz (2003), na década de 1960, Cook e Borah inauguraram uma nova especialidade científica: a demografia histórica americana. Cook e Borah são dois dos integrantes do que ficou conhecido como escola de Berkeley. Os trabalhos iniciais sobre as revisões demográficas foram realizados no México:

Cook e Borah estudaram, povo por povo, as visitas tributárias precoces que os oficiais espanhóis fizeram usando caciques como conhecedores das minúcias da sua tribo. Cada contagem encontrada nos arquivos revelou um passo desconhecido da evolução numérica do México central entre 1530 a 1610. O ápice [desse trabalho] foi alcançado quando ambos os autores conseguiram estimar o tamanho da população ameríndia na véspera da conquista. [...] Cook e Borah foram capazes de afirmar no final de sua reconstrução que a população indígena tinha desmoronado no centro do México de cerca de 25 milhões de habitantes em 1519 para cerca de 700.000 em 1625. Em pouco mais de um século, a maioria da população foi reduzida para cerca de 3 por cento do tamanho original, com quedas desiguais por região, altitude ou época. Depois da conquista, o coração do México foi despovoado. (Sánchez-Albornoz, 2003, p. 10-11, tradução nossa).

É importante enfatizar que os estudiosos da escola de Berkeley, depois de estudarem o México, investigaram outros locais em outros países, como a ilha de Espanha

e a Nova Granada, e os resultados, embora apoiados em uma base de fontes mais frágil do que as investigações sobre o colapso no México, eram parecidos. Trabalhos de outros pesquisadores sobre as regiões andinas, incluindo o atual Peru e a Bolívia, e várias regiões da chamada Mesoamérica, incluindo a península de Yucatán, onde se encontravam populações maias, atestaram também o desastre. Por toda a parte, parecia ter havido uma hecatombe populacional que se converteu em objeto de reflexão para a história mundial. E isso teria implicado uma mudança no foco causal:

Como explicação do desastre, as armas dos conquistadores foram relegadas para um segundo plano, pois pareciam muito simples para causar tanta mortalidade. Em vez disso, Cook e Borah admitiram a intempestiva irrupção das epidemias europeias. (Sánchez-Albornoz, 2003, p. 11, tradução nossa).

Para Cook e Borah, as epidemias teriam dizimado os nativos, pois estes não possuíam “[...] imunidade protetora prévia” (Sánchez-Albornoz, 2003, p. 11, tradução nossa; Cook, S.; Borah, 1977).

Há muitos trabalhos que apresentam estimativas populacionais para as Américas. William Denevan, professor de Geografia da Universidade de Wisconsin-Madison, membro proeminente da escola de Berkeley, publicou muitos livros e artigos sobre o tema. Alguns dados de um de seus trabalhos nos dá um bom quadro, na década de 1990, das estimativas populacionais e das supostas causas do desastre humano no século XVI:

Sugeri recentemente um total de 53,9 milhões para o Novo Mundo [para época anterior à chegada de Colombo]. Isso se divide em 3,8 milhões para a América do Norte, 17,2 milhões para o México, 5,6 milhões para a América Central, 3,0 milhões para o Caribe, 15,7 milhões para os Andes e 8,6 milhões para a América do Sul. Estes números baseiam-se no meu julgamento quanto às estimativas tribais e regionais mais recentes. Aceitando uma margem de erro de cerca de 20%, a população do Novo Mundo ficaria entre 43 e 65 milhões. Futuras revisões regionais provavelmente manterão o hemisfério total dentro desse intervalo. (Denevan, 1992, p. 370, tradução nossa).

Denevan (1992) continua apresentando, então, o abrupto decréscimo no número de ameríndios ao longo do século XVI. Ele assinala que o declínio foi rápido e severo, e as epidemias, o principal assassino. Em muitas regiões, particularmente nas terras baixas tropicais, as populações caíram 90% ou mais no primeiro século após o contato. As populações ameríndias (estimadas) declinaram na ilha de Espanhola de 1 milhão, em 1492, para algumas centenas, 50 anos depois, o que corresponde a uma diminuição de mais de 99%; no Peru, de 9 milhões, em 1520, a 670.000, em 1620 (decréscimo de 92%); na bacia do México, de 1,6 milhões, em 1519, para 180.000, em 1607 (queda populacional de 89%); e na América do Norte, de 3,8 milhões, em 1492, para 1 milhão, em 1800 (74%). Um colapso geral de 53,9 milhões, em 1492, para 5,6 milhões, em 1650, equivale a uma redução de 89% (Denevan, 1992, p. 371).

Nicolás Sánchez-Albornoz é um historiador espanhol, professor emérito da Universidade de Nova York, com vários livros e artigos publicados em revistas especializadas em estudos de populações humanas. Em 2003, introduzindo um número especial do periódico *Revista de Indias*, ele chamou de “O debate inesgotável” a discussão sobre a causa (ou causas) do desastre demográfico que acometeu os ameríndios ao longo do século XVI. Alguns dos mais importantes especialistas da área publicaram artigos nesse número da revista. A leitura desses trabalhos revela muitas diferenças entre seus autores, desde as distintas estimativas populacionais pré-contato, passando pelo papel relativo ou (quase) absoluto das epidemias no *debacle* populacional, chegando na consideração, ou não, de determinantes sociais (Sánchez-Albornoz, 2003; Livi-Bacci, 2003; Cook, N., 2003; Malvido, 2003; Villamarín, Juan; Villamarín, Judith, 2003). Por exemplo, Elsa Malvido, investigadora do Instituto Nacional de Antropología e História do México, mostrou que uma sequência de epidemias que assolaram essa região no século XVI seria a causa primordial da retração demográfica dos ameríndios. Ela apresenta os anos de aparição, na Nova Espanha, de

doenças como varíola (1521-1615), sarampo (1531-1563) e catapora (1538-1700), apontando a porcentagem de mortes na população virgem: 85 a 90 por cento para a varíola; 80 por cento para o sarampo; de 10 a 15 por cento para a catapora. Malvido (2003) ainda indica os grupos de idade mais afetados por essas doenças: todos, no caso da varíola; de zero a 62 anos, no caso do sarampo; e todos, de novo, no caso da catapora, oferecendo também informações sobre peste, papeiras e tosse convulsiva. Note-se que uma peculiaridade do fenômeno que estamos estudando é o fato de que muitas doenças afetaram populações de ameríndios (quase) ao mesmo tempo. Não é o caso de ‘uma’ epidemia que chega ao território de uma população imunologicamente virgem, mas de populações expostas a muitos patógenos diferentes, às vezes simultaneamente. Para Sánchez-Albornoz (2003, p. 15, tradução nossa),

Malvido expresa sua opinião de que se projetarmos retrospectivamente a quantidade de sobreviventes sobre o grau de mortalidade correspondente para cada epidemia, a população alcançada para o primeiro contato [entre ameríndios e espanhóis], não seria muito distante daquela a que Cook e Borah chegaram por outro caminho.

Na mesma direção, o historiador Noble David Cook, da Universidade Internacional da Flórida, publicou um artigo nesse número da *Revista de Indias*. David Cook resume seu trabalho, afirmando que a documentação divulgada em 2003 deu a ver que vários índios tainos, levados por Colombo para a Espanha para serem apresentados aos reis católicos, morreram de varíola em Cádiz, em 1493, antes de embarcarem na segunda expedição de Colombo para as Américas. Segundo Cook, N. (2003), devido às condições sanitárias predominantes e à aglomeração a bordo, a infecção pode afetar mais viajantes, que podem, assim, veicular doenças ao desembarcar. Para David Cook, a revelação desses documentos seria mais um pilar para a ideia de que epidemias seriam a causa primordial da dizimação de outras populações desde então (Sánchez-Albornoz, 2003; Cook, N., 2003).

Ao nosso ver, é evidente que tanto Elsa Malvido quanto David Cook consideram que as epidemias são a causa do colapso das populações de ameríndios. Entretanto, estamos procurando argumentar que as epidemias respondem apenas pelas causas distantes, e que as causas próximas precisam ser apresentadas e consideradas.

Massimo Livi-Bacci, professor de demografia da Universidade de Florença e de história e economia de populações humanas, não concorda com a hipótese da epidemia em solo virgem. Em sua contribuição no referido número da Revista de Índias, ele ressalta que, quanto maior a estimativa populacional para o hemisfério ocidental antes da chegada dos europeus, maior força ganha a hipótese de que as doenças causadas por parasitos, sobretudo por vírus, são as responsáveis predominantes do fenômeno demográfico (Livi-Bacci, 2003, 2007). Como assinalado anteriormente, tais estimativas são obtidas a partir dos relatos de cronistas espanhóis e ameríndios, dos registros de tributos tanto dos governos locais como dos conquistadores, assim como de avaliações baseadas em arqueologia e geografia, além de projeções retrospectivas baseadas em taxas de despovoamento, observadas em um período posterior (Livi-Bacci, 2006). Assim, Livi-Bacci (2003, 2007) enfatiza que a discussão sobre os números é fundamental porque é a partir da estimativa do tamanho das populações ameríndias 'antes' do contato com os europeus, para mais ou para menos, que o poder das epidemias para a devastação populacional torna-se absoluto (monocausal) ou relativo. A historiografia tradicional reconhecia que a violência bélica dos espanhóis (a chamada Lenda Negra), a baixa na moral dos ameríndios que sobreviviam devido à perda de cônjuges, filhos, parentes e amigos, a exploração da força de trabalho dos ameríndios em plantações e nas minas de prata, a violência sexual dos espanhóis contra as ameríndias, tributos demasiado altos, a escassez nutricional poderiam estar relacionadas a muitas mortes, talvez dezenas ou mesmo centenas de milhares. Mas, na medida em que as cifras se multiplicam para muitas dezenas de milhões (lembramos que a estimativa de Cook e Borah é

de 25 milhões apenas para o México), a hipótese de que as epidemias são as maiores responsáveis pela tragédia ganha muita força, pois, segundo Livi-Bacci (2003, 2006, 2007, 2011), o poder das outras causas alegadas, intermediada por ações humanas, é praticamente desprezível ante a enorme fatalidade das doenças. Todavia, assim como outros autores (Brooks, 1993; Henige, 2008; Jones, 2003, 2016; Storey, 2012; Nash, 2014), Livi-Bacci (2003, 2006, 2007, 2011) não concorda que as epidemias sozinhas possam explicar o colapso populacional. O autor também não aceita números populacionais tão altos, como os de Cook e Borah (Sánchez-Albornoz, 2003; Livi-Bacci, 2003, 2006, 2007, 2011).

As estimativas para o hemisfério ocidental, incluindo o México, antes da chegada dos europeus, que asseguram o poder das epidemias como causa do colapso, receberam várias críticas, mesmo antes da publicação de um livro como "Armas, germes e aço", que é de 1997 (Zambardino, 1980; Assadourian, 1989; Brooks, 1993). No artigo intitulado "*Revising the conquest of Mexico: smallpox, sources, and populations*", publicado em 1992, Francis Brooks sintetiza o problema da seguinte forma:

Se a população em 1519 fosse cinco vezes maior do que se pensava ser, então nossas percepções da força e complexidade da política Asteca deveriam ser fundamentalmente reestruturadas também. Mais crucial, no entanto, é a dimensão do colapso demográfico revelado na proporção entre os números, de cerca de 25 milhões em 1519 e cerca de 1 milhão em 1600. Uma queda de 96% em uma população tão grande era, literalmente, desconhecida e, se for verdade, é única na história do mundo. Nenhum massacre meramente humano poderia explicar tal catástrofe, mesmo permitindo que o assassinato fosse estimulado por anomia e perda da vontade de viver por parte das vítimas. Alguma visitação ou aflição de Deus ou da natureza deve ser invocada para dar conta dessa mortalidade total. Variola, entendida por Macaulay, como "o mais terrível de todos os ministros da morte", parece se encaixar no caso precisamente. Se a varíola atacou grandes grupos de povos indígenas, que estavam despreparados e não imunes, somos levados a esperar que milhões deles tenham morrido. (Brooks, 1993, p. 1, tradução nossa).



Brooks (1993) é extremamente crítico a essa estimativa de 25 milhões de habitantes no México, em 1518/1519, antes do contato com os espanhóis. Ele interpõe várias questões sobre os métodos adotados por Cook e Borah para chegar a essas altas cifras, além de questionar a identificação de doenças como a varíola, entre os astecas, assim como os anos exatos das primeiras epidemias. Ele explora bastante o texto de Zambardino (1980), que problematiza matematicamente a forma como Cook e Borah trabalharam, e oferece estimativas bem mais modestas tanto para o México quanto para outras partes do hemisfério ocidental. Para Brooks (1993), o que se alcançou como resultado direto dos números de Borah e Cook foi o estabelecimento dos conceitos de populações em solos virgens e da epidemiologia de doenças infecciosas em populações não imunes. Mas esses novos conceitos não respondem pela tragédia em tela:

Isso que deve ser questionado. Em contraste, as conclusões dos antropólogos físicos, derivadas da capacidade de suporte da tecnologia agrícola disponível, ainda apontam teimosamente para um número total, para o México em 1500, na faixa entre 5 a 10 milhões. (Brooks, 1993, p. 4-5, tradução nossa).

Ainda anteriormente, Assadourian (1989, p. 420, tradução nossa) também contestou as cifras dos autores da escola de Berkeley e, embora não negasse o poder das doenças em ceifar enormes cifras de vidas ameríndias, afirmou que há outras causas em foco, bem exemplificada pelas “[...] dez pragas trabalhosas com que Deus castigou essa terra”, que Frei Toribio de Motolinía, em torno de 1541, apontou como causas da despopulação, entre elas as guerras, a fome, os tributos impostos aos ameríndios, o trabalho nas minas de ouro e na edificação da cidade do México, além, é claro, de epidemias. Livi-Bacci (2007) também aponta Motolinía como o cronista que indicou corretamente as causas do colapso demográfico, embora não tenha estimado o peso das epidemias ante outras formas de destruição (Assadourian, 1989).

Segundo Livi-Bacci (2007) e Jones (2016), se aceita nos círculos especializados estimativas mais moderadas do que a dos integrantes da escola de Berkeley, algo em torno de cinquenta milhões de habitantes, talvez um pouco menos ou um pouco mais (Koch et al., 2019). Entretanto, mesmo com essa cifra mais modesta, o problema continua sendo como explicar o abrupto decréscimo das populações ameríndias, evidente pela leitura das fontes em jogo, pois as causas decorrentes de ações humanas seriam muito insuficientes para justificar tamanho despovoamento. Assim, mesmo que, por exemplo, a população do México, antes da chegada de Cortes fosse de dez milhões, e não de vinte e cinco milhões (ou vinte milhões, como sugere Diamond), a perda seria ainda de cerca de 90%, pois se sabe com bastante segurança que não havia mais do que um milhão de mexicanos ao fim do século XVI (Cook, S.; Borah, 1977). Esse índice de mortalidade ainda seria um dos mais dramáticos da história.

Assim, o que está em jogo não é se as epidemias ocorreram ou não, ou se seu efeito foi devastador ou não. O que se discute é o quanto as epidemias podem ser apontadas como a causa suficiente do colapso ou se elas devem ser complementadas por causas de origem social, como violência, fome e abatimento moral e psicológico. Autores como Diamond (2009), Malvido (2003) e Cook, N. (2003) aceitam o poder quase absoluto das epidemias e, embora reconheçam outros fatores causais (proximais), não os consideram suficientes nem necessários para explicar o colapso. As epidemias explicam o desastre populacional em um ambiente em que os índios seriam imunologicamente virgens aos patógenos trazidos pelos espanhóis. Entretanto, autores como Brooks, Assadourian, Livi-Bacci, o próprio Sánchez-Albornoz postulam que causas próximas devem ser conjugadas com as epidemias, sob o risco de naturalizarmos um desastre histórico que nada teve de necessário e inevitável. Por exemplo, Livi-Bacci (2006) aponta que houve epidemias que não se traduziram em tragédia populacional, como cerca de trinta missões jesuíticas no Paraguai

que tutelaram, por motivos diversos, o povo Guarani. Nesse caso, houve aumento populacional, apesar das epidemias, das guerras, da fome e de outros fatores de estresse: “Desde a década de 1640 – quando a missão jesuíta do Paraguai alcançou a estabilidade territorial – até o início da década de 1730, a população Guarani, guiada pelos padres jesuítas, aumentou de 40.000 para mais de 140.000” (Livi-Bacci, 2006, p. 219, tradução nossa). O que estamos querendo indicar é que a forma da colonização, violenta ou mais humana, tem um papel preponderante na capacidade das populações ameríndias de suportar epidemias.

Há muitas outras considerações a serem feitas ao suposto poder suficiente das doenças. Livi-Bacci apresenta as bases darwinistas (evolutivas) da hipótese da epidemia em solo virgem, e considera que “o efeito catastrófico das epidemias tende a se atenuar com o tempo, à medida que se completam os processos graduais de adaptação e seleção” (Livi-Bacci, 2003, p. 41, tradução nossa). Assim, os sobreviventes expostos de uma epidemia transmitem sua imunidade para seus filhos, tornando a população, ao longo do tempo, resistente ao patógeno. Para Livi-Bacci (2003, p. 41, tradução nossa), o retrocesso populacional tem uma série de causas complementares, que devem ser compreendidas como causas próximas do desastre:

Duas delas merecem atenção especial, uma vez que – entre outras coisas – afetam a reprodutividade e, consequentemente, a capacidade de reagir a crises e episódios de maior mortalidade. Eu as definirei como o “efeito de deslocamento” e o “efeito de subtração”, o deslocamento social e a subtração do patrimônio reprodutivo. O efeito de deslocamento – *repartimiento y encomienda*; trabalhar nas minas; a concentração nas aldeias; migrações forçadas; a subtração de terras e consequente eliminação de culturas tradicionais para criar grandes plantações ou pastagens – produziu efeitos de todos os tipos e alterou o equilíbrio das comunidades tradicionais. [...] De um ponto de vista puramente demográfico, pode-se pensar que o deslocamento contribui para a mortalidade: a migração pode levar à fome, o trabalho forçado em campos ou minas pode enfraquecer a população, tornando-a mais vulnerável a doenças endógenas e importadas;

a concentração nas aldeias, contribui para a disseminação de epidemias mais rapidamente. [...] Através do efeito de “subtração”, as mulheres são mais ou menos expulsas do patrimônio reprodutivo indígena para entrar no patrimônio reprodutivo dos colonizadores, produzindo uma redução na taxa de natalidade [...]

Para a narrativa que estamos desenvolvendo, esses fatores proximais devem compor a equação que pretende explicar a conquista e o colapso populacional. A desestruturação da força de trabalho e da capacidade reprodutiva dessas populações sugere um quadro de extrema miséria material, associada a graus elevados de má nutrição e estresse. Até que ponto as epidemias causaram essa situação ou foram favorecidas por ela é a questão que foi aberta depois que a hipótese da epidemia em solo virgem se achou instituída. No mesmo ano de 2003, em que “O debate inesgotável” foi discutido na série de trabalhos introduzidos por Nicolás Sánchez-Albornoz, na Revista de Índias, independentemente, David S. Jones, membro do Departamento de Psiquiatria do Hospital McLean e do Hospital Geral de Massachusetts, publicou o artigo “*Virgin soils revisited*”, no qual discutia os limites da hipótese Crosby-MacNeill, de pontos de vista biológico (imunológico), demográfico e sociológico. Impossível sintetizar a riqueza crítica do texto de Jones. Focaremos em alguns aspectos que nos chamaram muita atenção, inclusive porque eles serão retomados em artigo do mesmo autor, publicado treze anos mais tarde. Por exemplo, para Jones (2003, p. 104, tradução nossa), é preciso qualificar a ideia de que os ameríndios eram imunologicamente virgens às doenças espanholas:

Os índios americanos não tinham genes específicos que tornaram europeus e africanos, depois de gerações de seleção natural, mais resistentes à varíola e à tuberculose? Eles não tinham anticorpos que suas contrapartes da Eurásia adquiriam durante a infância de exposição a infecções endêmicas? Foram seus sistemas imunológicos comprometidos pela desnutrição, exaustão e estresse criado pela colonização europeia? Essas diferentes questões, obscurecidas dentro da simples alegação de não



imunidade, têm implicações muito diferentes para a nossa compreensão do que foi responsável por esta catástrofe demográfica.

O problema para Jones, tal qual colocado também por Livi-Bacci, Sánchez-Albornoz, Assadourian, entre outros, é que não se pode e nem se deve, em termos filosóficos e morais, tentar explicar o fenômeno demográfico apelando 'apenas' para causas distantes, sob o risco de obscurecer outras causas que merecem atenção. Segundo Jones (2003), um livro como "Armas, germes e aço" subestima as causas próximas, quando, por exemplo, afirma que os índios americanos não tinham resistência imunológica nem genética a doenças:

Isso não faz sentido. Índios, como todos os seres humanos – e todos os vertebrados – possuem elaborados sistemas imunológicos e podem montar poderosas defesas contra vírus, bactérias, fungos e parasitas, mesmo em uma primeira exposição. Ninguém é imunologicamente indefeso. Haveria alguma coisa que deixaria o sistema imunológico ameríndio mais sutilmente deficiente? Muitas afirmações de "não imunidade" dependem da alegação de que o isolamento ameríndio das doenças, que os deixaram livres no paraíso das Américas, enfraqueceu seu sistema imunológico. Mas os arqueólogos já mostraram que muitas doenças existiam nas Américas antes dos europeus chegarem, incluindo tuberculose, treponematose, pneumonia, osteomielite, febre tifóide, shigella, salmonela, leishmaniose, doença de Chagas, toxoplasmose, amebíase, giardíase, tinha, blastomicose e infestações com vermes, lombrigas e ancilostomídeos. Os sistemas imunológicos dos ameríndios indianos tinham tido exercício pleno. (Jones, 2003, p. 10, tradução nossa).

Note-se que Jones (2003) enfatiza a diferença entre imunidade genética (inata) e imunidade adquirida (adaptativa), assim como entre resposta imune celular e humoral, que precisariam ser melhor conhecidas para poder dar sustentação à hipótese da epidemia em solo virgem. O autor também argumenta que estudos atuais não corroboraram a hipótese de que povos nativos sejam particularmente mais suscetíveis a novas doenças (Crosby, 1976; Jones, 2003, 2016). Todavia, a questão

central de Jones (2003) não é meramente imunológica, mas sociológica, ideológica e política. Segundo ele, Crosby já havia atentado para isso, recuando da própria hipótese que contribuiu para criar: "Crosby, depois de considerar o mecanismo do solo virgem, concluiu que as altas taxas de mortalidade refletiam as terríveis condições de vida dos ameríndios, e não uma inerente falta de imunidade inata ou adaptativa" (Jones, 2003, p. 11, tradução nossa). Jones (2003) articula um argumento que, a meu ver, parece fatal para hipótese da epidemia em solo virgem como explicação monocausal do declínio demográfico. Ele defende de forma aguda que as narrativas que contamos sobre o passado têm consequências sobre como lidamos com epidemias hoje. Elas modelam nosso pensamento sobre as desigualdades de saúde para os ameríndios, e também para outras populações humanas vulneráveis hoje:

[...] bem poderia ser que as epidemias entre os índios americanos, apesar de sua severidade incomum, tenham sido causadas pelas mesmas forças da pobreza, desnutrição, estresse social, deslocamento, desigualdade econômica e vulnerabilidade ambiental que favoreceram epidemias em todos os outros tempos e lugares. (Jones, 2003, p. 11, tradução nossa).

Jones (2003) não está questionando a importância das doenças epidêmicas, nem a existência de mecanismos genéticos de resistência e suscetibilidade a doenças. O que está em questão é a contribuição relativa das causas socioculturais, de um lado, e das causas genético-imunológicas, do outro. E, desse ponto de vista, ele critica a hipótese da epidemia em solo virgem por desconsiderar as causas sociais, próximas, a interação entre os ameríndios nativos e os espanhóis. Para Jones (2003), o colapso demográfico de populações extintas não é apenas matéria acadêmica, pois nossa interpretação do que ocasionou esse desastre influencia a forma como interpretamos a importância das epidemias hoje, entre ameríndios e outras populações socialmente fragilizadas. Ao considerar as epidemias como a causa única da estrondosa ruína dessas populações no passado,

tendemos a fazer o mesmo para as populações atuais, não só entendendo as consequências das epidemias como uma fatalidade, via um determinismo imunológico cientificamente discutível, materializado pela hipótese da epidemia em solo virgem, mas também nos eximindo de procurar soluções sociais e políticas, ou seja, buscar mudanças em fatores socioambientais que são relevantes como causas próximas para situações, muitas vezes, indigentes dessas populações (Jones, 2003):

O determinismo imunológico tem sido usado como argumento contra supostos fracassos da cultura indígena americana. Os historiadores há muito acreditavam nas conquistas fáceis de Hernan Cortes e Pizarro, devidas às tecnologias, estratégias e lideranças militares europeias superiores. Em tais histórias tradicionais, astecas e incas, ignorantes e ingênuos, nunca tiveram uma chance. Mas, enfatizando o poder das epidemias, os historiadores podem fazer uma afirmação oposta. Os astecas e incas, ambos poderosos e partes de sociedades sofisticadas, teriam sido adversários formidáveis, caso eles não fossem devastados pelo poder irresistível da varíola. Como Karen Kupperman argumenta: "Foram realmente as doenças europeias e não a tecnologia europeia superior que derrotaram os índios nos primeiros anos". Mas enfatizando a falta de imunidade para desviar a culpa das culturas indígenas americanas e instituições, esses teóricos bem-intencionados transferem a responsabilidade aos corpos indígenas americanos. (Jones, 2003, p. 713, tradução nossa).

Em 2016, David Jones publicou um outro trabalho sobre o tema das epidemias como causa do colapso populacional dos ameríndios. Ele continua contestando a teoria da epidemia em solo virgem como explicação monocausal para a conquista espanhola. Assim como Henige (2008) e Livi-Bacci (2007), Jones (2016) aponta que não há evidências inequívocas de que doenças, que não deixam marcas nos ossos de suas vítimas (caso da própria varíola), tenham sido responsáveis únicas pela devastação. Ele também contesta a ideia de que os ameríndios viviam, antes da chegada dos europeus, em um ambiente livre de doenças, afirmando que, a despeito de décadas de estudo, os pesquisadores não encontraram evidência de dramáticas

diferenças na suscetibilidade racial à tuberculose, à varíola, ao sarampo e a outros patógenos proeminentes:

Alguns escritores descontam as diferenças genéticas e argumentam, em vez disso, que a principal diferença foi a falta de imunidade adquirida, mas isto é principalmente relevante para um pequeno número de patógenos virais (por exemplo, varíola, sarampo). Muitos outros vírus e patógenos bacterianos podem infectar e reinfectar pessoas repetidamente. Qual a parcela de mortalidade foi causada por doenças como a varíola, para a qual a imunidade adquirida é relevante? Isso não é conhecido e provavelmente não é cognoscível. Além desse fator, é possível que a introdução simultânea de novos patógenos possa ter aumentado a mortalidade por causa dos efeitos sinérgicos da doença generalizada e da subsistência interrompida. (Jones, 2016, p. 421, tradução nossa).

O que nos chama a atenção é que Jones (2016) procura conjugar o poder certamente brutal das epidemias com a 'subsistência interrompida'. Isso parece indicar que as doenças, para chegarem a esse poder devastador no nível das populações, precisaram ser favorecidas por condições ambientais, aqui traduzidas por ações humanas, intencionais ou não:

[...] pode ser que não sejam necessários mecanismos especiais para explicar os destinos dos ameríndios. Os melhores registros de mortalidade extrema vêm de lugares expostos a colonizações agressivas (por exemplo, Nova Espanha [incluindo o México]). Se a mortalidade realmente ocorreu ao longo de um século, então há muitas forças, até mesmo mundanas, que poderiam ter erodido as populações. Muitas sociedades ameríndias encontravam-se em estado nutricional marginal antes do contato. Desnutrição na linha de base pode ter deixado os índios americanos vulneráveis, no início, às doenças europeias. Quando as condições de colonização interromperam a subsistência, a situação só piorou. Qualquer fator que cause estresse mental ou físico – como deslocamento, guerra, seca, destruição de cultivos, esgotamento do solo, excesso de trabalho, escravidão, desnutrição, caos social e econômico – pode aumentar a suscetibilidade à doença. Desastres naturais, incluindo secas, fracassos de colheitas, terremotos, vulcões e furacões, contribuíram para o sofrimento. (Jones, 2016, p. 421, tradução nossa).

Essa conjugação de causas biológicas distantes, como as epidemias, e causas sociais próximas, como escravidão, fome, excesso de tributos, desalento moral (entre outras), pode ter criado o cenário que resultou no colapso demográfico do século XVI. Talvez também esteja relacionado com os limites agroecológicos das sociedades ameríndias, que não dominavam o aço e as técnicas de produção de alimentos dependentes do arado com tração animal, capazes de sustentar grandes populações por muitas gerações (Brooks, 1993; Mann, 2007).

Embora tenhamos tomado as categorias de causas distantes e causas próximas da medicina evolutiva, ela própria, até agora, não interpretou o fenômeno que nos prende aqui, com excessão da breve referência de Stearns e Medzhitov (2016), apresentada anteriormente. Isso pode se relacionar ao fato de que a medicina evolutiva está mais preocupada com questões que afligem as populações humanas vivas, e não com as extintas. Todavia, autores como Jones, Livi-Bacci e Henige atribuem uma importância política muito atual à forma como interpretamos o fenômenos do colapso dos ameríndios ao longo do século XVI. E isso tem implicações na forma como compreendemos as doenças hoje. Nas palavras de Jones (2016, p. 413, tradução nossa): “As narrativas que os historiadores contam sobre a história demográfica influencia como nós pensamos sobre as desigualdades hoje, e isso pode ter uma profunda consequência para a saúde da população e política de saúde”. Ou seja, se pensarmos que epidemias são as causas únicas do colapso, tenderemos a compreender as doenças hoje apenas como matéria de parasitos e anticorpos, pouco ou nada relacionadas a condições sociais, que deveriam também ser investigadas e combatidas.

Livi-Bacci (2007) talvez seja mais explícito na importância de conjugar causas biológicas com causas sociais. Seu livro “Conquista: a destruição dos índios americanos” vai muito além do colapso populacional dos ameríndios no século XVI, buscando as implicações desse fenômeno demográfico nas populações dos séculos

seguintes, chegando mesmo a tempos mais atuais. Ele aponta, com muita clareza, uma mudança nas formas de compreender o colapso relacionado ao encontro entre ameríndios e europeus, e defende que, muitas vezes, a hipótese da epidemia em solo virgem foi usada com viés político. Do ponto de vista epidemiológico, Livi-Bacci (2007, p. 57) foca muitos dos seus estudos na varíola, porque ela “[...] foi a patologia mais violenta e mais letal pelos seus efeitos, de longe mais desastrosos do que os das outras novas doenças na América”; e porque as considerações epidemiológicas referentes à varíola “[...] podem estender-se a outras patologias, que partilham muitas das suas características” (Livi-Bacci, 2007, p. 57). Ele salienta vários aspectos biológicos da varíola: como o fato de ela ser definida como uma “patologia de rebanho”, uma doença de multidão, assim como o sarampo e a escarlatina; que a varíola se transmite por via aérea; que há um período de latência; que a infecciosidade é muito alta e aumenta devido às condições de alta densidade populacional. Acompanhemos um modelo teórico desenvolvido por Livi-Bacci (2007) para infecciosidade da varíola, que, ao ser criticado por ele mesmo, irá manifestar a importância de conjugar causas próximas e causas distantes:

Considere-se uma aldeia indígena, de 1.000 habitantes, todos não imunes; suponhamos que a varíola contage toda a população [...] Se a mortalidade média entre os contagiados for de 40%, teremos 400 mortos e 600 sobreviventes; estes, tendo contraído a varíola e tendo sobrevivido, são agora imunes. (Livi-Bacci, 2007, p. 62).

Ele segue esse raciocínio matemático ao longo de algumas gerações dessa aldeia hipotética, afetadas de quinze em quinze anos pela doença, para concluir: “Trinta anos depois da primeira chegada da varíola, a população estaria reduzida a pouco mais de quatro décimos da quantidade inicial e isto pode, sem dúvida, definir-se como uma verdadeira catástrofe” (Livi-Bacci, 2007, p. 63). Mas, para Livi-Bacci (2007, p. 63), esse exemplo é extremo principalmente por três razões:

A primeira é que, à chegada da epidemia, nem todos os indivíduos suscetíveis de contágio são efetivamente contagiados; o acaso, a natureza (há indivíduos resistentes à infecção), ou a separação e a distância das fontes de contágio façam com que haja sempre uma proporção significativa de não contagiados. Além disso é provável que esta proporção aumente com o tempo, porque se aprende a reconhecer os sintomas e evitar o contato. A segunda razão é que a mortalidade dos contagiados, para qual conjecturamos o nível máximo de 40%, pode ser mais baixa, e seja como for, tende a diminuir após a primeira epidemia. Para isso contribuem dois grupos de fatores, biológicos e sociais: há um processo de seleção que faz com que, entre os que se curam, haja indivíduos naturalmente mais resistentes ao vírus que transmitem estas características aos seus filhos. Mas há também uma aprendizagem social, segundo a qual, após as primeiras epidemias, os doentes não são abandonados a si próprios, sem comida, sem água, sem sustento, pelo que aumenta a taxa de cura. [...] A terceira razão invoca uma lei quase universal, verificada em inúmeras situações históricas: depois de uma epidemia há um “ressalto” demográfico, isto é, um significativo acréscimo dos nascimentos em relação às mortes. Os primeiros aumentam porque aumentam as uniões entre sobreviventes dos casais desfeitos por uma morte; as outras diminuem porque a epidemia dizimou sobretudo os mais vulneráveis, as crianças e os idosos, pelo que restam principalmente pessoas com risco de morte menor que a média. Em suma, a população não fica estacionária após a epidemia (como no exemplo supracitado).

A segunda razão de Livi-Bacci para considerar o exemplo inicial extremo é justamente a articulação de causas biológicas e sociais contribuindo para certo resultado demográfico, não inevitável, do encontro dos espanhóis com os ameríndios. Como se depreende, melhores condições de vida (água potável, comida, diminuição de tributos, alívio da carga de trabalho) e ajuda humanitária poderiam ter contribuído para uma mortalidade menor. Nesse âmbito, Jones (2016) assinala que pensar que as epidemias são causas suficientes para explicar o colapso impacta na forma como entendemos as doenças hoje, pois tendemos, então, a desprezar o quanto ações humanas podem potencializar ou amenizar a transmissão e o impacto das doenças. Jones (2016) nos chama a atenção de que os historiadores têm

responsabilidade política, por conta de suas interpretações do passado, pois elas afetam a forma como interpretamos o presente, as doenças no presente:

Acadêmicos que desejam navegar no terreno contestado e cobrado da saúde indígena, passado ou presente, têm a obrigação de fazê-lo com cautela e cuidado. Eles devem pensar criticamente sobre as evidências que eles geram e sustentam. Tais evidências são críveis? São representativas? Podem ser suportadas por outros exemplos? Eles [os acadêmicos] devem pensar cuidadosamente sobre como constroem seus argumentos, com uma consciência ativa do papel da especulação e da retórica em seus escritos. E eles devem estar atentos aos efeitos que seus argumentos podem ter. Mesmo uma alegação aparentemente simples sobre uma epidemia remota pode ter consequências sobre como os leitores entenderão questões de significado, moralidade e responsabilidade. E se os estudiosos se concentram em causas biológicas ou genéticas, naturalizam as disparidades. Embora tal naturalização possa reduzir a vergonha e o estigma, comparados com explicações comportamentais ou culturais, isso pode ser problemático, pois acaba ocultando a agência social nas histórias que contam sobre o passado. E então, hoje, corremos o risco de cometer o mesmo erro em nossa compreensão das desigualdades em saúde. (Jones, 2016, p. 426, tradução nossa).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de todas as ressalvas sobre o poder causal insuficientes das epidemias, que aos olhos da nossa própria narrativa parece justo e incontornável, o debate continua vivo, inesgotável. Em 2017, no artigo “*The one health concept – the Aztec empire and beyond*” (Puente; Calva, 2017), dois cientistas mexicanos investigaram material biológico de ameríndios da época da conquista. Eles encontraram uma bactéria, *Salmonella enterica*, que ‘pode’ explicar melhor uma epidemia denominada pelos astecas como *cocoliztli*. Deixando de lado a enorme dificuldade de identificar, com segurança, quaisquer doenças por sintomas descritos por cronistas do século XVI (Brooks, 1993; Livi-Bacci, 2007), os autores argumentam que infecções por essa espécie de *Salmonella* (encontrada na polpa dos dentes de ameríndios astecas) são condizentes com os sintomas que caracteriza o *cocoliztli* no registro histórico.

Segundo eles, varíola e sarampo raramente seriam tão populacionalmente fatais (mas pense se as populações que essas doenças afetam estivessem fragilizadas por guerras, pobreza, fome, subtração da força de trabalho). Puente e Calva (2017) não fazem mais referências a circunstâncias sociais ou políticas, para além de dizer que “Batalhas, secas, fome foram eventos que dizimaram a população [do México], mas as doenças infecciosas foram a maior causa na dramática mudança demográfica que ocorreu então” (Puente; Calva, 2017, p. 1, tradução nossa).

Trabalhos ainda mais recentes trazem novas descobertas sobre epidemias que se abateram sobre o hemisfério americano, sem, contudo, levar em consideração as relações entre causas próximas e causas distantes. Vågene et al. (2018) publicaram um artigo na revista *Nature Ecology & Evolution*, propondo que a mesma bactéria anteriormente referida, *Salmonella* (mas agora especificada como *Salmonella enterica* subsp. *enterica* serovar Paratyphi C), seja uma forte candidata à causa do declínio da população asteca durante o surto epidêmico, de 1545, de *cocoliztli* em Teposcolula-Yucundaa, no México, que teria chegado a matar cerca de 800.000 pessoas (Vågene et al., 2018; Acuña-Soto et al., 2000). Esses autores também trabalharam com dentes, e usando técnicas moleculares sofisticadas, foram capazes de demonstrar que a bactéria encontrada nos dentes ‘não’ era uma contaminação do solo de onde os corpos foram desenterrados, podendo responder por esse obscuro número de mortes. Os resultados apresentados contribuem para enriquecer o quadro epidemiológico do México no século XVI (Vågene et al., 2018), mas não levam em consideração possíveis causas próximas do colapso.

Em 2019, uma hipótese surpreendente que envolvia as estimativas populacionais do hemisfério ocidental e a força das epidemias veio à luz: as epidemias relacionadas à conquista espanhola teriam sido responsáveis pelo que os climatologistas chamam de ‘pequena idade do gelo’, um resfriamento no planeta que começou a ocorrer logo ao fim da Idade Média e se estendeu até o início da

Revolução Industrial. Segundo os autores do trabalho, as epidemias levaram ao abandono dos campos de cultivo das populações ameríndias, que foram afetadas por sucessão ecológica secundária, trazendo de volta à paisagem florestas com grandes árvores. Tais florestas fixariam gás carbônico (CO<sub>2</sub>), subtraindo-o da atmosfera, o que explicaria o resfriamento do planeta (Koch et al., 2019). Os autores, todavia, ao considerarem as causas do colapso, estabeleceram um foco quase exclusivo nas epidemias. Curiosamente, eles citam trabalhos como os de Livi-Bacci (2007) e Jones (2003), embora não haja uma palavra sequer sobre as críticas desses autores ao paradigma epidemiológico como causa do desastre populacional. Percebe-se que essas considerações não invalidam o impacto do colapso demográfico, que ocorreu para além das causas em disputa, pois o que está em jogo no trabalho é a correlação entre a destruição dos campos de cultivo e a diminuição da temperatura da Terra (Koch et al., 2019).

Não é difícil de imaginar como autores como Jones e Livi-Bacci reagiriam a esses trabalhos. Que a desnutrição, por exemplo, possa favorecer a disseminação de *Samolnella* não é uma hipótese absurda. Também não é improvável que a extenuação da força de trabalho, a apropriação da capacidade reprodutiva das populações dos astecas, entre outros fatores sociais, também pudessem pavimentar a falta de resistência a essa bactéria. A responsabilidade que nos cabe sempre é de não desconsiderar que ambas as causas, próximas e distantes, são conjuntamente necessárias e individualmente insuficientes para explicar qualquer fenômeno biológico, como enfatizou Mayr e como propõe a medicina evolutiva. Como nos chama a atenção Massimo Livi-Bacci, nas últimas linhas de seu livro “Conquista: a destruição dos índios americanos”: “A catástrofe, portanto, não foi um destino obrigatório, antes efeito da interação entre fatores naturais e comportamentos humanos e sociais, cujo resultado não estava determinado à partida” (Livi-Bacci, 2007, p. 237).

O exercício de conjugar as causas próximas com as causas distantes demanda reconhecer que um processo

histórico, como a conquista espanhola, não pode ser compreendido ou explicado até que se tenha um quadro consensuado do peso de cada fator para o desfecho desastroso. Considerando que nenhum entendimento da derrocada dos ameríndios pode ser sugerido sem a participação das epidemias, atestadas em inúmeras fontes históricas, seu peso deve ser cuidadosamente examinado à luz de trabalhos que têm nos ensinado sobre a estrutura social e reprodutiva dos povos culturalmente heterogêneos que habitavam as Américas do Sul, Central e do Norte. Tais interpretações indicam que devemos ter cuidado para não oferecer, hoje, oportunidades ambientais e socioculturais para que doenças possam tornar-se epidêmicas e até pandêmicas, principalmente entre populações mais socialmente fragilizadas.

## REFERÊNCIAS

- ACUÑA-SOTO, Rodolfo; CALDERÓN ROMERO, Leticia; MAGUIRE, James H. Large epidemics of hemorrhagic fevers in Mexico 1545-1815. **The American Journal of Tropical Medicine and Hygiene**, Cleveland, v. 62, n. 6, p. 733-739, June 2000. DOI: <https://doi.org/10.4269/ajtmh.2000.62.733>.
- ALCOCK, Joe. Emergence of evolutionary medicine: publication trends from 1991-2010. **Journal of Evolutionary Medicine**, Honnelles, v. 1, p. 1-12, 2012. DOI: <https://doi.org/10.4303/jem/235572>.
- ASSADOURIAN, Carlos Sempat. La despoblación indígena en Perú y Nueva España durante el siglo XVI y la formación de la economía colonial. **Historia de Mexicana**, Ciudad de Mexico, v. 38, n. 3, p. 419-453, enero/marzo 1989.
- BORAH, Woodrow. America como modelo? El impacto demográfico de la expansión europea sobre el mundo no europeu. **Cuadernos Americanos**, Ciudad de México, n. 6, p. 175-185, nov./dic. 1962.
- BROOKS, Francis J. Revising the conquest of Mexico: smallpox, sources, and populations. **The Journal of Interdisciplinary History**, Cambridge, v. 24, n. 1, p. 1-29, Summer 1993. DOI: <https://doi.org/10.2307/205099>.
- CALAHAN, Gene. The Diamond fallacy. **Mises Institute**, Alabama, p. 1-9, Mar. 2005. Disponível em: <https://mises.org/library/diamond-fallacy>. Acesso em: 23 jan. 2019.
- CAPONI, Gustavo. Contribución a una historia de la distinción próximo-remoto. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 16-31, jan./jun. 2014.
- CAPONI, Gustavo. **La segunda agenda darwiniana**: contribución preliminar a una historia del programa adaptacionista. México: Centro de Estudios Filosóficos, Políticos y Sociales Vicente Lombardo Toledano, 2011.
- COOK, Noble David. ¿Una primera epidemia americana de viruela en 1493? **Revista de Indias**, Madrid, v. 63, n. 227, p. 49-64, abr. 2003. DOI: <https://doi.org/10.3989/revindias.2003.i227.551>.
- COOK, Sherburne F.; BORAH, Woodrow. **Ensayos sobre historia de la población**: México y el Caribe. Ciudad de Mexico: Siglo XXI, 1977. v. 1.
- CORREIA, David. F\*\*k Jared Diamond. **Capitalism Nature Socialism**, Abingdon-on-Thames, v. 24, n. 4, p. 1-6, Oct. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1080/10455752.2013.846490>.
- CROSBY, Alfred W. Virgin soil epidemics as a factor in the aboriginal depopulation in America. **The William and Mary Quarterly**, Virginia, v. 33, n. 2, p. 289-299, Apr. 1976. DOI: <https://doi.org/10.2307/1922166>.
- DENEVAN, William M. The pristine myth: the landscape of the Americas in 1492. **Annals of the Association of American Geographers**, Milton Park, v. 82, n. 3, p. 369-385, Sept. 1992. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-8306.1992.tb01965.x>.
- DIAMOND, Jared. **Armas, germes e aço**. Tradução de Sílvia de Souza Costa, Cynthia Cortes e Paulo Soares. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- DOBYNS, Henry F. An appraisal of techniques with a new hemispheric estimate. **Current Anthropology**, Chicago, v. 7, n. 4, p. 395-416, Sept. 1966. DOI: <https://doi.org/10.1086/200749>.
- HENIGE, David. Recent work and prospects in American Indian contact population. **History Compass**, Hoboken, v. 6, n. 1, p. 183-206, Jan. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1478-0542.2007.00490.x>.
- JONES, David S. Population, health, and public welfare. In: HOXIE, Frederick E. **The Oxford Handbook of American Indian History**. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 413-435.
- JONES, David S. Virgin soils revisited. **The William and Mary Quarterly**, Virginia, v. 60, n. 4, p. 703-742, Oct. 2003. DOI: <https://doi.org/10.2307/3491697>.
- KOCH, Alexander; BRIERLEY, Chris; MASLIN, Mark M.; LEWIS, Simon L. Earth system impacts of the European arrival and Great Dying in the Americas after 1492. **Quaternary Science Reviews**, Amsterdam, v. 207, p. 13-36, Mar. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.quascirev.2018.12.004>.
- LÉON-PORTILLA, Miguel. **A visão dos vencidos**: a tragédia da conquista narrada pelos astecas. Porto Alegre: L&PM, 1985.



- LIVI-BACCI, Massimo. The demise of the American Indians. **Population and Development Review**, Hoboken, v. 37, n. 1, p. 161-183, Mar. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1728-4457.2011.00393.x>.
- LIVI-BACCI, Massimo. **Conquista: a destruição dos índios americanos**. Lisboa: Edições 70, 2007.
- LIVI-BACCI, Massimo. The depopulation of Hispanic America after the Conquest. **Population and Development Review**, Hoboken, v. 32, n. 2, p. 199-232, June 2006. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1728-4457.2006.00116.x>.
- LIVI-BACCI, Massimo. Las múltiples causas de la catástrofe: consideraciones teóricas y empíricas. **Revista de Indias**, Madrid, v. 63, n. 227, p. 31-48, 2003. DOI: <https://doi.org/10.3989/revindias.2003.i227.550>.
- MACNEILL, William H. **Plagues and peoples**. New York: Anchor, 1976.
- MALVIDO, Elsa. La epidemiología, una propuesta para explicar la despoblación americana. **Revista de Indias**, Madrid, v. 63, n. 227, p. 65-78, 2003. DOI: <https://doi.org/10.3989/revindias.2003.i227.552>.
- MANN, Charles C. **1491: novas revelações das Américas antes de Colombo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- MAYR, Ernst. How to carry out the adaptationist program? **The American Naturalist**, Chicago, v. 121, n. 3, p. 324-334, Mar. 1983. DOI: <https://doi.org/10.1086/284064>.
- MAYR, Ernst. Cause and effect in biology. **Science**, Washington, v. 134, n. 3489, p. 1501-1506, Nov. 1961. DOI: <https://doi.org/10.1126/science.134.3489.1501>.
- NASH, Linda. Beyond virgin soils: disease as environmental history. In: ISENBERG, Andrew C. (ed.). **The Oxford handbook of environmental history**. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 76-107.
- NESSE, Randolph M.; WILLIAMS, George C. **Por que adoecemos: a nova ciência da medicina darwinista**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- NEWSON, Linda A. Indian population patterns in colonial Spanish America. **Latin American Research Review**, Pittsburgh, v. 20, n. 3, p. 41-74, Jan. 1985.
- PERLMAN, Robert L. **Evolution and medicine**. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- PUENTE, José Luis; CALVA, Edmundo. The one health concept – the Aztec empire and beyond. **Pathogens and Disease**, Oxford, v. 75, p. 1-2, June 2017. DOI: <https://doi.org/10.1093/femspd/ftx062>.
- RESTALL, Matthew. **Sete mitos da conquista espanhola**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás. A população da América Espanhola colonial. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: América Latina colonial**. São Paulo: Edusp, 2012. v. 2, p. 23-55.
- SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás. El debate inagotable. **Revista de Indias**, Madrid, v. 63, n. 227, p. 9-18, 2003. DOI: <https://doi.org/10.3989/revindias.2003.i227.548>.
- STEARNS, Stephen C.; MEDZHITOV, Ruslan. **Evolutionary medicine**. Sunderland: Sinauer Associates, 2016.
- STOREY, Rebecca. Population decline during and after Conquest. In: NICHOLS, Deborah L.; POOL, Christopher A. (ed.). **The Oxford Handbook of Mesoamerican Archaeology**. Oxford: Oxford Press, 2012. p. 908-915. DOI: <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780195390933.001.0001>.
- TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- VÅGENE, Åshild J.; HERBIG, Alexander; CAMPANA, Michael G.; ROBLES GARCÍA, Nelly M.; WARINER, Christine; SABIN, Susanna; SPYROU, Maria A.; ANDRADES VALTUEÑA, Aida; HUSON, Daniel; TUROSS, Noreen; BOS, Kirsten I.; KRAUSE, Johannes. *Salmonella enterica* genomes from victims of a major sixteenth-century epidemic in Mexico. **Nature Ecology & Evolution**, London, v. 2, p. 520-528, Jan. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41559-017-0446-6>.
- VILLAMARÍN, Juan; VILLAMARÍN, Judith. Native Colombia: contact, conquest and colonial populations. **Revista de Indias**, Madrid, v. 63, n. 227, p. 105-134, abr. 2003. DOI: <https://doi.org/10.3989/revindias.2003.i227.554>.
- WAIZBORT, Ricardo Francisco; LUZ, Maurício Roberto Motta Pinto da. Medicina evolutiva: incorporando a teoria da evolução na formação de profissionais de saúde brasileiros. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, v. 41, n. 4, p. 487-496, dez. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-52712015v41n4rb20160074>.
- WILLIAMS, George C.; NESSE, Randolph M. The Dawn of Darwinian Medicine. **The Quarterly Review of Biology**, Chicago, v. 66, n. 1, p. 1-22, Mar. 1991. DOI: <https://doi.org/10.1086/417048>.
- ZAMBARDINO, Rudolph A. Mexico's population in the Sixteenth Century: demographic anomaly or mathematical illusion? **The Journal of Interdisciplinary History**, Cambridge, v. 11, n. 1, p. 1-27, Summer 1980. DOI: <https://doi.org/10.2307/202984>.





## Sorte, dinheiro, amor...: o que os 'animais' da Amazônia podem fazer por nós, 'humanos'?

Luck, money, love...: what can the 'animals' of the Amazon do for us 'humans'?

Felipe de Oliveira Jacinto<sup>1</sup>  | Flávio Bezerra Barros<sup>1</sup> 

<sup>1</sup>Universidade Federal do Pará. Belém, Pará, Brasil

**Resumo:** Este artigo apresenta resultados de um estudo etnográfico acerca do universo simbólico que permeia a relação entre humanos e animais na Reserva Extrativista Mapuá, na ilha do Marajó, estado do Pará, Brasil. O objetivo foi descrever os saberes e as relações que se desenvolvem a partir das apreensões cosmológicas conferidas aos animais existentes na Unidade de Conservação. Observação participante e entrevistas semiestruturadas foram as principais ferramentas utilizadas. A pesquisa demonstrou uma cosmovisão tipicamente amazônica que figura indistintamente entre os domínios da natureza e da cultura, apontando para uma inexistência dessa dualidade ou uma outra compreensão para estas fronteiras. O estudo revela um rico patrimônio biocultural, que envolve a vida social, o mundo natural e a vida cosmológica, regidos pelas mesmas categorias.

**Palavras-chave:** Relações entre humano e animal (ou não humano). Cosmologia. Natureza e cultura. Amazônia. Ilha do Marajó.

**Abstract:** This article presents the results of an ethnographic study of the symbolic universe that permeates the relationship between humans and animals in the Mapuá Extractive Reserve on Marajó Island in Pará, Brazil. The objective was to describe the knowledge and relationships that emerged from the cosmological apprehensions attached to the animals in the Conservation Unit. Active observation and semi-structured interviews were the main tools used. The research demonstrated a typically Amazonian worldview that appears indistinctly between the domains of nature and culture, pointing out the inexistence of this duality or some other understanding of these divisions. The study reveals a rich biocultural heritage involving social life, the natural world, and cosmological life governed by the same categories.

**Keywords:** Human and animal (or nonhuman) relations. Cosmology. Nature and culture. Amazon. Marajó Island.

---

JACINTO, Felipe de Oliveira; BARROS, Flávio Bezerra. Sorte, dinheiro, amor...: o que os 'animais' da Amazônia podem fazer por nós, 'humanos'? **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 3, p. 943-962, set.-dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000300013>.

Autor para correspondência: Felipe de Oliveira Jacinto. Universidade Federal do Pará. Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares. Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto. Av. Augusto Corrêa, n. 1. Belém, PA, Brasil. CEP 66075-110 (fojacinto@gmail.com).

Recebido em 26/10/2018

Aprovado em 13/03/2019



## INTRODUÇÃO

O simbolismo da biodiversidade, especialmente quando incorporada em práticas mágico-religiosas, ocorre permeado de significações e de distintas relações entre os componentes do ambiente. Na Amazônia, especificamente, o valor simbólico que a fauna representa para os povos e as comunidades tradicionais é relevante e expressivo.

Assim, para que os saberes locais possam ser adequadamente compreendidos, devem ser analisados sob uma ótica que considera – nos contextos natural e cultural em que ocorrem – a inter-relação entre o sistema de crenças (*kosmos*), o conjunto de conhecimentos (*corpus*) e o das práticas produtivas (*praxis*), a que Toledo e Barrera-Bassols (2009) definem por complexo K-C-P, dentro de uma abordagem etnoecológica.

Segundo estes autores, os conhecimentos tradicionais incorporam uma visão em que o mundo natural e o mundo cultural são aspectos que não devem – e não podem – ser segmentados, como frequentemente pratica a ciência ocidental. Fruto de um sistema complexo, que leva em consideração distintas crenças e cosmologias interagindo com um *corpus*, composto da bagagem secular e oralmente herdada de conhecimentos, mediados pelas práticas cotidianas que regem a vida local, temos a conformação de uma realidade polissêmica e multidimensional, caracterizada pelos autores supracitados como “[...] desenhos inovadores alimentados por redes sociais e suas relações internas e externas” (Toledo; Barrera-Bassols, 2015, p. 140).

Dessa forma, é possível que comecemos a perceber a ótica de acordo com a qual os povos da floresta se relacionam com o que chamamos de ‘recursos naturais’, em características de igualdade, ética, reciprocidade e convivência secular, que originam os mitos, as relações e práticas mágico-religiosas, os tabus, os zooterápicos etc., tudo o que vem sendo apropriado pela cultura amazônica e é fruto desta convivência indistinta entre seres vivos que dividem o mesmo *locus* de manifestações de suas existências, como se fossem apenas um grande organismo concatenado.

No contexto amazônico, para se compreender a relação entre humanos e animais, consideramos necessário buscar a teoria antropológica para analisar os dados recolhidos em campo. Com efeito, a ideia de perspectiva, tendo como base a experiência de Viveiros de Castro (1996) – que trouxe a noção de natureza particular e de cultura universal, demonstrando que os demais seres povoando o universo são dotados de espírito e, portanto, têm cultura –, foi iluminadora para refletirmos sobre nossas observações levadas a termo na ilha do Marajó, ainda que os sujeitos sociais investigados ‘não sejam indígenas’.

Lima, T. (2005), em seus estudos de longa duração com o povo Yudjá, assim como Belaunde (2005), em sua investigação com outros povos amazônicos, sobretudo no Peru, trouxeram relevantes contribuições antropológicas neste campo. Como afirma Belaunde (2005, p. 48), essas cosmologias perspectivas implicam que a posição de sujeito, de gente, não é exclusiva dos seres humanos vivos, mas de uma infinidade de outros seres do cosmos, como animais, plantas, mortos, doenças e espíritos, inclusive objetos. A natureza e a cultura, nesse sentido, não podem ser analisadas, nestas situações, a partir de uma visão dualista, mas integradora, se aproximando mais de uma ideia animista, como também enfatiza Descola (2006).

Considerando a investigação desenvolvida no âmbito de uma Unidade de Conservação (UC) de Uso Sustentável, estudos nas áreas de Etnozoologia e de Etnoecologia (Alves, R.; Rosa, 2008; Alves, R., 2012; Barros et al., 2012), em diálogo com a Antropologia, são fundamentais para se elucidar maneiras de interpretação, por parte dos povos tradicionais, do que o mundo ocidental convencionou chamar de natureza, bem como as diversas formas de relação entre sociedade e natureza, com vistas a ampliar estratégias mais participativas de gestão da biodiversidade, com finalidade de conservação.

Partindo-se desse enfoque, o presente artigo visa registrar as apreensões simbólicas da fauna, bem como o conhecimento etnozoológico envolvido dos moradores

da Reserva Extrativista Mapuá, na ilha do Marajó, no Pará. Além de descrever o conhecimento tradicional, o estudo teve como finalidade valorizar o diálogo entre saberes de povos e de comunidades tradicionais, bem como de pesquisadores acadêmicos, a partir da perspectiva da conservação da biodiversidade.

### ONDE O ESTUDO FOI DESENVOLVIDO?

A Reserva Extrativista (RESEX) Mapuá (01° 17' 46.59" S, 50° 14' 45.49" W), uma UC de Uso Sustentável, criada

através do Decreto Presidencial s./n. de 20/05/2005 (Brasil, 2005), está localizada no maior arquipélago fluvio-marítimo do mundo, a ilha do Marajó, no estado do Pará (Figura 1).

Situada ao sudoeste da ilha do Marajó, às margens dos rios Mapuá e Aramã, com uma área de 94.463,03 hectares, a RESEX Mapuá faz divisa com a RESEX Terra Grande-Pracuúba, tem a cidade de Breves como município sede e é composta oficialmente por 14 comunidades inseridas no bioma Amazônia, apresentando fitofisionomia de 100% de Floresta Ombrófila Densa (Brasil, 2009).

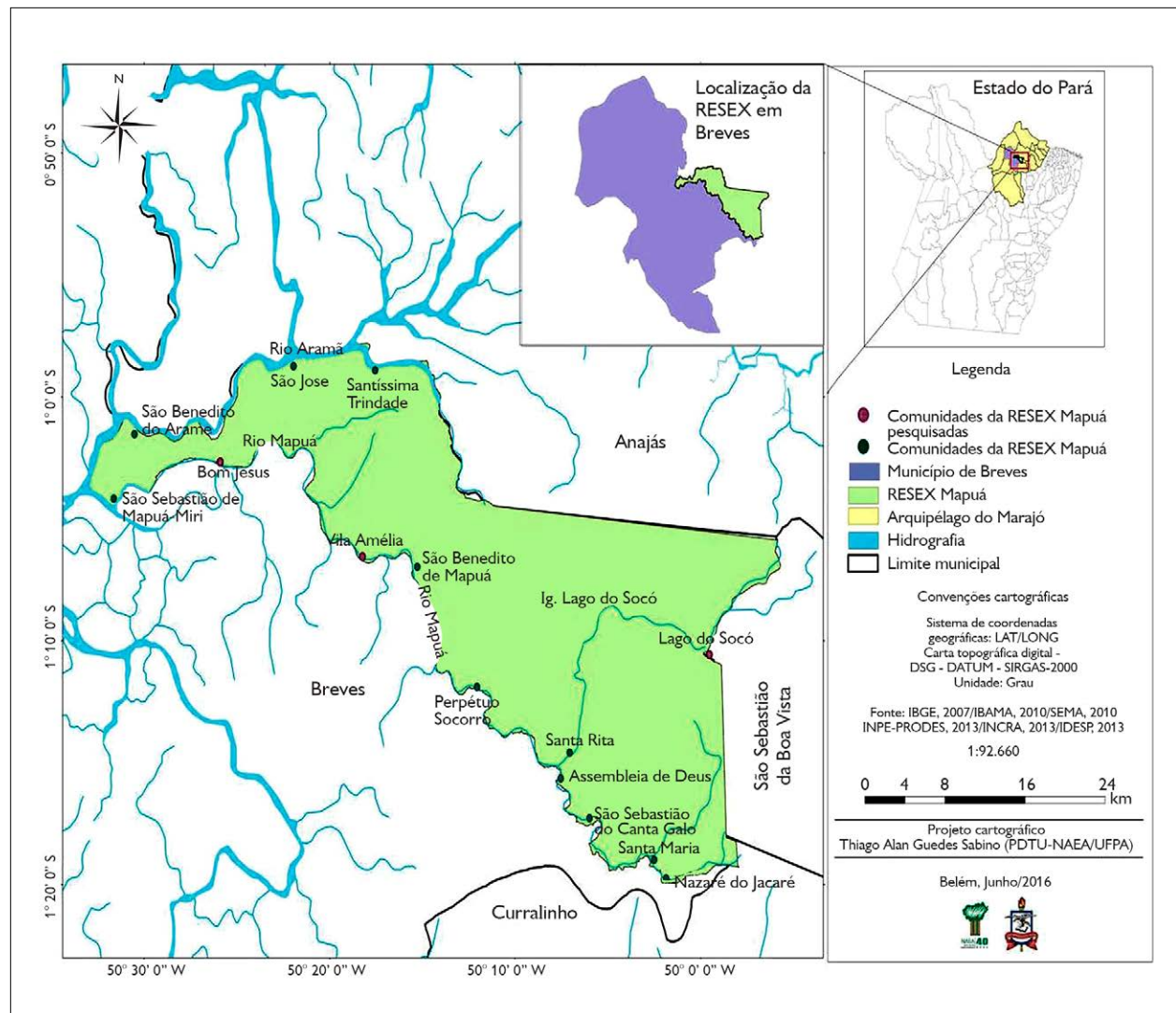


Figura 1. Localização da RESEX Mapuá. Fonte: Amaral (2016).

Situa-se na porção leste do município de Breves, no limite com os municípios de Anajás, São Sebastião da Boa Vista e Currelino. O acesso ao município se dá pelos rios que compõem o estreito de Breves, com destaque para os rios Parauá e Jaburu.

Sua população está distribuída nas comunidades Bom Jesus, Vila Amélia, São Benedito do Mapuá, Perpétuo Socorro, Santa Rita, Assembleia de Deus, São Sebastião do Canta Galo, Santa Maria, Nazaré do Jacaré, Nazaré do Socó, Santíssima Trindade, São José, São Benedito do Aramã e São Sebastião do Mapuá-Miri.

O território é subdividido e classificado localmente por baixo Mapuá, compreendendo desde a região da chamada 'boca' do rio Mapuá até o início da comunidade Vila Amélia, incluindo as comunidades São Sebastião do Mapuá-Miri e Bom Jesus; Médio Mapuá, do início da comunidade Vila Amélia até o final da comunidade Perpétuo Socorro; e Alto Mapuá, compreendendo a região das cabeceiras do rio, da comunidade Assembleia de Deus (conhecida como Assembleia de Deus do Canta Galo) até o final da comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Jacaré (conhecida como Nazaré do Lago do Jacaré).

A comunidade Bom Jesus é a sede administrativa da UC e representa o ponto inicial de articulação do movimento que deu início à luta pela criação da Reserva Extrativista Mapuá. Nela, concentram-se as principais lideranças e atividades da RESEX, tais como a sede da Associação dos Moradores da RESEX Mapuá (AMOREMA), da Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Breves (CFR) e da Cooperativa dos Agroextrativistas da RESEX Mapuá (COAMA).

Na RESEX, existem aproximadamente 719 famílias, que vivem do extrativismo e da agricultura de subsistência (Brasil, 2009), o que atualmente totaliza em torno de 5.400 pessoas, segundo a presidência da AMOREMA, vivendo principalmente na região do braço do Canta Galo e na região dos Lagos, no alto Mapuá.

A economia local gira em torno da produção de açaí (*Euterpe oleracea* Mart.), de farinha, de palmito e de

madeira. A safra do açaí ocorre no período de junho-agosto, sendo a farinha produzida o ano todo, servindo como item alimentar e moeda de troca entre as famílias e os comerciantes que circulam na região. O açaí é um alimento constante no prato dos locais, graças ao manejo dos açais, predominantes na paisagem. Ao mesmo tempo, as atividades cinegéticas para fins de subsistência, associadas à pesca tradicional e à criação de animais domésticos para consumo, proporcionam o aporte proteico na alimentação.

Apesar de persistir a exploração ilegal de madeira, os comunitários relatam que a criação da RESEX coibiu a predação do ambiente, especialmente com relação à caça, à pesca e à exploração ilegal de palmito. Observando a dinâmica de uso dos recursos naturais na RESEX Mapuá, Alves, O. et al. (2014, p. 152) corroboram as declarações dos comunitários, ao concluir, por meio da análise de imagens de sensoriamento remoto, que variáveis como corpo d'água, vegetação e solo exposto "[...] permaneceram inalteradas para o período de 10 anos analisados, fato que mostra que não houve alterações significativas na UC".

## COLETA DE DADOS

Na intenção de obter maior riqueza de informações e de descrevê-las adequadamente, fizemos uso do texto etnográfico (Cardoso de Oliveira, 2000), almejando mais do que uma simples pesquisa exploratória sobre os conhecimentos tradicionais associados à fauna, mas uma rica e minuciosa sequência de informações que trazem em si a ideia de categoria, enfatizando as significações das mais objetivas às mais subjetivas, diferenciando o texto aos olhos de quem lê e busca esse tipo de informação.

Nesse sentido, utilizou-se a abordagem êmica (Sturtevant, 1964), que, conforme esclarece Costa Neto (2000, p. 425), "[...] consiste em registrar a visão tradicional, ou seja, o modo como os habitantes locais percebem, organizam e manejam seu universo, sem impor as categorias ocidentais do pesquisador".

Priorizando a qualidade ante à quantidade de informações, foram desenvolvidas entrevistas não diretivas (Michelat, 1987), registradas por meio escrito e gravador. Visando manter a identidade dos interlocutores em anonimato, foram utilizadas as iniciais de seus nomes, suas respectivas idades e áreas de habitação, em referência às falas no decorrer do texto. Esta opção se fez necessária por conta da íntima relação da temática da pesquisa com as atividades cinegéticas, e a única exceção para a revelação da identidade dos interlocutores veio dos benzedores, que autorizaram seus nomes e dados em citações feitas a eles.

Também se fez uso da técnica da observação participante (Malinowski, 1979; Becker, 1994), para que a obtenção dos dados e a percepção acerca da realidade cotidiana dos habitantes fossem melhor compreendidas.

O trabalho de campo foi desenvolvido entre os meses de abril e de setembro de 2017, totalizando 55 dias de convivência *in loco*. Durante esse período, entrevistamos 25 interlocutores, pertencentes às regiões do baixo, médio e alto Mapuá, na tentativa de compor uma ampla visão da realidade local, sendo que a seleção dos interlocutores locais ocorreu a partir de atividades realizadas com os educandos da Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Breves (CFR), na comunidade Bom Jesus.

A partir dessa atividade, com o uso da técnica *snow ball* (Bailey, 1994), buscamos indicações de outros possíveis especialistas, e assim sucessivamente, sempre considerando as limitações de orçamento e de logística em uma Unidade de Conservação que apresenta expressiva quantidade de moradores e de comunidades.

Em um universo de interlocutores composto por 25 pessoas diretamente relacionadas à medicina local e à cura através dos animais, 16 eram mulheres e nove, homens (Figura 2), evidenciando o papel do gênero feminino na formulação, detenção e transmissão dos saberes tradicionais relacionados aos modos de cura, enquanto os homens acabam sendo mais relacionados à fauna, atuando na condição de caçadores e/ou como

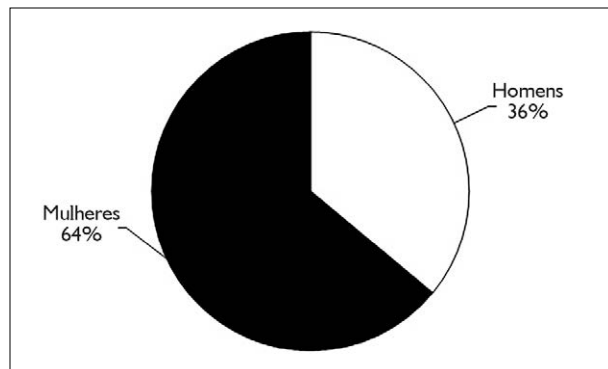


Figura 2. Comparação do conhecimento tradicional entre gêneros. Dados coletados durante a pesquisa no ano de 2017.

personagens coadjuvantes dos processos de cura feitos no ambiente familiar.

Entre os homens, todos se declararam como agroextrativistas, sendo que algumas outras atividades também são desempenhadas por eles: liderança comunitária e benzedor ( $n = 1$ ); liderança comunitária e caçador/pescador ( $n = 1$ ); estudante e caçador ( $n = 1$ ); estudante e dirigente da igreja local ( $n = 1$ ); caçador e pescador ( $n = 2$ ); benzedor ( $n = 1$ ); produtor de farinha e pescador ( $n = 2$ ). Já entre as mulheres, ocorrem outras formas de identificação quanto ao trabalho: agroextrativista e dona de casa ( $n = 8$ ); agroextrativista, funcionária municipal local e dona de casa ( $n = 2$ ); agroextrativista, dona de casa e parteira tradicional ( $n = 4$ ); agroextrativista, dona de casa e rezadora ( $n = 1$ ); agroextrativista, dona de casa e pescadora ( $n = 1$ ). Ressaltamos que estas foram as formas nativas de autodeterminação dos entrevistados quanto à sua atividade.

Esse breve perfil socioeconômico dos interlocutores revela a importância do núcleo familiar nos processos de continuidade e de descontinuidade acerca dos conhecimentos tradicionais relacionados à fauna medicinal, bem como os meios pelos quais se manifestam processos de dissipação e de ressurgência destes conhecimentos, levados a cabo pelas atividades cotidianas, pelo dom, pelo intercâmbio de informações e de conhecimentos e pelas sociabilidades que os conectam no dia-a-dia.

Na realidade, em número de citação, é nítido que ambos, homens e mulheres, sabem muito sobre os usos da fauna medicinal, com o diferencial de que as mulheres, por manipularem as caças, preparando-as como alimento e reservando partes que darão origem aos remédios, fornecem listas mais completas, com dosagens e posologias, conforme salienta a citação a seguir: “A mulher sabe mais que o homem porque ela que prepara para o caçador, para os filhos” (J. R. B., 28 anos, comunidade Bom Jesus).

Entre os homens, a idade mínima foi de 27 anos e a máxima foi de 79 anos, com média de 48. Já as mulheres apresentaram idade mínima de 27 anos e máxima de 73, com média de 47. Em ambos os grupos, prevaleceram os mais jovens com idade entre 27 e 45 anos. Entre as mulheres, havia uma continuidade desta faixa, com quatro interlocutoras na faixa de idade entre 50 e 60 anos, o que não ocorreu entre os homens. Os dois grupos apresentaram a mesma quantidade de interlocutores com faixa etária acima de 60 anos (Figura 3).

Através da análise dos dados referentes aos interlocutores e das informações obtidas em campo, compreende-se que os saberes referentes aos animais se acumulam entre os mais velhos, na faixa etária acima de 60 anos. No entanto, ao constituírem suas famílias, os conhecimentos assimilados por observação e através da oralidade afloram entre homens e mulheres, que passam a garantir o sustento das famílias por meio das atividades cinegéticas, do preparo dos alimentos e, conseqüentemente, do aproveitamento de partes de animais para o preparo de remédio, assim como para outros usos cotidianos.

Em uma existência na qual todos desenvolvem uma íntima relação com a floresta, alguns manifestam habilidades e dons para a caça, a pesca, a formulação de remédios naturais, a reza e a benzeção. Para a maioria dos agroextrativistas da RESEX Mapuá, os saberes foram herdados dos antepassados, especialmente das matriarcas da família, como mães, avós e bisavós, embora homens mais velhos também tenham contribuição nessas redes cognitivas, estabelecidas ao longo dos

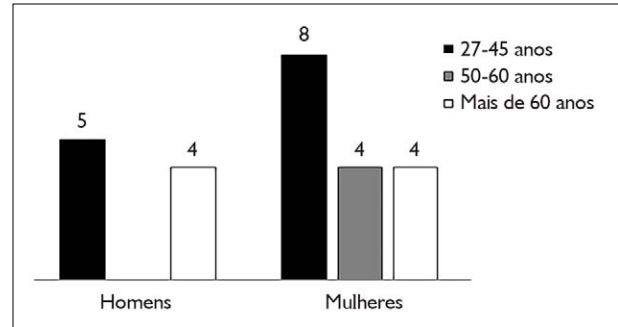


Figura 3. Comparação do conhecimento tradicional entre faixas etárias. Dados coletados durante a pesquisa no ano de 2017.

tempos, evidenciando-se o valor da oralidade e dos laços familiares:

A minha mãe aprendeu com a gente dela mesmo, é. Ela tinha uma tia e a mãe da minha mãe, ela era parteira e sabia de tudo quanto era banha de bicho, ela sabia qual era pra remédio. E a mamãe aprendeu com ela, né? Aí, ela me ensinava pra nós tudinho. Nós era quatro filha que ela tinha e do que ela sabia ela ensinava pra nós. E assim eu faço, do que eu sei eu ensino pras minhas filha e neta. Eu aprendi com a minha mãe. Tudo quanto era bicho que sabia que era remédio a minha mãe tinha banha! E eu todo tempo prestando atenção! O que ela fazia, eu aprendia. Os bicho que era bão ela tirava tudinho... 'esse aqui é remédio, quando ocês arrumarem marido, já sabe que isso aqui é remédio, o dia que seu marido matar tira banha e guarda...ela fazia pra nós. (M. I., 73 anos, comunidade Bom Jesus).

No sentido da transmissão dos conhecimentos e da participação na cultura, Ingold (2010, p. 21, grifos do autor) esclarece os dados apresentados aqui, quando afirma que:

Na passagem das gerações humanas, a contribuição de cada uma para a cognoscibilidade da seguinte não se dá pela entrega de um corpo de informação desincorporada e contexto-independente, mas pela criação, através de suas atividades, de contextos ambientais dentro dos quais as sucessoras desenvolvem suas próprias habilidades incorporadas de percepção e ação. Em vez de ter suas capacidades evolutivas recheadas de estruturas que representam aspectos do mundo, os seres humanos emergem como um centro de atenção e agência cujos processos ressoam com os de seu ambiente. O conhecer, então, não reside nas relações entre



estruturas no mundo e estruturas na mente, mas é imanente à vida e à consciência do conhecedor, pois desabrocha dentro do campo de prática – a *taskscape* – estabelecido através de sua presença enquanto ser-no-mundo. A cognição, neste sentido, é um processo em tempo real.

Por fim, ressaltamos que a pesquisa foi conduzida com o consentimento dos comunitários envolvidos, através do Termo de Anuência Prévia (TAP) e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), bem como com aprovação do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), sob número 55447/2017. Por opção e recorte de pesquisa, nenhum tipo de material biológico foi coletado e, sempre que possível, os animais foram fotografados e posteriormente identificados por meio de guias de campo e de literatura especializada.

### SIMPATIAS E SUPERSTIÇÕES

Segundo Sales (1991), as simpatias podem ser definidas como a prática de rituais, nos quais, por meio da força do pensamento, intenta-se algum auxílio na resolução de problemas do cotidiano e de saúde. Já as superstições, segundo Benvenuti (2010, p. 40), “[...] são práticas de grupos de pessoas ou, pelo menos, constituem-se de comportamentos individuais afetados por variáveis sociais, como as instruções e descrições verbais”.

No Mapuá, essas práticas são muito difundidas, sendo que algumas pessoas enxergam sinais em absolutamente tudo o que lhes ocorre no cotidiano, utilizando-se destes para tomar decisões ou obter algo que lhes agrade: “Tem gente pra cá que tem muita superstição aqui... Qualquer coisinha! Meu olho do lado esquerdo não pode tremer que eu vou sofrer tristeza, já o do lado direito é alegria!” (S. A. A., 31 anos, comunidade Bom Jesus).

Por exemplo, se o besouro-sol (Coleoptera) entrar em uma casa e ficar na cumeeira (telhado), para alguns, é sinal de que está adivinhando febre de alguém da casa. Já o vagalume (Coleoptera) e o morcego (Chiroptera) indicam bons e maus augúrios para o caçador:

Diz que quando o caçador olha pra ele assim [vagalume], na boca da noite, diz que é adivinhando caça... Que vai dar muita caça. Aí pro caçador já tem o morcego, se ele cagar na cabeça do caçador é melhor que ele volte, porque ele não vai arrumar nada, só merda e panema... (S. A. A., 31 anos, comunidade Bom Jesus).

Há uma simpatia que consiste em balançar o lagartinho tamaquaré (*Uranoscodon superciliosus*), também conhecido como ‘calango lerdo’, pelo rabo, dizendo o nome da pessoa-alvo da sedução. Quem já fez afirma: “O caboclo fica besta, faz o que quiser com ele” (V. G. S., 32 anos, comunidade Bom Jesus). Alves, R. et al. (2012) relatam o uso do tamaquaré em várias localidades do Norte e do Nordeste com a finalidade de atrair a pessoa amada e também para acalmar alguém.

Também há uma prática de utilização do coração do jabuti (*Chelonoidis* spp.) para obtenção de coragem na vida, o qual deve ser engolido puro e ainda pulsando, pois ele “É um bicho que não tá nem aí” (S. A. A., 31 anos, comunidade Bom Jesus), considerado destemido e tranquilo nos enfrentamentos do dia a dia. Outro registro é referente às patas dianteiras do quati-puru (*Sciurus* sp.), secas, que, em noite de lua nova, são usadas para riscar as mãos, a fim de ficar “Ligeiro pra escrever” (M. M. G., 35 anos, comunidade São Sebastião do Mapuá-Miri), já que este animal apresenta destacada destreza com as patas.

A ave japiim (*Cacicus cela*) empresta sua beleza, engenhosidade e capacidade de imitar outras aves da floresta para outra apreensão relativa à fauna, segundo a qual o seu ‘miolo’ (cérebro) deve ser ingerido por uma criança pequena para que ela fique esperta, tal como consideram a ave. Para garantir a efetividade dessa prática, o miolo deve ser consumido cru, sob pena da cocção prejudicar ou diminuir a suposta transferência de saberes: “Dá pra criança quando tá assim com um ano mais ou meno, pra ficá desenvolvido, muito aprendado, porque o japiim, o que ele não sabe?!” (S. A. A., 31 anos, comunidade Bom Jesus).

Nessa lógica, Ingold (1995, p. 2) trata da animalidade e da humanidade ao analisar as fronteiras multidimensionais

que existem entre os animais humanos e não humanos, afirmando: “Em vez de distinguir os humanos dos outros animais, assim como estes diferem entre si, atribuiu-se a diferença a certas qualidades em relação às quais todos os animais são vistos como essencialmente iguais”. Por essa razão, utilizamos as aspas no título do manuscrito.

Outro uso atribuído à ave japiim diz respeito à cor azul presente em seus olhos:

Tem uma simpatia que diz que quando a gente tá grávida de novinha, pega diz que um filho de japiim, aí diz que passa assim na barriga da gente (faz movimento circular na barriga). Diz que o olho da criança sai igual ao do japiim! O olho dele é azul, azul, azul! Lindo o olho do japiim, lindo mesmo! Mas só quando a gente cisma que tá grávida, entendeu? Bem no comecinho. (S. A. A., 31 anos, comunidade Bom Jesus).

Comentando com duas interlocutoras sobre a simpatia anteriormente citada, uma delas destaca: “É dois bicho que tem o olho lindo que eu acho que podia de fazê uma simpatia: o japiim e o japu<sup>1</sup>! Lindo demais o olho deles!” (M. I., 73 anos, comunidade Bom Jesus), demonstrando as correlações existentes entre os hábitos já arraigados e a extensão que fazem às outras e novas formas de apreensão da fauna. No sentido do pertencimento ao lugar, Toledo e Barrera-Bassols (2015, p. 33) afirmam que:

[...] de todas as expressões que emanam de uma cultura, os conhecimentos sobre a natureza configuram uma dimensão especialmente notável, uma vez que refletem a sagacidade e a riqueza de observações sobre o entorno realizadas, guardadas, transmitidas e aperfeiçoadas no decorrer de longos períodos de tempo [...] por meio dos quais a espécie humana foi moldando suas relações com a natureza.

As unhas da preguiça, benta ou real (*Bradypus* sp.; *Choloepus* sp.), servem para a confecção de amuletos (Figura 4), que se constituem de aros pendurados atrás das portas de entrada das casas, conforme observado em campo



Figura 4. Amuleto confeccionado com as unhas da preguiça, para prosperidade. Foto: Felipe Jacinto (2017).

e também descrito por Monge-Zúñiga (2017, p. 93), a fim de garantir boa sorte e bons augúrios: “A unha da preguiça é bom para dar sorte”, disse a Michele, neta de parteira. Ela coloca atrás da porta como a sua avó lhe ensinou para proteção contra o ‘olho gordo’ e para atrair prosperidade”.

Ainda segundo os locais, tomar banho com um filhote de jabuti é bom para ‘amansar’ a criança irritada, sendo que, após o banho, o animal deve ser libertado, levando consigo a ‘braveza’, enquanto a criança torna-se calma. Em uma atribuição similar de transferência ou de imitação, Bitencourt et al. (2014) relatam o uso do pó do jabuti, na zona urbana de Belém, no Pará, com a finalidade de amansar e de acalmar quem o ingere, e Alves, R. (2008) relata o uso do pó e da água do lagarto tamaquaré, supracitado, afirmando que animais de hábitos lentos são usados para ‘amansar’ ou ‘lerdar’ as pessoas na cultura popular.

<sup>1</sup> Denominação popular para as aves do gênero *Psarocolius*.



## ASSOCIAÇÕES PLANTA-BICHO

Os comunitários, muitas vezes, promovem uma associação planta-bicho, utilizando os recursos de forma consorciada no alívio para os mais distintos males, revelando, assim, usos múltiplos da floresta. Por exemplo, para tratar doença do tempo, usa-se 'afomentar' (massagear) a garganta com a banha do poraquê (*Electrophorus electricus*), misturada com óleo de copaíba (*Copaifera* spp.), além de uma mistura contendo arruda (*Ruta graveolens* L.), catinga-de-mulata (*Tanacetum vulgare* L.), cravo [não identificada], cipó-pucá (*Cissus* spp.), e mucura-caá (*Petiveria alliacea* L.). Esta mistura de ervas pode originar um chá, que é ingerido, ou uma infusão em álcool, que serve para massagear o doente. Já a banha do jacaré (*Caiman crocodilus*), associada à arruda, mucura-caá e cravo, é utilizada para tratar a 'doença do tempo', juntamente com benzeções.

'Doença do tempo' é a denominação local para o derrame ou para o acidente vascular cerebral (AVC), caracterizada por perda da fala e por paralisia parcial dos membros e da face, causada, segundo os locais, por um choque térmico: "Doença do tempo... no tempo da antiguidade era assim que falava, a gente se encarambava tudo, o olho fica torto, fica sem fala, fica duro o queixo, a pessoa escuta, mas não consegue falar" (M. M., 60 anos, comunidade Bom Jesus).

As gorduras animais são empregadas em um curioso processo chamado de 'engordar a pupunheira', utilizado para conferir sabor mais aguçado à pupunha (*Bactris gasipaes* Kunth), quando considerada de paladar seco e sem gosto. O procedimento consiste em derreter a gordura de 'qualquer caça gorda'<sup>2</sup>, esperar esfriar e jogar no pé da pupunha, sendo que as mudas produzidas a partir desta irão manter, naturalmente, o paladar 'gordo' e agradável: "Pra pupunha engordá num tem remédio melhor! As minha engordaro tudo e uma pupunha gorda

é gostosa, né? Daí quando ela dá, já sai gorda, só cura uma vez a mãe" (M. I., 73 anos, comunidade Bom Jesus).

O caracol aquático conhecido como uruá (*Pomacea* sp.) é utilizado na confecção de um colar, o qual é pendurado no coqueiro e no limoeiro para que produzam muitos frutos. Também as ovas do mesmo animal (Figura 5) são usadas nos troncos das fruteiras para que tenham sempre uma produção expressiva: "Passa no coqueiro, no limoeiro pra não fracassá nunca..." (M. I., 73 anos, comunidade Bom Jesus). Esses usos ocorrem devido à expressiva capacidade reprodutiva deste molusco, sendo direcionados às fruteiras dos quintais, que, segundo os relatos, acabam por apresentar também alta produtividade.



Figura 5. O uruá. Foto: Felipe Jacinto (2017).

<sup>2</sup> Alguns animais considerados 'caça gorda' são: catitu (*Tayassu tajacu*), macaco-da-noite (*Aotus* sp.), paca (*Agouti paca*), quati (*Nasua nasua*) e mucura (*Didelphis* spp.).

Sob uma lógica similar, as ovas do peixe-coroa (*Osteichthyes*) são consideradas muito boas para 'curar' fruteiras que apresentam problemas de desenvolvimento e de produção de frutos, aspergidas em todas as partes aéreas das árvores:

É um peixinho e a ova dele é muito bão pra qualqué tipo de fruta, limoeiro, mamoeiro, cupuzeiro, cacau, pra gente curá a planta com a ova dele... Nunca falta limão, eu sei porque esse meu limoeiro aí no verão não faltava limão nele, todo tempo ele tava cheio assim... Esfrega a ova na galha, joga em todo lugar na planta e produz bastante. (M. I., 73 anos, comunidade Bom Jesus).

Em uma atribuição similar às ora descritas, Silva (2008) relata que os ribeirinhos do rio Negro utilizam os dentes do aruanã (*Osteoglossum* spp.) e da mucura (*Didelphis* spp.), os quais são enterrados junto às árvores, visando estimular a produção de frutos. O preparo de 'remédios' com o intuito de aumentar a produtividade das plantas é descrito entre os indígenas Kayapó, os quais, no entanto, são feitos somente à base de vegetais (Posey; Elisabetsky, 1991).

Produzindo formicidas peculiares, os agroextrativistas dizem que, quando determinado local tem muita formiga, é eficaz enterrar o peixe baiacu (*Colomesus asellus*) por toda a área, o qual acaba consumido pelos insetos, que fogem ou morrem, dado o potente veneno do animal. Já no combate da formiga conhecida como tachuí (*Pseudomyrmex* sp.), de picada bastante dolorida, há relatos do uso da banha da onça (*Panthera onca*) nos caminhos do inseto, que vai embora, dada a imponente do grande felino como um animal poderoso na floresta: "Porque ela tem medo da onça... aquele cheiro de onça, né?" (M. M. G., 35 anos, comunidade São Sebastião Mapuá-Miri).

Em uma atribuição mágico-religiosa, os caçadores locais fazem uso da planta maconha (*Cannabis* sp.), obtida na cidade de Breves, na forma de defumação e de baforadas nos apetrechos e nos caminhos da caçada, garantindo boa caça. Chamada de 'manhuca', na RESEX Mapuá, e 'muruíta', em Breves, a maconha é utilizada em

um contexto mágico-religioso, onde os apetrechos, o caçador e a caça acabam envolvidos em uma complexa rede de poderes, que garante o sucesso da empreitada.

## O VIAGRA DO MARAJÓ: SABERES DO BENZEDOR GALO

O bico do pica-pau-de-cabeça-vermelha (*Dryocopus lineatus*) serve de ingrediente central de uma famosa garrafada, conhecida como 'viagra do Marajó'. Produtos zooterápicos, utilizados em associação com plantas medicinais e conservados em líquidos de teor alcoólico, como aguardente, álcool ou vinho branco, são conhecidos popularmente como garrafadas, produzindo bebidas terapêuticas, adotadas para a resolução dos mais distintos males (Camargo, 1975; Ngokwey, 1995; Agra et al., 2006; Costa Neto; Alves, 2010).

Segundo Antônio Ferreira Gonçalves, benzedor de 63 anos, conhecido por Galo do Mapuá, o bico da ave é duro como aço, informando acerca do pica-pau: "Senta no ramo mais forte que tem, ele dá umas três, quatro, cinco rimpada e começa a ferir [furar]. Ele vai até fazer um buraco lá, e seguro! Ele tá seguro, tum, tum, até furá". Outros ingredientes utilizados na mistura são o espinho da planta conhecida como esporão-de-galo (*Celtis iguanaea* (Jacq.) Sarg.), a marapuama (*Ptychopetalum* sp.), mel e álcool.

A planta esporão-de-galo é usada por possuir um espinho vegetal muito resistente, e a marapuama é considerada uma planta de poder, que "Tem um negócio com um encanto com ela" (Galo do Mapuá, 63 anos, comunidade Bom Jesus). Segundo o benzedor, para que se consiga retirar algumas partes da marapuama, há que se demonstrar respeito e estabelecer uma espécie de comunicação com o que ele chama de 'avó' da mesma, retirando apenas o que ela quiser oferecer: "Eu vim aqui, minha avó, rancar três planta daqui das suas planta que eu quero fazer um remédio. Eu preciso desse remédio, me dê essas três". Segundo ele, só consegue retirar o que pedir e não tem quem consiga retirar mais do que pede, pois "Ela é encantada!". Se alguém chegar desafiando a planta,

apesar de ser fina e aparentemente frágil, “Caboclo vai suar e não arranca nunca! E é só uma bolinha pra dentro da terra. É muito perigoso!”.

Ao acompanhar o Sr. Galo pela mata, observamos que pedia permissão para retirar partes de todas as plantas, estabelecendo uma espécie de conexão com aqueles componentes: “Eu converso com a avó delas”. Essa relação distinta com os seres animados e inanimados do ambiente pode ser relacionada ao perspectivismo ameríndio<sup>3</sup> de Viveiros de Castro (1996), segundo o qual todos os seres possuem particularidades em distintos pontos de vista, e o conceito de humanidade se estende à natureza indistintamente, fazendo com que os povos (humanos) da floresta, assim como os demais seres (não humanos) daquela localidade, demonstrem relações de respeito e de mutualismo com o meio em que vivem.

O preparado da garrafada afrodisíaca repousa por três a quatro dias, quando, então, pode ser consumido em doses de no máximo 5 ml, aproximadamente duas horas antes da relação sexual. Quem usa, comprova: “É triscá e o cabra tá pronto!” (Galo do Mapuá, 63 anos, comunidade Bom Jesus). De forma similar, Figueiredo (1994) relata, no contexto urbano da medicina tradicional de Belém, Pará, o uso da raspa do bico do pica-pau em infusão de cachaça ou vinho como afrodisíaco.

O benzedor Galo também prepara o que chama de ‘garrafada pra mulher fraca’, quando a mesma apresenta dificuldades para engravidar. O preparo leva ovo de pata (*Cairina moschata*), vinho, vitamina B12 e ‘leite moça’, estes últimos adquiridos dos comerciantes que circulam na região e trazem encomendas da cidade. Segundo ele, essa garrafada tem a capacidade de organizar o corpo e fazer ‘pegar filho’<sup>4</sup>, fortalecendo “a útera da pessoa”: “Pode sê a mais magra que fô, mas se ela tomá uma garrafada

dessa, pode se prepará que vai engravidá mesmo!” (A. F. G., o Galo do Mapuá, 63 anos, comunidade Bom Jesus).

## O IMAGINÁRIO DO BICHO PRETO

Na RESEX Mapuá, os animais da cor preta, como a onça preta (*Panthera onca*), o boi (*Bos taurus*), o pato, a galinha (*Gallus gallus domesticus*) e o cachorro (*Canis familiaris*), são tidos como mais eficientes no que concerne aos usos medicinais e mágico-religiosos. Em uma relação permeada por admiração e temor, o ‘bicho preto’ é preferido pela cor: “Porque de noite ele não pode ser visto, é um poder” (J. R. B., 28 anos, comunidade Bom Jesus).

Dentro desse imaginário do bicho preto, várias percepções são exprimidas, como a dos caçadores que relatam que os cães de caça de cor clara são mais vulneráveis do que os de cor escura e os pretos. Já as mães relatam desenhar com caneta preta uma grande aranha (Arachnida) nas auréolas dos seios, a fim de forçar o desmame dos filhos pequenos, o que parece surtir efeito imediato, uma vez que as crianças deixavam de mamar da noite para o dia através deste susto induzido.

O galo e o cachorro pretos são tidos como bichos respeitados nos terreiros das casas, servindo de protetores para o ambiente em que vivem e, segundo as pessoas locais, isto se deve à sua cor e às propriedades creditadas a essa característica. Há quem considere que os bichos pretos ‘fazem parte do demônio’ e, por isso, são eficazes no alívio de males espirituais como susto, quebranto e assombro, agindo em uma espécie de combate entre forças iguais, onde o que é considerado mal age sobre si mesmo: “Se tiver espírito maligno tem que usar isso [partes de bicho preto]. Porque é difícil de ver ele, por causa da cor. É a única cor que quase ninguém vê, né? De noite é o preto” (A. F. G., 63 anos, comunidade Bom Jesus).

<sup>3</sup> Segundo esta corrente, a natureza é forma e a cultura é espírito. Com efeito, todos os seres que povoam o mundo terreno são dotados de cultura. Por tal razão, os animais, tais como enxergamos, aparecem aos nossos olhos escondidos em ‘roupas’, mas na verdade são pessoas, têm alma, portanto, possuem cultura.

<sup>4</sup> Expressão local que se refere ao processo de engravidar.

Gubler (2000), tratando de antigos documentos da medicina Maya, relata o uso da cabeça de um cão preto no tratamento do câncer. Torrada e transformada em pó, suas cinzas são depositadas sobre a área cancerosa, acrescida de rezas e de entoações religiosas no ouvido do doente.

Similarmente, o galo, o cachorro e também o gato (*Felis catus*) são descritos como seres protetores da casa por Cabrera (2012), em sua etnografia sobre os negros *criollos* e os povos de Cuba. Na narrativa da autora, os três animais agem conjuntamente para proteger sua dona da visita de *iku*, designação para a morte, no idioma iorubá. Já os Tzotziles, do México, consideram a galinha preta como um animal agoureiro, que anuncia a enfermidade ou a morte de alguém (Serrano-González et al., 2011).

As partes de bicho preto usadas para confecção de zooterápicos, como o dente da onça-preta ou a pena da galinha preta, são tidas como mais fortes e potentes: “O preto é forte pra combater. O bicho preto tem um poder, um mistério” (A. F. G., 63 anos, comunidade Bom Jesus).

Como dito anteriormente, o cachorro preto é considerado corajoso e naturalmente dotado de um poder conferido por sua coloração escura: “O cachorro branco apanhava dos bicho debaixo da nossa rede, agora o cachorro preto nada mexia” (J. R. B., 28 anos, comunidade Bom Jesus).

Sobre o cachorro, animal de muita estima nas colocações, pela proteção que confere ao lar, considera-se que, além de manter afastados animais selvagens potencialmente perigosos, possui a capacidade de ver o que os nossos olhos não são capazes: “Aonde tem cachorro, certos tipos de mal não encosta na casa. Às vezes é tarde da noite e o cachorro se põe a latir, você olha e não vê nada, mas ele tá vendo” (Chico Preto, 65 anos, comunidade Santa Rita). Segundo Evans-Pritchard (2005, p. 239), entre o povo Azande, da África Central, existe a crença de que os cães sejam bruxos, assim como as corujas, os morcegos, demais animais noturnos e o galo doméstico, sendo que a este último atribuem a capacidade de “[...] ver a aurora dentro de si [...]”.

Segundo os agroextrativistas da RESEX Mapuá, há uma maneira de obter a visão mágica do cachorro, conforme detalha o relato a seguir, embora ninguém tenha tido coragem de tentar tal feito:

Se o cara quiser ver o que o cachorro vê, quando ele tá latindo passa o dedo no olho do cachorro, passa no olho e se abaixa e olha no meio das pernas do cachorro. Mas só que a gente morre! A gente se assombra, porque o cachorro vê muita coisa feia, né? E a gente não tem essa coisa de ver. Sabe lá o que ele num vê, né? (J. R. B., 28 anos, comunidade Bom Jesus).

Existe a crença de que, se um cachorro preto assustar uma criança, é necessário retirar alguns pelos da cauda do mesmo animal e fazer uma defumação, para que o susto seja curado: “Se o cachorro preto pulá numa criança e assustá a criança, pode mandar benzer e fazer defumação, senão não tira aquilo da criança” (J. R. B., 28 anos, comunidade Bom Jesus). Vallejo et al. (2017) relatam, na Espanha, o uso de pelos da cauda do cão, fritos em azeite e depositados sobre a ferida da mordida do mesmo animal, até que se obtenha a cura da lesão. Essas práticas relacionam-se diretamente à inversão, onde o mesmo animal que causou o mal tem a capacidade, o poder, de induzir o bem de volta.

## PODER DE ATRAÇÃO DAS SERPENTES

Segundo Santos-Fita et al. (2010, p. 1, tradução nossa), “[...] as serpentes estão entre os animais que mais influenciaram a psique humana desde a antiguidade [...]”. Na RESEX Mapuá, as cobras não peçonhentas representam destacados recursos terapêuticos, especialmente com sua banha, enquanto que as peçonhentas são temidas e responsáveis por grande quantidade de acidentes todos os anos.

Esses répteis enigmáticos que povoam o imaginário da humanidade também são utilizados no contexto mágico-religioso para o feitio de amuletos, tidos como poderosos. Um deles consiste em levar consigo um pedaço do couro ou o rabo da jiboia (*Boa constrictor*), garantindo, assim, boa sorte e servindo também para atrair dinheiro, mulheres, qualquer tipo de caça e muitas outras coisas, a depender do

que se pede no momento do preparo da parte do animal em questão. Similarmente, Serrano-González et al. (2011) também relatam o uso mágico-religioso de serpentes entre os Tzotziles, do México, para pedir abundância de dinheiro.

Seguindo a lógica de que as serpentes possuem a capacidade de atrair qualquer animal da floresta para sua alimentação, a jiboia serve também para o preparo de um perfume com propriedades atrativas, baseado na crença de que ela tem o poder de atrair sua presa de modo certo e fatal:

Usa no perfume, um pedaço do rabo da jiboia dentro do perfume e vai no benzedor e manda preparar. A jiboia atrai tudo. Pra ela se alimentar, não precisa sair do lugar dela, ela fica lá, aí se for passar um animal de longe ela fica atraindo ele, até o bicho se entregar por ele mesmo na boca dela. (J. R. B., 28 anos, comunidade Bom Jesus).

Alves, R. et al. (2012) relatam, no âmbito das religiões afro-indígenas, que a jiboia fornece diversos produtos para o feito de rituais mágico-religiosos, tais como pele, rabo, 'vagina', olho, cabeça, fezes e gordura. Em geral, estas partes são usadas como matérias-primas com finalidades distintas, tais como: atrair sucesso nos negócios, atrair a pessoa amada e realizar limpeza de maus espíritos e energias nocivas.

Os mesmos autores revelam que algumas partes de distintos animais são preparadas com intuito mágico em meio aquoso, alcoólico ou em água de rosas, popularmente conhecidas como 'águas' ou perfumes: "[...] após o preparo, a mistura é rotulada pelo nome do animal utilizado em sua composição, como água do cavalo-marinho, perfume da jiboia ou água do caranguejo [...]" (Alves, R. et al., 2012, p. 771, tradução nossa). Completam ainda que:

[...] existe uma associação entre as características comportamentais dos animais e o efeito que se espera que seu uso gere. Por exemplo, águas contendo partes de animais lentos, como a preguiça-de-garganta-marrom (*B. variegatus*), o jabuti-piranga (*C. carbonaria*) e o jabuti-tinga (*C. denticulata*), são usadas para acalmar as pessoas. (Alves, R. et al., 2012, p. 771, tradução nossa).

Bitencourt et al. (2014) relatam o uso e a comercialização do couro e do perfume da jiboia no mercado público do Guamá, em Belém, no Pará. Na mesma lógica da atração, alguns caçadores da RESEX Mapuá relatam o uso da banha da jiboia no vidro da lanterna de caçada, que serve, então, para atrair a caça: "Aí quando foca na caça, aí atrai, diz que a caça fica até besta" (M. M. G., 35 anos, comunidade São Sebastião Mapuá-Miri).

Lima, E. (2008), ao abordar os mitos envolvendo as grandes serpentes entre os indígenas Katukina, do Acre, revela que este povo cultua especialmente as serpentes pertencentes à família Boidae, constituída pelas constritoras como a jiboia e a sucuriçu (*Eunectes* spp.). Na cosmologia Katukina, elas são consideradas como detentoras da imortalidade, sendo, assim, a porta de acesso aos conhecimentos xamânicos deste povo, bem como de bons agouros para a atração de caça. Na mitologia destes povos, as serpentes são tidas como 'donas' dos animais e, por isso, detentoras de um controle bastante abrangente da realidade, que engloba a vida dos homens e das caças.

Nas cosmologias ameríndias amazônicas, especialmente entre os Kaxinawa, Yaminawa e Yawanawa, as cobras são também relacionadas à ayahuasca<sup>5</sup>, importante e poderosa medicina da floresta, componente de ritos da pajelança indígena, ao que Calávia (2000, p. 36, tradução nossa) refere-se por "mitologias do cipó". Todos estes aspectos revelam a ligação com as práticas espirituais e a capacidade de atração de seres e saberes, em distintos contextos, atribuída às serpentes.

## OS ENCANTADOS: QUANDO A MULHER FICA GRÁVIDA DE BICHO

O povo do Mapuá conta, com naturalidade, os casos em que mulheres engravidam de bichos, dando à luz ao que chamam de 'encantados', seres que são humanos em corpos de animais, em uma relação direta com o perspectivismo ameríndio de Viveiros de Castro (1996).

<sup>5</sup> Bebida cerimonial de origem indígena, preparada a partir do cipó da planta *Banisteriopsis caapi* e da folha de *Psychotria viridis*.

Segundo os relatos, “A mulher que tá doente fica passando por cima de bicho, quando tá na menstruação... aí claro que vai pegar filho de bicho sim!” (J. R. B., 28 anos, comunidade Bom Jesus). Uma dona de casa comenta sobre a relação entre o período menstrual e a relação direta com os animais: “Quem disse que ova de peixe engravida uma mulher? Engravida! Tinha uma mulher pra cá que engravidou e tava com três meses, tinha dois quilos de ova na barriga dela, de tanto tratar peixe quando tava menstruada” (M. R., 55 anos, comunidade Bom Jesus).

O relato a seguir conta alguns 'causos' de mulheres que engravidaram de animais e a relação disso com os seres encantados:

Ela tinha engravidado três vezes de bicho. Uma vez foi tatu, ela teve três tatuzinho. Depois ela teve três calanguinho e a derradeira vez que ela engravidou foi de imbuá. O marido dela saiu e marcou pra levar ela no médico. Ela foi toda gemendo, os bicho ia abreviando dentro do casco e iam jogando fora. Aí essa mulher morreu desses bicho, que não conseguiu sair tudo. Diz que aquilo saía, saía, saía [...]

Tem também a mulher que engravida de bicho, mas o filho sai com nove meses, é que sai encantado. Aí quando a mulher tem, é cobra. Se for duas, é duas cobra, mas elas é criança. Aí a pessoa pega a bacia, coloca cachaça lá e batiza. Aí solta. Aí quando tá com sete anos ela vem de volta, como cobra. Só volta a ser criança se desencantar. Por isso que dizem que tem cobra encantada, essas criança quando nasce cobra, né? É gente, só que encantada. É só aquela capa que é a cobra, mas a pessoa tá lá dentro. (M. R., 55 anos, comunidade Bom Jesus).

Essa peculiar relação com a fauna vincula-se fortemente ao que Viveiros de Castro (1996) nos apresenta como o perspectivismo ameríndio, trazendo a noção de 'roupas' utilizadas pelos animais da floresta, que, em verdade, são humanos vivendo em distintos contextos e perspectivas de si mesmos, demonstrando que, para compreendermos as cosmologias ameríndias e suas ramificações, como é o caso da sociedade mapuaense, há que se entender os domínios da natureza e da cultura

em complementaridade, tratados pelo autor como uma humanidade transversalizada entre homens e animais.

Neste mesmo sentido, Descola (1998, p. 28) afirma que:

Ao contrário do dualismo moderno, que desdobra uma multiplicidade de diferenças culturais sobre o fundo de uma natureza imutável, o pensamento ameríndio encara o cosmos inteiro como animado por um mesmo regime cultural, diversificado não tanto por naturezas heterogêneas quanto por modos diferentes de se apreender uns aos outros.

O boto também pode ser um encantado, especialmente o tucuxi (*Sotalia fluviatilis*), o que talvez explique as lendas sobre o boto virar homem. Segundo os comunitários, o 'filho de boto' não é comum, os de cobra são mais recorrentes, sendo que várias pessoas já pariram seres encantados. Apropriadamente, Slater (1994) e Cravalho (1999) relacionam a figura lendária do boto com os encantados ou seres encantados.

Maués (1994) conceitua os 'encantados' como seres espirituais componentes dos ritos de pajelança cabocla amazônica e que podem ser 'encantados-do-fundo' e 'encantados-da-mata', conforme o lugar que habitam: o fundo dos rios ou a floresta. O autor especifica, ainda, que os 'encantados-do-fundo' podem se manifestar sob a forma de animais aquáticos, habitantes do fundo dos rios, como peixes, cobras e botos, enquanto os 'encantados-da-mata' são popularmente conhecidos por 'anhanga' e 'curupira'. Aos 'da mata', atribui-se a capacidade de causar mau-olhado e desorientação dentro da floresta, que leva a pessoa a ficar perdida; já aos 'do fundo' credita-se a capacidade de provocar doenças como o mau-olhado, a 'flechada-de-bicho', a 'corrente-do-fundo', além da manifestação na forma de um boto, que se transforma em um belo rapaz, com intenção de atrair sexualmente as mulheres.

Evans-Pritchard (2005) relata que, entre os Azande, existe a crença em uma criatura maligna conhecida como *adandara*, uma espécie de gato selvagem de corpo brilhante e olhos faiscantes que mantém relações sexuais com humanas, conforme a citação abaixo:



A mulher que dá à luz gatos tem relações sexuais com um gato, e depois com um homem. Ela fica prenhe de crianças e gatos. Quando a hora do parto se aproxima, ela procura uma especialista em fazer o parto de gatos, e diz que quer que ela seja sua parteira. Vão juntas para o mato e, quando chegam a uma termiteira, sentam-se. A mulher dá luz a gatos, a parteira os lava. Elas os escondem na termiteira e voltam para casa. [...] Esses animais são terríveis, e se um homem os vê, é muito provável que morra. Não são muitas as mulheres que dão à luz gatos, só umas poucas. Uma mulher comum não pode parir gatos, só uma mulher cuja mãe também os tenha parido. (Evans-Pritchard, 2005, p. 240).

Na Amazônia, considera-se que, durante os períodos em que a mulher se encontra em quarentena ou menstruada, ela permanece em uma situação de vulnerabilidade, estando, assim, suscetível ao contato e à fecundação pelos seres encantados, podendo engravidar de bichos (Pinto, 2001; Santos et al., 2017).

Durante o período menstrual, acredita-se que a mãe do corpo<sup>6</sup> das mulheres fica vulnerável. Ao manipular a carne de uma caça macho, ocorre a mistura do sangue da mulher com o sêmen do bicho. Por essa razão, torna-se reprovável qualquer mulher mexer com bicho nesta condição. O trabalho de Santos et al. (2017), realizado em uma comunidade ribeirinha da ilha do Marajó, destacou situações da mesma natureza.

Segundo Maués (2005), os encantados são seres humanos que não morreram, mas se 'encantaram' e que

Essa crença tem certamente origem europeia, estando ligada às concepções de príncipes ou princesas encantadas que ainda sobrevivem nas histórias infantis de todo o mundo ocidental. Mas foi influenciada por concepções de origem indígena, de lugares situados "no fundo", ou abaixo da superfície terrestre, e provavelmente também por concepções de entidades de origem africana, como os orixás, seres que não se confundem com os espíritos dos mortos. (Maués, 2005, p. 262).

O mesmo autor ressalta que uma das histórias de encantados mais famosa da Amazônia é a da Cobra Norato, provavelmente com origem indígena, reproduzida a seguir:

Uma mulher deu à luz dois gêmeos de ambos os sexos, que foram chamados de Maria Caninana e Norato Antônio. Logo ao nascer, as crianças se transformaram em cobras e deslizaram, rapidamente, para o rio, onde passaram a viver. Cresceram e se transformaram em cobras-grandes. Já adultos, Maria Caninana enamorou-se de uma outra cobra encantada, do sexo masculino, com quem desejava casar-se. Seu irmão se opunha, pois isso impediria que os dois se desencantassem. Como a irmã não lhe desse ouvidos, ele entrou em conflito com ela e seu noivo, travando-se entre eles uma grande luta, durante a qual Norato matou os dois. De tudo isso Norato Antônio participava sua mãe, a quem costumava ainda visitar, em forma humana. Uma outra versão, não encontrada na região do Salgado, mas narrada no baixo Amazonas, dá conta de que, muito tempo depois, Cobra Norato encontrou quem o desencantasse: um soldado em Óbidos, que não se intimidou com o tamanho daquela enorme cobra e a feriu, até provocar sangue, com uma faca virgem. (Maués, 2005, p. 262).

Figueiredo (1994) acrescenta, ainda, que a pajelança indígena amazônica, quando influenciada por crenças oriundas da Umbanda, abarca os seres encantados nos rituais de cura e de invocação, o que evidencia mais uma vez o rico universo conformacional de que os povos da RESEX Mapuá são originários, manifestando na vida cotidiana e na cultura os traços expressivos desta bagagem.

## O LENDÁRIO BOTO

Há duas espécies de boto nas águas da região, o tucuxi e o boto-cor-de-rosa (*Inia geoffrensis*), na RESEX Mapuá, este último conhecido como boto-branco ou 'botão', pelo porte consideravelmente superior ao outro. Entre muitas crenças em torno deste animal, diz-se que, quando passa soprando forte, é porque está bravo e adivinhando chuva.

<sup>6</sup> Os termos 'mãe do corpo' ou 'dona do corpo' são utilizados em referência ao aparelho reprodutor feminino, bem como às capacidades reprodutivas e geradoras das mulheres.

Em uma ocasião em que entrevistávamos uma senhora na varanda, seu neto ficou mexendo com um botinho-tucuxi, que ficou praticamente parado na frente da casa por um tempo considerável. Sua avó, então, ficou muito incomodada e disse: “Não presta criança brincar com boto! Ele se agrada da criança... O botinho não é tanto, mas o vermelho...” (M. M. S., 65 anos, comunidade Bom Jesus). Segundo o benzedor Galo, o boto tucuxi “não mexe com a gente”, já o boto-branco, “ele ataca!”.

Dizem os locais que o boto não gosta de roupa vermelha, ficando aparentemente bravo: “Quando nós era novo, que nós andava no casco, o boto vinha atrás da gente com roupa vermelha, o bicho vinha doidinho atrás... Não sei se ele tem raiva ou se ele acha bonito, né? Mas alguma coisa aconteceu!” (M. M. S., 65 anos, comunidade Bom Jesus).

Consideram também que, se a pessoa se entrega muito para o boto, o animal é capaz de levá-la para baixo da água, além disso, quando um boto acompanha a viagem de alguém sem ser chamado, deve-se dizer: “Eu num tô te mexendo, segue a tua viagem que eu sigo a minha! O boto assombra a gente! Ele se agrada da gente e na hora da gente dormir, ele vem perseguindo, se ele se engraçar” (M. M. S., 65 anos, comunidade Bom Jesus).

O boto (macho) transforma-se em homem e a ‘bota’ (fêmea) transforma-se em mulher ou menina, ambos sempre trajando branco. Conforme também relatou Maués (2005), no contexto do nordeste paraense, os agroextrativistas afirmam que o boto tem preferência por mulheres em período menstrual e só quem pode mexer com eles é quem tem a proteção espiritual de caboclos, como é o caso de alguns benzedores, com a capacidade de se comunicar com o bicho e mantê-lo sob controle, fato comprovado pelos interlocutores do Mapuá: “Porque eles sabe afastá eles, conversa com eles, né...” (M. M. S., 65 anos, comunidade Bom Jesus). Nesta narrativa cultural, Slater (1994) complementa, ainda, que os botos

de sexo masculino são relacionados à brilhante capacidade de dança, enquanto as fêmeas, com seu charme, atraem pescadores solitários.

Os relatos do boto na forma humana povoam o imaginário local e se somam às memórias transmitidas oralmente:

Tinha uma família bem aqui em cima que tinha três filhas, aí o boto começou a fazer frequência. Chegava assim, mas nada. Aí uma das filha tava querendo começar a dar atenção pra ele, né? Aí a outra chamou o pai e disse: pai, eu acho que é um boto. Quando o senhor sai ele vem bater na porta, quando quer abrir eu não deixo, ele vai e pula na água.

O pai saiu e deixou uma espingarda de armadilha. Quando saiu, a filha ouviu barulho, passou a mão na espingarda e um homem de branco subiu no trapicho<sup>7</sup>. Atirou no rumo do homem, que correu no trapicho. Quando o pai chegou, contou o acontecido e aguardaram de manhã, quando a água amanheceu baixa. Lá estava o boto com a pilhada de chumbo no peito. O boto!” (A. F. G., 63 anos, comunidade Bom Jesus).

O boto que vira gente é o chamado boto-branco, ou boto-cor-de-rosa, enquanto o tucuxi, de porte inferior e hábitos menos invasivos, é considerado como calmo e inofensivo.

O boto vira gente? Vira. Vira sim. Não é lenda, ele vira mesmo. Eu já cheguei a vê com meus olhos. Quando eu tinha uns 27 anos, eu fui tirar açaí e vinha de canoa. Aí tinha uma pracaúva caída, a água tava meia maré de vazante. De longe eu enxerguei aquele branco na ponta do pau, pra fora d'água. Aí eu vim vê, pensei que era uma ‘galça’, era de dia. Depois eu conheci que era uma pessoa, né? ‘Credo, essa pessoa de onde veio?’. Fui remando e olhando, quando foi assim uns 50 m de longe, ela virô de frente, tava toda de branco, uma menina, uma mocinha de bom tamanho já. Eu quis falá com ela mas continuei remando. Deu um baque na água, quando eu olhei, eu vi só a maresia dela, pulou n'água e se mandou! Corpo de gente! Cabelo, peitinho, tudo, tudo! Tava de roupa branca. Agora eu sei que boto vira gente.

<sup>7</sup> Trapicho ou trapiche é um atracadouro de madeira para embarcações de pequeno porte, utilizado também para embarque e desembarque, ou mesmo como plataforma para pescarias.



Depois que pulô, aí buiô pra fora o boto... [risos] mas eu não fiquei com medo, ele veio até o açaizal acompanhando o casco, soprando. Eu falei: ei, eu não tô te mexendo, eu só vim tirar um açai, me aguarda que eu vô tirá açai. Quando cheguei no casco de volta, ela buiô de novo, e seguiu buiando do lado até chegá perto de casa. Chegando em casa, falei pro tio: olha, tinha uma bota que queria ficá comigo! Aí cáiro na risada, falaro que era lemanjá, mas era uma bota... 'Se vocês visse o que eu vi!' (A. F. G., 63 anos, comunidade Bom Jesus).

Embora não tenhamos encontrado quem possuíisse tal amuleto, segundo os interlocutores, o olho esquerdo do boto, usado dentro de uma colônia, serve para atrair sorte e mulheres, desde que ninguém saiba que está sendo usado. Essa atribuição ocorre por conta das lendas e da fama de conquistador do animal: "É porque ele é meio galã, né? Tem a lenda do boto, né?" (J. R. B., 28 anos, comunidade Bom Jesus). Descola (2006) também descreveu o uso de amuletos feitos com partes de boto pelos Achuar, do Equador, que utilizavam dentes do animal como um auxílio às atividades de caça e de pesca.

Segundo os relatos, a maneira mais clara de se perceber se uma criatura, na forma humana desconhecida, é boto ou gente, é olhar para os pés, pois 'o mocotó' (calcanhar) é para frente e os dedos são para trás, assemelhando-se às narrativas referentes ao personagem mitológico *curupira* (Fernandes, 2014):

A parte da mulhé tem mais medo de boto, por causa que o boto, se ele se engraçá numa pessoa, ele sai em terra mesmo, ele fica todo de branco. Ali na minha vó, meu avô ia caçar, um dia minha vó ia espiar e tinha um ali no canteiro, no meio das planta dela! Todo de branco, um homi de branco. Aí ela já sabia, minha vó era uma cearense muito experiente, aí ela sabia de muitas coisa, oração forte, aí ela foi chamá meu avô, ele tinha dois rifle 44. Ele correu jogando um bocado de planta da minha avó e pulô n'água! Foi! Era um boto! Queria entrar na casa. (J. S., 40 anos, comunidade Bom Jesus).

Segundo Wawzyniak (2012, p. 17), a dimensão social da relação entre humanos e 'não humanos' presente na cosmologia amazônica refere-se a um

[...] sistema cultural que postula a não existência de dicotomia ou antagonismo entre as dimensões natural, cultural e sobrenatural, mas, em seu lugar, postula um universo transformacional e povoado por uma pluralidade de agentes, humanos e não humanos. Tais seres, com poder de encantamento e agenciamento, transformam-se, em certas circunstâncias, uns nos outros. Transfiguram suas aparências e comportamentos, regulam e afetam o corpo e a vida cotidiana individual e coletiva.

Dessa forma, as crenças e apreensões que envolvem o boto, assim como os encantados, refletem essa natureza transversal, onde mundo natural e cultural ocorrem indistintamente regendo hábitos, regulando as sociabilidades e povoando o cotidiano com os mistérios tipicamente amazônicos, ressoando o escuro das matas e dos fundos dos rios em seus mais distintos seres e saberes.

## REFLEXÕES FINAIS

Produto de distintas origens e de cosmovisões tipicamente amazônicas e complementares à vida multidiversa na maior floresta tropical do planeta, as atribuições simbólicas conferidas aos animais pelo povo da RESEX Mapuá, ilha do Marajó, evidenciam uma relação íntima e conectada entre as mais distintas formas de vida.

Muitas vezes traduzidas em atenção à saúde humana, em uma localidade que carece enormemente da presença e da atuação do Estado, a relação 'humano'-'animal' transfigura-se em percepções de transferência de intenções e de poderes que suprem as necessidades de quem vive sob ditames muito particulares, regulados pelos ciclos naturais, aos quais se adaptam diariamente e dos quais depende a sua sobrevivência.

Conclui-se que o diálogo entre os conhecimentos tradicionais e os acadêmicos necessita de incursões mais aprofundadas no sentido de equacionarem-se as intenções em prol da conservação da biodiversidade na Amazônia. Os povos da floresta podem representar uma luz, oriunda do coração das matas em toda a sua pujança, para que obtenhamos respostas mais claras que nos conduzam ao diálogo e à conexão neste sentido.

## AGRADECIMENTOS

Ao povo da RESEX Mapuá, pela acolhida e por tornar possível o compartilhamento dos conhecimentos tradicionais conosco. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos concedida ao primeiro autor, e ao Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF), pelo apoio financeiro às viagens de campo. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa de produtividade em pesquisa vinculada ao segundo autor (processo 309026/2015-6).

## REFERÊNCIAS

- AGRA, Maria de Fátima; BARACHO, George Sidney; NURIT, Kiriaki; BASÍLIO, Ionaldo José Lima Diniz; COELHO, Victor Pechanha. Medicinal and poisonous diversity of the flora of "Cariri Paraibano", Brazil. **Journal of Ethnopharmacology**, Amsterdam, v. 111, n. 2, p. 383-395, May 2006. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jep.2006.12.007>.
- ALVES, Odair José Aragão; SILVA, Christian Nunes da; CASTRO, Carlos Jorge Nogueira de. Uso dos recursos naturais por populações tradicionais na RESEX Mapuá (Breves-Pará). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, Belém, v. 1, n. 1, p. 135-154, jan./jun. 2014. DOI: <https://doi.org/10.17553/2359-0831/lhgp.n1v1p135-154>.
- ALVES, Rômulo Romeu da Nóbrega. Relationships between fauna and people and the role of ethnozoology in animal conservation. **Ethnobiology and Conservation**, Campina Grande, v. 1, p. 1-69, 2012. DOI: <https://doi.org/10.15451/ec2012-8-1.2-1-69>.
- ALVES, Rômulo Romeu da Nóbrega; ROSA, Ierecê de L.; LÉO NETO, Nivaldo A.; VOEKS, Robert. Animals for the gods: magical and religious faunal use and trade in Brazil. **Human Ecology**, Berlin, v. 40, n. 5, p. 751-780, Oct. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10745-012-9516-1>.
- ALVES, Rômulo Romeu da Nóbrega. Commercialization of *Uranoscodon superciliosus* Linnaeus, 1758 (Tropiduridae) for magical-religious purposes in North and Northeastern of Brazil. **Sitientibus. Série Ciências Biológicas**, Bahia, v. 8, n. 2, p. 257-258, abr./jun. 2008.
- ALVES, Rômulo Romeu da Nóbrega; ROSA, Ierecê de L. Use of Tucuxi Dolphin (*Sotalia fluviatilis*) for medicinal and magic/religious purposes in North of Brazil. **Human Ecology**, Berlin, v. 36, n. 3, p. 443-447, June 2008. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10745-008-9174-5>.
- AMARAL, Vanessa Silva do. **Instrumentos do estado e dos atores sociais no uso sustentável da Reserva Extrativista Mapuá – Marajó**. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.
- BAILEY, Kenneth D. **Methods of social research**. 4th ed. New York: The Free Press, 1994.
- BARROS, Flávio Bezerra; VARELA, Susana Araújo Marreiro; PEREIRA, Henrique Miguel; VICENTE, Luís. Medicinal use of fauna by a traditional community in the Brazilian Amazonia. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, Berlin, v. 8, n. 37, p. 1-20, Sept. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1186/1746-4269-8-37>.
- BECKER, Howard Saul. **Observação social e estudos de casos sociais: métodos de pesquisa em ciências sociais**. Tradução: Marco Estevão e Renato Aguiar. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- BELAUNDE, Luisa Elvira. **El recuerdo de Luna: género, sangre y memoria entre los pueblos amazónicos**. Lima: Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales UNMSM, 2005.
- BENVENUTI, Marcelo Frota Lobato. Contato com a realidade, crenças e superstições: possibilidades do analista do comportamento. **Perspectivas em análise do comportamento**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 34-43, jan. 2010. DOI: <https://doi.org/10.18761/perspectivas.v1i1.21>.
- BITENCOURT, Bruna Letícia Gentil; LIMA, Pedro Glécio Costa; BARROS, Flávio Bezerra. Comércio e uso de plantas e animais de importância mágico-religiosa e medicinal no mercado público do Guamá, Belém do Pará. **Revista FSA**, Teresina, v. 11, n. 3, p. 96-158, jul./set. 2014.
- BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). **Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista Mapuá – Fase I**. Breves: ICMBio, 2009.
- BRASIL. Decreto de 20 de maio de 2005. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Mapuá, no município de Breves, no estado do Pará, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 maio 2005. Seção 1, n. 97, p. 9-10.
- CABRERA, Lydia. **A mata: notas sobre as religiões, a magia, as superstições e o folclore dos negros criollos e o povo de Cuba**. São Paulo: EdUSP, 2012.
- CALÁVIA, Oscar. Mythologies of the vine. In: LUNA, Luis Eduardo; WHITE, Steven F. (ed.). **Ayahuasca reader: encounters with the Amazon's Sacred Vine**. Santa Fé: Synergetic Press, 2000. p. 36-40.
- CAMARGO, Maria Thereza Lemos de Arruda. **Garrafada**. Rio de Janeiro: MEC, 1975.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. 2. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- COSTA NETO, Eraldo Medeiros; ALVES, Rômulo Romeu Nóbrega. Estado da arte da zooterapia popular no Brasil. In: COSTA NETO, Eraldo Medeiros; ALVES, Rômulo Romeu Nóbrega (org.). **Zooterapia: os animais na medicina popular brasileira**. Recife: NUPEEA, 2010. v. 2, n. 1, p. 15-54.

- COSTA NETO, Eraldo Medeiros. Conhecimento e usos tradicionais de recursos faunísticos por uma comunidade afro-brasileira. Resultados preliminares. **Inter-ciência**, Caracas, v. 25, n. 9, p. 423-431, dic. 2000.
- CRAVALHO, Mark A. Shameless creatures: an ethnozoology of the Amazon River dolphin. **Ethnology**, Pittsburgh, v. 38, n. 1, p. 47-58, Winter 1999. DOI: <http://dx.doi.org/10.2307/3774086>.
- DESCOLA, Philippe. Beyond nature and culture. **Proceedings of the British Academy**, Oxford, v. 139, p. 137-155, 2006.
- DESCOLA, Philippe. Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 23-45, abr. 1998. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93131998000100002>.
- EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Edição resumida e introdução: Eva Gillies. Tradução Eduardo Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- FERNANDES, Isabela. O Curupira e os mitos de inversão. In: OLIVEIRA, Humbertho (org.). **Mitos, folias e vivência: coleção alma brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X: Bapera, 2014.
- FIGUEIREDO, Napoleão. Os “bichos” que curam: os animais e a medicina de “folk” em Belém do Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Antropologia**, Belém, v. 10, n. 1, p. 75-91, jul. 1994.
- GUBLER, Ruth. Antiguos documentos de medicina maya. **Anales de Antropología**, México, v. 34, n. 1, p. 321-349, 2000.
- INGOLD, Tim. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, jan./abr. 2010.
- INGOLD, Tim. Humanidade e animalidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 28, n. 10, 1995. Não paginado.
- LIMA, Edilene Coffaci de. Cobras, xamãs e caçadores entre os Katukina (pano). **Tellus**, Campo Grande, v. 8, n. 15, p. 35-57, jul./dez. 2008.
- LIMA, Tânia Stolze. **Um peixe olhou para mim: o povo Yudjá e a perspectiva**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico ocidental**. São Paulo: Abril, 1979. (Os Pensadores).
- MAUÉS, Raymundo Heraldo. Um aspecto da diversidade cultural do caboclo amazônico: a religião. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 259-274, jan./abr. 2005. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000100016>.
- MAUÉS, Raymundo Heraldo. Medicinas populares e a “pajelança cabocla”. In: ALVES, Paulo César; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Saúde e doença: um olhar antropológico**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994. p. 73-81.
- MICHELAT, Guy. Sobre a utilização de entrevista não-diretiva em Sociologia. In: THIOLENT, Michel J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5. ed. São Paulo: Polis, 1987. p. 191-211.
- MONGE-ZÚÑIGA, Natalia. “O dom não se ensina, a gente nasce com ele...!” Saberes, práticas e histórias de vida de parteiras tradicionais da RESEX Mapuá, Ilha do Marajó. 2017. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Pará, EMBRAPA Amazônia Oriental, Belém, 2017.
- NGOKWEY, Ndolamb. Home remedies and doctors' remedies in Feira (Brazil). **Social Science & Medicine**, Amsterdam, v. 40, n. 8, p. 1141-1153, Apr. 1995. DOI: [https://doi.org/10.1016/0277-9536\(94\)00241-K](https://doi.org/10.1016/0277-9536(94)00241-K).
- PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Parteiras e “poções” vindas das matas e “ribanceiras” dos rios. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, v. 23, p. 321-345, nov. 2001.
- POSEY, Darrell Addison; ELISABETSKY, Elaine. Conceito de animais e seus espíritos em relação a doenças e curas entre os índios Kayapó da aldeia Gorotire, Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Antropologia**, Belém, v. 7, n.1, p. 21-37. 1991.
- SALES, Nívio Ramos. **Simpatias e segredos populares**. Rio de Janeiro: Pallas, 1991.
- SANTOS, Ana Maria Smith; COSTA, Eliane Miranda; BARROS, Flávio Bezerra. As parteiras e a arte de fazer partos em perspectivas cosmológicas na ilha do Marajó. **Vivência: Revista de Antropologia**, Natal, v. 1, n. 49, p. 201-218, 2017.
- SANTOS-FITA, Dídac; COSTA NETO, Eraldo Medeiros; SCHIAVETTI, Alexandre. 'Offensive' snakes: cultural beliefs and practices related to snakebites in a Brazilian rural settlement. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, Berlin, v. 6, n. 1, p. 13, Mar. 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1186/1746-4269-6-13>.
- SERRANO-GONZÁLEZ, Rafael; GUERRERO-MARTÍNEZ, Fernando; SERRANO-VELÁSQUEZ, Rafael. Animales medicinales y agoreros entre Tzotziles y Tojolabales. **Estudios Mesoamericanos**, México, v. 2, n. 11, p. 29-42, jul./dic. 2011.
- SILVA, Andréa Leme da. Animais medicinais: conhecimento e uso entre as populações ribeirinhas do rio Negro, Amazonas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 3, n. 3, p. 343-357, set./dez. 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-81222008000300005>.
- SLATER, Candace. **Dance of the dolphin: transformation and disenchantment in the Amazonian imagination**. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- STURTEVANT, William Curtis. Studies in ethnoscience. **American Anthropologist**, Arlington, v. 66, n. 3, p. 99-131, June 1964.

TOLEDO, Victor Manuel; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A memória biocultural**: a importância ecológica das sabedorias tradicionais. Tradução de Rosa L. Peralta. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

TOLEDO, Victor Manuel; BARRERA-BASSOLS, Narciso. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 20, p. 31-45, jul./dez. 2009. DOI: <https://doi.org/10.5380/dma.v20i0.14519>.

VALLEJO, José Ramón; SANTOS-FITA, Dídac; GONZÁLEZ, José Antonio. The therapeutic use of the dog in Spain: a review from a historical and cross-cultural perspective of a change in the human-dog relationship. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, Berlin, v. 13, n. 1, p. 47, Aug. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1186/s13002-017-0175-6>.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 115-144, out. 1996. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93131996000200005>.

WAWZYNIAK, João Valentin. Humanos e não-humanos no universo transformacional dos ribeirinhos do rio Tapajós – Pará. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 17, n.1, p. 17-32, jan./jun. 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2012v17n1p17>.

# O pito (de) holandês: cachimbos arqueológicos de caulim do Recife e de Salvador

## The Dutch tobacco pipe: archaeological clay pipes from Recife and Salvador

Sarah Barros Viana Hissa 

Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

**Resumo:** Os cachimbos europeus de caulim, produzidos especialmente entre os séculos XVII e XIX, eram industrializados e descartados rapidamente. Ainda, os estilos decorativos e de marcas de fabricante foram vários e relativamente bem marcados no tempo. Portanto, são particularmente úteis como instrumento de datação de sítios, camadas e feições, mesmo daqueles estratos urbanos extremamente revolvidos. Serão aqui analisados cachimbos de caulim exumados do Recife Antigo, Pernambuco, e da área de aterro à frente da Sé Primacial de Salvador, Bahia. Em um primeiro momento, explora-se o potencial desses cachimbos de caulim para aferir o período e o local de sua produção; consequentemente, também intervalos prováveis para os estratos de onde provieram. Nesse sentido, busca-se contribuir com uma arqueologia das cidades do Recife e de Salvador. Por outro lado, lembra-se que esses implementos do fumo se referiam a uma prática, então crescentemente globalizada, repleta de significados e associações socioculturais. Os casos aqui abordados, apesar de referirem-se a duas áreas urbanas distintas, possibilitam correlações interessantes, por serem ambas cidades portuárias de relevo na América portuguesa dos séculos XVII e XVIII. Considerando-se esses elementos, aventam-se algumas possibilidades interpretativas acerca das categorias sociais que os utilizaram, tendo em vista especialmente as investidas e as ocupações batavas do Nordeste.

**Palavras-chave:** Arqueologia urbana. Arqueologia histórica no Nordeste. Análise de cultura material. Método em arqueologia. Cachimbos de caulim. Cronologia relativa.

**Abstract:** European tobacco pipes made of white clay, mainly between the seventeenth and nineteenth centuries, were mass produced and discarded quickly. They came in various decorative styles and bore different makers marks which have been relatively well dated. As a result, they are particularly useful in dating sites, layers, and features, even in heavily disturbed urban strata. This article analyzes pipes excavated from the Brazilian colonial cities of Recife and Salvador. Initially, we explore how these kaolin pipes can be identified in terms of their origin and production dates, consequently dating their strata; this contributes to the archaeology of these cities. At the same time, these implements were related to the increasingly globalized practice of smoking, full of meanings as well as social and cultural associations. Although this particular case study describes different municipalities, some interesting correlations are possible, since both were significant ports in seventeenth and eighteenth century Portuguese America. With these elements in mind, we present some interpretive possibilities related to the use of these pipes.

**Keywords:** Urban Archaeology. Historical archaeology in Brazilian northeast region. Material culture analysis. Method in archaeology. Clay tobacco pipes. Relative chronology.

---

HISSA, Sarah Barros Viana. O pito (de) holandês: cachimbos arqueológicos de caulim do Recife e de Salvador. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 3, p. 963-979, set.-dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000300014>.  
Autora para correspondência: Sarah Barros Viana Hissa. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Parque Quinta da Boa Vista, São Cristóvão. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP 20940-040 (sarah.hissa@gmail.com).

Recebido em 04/12/2018

Aprovado em 27/02/2019



## INTRODUÇÃO

O tempo médio que comumente se estima decorrer entre manufatura do cachimbo de caulim, sua importação, uso e descarte é de um a dois anos (Hume, 2001; Sudbury; Gerth, 2011). Somado a esse caráter descartável do cachimbo, lembra-se que sua produção foi intensa (estima-se que, no século XVIII, então já com o auxílio da *gin-press*, um fabricante habilidoso conseguiria produzir cerca de 500 cachimbos de haste longa por dia). Considerando-se esses dados, os cachimbos de caulim abrem uma janela para discutir uma série de questões sobre práticas cotidianas, com grande potencial de precisão cronológica (Hissa; Lima, 2017; Hissa, 2018). Este artigo apresentará algumas questões referentes a contextos urbanos, recuperados de vários logradouros do Recife Antigo, Pernambuco, e da Sé Primacial de Salvador, Bahia. Como o estudo dessas coleções, provenientes de aterramentos e de descartes nas áreas de uso público, refere-se à construção dos elementos estruturais daquela cidade e à consolidação de hábitos citadinos, esta pesquisa trata-se de produção voltada para 'arqueologia da cidade' (Staski, 1982; Symanski, 2003).

Schofield (1987) descreve os depósitos urbanos como de definição mais fácil do que os rurais, em razão da sua cor e de seu conteúdo, especialmente com materiais de eventos de demolição e por serem mais comumente relacionados a momentos específicos de deposição (como eventos de aterramento, construção e demolição). No entanto, apresentam também sequências complexas de camadas de formas e de dimensões variadas. Por outro lado, vislumbrando-se uma escala mais ampla, especialmente quando a cidade cresce ao redor do centro histórico, este se apresenta como o trecho da cidade de mais longa ocupação urbana ininterrupta, sofrendo crescentes pressões por espaço. Tais intensas alterações espaciais, tanto estratigráficas quanto arquitetônicas, induzem falar em palimpsesto e diacronia.

Os aterros históricos, particularmente interessantes para a discussão acerca da estratigrafia e da ocupação horizontal de contextos urbanos, podem ter sido formados

a partir de episódios específicos e singulares de deposição ou a partir de deposições várias, graduais ou não, bem como podem incluir objetos e elementos com datações variadas e referentes a períodos amplos ou, ainda, associados a um intervalo cronológico praticamente pontual. No caso da área em frente à Sé Primacial de Salvador, há várias camadas de aterramento, estendendo o terreno à frente do adro. Os aterramentos feitos no Recife, tal como ocorre em várias cidades e áreas portuárias, foram acréscimos em direção às águas, marítimas ou fluviais, ampliando a terra firme ocupável. Várias das ruas recifenses de onde provieram os cachimbos de caulim setecentistas aqui em análise estavam sob águas no século XVII. Isso significa que estavam incluídos no depósito usado para alteamento e alargamento da costa.

Outra questão a se considerar, mesmo quando se trabalha com artefatos históricos provenientes de deposição *in situ* em logradouros públicos, é a relação interpretativa que se pode construir entre esses objetos e seus usuários. Ruas e praças públicas não se tratam de ambientes circunscritos e delimitados espacialmente, como é o caso de residências, tavernas ou escritórios administrativos, de modo que não se pode atribuir os achados a pessoas, famílias ou gestores públicos específicos. Algo que se pode fazer, que também foi o que se intentou neste trabalho, é compreender a trama urbana a partir das segmentações sociais que se instalam espacialmente na cidade. Nesse sentido, têm relevância interpretativa as áreas funcionais da cidade (como igrejas e áreas paroquiais, cemitérios, zonas portuárias, áreas industriais ou da administração pública, avizinhamento de imigrantes, trechos urbanos degradados ou de baixo ou alto *status*).

Além de relevar a importância e o potencial de tratar acervos gerados a partir de eventos ou processos pretéritos de aterramento e de apresentar algumas questões próprias da arqueologia urbana histórica, este artigo, a partir de dados históricos e elementos cronológicos e estilísticos dos cachimbos de caulim, também especula sobre as categorias socioculturais que os teria utilizado. Teriam sido os seus próprios produtores, os holandeses, que os utilizaram quando no Brasil ou, em alguma medida, eles foram aqui

adotados pelos luso-brasileiros? Ainda, poderiam eles ter sido trazidos e utilizados aqui pelas categorias que mais transitavam entre continentes naquela época, os marinheiros?

### **CIDADES PORTUÁRIAS, IMPORTAÇÕES E DISTRIBUIÇÃO DE CACHIMBOS NO RECIFE E EM SALVADOR**

Segundo William Dampier, viajante inglês que esteve no Brasil em 1699, os portos mais importantes no comércio internacional à época eram o da Baía de Todos os Santos, o de Pernambuco e o do Rio de Janeiro. A importância dos portos de Salvador e de Recife é reiterada em 1703 por um viajante cujo nome é desconhecido, e a dos três, por Le Gentil la Barbinais em 1714. Já no século XIX, no ano de 1800, John Turnbull aponta para a relevância dos portos de Salvador e do Rio de Janeiro, ditos como igualmente dinâmicos, porém já não mais mencionando o porto de Pernambuco. De fato, os portos mais importantes do período colonial para importação e exportação foram estabelecidos em Salvador, maior do Nordeste, Recife e Rio de Janeiro, maior do Sudeste. São Luís e Belém ganharam importância no século XVIII. No Sul do Brasil, teve importância significativa o porto de Rio Grande, especialmente na segunda metade do século XIX. Como importância terciária, ficam os de Santos, da Paraíba, de Fortaleza e o de Porto Alegre. Quando da descoberta do ouro e diamantes na região de Minas Gerais e da abertura do Caminho Novo, a importância do Rio de Janeiro cresceu de tal modo que, ao final do século XVIII, esse já era o maior porto do Brasil, interligando São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, entre outros locais (França, 2012; Marcondes, 2012; Russell-Wood, 2014). Nesse sentido, fica evidente que os portos do Recife e de Salvador foram importantes em nível nacional, notadamente nos séculos XVII e XVIII. Ainda assim, esses portos estavam em franca comunicação internacional no século XIX, inclusive com a importação de cachimbos, como ilustram manifestos de carga, veiculados em periódicos mercantis oitocentistas. Em consulta assistemática a alguns periódicos oitocentistas

pernambucanos e baianos, foram observadas importações de cachimbos à cidade do Recife, provenientes de Londres, Hamburgo, Liverpool, Glasgow e de Havre, enquanto Salvador recebeu cachimbos de Hamburgo, Bordeaux, Havre e Southampton. Vários importadores/exportadores de mercadorias diversas revendiam seus itens para as vendas e lojas locais, de artigos em geral ou especializadas, sendo que havia vários comércios em operação concomitantemente. No que tange à distribuição de artigos associados ao consumo de tabaco, também apesar do caráter assistemático desta pesquisa, notou-se, de forma geral no Brasil, um movimento gradual em direção à especialização da venda de artigos do fumo, ao longo do século XIX (Hissa, 2018). É digno de nota o anúncio da Tabacaria em Recife, que figura um indígena norte-americano. Essa associação evoca o uso, na Europa e nos EUA, desde o século XVII, de estátuas em madeira desses indígenas, chegando a tamanho real, para sinalização de tabacarias ao público analfabeto (Figura 1). De todo modo, essa especialização não significa dizer que não havia, nas últimas décadas dos oitocentos, lojas de produtos genéricos comercializando cachimbos. Por fim, nota-se que as vendas de cachimbos no Recife oitocentista identificadas nesse levantamento assistemático em periódicos eram todas especializadas e localizadas na ilha Antônio Vaz.

### **CACHIMBOS DE CAULIM DO RECIFE ANTIGO, PERNAMBUCO**

O primeiro povoado colonial no atual bairro do Recife Antigo remonta ao século XVI. Dito como 'cidade-etapa' na economia-mundo por Nascimento (2012), tornou-se o porto mais importante da capitania, escoando para a Europa a maior parte do açúcar então produzido; e, a partir de 1630, quando do incêndio em Olinda, passou a ser também a capital de Pernambuco (Vasconcelos; Sá, 2011). Essa ocupação, aldeia 'Povo', para os neerlandeses, atravessou grandes transformações urbanas no século seguinte, sobretudo sob domínio batavo. Mello, E. (2010 apud Hissa, 2018, p. 239) divide a presença neerlandesa no Nordeste em:



[...] uma fase inicial, de conquista holandesa e resistência luso-brasileira (1630-1637), um período de paz (1638-1645), e a fase final, de guerra e da restauração luso-brasileira (1645-1654). O período de paz, como aponta também Albuquerque (2009), coincide com a presença de João Maurício de Nassau-Siegen como governador do Brasil holandês (1637-1644).

O governo de Nassau teria promovido relativa prosperidade econômica, desenvolvimento urbano e uma convivência social parcialmente pacífica entre holandeses e luso-brasileiros (Albuquerque, 2009; Vainfas, 2016). Entre as transformações urbanas, é importante ressaltar os inúmeros aterramentos expandindo as terras firmes do istmo, que o conformava entre o mar e o rio salgado Beberibe; aplanamento de mangues; construção de pontes; drenagens de camboas; melhorias no porto; saneamento e arborização. Segundo Hissa (2018, p. 240),

Com o tempo, o Recife se estabeleceu como centro comercial e pólo urbano, e a ilha de Antônio Vaz como local de residência dos burgueses ricos e do Conde de Nassau. Enquanto isso, Olinda, a antiga capital, transformou-se em um símbolo para os luso-brasileiros.

Assim, o período da presença holandesa no país persistiu também na imaginação popular do início do século XX nordestino como de “[...] opulência e maior adiantamento artístico, de um passado mais forte e substancial do que o presente de agruras e misérias.” (Puntoni, 2012, p. 31).

Durante o período das investidas holandesas e dos 24 anos da própria ocupação batava em Pernambuco, que se sucedeu, grande número de pessoas veio para a colônia e aqui se instalou permanentemente. Integraram-se, à população brasileira, vários soldados desertores ou já desligados formalmente da *West-Indische Compagnie* (WIC), cujo contingente era formado não somente de despossuídos e refugiados, mas também de pessoas com formação educacional básica e conhecedores de ofícios manuais (Mello, J., 1987; Stols, 2002; Miranda,



Figura 1. Anúncio da tabacaria situada à rua do Imperador, nº 65. Fonte: De festas (1874, p. 3).

2011, 2015). Essas pessoas trouxeram consigo hábitos e celebrações, animais (gatos, gansos, patos e porcos) e objetos de toda sorte, como tecidos e material construtivo; por outro lado, aprenderam muito com os portugueses sobre a vida na colônia e sobre as lavouras, como a do tabaco. Já esses, distintos dos primeiros também na sua simplicidade material doméstica, foram tidos por estrangeiros como preguiçosos, libertinos (tanto homens quanto mulheres), desonestos e cruéis. Segundo uma dessas visões, “[...] em 1666, o comandante francês, senhor de Mondevergue, registrara que os habitantes do Recife ‘viviam com grande licença, gastavam o tempo dormindo e fumando’ e eram muito pobres”. (França, 2012, p. 258).



Trabalhos de escavação e de monitoramento arqueológicos na área do Recife Antigo, realizados entre 1999 e 2002 pelo Laboratório de Arqueologia, do Departamento de História, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), sob a coordenação do Prof. Dr. Marcos Albuquerque, resultaram na descoberta de mais de 1.000 cachimbos de caulim, organizados pela equipe em uma coleção de referência, com 193 peças. O material exumado em análise proveio dos seguintes logradouros: praça Tiradentes, rua Domingos José Martins, avenidas Barbosa Lima, Rio Branco e Alfredo Lisboa, bem como as ruas do Bom Jesus, do Observatório e do Apolo (Figura 2). Considerando-se o histórico dos aterramentos voltados para a expansão dos limites do istmo do Recife (Menezes, 1988), nota-se que a maior parte desses logradouros foi construída por aterramentos realizados a partir dos séculos XVII e XVIII. Contudo, não foi identificada distinção significativa entre os cachimbos importados exumados desses prováveis aterros e os provenientes de provável deposição primária.

De forma geral, trata-se de um acervo de cachimbos de origem majoritariamente holandesa, típica do século XVII, a julgar pela decoração, pelas formas dos forninhos identificados, pela localização das marcas de fabricante (predominantemente nas bases dos pedúnculos), pelos tipos das marcas de fabricante e pela identificação de fabricantes específicos (Figuras 3 e 4). De acordo com Hissa (2018, p. 251), "A sobreposição dos intervalos de produção das marcas identificadas sugere uma maior concentração e uso mais intenso de cachimbos de caulim na área estudada, especialmente entre as décadas de 1630 e 1660 [...]". Nota-se que a maior frequência de tipos é condizente com o período holandês da região (Figura 5). Concluiu-se também que essa coleção apresenta exemplares de boa qualidade e caros à sua época, contudo levemente menos rebuscados e custosos do que os encontrados no Forte Orange, Pernambuco, por exemplo<sup>1</sup>.



Figura 2. Logradouros onde foram identificados fragmentos de cachimbos de caulim: rua do Observatório, rua do Bom Jesus, avenida Alfredo Lisboa, rua Domingos José Martins, avenida Rio Branco, avenida Barbosa Lima, rua do Apolo e praça Tiradentes. Localização geral dos logradouros de onde o material em análise foi exumado. Recife Antigo, Pernambuco. Fonte: plataforma Google Earth (2018).

As decorações incisas, carimbadas e feitas com carretilha são mais frequentes do que as moldadas. São elas: serrilhado na borda do forninho (presente em 54 fragmentos), bandados e vários estilos de decoração bordada (Hissa, 2018). Os moldados identificados apresentaram decoração barroca, rosa Tudor na lateral do forninho e flores de lis em hastes (Figuras 6 e 7).

É importante ressaltar que 27 fragmentos-tipo foram identificados como barrocos, feitos na Holanda a partir do início da década de 1630. Entre os cachimbos produzidos no século XVII, estima-se que menos de 1% era barroco, enquanto o barroco tipo 4 (Jonas), que foi fabricado durante um período mais longo em relação aos demais, representou em torno de 2% da produção. Para o fumante do século XVII, o cachimbo barroco é um item de luxo. Alguns eram adornados com uma decoração fina, a partir de moldes extremamente intrincados (Barroco tipo 1). O cachimbo meticulosamente decorado é seguido por uma

<sup>1</sup> Uma descrição mais detalhada dessa coleção de cachimbos de caulim pode ser encontrada em Hissa (2018).

versão mais simples, que também chegou ao mercado no início da década de 1630 (Barroco tipo 2). O popular cachimbo do Jonas é do tipo barroco 4. Este cachimbo é muito mais comumente referenciado como cachimbo do Jonas, devido à história bíblica entre o profeta e a baleia (ou

serpente). Os modelos mais antigos carregam a inscrição 'IONAS ANNO 1632', feitos em Hoorn, por vezes com um esmalte de chumbo verde, amarelado ou castanho. Foi muito adotado por marinheiros e soldados como símbolo, especialmente entre 1630-1680.

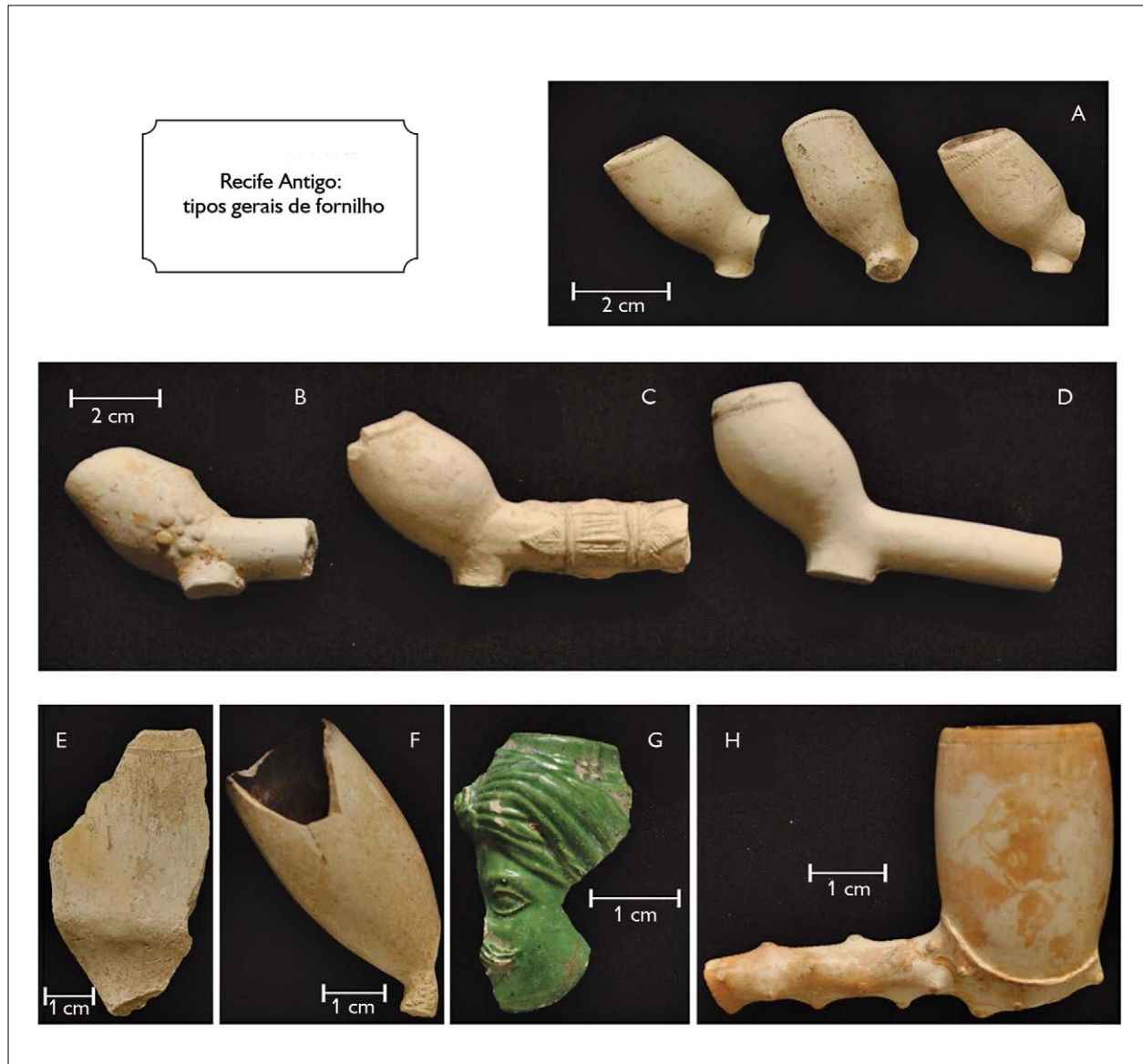


Figura 3. Tipos gerais de forninhos: A) tipo bicônico; B) bicônico com flor moldada na lateral do forninho; C) serrilhado na borda do forninho bicônico e decoração moldada na haste; D) possivelmente inglês, com serrilhado na borda; E) bicônico grande, provavelmente holandês; F) ovoide, holandês, c. 1730-1850 (notar brasão de armas da cidade de Gouda, na lateral do pedúnculo); G) oriundo do século XIX, provavelmente francês; H) oriundo do século XIX (tipo reto), holandês, provavelmente Gouda, c. 1850-1900 (marca de fabricante no cotovelo 'A leiteira'). Recife Antigo, Pernambuco. Fonte: Hissa (2018, p. 245).

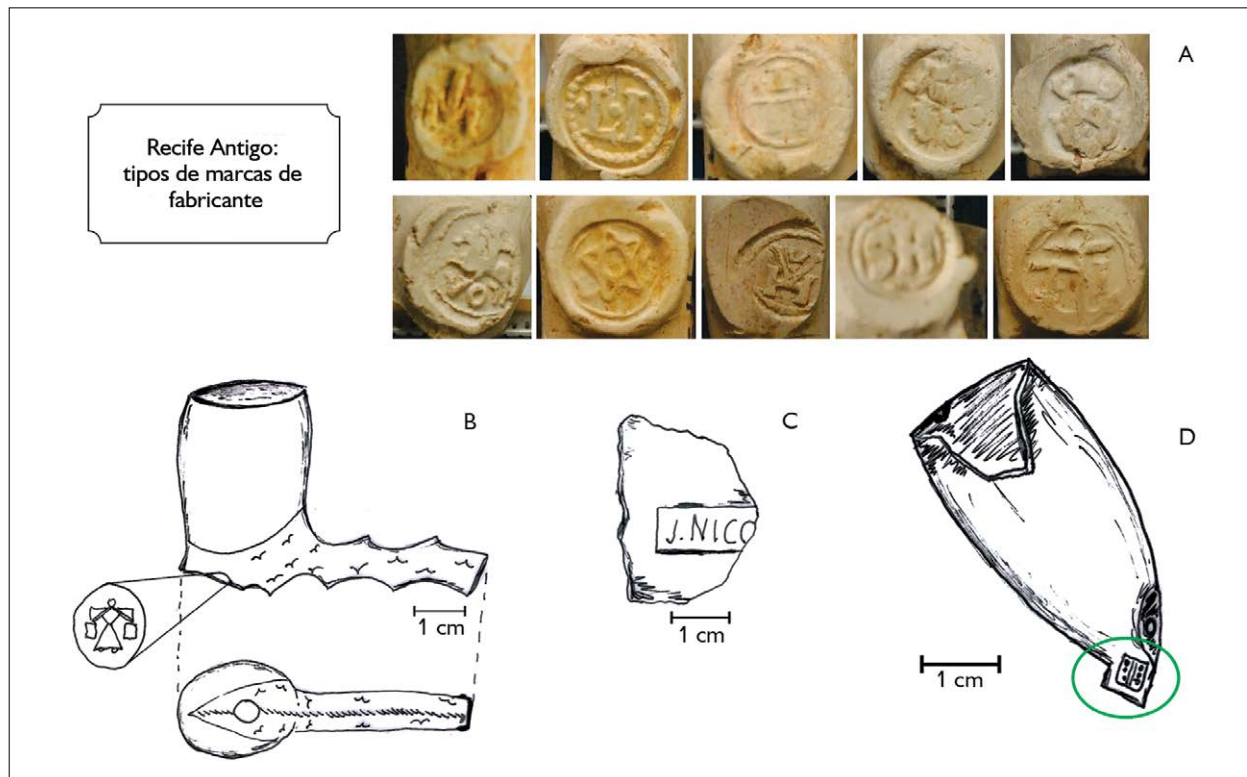


Figura 4. Tipos de marcas de fabricante: A) fotos de vários exemplares de marcas de fabricante, localizadas no pedúnculo; B) marca 'A leiteira', no folheto tipo reto, 1850-1900, Gouda, Holanda; C) 'J. NICOT', provavelmente de Ardenne, Bélgica, em meados do século XIX; D) na lateral do pedúnculo, brasão de armas de Gouda no folheto ovoide, c. 1730-1850. Recife Antigo, Pernambuco. Fonte: Hissa (2018, p. 250).

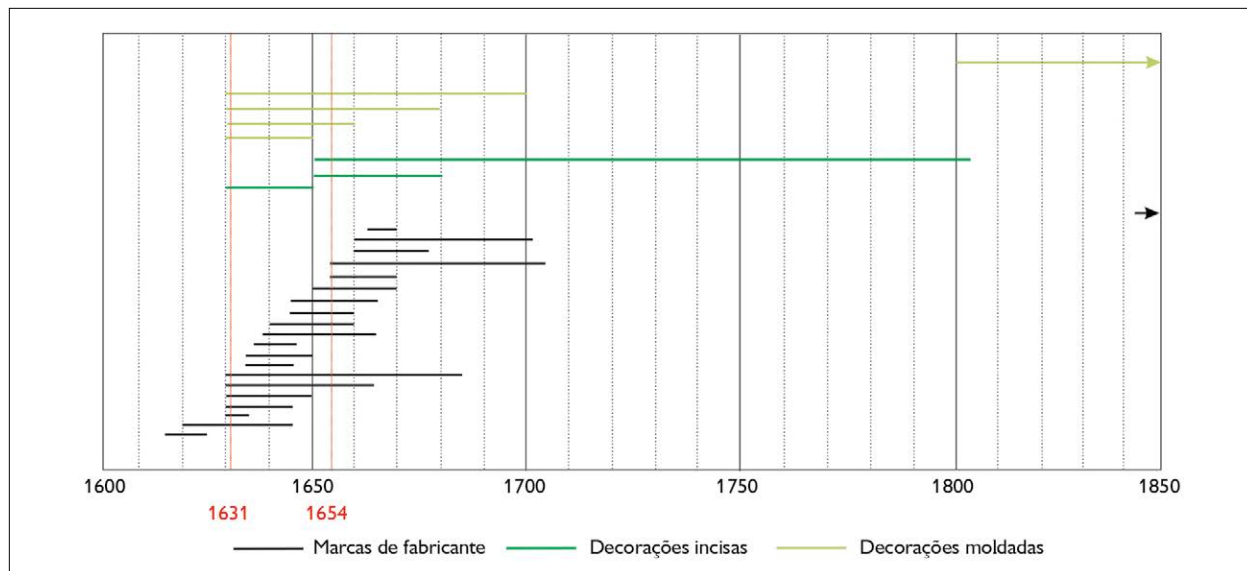


Figura 5. Gráfico do intervalo cronológico, observando-se os tipos decorativos identificados e as marcas de fabricante. As linhas verticais vermelhas apontam o período holandês da região. Recife Antigo, Pernambuco. Fonte: Hissa (2018, p. 252).

Recife Antigo: tipos gerais de decoração moldada

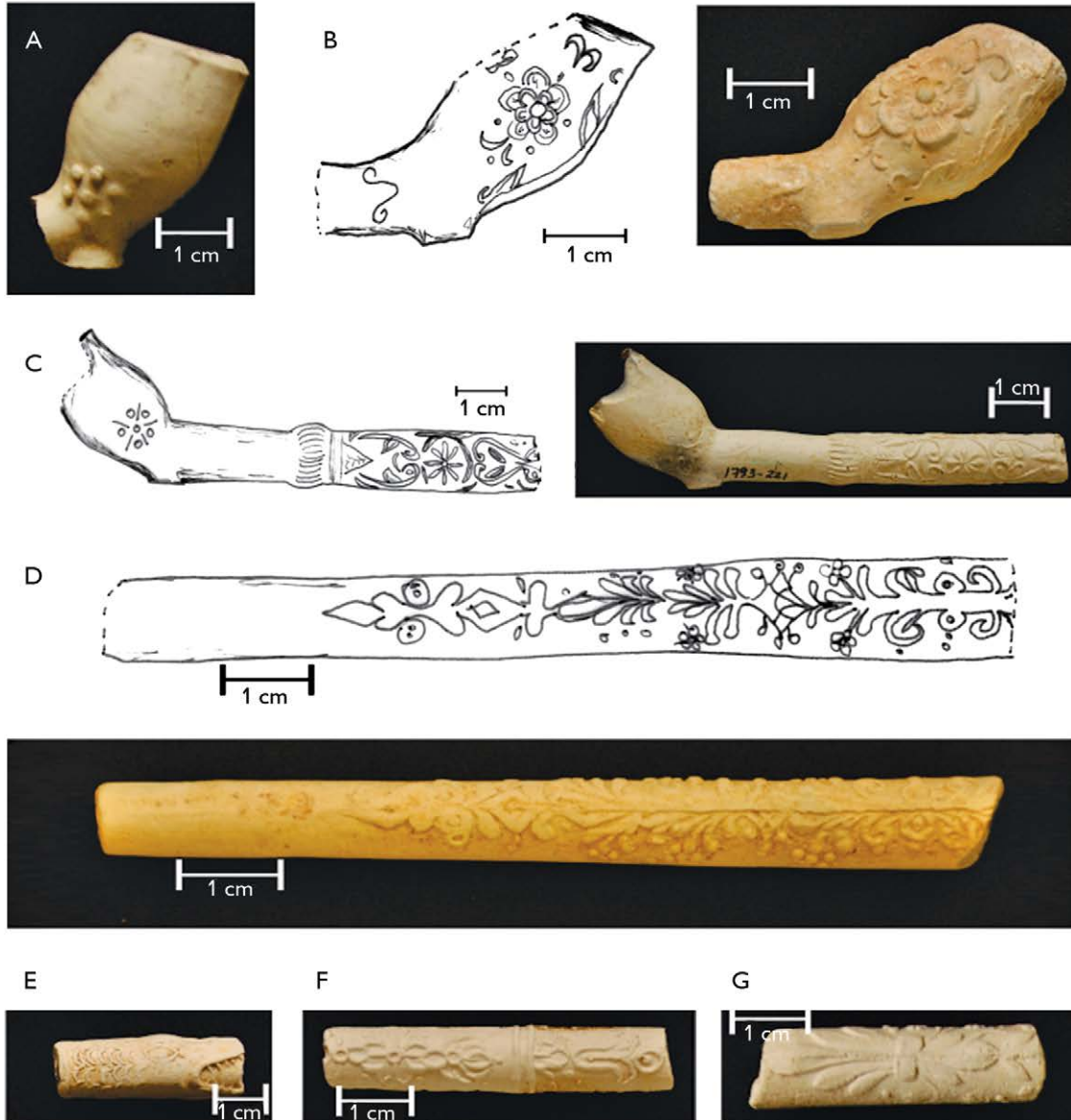


Figura 6. Tipos gerais de decoração moldada: A) rosa Tudor estilizada, na lateral do forninho bicônico; B) florais no forninho bicônico; C) rosa Tudor estilizada, na lateral do forninho bicônico e haste barroca; D) haste barroca; E) zoomorfo na haste; F) floral na haste; G) floral na haste. Recife Antigo, Pernambuco. Fonte: Hissa (2018, p. 248).



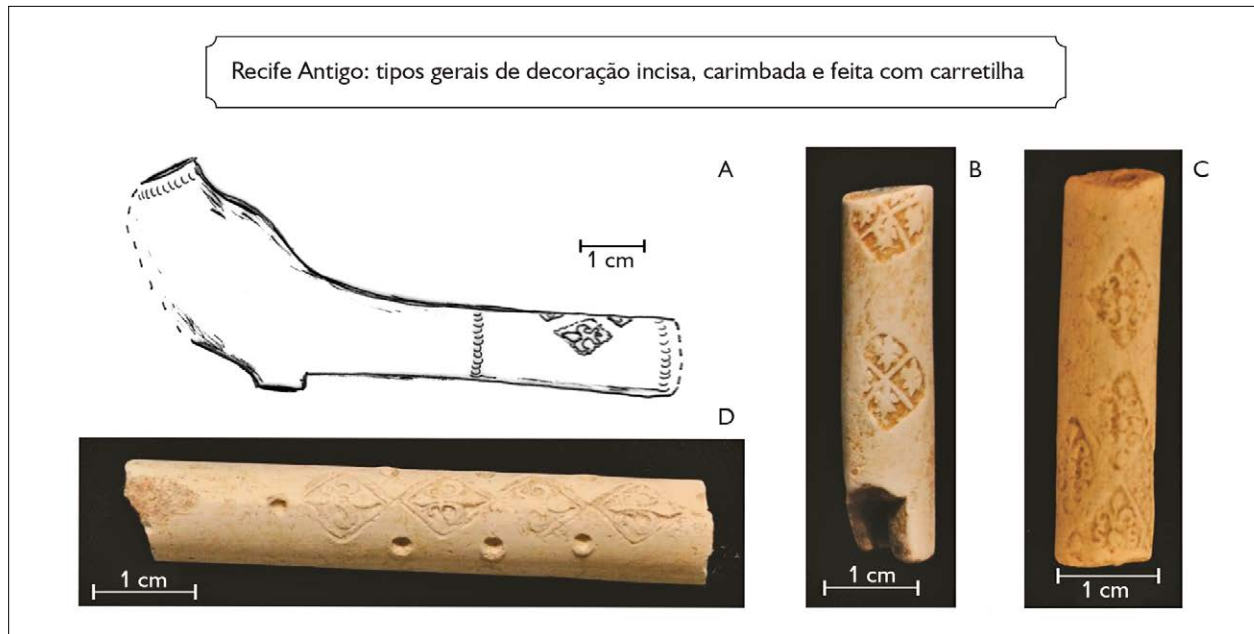


Figura 7. Tipos gerais de decoração incisa, carimbada e feitas com carretilha: A) serrilhado na borda do forninho bicônico, bandas serrilhadas na haste e bordado (cartuchos losangulares circunscrevendo flores de lis); B e C) hastes com decoração bordada: cartuchos losangulares; D) haste bordada (cartuchos losangulares circunscrevendo flores de lis e pontos incisos feitos na pasta fresca). Recife Antigo, Pernambuco. Fonte: Hissa (2018, p. 247).

## CACHIMBOS DE CAULIM DA SÉ PRIMACIAL DE SALVADOR, BAHIA

São Salvador da Bahia de Todos os Santos foi implantada sobre uma escarpa de falha, bem posicionada e protegida do ponto de vista tático. A divisão da cidade em função do relevo expressava também separações sociais e ocupacionais de seus habitantes: na cidade baixa, as atividades comerciais e portuárias, cais, alfândega, armazéns; na cidade alta, edificações religiosas, prédios administrativos e residências abastadas. A Sé Primacial foi construída na parte alta em meados do século XVI. Anos depois, essa edificação foi tomada durante a curta investida holandesa à cidade, entre 1624-1625, e utilizada pelos batavos como posto de defesa, armazém e dormitório dos militares (Peres, 1974). Contudo, o saqueamento da cidade pelos neerlandeses foi malsucedido, e logo a Sé e a urbe voltaram para a normalidade luso-brasileira.

A parte alta da cidade sofreu intensas alterações durante o século XIX, com obras de aterramento que possibilitaram ampliar sua ocupação. A Sé, desde o século XVIII, já perdia influência e, no século seguinte, a freguesia como um todo foi perdendo suas características elitistas. A construção da praça Dona Isabel à frente da Sé, em 1865 (renovada em 1883), e outros eventos implicaram o nivelamento do terreno com material de aterro, o que pode ser visto como uma tentativa de revitalização da área. De todo modo, em 1933, a antiga catedral, já bastante descaracterizada, foi demolida pela prefeitura da cidade, para abrir espaço ao trajeto de um moderno bonde. Assim, “[...] o monstro de pedra e cal voltou a dormir tranquilo no enorme espaço que ocupa no eixo da R. da Misericórdia.”<sup>2</sup> (Santos, 1933; Peres, 1974; Etchevarne, 2001; Liryo, 2003; Rocha, 2007; Carmo; Bastos, 2010; Najjar, 2010; Costa, 2015).

<sup>2</sup> O jornal *A Tarde*, Bahia, de 10/12/1929, menciona pejorativamente a Sé Primacial do Brasil, Salvador, Bahia, como um ‘monstro de pedra e cal’, após sua demolição (Peres, 1974).

Os cachimbos de caulim aqui em análise provieram de escavações arqueológicas realizadas na Sé e imediações, coordenadas pelo Prof. Dr. Carlos Etchevarne (Universidade Federal da Bahia – UFBA), entre 1998-2001, e associadas às comemorações dos 450 anos da cidade. Muitas pesquisas acadêmicas posteriores ao trabalho de campo foram publicadas sobre vários elementos do sítio e o acervo gerado (Costa, 2005, 2015; Etchevarne, 2006; Tavares, 2006; Mendonça; Etchevarne, 2007; Etchevarne et al., 2011; Mendonça, 2012; Barros, E., 2010; Barros, M., 2013).

Somam 230 peças<sup>3</sup>, entre as quais a grande maioria era composta somente por hastes, com somente 13 forninhos (Figura 8). A maior parte dessa coleção (à qual se excetuam somente dois fragmentos vindos dos setores A e B) proveio da área localizada em frente a Sé, denominada de Setor F, o qual é composto por quatro pacotes estratigráficos (Figura 9). Considerando-se o potencial cronológico dos diâmetros dos furos de haste, formas dos forninhos e marcas de fabricante, observou-se a datação dos cachimbos de cada pacote (Hissa, 2018). O pacote 1, mais raso e mais recente,

apresentou cachimbos de caulim produzidos entre os séculos XVII e XVIII, o qual teria sido um nivelamento do terreno para construção da praça Dona Isabel, já no século XIX, utilizando-se, então, de sedimentos que continham artefatos anteriores. Abaixo desse, o pacote 2 incluiu poucos cachimbos de caulim, com intervalo total de produção dos séculos XVII ao XIX. O pacote 3, que continha porções originais do terreno do adro da igreja, apresentou apenas dois desses fragmentos. O pacote 4 era um aterro de cerca de 4 m de profundidade, seccionando os demais estratos, com cachimbos de caulim associados principalmente ao século XVII. Notou-se que há 23 fragmentos do setor F, especialmente dos pacotes 1 e 4, erodidos ou descamados por erosão, alguns provavelmente por água, a julgar pelo arredondamento das arestas. Tais fragmentos possibilitam aventar que esses aterros poderão ter compilado sedimentos originalmente depositados na parte baixa da cidade. A despeito do gigantesco empreendimento que isso significaria, a saber, a movimentação de depósitos sedimentares da cidade baixa à parte alta de Salvador, lembra-se que o trabalho forçado instituído nas lavouras e



Figura 8. Tipos gerais de forninho: A) bicônica, possivelmente inglês; B e C) em formato de funil. Sé Primacial de Salvador, Bahia. Fonte: Hissa (2018, p. 262).

<sup>3</sup> Ressalte-se novamente que os cachimbos do Recife Antigo aqui analisados se referem a uma seleção (a coleção-tipo), enquanto a coleção completa de fragmentos de cachimbos de caulim escavados na Sé foi estudada.

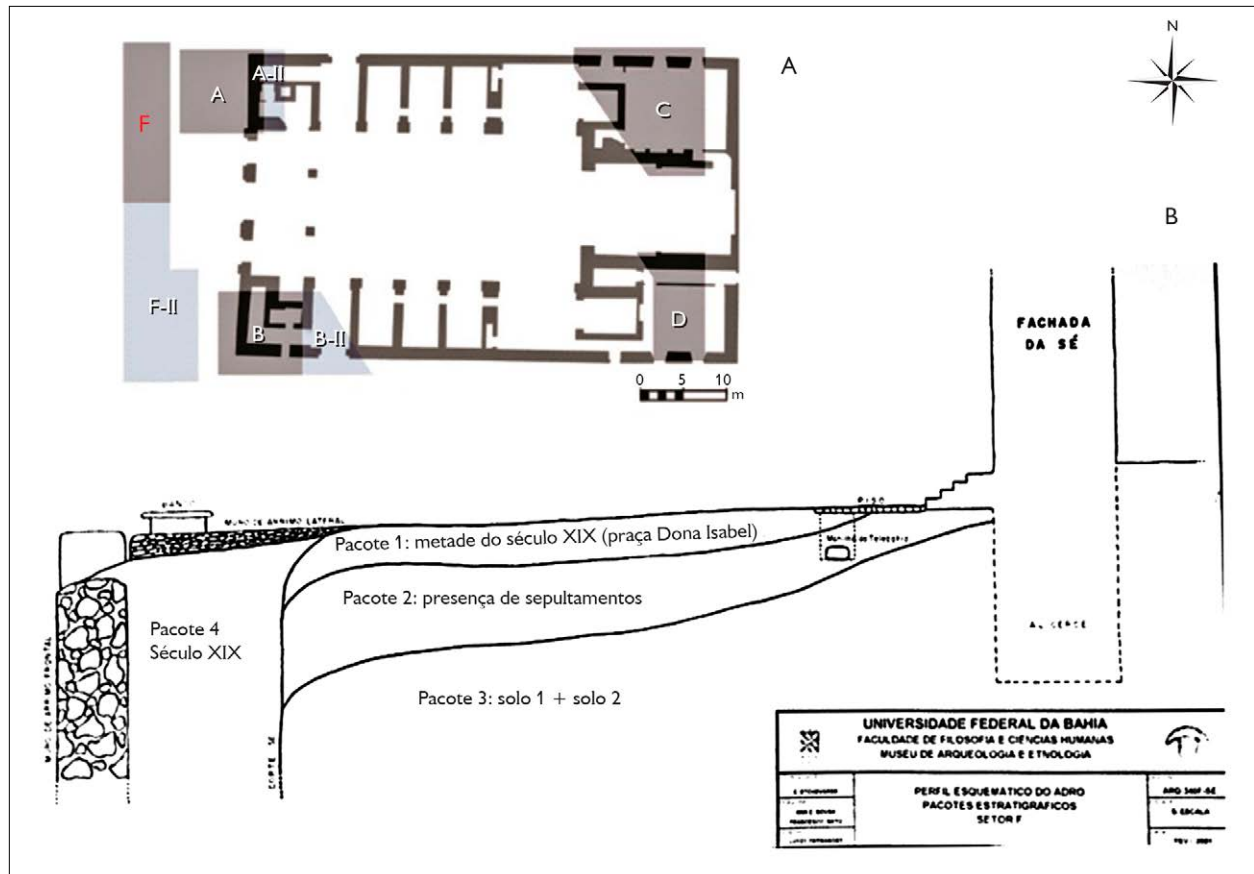


Figura 9. Planta baixa e perfil estratigráfico do sítio: A) distribuição dos setores de escavação sobre a planta da Sé. Notar o setor F, de onde saiu a maior parte dos fragmentos de cachimbos de caulim. Ele corresponde ao adro da igreja, estando, portanto, defronte aos setores A e B; B) disposição geral dos pacotes estratigráficos do adro da Sé. Fonte: Etchevarne (2001). Sé Primacial de Salvador, Bahia. A planta em A foi elaborada por Gentil Marinho, com edições de Carlos Costa. Fonte: Hissa (2018, p. 269-271).

na mineração em tantos lugares da colônia não estaria tão distante desse. Ainda, observando-se a relação entre as datações atribuídas a cada fragmento de cachimbo de caulim e suas profundidades no pacote 4, não foi observado padrão algum, regular ou semirregular, o que sugere a formação do aterro a partir da deposição de material já bastante perturbado, seja ela gradual ou em um único evento.

Foram identificadas marcas de fabricante na haste, no forninho e no pedúnculo (Figura 10). Tal como feito para a coleção do Recife Antigo, a partir de dados cronológicos associados à forma do forninho, marcas de

fabricante e tipos decorativos, a produção dos cachimbos identificados indica o intervalo entre 1600 e 1740. Nota-se que o período avança para o século XVIII, ultrapassando facilmente o breve período holandês de menos de um ano de ocupação da cidade ou mesmo o da ocupação de Pernambuco (Figura 11)<sup>4</sup>.

De modo geral, os cachimbos encontrados no aterro em frente à Sé apresentam tipos decorativos mais simples e mais baratos do que aqueles exumados do Recife Antigo. As decorações moldadas, em especial as barrocas, bastante caras no século XVII, não estão presentes.

<sup>4</sup> Para informações com maior detalhamento acerca das descrições, identificações e datações do material, ver Hissa (2018).

Ainda, em várias peças há alguns indícios associados à má qualidade de produção ou com acabamento simples, como inclusões na pasta, costuras de molde pouco arrematadas, esmagamento da haste, furo da haste mal centralizado e bandas anelares e serrilhados sobrepostos na borda do forninho ou haste. É como se houvesse uma diminuição progressiva do rebuscamento decorativo e dos preços, à medida que a presença militar batava se

rarefaz, no tempo e no espaço. Por outro lado, há também decorações elaboradas, como o bordado, e indícios de bom acabamento de superfície, como polimento e pontos moldados na lateral do pedúnculo<sup>5</sup>. Assim, fica evidente que se trata de uma coleção formada por exemplares que apresentam, em geral, qualidade e custo de medianos a baixos, considerando-se as várias nuances do mercado de cachimbos holandeses (Figura 12).

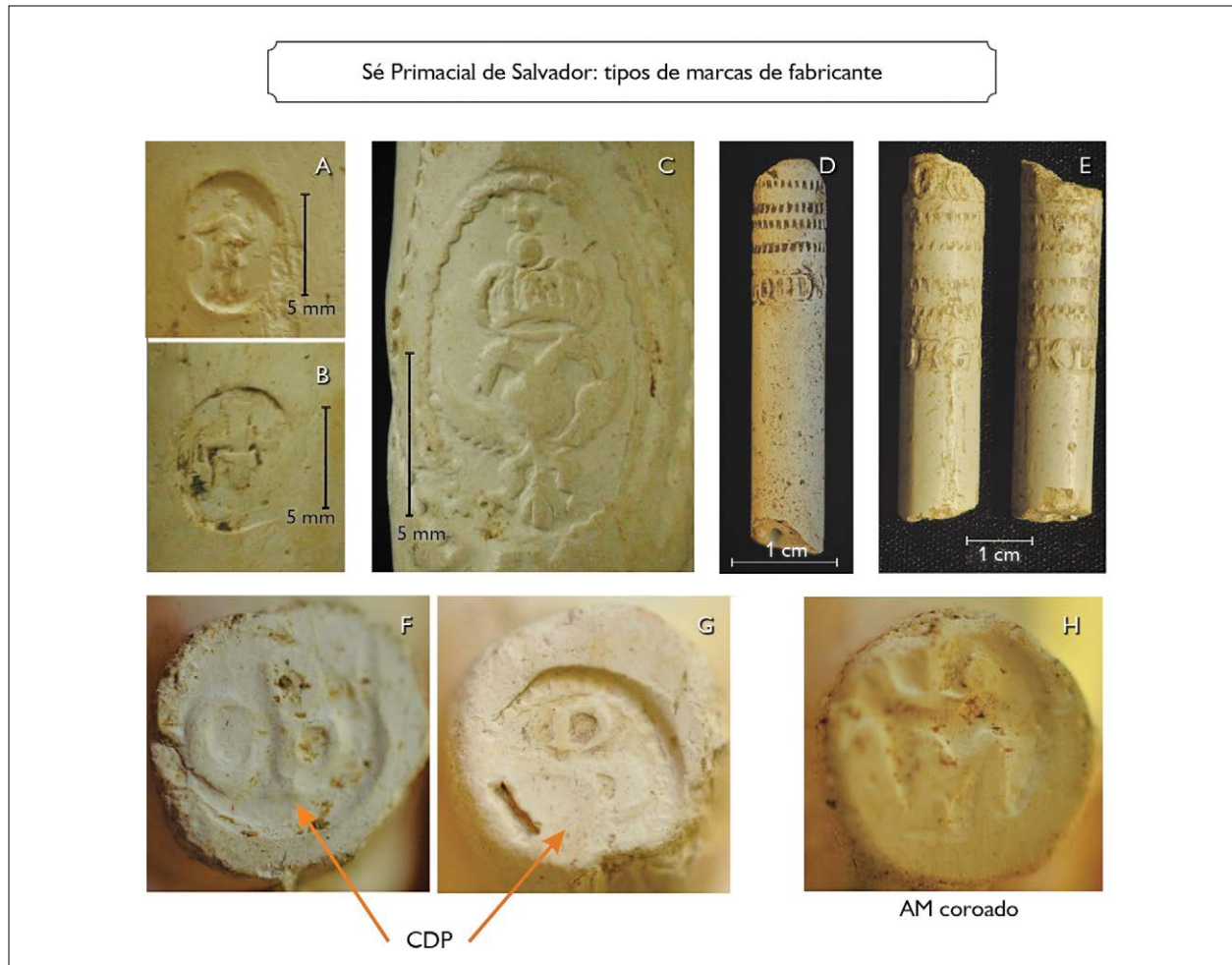


Figura 10. Tipos de marcas de fabricante: A) Davi e Golias, Gouda, século XIX; B) não identificado; C) águia bicéfala, Gouda, fins do século XVII-início do XVIII; D) inscrição 'INGOUDA', 1730-1790; E) inscrição 'EORS?' e '\*BURGKL\*', Gouda, meados do século XVIII; F e G) CDP; H) AM coroadado. Sé Primacial de Salvador, Bahia. Fonte: Hissa (2018, p. 268).

<sup>5</sup> O ponto moldado na lateral do pedúnculo pode ser um indicador de melhor qualidade, sendo, entretanto, pouco estudado (Dallal, 1990). A coleção da Sé conta com dois forninhos com círculo em alto relevo moldado na lateral próxima ao pedúnculo.



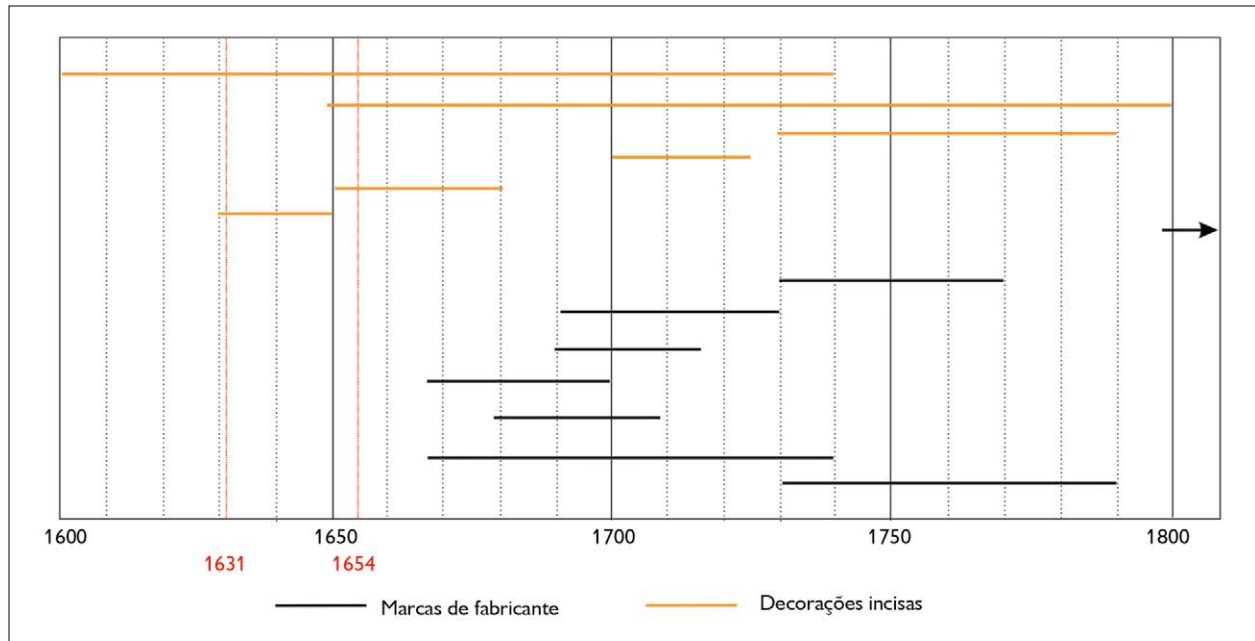


Figura 11. Gráfico do intervalo cronológico dos tipos decorativos identificados. As linhas verticais vermelhas apontam o período holandês da região. Sé Primacial de Salvador, Bahia. Fonte: Hissa (2018, p. 277).



Figura 12. Tipos gerais de decoração. Decoração incisa, carimbada e feita com carretilha: A) serrilhado na borda do forninho; B) à direita, torção moldada com banda anelar (serrilhado), 1º quartel do século XVIII; C) torção moldada com banda anelar (serrilhado), 1º quartel do século XVIII; D) banda anelar com serrilhados e perolados, 1ª metade do século XVIII; E) conjunto de flores de lis e banda anelar (serrilhado); F) bandas anelares em serrilhado e zigue-zagueado; G) bandas anelares em zigue-zagueado, 1ª metade do século XVIII; H) torção moldada e banda anelar (serrilhado), decoração típica do 1º quartel do século XVIII (notar marca de fabricante carimbada – águia bicéfala coroada, a ser discutida adiante – e as marcas de reciclagem – seta azul); I) bandas anelares, em círculos e serrilhado, 1ª metade do século XVIII. Sé Primacial de Salvador, Bahia. Fonte: Hissa (2018, p. 263).

## ARREMATES

Após essa visão geral de duas coleções urbanas de cachimbos de caulim no Nordeste brasileiro, é necessário oferecer alguns arremates que possibilitem conectar os elementos descritos, traçar possíveis significados e, até mesmo, indicar questões para discussões futuras. Ressalto, ainda, a minha ciência de que as amarrações aqui esboçadas se baseiam apenas em pequenas amostras, sendo insensato inferir de forma absoluta os hábitos das cidades do Recife e de Salvador como um todo. Mas arrisquemos.

Observamos que os cachimbos de caulim do Recife Antigo são holandeses em sua esmagadora maioria e que sua cronologia é majoritariamente condizente com a ocupação de Pernambuco no século XVII. Mesmo sendo o cachimbo neerlandês o objeto do fumo mais popular nos séculos XVII e XVIII na Europa, inclusive em Portugal, ele não perdura muito após a retirada batava. Estimamos também que os depósitos dos quais eles provieram referem-se tanto a material de aterro quanto a provável descarte primário. Disso decorre que seus fumantes estariam principalmente circunscritos cronologicamente à ocupação neerlandesa da cidade, e que ao menos parte dos cachimbos referentes ao século XVII aqui analisados está relacionada a um fumo *in loco*, no istmo do Recife. Esse cenário permite quatro interpretações, possivelmente concomitantes. Em uma primeira, aqueles homens simples que fumavam o cachimbo holandês eram luso-brasileiros que aparentemente não adotaram o cachimbo de caulim holandês, após a expulsão do batavo. Em uma segunda interpretação, os fumantes luso-brasileiros desses cachimbos passaram a utilizar outro local da cidade. Em uma terceira, os fumantes que deixaram aqueles cachimbos neerlandeses do século XVII eram os próprios ocupantes e se foram com a retirada holandesa. No quarto cenário, esses fumantes do século XVII eram marinheiros e/ou comerciantes estrangeiros de várias outras nacionalidades, os quais também partiram naquele momento. Considerando-se que o intervalo de produção de grande parte desses cachimbos coincide com a ocupação batava, o mais provável é que seus usuários eram os

holandeses. E, de fato, ainda hoje, os cachimbos brancos são comumente referidos no Recife como 'dos' batavos.

Por outro lado, nota-se que alguns dos tipos decorativos moldados mais caros do século XVII não foram encontrados no Recife Antigo, como estão no Forte Orange, descritos em Hissa (2018). Mesmo a amostra estudada sendo pequena e tipológica, é possível inferir que se trata de cachimbos levemente mais simples que os escavados na dita fortificação. Lembra-se que a ilha de Antônio Vaz foi referida como local de residência de holandeses burgueses ricos, enquanto o Recife Antigo, local de comércio e de gentes simples. Possivelmente, essa diferença estética e de preço observável entre os cachimbos do forte, onde havia oficiais de primeira linha, e os do Recife, poderá ser explicada pelo fato de residirem e circularem pessoas de menos posses nessa parte da cidade:

Resta saber se a ilha de Antônio Vaz apresenta cachimbos barrocos e demais cachimbos holandeses refinados. Interessante também será observar quais objetos do fumo guarda Olinda, enquanto localidade que agrupava a elite dos grandes fazendeiros luso-brasileiros. (Hissa, 2018, p. 257).

Já os cachimbos exumados dos aterros à frente da Sé de Salvador não se referem a descarte primário após um fumo *in loco*, nem da ocupação holandesa da igreja entre 1624-1625, nem do seu uso como posto defensivo espanhol e português em 1638, mas a refugio deslocado (South, 1977). São também cachimbos de qualidade e com preços medianos a baixos, dentro do espectro de cachimbos holandeses. É possível que tenham sido utilizados pela própria elite da parte alta da cidade, de modo que cachimbos considerados na Europa de pouca notabilidade e *status* tenham sido consumidos aqui sob outra valoração. Contudo, é curioso que os cachimbos de caulim barrocos estejam ausentes logo na cidade de Salvador, onde a arquitetura religiosa em voga ostenta intrincados elementos desse estilo. Além disso, tendo em vista sua relativa simplicidade decorativa, imagina-se também a possibilidade de que tenham sido utilizados por

marinheiros, estivadores, comerciantes, viajantes, entre outros, que teriam mais fácil acesso ao objeto importado em tempos de pacto colonial entre Brasil e Portugal. A isso se somam os mencionados fragmentos erodidos pela ação da água e a possibilidade de que os aterros e os cachimbos neles contidos possam ter vindo, ao menos parcialmente, da parte baixa de Salvador, onde tais pessoas habitavam e a percorriam mais frequentemente. De todo modo, a coleção da Sé é claramente composta de cachimbos fumados durante e principalmente depois da presença holandesa em Salvador e no Nordeste como um todo. Ainda que produzidos na Holanda, não se referem ao período da ocupação holandesa do Nordeste brasileiro e ao uso militar batavo. Enquanto a ocupação holandesa em Pernambuco foi longa e com marcas profundas, que persistem até hoje, a de Salvador foi curta e improfícua. E se no Recife os cachimbos setecentistas feitos na Holanda são 'de holandês', em Salvador, seriam somente holandeses.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, o estudo dos cachimbos de caulim, a partir da identificação das marcas de fabricante, da morfologia do forninho e da decoração geral da peça, oferece grande potencial para datação de sítios e estratos arqueológicos, mesmo os que foram revolvidos ou deslocados. O local de feitura desses produtos também pode ser aferido por meio dos mesmos atributos anteriormente citados. Assim, as discussões que podem ser viabilizadas a partir da identificação da proveniência e do intervalo de produção são várias. A circulação de produtos industrializados no mercado fumageiro global é a que se coloca já de início. É necessário discutir a maneira pela qual, do 'como' em sentido amplo, tais *commodities* chegaram ao território hoje brasileiro; quem os trouxe e em que contexto. Além disso, importa discutir elementos sociais e culturais que o envolvem, mesmo esse objeto sendo industrializado, como quais teriam sido as categorias sociais e/ou ocupacionais que (mais) adotaram esses cachimbos importados ou

onde, na cidade, eles o teriam (mais) utilizado, podendo afastar-se da busca de padrões e chegar a questões cada vez mais particulares ou eventuais.

Assim, consciente de serem apenas proposições, essas são aqui sugeridas a partir de dados históricos, localização das peças arqueológicas nas cidades e elementos formais, cronológicos e de custo inferido dessas peças. A compreensão dos fumadores dos cachimbos encontrados à frente da Sé e nas ruas do Recife Antigo vai aproximadamente no mesmo sentido, a de vinculá-los a categorias sociais e ocupações de ofícios associados ao mar. Os do Recife, de fato, poderão estar associados aos batavos em trânsito na urbe, soldados e oficiais de baixas a médias patentes, mesmo que não exclusivamente. Outros marinheiros, como também comerciantes, em circulação na cidade poderão tê-los usado e descartado. Já os da Sé, apesar de serem produtos holandeses, pela sua cronologia já não podem ser diretamente associados aos batavos militares e ocupantes. De atribuição mais complexa, sobre os modestos cachimbos encontrados, pensa-se tentativamente nos homens do mar e comerciantes, novamente, mas deixando em aberta a possibilidade do seu uso pelas elites, sob nova valoração.

### AGRADECIMENTOS

Agradeço à prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Tania Andrade Lima (Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro); ao prof. Dr. Marcos Albuquerque (Universidade Federal de Pernambuco) e à equipe do Laboratório de Arqueologia; ao prof. Dr. Carlos Etchevarne (Universidade Federal da Bahia); ao prof. Dr. Luydy Fernandes (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia) e ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia; ao prof. Dr. Bruno Miranda (Universidade Federal Rural de Pernambuco); à prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Hannede Van Nederveen Meerkerk (*Monuments of the Dutch West India Company Foundation*); ao prof. Dr. David Higgins (Universidade de Liverpool); a Jan Van Oostveen e a Igor Rodrigues, que, de formas distintas, deram apoio a esta pesquisa.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Marcos. Arqueologia do Forte Orange. **DaCultura**, Brasília, ano 9, n. 15, p. 37-47, 2009.
- BARROS, Evânia Lima. **Cachimbos da Sé de Salvador**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia) – Universidade do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2010.
- BARROS, Maria de Fátima Pombo. **Cachimbos de caulim do sítio arqueológico Praça da Sé**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia) – Universidade do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2013.
- CARMO, Alane Fraga do; BASTOS, Débora Bacelar. Pesquisa histórica e arqueologia. In: NAJJAR, Rosana (org.). **Arqueologia do Pelourinho**. Brasília: Programa Monumenta: IPHAN, 2010. p. 33-55.
- COSTA, Carlos Alberto Santos. A Sé primacial do Brasil: uma perspectiva histórico-arqueológica. **Resgate da Memória**, Salvador, ano 2, n. 4, p. 3-25, 2015.
- COSTA, Carlos Alberto Santos. Materiais construtivos do sítio da primeira catedral do Brasil: modelos de estudo para telhas, tijolos, cravos e azulejos aplicados aos materiais do sítio da antiga igreja da Sé, Salvador, Bahia. **Clio Arqueológica**, Pernambuco, v. 2, n. 19, p. 43-78, 2005.
- DALLAL, Diane. **Appendix F: pipe analysis**. [S.l.], 1990. Hanover Square Report. Disponível em: [http://s-media.nyc.gov/agencies/lpc/arch\\_reports/122.pdf](http://s-media.nyc.gov/agencies/lpc/arch_reports/122.pdf). Acesso em: 11 mar. 2016.
- DE FESTAS. **Jornal do Recife**, Recife, ano 17, n. 267, p. 3, 28 nov. 1874. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/705110/per705110\\_1874\\_00267.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/705110/per705110_1874_00267.pdf). Acesso em: 3 maio 2019.
- ETCHEVARNE, Carlos; COSTA, Carlos; TAVARES, Aurea. Arqueologia nas cidades coloniais portuguesas, o exemplo de Salvador. In: ETCHEVARNE, Carlos; PIMENTEL, Rita (org.). **Patrimônio arqueológico da Bahia**. Salvador: SEI, 2011. p. 77-92. (Série Estudos e Pesquisas, n. 88).
- ETCHEVARNE, Carlos. Aspectos da cerâmica colonial do século XVII, em Salvador, Bahia. **Clio Arqueológica**, Pernambuco, v. 1, n. 20, p. 53-79, 2006.
- ETCHEVARNE, Carlos. **Sítio Antiga Igreja da Sé**. Relatório final da segunda etapa do plano de intervenção arqueológica. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2001.
- FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **A construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII**: antologia de textos, 1591-1808. Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: UNESP, 2012.
- HISSA, Sarah de Barros Viana. **O petyn no cachimbo branco**: arqueologia e fumo nos séculos XVII ao XIX. 2018. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- HISSA, Sarah de Barros Viana; LIMA, Tania Andrade. Cachimbos europeus de cerâmica branca, séculos XVI ao XIX: parâmetros básicos para análise arqueológica. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 225-268, maio/ago. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02672017v25n0209>.
- HUME, Ivor Noël. **A guide to the artifacts of colonial America**. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2001.
- LIRYO, Andersen. **Saúde bucal em indivíduos sepultados no sítio arqueológico 'Igreja da Sé', Salvador**. 2003. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- MARCONDES, Renato Leite. O mercado brasileiro do século XIX: uma visão por meio do comércio de cabotagem. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 142-166, jan./mar. 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572012000100009>.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **O Brasil holandês**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte de Brasil. Recife: Massangana, 1987.
- MENDONÇA, Teresa Cristina de Souza. **Nuances da vida e da morte no cotidiano da cidade de Salvador da Bahia seiscentista**: a busca de evidências em um estudo paleobiológico. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012.
- MENDONÇA, Teresa Cristina de Souza; ETCHEVARNE, Carlos. Evidências arqueológicas da saúde bucal em dois grupos populacionais da Salvador colonial. **Revista Argentina de Antropologia Biológica**, Argentina, v. 9, n. 2, p. 7-28, 2007.
- MENEZES, José Luiz Mota. **Atlas histórico-cartográfico do Recife**. Recife: Massangana, 1988.
- MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. Doentes e incapazes para marchar: vida e morte no exército da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais no Nordeste do Brasil, 1630-1654. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 337-353, abr./jun. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702015000200003>.
- MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. Sobre os que fazem a guerra: migração, origem e perfil social dos soldados do exército da companhia das índias ocidentais (1630-1654). **Clio: revista de pesquisa histórica**, Recife, v. 29, n. 2, p. 1-32, jul./dez. 2011.
- NAJJAR, Rosana. Compra-se aterro! Um novo olhar sobre o Centro Histórico de Salvador. In: NAJJAR, Rosana (org.). **Arqueologia do Pelourinho**. Brasília: Programa Monumenta: IPHAN, 2010. p. 266-279.

- NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. Entre os rios e o mar aberto: Pernambuco, os portos e o Atlântico no Brasil holandês. *In*: VIEIRA, Hugo Coelho; GALVÃO, Nara Neves Pires; SILVA, Leonardo Dantas (org.). **Brasil holandês: história, memória e patrimônio compartilhado**. São Paulo: Alameda, 2012. p. 193-222.
- PERES, Fernando da Rocha. **Memória da Sé**. Salvador: Macunaíma, 1974.
- PUNTONI, Pedro. No tempo dos flamengos: memória e imaginação. *In*: VIEIRA, Hugo Coelho; GALVÃO, Nara Neves Pires; SILVA, Leonardo Dantas (org.). **Brasil holandês: história, memória e patrimônio compartilhado**. São Paulo: Alameda, 2012. p. 31-46.
- ROCHA, Heliana Faria Mettig. **Visualização urbana digital: sistema de informações geográficas e históricas para o bairro do Comércio**, Salvador. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2007.
- RUSSELL-WOOD, John. **Histórias do Atlântico português**. São Paulo: UNESP, 2014.
- SANTOS, Manuel Mesquita. **A Sé Primacial do Brasil**. Salvador: Gráfica da Bahia, 1933.
- SCHOFIELD, John. Recent approaches in urban archaeology. *In*: SCHOFIELD, John; LEECH, Roger (ed.). **Urban archaeology in Britain**. London: The Council for British Archaeology, 1987. p. 1-8. (Research Report, n. 61).
- SOUTH, Stanley. **Method and theory in historical archeology**. New York: Academic Press, 1977.
- STASKI, Edward. Advances in urban archaeology. *In*: SCHIFFER, Michael B. (ed.). **Advances in archaeological method and theory**. New York: Academic Press, 1982. v. 5, p. 97-149.
- STOLS, Eddy. Flamengos, holandeses e a sua aprendizagem na escravidão, séculos XVI e XVII. *In*: PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, Carla Maria Junho (ed.). **O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX**. São Paulo: Annablume, 2002. p. 41-61.
- SUDBURY, Byron; GERTH, Ellen. The Jacksonville 'blue China' shipwreck (Site BA02): clay tobacco pipes. *In*: STEMME, Greg; KINGSLEY, Sean A. (ed.). **Oceans Odyssey, 2: underwater heritage management e deep-sea shipwrecks in the English Channel & Atlantic Ocean**. Oxford, UK: Oxbow Books, 2011. p. 1-23. (Odyssey Marine Exploration Papers, 2).
- SYMANSKI, Luís. Arqueologia de contrato em meio urbano no Brasil: algumas reflexões. **Habitus: revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, Goiás, v. 1, n. 1, p. 141-146, 2003.
- TAVARES, Aurea Conceição Pereira. **Vestígios materiais nos enterramentos na antiga Sé de Salvador: posturas das instituições religiosas africanas frente à igreja católica em Salvador no período escravista**. 2006. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2006.
- VAINFAS, Ronaldo. Tempo dos flamengos: a experiência colonial holandesa. *In*: FRAGOSO, João; GOUVÊIA, Maria de Fátima. **O Brasil colonial: 1580-1720**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. v. 2, p. 227-265.
- VASCONCELOS, Thatiana Lima; SÁ, Lucilene Antunes Correia Marques de. A cartografia histórica da região metropolitana do Recife. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 1., 2011, Paraty. **Anais [...]**. Paraty, 2011. p. 1-20.



# Musealização da natureza e *branding parks*: espetacularização, mitificação ou sustentabilidade?

## Musealization of nature and branding parks: spectacularization, mythification, or sustainability?

Charles Narloch<sup>1</sup>  | Deusana Maria da Costa Machado<sup>1</sup>  | Teresa Scheiner<sup>1</sup> 

<sup>1</sup>Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

**Resumo:** A implantação e a musealização de parques e de áreas de proteção ambiental não são processos de construção simbólica absoluta, isentos de contradições. Como ocorre nos procedimentos de patrimonialização, o método que justifica escolhas ou estabelece hierarquias é sempre restrito ao olhar específico, especializado e temporal. Como um fio condutor preconcebido, a proteção e a comunicação do espaço direcionam a determinadas percepções, normalmente fragmentadas. Não são procedimentos neutros, já que carregam valores, conhecimentos e paradigmas dos responsáveis por esses movimentos. Raramente levam à divergência de percepções, tendendo à homogeneização de um pensamento formalmente aceito em determinado espaço-tempo, nem sempre contextualizado sob suas tensões e potencialidades originais. Este artigo propõe discutir algumas questões que permanecem atuais, e que geram desconforto nos processos de proteção e de musealização de parques, áreas, territórios e paisagens associados às políticas de preservação ambiental ou de patrimônio natural. Entre essas questões, destacam-se as noções de espetacularização, mitificação, sustentabilidade e *branding*. É possível musealizar a natureza ou apenas a paisagem? O que distingue esses dois conceitos? Para tentar responder a essa e outras questões, são apresentadas aproximações e distinções ético-filosóficas, associadas aos processos de preservação ambiental e de patrimônio integral, sob a perspectiva de sua epistemologia histórica.

**Palavras-chave:** Musealização. Natureza. Paisagem. Espetacularização. Sustentabilidade.

**Abstract:** The creation and musealization of parks and environmental protection areas are not absolutely symbolic constructive processes without contradictions. As with the case of public heritage, the methods to justify choices or establish hierarchies are always restricted to the specific, specialized, and temporal gaze. As a preconceived understanding which permeates the entire process, the protection and communication of space guide certain perceptions which are usually fragmented. These are not neutral procedures, since they carry with them values, knowledge, and paradigms. Rarely do they lead to the divergence of perceptions; rather, they tend to homogenize one formally accepted thought in a certain space and time, which is not always contextualized against its original tensions and potentialities. This article discusses issues that remain current and create discomfort in the processes of protecting and musealization of parks, areas, territories, and landscapes associated with environmental preservation or natural heritage policies. Notable among these issues are the notions of spectacularization, mythification, sustainability, and branding. Can nature be musealized, or only the landscape? What distinguishes these two concepts? In an attempt to answer these and other questions, ethical-philosophical approaches and distinctions are presented, along with the processes of environmental preservation and full heritage, from the perspective of their historical epistemology.

**Keywords:** Musealization. Nature. Landscape. Spectacularization. Sustainability.

---

NARLOCH, Charles; MACHADO, Deusana Maria da Costa; SCHEINER, Teresa. Musealização da natureza e *branding parks*: espetacularização, mitificação ou sustentabilidade? **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 3, p. 981-1001, set.-dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000300015>.

Autor para correspondência: Charles Narloch. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Avenida Pasteur, 458, Urca. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP 22290-240 (charles@narloch.com; charles.narloch@mctic.gov.br).

Recebido em 02/10/2018

Aprovado em 29/04/2019





## INTRODUÇÃO

Quando o meio ambiente, como Natureza-espetáculo, substitui a Natureza histórica, lugar de trabalho de todos os homens, e quando a Natureza cibernética ou sintética substitui a Natureza analítica do passado, o processo de ocultação do significado da história atinge o seu auge. (Santos, 1992, p. 102, grifos do autor).

Em janeiro de 2016, o jornal *The Globe and Mail*, do Canadá, trouxe uma polêmica sobre o projeto de instalação de um monumento de 24 metros de altura, denominado *Mother Canada*, no *Cape Breton Highlands National Park*. O título resumia o tom: “A disneyficação dos parques nacionais do Canadá”. A reportagem incluía a opinião de Kevin Van Tighem, aposentado que havia atuado como superintendente de um dos parques, e um dos 28 gestores e ex-gestores que protestaram contra o projeto. Segundo Tighem, os parques do Canadá não estariam sendo valorizados pelo que são, e cada vez mais eram tratados como “[...] matéria-prima a ser transformada por meio de um conjunto de atrações turísticas e pacotes de *marketing* padrão Disney”. Para o ex-superintendente, seria como se “[...] a natureza não fosse mais suficiente” (MacGregor, 2016, tradução nossa).

O monumento pretendia ‘eternizar’ a memória dos canadenses que lutaram nas guerras e não voltaram, razão

pela qual a ‘Mãe Canadá’ seria representada por uma figura feminina, de braços estendidos. Com o monumento, havia planos de instalação de um restaurante, um estacionamento e um ‘centro de interpretação’. A ideia, respaldada pelo governo, partiu de um empresário local, mas acabou dividindo opiniões, considerando-se seu impacto à paisagem. Com a polêmica, o monumento não foi implementado, mas apenas por ora, já que um fundo privado foi criado para sua viabilização no futuro. Para além da proposta do monumento, a matéria associava o tema da ‘disneyficação’ ao crescente uso dos parques nacionais canadenses para atividades de *glamping*<sup>1</sup> e à ampliação da infraestrutura para o turismo, por meio de estações de esqui, passarelas de vidro do tipo *skywalk* e propostas de uso dos lagos congelados para instalação de barracas para pernoite.

O episódio do Canadá não é um fato isolado, e ilustra parte das questões que alimentam os debates acerca das relações entre patrimônio, museu e sociedade. Embora se trate de um tema que vem sendo discutido desde o século XIX, sua problematização intensificou-se especialmente a partir da década de 1970, com o advento da Nova Museologia, e permanece atual. Sob esta mesma problemática, se estabelecem proximidades entre as expectativas de preservação ambiental e de valorização do patrimônio integral<sup>2</sup>. Por meio de suas

<sup>1</sup> O termo *glamping* surgiu da fusão entre as palavras *glamour* e *camping*. Trata-se de uma ‘tendência’ mundial para o turismo de contemplação da natureza. No Brasil, o *glamping* vem sendo destacado pela mídia como alternativa de lazer destinada a aqueles que desejam contemplar a natureza sem abrir mão do luxo e do conforto, e sem se importar em pagar as altas tarifas que se aplicam a esse serviço.

<sup>2</sup> O entendimento sobre ‘patrimônio integral’ remonta à década de 1950, quando já se considerava a necessidade de adoção de práticas integradas de proteção do ambiente cultural e natural, em sua relação com a sociedade (Scheiner, 1998). Por sua vez, a noção de ‘museu integral’ parece ter surgido no âmbito teórico da Museologia em 1972, como decorrência da Mesa Redonda de Santiago do Chile, organizada pelo *International Council of Museums* (ICOM). O evento reuniu especialistas em desenvolvimento social e econômico, de diversas formações, para discutir, com museólogos da América Latina, o papel social dos museus e da Museologia. Após as conferências dos convidados e os consequentes debates, foram apresentados os princípios que reiteram o papel dos museus no desenvolvimento humano, recomendando que “[...] os temas, coleções e exposições estejam inter-relacionados entre si e com o meio ambiente humano, tanto o natural como o social” (Mesa..., 2012, p. 85). Neste sentido, o ‘museu integral’ seria aquele que procura apresentar uma visão integral do seu ambiente natural e cultural (Mesa..., 2012, p. 29), e que se percebe como ‘parte integrante’ da sociedade, ao “[...] participar da formação da consciência das comunidades que atende” e ao “[...] incentivá-las a agir, situando suas atividades em um contexto histórico para ajudar a identificar problemas contemporâneos; ou seja, ligando o passado ao presente, comprometendo-se com mudanças estruturais em curso e provocando outras mudanças dentro de suas respectivas realidades nacionais” (Mesa..., 2012, p. 116). O ‘museu integral’ não se restringe, portanto, à musealização do conjunto patrimonial de um dado território ou à ênfase ao trabalho comunitário, já que deve considerar sua capacidade de estabelecer relações entre o espaço, o tempo e a memória, e de atuação conjunta a determinados grupos sociais (Scheiner, 2012).



estratégias de valoração, gestão e comunicação, ambos os movimentos contribuem para que seus paradoxos e desafios sejam semelhantes<sup>3</sup>.

Desde a década de 1960, a definição de 'museu' adotada pelo Conselho Internacional de Museus – *International Council of Museums* (ICOM) – permite sua aplicação às reservas naturais<sup>4</sup> e demais categorias de unidades de conservação da natureza (ICOM, 2009)<sup>5</sup>. Caracterizadas como museus de território, as áreas naturais protegidas carregam aspectos ético-filosóficos de motivação, concepção e fruição semelhantes aos que se configuram nos museus tradicionais. Ambos são percebidos ou idealizados socialmente pelo homem como testemunhos de sua existência, a partir de entendimentos temporais e espaciais. Em comum, há o desejo – nem sempre confessável – de perpetuação humana.

Não apenas por suas polêmicas relacionadas ao uso, existem similaridades entre os parques do Canadá e as unidades de conservação da natureza no Brasil. O sistema brasileiro – em grande parte, concebido e articulado entre as décadas de 1960 e 1970 pelo engenheiro agrônomo Alceo Magnanini –, além de considerar a legislação até então existente no país, foi influenciado pelo sistema canadense de unidades de conservação. Em ambos os países, em adição aos parques, existem outras modalidades de proteção, instituídas por meio da legislação ambiental ou pelas

normativas do patrimônio, aí incluídas as que se designam como patrimônio mundial.

Apesar das semelhanças estruturais e de origem entre os sistemas canadense e brasileiro, nem sempre as propostas de uso dos parques e sítios são semelhantes nos dois países, assim como costuma ser diferente a abrangência das reações públicas às iniciativas consideradas polêmicas. No Brasil, as controvérsias sobre eventuais efeitos adversos dos processos de mercantilização<sup>6</sup> dessas áreas nem sempre são ruidosas, o que não quer dizer que deixem de ser questionáveis a médio e longo prazos.

Várias reflexões podem ser traçadas a partir da análise das propostas de uso e comunicação das unidades de conservação da natureza e de outros sítios naturais. São recorrentes os argumentos quanto às dificuldades de manutenção e à busca de usos 'sustentáveis', que estimulem o acesso e a multiplicação do conhecimento sobre essas áreas à maior parte da sociedade. Esse desafio, no entanto, tem sido desvirtuado também no Brasil, por ações nem sempre integradoras, quando esses bens 'comuns'<sup>7</sup> – urbanos ou não – acabam homogeneizados nos processos de competitividade entre municípios ou estados. Nesses casos, o espaço natural é comunicado superficialmente, de maneira fragmentada ou descontextualizada de seus aspectos históricos, científicos, sociais ou culturais, geralmente sob a forma de estratégias de *marketing*

<sup>3</sup> Assim como ocorre na valoração do patrimônio cultural, a definição e a proteção do patrimônio natural se estabelece e se afirma sob estruturas sociais e culturais. Nessas estruturas, indivíduos e instituições constroem ou contestam a noção de 'herança', não raramente sob entendimentos hegemônicos. Entre os autores que abordam a problemática dos processos de valoração, representação e apreensão do patrimônio natural, sob o ponto de vista da arqueologia e da história, está Wilson (2018), cujo livro "*Natural history: heritage, place and politics*" recomendamos.

<sup>4</sup> Em 1961, o estatuto do ICOM, em seu artigo 3º, passou a reconhecer os sítios naturais entre os diferentes espaços, instituições ou territórios aos quais se aplica a definição de museu (ICOM, 2009).

<sup>5</sup> A definição vigente foi adotada na 22ª Assembleia Geral do ICOM, no ano de 2007, em Viena: "Museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e expõe o patrimônio material e imaterial da humanidade e de seu ambiente para fins de educação, estudo e lazer" (ICOM, 2009, tradução nossa).

<sup>6</sup> Quanto ao processo de mercantilização do patrimônio, sugere-se a leitura do artigo de Prats (2006), que aponta os impactos dessa prática sobre a economia turística e as representações identitárias.

<sup>7</sup> Faz-se uso da noção de 'comum' apresentada por Harvey (2014), em seu livro "Cidades rebeldes". Os 'comuns' são bens materiais ou imateriais associados ao uso social e coletivo. Apesar de sua relação com a coletividade, os 'comuns' preveem formas de 'cercamento', físico ou institucional, quando se estabelecem normas e restrições para seu uso e/ou proteção. O autor discute as contradições desses 'cercamentos', especialmente quando a única garantia de coletividade é o seu isolamento, ou quando, por iniciativas raramente participativas, acabam por adequar-se às lógicas do mercado.

voltadas à atratividade turística. Como efeito colateral comum a essas ações – que também se consolidam sob a justificativa de ‘desenvolvimento sustentável’ – observa-se frequentemente que sua implantação prioriza especialmente as expectativas econômicas.

Apoiadas por iniciativas públicas e privadas, as polêmicas associadas ao uso desses bens ‘comuns’ surgem principalmente quando se dão sob as óticas do empreendedorismo e do *branding*. Esse foi o caso da ‘Mãe Canadá’, quando princípios, entendimentos e expectativas entraram em choque, em disputas de ‘poder simbólico’ (Bourdieu, 1989, 2007) e expectativas díspares. Quando não inviabilizados nessas disputas, sob a afirmação das lógicas da competitividade e da ‘sustentabilidade’, os ‘comuns’ são reconfigurados como marcas de atratividade, voltadas à agregação de maior valor econômico. Quais seriam os limites dessas práticas?

Nas estratégias motivadas prioritariamente por expectativas econômicas, percebe-se um ‘vale tudo’ na disputa pela atenção do visitante-consumidor, quando se pressupõem suas preferências e seus interesses. Sob as contradições de uma ‘sociedade de consumo’ (Baudrillard, 2017), mantêm-se vivos os debates que, há cinco décadas, propõem críticas à espetacularização (Debord, 2017), à mitificação do patrimônio ou a seu simulacro (Baudrillard, 1991).

Este artigo, centrado na teoria da Museologia e nos conceitos de patrimônio integral e de preservação ambiental, propõe aproximar as questões e os desafios comuns a esses e a outros campos do conhecimento, e refletir sobre os processos de musealização<sup>8</sup> de territórios

da natureza, na atualidade. Nessas áreas naturais, tais processos se configuram quando se implantam ações não apenas restritas à comunicação, mas também de preservação e conservação, pesquisa, documentação e visitação<sup>9</sup>. Ao aproximar as expectativas e práticas de conservação dos sítios naturais às de preservação do patrimônio cultural, todos esses territórios da natureza podem ser entendidos como museus. Em ambos os casos – nas políticas de conservação da natureza ou de preservação do patrimônio e de sua musealização –, está sempre em pauta um processo de identificação e valoração.

Isso não quer dizer que todos os sítios naturais estejam automaticamente preparados para atuar como museus. Como em qualquer museu, os desafios e as contradições são comuns, especialmente porque toda valoração envolve relações de poder, quando se associam aos objetos preservados entendimentos subjetivos ou paradigmas científicos, não raramente questionáveis. Mais do que problemas associados a estratégias museográficas, que se relacionam a equipamentos, aparatos ou estratégias de comunicação dessas áreas, o que geralmente se caracteriza como ‘espetacularização’ ou ‘mitificação’ está associado não apenas aos meios, mas especialmente aos entendimentos, sempre considerados como constructos humanos.

Nesse sentido, são aqui destacadas as discussões que, a partir das concepções museais e comunicacionais, acabam por suscitar contradições e adversidades, entre elas as que se relacionam à mercantilização e à espetacularização do patrimônio e à frustração das expectativas de desenvolvimento humano, tido como ‘sustentável’. Sob tais problemáticas, propõe-se apresentar uma breve revisão da literatura

<sup>8</sup> Entendemos por musealização a subordinação de um conjunto de registros materiais/imateriais da natureza e da cultura a parâmetros específicos de proteção, documentação, estudo e interpretação, próprios do museu (Scheiner, 1998). Nessa concepção, considera-se o conceito de ‘museu integral’, que procura agregar em suas práticas os diferentes elementos de um determinado espaço-tempo: bens naturais renováveis e não renováveis, formas e processos de ocupação desse espaço-tempo, interações entre os grupos humanos e a paisagem, relações intergrupais, bens e processos culturais. Por se tratar de um conceito em construção permanente, sugerimos também a leitura de outros entendimentos e compreensões, que partem de diferentes autores da Museologia (Stránský, 1995; Cury, 1999; Desvallées; Mairesse, 2011).

<sup>9</sup> Sobre processos de musealização de territórios naturais, sugere-se a leitura da dissertação da bióloga Elisama Beliani, apresentada em 2012 ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) (Beliani, 2012).

especializada, com base na interpretação da epistemologia histórica<sup>10</sup>, de Bachelard (2006).

### A PRESERVAÇÃO SOB OS CAMPOS DE PODER SIMBÓLICO<sup>11</sup>

Na atualidade, quando se trata dos aspectos relacionados à proteção ambiental, no mínimo dois espaços de atuação social e política vêm à mente: o do meio ambiente, responsável pelos mecanismos legais de proteção ambiental, e o da cultura, com as ações de preservação do patrimônio. Embora esses entendimentos sejam embasados por metodologias e legislação próprias, está-se diante de preocupações, expectativas e procedimentos comuns. A análise dos instrumentos legais do Brasil demonstra que, apesar das especificidades da cultura e do meio ambiente, as primeiras iniciativas constitucionais de preservação e proteção tratavam igualmente desses dois campos.

Como um dos países pioneiros na institucionalização destas preocupações comuns, em 1934, o Brasil passou a considerar, como princípio constitucional, a proteção das 'bezas naturais' e dos 'monumentos de valor histórico ou artístico' (Brasil, 1934). Três anos mais tarde, com a promulgação da Constituição de 1937, um novo texto associou a preservação desses bens à noção de patrimônio nacional (Brasil, 1937a). No mesmo ano, o Decreto-Lei nº 25 passou a organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, com a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) – atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – e com a instituição do tombamento como mecanismo legal de proteção (Brasil, 1937b). A vinculação entre o caráter cultural e natural foi estabelecida nesse decreto, ao

definir-se que estão “[...] também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana” (Brasil, 1937b).

A atual Constituição Federal, embora mantenha os aspectos de valorização da natureza nos entendimentos de preservação do patrimônio cultural, aborda a proteção e a preservação dessas ‘modalidades’ em dois capítulos específicos. O artigo 216, que trata do patrimônio cultural, inclui, entre os bens de interesse à preservação, os conjuntos e sítios de valor paisagístico ou ecológico (Brasil, 1988). Por outro lado, o artigo 225, que trata do direito ao meio ambiente, estabelece “[...] à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Brasil, 1988), e faz referência específica ao patrimônio nacional, nos casos do patrimônio genético e de biomas ou formações geomorfológicas específicas, como a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira (Brasil, 1988).

Internacionalmente, as discussões sobre a proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural foram abordadas conjuntamente pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) –, com a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, em 1972. Essa convenção, conhecida como Recomendação de Paris, ocorreu paralelamente à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, que tratou dos princípios básicos de proteção da natureza, conhecida como Conferência de Estocolmo.

<sup>10</sup> Ao tomar partido de uma análise por meio da epistemologia histórica, de Gaston Bachelard, reafirma-se o caráter científico dos campos de conhecimento do Patrimônio, da Museologia e do Meio Ambiente. Entretanto, embora se reconheçam as especificidades desses campos, optou-se por valorizar os aspectos ‘entre’, ‘através’ e ‘além’ de suas abordagens, que se fortalecem sob suas interações transdisciplinares. Para Bachelard (2006), a análise do conhecimento científico deve ser crítica e, assim, permitir a retificação dos saberes, ao condenar seus erros históricos.

<sup>11</sup> Sugere-se o uso das concepções de ‘campo’ e ‘poder simbólico’ propostos por Bourdieu (1989) para a análise de parte dos fenômenos de percepção social, de produção simbólica e das relações formais e informais de poder envolvidas nas políticas de preservação do patrimônio e de proteção do meio ambiente.

A Recomendação de Paris foi a primeira convenção internacional a estabelecer a noção de 'patrimônio natural', do qual fazem parte os monumentos naturais, os sítios, os lugares ou as zonas naturais delimitadas, de diferentes formações geológicas, biológicas e fisiográficas, ou as que se constituem como *habitat* de espécies ameaçadas. Em comum, todos devem possuir um 'valor excepcional' sob os pontos de vista da ciência, da conservação ou da 'beleza natural'. Entre os diversos aspectos relevantes, o documento estabelece a necessidade de assegurar e "[...] atribuir ao patrimônio cultural e natural uma função à vida coletiva", com o intuito de "[...] integrar a proteção desse patrimônio nos programas de planejamento geral" (UNESCO, 1972, tradução nossa).

Foi também em 1972, em reação a uma 'crise de identidade', que a Museologia 'reafirmou' o museu por suas abordagens sociais. Em 1971, Duncan Cameron havia afirmado que essa crise era decorrente da "[...] incapacidade dos museus de resolverem os problemas de definição de seu papel na sociedade" (Cameron, 1992, p. 77, tradução nossa). A Mesa Redonda de Santiago do Chile, organizada pelo ICOM em 1972, ao conceber os princípios do 'museu integral', reafirmou institucionalmente o caráter social do museu e da Museologia (Varine, 1987; Maure, 1995; Scheiner, 2000).

Décadas mais tarde, outras conferências procuraram reforçar o caráter integral do patrimônio. A Agenda 21, como um dos principais documentos da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, prevê, entre as estratégias para o 'aumento da consciência pública', a promoção de atividades de lazer e de turismo "[...] ambientalmente saudáveis, [...] fazendo uso adequado de museus, lugares históricos, jardins zoológicos, jardins

botânicos, parques nacionais e outras áreas protegidas" (Brasil, 1995, p. 436). Em 2003, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, realizada em Paris, pela primeira vez considerou os aspectos imateriais associados à natureza, quando destacou "[...] a profunda interdependência que existe entre o patrimônio cultural imaterial e o patrimônio material cultural e natural [...]"<sup>12</sup> (UNESCO, 2003, tradução nossa). Dentre os aspectos abordados naquela convenção, considerou-se que o patrimônio imaterial "[...] é recriado constantemente pelas comunidades e grupos em função de seu entorno, sua relação com a natureza e sua história [...]" (UNESCO, 2003, tradução nossa). Essa compreensão foi de extrema relevância para o campo do Patrimônio, já que reforçou os entendimentos de 'patrimônio integral' e 'paisagem cultural'.

Por outro lado, como em qualquer documento de convenções internacionais, não há garantias de que sua interpretação seja sempre adequada, quando suas abordagens, contraditoriamente, suscitam ambiguidades no processo de desenvolvimento humano. Esse é o caso da recomendação da Agenda 21, ao estimular, 'quando apropriadas', atividades de lazer e de turismo em áreas protegidas. Se, por um lado, as atividades de lazer e de turismo podem fortalecer o desenvolvimento humano junto às áreas 'comuns' protegidas, por outro, nem sempre essas iniciativas consideram as limitações de 'uso', quando estratégias inadequadas de planejamento, *marketing* e *branding* acabam por gerar fluxos que ultrapassam a capacidade de recepção de visitantes, ou desconsideram as dinâmicas sociais e culturais pré-existentes.

Françoise Choay, a esse respeito, atribui à UNESCO, por sua classificação de patrimônio mundial<sup>13</sup>, o desenvolvimento exponencial da mercantilização do patrimônio, que teria estimulado uma corrida internacional

<sup>12</sup> Cabe lembrar que o Brasil também foi pioneiro na regulamentação e institucionalização do patrimônio imaterial. Três anos antes da Convenção de Paris, o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, instituiu, no país, o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI).

<sup>13</sup> Os procedimentos da UNESCO na definição do patrimônio mundial foram implementados a partir da Declaração de Paris, de 1972. O tema do patrimônio mundial é detalhado naquele documento em seus artigos 8 a 14 (UNESCO, 1972).

pela obtenção de tal chancela. Consequentemente, os países estariam interessados na ampliação do fluxo de turistas e visitantes, mas raramente sob condições que efetivamente contribuem para as necessidades de conservação e preservação (Choay, 2011).

De outra forma, a Recomendação de Paris, quando explicita a necessidade de 'atribuir' ao patrimônio uma 'função na vida coletiva' (UNESCO, 1972, tradução nossa), permite a interpretação de que não se considera a vida pré-existente. Não se estranham, portanto, os problemas relacionados às alterações de 'uso' dessas áreas ou territórios<sup>14</sup>, após o reconhecimento como patrimônio, território natural protegido, ou após sua musealização, principalmente quando essas estratégias são incluídas em projetos de 'requalificação' ou 'revitalização'. Nesses casos, são comuns os processos de gentrificação, em territórios urbanos, ou de remoção de povos e comunidades tradicionais, em territórios naturais não urbanos.

## NATUREZA, MUSEALIZAÇÃO E PAISAGEM CULTURAL

Marilena Chauí considera 'desprovida de sentido' a distinção entre natureza e ação humana (ética, política, histórica, técnica). Segundo a autora, entre as diferentes concepções humanas sobre a natureza, em comum "[...] considera-se natural tudo que existe no universo 'sem a intervenção da vontade e da ação humanas'" (Chauí, 2003, p. 47). Para Chauí, reside aí um paradoxo, já que o constructo científico da concepção de natureza é dependente da distinção

humana. Assim, se aceitarmos o entendimento sobre o que é 'natural', o próprio entendimento de natureza, sendo dependente da concepção humana, não seria natural. O mesmo ocorre quando se aplica o entendimento de patrimônio à natureza, vinculando-a às percepções de conhecimento científico, pertencimento ou identidade. Novamente, atrelam-se, nessas associações, entendimentos humanos. Assim, a partir da reflexão de Chauí, pode-se afirmar que a distinção entre natureza e ação humana também perde sentido quando se entende que a primeira é percebida apenas como detentora de 'produtos' (renováveis ou não), destinados ao 'uso' (sustentável ou não) e ao 'consumo' humanos (Chauí, 2003).

Se partirmos dos pressupostos de que a natureza inclui a ação humana, e que esta, por sua vez, é quem apreende essa natureza em sua unidade de 'ser', perceberemos que, pelo menos em um processo convencional de musealização<sup>15</sup>, não é possível abarcar a indivisibilidade da natureza, tal como a concebemos. Não haveria, segundo esta perspectiva, a possibilidade de musealizar a integridade da natureza a partir de um modelo aplicado de museu. Está-se aqui, então, fechando a questão? Ainda não.

As abordagens da natureza e do meio ambiente nos museus, bem como as perspectivas de musealização da paisagem, são temas tratados pelos franceses Jean Davallon, Gérald Grandmont e Bernard Schiele, no livro "O ambiente entra ao museu" – *"L'Environnement entre au Musée"*. Nessa obra, Davallon et al. (1992) apresentam reflexões sobre os entendimentos de diferentes teóricos

<sup>14</sup> Sob os entendimentos da Geografia, a noção de território costuma ser associada a uma relação de poder que tenta estabelecer limite, não necessariamente visível ou material, mas fixo e imutável em um determinado espaço-tempo. Por outro lado, a paisagem é dependente de sua percepção aos sentidos humanos e, também por essa razão, se configura como atributo móvel do indivíduo ou de uma sociedade (Santos, 1991, 2004, 2006). Esses entendimentos, no entanto, estabelecem certas tensões sob a lógica dos procedimentos de musealização e patrimonialização. Ao atribuir-se a todo território, patrimonializado ou musealizado, significações específicas a uma determinada sociedade (sob fronteiras visíveis ou invisíveis), está-se também reconhecendo tal território enquanto paisagem. De outro modo, ao se configurar a paisagem como apta à valoração associada aos processos de musealização e/ou de patrimonialização, está-se aí definindo limites por meio de instâncias de poder institucional ou simbólico, configurando à paisagem o estatuto de território preservado.

<sup>15</sup> Consideramos como processos convencionais de musealização aqueles que se concretizam como procedimentos formais e se estabelecem nos modelos conceituais de museu tradicional, museu de território e museu virtual. Não convencionais seriam os procedimentos de uma musealização teórica, apenas imaginária ou poética, associada aos modelos teóricos de museu interior e museu global. Para maiores detalhes sobre a proposição de diferentes modelos de museus, sugere-se a leitura do artigo "*Musée et Muséologie - définitions en cours*" (Scheiner, 2007).

da Museologia que participaram do colóquio internacional “*Muséologie et environnement*”, realizado em Lyon, na França, em 1990. Segundo os autores, até a década de 1970 os museus raramente se colocavam como protagonistas nas grandes discussões ambientais. Pouco a pouco, essa realidade foi alterada e, na década de 1990, já se podia pensar em uma ‘museologia do ambiente’ (Davallon et al., 1992), desenvolvida paralelamente aos movimentos da Nova Museologia e dos ecomuseus.

Ainda que tratem mais especificamente das abordagens sobre o meio ambiente ou sobre a paisagem no museu tradicional, algumas questões analisadas por Davallon et al. (1992) aplicam-se perfeitamente à musealização de territórios, como parques, sítios e paisagens naturais. De modo geral, os autores consideram que as relações dos museus (e assim entendidos os territórios naturais musealizados) com as questões ambientais não deveriam ser apenas temáticas em suas exposições, mas integradas à ‘lógica do museu’, por meio de uma ‘sensibilidade ecológica’ que se concretize em sua concepção, suas ações, suas ideias e interrogações. Tal lógica e sensibilidade deveriam “[...] se desdobrar, interceptar, interpenetrar e amarrar-se nos fazeres do museu, valorizando, assim, a relação do ser humano com a natureza” (Davallon et al., 1992, p. 21, tradução nossa). Sob essa mesma lógica socioambiental, complementam os autores:

[...] a problemática da relação entre os museus e o ambiente não pode ser estabelecida apenas sob um aspecto visível (e redutor) do ambiente como ‘sujeito’ de uma exposição ou das atividades museais; ela deve basear-se num exame cuidadoso e detalhado do contexto social comum, subjacente tanto à evolução das representações sociais das ‘coisas’ da natureza que atravessam a nossa sociedade, quanto à evolução de sua apresentação no museu [...] (Davallon et al., 1992, p. 21, tradução nossa).

Esses entendimentos de Davallon et al. (1992), quanto à necessidade de uma visão integradora no museu – entre homem e natureza, ou homem e ambiente

– reforçam a percepção de outros autores a respeito das idealizações humanas sobre natureza, ambiente e paisagem. No começo do século XX, o sociólogo alemão Georg Simmel considerava que a natureza, como ‘unidade sem fronteiras’, não teria qualquer sentido fracionada. Por outro lado, ponderava que somente a paisagem seria essencialmente delimitada, já que esta seria sempre percebida como um recorte específico, um ‘excerto da natureza’ (Simmel, 2009). Desse modo, a paisagem, enquanto conceito polissêmico e como contemplação ‘reclusa’ do homem, limitada a um horizonte espaço-temporal, seria dependente da natureza humana e, justamente por isso, ornada de limites que não existem para o todo ‘uno’ da natureza. Trata-se de uma “[...] decisão psíquica [...]”, de uma “[...] transformação autônoma [...]”, fragmentada do “[...] sentimento unitário da natureza [...]” (Simmel, 2009, p. 6-7). Sob entendimentos semelhantes, Anne Cauquelin, no livro “A invenção da paisagem”, traz a metáfora da janela que fragmenta o todo da natureza, e o modo pelo qual percebemos a paisagem:

Uma vez que o quadro corta e recorta, ele vence sozinho o infinito do mundo natural, faz recuar o demasiado cheio, o demasiado diverso. O limite que ele coloca é indispensável à constituição de uma paisagem enquanto tal. (Cauquelin, 2014, p. 101).

Simmel (2009) também enfatizava que entre a Antiguidade e a Idade Média não havia entendimento sobre paisagem, até que esta passou a ser considerada por meio da pintura. Sobre um processo de percepção necessariamente simbólica e estética da paisagem, considerou Simmel (2009, p. 11):

Quando realmente vemos uma paisagem, e já não uma soma de objetos naturais, temos uma obra de arte *in statu nascendi*. E se, muitíssimas vezes, perante as impressões de uma paisagem, ouvimos os leigos dizerem que gostariam de ser pintores para reter essa imagem, isso significa decerto não só o desejo de fixar uma reminiscência [...], mas também que em nós, já nessa contemplação, está viva e se tornou operante, por embrionária que seja, a forma artística.

A invenção estética da paisagem, bem como a percepção da natureza enquanto ambiente ou meio, como idealizações humanas do mundo natural e do que se entende por 'realidade', permitiram à humanidade a construção do conhecimento da natureza por suas partes, dando origem aos campos e disciplinas do conhecimento. Por outro lado, também contribuíram para a exacerbação de uma visão cientificista, cartesiana e antropocêntrica, que apartou o homem dessa natureza e que, de certa forma, passou a considerar suas disciplinas como 'neutras', 'isoladas' ou 'isentas' de uma outra natureza, 'não objetiva'.

Uma das alternativas pensadas no sentido de mitigar esse suposto distanciamento do homem à natureza, especialmente nas ações de preservação do patrimônio integral, foi o desenvolvimento do conceito de paisagem cultural. Apesar dos indícios de que a noção de paisagem teria surgido a partir de sua percepção pelos pintores (Simmel, 2009), teriam sido geógrafos alemães quem primeiramente propuseram, no meio acadêmico, o conceito científico de paisagem cultural, no século XIX. A princípio, tal denominação serviria para diferenciar a 'paisagem original' de uma 'paisagem cultural'. No início do século XX, o geógrafo norte-americano Carl Sauer, influenciado pelos estudos dos alemães, propôs o conceito de paisagem cultural para justificar que a paisagem natural está em constante transformação no tempo e no espaço, assim como a cultura que a envolve (Ribeiro, 2007).

No decorrer do século XX, várias convenções internacionais sobre a preservação do patrimônio abordaram aspectos relacionados à paisagem e à necessidade de uma visão integradora. Em 1992, o Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO tornou-se a primeira instância internacional a implementar as ações relacionadas

à paisagem cultural. Após novos debates acerca dos procedimentos de preservação do patrimônio natural, e da necessidade de integração entre os valores naturais e culturais no Brasil, em 2009, o IPHAN instituiu a chancela da paisagem cultural (Brasil, 2009)<sup>16</sup>.

Embora se reconheça a relevância do conceito de paisagem cultural para a consolidação do patrimônio integral e, por consequência, para a valorização das interações natureza-homem-sociedade<sup>17</sup>, percebe-se um paradoxo de origem. Se a paisagem se vincula necessariamente à percepção temporal de um ou mais fragmentos da natureza, seu conceito já carrega uma condição cultural, que se estabelece como constructo humano e social, mesmo quando se dá sob motivações científicas. Por que, então, a necessidade de refirmar a condição cultural da paisagem, considerando ser essa sua característica inata?

De certa forma, a tradição judaico-cristã, por meio de sua visão criacionista, seguida dos paradigmas da ciência, ao apartar o ser humano de parte de seus objetos de estudo, contribuiu para que a paisagem e a cultura, assim como a natureza, o homem e a sociedade, fossem percebidas distintamente. Ao acrescentar a abordagem 'cultural' ao conceito de paisagem, pretendia-se enaltecer esse atributo, não apenas com relação às políticas de preservação do patrimônio, mas também sob os movimentos de outras ciências. Trata-se do mesmo argumento que procura sustentar que certas disciplinas das ciências sociais e humanas, por exemplo, precisam de determinados apostos para fortalecer compreensões e motivações espaço-temporais.

Em todos os campos de conhecimento, surgem correntes teóricas que apresentam divergências de pensamento, ou que não se identificam com os caminhos seguidos por seu próprio campo, seja por considerar desvios

<sup>16</sup> Para entender o desenvolvimento do conceito de paisagem cultural, e suas implicações nas políticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro, sugere-se a leitura do livro "Paisagem cultural e patrimônio", de Ribeiro (2007), publicado pelo IPHAN.

<sup>17</sup> Optou-se por uma sutileza semântica, ao considerar 'homem' e 'natureza' como partes de uma interação. Com isso, procura-se enfatizar a não oposição ou hierarquização entre 'natureza-homem-sociedade', fundamental à consolidação do conceito de 'museu integral'. Trata-se de posicionamento teórico influenciado por enfoque ambientalista 'ecocêntrico' ou 'biocêntrico', que propõe "[...] ver o mundo natural em sua totalidade, na qual o homem está inserido como qualquer ser vivo", em oposição ao enfoque ambientalista 'antropocêntrico', que "[...] opera na dicotomia entre homem e natureza" (Diegues, 2001, p. 42).



de função, ou por perceber que seus objetos parecem esquecidos ou desvinculados de uma expressão original do campo. Assim, somente o tempo dirá se o conceito de paisagem cultural terá força suficiente para sobrepujar uma origem que se explica por razões de afirmação objetiva e de poder simbólico. Se a paisagem fosse sempre entendida como fragmento sociocultural 'da' e 'na' natureza, por seus aspectos integradores, e sob a lógica ecosófica<sup>18</sup> do patrimônio integral, não haveria necessidade de ser reafirmada 'culturalmente'. As divergências do pensamento científico, como bem colocam Gaston Bachelard e Thomas Kuhn<sup>19</sup>, são inerentes ao desenvolvimento da ciência, sempre atrelado à sua própria história.

## PRESERVAÇÃO DO MITO, PRODUÇÃO DO ESPETÁCULO

A observação e a experiência podem e devem restringir drasticamente a extensão das crenças admissíveis, porque de outro modo não haveria ciência. Mas não podem, por si só, determinar um conjunto específico de semelhantes crenças. (Kuhn, 1998, p. 23).

Na matéria que considerava o processo de 'disneyficação' dos parques nacionais do Canadá – citada na introdução deste artigo –, Kevin Van Thigem afirmava que, diante das propostas de novos equipamentos naqueles territórios, voltados às demandas do turismo, parecia que a natureza “[...] não era mais suficiente [...]” (MacGregor, 2016, tradução nossa). A percepção de Van Thigem não é incomum, já que reflete o que também se percebe nos museus. Serge Chaumier, ao analisar o fenômeno de espetacularização em exposições de museus, considerava

que a “[...] reconstituição imaginária da realidade torna-se mais real e significativa do que a própria realidade, que de repente parece triste e infeliz” (Chaumier, 2005, p. 27, tradução nossa).

Segundo Françoise Choay, o enfraquecimento das relações do corpo com o mundo concreto da natureza, como efeito adverso de uma revolução 'eletro-telemática' (Choay, 2011), teria intensificado no ser humano a necessidade de elaboração de 'substitutos' (que outros entendem como 'próteses do real'). No caso das percepções da memória e da identidade humanas, esses substitutos teriam a função de remediar “[...] a ausência da cultura real, conferindo ao patrimônio uma atratividade artificial, em meio a um condicionamento (mental e material) que o torna visível e desejável, próprio ao consumo (cultural)” (Choay, 2011, p. 35). São esses substitutos, concebidos e comunicados, que mantêm as discussões sobre a espetacularização da sociedade nos processos de mitificação de seus objetos de consumo.

Essa necessidade de reconhecimento das memórias culturais teria se intensificado especialmente a partir da década de 1980, conforme sugere Andreas Huyssen. O autor considera que, como consequência da popularização dos aparatos de comunicação, a “[...] percepção da distância espacial e temporal entre passado e presente está se apagando”, por uma 'simultaneidade imaginária', centrada sob uma “[...] desrealização narcísica”. Essa aparente sincronia faz com que o presente sucumba “[...] ao seu poder mágico de simulação e projeção de imagens”, quando, nos casos extremos, “[...] os limites entre fato e ficção, realidade e percepção, se confundem a ponto de nos deixar apenas com a simulação [...]” (Huyssen, 2004, p. 74-75).

<sup>18</sup> Os princípios da ecosofia são desenvolvidos por Félix Guattari, no ensaio “As três ecologias”. Guattari (2014) propõe que as questões que deterioram o planeta e que ameaçam os seres vivos, e a própria existência humana, sejam consideradas sob perspectivas ecológicas que transcendam seus aspectos naturais e ambientais, e que considerem as relações sociais e a subjetividade humana. Esses três aspectos (ambiental, social e de subjetividade humana) são propostos pelo autor como as três ecologias que, não dissociadas, compõem o pensamento ecosófico.

<sup>19</sup> Autor de obras como “A estrutura das revoluções científicas” (1962), Thomas Kuhn abordou aspectos da história da ciência e, ao contrastar uma perspectiva formalista à historicista, considerava que a ciência se configura ao longo do tempo, relacionando-se às épocas históricas e às suas peculiaridades sociais e humanas (Kuhn, 1998).



No caso da percepção científica da natureza ou da valoração cultural de seus fragmentos enquanto paisagem, mesmo quando se assume o compromisso do método científico, não há 'neutralidade'<sup>20</sup> que impeça a edificação de novos mitos, em qualquer espaço-tempo histórico. Basta lembrar que muitas das 'verdades' científicas históricas se perceberam como 'mitos' no momento em que foram contestadas, 'cientificamente'. Da constatação dessa temporalidade e fragilidade das 'certezas científicas', sobrevive a crítica que vê na ciência moderna o papel dogmático, ocupado durante séculos pelas religiões. Até que ponto os processos de musealização, em geral, e os procedimentos de divulgação da ciência têm considerado as contradições da ciência e das artes e o próprio mito da 'neutralidade' científica?

Mitos e dogmas, por seu caráter encantatório, podem seguir por – no mínimo – dois percursos, quando participam dos processos de socialização do conhecimento, nas estratégias de comunicação do patrimônio, dos museus ou de territórios protegidos/musealizados<sup>21</sup>. O primeiro – ainda raro – é o de sua comunicação crítica e abrangente, contextualizada à história de seu próprio entendimento. Nesse caso, opta-se por não omitir, mas por estimular as dúvidas, as poéticas e as prováveis inconsistências de um mito. É o caso, por exemplo, das abordagens abrangentes da Antropologia ou da Etnologia<sup>22</sup>, quando procuram comunicar, para fins de socialização do conhecimento, a estrutura dos mitos humanos, por sua contribuição às percepções da natureza.

Um segundo percurso se estabelece quando as estratégias de comunicação ou de musealização do

patrimônio ignoram as contradições, as disputas de poder simbólico, as fragilidades de uma teoria hegemônica e a edificação histórica dos mitos 'cientificamente construídos'. Esse segundo caminho – que mais se reproduz – pode ser conceitualmente vinculado à espetacularização do conhecimento, até mesmo quando suas estratégias não se mostram encantatórias, por suas dimensões ou aparatos tecnológicos. O espetáculo, nesse caso, é autorizado e estimulado pela própria ciência.

No caso dos mitos relacionados à natureza, além dos que partem dos povos e das comunidades ditos 'tradicionais' – que se fazem relevantes à compreensão das percepções humanas –, há os que, em nome da ciência, almejam o reconhecimento universal como 'verdades correntes'. Antônio Carlos Diegues, em "O mito moderno da natureza intocada" (Diegues, 2001), trata das problemáticas que se relacionam à concepção de uma natureza 'pura' e 'selvagem', que somente se constitui enquanto mito. Entre as questões abordadas pelo autor, aplicadas aos países em desenvolvimento, está a importação do modelo de parques naturais adotado nos Estados Unidos. Segundo Diegues, o modelo norte-americano segue a lógica do Parque de Yellowstone, considerado o primeiro parque nacional do mundo, criado em 1872. Esse modelo, de caráter preservacionista<sup>23</sup>, pressupõe a existência de uma natureza em 'estado puro', tendo como prerrogativa a não presença humana, a não ser como visitante, em contemplação ou estudo. O autor considera que a aplicação desse modelo nos países em desenvolvimento desconsiderou que "[...] a situação é ecológica, social e culturalmente distinta". Nesses países,

<sup>20</sup> Acerca das imprecisões de uma suposta hegemonia da ciência, sugere-se a leitura das obras "O mito da neutralidade científica", do brasileiro Hilton Japiassu (Japiassu, 1975), e "Ciência, um monstro", do austríaco Paul Feyerabend (Feyerabend, 2016).

<sup>21</sup> Não está se propondo o estabelecimento de novas dicotomias, sob entendimento maniqueísta. Assume-se que, entre os dois percursos imaginados, há uma infinidade de outros, nos entremeios das concepções adotadas nos modelos comunicacionais dos territórios protegidos/musealizados.

<sup>22</sup> Citam-se a Antropologia e a Etnologia apenas a título de exemplo, sem qualquer intenção de reduzir a possibilidade de um percurso abrangente apenas a esses campos do conhecimento.

<sup>23</sup> A corrente preservacionista vê como negativa qualquer intervenção do homem sobre a natureza, incluindo as comunidades ditas 'tradicionais'. É por essa razão que o modelo de Yellowstone é mais contestado nos países em desenvolvimento, que adotam um enfoque socioambientalista, em que o direito ao acesso à terra e aos recursos naturais é pleiteado e defendido (Diegues, 2001).

as populações tradicionais mantêm “[...] relações com o mundo natural distintas das existentes nas sociedades urbano-industriais”, com modos de vida e saberes próprios que envolvem, entre outros aspectos, “[...] grande dependência dos ciclos naturais [...]” (Diegues, 2001).

A legislação brasileira, quando trata das unidades de conservação<sup>24</sup>, especificamente sob proteção integral – caso dos parques nacionais, estaduais e municipais –, prevê a desapropriação de terras particulares e transferência dos moradores para outras áreas, o que gera problemas diversos, inclusive éticos. Para Diegues (2001, p. 18-19), “Com essa ação autoritária, [...] o Estado contribui para perda de grande arsenal de etnoconhecimento e etnociência, de sistemas engenhosos de manejo de recursos naturais e da própria diversidade cultural”, além de contribuir para a degradação desses territórios, quando ocorrem falhas de fiscalização.

Paradoxalmente, com a remoção das populações tradicionais dos territórios de parques, a mesma legislação estimula outros usos, também humanos, porém restritos à pesquisa e ao turismo ecológico. A partir daí, beneficiam-se camadas específicas da sociedade, não apenas em prol de um entendimento ‘científico’ da natureza, ou de consciência quanto à necessidade de sua preservação, mas também como ‘refúgio à contemplação’, situação que, quando não devidamente comunicada, contribui para a manutenção do mito de ‘paraíso intocado’ (Diegues, 2001, p. 60).

Essas questões ilustram apenas alguns dos problemas gerados pelas políticas que se estabelecem quando os entendimentos de um único campo do conhecimento motivam a preservação, especialmente quando se valem de uma oposição entre naturalismo e culturalismo. É por

essa razão que parte das problemáticas relacionadas à preservação ou à conservação da natureza também se reflete na patrimonialização<sup>25</sup> e na musealização de bens, por suas diversas abordagens culturais. Portanto, tanto a natureza quanto os bens de natureza cultural, em seus processos de proteção ou de preservação, abrem espaço para a concretização do consumo espetacular, sob todas as suas características, da idealização da ‘realidade’ à sua simulação e descontextualização histórico-científica.

Desde que Guy Debord publicou sua obra mais conhecida, em 1967, os aforismos de “A sociedade do espetáculo” (Debord, 2017) têm sido utilizados como motivadores à análise de diferentes aspectos socioculturais. Pelas características dessa obra, parte das reflexões concentra-se sobre as abordagens de diferentes ciências, disciplinas ou campos, como o Patrimônio e a Museologia. A associação do pensamento de Debord à análise crítica dessas áreas não é ocasional ou relativa, já que o próprio autor problematiza brevemente essas relações.

A década de 1960 foi marcante pela divulgação de avanços tecnológicos e de intensificação dos movimentos sociais. Pela primeira vez, foram possíveis as transmissões de TV ‘via satélite’ que apresentaram ‘ao vivo’ fatos emblemáticos, como a chegada do homem à Lua. Os meios de comunicação, as artes, a moda, os sistemas sociais e políticos, os valores e a própria sociedade vinham sendo questionados. Paralelamente, o mercado e o consumo de bens culturais fortaleciam-se sob a lógica da popularização e da universalização do acesso que, em muitos casos – especialmente nos países em desenvolvimento –, acabaram por explicitar as desigualdades sociais.

Os museus, assim como o patrimônio, também foram mais questionados nessa época, por sua distância

<sup>24</sup> A Lei nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), estabelece os critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, ao regulamentar o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VII, da Constituição Federal.

<sup>25</sup> ‘Patrimonialização’ poderia ser entendida, por alguns autores, como o “[...] ato que incorpora à dimensão social o discurso da necessidade do estatuto da Preservação” (Lima, 2012, p. 34). Para maior compreensão quanto à origem das noções de patrimônio e patrimonialização, bem como às problemáticas comumente associadas a essa prática, sugere-se a leitura do livro “A alegoria do patrimônio”, de Françoise Choay (Choay, 2006).

dos problemas associados ao desenvolvimento humano e pela rara capacidade de estimular o pensamento crítico<sup>26</sup>. Uma profunda crise – social, política e cultural – estava em curso, ante a constatação de que os modelos de vinculação do ser humano aos processos de produção e de consumo pareciam ter atingido seu limite. O mundo se divulgava como dividido – política e ideologicamente – entre dois modelos questionáveis: na dependência e na mobilização coletiva, impostas pelo capital, ou, em sua forma considerada oposta, na privação de direitos e de liberdades individuais e coletivas, impostas por regimes totalitários. Ambos os modelos foram duramente criticados por Debord, que associou a eles as noções de ‘espetáculo difuso’ e ‘espetáculo concentrado’.

O livro de Debord é frequentemente associado aos protestos do ‘Maio de 1968’, na França, que marcaram aquela década, já que teria se tornado uma obra popular entre os movimentos estudantis<sup>27</sup>. A abrangência dos protestos, que culminaram com uma greve geral, foi amplamente divulgada em todo o mundo. Talvez, em razão de sua percepção global ampliada pela mídia, o movimento tenha sido considerado um ícone das aspirações daqueles ‘novos tempos’, firmando a base para os debates internacionais que se seguiram na década seguinte, inspirados sob os ideais de justiça social e de reconsideração das ações do homem sobre a natureza.

Do pensamento de Debord à espetacularização da natureza, dos museus e do patrimônio na atualidade, o que permanece central é a dependência da sociedade para o consumo de imagens pré-elaboradas, principalmente quando essas fortalecem entendimentos hegemônicos, e quando a ‘realidade’ é abstraída e substituída pelas

representações que se constroem e se assimilam a partir dela. Há quem critique as teses de Debord por entender que a espetacularização pressupõe sempre uma contemplação passiva, algo que seria inviável nos modelos comunicacionais atuais, em que o espectador é também produtor de conteúdo midiático.

É fato que Debord trata da contemplação, quando afirma que: “A realidade considerada ‘parcialmente’ apresenta-se em sua própria unidade geral como um pseudomundo ‘à parte’, objeto de mera contemplação” (Debord, 2017, p. 37). No entanto, as críticas que limitam seu pensamento à questão da contemplação passiva parecem ignorar outra ideia central, quando ele afirma que “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens” (Debord, 2017, p. 38).

Há, a partir da noção de contemplação passiva, uma retórica que se concentra na crítica aos meios de comunicação, ou às formas materiais utilizadas na espetacularização. No caso dos museus, costuma-se atribuir o fenômeno da espetacularização às iniciativas de grande impacto visual, associadas à construção de edifícios de arquitetura colossal ou à organização de exposições *blockbusters*, que frequentemente contam com objetos de grandes museus e soluções expográficas de alta tecnologia, que atraem públicos fenomenais.

No entanto, o fenômeno museu-espetáculo, ampliado à sua percepção de natureza-espetáculo, não se restringe à intensidade do meio, às tecnologias envolvidas, ao gigantismo de suas exposições ou à arquitetura monumental de seus aparatos<sup>28</sup>. Com a naturalização do sujeito emissor das mensagens de massa, associada

<sup>26</sup> Embora os debates sobre a função dos museus tenham se intensificado a partir da década de 1960, sabe-se que tal questionamento já existia desde o início do século XX e permanece na pauta das discussões internacionais, até hoje.

<sup>27</sup> A esse respeito, Debord afirmou, em 1992, em sua ‘advertência’ à edição francesa daquele ano, que “[...] os acontecimentos de 1968 tornaram o livro conhecido”. Foi também nesse texto que o autor afirmou que o livro teria sido “[...] escrito com o intuito deliberado de perturbar a sociedade espetacular” (Debord, 2017, p. 36).

<sup>28</sup> Embora a espetacularização não se restrinja à monumentalização sob pretexto de valorização da memória, essa possibilidade não se exclui. Andreas Huyssen considera que o monumental é “[...] eticamente suspeito porque em sua predileção pelo grandioso se entrega ao mais-que-humano” e “[...] na tentativa de esmagar o espectador individual, é psicanaliticamente suspeito porque se liga às ilusões narcisistas de grandeza e completude imaginária” (Huyssen, 2004, p. 51).

à produção de conteúdo não mais restrita às grandes corporações de comunicação, o ‘espetáculo integrado’, hoje, se sofisticou na homogeneidade. Isso se dá por meio das concepções às quais os recursos materiais e as estratégias imateriais são utilizados para comunicar e socializar o conhecimento, incluindo as percepções sobre a arte, a sociedade e a natureza.

Assim, na atualidade, percebe-se que a espetacularização dos territórios naturais protegidos – como parques, monumentos naturais, paisagens, sítios e áreas de preservação, intencionalmente musealizados ou não – pode ser observada sob diferentes aspectos, passíveis de ocorrer em outras representações do patrimônio e demais museus, ante as seguintes situações de posicionamento conceitual:

1 - Adoção de táticas de atratividade a visitantes que desconsideram ou ignoram os impactos negativos associados ao aumento descontrolado do fluxo de pessoas, em áreas protegidas ou preservadas<sup>29</sup>;

2 - Opção por estratégias museográficas que se desvinculam dos objetivos motivadores da preservação ou da proteção desses bens, minimizando-os ante as expectativas homogeneizadoras do consumo associado ao entretenimento e ao lazer<sup>30</sup>;

3 - Utilização intensiva de aparatos ditos interativos, digitais ou mecânicos, em sequências fragmentadas, descontextualizadas da historicidade e de seu espaço-tempo, como ferramentas de memorização e assimilação de conceitos e paradigmas<sup>31</sup>;

4 - Desvinculação física ou conceitual de objetos materiais ou imateriais de suas origens, ressignificados

por especialistas e estudiosos sem a preocupação ética – explícita e declarada – nas práticas de exibição e comunicação, para fins de contemplação;

5 - Desconsideração de memórias, crenças, saberes, práticas e usos associados aos bens ou territórios preservados ou protegidos, restringindo sua ‘existência’ aos recortes espaço-temporais vinculados às práticas de preservação, proteção ou estudo científico;

6 - Mitificação e sacralização de concepções e entendimentos hegemônicos, descontextualizados das realidades e percepções locais, regionais e universais, ignorando as expectativas públicas de finalidade desses espaços ou territórios, que necessariamente devem estar a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento<sup>32</sup>;

7 - Favorecimento da simulação e do simulacro não declarados, em detrimento de seu potencial de socialização e análise crítica das percepções humanas e sociais, científicas ou culturais, sob abordagens temáticas superficiais ou sensacionalistas; e

8 - Priorização das concepções antropocêntricas e de fragmentação disciplinar das ciências e das artes, pressupondo o domínio ou a obrigatoriedade de mediação para acesso às linguagens ou entendimentos específicos.

Em comum, todas essas situações, como sintomas pandêmicos da representação espetacularizada, adotam partidos conceituais fragmentários ou disciplinares, em detrimento de sua observação abrangente por análise direta e integral. Ou seja, há, na concepção da comunicação espetacularizada, uma opção consciente pela superficialidade da aparência fragmentar. Deste modo, permanece atual uma das constatações de Debord (2017):

<sup>29</sup> Sobre as estratégias de turismo centradas na ampliação de visitantes, Debord (2017, p. 136) considera que, como “Subproduto da circulação das mercadorias, o turismo, circulação humana considerada como consumo, resume-se fundamentalmente no lazer de ir ver o que se tornou banal”.

<sup>30</sup> Quando bens preservados ou protegidos são associados exclusivamente a produtos de consumo, estabelece-se um processo de fetichização. Para Debord (2017, p. 52), “O princípio do fetichismo da mercadoria [...] se realiza completamente no espetáculo, no qual o mundo sensível é substituído por uma seleção de imagens”.

<sup>31</sup> Sobre o abandono da história, comenta Debord (2017, p. 132): “O espetáculo, como organização social da paralisia da história e da memória, do abandono da história que se erige sobre a base do tempo histórico, é a ‘falsa consciência do tempo’”.

<sup>32</sup> Para Debord (2017, p. 57), o que rege o desejo de consumo na sociedade é a ilusão de uma sobrevivência ampliada: “O consumidor real torna-se consumidor de ilusões. A mercadoria é essa ilusão efetivamente real, e o espetáculo é sua manifestação geral”.

a sociedade passou por uma fase de degradação do 'ser' para o 'ter' e, mais recentemente, do 'ter' para o 'parecer'. É sob esse renovado desejo – que se fortalece no que pode 'parecer' – que reinam as atrações espetaculares da sociedade do século XXI. O desejo de aprovação coletiva, que entre outros meios se intensifica como 'pluralidade hegemônica' nos aplicativos de redes sociais pela *internet*, estabelece sua mais recente ilusão solidária: a socialização mediada pela quantificação de *likes*.

## DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E BRANDING PARKS

O 'desenvolvimento sustentável' é considerado uma alternativa viável de convivência do homem em seu ambiente, na busca de sobrevivência da humanidade a longo prazo. Como se percebe, o que move essa expectativa é mais a possibilidade de um usufruto humano duradouro da natureza do que a manutenção dessa natureza sob circunstâncias futuras, em que o ser humano não necessariamente fará parte. Comportamento semelhante ocorre com as ações de salvaguarda do patrimônio cultural: defende-se uma memória social que, na prática, se edifica sob a eterna luta do ser humano contra a perspectiva de esquecimento de si, quando se recorrem às 'próteses de memória'.

É por várias razões que a noção de 'sustentabilidade', como conceito em disputa, tem enfrentado críticas, desde seu lançamento pelo Relatório Brundtland, em 1987<sup>33</sup>, e sua ampla divulgação, a partir da Rio 92 e da Agenda 21. Desde então, o conceito tem sido associado a diferentes discursos. Logicamente, a preocupação ecológica é sempre considerada, porém, nem sempre associada aos entendimentos originais levantados pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), responsável pela elaboração daquele relatório. Um

dos principais entendimentos era o de que não seria possível assumir um compromisso de 'desenvolvimento sustentável' sem a priorização às 'necessidades' da humanidade, sobretudo dos mais pobres ou vulneráveis (CMMAD, 1991).

Acseirad (1999) considera que os discursos associados ao entendimento de 'sustentabilidade' estão vinculados às matrizes da eficiência, da escala, da equidade, da autossuficiência e da ética. Porém, nem sempre essas matrizes são consideradas conjuntamente. Segundo o autor, em resposta aos limites rasos que os governos e as instituições vêm atribuindo ao 'desenvolvimento', algumas organizações sociais passaram a pleitear da sustentabilidade "[...] uma nova crença destinada a substituir a ideia de progresso", para um "[...] desenvolvimento centrado no povo [...]" (Acseirad, 1999, p. 80).

Entendimentos à parte, o fato é que o conceito original de 'desenvolvimento sustentável', no Relatório Brundtland, vincula-se à prioritária e emergente necessidade de diminuição da pobreza no mundo. Geralmente, é sob o discurso da inclusão e da universalização do acesso que são defendidas as ações governamentais centradas em um modelo de 'sustentabilidade' econômica dos bens protegidos por políticas ambientais ou de patrimônio. Tal entendimento é problemático ante a constatação de que a noção de desenvolvimento, centrada apenas sob tal perspectiva, não oferece garantias ao desenvolvimento humano abrangente, 'sustentável de fato'.

Ocorre que, muitas vezes, os aspectos sociais e ambientais passam ao segundo plano, quando se busca uma 'sustentabilidade' econômica a qualquer custo. Motivos não faltam. Um deles é que o modelo capitalista de desenvolvimento vem estimulando, especialmente nas últimas décadas, a competitividade não apenas entre países, mas também entre estados e cidades. Assim, a cultura e a

<sup>33</sup> Conhecida como Relatório Brundtland, a publicação intitulada "Nosso futuro comum - *Our common future*", de 1987, apresenta as conclusões dos trabalhos da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), coordenada pela norueguesa Gro Harlem Brundtland. No relatório, o 'desenvolvimento sustentável' é apresentado como "[...] aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades" (CMMAD, 1991, p. 46).

própria natureza passaram a ser entendidas e vendidas como produtos de destino, 'diferenciais' ao consumo de massa.

Santos (1992) corrobora o entendimento de que, entre as transformações históricas associadas ao modelo capitalista, a vinculação aos ideais de competitividade e de produtividade se sobrepõe, de maneira geral, às preocupações com o desenvolvimento humano e a justiça social. Na disputa por mais visitantes e dividendos, facilmente alteram-se as percepções simbólicas desses territórios e bens protegidos, que passam a adotar estratégias de espetacularização. Paola Berenstein Jacques, sob entendimento semelhante, enfatiza que as estratégias de *marketing* e *branding* têm sido utilizadas para “[...] construir uma nova imagem para as cidades contemporâneas, que lhe garantam um lugar na nova geopolítica das redes internacionais”, não necessariamente sob motivações socialmente justas (Jacques, 2005, p. 9).

*Branding* é o desenvolvimento e a gestão de uma marca de 'identidade competitiva', que se associa a uma empresa, instituição, governo ou território, no intuito de enfatizar ou fortalecer uma imagem pré-concebida e diferencial, relacionada a um bem ou a um produto (Handbook..., 2009). Não se trata apenas da definição de um logotipo ou *slogan*, mas de um pacote de estratégias planejadas conjuntamente, na expectativa de criar ou fortalecer uma imagem positiva e estimuladora. Embora não se confunda com o *marketing*, há, nos processos de *branding*, uma parceria com a publicidade. Sob uma sociedade consumidora de imagens idealizadas da 'realidade', trata-se de um conjunto eficiente de estratégias e objetivos voltados à atratividade de um público consumidor.

Como prática vinculada às expectativas econômicas, o *branding* é aplicado a governos, campanhas políticas, instituições (como museus, universidades ou escolas), espaços ou territórios (como municípios, estados, países e áreas protegidas) que passam a planejar seus ambientes

com vistas à atração do público consumidor. De seu entendimento geral, surgiram diversas variantes, como a de *branding cities*, associada ao planejamento e à identificação de cidades; *destination branding*, aplicado às estratégias de turismo; *museum branding*, associado às estratégias de imagem dos museus; e *branding parks*<sup>34</sup>, aplicado à marca e à gestão de espaços naturais protegidos, como os parques.

A associação de uma imagem idealizada a um bem comum, como é o caso dos museus e das áreas naturais protegidas, costuma ser controversa. De certa maneira, as estratégias adotadas com essa finalidade apresentam semelhanças com as utilizadas na associação do patrimônio à indústria do turismo e de entretenimento. Não se trata de vilanizar a prática do *branding* em si ou de desconsiderar as possibilidades de associação de bens protegidos ao lazer e ao turismo equilibrados. No entanto, faz-se necessária a análise crítica das problemáticas associadas, quando essas práticas, especialmente nos países em desenvolvimento, acabam por ignorar os fins sociais mais abrangentes desses bens.

No caso específico da comunicação dos parques e das áreas ambientais, as estratégias de *branding* podem ser analisadas a partir dos entendimentos de divulgação e popularização da ciência. Ao considerar a necessidade de uma 'compreensão pública da ciência', as ações de divulgação da ciência partem de metodologias e modelos de comunicação estudados e problematizados. Em geral, suas estratégias comunicacionais (aplicadas também aos museus e às áreas naturais protegidas) costumam ser agrupadas sob pelo menos duas lógicas diferentes. Sob a perspectiva do 'modelo de déficit cognitivo', pressupõe-se uma prévia deficiência de entendimentos do público e, por essa razão, se estabelecem as ações comunicacionais sob uma hierarquia emissor-receptor. Na outra perspectiva, estão os 'modelos de comunicação de risco', que procuram ampliar o entendimento público por meio de sua participação ativa nos processos de análise e compreensão

<sup>34</sup> As estratégias de *branding parks* são mais conhecidas em países como o Canadá, os Estados Unidos e a Inglaterra. Entretanto, há estudos relacionados ao turismo, como a aplicação da noção de *destination branding*, que apontam 'potencial' para aplicação dessas práticas em parques e áreas ambientais protegidas, em todo o mundo.

da ciência e da própria sociedade. Valoriza-se, nesse modelo, a percepção crítica, não apenas sob um ponto de vista científico, mas que necessariamente incorpore uma contextualização sociocultural e/ou natural. Sob essas perspectivas, também a divulgação da ciência tem avaliado as problemáticas associadas à utilização do *branding* sob seus domínios (Agraz, 2016).

Como se pode constatar, a problemática central associada à espetacularização e às estratégias contemporâneas de *branding* em museus, parques e outros bens protegidos não está relacionada ao uso de técnicas e meios, mas às concepções e à definição dos conteúdos e das estratégias que são comunicados. Contraditoriamente, os processos de espetacularização, quando decorrentes de estratégias inadequadas de *branding*, acabam por homogeneizar os bens comuns, quando priorizam apenas as expectativas de lazer, em detrimento de suas demais funções. Acabam, assim, por destruir as qualidades 'excepcionais' desses bens, nos casos em que fortalecem a idealização de uma 'perfeição', sempre parcial. Sob essa perspectiva, e no caso das estratégias associadas ao desenvolvimento do turismo nas cidades europeias, Harvey (2014, p. 175) considera que "[...] quanto mais a Europa se 'disneyfica', menos única e especial ela se torna".

Françoise Choay, em "A alegoria do patrimônio", lembra de um discurso do Ministro do Turismo da França, de 1986, quando o mesmo teria afirmado que o "[...] patrimônio deve ser vendido e promovido com os mesmos argumentos e as mesmas técnicas que fizeram o sucesso dos parques de diversões" (Choay, 2006, p. 211). Serge Chaumier pondera que tal aproximação, apesar de incongruente, vem sendo aplicada sob a aprovação de dirigentes e conselhos locais. Para o autor, nas concepções semelhantes às utilizadas pelos parques temáticos, o espetáculo atrai mais do que o tema abordado, já que "[...] a cenografia da exposição funciona por si mesma e, às vezes, em detrimento de obras ou discursos" (Chaumier, 2005, p. 26-27, tradução nossa).

Além dos problemas associados ao turismo mal dimensionado, a criação de parques urbanos e a

musealização das paisagens, essenciais à percepção dessas áreas como bens comuns, traz outras consequências consideradas inadequadas sob o ponto de vista do 'desenvolvimento sustentável'. Há, via de regra, uma valorização econômica das regiões de entorno dessas áreas protegidas que, com isso, acabam por afastar os moradores sem condições de permanecer no local (Harvey, 2014). Em muitas cidades, essa perspectiva - de alteração de realidades regionais por substituição de 'usuários' - é assumida como estratégia de 'desenvolvimento' local.

Teoricamente, não são as estratégias de *branding* capazes de promover, por si só, alterações estruturais nas cidades ou nas paisagens preservadas, já que, sob tais entendimentos, apenas se criariam 'marcas identitárias' de atratividade a esses bens. Porém, entre a teoria e a aplicação prática há a realidade, tão heterogênea quanto os 'produtos' ou espaços em que tais métodos se aplicam.

## ENFRENTAMENTOS E CONSIDERAÇÕES

As percepções sobre os impactos considerados negativos aos parques e a outros territórios destinados à proteção da natureza, bem como aos bens declarados como patrimônio, não são homogêneas ou simultâneas. No Canadá, a proposta de construção de um monumento de grandes proporções, aliada a estratégias de intensificação do turismo, como o *glamping*, motivaram protestos e levaram a administração dos parques nacionais a recuar e repensar suas estratégias, ante as críticas que associam essas iniciativas a um processo de espetacularização e 'disneyficação'.

Em outros países, as estratégias de atratividade associadas às expectativas de sustentabilidade econômica de parques, monumentos e territórios naturais protegidos vêm sendo intensificadas, principalmente pela aplicação dos entendimentos de *branding cities* e *branding parks*. No Brasil, iniciativas privadas vêm se associando às políticas governamentais de turismo, em especial em destinos que já se destacam pela atratividade de seus equipamentos turísticos. Proliferam, por exemplo, os 'parques de



dinossauros', vinculados ao sucesso despertado pelo cinema, incentivados por políticas governamentais, sob pretexto de um 'rigor científico' ou 'artístico', com resultados duvidosos. Embora não se instalem em parques nacionais ou estaduais, esses espaços temáticos orbitam os territórios protegidos e oferecem um encantamento que a natureza, por si só, não consegue provocar em todos os públicos.

Parques temáticos proliferam porque há mercado, representado por um contingente significativo de pessoas dispostas a pagarem para ver, por algumas das razões discutidas neste artigo. Seriam a espetacularização e a mitificação inevitáveis à musealização de áreas protegidas, assim como para os demais museus? Talvez, por constatações semelhantes, Andreas Huyssen tenha sugerido que quaisquer comparações entre um museu convencional e um parque temático devam ser cuidadosas e menos generalizantes, para que não se reproduza a superada dicotomia entre a 'alta' e a 'baixa' cultura. Huyssen (2004, p. 22) considera que é preciso estar aberto às muitas possibilidades, quando se reconhece "[...] a distância constitutiva entre a realidade e a sua representação". Por outro lado, o autor também alerta que "Isto não quer dizer que vale tudo. A qualidade permanece como uma questão a ser decidida caso a caso" (Huyssen, 2004, p. 22).

Diante de tais constatações, como propor o enfrentamento, capaz de renovar as perspectivas críticas da 'realidade'?<sup>35</sup> Jacques Rancière, em "O espectador emancipado", ao considerar a relação do teatro com seu espectador, lembra que

A 'contemplação' que Debord denuncia é a contemplação da aparência separada de sua verdade [...]. O que o homem contempla no espetáculo é a atividade que lhe foi subtraída, é sua própria essência, que se tornou estranha, voltada contra ele [...] (Rancière, 2017, p. 12).

De forma semelhante à relação dos museus com seu público, Rancière (2017, p. 13) relata que o teatro costuma se acusar "[...] de tornar os espectadores passivos e trair assim sua essência de ação comunitária". Por outro lado, essa capacidade autocrítica faz com que o teatro continuamente dedique-se "[...] à missão de inverter seus efeitos e expiar suas culpas, devolvendo aos espectadores a posse de sua consciência e de sua atividade", de modo que os mesmos se tornem os "[...] agentes de uma prática coletiva" (Rancière, 2017, p. 12-13), por meio de um teatro transformador, capaz de mediar sua emancipação intelectual.

Nesse sentido, as atividades comunicacionais de bens musealizados não devem subestimar a capacidade cognitiva de seus visitantes, assim como não devem pressupor que os mesmos serão sempre dotados dos códigos específicos, apresentados por diferentes campos do conhecimento. Ambas as situações, quando ocorrem, são igualmente excludentes. O que se espera é que os visitantes, na qualidade de 'espectadores emancipados', "[...] desempenhem o papel de intérpretes ativos, que elaborem sua própria tradução para apropriar-se da 'história' e fazer dela sua própria história" (Rancière, 2017, p. 25).

Quanto à pertinência ou não de um processo de musealização do sentido 'uno' da natureza, mantém-se o entendimento de ser algo impossível, pelo menos materialmente. Qualquer tentativa de musealizar a natureza será sempre fragmentária, porque toda musealização é parcial ante as complexidades do que entendemos por 'real'. Diante de tal constatação, somente a paisagem, como excerto da natureza, tem sentido sob um processo convencional de musealização. Nesse caso, está-se diante de um paradoxo: quando delimitada sob a relação de poder que se constitui no

<sup>35</sup> Gilles Deleuze, ao analisar a obra "Em busca do tempo perdido", de Marcel Proust, propõe diferentes modalidades de signos de percepção e, em especial, aborda as possíveis reações humanas a esses signos (Deleuze, 2003). Trata-se de uma obra essencial à Museologia, já que, tomando por base os entendimentos de Deleuze, pode-se analisar criticamente as estratégias de musealização e seus possíveis efeitos sobre a percepção humana.



processo de musealização, a paisagem passa a então se configurar como território, já que à mesma se atribui uma valoração específica, com pretensão representativa. Por outro lado, a possibilidade de uma natureza musealizada, sob sua percepção e idealização 'una', só pode ser pertinente ou possível aos planos poéticos e imaginários, associados à sensibilidade e à criatividade humanas, como se propõe no entendimento de um modelo teórico de 'museu global' (Scheiner, 2007).

Pelas reflexões aqui apresentadas, reitera-se que uma alternativa aos museus tradicionais e territórios musealizados, bem como às políticas de preservação do patrimônio, no enfrentamento de suas contradições associadas ao seu papel na natureza, é a opção por sua concepção integral. Sob essa perspectiva, valoriza-se a relação museu e sociedade (Scheiner, 2013) e sua interação ecocêntrica com a natureza.

O espaço musealizado sob princípio ecosófico (Guattari, 2014), como contraponto à uma visão antropocêntrica, ao propor a superação das dicotomias homem-natureza e natureza-cultura, retoma e atualiza as concepções de 'museu integral' e 'patrimônio integral'. Sob a perspectiva de uma estruturação ético-filosófica, interacional e não hierárquica, integram-se as concepções de natureza, sociedade e natureza humana (que se configuram como suas três ecologias). Na aplicação do princípio da ecosofia ao fenômeno museu, devolve-se à musealização seu papel complementar na mediação das percepções humanas sobre o 'real', necessariamente integrado à natureza. Afinal, como considera Merleau-Ponty (2006), só é possível ao ser humano entender a natureza quando o mesmo procura encontrar sua própria natureza.

## AGRADECIMENTOS

Este artigo se fundamenta em questões vinculadas à pesquisa de doutorado em Museologia e Patrimônio do primeiro autor, sob colaboração da segunda autora e orientação da terceira.

## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. Discursos da sustentabilidade urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, n. 1, p. 79-90, maio 1999. DOI: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.1999n1p79>.
- AGRAZ, Enrique Pérez. Marca ciencia: el posicionamiento social del conocimiento científico. In: HERRERA LIMA, Susana; OROZCO MARTÍNEZ, Carlos Enrique; TENRREIRO, Eduardo Quijano (coord.). **Comunicar ciencia en México: tendencias y narrativas**. Guadalajara: ITESO, 2016. p. 87-107. (Colección de la Academia al Espacio Público).
- BACHELARD, Gaston. **A epistemologia**. Tradução de Fátima Lourenço Godinho e Mário Carmino Oliveira. Lisboa: Edições 70, 2006.
- BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Tradução de Artur Morão. Rio de Janeiro: Elfos Editora; Lisboa: Edições 70, 2017.
- BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulação**. Tradução de Maria João da Costa Pereira. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.
- BELIANI, Elisama. **As contribuições da Museologia para a preservação e musealização do Parque Nacional da Tijuca**. 2012. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção Sergio Miceli. 6. ed. 1. reimp. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, n. 83, p. 17, 5 maio 2009. Disponível em: [http://portal.iphau.gov.br/uploads/legislacao/Portaria\\_127\\_de\\_30\\_de\\_Abril\\_de\\_2009.pdf](http://portal.iphau.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_127_de_30_de_Abril_de_2009.pdf). Acesso em: 11 jun. 2018.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Brasília: Centro de Documentação e Informação: Coordenação de Publicações, 1995. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/7706>. Acesso em: 28 maio 2018.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Não paginado. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 2 jun. 2018.
- BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937**. Rio de Janeiro, 1937a. Não paginado. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm). Acesso em: 2 jun. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, 1937b. Não paginado. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm). Acesso em: 2 jun. 2018.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934**. Rio de Janeiro, 1934. Não paginado. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: 2 jun. 2018.

CAMERON, Duncan. Le musée: un temple ou un forum. *In*: DESVALLÉES, André (org.). **Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie**. Mâcon: Éditions W; Savigny-le-Temple: M.N.E.S., 1992. v. 1, p. 77-98. (Collection Muséologie).

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. Tradução de Pedro Bernardo. Lisboa: Edições 70, 2014.

CHAUÍ, Marilena. Natureza, cultura, patrimônio ambiental. *In*: MEIO Ambiente: Patrimônio Cultural da USP. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial, 2003. p. 47-55.

CHAUMIER, Serge. Introduction. *In*: CHAUMIER, Serge (dir.). **Du musée au parc d'attractions: ambivalence des formes de l'exposition. Culture & Musées**, Paris, n. 5, p. 13-26, 2005.

CHOAY, Françoise. **O patrimônio em questão**: antologia para um combate. Tradução de João Gabriel Alves Domingos. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011. (Coleção Patrimônio).

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 4. ed. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (ICOM). **Evolution de la définition du musée selon les statuts de l'ICOM (2007-1946)**. Paris: ICOM, 2009. Não paginado. Disponível em: [http://archives.icom.museum/hist\\_def\\_fr.html](http://archives.icom.museum/hist_def_fr.html). Acesso em: 9 jun. 2018.

CURY, Marília Xavier. Museu, filho de Orfeu, e musealização. *In*: ENCUENTRO REGIONAL DEL ICOFOM LAM, 8., 1999, Coro. **Documentos de Trabalho [...]**. Coro: ICOFOM LAM, 1999. p. 50-55.

DAVALLON, Jean; GRANDMONT, Gérald; SCHIELI, Bernard. **L'environnement entre au musée**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon; Québec: Musée de la Civilisation, 1992.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução de Estela dos Santos Abreu e prólogo de Christian Ferrer. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.

DELEUZE, Gilles. **Proust e os signos**. 2. ed. Tradução de Antonio Piquet e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (dir.). **Dictionnaire encyclopédique de muséologie**. Paris: Armand Colin, 2011.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

FEYERABEND, Paul K. **Ciência, um monstro**: lições trentinas. Tradução de Rogério Bettoni, edição, revisão técnica e notas de Luiz Henrique de Lacerda Abrahão. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt e revisão de Suelly Rolnik. 21. ed. 3. reimp. Campinas: Papirus, 2014.

HANDBOOK on tourism destination branding. Introdução de Simon Anholt. Madrid: UNWTO; Bruxelas: ETC, 2009.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. 2. ed. Tradução de Sergio Alcides. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

JACQUES, Paola Berenstein. Prefácio. *In*: JEUDY, Henri-Pierre. **O espelho das cidades**. Tradução de Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005. p. 9-12.

JAPIASSU, Hilton. **O mito da neutralidade científica**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1975.

KUHN, Thomas Samuel. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia-museu e patrimônio, patrimonialização e musealização: ambiência de comunhão. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 7, n. 1, p. 31-50, jan./abr. 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-81222012000100004>.

MACGREGOR, Roy. The disneyfication of Canada's national parks. **The Globe and Mail**, Toronto, 16 maio 2016. Disponível em: <https://www.theglobeandmail.com/news/national/the-disneyfication-of-canadas-national-parks/article28359840/>. Acesso em: 30 maio 2018.

MAURE, Marc. La nouvelle muséologie - qu'est-ce que c'est? **ICOFOM Study Series**, Paris, n. 25, p. 127-132, 1995. Symposium Museum and Community II. Stavanger, Noruega, jul. 1995. Editor Martin R. Schärer.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **A natureza**: curso do Collège de France. 2. ed. Texto estabelecido e anotado por Dominique Ségard, tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MESA redonda de Santiago do Chile, 1972: mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo. Organização José do Nascimento Junior, Alan Trampe, Paula Assunção dos Santos. Brasília: IBRAM: Programa Iberoamericanos, 2012. v. 1.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Convención para la Salvaguardia del Patrimonio Inmaterial**. In: REUNIÓN DE LA CONFERENCIA GENERAL DE LA ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA, 32., Paris, 2003. Não paginado. Disponível em: <https://ich.unesco.org/es/convencion>. Acesso em: 2 jun. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Convención sobre la Protección del Patrimonio Cultural, Mundial y Natural**. In: REUNIÓN DE LA CONFERENCIA GENERAL DE LA ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA, 17., Paris, 1972. Não paginado. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/convention-es.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2018.

PRATS, Llorenç. La mercantilización del patrimonio: entre la economía turística y las representaciones identitarias. **PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico**, Sevilla, n. 58, p. 72-80, marzo 2006. DOI: <https://doi.org/10.33349/2006.58.2176>.

RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. Tradução de Ivone C. Benedetti. 1. ed. 3. tir. São Paulo: Editora WMF: Martins Fontes, 2017.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007. (Pesquisa e documentação do IPHAN). Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc1\\_PaisagemCultural\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc1_PaisagemCultural_m.pdf). Acesso em: 27 maio 2018.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia à Geografia Crítica**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. 1992: A redescoberta da Natureza. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 6, n. 14, p. 95-106, jan./abr. 1992. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141992000100007>.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

SCHEINER, Teresa Cristina. Museu, museologia e a 'relação específica': considerações sobre os fundamentos teóricos do campo museal. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 42, n. 3, p. 358-378, set./dez. 2013.

SCHEINER, Teresa Cristina. Repensando o museu integral: do conceito às práticas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 7, n. 1, p. 15-30, jan./abr. 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-81222012000100003>.

SCHEINER, Teresa Cristina. Musée et Muséologie - définitions en cours. In: MAIRESSE, François; DESVALLÉES, André (org.). **Vers une redéfinition du musée?** Paris: L'Harmattan, 2007. p. 147-165.

SCHEINER, Teresa Cristina. The many faces of ICOFOM. **Cahiers d'Étude Study Series**, Paris, n. 8, p. 2-3, 2000. Disponível em: [http://archives.icom.museum/study\\_series\\_pdf/8\\_ICOM-ICOFOM.pdf](http://archives.icom.museum/study_series_pdf/8_ICOM-ICOFOM.pdf). Acesso em: 18 dez. 2017.

SCHEINER, Teresa Cristina. **Apolo e Dioniso no templo das musas**. Museu: gênese, ideia e representações na cultura ocidental. 1998. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

SIMMEL, Georg. **A filosofia da paisagem**. Tradução de Artur Mourão. Covilhã: LusoSofia Press, 2009. Disponível em: [http://www.lusosofia.net/textos/simmel\\_georg\\_filosofia\\_da\\_paisagem.pdf](http://www.lusosofia.net/textos/simmel_georg_filosofia_da_paisagem.pdf). Acesso em: 7 jun. 2018.

STRÁNSKÝ, Zbyněk Z. **Introduction à l'étude de la muséologie**: destinée aux étudiants de l'École Internationale d'Été de Muséologie - EIEM. Brno: Université Masaryk, 1995.

VARINE, Hugues de. **O tempo social**. Rio de Janeiro: Eça, 1987.

WILSON, Ross J. **Natural history: heritage, place and politics**. Abingdon, OX: New York, NY: Routledge, 2018.



# 'Ideias em movimento': José Augusto Garcez e a reinvenção do folclore no Museu Sergipano de Arte e Tradição (1948)

## 'Ideas in motion': José Augusto Garcez and the reinvention of folklore in the *Museu Sergipano de Arte e Tradição* (1948)

Clovis Carvalho Britto<sup>I</sup>  | Jean Costa Souza<sup>II</sup> 

<sup>I</sup>Universidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal, Brasil

<sup>II</sup>Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, Sergipe, Brasil

**Resumo:** Este artigo analisa a trajetória do colecionador sergipano José Augusto Garcez (1918-1992) e seus trânsitos na reinvenção do folclore, por meio de exposições museológicas, com destaque para a criação do Museu Sergipano de Arte e Tradição (1948), em Aracaju, Sergipe. O interesse é compreender as transformações do folclore, especialmente em Sergipe, por meio da análise da constituição de um campo de produção simbólico, dos trânsitos intelectuais e das estratégias dos agentes responsáveis pela mobilização da crença em determinadas invenções do 'popular', traduzidas em exposições museológicas. Sustentado no referencial teórico-metodológico de Pierre Bourdieu e na análise de um conjunto de fontes inéditas, o artigo contribui para a visualização das táticas utilizadas para a criação de museus dedicados ao folclore no Nordeste do país, no início do século XX, e do modo como esses espaços auxiliaram na mobilização e na consolidação de determinados projetos intelectuais.

**Palavras-chave:** Museu. Folclore. José Augusto Garcez. Sergipe.

**Abstract:** This paper analyzes the trajectory of the Sergipean collector José Augusto Garcez (1918-1992) and his transits in the reinvention of folklore through museological exhibitions, with special emphasis on the creation of the *Museu Sergipano de Arte e Tradição* (1948), in Aracaju, Sergipe. The objective is to understand the transformations of folklore, especially in Sergipe, through analyzing the makeup of a field of symbolic production as well as the intellectual transits and strategies of the agents responsible for mobilizing belief in certain inventions of the "popular" translated into museological exhibitions. Based on the theoretical-methodological reference of Pierre Bourdieu and analysis of a set of unpublished sources, this research contributes to the visualization of the tactics used to create museums dedicated to folklore in the northeast of the country in the early twentieth century, and how these spaces contributed to the mobilization and consolidation of certain intellectual projects.

**Keywords:** Museum. Folklore. José Augusto Garcez. Sergipe.

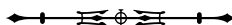
---

BRITTO, Clovis Carvalho; SOUZA, Jean Costa. 'Ideias em movimento': José Augusto Garcez e a reinvenção do folclore no Museu Sergipano de Arte e Tradição (1948). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 14, n. 3, p. 1003-1024, set.-dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000300016>.

Autor para correspondência: Clovis Carvalho Britto. Universidade de Brasília. Faculdade de Ciência da Informação. *Campus Darcy Ribeiro*. Brasília, DF, Brasil. CEP 70910-900 ([clovisbritto@unb.br](mailto:clovisbritto@unb.br)).

Recebido em 08/01/2019

Aprovado em 13/03/2019



Falar de José Augusto Garcez como personagem que atuou em diferentes campos, homem das letras, colecionador, criador de um museu, mobilizando a partir de suas ações, práticas relacionais em diferentes espaços, é narrar a sua trajetória enquanto agente socialmente instituído, problematizando aquilo que Bourdieu (2007) denominou como 'ilusão biográfica'. Sem dúvida, o caráter autobiográfico presente em diversas obras, mas especificamente em seu livro "Folclore: realidade e destino dos museus" (Garcez, 1958), constitui-se, "[...] pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva" (Bourdieu, 2007, p. 184), na disputa pelo monopólio de legitimidade dentro dos espaços possíveis. Assim, partindo do nome próprio como objeto de análise, podemos perceber as sucessivas movimentações que José Augusto Garcez mobilizou enquanto produtor e produto de uma construção social, uma vez que, frente à classificação de objetos coletados e preservados em seu empreendimento cultural, o Museu Sergipano de Arte e Tradição contribuiu para a fabricação de tradições da cultura local.

A vida social é composta por objetos que circundam os agentes, proporcionando significados distintos, temporalidades, trajetórias individuais ou coletivas que reverberam em suas práticas culturais cotidianas, a partir "[...] das categorias culturais ou sistemas classificatórios dentro dos quais situamos, separamos, dividimos e hierarquizamos" (Gonçalves, 2007, p. 14). São suportes de memórias que, uma vez acionados, revelam subjetividades perante os embaraços de um macrocircuito de classificações, que, dependendo do seu contexto sociocultural, carregam diferentes marcas do pensamento de determinada época.

No final do século XIX e início do século XX, muitos destes objetos, segundo Gonçalves (2007), foram classificados como etnográficos. Logo, corroborando o autor, ao sinalizar que nem toda coleção demarcada como etnográfica "[...] era desenvolvida por antropólogos profissionais, mas por viajantes e missionários" (Gonçalves, 2007, p. 16) e, ainda mais, que muitas dessas coleções não

eram frutos de análises epistemológicas sobre entendimento do 'outro', destacamos as ações desenvolvidas pelo sergipano José Augusto Garcez e o seu Museu Sergipano de Arte e Tradição. Não sendo um antropólogo de formação, fez-se viajante, um estudioso das coisas de Sergipe, registrando e preservando objetos que fariam a 'alma dessa gente' aos 'pensadores do nosso povo'. Assim, acreditamos que os museus e as suas coleções são espaços privilegiados para a fabricação de práticas, discursos e crenças que dinamizam a memória e o esquecimento, tornando-se um dos recursos utilizados para a construção de determinadas leituras sobre a identidade nacional e local.

No Brasil, no início do século XX, é possível mapear discussões acerca da valorização de elementos que representariam o universo 'popular' brasileiro, como instrumentos de construção e de consolidação de uma possível imagem de nação. A partir da década de 1930, o país viveu algumas iniciativas políticas e culturais que demandaram, para além de outras realizações, ações de preservação de bens que encenariam – a partir de diversos campos, museus, literatura, artes plásticas etc. – uma possível imagem de Brasil. Segundo Antônio Albino Canelas Rubim, essas iniciativas ocorrem quando "As classes médias e o proletariado aparecem na cena política" (Rubim, 2007, p. 14), contribuindo para a atuação de uma emergente burguesia dentro dos espaços políticos culturais.

A institucionalização do patrimônio cultural no Brasil ocorre a partir de 1936, em pleno Estado Novo, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Sob a atuação de Rodrigo Melo Franco de Andrade como dirigente do órgão, a partir do Decreto-Lei nº 25, de 1937, iniciou-se a construção de um conjunto de narrativas sobre os bens culturais brasileiros, entendido como patrimônio histórico e artístico nacional. Como assinalado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, embasado por uma perspectiva de Mário de Andrade acerca da noção de patrimônio, promove-se o "[...] conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua

vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (Andrade, R., 1987, p. 51).

As ações do SPHAN foram marcadas pela identificação e preservação dos bens com referências a uma herança colonizadora, fato que resultou em críticas sobre a representatividade dos bens e que contribuiu para a uma não “[...] interação com as comunidades e públicos interessados nos sítios patrimoniais preservados, [...] [impedindo] o SPHAN de acompanhar os desenvolvimentos contemporâneos na área de patrimônio [...]” (Rubim, 2007, p. 17-18). Este pensamento foi reforçado por Maria Cecília Londres Fonseca, quando analisou a política federal de preservação ao patrimônio cultural e sublinhou uma composição do patrimônio “[...] limitada a uma vertente formadora da nacionalidade, a luso-brasileira, [elegendo] determinados períodos históricos, elitista na seleção e no trato dos bens culturais” (Fonseca, 2009, p. 143).

Em meio a essas tensões, torna-se importante destacar a atuação das Campanhas de Defesa do Folclore Brasileiro que, paralelamente às iniciativas institucionalizadas pelo SPHAN no tocante à busca pela preservação das manifestações culturais e da identidade nacional, estimulou o surgimento de uma rede de intelectuais folcloristas. Essa rede de intelectuais pensava suas representações culturais a partir de uma determinada esfera social – ‘o povo’ –, que, segundo o antropólogo Vilhena (1997), é denominada de movimento folclorista.

A mobilização dos folcloristas, em 1947, fez surgir a Comissão Nacional de Folclore, que resultou na Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. Os pesquisadores dessa temática passaram a tratar o conceito de folclore como equivalente ao de cultura popular. Desse modo, as ações desses estudiosos foram orientadas na tentativa de transformar o folclore em uma disciplina científica autônoma, com campo de investigação e métodos próprios, uma vez que seus trabalhos, até então, se restringiam a um caráter descritivo dos registros coletados:

De 1947 aos dias atuais, outros capítulos dessa história foram escritos. Constituíram-se coleções públicas e privadas, realizaram-se exposições, foram editados livros, filmes e vídeos voltados para a análise e divulgação das expressões de uma arte oriunda de indivíduos pertencentes às camadas populares ou resultante da ação de comunidades organizadas em torno da produção de objetos da cultura material. Nesse período observa-se também a criação de instituições museológicas nos país, cuja finalidade precípua inclui a coleta, a guarda e a exposição de objetos de origem popular. Tais instituições surgem no contexto de implantação de mecanismos de proteção ao folclore nacional, a partir da iniciativa de uma rede organizada de intelectuais convencionalmente nomeada Movimento Folclórico Brasileiro. (Lima; Ferreira, 1999, p. 102).

Em 1951, durante o I Congresso Brasileiro de Folclore, ocorrido no Rio de Janeiro, os folcloristas promoveram debates acerca das características do folclore e redigiram um documento, a “Carta do Folclore Brasileiro”, como forma de estabelecer as diretrizes que reconheciam o estudo deste objeto como parte integrante de outras áreas do saber, como a antropologia cultural e o seu “[...] estudo da vida popular em sua plenitude quer no aspecto material, quer no espiritual, [...] as maneiras de pensar, sentir e agir de um povo, preservadas pela tradição popular” (Carta..., 1952-1955). Portanto, é importante salientar que, segundo Elisabeth Travassos, o movimento folclorista, nesse momento, distancia-se das posições clássicas quanto à noção de antiguidade e oralidade, que impregnava os estudos folcloristas no início do século XIX. Para a autora, “Sob a égide dos relatos de fundação do Brasil a partir dos três povos formadores, o tema privilegiado pelos estudos do folclore passou da poesia popular à música, e em seguida aos ‘folguedos’” (Travassos, 1998, p. 187).

Durante essa Campanha, inúmeras instituições especializadas em folclore, a exemplo de museus e órgãos do governo estadual e federal, fizeram-se presentes como espaço político legitimador. A identificação de artefatos classificados como ‘folclore’, ‘cultura popular’, ‘arte popular’, começa a emergir dentro dos cenários museológicos como forma de materializar um discurso que encenaria a ‘cultura do povo’, ou seja, buscava-se



aqueles que estavam à margem da sociedade, com seus costumes, hábitos e criações artísticas sendo classificados como elementos autênticos de uma brasilidade.

No Brasil, a representação da nacionalidade em museus é investigada, por exemplo, tomando-se como referência os intelectuais Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro, conforme o trabalho de Chagas (2009), e suas relações com a criação do Museu Histórico Nacional, do Museu do Homem do Nordeste e do Museu do Índio, respectivamente. A partir das problematizações em torno da identificação dessas instituições, bem como da abordagem que o autor fez acerca do nacional nos museus brasileiros, fica evidente que o tratamento dado a essas coleções traduz uma representação (de) sobre o outro, um olhar a partir de seu ponto de vista cultural. Obviamente, o papel dos museus como suportes na narrativa sobre a nação remonta ao século XIX, em uma perspectiva marcadamente científica, a exemplo da configuração do Museu Nacional, do Museu Paranaense, do Museu Paraense Emílio Goeldi e do Museu Paulista (Schwarcz, 1993; Lopes, 1997).

Atrrelados a uma ideia de produção artesanal, ao longo do século XX, diversos museus identificaram os artefatos em suas exposições por meio de uma narrativa em que o cotidiano do 'homem comum' fosse ali representado. Evidenciavam objetos que, fabricados em localidades longe dos grandes centros de influência cultural, dialogavam com a população rural ou de cidades do interior, tornando-se o assento de uma 'cultura legítima' de 'representação do povo'. Esses artefatos eram feitos de matérias-primas diversas, como couro, palha, lataria, madeira, barro, começando a compor o imaginário acerca de sertão, de Nordeste, formando coleções particulares, fruto da ação de estudiosos que tratavam sobre a 'cultura do povo'. Nesse contexto, no Brasil, começaram a surgir os museus de caráter etnográfico, museus regionais, museus de folclore e museus de arte popular.

Por esse motivo, intitulamos este artigo de "ideias em movimento", nos termos apresentados por Alonso (2002), visando realizar uma leitura sociológica em torno de conjunturas, confluências e debates que envolveram

as interconexões entre os intelectuais dos campos dos museus e do folclore em Sergipe. Isso ganha centralidade quando percebemos, em Sergipe, nas primeiras décadas do século XX, iniciativas que apresentavam a cultura local como forma de mediar, a partir de artefatos, arquivos bibliográficos, oralidade, noticiários, uma campanha do que seria a cultura de Sergipe. Acreditamos que, a partir do Museu Sergipano de Arte e Tradição, criado pelo colecionador folclorista José Augusto Garcez, em 1948, é possível entender as estratégias de fabricação de um 'folclore sergipano' junto a outros intelectuais e instituições que, integrados a esse projeto, auxiliaram na consolidação do campo museológico em Sergipe.

Nesse período, o estado de Sergipe possuía dois espaços museológicos que respondiam como lugar de preservação e salvaguarda da memória local: o Museu do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) (hoje, Museu Galdino Bicho, pertencente à mesma instituição), em Aracaju, e o Museu Horácio Hora, em Laranjeiras. Em seu livro autobiográfico "Folclore: realidade e destinos do museu", Garcez (1958) promove uma crítica no tocante à forma como esses espaços desenvolviam suas atividades culturais no cenário museológico sergipano. Para o autor, ocupando duas áreas do prédio do IHGSE, o museu estava dividido em dois espaços, o térreo e o primeiro andar:

As peças existentes no Museu incorporado ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe abrangem duas áreas, sendo uma sala no térreo e um salão no segundo. A primeira e principal sala está situada no térreo da aludida instalação, estando regularmente com os objetos arrumados não atendendo ainda as regras e princípios técnicos. Partes dos objetos estão colocadas em peças isoladas e inadequadas, raros objetos trazem etiquetas. Não há salas especiais para exposições, necessário serviço de classificação, livros de visitas, jetões para controle de visitantes, exposições temporárias e comemorativas, estatuto, fichário nem catálogo descritivo. [...] Na sala do segundo andar, todo o acervo encontra-se disperso, não existindo etiquetas, arrumação, bem assim, meios propícios de defesa contra o estrago do tempo, tudo que seja de acordo com os princípios técnicos modernos. (Garcez, 1958, p. 38).



Desse modo, é possível perceber a preocupação que Garcez tinha quanto aos fazeres técnicos nos museus, ao processo de documentação, preservação, comunicação, exposição, evidenciando que adequar a instituição ao modelo técnico moderno (no tratamento das peças) era pensar uma classificação dos objetos, uma linguagem, uma história a ser narrada a partir de uma reunião de peças em espaços, nesse caso, em salas distintas, formando exposições temáticas, comemorativas. O museu do IHGSE foi fundado em 1917 e, segundo Garcez, era formado por “[...] objetos de variadas espécies sem defesa de valorização” (Garcez, 1958, p. 38).

Outra instituição que existia nesse mesmo contexto era o Museu Horácio Hora, criado pelo Decreto nº 31, em 16 maio de 1942, na cidade de Laranjeiras. Segundo Garcez (1958, p. 42), o museu “[...] compreendia apenas uma sala com o acervo espalhado sobre o assoalho e paredes”. Não havia “[...] arrumação, organização, peças destinadas a proteção de objetos, etiquetas, inventário nem catálogo descritivo” (Garcez, 1958, p. 42). Esta era uma instituição que, assim como o museu do IHGSE, partilhava de uma prática na qual os fazeres técnicos que visavam à preservação e à comunicação, não correspondia ao que ele considerava como necessários aos fazeres museológicos. Desse modo, através das críticas suscitadas pelo autor, ele se fez um conhecedor da área técnica de museus, um conhecedor da Museologia que, provavelmente, respondia às diretrizes técnicas do Curso de Museus, liderado por Gustavo Barroso, no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro.

No caso sergipano, é oportuno apresentar alguns antecedentes. Sílvio Romero, crítico, ensaísta, folclorista da cidade de Lagarto, Sergipe, teve sua contribuição na historiografia literária brasileira. Como pesquisador, sob a influência do escritor e jurista Tobias Barreto, também sergipano, dedicou-se em pensar o que seria a ‘civilização brasileira’. Em Sergipe, seus estudos, que tinham a temática do folclore, principalmente quanto ao registro de possíveis traços culturais que fundamentariam

o ‘povo brasileiro’, capturados na literatura, na poesia, nos causos etc., embasaram as pesquisas sobre elementos caracterizadores da relação nacional/regional da antiga província. É esse contexto, influenciado pelo pensamento destes autores, que José Augusto Garcez teve como referência para a formulação do seu pensamento enquanto jornalista, colecionador, escritor e poeta:

Em 1947, ainda muito novo, inscreve-se como candidato a poltrona nº 10, vaga com falecimento de Artur Fortes. Implacavelmente, a inscrição é cancelada pela interferência do acadêmico José Magalhães Carneiro. Inconformado, José Augusto sustenta, no ‘diário de Sergipe’, uma série de artigos protestando contra a injustiça. E obstinado e idealista, não apaga aspirações nem a inspiração. Ao contrário, toma-se de fúria criativa, escrevendo, agitando os meios culturais sergipanos, liderando intelectuais e fundando movimentos de alta cultura. (Cardoso, 2016, p. 220).

Assim, segundo os aportes sociológicos de Bourdieu (1983a), é possível tomar como objeto de estudo a trajetória de José Augusto Garcez junto ao campo de produção cultural e suas relações enquanto agente socialmente instituído dentro das diversas áreas em que atuou. Reconhecendo as condições sociais do estado de Sergipe no início do século XX e a sua produção cultural no folclore, principalmente na literatura, é possível visualizar a atuação de Garcez, até aquele momento, como jornalista, e as suas estratégias de aquisição de capitais econômicos e culturais, norteadas por uma nova visão do que seria o folclore em Sergipe e sua prática colecionista.

Dessa forma, evidenciar, a partir da estrutura do campo em jogo – nesse caso, do folclore em Sergipe –, as estratégias de José Augusto Garcez enquanto produtor, contribui para problematizar em que medida o intelectual manipula as regras do jogo e, por meio de estratégias, tenta implantar uma nova estrutura para a produção da crença em si a partir dos empreendimentos realizados, visando à obtenção de legitimidade dentro desse espaço de produção simbólico.

Segundo Bourdieu (1983a, p. 212), a obtenção de uma autonomia legítima dentro de um espaço de poder é “[...] uma autonomia relativa que se constrói pouco a pouco sob certas condições, no decorrer da história”. É notável observar a posição que Garcez ocupava enquanto agente produtor e produto de uma agência nos seus diferenciados campos, e pensar em que medida a crença fabricada no campo dos museus é fruto das relações por eles estabelecidas. Desse modo, é possível situar a trajetória de José Augusto Garcez como metonímia do campo cultural e museológico sergipano ao longo do século XX. Homem que, desde cedo, esteve mergulhado nas letras, jornalista e escritor, atuou em diversos periódicos dentro e fora do estado de Sergipe, tendo suas produções registradas nos principais jornais do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Alagoas. Dito isso, é notório que José Augusto Garcez soube, a partir de sua posição social, manipular bem seus capitais para determinadas leituras a respeito do que entendia como tradição, arte e cultura no estado de Sergipe.

Em 1953, Garcez criou o Movimento Cultural de Sergipe, a fim de mobilizar uma rede de intelectuais em virtude dos possíveis silêncios no tocante à produção literária neste estado. O empreendimento cultural destinava-se a editar obras de intelectuais anônimos, romancistas e poetas sergipanos que não tinham condições de financiar a edição de suas produções. Conhecido por muitos como um mecenas das letras, José Augusto Garcez, a partir do Movimento Cultural de Sergipe, iniciou um processo de divulgação dos fazeres culturais do estado, trazendo para esse circuito a apresentação de narrativas sobre a cultura local, publicando mais de quarenta obras sobre diversos temas, como Sociologia, Biologia, Ensaios, Crônicas, História, Romance, Poesia, Economia, Finanças e Museologia (a exemplo do livro “Folclore: realidade e destino dos museus”, de autoria do próprio Garcez), revelando nomes que mobilizariam o campo cultural sergipano e nacional:

José Augusto Garcez revelou Santos Souza, Eunaldo Costa. Publicou, ainda, livros de Florentino Meneses (“Grandeza e decadência e renovação da vida”), José Calazans (“Euclides da Cunha e Siqueira de Menezes”), Orlando Dantas (“Análises da inflação no Brasil”). No gênero Poesia, faz vir à luz, de Santos Souza: “Cidade subterrânea”, “Relíquias”, “Ode órfica” e “Cadernos de elegias”, “Pássaro de pedra e sono”; de José Amado Nascimento: “Sermões”, “Minha cidade”, “Rapsódia de Aracaju”; de José Sampaio: “Nós acendemos as nossas estrelas”. Obras completas de José Maria Fontes, “Sonho e realidade”. Publicou mais outros poetas: Jacinto de Figueiredo (“Motivos de Aracaju”), Sindulfo Barreto Filho (“Lagoa do Abaeté”), Giselda Moraes (“Rosa do tempo”) e outros, inclusive livros de versos do próprio José Augusto Garcez: “Invasão das estrelas”, “Mensagens”, “Desejo-morto”, “Canudos submerso”, “Aurora de sangue” e outros. (Cardoso, 2016, p. 220).

É com a publicação destas obras que José Augusto Garcez começa a ter notoriedade dentro e fora de Sergipe, trocando diversas correspondências com escritores, jornalistas, folcloristas e expoentes modernistas, como Carlos Drummond de Andrade e Manuel Bandeira, participando de diversos jornais em Sergipe, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, e em outros países, como México e Portugal.

Ao analisar esses documentos, é possível atestar os trânsitos culturais que Garcez instituiu e o modo como eles reverberaram na formação de seu pensamento, no tocante à preservação e ao registro da cultura local. Sob o apoio do governo de Leandro Maciel, é dado ao “[...] intelectual sergipano, idealizador do Movimento Cultural de Sergipe [...], excursionar as diversas capitais brasileiras, em missão de intercâmbio cultural [...]”, sendo recomendado “[...] às autoridades e aos intelectuais patrícios” (Garcez, 1958, p. 156). Dentro dessa perspectiva, o Movimento Cultural promovia, além das publicações, a realização de saraus em livrarias da capital, realizava exposições como “[...] a seção de antropologia cultural, exposição interna e na Livraria Regina Limitada [...] há dez anos, através de PRJ-6, o programa radiofônico Panorama Cultural, no qual havia uma seção sobre a Missão do Museu” (Garcez, 1958, p. 35).

Para além de todo o acervo bibliográfico divulgado por Garcez como editor ou, algumas vezes, como autor, ele iniciou uma campanha em favor da criação de um museu para o estado de Sergipe, em 1948. Publicando em vários jornais, como *Diário de Sergipe*, *O Nordeste*, *Correio de Aracaju*, *Sergipe Jornal*, todos de Aracaju, Sergipe; *A Tarde*, de Salvador, Bahia; *Diário Carioca*, do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro; *A Gazeta*, de São Paulo, São Paulo; observam-se matérias em que destacava a carência, no estado de Sergipe, de um museu que preservasse a memória do 'seu povo'.

O Museu Sergipano de Arte e Tradição foi criado em sua própria residência, na cidade de Aracaju, e se constituiu a partir de sua coleção particular. Devido à constante exportação de obras identificadas como históricas, segundo Garcez (1958, p. 24): "[...] levando em consideração a gravidade que assumia o descaso dos administradores [...], julguei conveniente a começar, em 1946, adquirindo com recursos próprios, o acervo que hoje mantenho". Nesses termos, é possível pensar em que medida essa coleção particular, localizada na residência da família, em comunhão com os objetos utilitários da casa, também não contribuiu para que outros agentes também desempenhassem essa atuação colecionista. O jornal *A Noite*, no ano de 1953, destacou, por exemplo: "[...] outro setor do museu sergipano vendo-se o casal José Augusto Garcez e D. Isaura Garcez. Eles cuidam do M. S. A. T. com um verdadeiro carinho de pais" (Souza, 1953, p. 29). Desse modo, é possível problematizar em que medida a sua esposa, ocupando esse espaço do privado, também era responsável pela configuração das exposições, pela conservação das peças, pela produção de fichas catalográficas ou até mesmo pela seleção de objetos a serem comunicados, até porque, como já foi salientado, esse não era o único projeto cultural partilhado por José Augusto Garcez. Aqui, é importante notar que o papel da esposa não é trivial. Na lógica de uma coleção constituída por uma figura patriarcal, e ligada ao seu nome, esse patriarcado ajuda a naturalizar a ideia de um museu criado por um 'intelectual' masculino.

Junto a esse museu, Garcez também cria um programa de rádio chamado "Panorama cultural" que, para além das prosas e poesias que eram proferidas semanalmente, também servia para informar aos ouvintes os estudos e os serviços prestados no seu museu particular.

O acervo do Museu Sergipano de Arte e Tradição era composto por objetos de procedência da capital do estado de Sergipe e de seu interior, como a cidade de Itaporanga d'Ajuda, onde o intelectual tinha uma residência e seus familiares ocupavam posições na política local. O museu tinha como objetivo salvaguardar não só a cultura material do estado, mas todo e qualquer suporte material que tratasse das questões culturais, políticas e históricas da região. Além do museu, o folclorista criou uma biblioteca, denominada Biblioteca Popular Tobias Barreto, em 1948. Paralelamente, ele também fundou um instituto de pesquisa chamado Serviço de Pesquisa e Documentação Científica, para arquivar e preservar documentos de cunho histórico, fatos e acontecimento da cultura, da política e da geografia local.

Desse modo, é possível que tenha sido um serviço de pesquisa onde a aquisição do acervo documental fosse feita para compor parte da coleção do Museu Sergipano de Arte e Tradição, uma vez que, em cartas sugestivas do escritor Luís da Câmara Cascudo a Garcez, em 1951, o mesmo relata que seria interessante que o museu do estado fosse criado seguindo uma perspectiva folclórica. Cascudo, considerado um dos grandes nomes do folclore brasileiro, sugeriu que Garcez criasse um museu pensando-o como espaço movido pela cultura material, e os demais acervos (arquivístico e documental) fossem destinados a outras instituições do estado, como o Arquivo Público e o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Portanto, é possível que a coleta da cultura material dentro do campo do folclore servisse de registro, uma forma de evidenciar, através da matéria, os saberes e fazeres dos integrantes de uma determinada camada social. Para além dos registros documentais sobre crenças e os causos por meio da oralidade, os objetos atestariam um saber artístico que, uma vez preservado,

era projetado para o público visitante um ideal de tradição conservado no tempo.

A partir desse estímulo, Garcez iniciou uma campanha visando mobilizar os agentes governamentais, políticos e gestores culturais a favor da criação de um museu para o estado de Sergipe, um espaço onde sua coleção particular fosse abrigada, respondesse às 'normas técnicas' adequadas aos fazeres museológicos e, principalmente, difundisse sua leitura em torno do folclore. Nosso argumento é de que compreender esses trânsitos intelectuais contribuirá para a visualização de algumas das principais referências que orientaram a concepção de folclore em Sergipe ao longo do século XX.

### **JOSÉ AUGUSTO GARCEZ E O MUSEU COMO ESPAÇO EDUCATIVO E SOCIAL**

José Augusto Garcez nasceu em 19 de agosto de 1918, na Usina Escorial (São Cristóvão, Sergipe), filho de Silvano Sobral Garcez e Carolina Sobral Garcez, descendente de uma família possuidora de engenhos. Segundo Santos, S. (2014), Garcez teria iniciado os seus estudos no município de Itaporanga d'Ajuda, tendo aulas com professoras particulares. Seus estudos secundários teriam sido feitos no Colégio Tobias Barreto e concluídos no Colégio Marista, em Salvador, cidade onde iniciou o Curso de Direito que, por problemas de saúde, não concluiu.

De volta ao seu estado natal, publicou em jornais de Sergipe, Bahia e Rio de Janeiro. Em Aracaju, aos dezoito anos, ingressou no jornalismo, estreando com a produção de uma biografia intitulada "Prado Valladares", em 1938. Pesquisador dedicado às áreas de Paleontologia e Antropologia, também escreveu sobre Filosofia do Direito, Prolegômenos, Ciência Zootécnica e Sociologia, tendo uma produção bibliográfica vasta, com destaque para "Folclore: realidade e destino dos museus", "Holandeses em Sergipe", "Destino da província", "Canudos submerso" e "Aurora de sangue". Garcez atuou em diversas instituições culturais dentro e fora do estado, a exemplo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e da Sociedade Brasileira de Folclore.

Diante de um possível relato que pudesse indiciar os trânsitos intelectuais que o colecionador e folclorista José Augusto Garcez obteve para construção de suas práticas culturais, é possível sinalizar a presença do folclorista Luís da Câmara Cascudo, a quem recebeu em terras sergipanas no dia 22 de abril de 1951, a convite de Arnaldo Rolemberg Garcez, então governador do estado, primo e cunhado de José Augusto Garcez. Esse encontro foi motivado pela comemoração do centenário da morte do folclorista sergipano Sílvio Romero. Acompanhado por uma comitiva de intelectuais locais, Luís da Câmara Cascudo conheceu os bens naturais em terras sergipanas, os monumentos e os bens culturais do estado de Sergipe, principalmente a antiga capital, a cidade de São Cristóvão.

Certamente, em razão da visita do folclorista potiguar para terras sergipanas e o tamanho do seu prestígio no campo de produção, no dia 20 de abril de 1951 o Sergipe Jornal trazia a matéria "Isto é pra você ler, intelectual de província", assinada por José Cruz. Não obstante sublinhar que o estado possuía um museu com uma vasta coleção de arte popular, artesanato e tudo aquilo que se relacionava ao folclore, considerada pelos doutos como uma das maiores do Brasil, sugeriu a Câmara Cascudo que aproveitasse a sua presença e fundasse, em Aracaju, antes de regressar a Natal, o Centro Sergipano de Tradição:

Somos de parecer que o Centro Sergipano de Tradição deveria ter um Museu em que figurassem os mais diversos pitorescos objetos de indústria empírica indígena, tais como cerâmica, cestos e cestas, côco de tirar água, redes de embalar, redes de pescar, brinquedos (inclusive bruxas de pano e o querido "Mané Gostoso" das crianças do nosso tempo), rendas, colheres de pau, pilões, enfim, tudo que bem demonstrasse aos olhos pesquisadores e curiosos dos visitantes a incipiente indústria popular sergipense. (*In*: Garcez, 1958, p. 64).

Nesse aspecto, é possível evidenciar os elementos a serem destinados ao museu e a forma como eles seriam classificados. A cultura material indígena é pensada como materialização de um povo que estaria na formação inicial da cultura local, de uma arte 'incipiente', ou seja, de uma

autenticidade étnica tradicional de povo originário daquele lugar. Isso se torna evidente, uma vez que, para Garcez, tudo o que foi assinalado pelo jornalista o mesmo já possuía desde 1948: “[...] o que nos faltava realmente e ainda não existe é um Museu Oficial” (Garcez, 1958, p. 64).

Aberto à sociedade sergipana, o espaço museológico era mediado pelo colecionador que, através do próprio relato, apresentava “[...] a origem do acervo, bem assim o aspecto histórico, empenhando esforço a fim de oferecer ao público o sentido primordial que é de colocar o museu, na missão educativa e social” (Garcez, 1958, p. 35). Para ele, o museu não se configurava mais como um arquivo de peças mortas, para o deleite de turistas, e sim era visto como um espaço de ensino: “[...] salientando aspectos do passado, conjunto de sucessivas e diversas civilizações; [o museu traduziria] a genuína representação folclórica” (Garcez, 1958, p. 23).

Certamente, essas referências foram construídas a partir de suas relações intelectuais, dos debates que travava com outros folcloristas. Garcez dialogava com essas referências estendendo-as para pensar um espaço que preservasse a cultura, a arte e a história do ‘povo sergipano’ através da cultura material. Talvez esteja aí um dos indícios que promoveram sua inserção no campo museológico e que demarcaram seu pensamento:

No momento contemporâneo, observando-se o desenvolvimento extraordinário das ciências sociais, não se concebe a formação de um museu simplesmente com exposições permanentes de peças representando a pequena vida econômica regional, documentos tradicionais ou não, para a delícia dos espectadores. A cultura material é objeto de exame, estudos e interpretação de base científica. A participação da criação artística do povo, as peças inspiradas e executadas e sem tortura e técnica apuradas, modelos espontâneos, tudo que for preparado por mãos ásperas através de rústicos processos, — são obras intuitivas, simples e esclarecedoras. Permanecem ligados à educação popular. (Garcez, 1958, p. 81).

O intuito era construir um museu que representasse as ‘tradições’ e que também guardasse documentos

vivos do ‘patrimônio histórico’. Dando continuidade à campanha denominada por ele de histórico-cultural, visando à criação de um museu para Sergipe, Garcez, em 23 de março de 1958, expediu correspondências ao governador Leandro Maciel Maynard e ao 3º Bispo de Aracaju, D. José Vicente Távora, a respeito da possível aquisição, em forma de permuta ao estado, do prédio da antiga cúria diocesana, “[...] mansão memorável, onde várias gerações iriam encontrar, através dos documentos vivos, capítulos mais empolgantes da nossa história” (Garcez, 1958, p. 57).

Nessas duas correspondências, Garcez evidencia que, desde 1946, ano em que começou a colecionar ‘coisas de Sergipe’, foram inúmeras tentativas em prol do incentivo das autoridades locais para aquisição de um espaço físico para o museu de Sergipe, onde salvaguardasse “[...] o patrimônio histórico e cultural do estado” (Garcez, 1958, p. 24). Em análise das correspondências, o que chama atenção são as táticas que Garcez utilizou para a obtenção dos resultados. Mediante à frustração de não ter conseguido realizar isso com o apoio do antigo governador, solicitou ao então governador Leandro Maciel a formação do museu na antiga casa da cúria diocesana, na justificativa de que, em virtude dos trabalhos que o mesmo desenvolvia no estado, “[...] tornar-se-ia imprescindível a criação de mais uma obra na profícua gestão [...], teríamos assim com a soma das peças existentes na biblioteca pública, Instituto Histórico e o Museu Sergipano de Arte e Tradição um acervo completo, plasmado, atuante e instrutivo” (Garcez, 1958, p. 71). Logo, vale destacar que, alegando a não valorização e o estímulo do então governador para a criação do museu, iria encaixotar todo o seu acervo, que estava disponível em um prédio alugado, em sua residência “[...] de limites exíguos, inadequados às verdadeiras condições museológicas, aonde centenas de peças se amontoam e se espriam em várias dependências, afetando, inclusive, a saúde de minha família” (Garcez, 1958, p. 71).

O museu serviria para instruir e nortear um entendimento de arte, de valores artísticos, mesmo às

pessoas não habituadas a vivenciar espaços culturais. Como assinalado, espaços sediados pelas elites iriam incorporar outra parte da população, ensinando ao público conteúdos artísticos:

A arte popular – primitiva e a atual – são manifestações de ordem estética cujos elementos transmitem, no tempo e no espaço, vocações que nos levam a compreensão dos espécimes artísticos. Nos ciclos e temas da ciência folclórica, observamos associados às ciências do Homem. Tudo que se coligiu, coordenou e estudou através das classificações científicas tem de figurar explicitamente sem adulterações nas interpretações realizadas. As criações anônimas, as lendas, canções – remotos mistérios das superstições, adagiário e adivinhas, danças etc., literatura oral –, ao lado das artes populares, são demonstrações folclóricas ligadas às tradições dos povos e que se vão ampliando nos museus. (Garcez, 1958, p. 95).

Nesse contexto, Garcez evidencia a arte sacra e o papel da Igreja Católica junto à formação do museu:

A igreja terá oportunidade de demonstrar decisiva colaboração na sala destinada a Arte Sacra, representada por peças místicas modeladas no barro e esculpidas em madeira, integradas no departamento de Arte e Cultura, servindo para proteger e conservar as relíquias que se estenderão às peças barrocas, excedentes das restaurações dos Templos antigos e que me coube o cuidado de recolher, preservando dos atentados, forjada pela expressão artística dos abnegados jesuítas, que, inegavelmente, deixam em plagas sergipanas autênticos monumentos estéticos, até então desafiando a ação deteriorante do século. (Garcez, 1958, p. 74).

Como justificativa ao apoio solicitado ao representante da Igreja, Garcez (1958, p. 74) declara: “[...] o sentido social e moral da Arte, sua função na mensagem educativa, bem assim reintegraremos, na devida posição, os benfeitores das civilizações que conceberam trabalhos imperecíveis”.

Devido à falta de apoio, é possível que, diante de inúmeras campanhas presentes em diferentes meios culturais, Garcez (1958) tenha dado ao livro “Folclore: realidade e destino dos museus” uma feição autobiográfica, preenchendo-o de posições práticas sobre as atividades

desenvolvidas no Museu Sergipano de Arte e Tradição, como também as possíveis reivindicações e sugestões, no tocante à gestão de poderes públicos locais quanto à área cultural e aos órgãos regulamentadores de museus.

Movido por visão modernista, onde era preciso salvaguardar as tradições do passado como elemento de identidade da nação, o registro de elementos da cultura local permeava as ações do folclorista sergipano. Influenciado por uma construção do folclore, amparado no Movimento Folclorista nas décadas de 1950 e 1960, o museu serviria como lugar para a ‘educação do povo’. Seria uma forma de vivenciar, através da materialidade, o passado, as tradições, para refletir sobre a cultura local, o ‘povo sergipano’, através dos objetos em suas temporalidades constitutivas:

O museu, centro de energias culturais e educativas, acolhe os estudantes e lhes transmite a compreensão real de tudo aquilo que os estudos teóricos e metodológicos não conseguiram transmitir com clareza e perfeita visão dos conhecimentos essenciais. Este é um dos aspectos salientes da missão do museu que os museólogos procuram debater no interesse de elucidar, colaborando no âmbito dos problemas educacionais. O museu é complemento da experiência científica, laboratório da civilização técnica e fundamental dos nossos conhecimentos. Proporciona todos os esclarecimentos e preparação educacional da massa proletária, conhecimentos científicos do ensino superior, aprimoramento do ensino primário. O museu é, podemos afirmar, o complemento do saber e ponto vital das relações humanas. (Garcez, 1958, p. 92).

Nesse aspecto, é possível que o pensamento de Garcez, no tocante ao espaço do museu e aos objetos de folclore, estivesse pautado no pensamento de Gustavo Barroso, visto que, para ele, “[...] o patrimônio histórico ao lado destas legítimas apresentações da alma sergipana, cada espécie situada em sua área especializada, corrobora para o entendimento histórico-cultural” (Garcez, 1958, p. 95). Em suas andanças pelo país, é provável que Garcez tenha recebido influências desse paradigma museológico dominante, no qual a tradição e a arte popular



representavam a 'cultura do povo'. Sob esse prisma, Garcez (1958, p. 95) entende que a arte popular, "[...] primitiva e atual, são manifestações e ordem de estética [...]", cuja matéria pode transmitir, nos espaços discursivos, compreensões do desenvolvimento artístico.

A matéria no jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro, datada de 27 de abril de 1957, destaca os trânsitos que Garcez realizava. Sob o título "No Rio, o fundador do Movimento Cultural de Sergipe", o texto informa que Garcez ganhou uma arma das mãos de Gustavo Barroso, como forma de estímulo para as suas ações: "agora mesmo, trouxe do Rio uma arma antiga, que o historiador Gustavo Barroso reputa como única no Brasil, peça raríssima e de inestimável valor" (No Rio..., 1957, p. 6). Esse documento demonstra algumas das parcerias e dos itinerários que o intelectual construiu ao longo de sua trajetória, estímulos prestados pela rede de sociabilidade que o folclorista estabeleceu como resultado de agentes culturais que tinham conhecimentos dos fazeres museológicos.

Nesse caso, Gustavo Barroso, enquanto agente consagrado no campo de produção dos fazeres museológicos no Brasil e na produção de uma narrativa do folclore, ao doar a peça para o museu de José Augusto Garcez, manifesta uma assinatura, ao passo que produz a crença na produção cultural do colecionador. Em diálogo com Bourdieu, no texto "Mas quem criou os criadores?", observa-se que não é a raridade da arma que foi doada a Garcez que importa para a produção da crença, "[...] mas a raridade do produtor, manifestada pela assinatura [...]" (Bourdieu, 1983b, p. 230, grifo do autor), ou seja, é constituída a crença coletiva nesse ato, no qual o poder do produtor manifestado no produto alimenta a crença no museu e, nesse caso, Garcez também se faz a partir desse ato de doação.

Para Garcez (1958), o objeto do folclore faz parte da natureza humana de criar coisas. Independente da área de interesse, este objeto serviria para melhor apresentação das disciplinas instituídas nas escolas, no campo do saber. Era

a partir das habilidades técnicas no processo de formação dos objetos que Garcez sustentava a ideia de tradição, objetos populares que possivelmente eram constituídos pelos aprendizados passados de geração a geração, pela oralidade, como assinalava o folclorista Sílvia Romero.

Garcez também foi influenciado pelo pensamento do jurista Tobias Barreto, com referência a uma literatura alemã, onde o tempo e o espaço, a arte e o artista davam-se nesses momentos de transferência do saber que, por ser cultural, acontecia de forma dinâmica. O folclorista, na prática, desenvolvia uma cultura local, na qual o objeto do seu museu, a poesia editada pelo Movimento Cultural de Sergipe, a literatura falada na sua rádio difusora Panorama Cultural, constituía o que Bourdieu (1983b) denominou de 'prática distintiva' para obtenção de legitimidade no campo do folclore em Sergipe.

## TRÂNSITOS INTELECTUAIS: HERANÇAS DE UM PENSAMENTO FOLCLORISTA

A seleção de intenções e de gestualidades para a produção de determinadas crenças a partir da manipulação de repertórios expográficos nos museus, compreendidos enquanto espaços de produção, arquivamento e circulação de memórias, dialoga com a expressão 'imaginação museal', cunhada por Chagas (2005), conceito que concebe objetos, formas e imagens como suportes de memórias mobilizados na 'narrativa poética do espaço'. Utilizando esse conceito, Oliveira (2012) apontou indícios de uma 'imaginação museal' no pensamento dos principais estudiosos do folclore nacional, como Sílvia Romero, Mário de Andrade e Gustavo Barroso. Partindo dessas análises, examinaremos em que medida é possível evidenciar uma 'imaginação museal' nas práticas preservacionistas desenvolvidas por José Augusto Garcez.

Em seu livro autobiográfico, Garcez (1958) utiliza, na construção da narrativa, autores que contribuíram para a produção da crença em seu nome e nas ações executadas por ele. Intelectuais que discutem o estudo do folclore enquanto ciência; o campo do museu e sua

função enquanto espaço dinâmico; a educação a partir dos e nos museus; a cultura material como parte de uma representação folclórica; ou seja, conceitos apreendidos pelo autor que materializaram seus fazeres enquanto poeta, jornalista e folclorista. Na verdade, é importante pensar os trânsitos e as heranças intelectuais que contribuíram para colocar em prática as ações de preservação por meio da 'imaginação museal' dos folcloristas. Para tanto, nos debruçaremos nesses pensamentos que, possivelmente, contribuíram para pôr em prática as ações desenvolvidas por José Augusto Garcez.

No século XIX, a oralidade, os contos, os versos e as lendas talvez sejam os primeiros registros coletados por pesquisadores direcionados em apresentar a produção do 'homem comum' como portador de uma herança que serviria para 'autenticar' uma dada nacionalidade. No Brasil, esses registros direcionados ao popular integraram um processo de valorização do 'povo', dando a este o lugar do primitivismo, de uma cultura pitoresca. Como indica Burke (2010), o 'povo', sendo um termo muito amplo e contraditório, foi definido de várias formas pelos diversos campos do saber.

O folclorista sergipano Sílvia Romero, em meados do século XIX, já desenvolvia pesquisas com o intuito de registrar fatos nacionais/locais. Segundo Vânia Dolores de Oliveira, os seus registros não evidenciavam "[...] propriamente a ideia de museu como entendemos hoje, mas uma nota, um viés preservacionista, percebido na preocupação com o registro das coisas nacionais" (Oliveira, 2011, p. 174). Sílvia Romero, em um momento em que o estudo da cultura ainda não era algo em voga, percebeu, no registro dos contos, da poesia e da música, as particularidades de povos, civilizações e etnias.

Herdeiro intelectual do jurista sergipano Tobias Barreto, que tinha uma produção muito latente no molde de pensar dos germânicos, com as teorias de Kant, Sílvia "[...] chama atenção para coleta de materiais, indicando fontes, nacionalidades e produções recentes originadas dos mestiços e das populações atuais" (Garcez,

1958, p. 133). É nesse contexto de análise e coleta que predominaram os estudos do folclore em Sergipe no século XIX e início do século XX. Sob defesa de que o regionalismo é uma constância para a produção do folclore, Garcez, como sergipano e herdeiro desse modelo de apresentação da cultura local, defendia o regionalismo, compreendendo-o como:

[...] testemunhos materiais da arte, nos costumes etc. decorrem da tradição atuante de onde emergem os sentimentos populares. A contribuição rudimentar indígena e africana somada às influências da formação da cultura luso-brasileira são temas pertinentes de interação onde buscamos descobrir os prodígios da criação estética, oral e popular, sobrevivência dos agrupamentos humanos. (Garcez, 1958, p. 132).

Como ora assinalado, surge uma ampliação por parte de Garcez do que seriam esses testemunhos dos costumes, bem como a noção de arte, nesse caso, de arte popular. Assim, é possível supor que os olhares de Mário de Andrade e do historiador Gustavo Barroso tenham influenciado de algum modo Garcez em seus fazeres museológicos no Museu de Arte e Tradição. Para Mário de Andrade, a função dos museus era se tornarem uma instituição "[...] [contrária] à ideia de cemitérios de relíquias, [...] 'museus vivos, que sejam um ensinamento ativo'" (Oliveira, 2011, p. 175), que se assemelha, quanto ao discurso que propagava, à função do Museu Sergipano de Arte e Tradição. Conforme salientou Oliveira (2011), se Mário de Andrade dava maior importância à função educativa da instituição e o seu papel como lugar de conhecimento, mais do que qualquer finalidade outra aos objetos, Garcez partilhava da mesma ideia.

Tendo o modernista criado um anteprojeto que serviu de base para implementação de uma institucionalização do patrimônio e dos museus, Garcez legava a criação de espaços de memória onde seriam fabricadas as representações que formariam o imaginário sobre a nação. Entre as propostas, vale destacar a criação de um Museu de Arqueologia e Etnografia, onde



[...] seriam recolhidos e preservados os exemplares representativos da arte popular. [...] [Entendo] as manifestações artísticas, nacional e estrangeira [...] que de alguma forma interessem a Etnografia, "com exceção da ameríndia", enumerando objetos, monumentos – arquitetura popular, cruzeiros, capelas, cruzes mortuárias de beira de estrada, jardim etc., paisagem e folclore – "música popular, contos, história, lendas, superstições, medicina, receitas culinárias, provérbios, ditos, danças dramáticas etc." (Andrade, M., 2002, p. 274 apud Oliveira, 2011, p. 177).

A partir dessa classificação, são notórias as aproximações do pensamento de Garcez no tocante a esse entendimento prévio de arte popular, exceto quanto a não adoção de objetos indígenas dentro desta classificação. Sobre esse viés de arte popular, cunhado pelo colecionador José Augusto Garcez, é possível que o mesmo aderisse expograficamente aos conceitos em torno da etnografia e da arte popular enquanto parte de um folclore constituinte, que, na expografia do seu museu, podem ser percebidos como sinônimos.

Dando continuidade à construção da 'imaginação museal' de Garcez, é notória a influência que o advogado e historiador Gustavo Barroso deteve nos seus fazeres práticos e discursivos de nação, de arte e de popular. É possível dizer que, mergulhado em uma literatura que versa sobre os estudos de patrimônio, nação e memória, Garcez materializou, naquele momento, em Sergipe, uma concepção moderna de museu, construindo uma nova imaginação folclórica e museológica para o estado, diferindo das experiências museológicas até então existentes (Britto et al., 2018).

Como agente consagrado no campo intelectual que versa sobre o estudo de museus no Brasil e a institucionalização da memória nacional, Gustavo Barroso propôs a criação de um museu ergológico brasileiro na década de 1940, projeto que provavelmente influenciou o pensamento de Garcez, principalmente sobre o discurso de que, nas artes populares, estaria a 'alma do povo', a 'nacionalidade brasileira'. Para Oliveira (2012), é interessante se perguntar, no presente, em que medida se torna difícil compreender como Barroso, um homem

idealizador de um museu que buscou imortalizar as elites, pode ter olhado para questões do folclore.

Barroso movia severas críticas aos estudos folcloristas que se dedicavam somente às manifestações espirituais, deixando de lado a materialidade de objetos que, pertencentes a esse grupo, poderiam ser preservados, proposta por ele chamada de 'museu ergológico'. Sob esse ponto, é notório como ele contribuiu para a produção dos discursos mobilizados por Garcez em seu livro. Para o sergipano, o folclore defendido enquanto ciência apresentava-se seguindo as propostas de Barroso. De um lado, a anemologia como sinônimo da alma e, de outra parte, a ergologia, debruçada nas artes e ofícios, ilustrando "[...] artes e ofícios tradicionais [...]" do povo brasileiro (Oliveira, 2012, p. 181). Sobre essa classificação do material, é possível deduzir que Garcez teve suas influências na produção de um museu que se assemelhava à proposta de Barroso quanto à ideia de um 'museu ergológico', tendo propagado em seu manifesto para oficializar esse espaço, onde a técnica, "[...] os modos de fazer, que ele denomina, indistintamente, arte [...]" (Oliveira, 2012, p. 181), o que pode ser observado nas quatorze divisões:

Arte da Habitação, Arte Naval, Arte da Pescaria, Arte da Caça, [...] Artes Domésticas (com as subdivisões, culinária, fiação e vestuário e iluminação), Artes do Artesanato, Arte das Representações, Arte Coreográfica, Arte dos Mecanismos, Arte da Destilação, Arte da Feitiçaria, Arte Funerária, Artes da Criação dos Bichos e Artes Diversas. Examinando sua classificação do "material ergológico", vê-se que nas "Artes do Artesanato" Gustavo Barroso incluía: Cutelaria e Armaria, Malharia, Serralharia e Ferraria, Joalheria, Cerâmica, Imaginária, Selaria, Carpintaria, Marcenaria, Sapataria, Funilaria, Cordoaria, Tanoaria, Cestaria e Tecidos de Fibras, Barbearia, Carreiro, Foguetaria. Até mesmo quando enumera os itens que integram a cerâmica, limita-se a seu aspecto utilitário, exceção aberta apenas para as "figuras antropomorfas ou zoomorfas para paliteiro ou brinquedo de criança". (Oliveira, 2012, p. 180-181).

Assim, é possível estimar que, entre os agentes que pensaram a formação de um museu popular, das artes populares no Brasil, Gustavo Barroso tenha influenciado

as práticas de coleta que o colecionador sergipano Garcez utilizou, a partir dos anos de 1940, para a formação do seu museu, inaugurado em 1948. Em seu livro, Garcez (1958) cita um pensamento de Barroso, quando, no estudo sobre “Introdução à técnica de museus”, afirma que um museu não deve ser “[...] unicamente um necrotério de relíquias históricas, etnográficas, artísticas, folclóricas ou arqueológicas; mas um organismo vivo que se imponha pelo valor educativo, ressuscitando o passado nele acumulado” (*In*: Garcez, 1958, p. 15).

Sob essa perspectiva, mergulhado nas discussões que reverberam o campo dos museus na década de 1950, e voltando para esse espaço um olhar educativo, aliado a programas institucionais de educação, como lugar fornecedor de cultura, Garcez também se posiciona conforme o museólogo Florisvaldo dos Santos Trigueiro, formado pelo Curso de Museus no Museu Histórico Nacional, quanto ao papel dos museus na educação do povo. Isso se comprova quando Garcez refere-se a um livro de sua autoria, ainda em elaboração, a respeito da “[...] função do Museu no sistema educacional Brasileiro, devidamente ilustrado” (Garcez, 1958, p. 35).

Para Garcez (1958), o espaço do museu caracterizava-se como uma ‘escola viva’, sublinhando o seu papel preponderante na educação do povo e a sua relação com o público. Influenciado pelos estudos do museólogo Florisvaldo dos Santos Trigueiro, entendia “[...] que a finalidade do museu é informar educando [...], atingir os seus fins educativos, os métodos são os mais variados, já que as relações com o público são as mais diversas” (Garcez, 1958, p. 48). Em diálogo com Trigueiro, Garcez construiu uma narrativa histórica de autores por ele referenciados, que o legitimava como herdeiro de um pensamento a respeito desse espaço. Percebe-se que suas ações e motivações manifestam esses pensadores que, refletindo sobre o campo dos museus, do patrimônio, dos estudos do folclore, da cultura material e seu papel como espaço educativo, souberam trilhar caminhos em campos onde tais discussões os reinventavam, ao passo

que também fabricavam uma nova narrativa do folclore em Sergipe, a qual valorizava os folguedos enquanto arte, diferindo das propostas de Sílvio Romero e Tobias Barreto.

Todavia, foi a partir do pesquisador, escritor e folclorista Luís da Câmara Cascudo que Garcez sustentou seu pensamento sobre um folclore local/nacional. Considerado um dos maiores pesquisadores do folclore brasileiro, o autor potiguar estudou este assunto como um processo onde a cultura de uma localidade se manifesta a partir de tradições, da preservação de suas raízes culturais, ou seja, uma cultura que é transmitida oralmente e é preservada pelos costumes. É baseado nesse pensamento que José Augusto Garcez empreendeu o seu processo colecionista para mobilizar as ‘tradições do povo sergipano’. Em visita ao Museu Sergipano de Arte e Tradição, no ano de 1958, Cascudo registra o arsenal de objetos coletados pelo folclorista sergipano, o que contribui para a compreensão de como se dava o processo criativo do colecionador:

Visito a biblioteca de José Augusto Garcez. E a sua galeria de arte popular. Muitos espécimes curiosos de barro, madeira, osso, pastoris, presépios, o grupo de lampião, macumbas, candomblés, amuletos, reminiscências de viagens. Muita coisa pra ver e estudar. E quadros, fotos, e objetos dignos de demora atenta. A biblioteca anuncia o estudioso que se pode credenciar para todos os voos. Todos os gêneros estão amplamente representados. Documentário sério. A hemeroteca é variada e copiosa. José Augusto Garcez é abelha que ainda não fixou a flor de sua especialização cultural. Sua bibliografia é viva, pessoal, abrangendo os horizontes mais largos e gerais, direito, jornalismo, história, crítica poesia, assuntos agrícolas, pecuarismo, etnografia, folclorismo. (*In*: Garcez, 1958, p. 58).

Diante do escrito, é possível perceber que José Augusto Garcez conseguiu compor, para além do museu, um espaço de documentação e preservação do que seria possível e lhe interessava salvaguardar da ‘memória do povo de Sergipe’. É notória a participação de Câmara Cascudo diante desse empreendimento cultural, como também se torna uma forma de legitimar suas ações folcloristas, ao mapear esses fazeres culturais no estado.

Desse modo, é possível que a formação de uma coleção onde a 'sergipanidade' estava sendo representada evidencie diversas compreensões em torno da ideia de Sergipe. Garcez, como mediador desse fluxo de comunicação, de referências múltiplas, atuando e participando frente a diversas instituições, transportou para sua obra a criação de um Sergipe poético, literário, artístico, histórico e museal, respondendo aos desígnios do campo do folclore da época, com suas crenças, motivações e objetos de estudo. Por isso, a importância de se criar um museu com essas características.

### MUSEU SERGIPANO DE ARTE E TRADIÇÃO (1948)

Localizado na avenida Barão de Maruim, número 629, na capital Aracaju, o Museu Sergipano de Arte e Tradição possuía caráter autônomo e era vinculado à residência de José Augusto Garcez. Denominado como núcleo histórico e artístico na época da sua formação, Garcez criou o museu "[...] em virtude da constante exportação de nossas relíquias históricas" (Garcez, 1958, p. 24). Devido ao descaso quanto à evasão do "[...] patrimônio histórico e artístico cultural do estado" (Garcez, 1958, p. 24), ele iniciou, em 1946, através de recursos próprios, seu ato de colecionar objetos de diversas tipologias e procedências:

A casa de José Augusto Garcez é um museu de pequenas proporções: mas um verdadeiro museu onde se encontram elementos para estudo no setor da história, da pintura, da numismática e principalmente cerâmica. E que paciência para empregar o tempo em preciosas anotações sobre a procedência, a época e a utilidade dos espécimes raros que lhe enriquecem as paredes, as estantes e os armários. (*In*: Garcez, 1958, p. 21).

Empreendimento particular, em casa alugada, o museu era amparado pelos conhecimentos técnicos da prática museológica, quanto à organização, arrumação, catalogação, restauração e classificação dos objetos. Garcez classificou a sua coleção da seguinte maneira, ao modo de achados e aquisições:

A - Achados referentes à Paleontologia (fósseis de Mastodonte e Megatherium) e de outros animais.

B - Objetos que representam a etnologia brasileira. Aquisições.

C - Arte Sacra: - imagens em madeira, terracota, porcelana, gesso, cera, bronze. Sinos, peças barrocas etc.

D - Arte popular em geral, inclusive artesanato. Especificação do material: terracota, couro, barro comum, chifres, sisal, osso, cipó, palhinha, taquara, tucum, fio, caroá, coco, flecha etc.

E - Armaria: - pistolas, armas brancas, lanças, trabucos, fuzis, rifles, garruchas e espadas. Máquinas de guerra: - canhões e balas.

F - Instrumento de tortura: - tronco.

G - Ciclo do Cangaceiro: embornais de pano e couro, cantil, chapéu e punhais que pertenceram aos bandidos: José Baiano e Lampião.

H - Ciclo da Escravidão - peças e documentos.

I - Iconografia: imagens e quadros.

J - Animais paquidermizados.

K - Antropologia Cultural. (Garcez, 1958, p. 34).

Diante do que foi enumerado nos itens anteriores e da forma como Garcez classificou a sua coleção em categorias, informada no seu livro "Folclore: realidade e destino dos museus", é possível atestar que a formulação do seu pensamento sobre o folclore se faz a partir dos seus trânsitos entre o campo do folclore, dos museus, do entendimento de arte nesses espaços culturais, bem como da ideia de tradição.

Em nenhum momento José Augusto Garcez defendeu a formação do seu museu enquanto folclore, mas como um museu misto. O pensamento de arte popular aplicado ao museu, em resposta sugestiva às correspondências trocadas por Luís da Câmara Cascudo, seria uma das faces do folclore. Influenciado também pelo pensamento de Gustavo Barroso, quando este promoveu a proposta de um 'museu ergológico', um museu da 'alma popular' para nação, entendeu esses elementos

enquadrados na categoria de arte que, frente ao universo popular, estariam mais atrelados às habilidades artísticas que o agente desenvolvia no objeto material, adotando, dentro dessa perspectiva, como instrumento, o manual técnico de museus elaborado por Gustavo Barroso.

Garcez construiu, em Sergipe, o entendimento de um folclore que defendia a oralidade, a poesia e a cultura material, esta última reconhecida como arte. Logo, é notório no colecionador algumas contradições do que ele entende enquanto a funcionalidade do espaço museu e a aplicação do estudo do folclore nesse espaço.

Na prática, no tocante à criação de sua coleção, é possível atestar que o seu museu seja mais um 'gabinete de curiosidades'<sup>1</sup>, um lugar de coisas de Sergipe. Todavia, no momento de implantação de um 'museu oficial', institucionalizado, se respaldou dos conceitos técnicos e práticos de classificação, preservação, comunicação, e do conceito de museu formulado pelo *International Council of Museums* (ICOM), seus objetivos para a sociedade, missão educativa e o papel das escolas dentro desse processo de aprendizagem.

Segundo Cláudio de Jesus Santos, a coleção de Garcez foi fruto das viagens que o colecionador fez pelo interior do estado de Sergipe, baseadas no ideal de preservação do popular, do tradicional. Sob influência do pensamento modernista, o museu surgiu com o "[...] intuito de musealizar a cultura popular sergipana através de sua coleção, a fim de inserir Sergipe nesse projeto de modernidade cultural" (Santos, C., 2014, p. 60).

É possível perceber, nas práticas executadas pelo intelectual, que a informação transmitida a partir da coleção estava muito embasada por uma narrativa histórica, onde os tempos do passado e do presente seriam evidenciados pelas habilidades técnicas, pelos objetos históricos, pelas

narrativas míticas que fomentariam a 'tradição do povo sergipano'. A cultura material passaria a ser um atestado dos avanços, do tempo e do espaço que responderia à cultura de Sergipe.

Portanto, é importante analisar, ainda que de forma inicial, as fotografias publicadas no livro autobiográfico do colecionador (Garcez, 1958), para um possível entendimento de como se configurava a expografia do Museu Sergipano de Arte e Tradição e quais representações materiais ele buscou salvaguardar como expressão cultural dos fazeres artísticos do 'povo sergipano'. O estudo das imagens, nesse caso, como fonte de análise, torna-se ferramenta significativa, uma vez que a publicação em uma de suas obras é parte de uma estratégia de promoção e divulgação de suas práticas museológicas, construindo a fabricação da crença em si, a partir do empreendimento criado (Bourdieu, 2002). Após a morte do colecionador, na década de 1990, a coleção do museu foi desmembrada para outras instituições museológicas no estado (Museu Histórico de Sergipe, Museu Afro-Brasileiro de Sergipe e Memorial de Sergipe), encenando, hoje, novas narrativas curatoriais. Na análise desses registros, publicados como imagens ilustrativas de uma prática expográfica na primeira metade do século XX, é possível delinear uma narrativa histórica de como se configuravam os fazeres museológicos e folclóricos em Sergipe, a partir do pensamento do colecionador.

Assim, orientado pelos aportes analíticos do historiador Burke (2004), quando sinaliza a importância do uso da imagem como fonte capaz de evidenciar um 'testemunho ocular', percebemos de que forma, através das análises desses registros, é possível evidenciar uma provável prática museográfica que reverberava em Sergipe nas primeiras décadas do século XX.

<sup>1</sup> "Existentes por toda a Europa, durante os séculos XVI e XVII, coleções de objetos raros ou curiosos receberam o nome de Gabinetes de Curiosidades ou Câmaras de Maravilhas, em alemão *Kunst und Wunderkammer*. Pomian (1982), no texto "*La culture de la Curiosité*", conta que existiram centenas, senão milhares, de gabinetes pela Europa, neste período, mantidos por príncipes ou casas reais, humanistas, artistas ou ricos burgueses; elementos representantes da cultura erudita interessada em conhecer e colecionar o mundo que os cercava" (Raffaini, 1993, p. 159).

Para Peter Burke, o uso da imagem como testemunho histórico constitui-se em uma importante ferramenta de análise para uma pesquisa científica de caráter histórico-cultural. Segundo seus apontamentos, a imagem, para além de um mero registro ilustrativo de informações de resultados analíticos já alcançados, pode, de forma criteriosa, tornar-se uma importante fonte de análise de possíveis evidências capazes de alcançar impressões de uma determinada época, de um determinado fazer social, na construção de uma narrativa histórica. Dessa forma, em diálogo com o autor, o registro aqui analisado configura-se em fotografias que podem ser tanto uma evidência histórica quanto a própria história, visto que a sua produção se faz a partir de um olhar de uma determinada escala social, de um interesse a ser atingido por Garcez.

Analisaremos, desse modo, os registros fotográficos que materializam, no presente, um projeto fundado pelo colecionador sergipano em meados do século XX. O fato de existirem poucos estudos sobre essa coleção contribui para a percepção de ideias e valores que, para além da materialidade dos objetos expostos e da própria imagem, sublinham possíveis aspectos da mentalidade, das narrativas instituídas pelo folclorista. Para uma melhor apresentação, as imagens aqui divulgadas foram organizadas seguindo as propostas criadas pelo próprio colecionador, quando o mesmo diz, em legenda, que se trata de determinadas coleções.

Na imagem representativa da Seção de Artesanato (Figura 1), é possível perceber expostos o artesanato sergipano, a Bandeira Nacional da República Portuguesa de 1910 e a Bandeira Nacional do Brasil, sugerindo uma formação de painel, um mural, articulador da cultura local/nacional e da cultura luso-brasileira. É provável que essa foto tenha sido tirada durante a década de 1940, quando a política em prol de uma nacionalidade brasileira se dava a partir das influências dos povos, das diversas culturas. Essa apresentação por meio de navios e caravelas, da cruz de malta, pode remeter a uma narrativa onde o artesanato sergipano é visto pelo olhar do colonizador,



Figura 1. Seção de Artesanato. Museu Sergipano de Arte e Tradição. Fonte: Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura/Universidade Tiradentes (UNIT) (1958).

pelo referencial luso-brasileiro. Garcez, como herdeiro de uma aristocracia, pode ter sido influenciado por um discurso onde a seleção de inúmeros objetos apresenta a cultura sergipana nos seus saberes, tendo o artesanato sergipano, os chapéus de couro e palha, quadros e outros objetos uma visão onde arte e tradição eram traduzidas na ideia do artesanato enquanto elemento de uma referência colonizadora, difundindo o culto ao herói colonizador.

Sendo assim, provavelmente, a realização do museu e a forma de classificação de sua coleção viriam a integrar um discurso de brasilidade construído através da diversidade cultural de cada região, evidenciando as particularidades de cada espaço que legitimariam a nação como um todo. O movimento regionalista, que contou com vários seguidores entre artistas e literatos, desempenhou um papel significativo para a construção dessa brasilidade, permeado por uma narrativa de preservação de fatos e signos, e pela memória de determinados grupos sociais.

Esse pensamento dialoga com o trabalho do historiador Albuquerque Júnior (2013), ao problematizar

a fabricação do Nordeste. Segundo o autor, o sistema republicano apresenta para as elites políticas e intelectuais o trabalho de refletir sobre o que é do 'povo', bem como dirigir ações e discursos para este. Dessa forma, a percepção do outro se faz presente pela diferença, dando margem ao que viria a ser denominado de 'estudos de folclore ou cultura popular'<sup>2</sup>.

O jornal *O Tempo*, da cidade de São Paulo, em 14 de agosto de 1953, sob título "Cria forças em Aracaju, ressurgimento cultural: novos escritores no estado mirim", noticiava a criação do Museu Sergipano de Arte e Tradição como parte de um ressurgimento cultural da capital. Segundo o jornal, uma das iniciativas era a coleção particular ligada ao "nome incansável [de] José Augusto Garcez", realizando uma descrição desse espaço museológico a partir da fala do folclorista Luís da Câmara Cascudo:

Sobre este Museu, transcrevo uma opinião do ilustre escritor Luiz Câmara Cascudo, um grande amigo das coisas de espírito sergipano. O museu dará a visão panorâmica do esforço sergipano de acomodação e vitória sobre a terra, instrumento de caça e pesca, cesteira, a arte linda dos oleiros, artefatos de couro, a documentária do ciclo do gado, rendas, enfeites pessoais, decoração dos ambientes coletivos, tudo quanto possa testemunhar em sua simplicidade honesta e clara a vida atual do trabalhador sergipano de ambos os sexos. Não é, visivelmente, uma galeria etnográfica ou de antropologia cultural. Antes positiva aos olhos dos estudiosos como vive e reside, perpetuando-se no tempo o sergipano em todos os seus labores cotidianos e normais. (Cria..., 1953, p. 9).

Entre as inúmeras correspondências trocadas por Garcez com intelectuais de diversas áreas do saber e regiões, chama atenção a correspondência com o

folclorista Luís da Câmara Cascudo, quando a este é feita uma observação sugestiva de suas práticas museológicas em Sergipe. Segundo Cascudo, era preciso criar uma "[...] exposição da arte nos seus processos evolutivos, a expressão artística das nossas tradições estruturada e generalizada apenas na ambiência popular: indumentária, arte popular, artesanato, peças do ciclo do couro etc." (In: Garcez, 1958, p. 62-23).

Dessa forma, é possível avaliar que, para o folclorista, era necessário um espaço onde pudesse ser criado um museu de artes representadas nas suas variadas formas, no sentido folclórico. Isso se torna relevante quando, através dos registros fotográficos, evidenciou a exposição das artes populares em ângulos diferentes do mesmo espaço (Figuras 2 e 3). Nas imagens, é possível perceber a notoriedade do universo da pecuária como referência representativa da arte popular sergipana.

Em grande parte da historiografia sergipana, a pecuária adquiriu espaço de legitimidade na economia local, juntamente com a cana-de-açúcar (Leal Diniz, 2013). Lugar de grandes pastos, Sergipe destacou-se na pecuária, fator relevante, visto que é possível perceber o entendimento de arte popular no tocante a objetos representativos do 'povo sergipano', a presença desse universo com imagens de bois em argila destacando-se na exposição, bem como a própria força que a figura do boi tem nas expressões populares, como os reisados, bumba-meu-boi, o próprio couro, o cangaço e o sertão.

Nesse caso, ainda que de forma hipotética, o entendimento de arte popular em Sergipe, através da materialidade exposta, elementos do cangaço na parede, miniaturas de representações de bovinos em argila, uma ossada de boi com chifres, dialoga com uma ideia de arte

<sup>2</sup> Surgem, nesse momento, diversas disputas entre folcloristas e antropólogos em torno da legitimidade do fato folclórico: "[...] um dos trabalhos mais abrangente relativos à antropologia brasileira é um roteiro bibliográfico elaborado por Melatti (1984), onde podemos encontrar uma referência aos estudos de folclore. Ela aparece em subitem intitulado 'A abordagem funcionalista do folclore', que registra a polêmica provocada pela negativa de Florestan Fernandes em reconhecer nos estudos de folclore uma ciência social, despertando repostas de Edison Carneiro. Ao descrevê-la, os folcloristas anteriores a esses dois autores são caracterizados como produtores de trabalhos, em sua maioria, de mero 'caráter descritivo', que 'quando chegam à interpretação', tenderiam 'a tomar um cunho difusionista'" (Vilhena, 1997, p. 60).





Figura 2. Seção de Arte Popular, Museu Sergipano de Arte e Tradição. Fonte: Garcez (1958, p. 119).

que representa uma cultura sertaneja. Na busca por um olhar voltado para a cultura mais próxima às raízes do 'povo brasileiro', nesse caso o sergipano, o sertanejo, a pecuária ganha centralidade nos discursos de um artesanato deste local.

É possível visualizar a presença de vários elementos culturais que remetem a um paradigma evolucionista, a partir do olhar de alteridade de uma antropologia do século XIX, que representa essa prática etnográfica nos estudos em Sergipe (Figura 3). O museu, nesse caso, seria mais um abrigo de coleções 'exóticas' que, organizadas museograficamente, (re)apresentaria a evolução do 'povo sergipano', a 'sergipanidade' sendo imaginada a partir de uma narrativa onde a referência da antropologia biológica nos museus do século XIX fundamentava esse espaço.

O museu que seu criador apresentava como sendo de vocação educativa, provavelmente tinha sua exposição vinculada a uma grade curricular de estudos primários e/ou secundários com assuntos que versam sobre essa temática. Talvez servisse não de laboratório de pesquisa e de estudos, como os museus de ciências no século XIX, mas



Figura 3. Seção de Antropologia Cultural, Museu Sergipano de Arte e Tradição. Fonte: Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura/ Universidade Tiradentes (UNIT) (1958).

como espaço de informação, onde, através dos objetos e das narrativas atribuídas a estes, complementasse o ensino ministrado em Sergipe, atentando para as possíveis peculiaridades da cultura sergipana.

Os registros publicados pelo próprio Garcez tornam-se uma fonte de análise fundamental para perceber como o discurso narrativo, através de arranjos de objetos coletados, preservados, classificados e expostos, apresenta um pensamento de uma época sob determinadas categorias como etnográfica, antropologia cultural, arte popular, artesanato etc. Influenciado por debates científicos que circundavam o estudo do folclore e da antropologia enquanto 'verdadeira' ciência do homem, Garcez defende que o folclore é uma fase inicial de qualquer estudo, com seus métodos e técnicas nas diferentes áreas. Na prática, as classificações de áreas não eram bem evidenciadas na exposição, é possível que o mesmo mediasse a sua coleção sem se preocupar com conceitos científicos, mas a partir de uma narrativa histórica.

As análises desses registros demonstram que a construção das seções expositivas segue uma narrativa contínua, onde a apresentação dos objetos classificados difundia determinadas ideias sobre os fazeres culturais sergipanos. Saberes em diálogo com referências da

antropologia do século XIX, reforçando o lugar naturalizado do índio, a partir de um olhar exótico, bem como o lugar do negro e as referências de uma 'tradição sergipana', formulada a partir da junção das três raças, proposta construída a partir do pensamento influenciado pelos folcloristas no início do século XX. Assim, na qualidade de classificar as referências do 'povo', nesse caso do 'sergipano', de uma 'cultura sergipana' e sua representatividade cultural, é provável que o pensamento defendido por Garcez quanto à formação de sua coleção dialogue com uma prática na qual o uso da categoria popular e suas classificações silenciavam as relações sociais destes. Vale ressaltar que, nesse contexto, o uso das expressões 'povo' e 'popular' está dirigido para camada social desfavorecida, seja no sentido de capital cultural seja no de capital econômico. Portanto, o museu seria um espaço onde essa população homogeneizada teria acesso à cultura, à arte e ao mundo dos museus. Desse modo, o ato colecionista e sua exposição consistem em uma (re)significação dos elementos culturais, que traz artefatos representativos do 'povo' classificados e (re)classificados por uma política de representação. As expressões culturais daqueles que o nomeiam, que o criam, passam a ser registradas como arte popular, resultante de um "[...] deslocamento de sentido, inclusive, de lugar de inscrição para serem vistos e ditos como folclore ou cultura nordestina" (Albuquerque Júnior, 2013, p. 29).

No Museu Sergipano de Arte e Tradição, por meio dos registros imagéticos, e nos textos sobre o modo como as exposições foram montadas, é possível identificar, entre outras coisas, aquilo que Albuquerque Júnior (2013) denominou de 'museu de tudo', lugar onde os fragmentos ilógicos ganham uma coerência, selecionados entre variedade de formas e materiais de expressão de um 'povo', os quais foram e são produzidos e reproduzidos, mediando tempo e espaço de representação da 'tradição do povo sergipano'.

Para Bourdieu, uma das propriedades do campo de produção cultural "[...] reside no fato de os atos que nele se realizam e de produtos que nele se produzem

conterem [na] prática (por vezes explícitas) a história do campo" (Bourdieu, 1983b, p. 228). Nesse caso, é possível reconhecer que as práticas executadas por Garcez reverberavam fatos correspondentes à própria história do campo em que estava inserido. Portanto, evidencia a literatura no folclore que Garcez reinventa como literatura falada na rádio difusora, inovando na construção do consumo deste e na invenção de uma coleção classificada na sua materialidade enquanto face representativa de um folclore sergipano. Logo, é possível perceber que, em Sergipe, a história do campo do folclore se dava a partir da literatura, da prosa, dos contos e dos causos. Assim, é possível que na 'imaginação museal' de José Augusto Garcez haja um discurso sobre folclore inédito no estado, no que tange à classificação de objetos atrelados ao conceito de arte e tradição e, principalmente, face ao conceito de arte no singular. Para Garcez, a arte popular era vista como uma subclasse agrupada ao seu entendimento de folclore enquanto ciência. O folclore, por meio do estudo de várias disciplinas do saber, materializaria distintas temáticas sobre o estado de Sergipe.

Sob influência dos museus alemães, entendendo-se como 'museu misto', o Museu Sergipano de Arte e Tradição responde, em seu aglomerado de objetos distintos, a uma ideia de classes e subclasses de estudo do folclore, o que talvez se justifique quando sugere que o museu devia priorizar a arte em seu 'processo evolutivo'. É possível atestar que, no pensamento de Garcez, o folclore se fazia enquanto área que se materializa através da crença nos objetos do homem, as distintas áreas do saber através do processo educativo. Diante desse fato, o folclore, no tocante à sua prática museal, se encaixa como espaço que, através de uma técnica amparada aos moldes modernos, daria conta de perceber a 'evolução' do homem nas diversas práticas da sua história, instituindo um 'museu misto', onde a diversidade das peças, biblioteca, arquivo de pesquisa, editora e rádio difusora movimentavam o campo cultural, atribuindo caráter dinâmico, mostrando o passado



para fabricação ou reinvenção do presente. O saber que pode ser aprendido a partir do objeto dependeria da área de estudo de interesse (história, geografia, arte, arte popular, paleontologia etc.) inserida na exposição; e isso explica a própria mudança de objetos que Garcez manipulava, reinventando sentidos.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A feira dos mitos**: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920-1950). São Paulo: Intermeios, 2013.

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento**: a Geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANDRADE, Mário de. Anteprojeto para criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 271-287, 2002.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e o SPHAN**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 1987.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. São Paulo: Zouk, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983a.

BOURDIEU, Pierre. Mas quem criou os “criadores”? *In*: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 1983b. p. 217-231.

BRITTO, Clovis Carvalho; DANTAS, Rafael Jesus da Silva; SANTOS JUNIOR, Roberto Fernandes dos. **Sob os véus de Mnemosyne**: a imaginação museal de Maria Thetis Nunes. Aracaju: Editora da UFS, 2018.

BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna**: Europa, 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. São Paulo: EDUSC, 2004.

CARDOSO, Marcos. **Brava gente sergipana e outros bravos**: Manuel Machado – 100 anos. Aracaju: Edise, 2016.

CARTA do Folclore Brasileiro. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE, 1., Rio de Janeiro, 1951. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Publicações, 1952-1955. 7 p.

CHAGAS, Mário de Souza. **A imaginação museal**: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura: IBRAM, 2009.

CHAGAS, Mário de Souza. Pesquisa museológica. **MAST Colloquia**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 51-64, 2005.

CRIA forças em Aracaju, ressurgimento cultural: novos escritores no estado mirim. **O Tempo**, São Paulo, 14 ago. 1953. p. 9.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

GARCEZ, José Augusto. **Folclore**: realidade e destino dos museus. Aracaju: Livraria Regina, 1958.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 2007. (Coleção Museu, Memória e Cidadania).

LEAL DINIZ, Diana Maria de Faro (org.). **Textos para a história de Sergipe**. 2. ed. São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.

LIMA, Ricardo Gomes; FERREIRA, Cláudia Márcia. O Museu do Folclore e as artes populares. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 101-119, 1999.

LOPES, Maria Margareth. **O Brasil descobre a pesquisa científica**: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.

MELATTI, Julio Cezar. A antropologia no Brasil: um roteiro. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 3-52, jan./jun. 1984.

NO RIO, o fundador do Movimento Cultural de Sergipe. **A Noite**, Rio de Janeiro, 27 abr. 1957. Caderno 1, p. 6.

OLIVEIRA, Vânia Dolores Estevam de. A “Imaginação Museal” dos folcloristas. **Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 171-191, nov. 2012.

OLIVEIRA, Vânia Dolores Estevam de. **Museu do Folclore Edson Carneiro**: poder, resistência e tensões na construção da memória da cultura popular brasileira. 2011. Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

POMIAN, Krzysztof. La culture de la curiosité. **Le Temps de la Réflexion**, Gallimard, Paris, p. 337- 359, nov. 1982.

RAFFAINI, Patricia Tavares. Museu contemporâneo e os Gabinetes de Curiosidades. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 3, p. 159-164, 1993.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. *In*: RUBIM, Antônio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 11-36. (Coleção Cult).

SANTOS, Cláudio de Jesus. Realidade e destino de uma coleção: José Augusto Garcez e sua contribuição para a museologia sergipana. **Revista Eletrônica Ventilando Acervos**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 54-63, nov. 2014.

SANTOS, Silvaney Silva. O mecenato das letras em Sergipe: José Augusto Garcez e o Movimento Cultural de Sergipe (1950-1960). *In*: CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA, 4.; ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE, 4., 2014, Aracaju. **Anais [...]**. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 2014. Não paginado. Tema: O cinquentenário do golpe de 64.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Lincoln de. Preciosidades inestimáveis num museu de Sergipe. **A Noite**, Rio de Janeiro, 12 maio 1953. p. 29.

TRAVASSOS, Elizabeth. Resenha do livro Projeto e missão: o Movimento Folclórico Brasileiro (1947-1964). **Mana**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 165-188, abr. 1998. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93131998000100015>.

VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e missão**: o Movimento Folclórico Brasileiro (1947-1964). Rio de Janeiro: Funarte: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

## Belém e a Academia do Peixe Frito: fisiognomias em Bruno de Menezes e Dalcídio Jurandir

Belém and the Fried Fish Academy: physiognomies in Bruno de Menezes and Dalcídio  
Jurandir

Carla Soares Pereira<sup>1</sup>  | Katia de Souza da Silva<sup>1</sup>  |

Vanda do Socorro Furtado Amin<sup>1</sup>  | Paulo Jorge Martins Nunes<sup>1</sup> 

<sup>1</sup>Universidade da Amazônia. Belém, Pará, Brasil

**Resumo:** Esta pesquisa integra um projeto que investiga a biografia e a produção literária e jornalística da Academia do Peixe Frito (APF), um grupo de intelectuais que se reuniu em torno de ideais de renovação literária e valorização da periferia, para refletir sobre questões sociais na Amazônia paraense, a partir de 1920. Objetiva-se perscrutar as relações entre a APF e a fisiognomia de Belém, por meio da observação dos espaços onde o grupo costumava se reunir e da análise de textos literários de dois de seus representantes: Bruno de Menezes e Dalcídio Jurandir. A pesquisa bibliográfica é embasada na teoria de Walter Benjamin acerca da cidade, retomada por Bolle (2000) e Gagnebin (2014), e nos estudos sobre a APF realizados por Coelho (2003), Figueiredo (2001), Larêdo (2012), Nunes e Costa (2016), entre outros. Os escritos analisados configuram-se como produções nas quais a cidade é o lugar onde os escritores são observadores que redesenham a fisionomia dela por meio da confluência de imagens do cotidiano e do imaginário social. Assim, a escrita de Dalcídio e de Bruno tem força poética, constituindo-se em imagens em movimento e experiências sensoriais entremeadas, as quais representam fragmentos significativos de Belém e do amazônida.

**Palavras-chave:** Academia do Peixe Frito. Literatura na Amazônia. Fisiognomia. Belém do Pará.

**Abstract:** This research is part of a project to investigate the biography and journalistic/literary production of the Fried Fish Academy, a group of intellectuals who gathered around the ideals of literary modernization and valuing the periphery in order to reflect on social issues in the Amazon region of Pará state starting in 1920. This project is intended to examine the relations between this group and the physiognomy of Belém, the capital of the state, by observing the spaces where they gathered and by analyzing the literary works of two members: Bruno de Menezes and Dalcídio Jurandir. The bibliographical research is based on Walter Benjamin's theory about the city, which was resumed by Bolle (2000) and Gagnebin (2014), as well as research on this group by scholars such as Coelho (2003), Figueiredo (2001), Larêdo (2012), and Nunes and Costa (2016). The analyzed writings are productions in which the city is a place where these writers are observers who redesign its physiognomy through the confluence of everyday images and the social imagination. In this way, the writings of Menezes and Jurandir's have poetic strength, involving images in motion interspersed with sensory experiences which represent significant fragments of Belém as well as the Amazon.

**Keywords:** Fried Fish Academy. Literature in Amazon. Physiognomy. Belém do Pará.

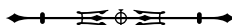
---

PEREIRA, Carla Soares; SILVA, Katia de Souza da; AMIN, Vanda do Socorro Furtado; NUNES, Paulo Jorge Martins. Belém e a Academia do Peixe Frito: fisiognomias em Bruno de Menezes e Dalcídio Jurandir. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 3, p. 1025-1043, set.-dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000300017>.

Autora para correspondência: Carla Soares Pereira. Universidade da Amazônia. Avenida Alcindo Cacela. Belém, PA, Brasil. CEP 66060-902 ([carlasp21@hotmail.com](mailto:carlasp21@hotmail.com)).

Recebido em 19/12/2018

Aprovado em 25/04/2019



## INTRODUÇÃO

Este artigo foi elaborado a partir de estudos desenvolvidos no projeto de pesquisa intitulado “Academia do Peixe Frito: interfaces entre literatura e jornalismo”, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura, da Universidade da Amazônia (PPGCLC/UNAMA), em Belém do Pará. Implementado em 2016, esse projeto agrega pesquisadores da graduação e da pós-graduação *stricto sensu*, bem como professores pesquisadores da própria instituição e de outras parcerias, como da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e da Universidade Federal do Pará (UFPA).

O objetivo do projeto de pesquisa é investigar a produção literária e jornalística dos membros da Academia do Peixe Frito (APF), uma associação informal de escritores, artistas e outros intelectuais que buscava impulsionar a literatura paraense, tanto em termos de produção quanto de publicação e divulgação de obras literárias e textos jornalísticos, cujos trabalhos iniciaram, provavelmente, a partir dos idos 1920, atravessando algumas décadas.

É importante dizer que alguns de seus membros, bem antes dos anos 1930, foram responsáveis pela introdução do Modernismo no Pará e no Brasil, apesar de suas obras dificilmente serem apresentadas na historiografia literária nacional (Inojosa, 1975; Figueiredo, 2001).

Pela relevância e originalidade das ideias e das publicações dos escritores da APF, há pesquisadores participantes do projeto, de diversas áreas, que desenvolvem suas dissertações e teses acerca da produção intelectual de alguns desses escritores (como Abguar Bastos, Bruno de Menezes, De Campos Ribeiro, Jaques Flores e Dalcídio Jurandir), sob os mais variados vieses. Desse modo, as pesquisas contribuem para a constituição de um saber e de uma memória sobre a Academia do Peixe Frito, que, irreverente e descolonizadora até no nome, fundou-se à margem da Academia Paraense oficial, na primeira metade do século XX.

Especificamente neste artigo, buscamos perscrutar as relações possíveis entre a Academia do Peixe Frito e a fisiognomia<sup>1</sup> da cidade de Belém do Pará, a partir da observação dos lugares onde o grupo costumava estar e da leitura analítica de textos literários de dois escritores ligados à Geração do Peixe Frito: Bruno de Menezes e Dalcídio Jurandir. Isso porque a atuação da APF revela profundas (e fecundas) ligações com o lugar de onde provinham os ‘peixefritanos’<sup>2</sup>, com o lugar onde se reuniam, com o lugar em que habitavam, com o qual se construíam como sujeitos do seu tempo.

Assim, o espaço de Belém, do Pará e das Amazônia é ressignificado no contexto das obras dos ‘rapazes’ da Geração do Peixe Frito, visto que, de espírito modernista, esses escritores trataram dos assuntos tupiniquins sem serem bairristas<sup>3</sup>, problematizando nossa construção histórica, econômica, social e cultural, no contexto da

<sup>1</sup> Empregamos o termo ‘fisiognomia’ no sentido benjaminiano para nos referirmos à leitura especulativa da imagem, esta como possibilidade de “[...] produção de conhecimento da história” (Bolle, 2000, p. 43), em distinção ao termo ‘fisionomia’, que remete ao sentido de aparência, semblante, feição, isto é, a aspectos exteriores do ser. Vale lembrar que o primeiro termo abrange um conceito relacional, em que se interpenetram a obra, o autor e o lugar histórico, por isso o conceito de fisionomia está contido no de fisiognomia.

<sup>2</sup> Cunhamos, no grupo de pesquisa, essa denominação para nos referirmos aos intelectuais que participaram da Academia (ou Geração) do Peixe Frito.

<sup>3</sup> Em 1924, Bruno de Menezes publicou o poema “Chapeleirinhas”, na obra “Bailado Lunar”. Nele, apresenta a mulher pobre, trabalhadora, e aborda o aspecto operário da Belém urbana dos anos 1920. Eis as duas primeiras estrofes: “Chapeleirinhas pobretãs dos olhos mansos:/ É dessas mãos habilidosas/ a trabalharem sem descanso/ dando vida às plumas, colorindo as rosas,/ Que sahem esses chapéus ultra elegantes/ da menina leviana e da mulher ‘coquette’” (Menezes, 1993, p. 77). Em 1932, Dalcídio Jurandir publicou o poema “Velho Mané Grigório”, em que traz para a cena principal um vaqueiro, prático de fazendas, com toda sua sabedoria adquirida nos campos do Marajó. Eis alguns versos: “A febre do Arari matou meu amigo Mané Grigório [...] Mané Grigório me contava histórias/ [...] Aquela sua mão dura como o couro/ Quebrou muito boieco nos dias de ferra!/[...] Curou bicheira dos bezerros/ E puxou peito de vaca braba como onça,/ Que enchia as cuias de leite espumoso,/ Gostoso como luar na noite quieta/ da gente, trepada nos paus da porteira,/ comer carne com pirão de leite/ E ouvir histórias da Mãe do Fogo [...]” (Jurandir, 2011, p. 25).

realidade da época<sup>4</sup>, a qual se refrata e chega ao contexto contemporâneo, para dizer sobre nossos vícios e virtudes (nossos e da cidade de Belém). Um grande exemplo de voz reacionária foi de Abguar Bastos: ainda na década de 1920, conclamava o Amazonas e o Nordeste para se unirem ao Pará e divulgarem o seu Modernismo para o restante do país; contrapunha-se à hegemonia cultural sulista e posicionava-se a favor do reconhecimento da diversidade linguística no Norte do Brasil, tudo isso expresso nos dois manifestos que lançou: “À geração que surge” e “Flami-n’-assu”, em 1923 e 1927, respectivamente (Figueiredo, 2001; Coelho, 2003).

Iniciamos este artigo com um breve histórico sobre a Academia do Peixe Frito, situando-a em seu espaço físico (geográfico) e discursivo. A seguir, discutimos a teoria na qual nos embasamos para a realização da presente pesquisa, a saber, o conceito de ‘fisiognomia’ de Walter Benjamin, tomado dos estudos de Bolle (2000) e Gagnebin (2014) sobre o pensamento do filósofo alemão, em diálogo com historiadores da literatura que empreendem discussão acerca da teoria de imagem, por ocasião do estudo do poema, como Bosi (1977) e Candido (1996).

Posteriormente, procedemos à análise do discurso literário do poema “Gente da estiva”, de Menezes (2015a), e de trechos do romance “Belém do Grão-Pará”, de Jurandir (2004, 2016), no intuito de observar como a fisionomia da cidade belenense é refletida nas referidas obras, levando-se em conta a correlação entre a presença do eu na cidade e da cidade no eu.

## O QUE É A ACADEMIA DO PEIXE FRITO?

Lá eles se encontravam, comiam peixe-frito, bebiam ‘umas’ e contavam as novidades literárias [...] (Larêdo, 2012, p. 11).

A Academia do Peixe Frito (APF) foi um movimento literário e cultural formado por um grupo composto por jovens jornalistas, artistas e escritores, que se reuniam frequentemente em barracas e botequins no entorno do Mercado de Ferro, no Ver-o-Peso, em Belém, entre os anos de 1920 a 1950<sup>5</sup> (Coelho, 2003). Ali, aos *frames* do vai-e-vem dos feirantes e do povo que frequentava o local, e servidos de pequenas postas de peixe frito, que acompanhavam os aperitivos, esses jovens refletiam acerca da sua realidade, manifestavam ideias e faziam literatura ao ar livre (Nunes; Costa, 2016).

Inicialmente, os jovens revolucionários que se reuniam para discutir e escrever literatura autodenominaram-se ‘Vândalos do Apocalipse’, título criado por Bruno de Menezes, fundador do movimento e da revista Belém Nova (1923-1929) (Figueiredo, 2001; Coelho, 2003), que fomentava o Modernismo paraense. O grupo teve ainda outros epítetos: ‘Academia ao Ar Livre’ e ‘Associação dos Novos’<sup>6</sup>. Depois, o grupo ganhava nova titulação: ‘Academia do Peixe Frito’. A professora Terezinha Pacheco tenta esclarecer essa questão:

Bruno de Menezes participava dessa academia ao ar livre, que recebia diferentes epítetos, conforme a ocasião. No momento em que se reuniam no Ver-o-Peso, era a Academia Peixe-Frito. Eram encontros regados a aperitivos e, como tira-gosto, peixe frito. Em outras situações diziam ser Vândalos do Apocalipse por talvez estarem discutindo e anunciando a poética dos novos tempos. Tempos depois organizaram a Associação dos Novos para divulgar as novas ideias. (Pacheco, 2003, p. 167).

Identificar esse percurso por meio de datas específicas é um tanto complexo, dada a dificuldade de investigação em fontes históricas, já que o grupo era essencialmente

<sup>4</sup> Devido a esse aspecto dessas produções literárias, alguns escritores da Geração do Peixe Frito são considerados literatos-etnógrafos pelos críticos, analistas e estudiosos de suas obras. Assim disseram, por exemplo, Reis (2012), Wanzeler e Pacheco (2016) e Wanzeler (2016) sobre Bruno de Menezes.

<sup>5</sup> Segundo Coelho (2003, p. 51), os anos 1920 são o marco do surgimento da primeira geração do grupo de intelectuais renovadores paraenses. Na década de 1940, surge o Grupo dos Novos (1946-1952), do qual a APF foi predecessora.

<sup>6</sup> Assim Ribeiro (1973) chamou os jovens que buscavam renovação literária nos anos 1920.

informal, o que significa que não havia atas de reunião nem anotações mais substanciais sobre sua atuação, que, diga-se, foi importante, senão essencial, para alavancar a produção literária paraense do século XX.

O nome 'Academia do Peixe Frito' teve inspiração em uma prática de alimentação local muito comum entre os paraenses mais simples: o ato de comer peixe frito. À época, as postas de peixe frito eram vendidas em barracas populares pela cidade, a preços módicos, e as pessoas compravam-nas para complementar o almoço em casa<sup>7</sup>; também era o alimento barato e diário dos trabalhadores e frequentadores do Ver-o-Peso.

Assim, sem dúvida, consumir peixe frito era um marcador de identidade e de lugar social de desprestígio; por isso, a expressão que nomeou o grupo traduz muito bem a ideia de resistência e ruptura, proposta por esse movimento, e acentua o seu processo de identificação com o subalterno, com o excluído, com as classes trabalhadoras, com a periferia, com o negro, com os detritos sociais, com os espaços sem pompa, sem brilho e sem frescura<sup>8</sup> da cidade de Belém<sup>9</sup>.

Pela APF passaram, entre outros intelectuais, Bruno de Menezes, De Campos Ribeiro, Paulo de Oliveira, Ernani Vieira, Muniz Barreto, Arlindo Ribeiro de Castro, Lindolfo Mesquita, Sandoval Lage, Abgvar Soriano de Oliveira

Bastos, Jaques Flores, Raul Bopp, Nunes Pereira, Edgard de Souza Franco, Farias Gama, Severino Silva, Rodrigues Pinagé, Clóvis de Gusmão, Dalcídio Jurandir, Santana Marques e Tó Teixeira (Figueiredo, 2001; Coelho, 2003; Castro, 2011; Larêdo, 2012)<sup>10</sup>.

O movimento desses 'moços' objetivava inicialmente romper com a política, com a estética canônica e, portanto, com o ilusório *glamour* parisiense da capital paraense, resquício da *Belle Époque* na Amazônia (1890-1912)<sup>11</sup>, exacerbada pela proflua (mas meteórica) economia da borracha no Norte do Brasil. Esses jovens peixefritanos lutavam por mudanças na seara das artes, desejavam mais engajamento da literatura nas lutas sociais e menos erudição, e não o faziam por pura rebeldia: o mundo estava em transição e o país passava por transformações desde o final do século XIX.

Dessa forma, o Modernismo do Pará acompanhou, paralelamente, as mudanças que ocorriam na Europa e, apesar de a estética parnasiana ainda estar presente nos textos produzidos no Brasil nas primeiras décadas do século XX<sup>12</sup>, os jovens sentiam necessidade de modificações em diversas áreas, sobretudo nas artes (Figueiredo, 2001; Coelho, 2003).

A Geração do Peixe Frito surgiu, então, nesse contexto. Os jovens intelectuais que dela fizeram (p)arte

<sup>7</sup> Essa informação pode ser lida numa crônica escrita por Flores (1947, p. 153), "Vamos comer peixe frito?", da obra "Panela de barro". Também no poema "A Academia do Peixe Frito", Marília Menezes, filha de Bruno de Menezes, menciona essa prática cultural. O poema de Marília foi apresentado no Sarau da Academia do Peixe Frito, na XXI Feira Pan-Amazônica do Livro, realizada em Belém do Pará, em maio/junho de 2017.

<sup>8</sup> Termo coloquial que significa 'luxo', 'refinamento'.

<sup>9</sup> Há outras explicações também possíveis para a escolha do nome 'Academia do Peixe Frito', mencionadas por Brito (2005) e Nunes e Costa (2016), as quais se correlacionam com a versão apresentada nesta pesquisa.

<sup>10</sup> Destacamos que são esparsas as referências aos membros desse grupo, denominado de múltiplas formas: 'Academia ao Ar Livre', 'Associação dos Novos' – as quais surgiram e se uniram em torno da denominação 'Vândalos do Apocalipse', em 1921 (Figueiredo, 2001) –, 'Geração do Peixe Frito', 'Grupo do Peixe Frito', 'Academia do Peixe Frito'. Alguns pesquisadores citam uns membros, outros acrescentam um ou outro nome. Reunimos aí todos os citados nas pesquisas que realizamos. É importante também destacar que ainda não conseguimos comprovar a ligação direta de Eustachio de Azevedo, Remígio Fernandez e Vicente Salles com a APF, mas sim com as revistas na qual os membros da Academia publicavam.

<sup>11</sup> Os historiadores divergem um pouco acerca dessas datações. Mas o fato é que as datas assinaladas compreendem o período de apogeu e queda da *Belle Époque* na Amazônia. No entanto, mesmo após a *débaclé*, ainda era possível perceber a forte motivação francesa na cultura belenense.

<sup>12</sup> Bosi (2003), em "História concisa da literatura brasileira", fala desse fenômeno do fortalecimento do Parnasianismo no Brasil no final do século XIX e início do XX, em detrimento do Simbolismo, que abria caminho ao Modernismo na Europa ocidental.



contribuíram para a construção de uma literatura no Pará que revela uma fisionomia do lugar, no sentido benjaminiano. A propósito, é válido lembrar Adorno (2003), que, em relação às referências sociais nos textos literários, afirma: “A referência ao social não deve levar para fora da obra de arte, mas sim levar mais fundo para dentro dela. É isso o que se deve esperar, e até a mais simples reflexão caminha nesse sentido”. (Adorno, 2003, p. 66).

A vasta obra dos escritores da APF apresenta-nos a sociedade amazônida, paraense e belenense a partir de seus conflitos históricos e culturais (ainda) mal resolvidos, não de forma estilizada, folclórica ou distante do leitor que vivencia as realidades locais, mas por meio de uma visão analítica e crítica de quem experimenta esse espaço de contrastes e de vozes dissonantes, que são as Amazônia.

Dessa forma, as feições da cidade redesenham-se por meio desses escritores, e o leitor se vê diante de novas percepções e expressões da Belém de outrora e da de agora. Em consequência disso, ele, no processo de recepção da obra, constrói um outro olhar sobre a cidade de Belém.

Nesse ponto, é importante esclarecer que os locais escolhidos pelos membros da APF para os encontros e para

as reuniões do grupo são elucidativos de alguns aspectos de sua obra, especialmente de Bruno e de Dalcídio, uma vez que a fisionomia desses lugares é traduzida em alguns de seus textos com intimidade. Isso nos permite reconhecer a recriação desses caminhos nas trilhas do literário.

Para iniciarmos esse percurso, apresentamos, na Figura 1, um mapa de parte da cidade de Belém, no qual estão assinaladas as regiões onde se situavam os principais pontos de encontro dos escritores da APF.

Na Figura 1, os espaços coloridos de vermelho (áreas 1, 2 e 3) representam os lugares de reuniões constantes, ou seja, os mais visitados; já os de cor verde (áreas 4 e 5) significam locais menos frequentados (mas também importantes, onde aconteciam reuniões esporádicas do grupo) ou representam espaços de presença marcante em algumas obras ficcionais.

É importante dizer que nem todos os lugares citados por autores que já desenvolveram pesquisas relacionadas à APF ou aos seus membros (Figueiredo, 2001, 2016; Pacheco, 2003; Larêdo, 2012; Nunes; Costa, 2016; Wanzeler; Pacheco, 2016) estão assinalados no mapa (Figura 1). Por exemplo, em entrevista concedida a

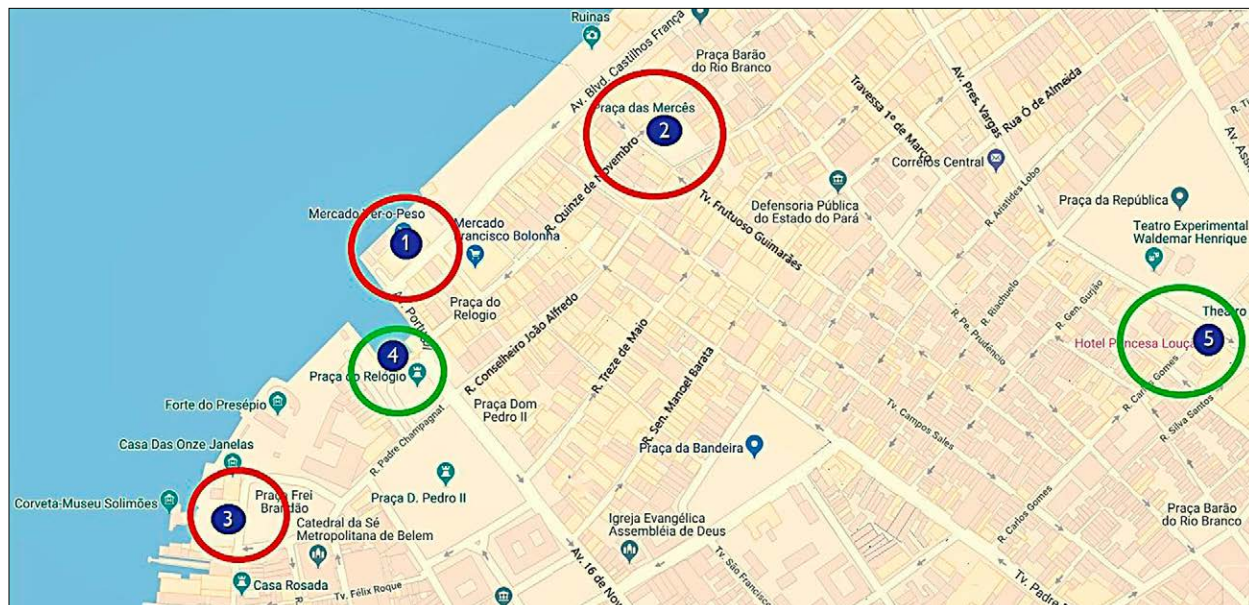


Figura 1. Mapa destacando a parte de Belém que localiza pontos de encontro dos membros da APF. Fonte: adaptado de Google Maps (2018).

Reis (2012), Marília Menezes, filha de Bruno de Menezes, afirma que a casa dele, no bairro da Cidade Velha (rua João Diogo, nº 26), em Belém, também foi local de encontro do grupo, pois lá o pai recebia muitos amigos.

O mercado do Ver-o-Peso (área 1 na Figura 1) era o local de maior destaque nos encontros da APF, pois lá os jovens intelectuais se concentravam na maioria das vezes. Nesse complexo de barracas da feira livre, próximo às fritadeiras de peixe, situava-se o bar Águia de Ouro, botequim localizado sob uma das torres do Mercado de Ferro, na esquina, de frente para a avenida Portugal e para o antigo cais do porto (Larêdo, 2012). Pois bem, esse espaço do Águia de Ouro foi muito significativo para a APF, inclusive lá era o local de guarda da imagem de São Benedito da Praia, o santo dos pretos, para o qual ocorria uma grande festividade (Costa, 2011), marcando também parte da produção literária de Bruno de Menezes.

Não muito distante dali, situa-se a Garagem do Clube do Remo (área 3 na Figura 1), fundada em 1905, localizada na rua Siqueira Mendes, primeira rua de Belém. Nesse local, também se realizaram encontros da Academia. De lá, o grupo saía “[...] para as tertúlias<sup>13</sup> e batalhas de confete do carnaval de rua de Belém [...]”<sup>14</sup>.

Os jovens acadêmicos também se concentravam no entorno da praça Visconde do Rio Branco, mais conhecida

como Praça das Mercês ou Largo das Mercês (área 2 na Figura 1), local marcado por lutas do movimento cabano (1833-1836) (Borges, 2013), nos bares conhecidos, entre 1920 e 1930, como bar Carioca e bar Flor de Belém. Além desses, havia as reuniões no bar Barbinha, localizado na travessa Campos Sales, esquina com a 15 de Novembro (Larêdo, 2012).

Todos esses lugares contribuem para a constituição de uma identidade da Academia do Peixe Frito<sup>15</sup> e, consequentemente, do ideário de literatos, artistas e jornalistas que fizeram parte dessa Geração. Assim, a cidade de Belém é cenário desses encontros, a partir dos constantes movimentos dos intelectuais em determinados pontos dela, o que colabora para a construção tanto de uma memória da cidade como do eu que a narra. Os peixefritanos, quando escreveram nela, sobre ela e sua gente, construíram, pelo tempo, uma memória de si, uma vez que constituíram suas obras a partir de elementos recriados desse espaço<sup>16</sup>.

Deleuze (1988), refletindo acerca das ideias de Immanuel Kant, afirma que o tempo do sujeito, esse tempo que marca o homem, e não somente as manifestações materiais, é inerente à memória. Essa marca temporal, referida por Deleuze (1988), é a própria história. A memória, aliada a ela, traduz-se como relação de afeto no sujeito; assim,

<sup>13</sup> Festas de clubes que ocorriam geralmente nos domingos à tarde, independente das épocas carnavalescas. Aliás, até hoje os arredores da Garagem, na Cidade Velha, constituem um espaço marcado por esses eventos artísticos, que arrastam multidões em festa, como o Auto do Círio.

<sup>14</sup> Informação constante no roteiro da 7ª versão do “Trilhas no Literário”, que tematizou a Academia do Peixe Frito. O evento, realizado em 18 de novembro de 2017, foi organizado pelo PPGCLC/UNAMA, sob coordenação do Prof. Dr. Paulo Nunes (UNAMA) e da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vânia Costa (UFPA) (Narramazônia, 2017).

<sup>15</sup> Isso é perceptível porque a maioria dos lugares frequentados pelo grupo está marcada pela presença popular, sobretudo o mercado do Ver-o-Peso. Ali estão os negros, os pobres, as gentes de pé no chão; ali, as pessoas comuns trabalham, vendem, compram, ganham o pão de cada dia, descarregam peixe, açai, estivas em geral, bebem, almoçam e labutam de novo. Nos bares espalhados pela Belém dos anos 1920, 1930, 1940, há as longas prosas animadas, a bebida, o divertimento, a música. Os peixefritanos, então, congraçaram o espaço simbólico de lutas via linguagem (jornalística ou poética) ao espaço físico da feira popular e das suas preferências pessoais, visto que muitos deles (senão todos) eram boêmios.

<sup>16</sup> Os exemplos são inúmeros. As obras dos escritores da Geração do Peixe Frito constituem representações da vida simples de Belém, daquela que circula na periferia, como no Jurunas, em “Batuque”, de Menezes (2015b); no Ver-o-Peso, por onde caminham o menino interiorano Alfredo e a cabocla Libânia, em “Belém do Grão-Pará”, de Jurandir (1960); nos bairros do Umarizal e do Telégrafo, em “Ponte do Galo” (Jurandir, 1971). Há também a recriação de aspectos históricos, culturais e políticos da cidade pelos interstícios da “Gostosa Belém de outrora”, de Ribeiro (2005); pela crônica, de relatos plenos de cenas e situações de diversas feiras em Belém, registrados em “Panela de barro”, de Flores (1947); pelo tom modernizante e defensor da cultura nortista, nos manifestos e romances de Abgvar Bastos; nas cenas memoriais – e biográficas – encontradas em cordéis de Lindolfo Mesquita, entre tantos outros.



a memória assume papel importante nesse entrecruzar porque possibilita ao homem um reencontro consigo mesmo.

No entanto, na concepção deleuziana, essa memória admite dobras, as quais estão relacionadas à própria história, que a cada dia se dobra, formando curtas memórias, que se opõem ao esquecimento, mas que, ao longo do tempo, tornam-se absolutas, não se distinguindo mais do esquecimento. Essa memória não ocupa posição de prestígio em relação ao presente, ficando, portanto, esquecida até que desapareça ou até que seja lembrada e restaurada. Desse modo, conclui-se, a partir das ideias de Deleuze (1988), que o esquecimento é a impossibilidade de retorno e a memória, a necessidade de recomeço. A Academia do Peixe Frito (como memória) nos propiciou um recomeço, no sentido de ressignificação de elementos da história, do cotidiano e do sujeito, a partir de suas marcas no tempo, representadas pelas obras deixadas pelos escritores.

É nesse sentido que lugares e pequenos momentos do dia a dia, do vai-e-vem dos feirantes, dos estivadores, das pessoas da periferia paraense encontram espaço na literatura para falar de si também. Esse é o grande motivo da APF, visto que ela contribuiu para a formação de uma memória das classes populares na Amazônia, sobretudo em Belém, por meio da vasta produção literária e jornalística de seus membros. Dar voz aos excluídos pelas elites, fazê-los viver e significar por meio da palavra, num tempo em que não se falava nem se pensava em políticas públicas para a população mais carente, é uma posição política de engajamento muito consciente do escritor, já que, a partir dessa atitude, muitas vozes tradicionalmente silenciadas pela força da colonização – que ainda impera na Latinoamérica – (a do negro, do caboclo, do imigrante, do trabalhador, do morador da periferia, do candomblecista)

não foram retiradas da cena social, e isso contribui para refrear as tentativas de apagamento desses sujeitos pela sociedade, pela historiografia, pelos poderes públicos.

Outros lugares não marcados no mapa também fazem parte da memória da APF e da fisionomia da cidade delineada nos textos dos seus membros, por exemplo, a casa onde Bruno de Menezes passou a infância e a juventude (a casa da sua 'mãe preta' Maria Balbina Menezes), no bairro do Jurunas, que é outro lugar de significação na trilha<sup>17</sup>, sobretudo pelo sentido de negritude e pela consciência de classe que o Jurunas – desde seus primórdios, um bairro proletário, de negros, migrantes, descendentes de indígenas (Nunes; Costa, 2016) – infunde à sua obra.

Bruno de Menezes era de um espírito muito festeiro. A irmã do poeta, Maria de Lourdes Menezes (informação verbal)<sup>18</sup>, relatou, em entrevista, que, em épocas de comemoração, como nos festejos de São Benedito, no período natalino, nos aniversários, Bruno reunia familiares e amigos, alguns deles escritores, na casa da mãe, no Jurunas, e lá conversavam, comiam, bebiam, executavam as ladainhas – que a mãe dele muito apreciava (Reis, 2012). De todo modo, a presença do Jurunas é forte na obra do poeta líder do Grupo do Peixe Frito, sobretudo em "Batuque" (Menezes, 2015b), em que há alusões à Jaqueira, às comidas, ao samba, à marujada, às festas de santos, às práticas religiosas de matrizes africanas, aos bois-bumbás, às ladainhas, todos muito ligados à tradição jurunense (Reis, 2012; Rodrigues, 2008).

Além do Jurunas, o bairro de São Brás também marcou o Grupo do Peixe Frito. Lá, eram pontos de encontro o bar Paraense e o bar Pilsen, na avenida Independência (atual Magalhães Barata); e o bar Kean, no Largo de São Brás, em frente ao Mercado (Larêdo, 2012).

<sup>17</sup> Rocha (1994 apud Reis, 2012) escreveu um ensaio biográfico sobre Bruno de Menezes e reportou-se a um lugar da infância do poeta chamado 'Estância coletiva (A) Jaqueira', que era um grande terreno no Jurunas. Além disso, segundo Reis (2012), a partir de informações obtidas por meio de entrevista realizada com a única irmã viva de Bruno de Menezes, Maria de Lourdes Menezes (à época, com noventa e seis anos), Bruno morou no Jurunas com a família (pais e irmãos) durante a infância e a juventude. Izabel Menezes, filha de Maria de Lourdes, informou que moravam na Roberto Camelier, nº 425 (Reis, 2012).

<sup>18</sup> Marcos Reis, em conversa informal com uma das autoras deste artigo, informou que, três meses depois dessa entrevista, D. Maria de Lourdes faleceu.

Os espaços verdes na Figura 1 representam os lugares menos frequentados, mas há registros da presença da APF na região da praça Siqueira Campos, conhecida como Praça do Relógio (área 4 na Figura 1), próximo ao porto de ancoragem dos barcos pesqueiros e ao porto do Açai, onde havia o antigo necrotério de Belém. Bruno e Dalcídio, passantes, frequentadores ou contempladores do local, recriam aquele espaço em cenas de suas obras literárias.

Outro ponto era o *City Club* (ao lado do cinema Olímpia, área 5 na Figura 1), em frente à praça da República (Larêdo, 2012), onde os acadêmicos do Peixe Frito, boêmios que eram, passavam parte das noites, segundo nos revela Ribeiro (2005), em uma de suas crônicas publicada na obra “Gostosa Belém de outrora”. Além dele, nas imediações, localizavam-se o Café Chic e o Café da Paz (área 5 na Figura 1), no terraço do Grande Hotel (antigo Hilton Hotel, hoje Princesa Louçã), que constituíam um ponto de encontro esporádico dos acadêmicos<sup>19</sup>. É importante reafirmar que os intelectuais elitizados preferiam o terraço do Grande Hotel; já os jovens acadêmicos da periferia de Belém elegeram o Ver-o-Peso como o espaço popular e de cultura para acolher suas reuniões.

## FISIOGNOMIA URBANA E MODERNIDADE

Escrever a história significa dar às datas a sua fisionomia. (Benjamin, 2006, p. 518).

Walter Benjamin (1892-1940) buscou, em seus estudos sobre história literária e social da Alemanha do século XVII e da França do século XIX, apresentar uma abordagem fisiognômica para cada época estudada. De acordo com Bolle (2000), Benjamin explica sua ideia de ‘fisiognomia’ nas obras “Origem do drama barroco alemão” (Benjamin, 1984) e “Passagens parisienses” (Benjamin, 2006). Na primeira, ele defende que a construção da história se

realiza por elementos convergentes na expressão de um rosto, ou melhor, de uma caveira; na segunda, busca formar ‘o rosto da Modernidade’ com uma concretude máxima, a partir de fragmentos de textos do século XIX, como de Honoré de Balzac, Allan Poe e Charles Baudelaire.

Conforme Guimarães (2016), desde a Antiguidade, o estudo da personalidade humana a partir dos traços exteriores (aparências) compõe as pesquisas de filósofos, cientistas e artistas. Tal estudo era denominado de fisiognomonia. Esse mesmo autor explica que a fisiognomonia é o “[...] estudo da fisionomia humana [semblante] como índice de conhecimento sobre as características abstratas e subjetivas a partir dos traços da cabeça e do rosto [...]” (Guimarães, 2016, p. 86).

Bolle (2000, p. 18) esclarece que ‘fisiognomia’ é um neologismo (de fisiognomonia) empregado “[...] para expressar um vaivém entre o objeto estudado, a ‘fisionomia’ da cidade e o olhar do ‘fisiognomista’ [...]”. Acrescenta que é uma técnica de leitura da cultura e da sociedade apresentada por Benjamin, que remete a uma tradição fundamentada por Johann Caspar Lavater (1741-1801), fundador da fisiognomia moderna, o qual usava em seus estudos ilustrações dos rostos humanos para melhor produzir o conhecimento sobre os homens e a sociedade (Bolle, 2000).

Benjamin, por seu turno, passa a colecionar fragmentos de cultura, da produção artística, literária e intelectual, especialmente francesa, para, então, montar a fisiognomia da metrópole moderna, tomando como referências as cidades de Berlim e Paris, esta identificada como a ‘capital do século XIX’ (Bolle, 2000).

Por meio desses fragmentos urbanos, Benjamin constrói uma teoria da Modernidade, vinculada à questão das variáveis históricas da percepção humana, traçando um paralelo entre mentalidade burguesa e imagem da grande

<sup>19</sup> Apesar de ter sido um dos primeiros locais de encontro da chamada Academia ao Ar Livre (Figueiredo, 2001), o espaço do Grande Hotel era requintado, frequentado pela elite belenense da primeira metade do século XX, por isso não vingou como local permanente de encontro, sobretudo quando a APF definiu seu lugar social de fala.

cidade. Para Benjamin, na Modernidade se estabelece um 'mercado de imagens' (Bolle, 2000) que interage com o imaginário coletivo. Nesse contexto, o papel do crítico é investigar o grau de consciência histórica das diferentes classes sociais, como operários e burgueses.

Segundo Bolle (2000, p. 20), Benjamin buscou, por meio da leitura fisiognômica da cidade ou da metrópole, ver "[...] o rosto da Modernidade 'de dentro', investigando traços da mentalidade burguesa e pequeno-burguesa, a mudança de padrões culturais, o imaginário social e político, [...] mediadores culturais e produtores de imagens [...]". Nesse percurso, a produção literária foi fundamental, em virtude de sua qualidade mítica e mágica, de sua capacidade de plasmar a realidade social.

Gagnebin (2014) destaca que a teoria da Modernidade de Benjamin não corresponde a uma visão nostálgica do passado, uma vez que, na perspectiva do filósofo alemão, a Modernidade não se restringe às ideias de mera aceleração do tempo e à produção intensiva de mercadorias, com a consequente perda da tradição; pelo contrário, esse estágio de desenvolvimento histórico poderia contemplar também "[...] a invenção de novas formas de vida em comum [...], [capaz de] [...] transformar a técnica em instrumento de liberdade e felicidade [...]" (Gagnebin, 2014, p. 9-10). Benjamin compreende o tempo moderno partindo da análise de produções literárias e culturais da época, cuja apresentação do presente em imagens de caducidade reflete ou representa uma nova forma de produzir sentidos e experiências, de narrar a história.

Desse modo, a abordagem fisiognômica permite o surgimento de 'imagens dialéticas', que correspondem ao limiar e, ao mesmo tempo, a uma janela de leitura da História e do sujeito, num processo relacional em que há o corpo a corpo do sujeito histórico com a cidade. Bolle (2000) assinala que os fisiognomistas urbanos, o poeta, o escritor, o filósofo, o jornalista, o *flâneur* (ocioso sonhador), o passante observador buscam rastros, pistas, traços presentes no cotidiano urbano, com o objetivo de desmascarar feições e feitos, progresso e ruína da Modernidade.

Nesse sentido, pode-se dizer que os poetas e prosadores da Academia do Peixe Frito, apresentada anteriormente, foram fisiognomistas de sua época, porque perscrutaram o cotidiano da cidade de Belém, com gentes, histórias e memórias, de maneira singular, intrépida, transformadora e crítica, no intuito também de entender a Modernidade instaurada na Amazônia e seus efeitos.

Assim, os peixefritanos construíram textos-imagens de como percebiam a cidade e todos os seus componentes. Em muitos de seus poemas, seus romances, suas crônicas, revelam o quanto constituíam a cidade e o quanto por ela eram constituídos. A tentativa do grupo era construir textos que revelassem seu ideário de nação, marcadamente por meio do sentimento de pertença ao espaço, da identificação com o seu lugar de origem.

Nesse jogo de inter-relações, a presença deles na cidade manifesta-se de forma avassaladora em seus escritos, bem como a presença da cidade em cada um deles, em um processo de imbricamento e mútua identificação, como se pode entrever na ação dos acadêmicos do Peixe Frito, enquanto passam ou passeiam através da cidade, por ocasião das suas reuniões itinerantes e plurilocais, e nos textos literários produzidos por eles, entre os quais dois são analisados a seguir.

Bruno de Menezes e Dalcídio Jurandir foram dois desses escritores que se engajaram, direta ou indiretamente, na APF, que acreditavam na qualidade da literatura produzida no Pará e que tiveram grandes dificuldades para publicar. Em comum, tinham a origem pobre, a ascendência negra, o autodidatismo, a veia literária, o engajamento político e social e uma visão crítica acurada. Deles, analisam-se a seguir dois textos literários: do primeiro, o poema "Gente da estiva", em que o progresso da cidade de Belém custa a ruína (pessoal e social) do estivador; do segundo, trechos do romance "Belém do Grão-Pará", em que a cidade, tal qual um prisma sob o sol, traduz-se em imagens multifacetadas, fragmentárias, mas inteligíveis e coerentes.

## “GENTE DA ESTIVA”, DE BRUNO DE MENEZES

Bruno de Menezes (1893-1963), escritor, jornalista e ativista político, líder do grupo Academia do Peixe Frito, publicou a coletânea de poemas “Batuque” em 1931. Essa obra ressignifica a presença do negro no espaço amazônico, com tom de denúncia e notável qualidade estética (Nunes; Costa, 2016), pois apresenta o negro, trabalhador, morador da periferia, como protagonista social, subvertendo a ordem estabelecida pelos cânones literários tradicionais. Dessa obra faz parte o poema “Gente da estiva”, que transcrevemos na íntegra, a seguir:

O navio está aí ancorado no cais.  
Comeu do mar grosso  
jogou no oceano  
a carga que trouxe botou nos galpões.

O inglês nem se apressa,  
porque o que entra nos seus armazéns,  
só sai feito preso pagando carceragem.

No cais o serviço na sua bruteza  
é ver como em faina  
qualquer formigueiro  
com a gente da estiva  
empurrando o carrinho.

Fazendo lingadas  
de sacos e fardos,  
trazendo caixotes barricas pranchões,  
que o braço de ferro  
dos altos guindastes  
arria de cima aos fundos porões.

A gente da estiva  
na lida afanosa  
parece escuras formigas troncudas.

O ventre de ferro  
de dia e de noite  
vai sempre se enchendo  
daquilo que é vida.

E a gente da estiva  
ao voltar à casa,  
faminta esfalfada  
nem come daquilo  
que lhe andou nas mãos  
calejadas e humildes.

Repleta o navio o seu bojo de carga.  
E vozes de adeus

sorrisos felizes  
lembranças e beijos afagos abraços.

A campa retine.  
A voz da sirene previne a partida.

A gente da estiva,  
camisa suada  
estômago murcha,  
como se fizesse trabalho forçado,  
recolhe o carrinho  
pra outras lingadas  
sem ter o direito até de fumar!  
(Menezes, 2015a, p. 67-68).

O poema encadeia imagens, as quais se traduzem em narrativa, a partir da descrição do espaço, do lugar, dos sons, das ações dos trabalhadores da estiva e da movimentação ao derredor do cais. O texto poético apresenta-nos a observação da cultura do cotidiano (muito cara a Benjamin, inclusive), que narra o comum, a rotina do dia a dia, à qual nem sempre atentamos, devido à sua fugaz banalidade. Dessa forma, percebe-se que Bruno de Menezes, assim como Benjamin, valoriza o fragmento: no poema, destaca-se a arraia-miúda, o ‘trapilho social’ (de Baudelaire), e vem à baila o protagonismo dos negros, dos trabalhadores braçais do mercado do Ver-o-Peso, da gente simples.

Em suas incursões pelos meandros da teoria do poema, Bosi (1977, p. 21) elabora uma pergunta intrigante: “O que é uma imagem no poema?, [ao que, em seguida, responde:] já não é, evidentemente, um ícone do objeto que se fixou na retina; nem um fantasma produzido na hora do devaneio: é uma palavra articulada”. Candido (1996, p. 76) responde à pergunta feita por Bosi nos seguintes termos: “[A imagem no poema é] [...] o nome que damos a toda figuração de sentido que faz as palavras dizerem algo diferente de seu estrito valor semântico [...]”; é quando a linguagem proporciona a identificação entre realidades diversas, o que pode ocorrer por meio de uma comparação ou das palavras em sentido próprio. Ao discorrer sobre a ‘imagem dialética’, Benjamin (2006, p. 504) destaca que “Somente as imagens dialéticas são imagens autênticas (isto é: não arcaicas), e o lugar onde a

encontramos é a linguagem". Tal afirmação nos autoriza a compreender que, por meio de correspondências no plano simbólico, o escritor consegue reapresentar verdades e sentidos que a linguagem comum não traduz.

Assim, no poema de Bruno de Menezes, a partir das suas projeções imagéticas, frutos da 'palavra articulada', narra-se a cidade, o cais próximo ao mercado do Ver-o-Peso. É por meio dessa narrativa poética que se enforma uma fisionomia do lugar e, por extensão, do eu. Desse modo, a imagem construída no/pelo poema é dialética (no sentido benjaminiano), uma vez que plasma a presença da cidade no sujeito poético, evidenciando a maneira como ele a lê e a reflete, já em síntese de si mesmo, pois ela (a cidade) faz parte do seu ser, do seu estar no mundo, e traduz a subjetividade do escritor.

A comparação da ação constante dos trabalhadores da estiva com um formigueiro ou com 'formigas troncudas' pode revelar a perspectiva do sujeito que olha a cidade, isto é, de onde ele olha: de longe, como se estivesse no mercado do Ver-o-Peso, observando o trabalho do estivador, negro, de retirar sacas do navio abarrotado e seguir com elas às costas, em fileira para o armazém das docas; ou olha de cima, como se fosse a própria cidade a observar os seus (informação verbal)<sup>20</sup>.

Além disso, essa comparação de homens com formigas alude à ideia do labor operário, do desafio de ser capaz de carregar mais do que o próprio peso e contribui para a formação de uma imagem. A propósito dessa questão, Candido (1996) associa a ideia de imagem no poema às relações de comparação que se estabelecem por meio da palavra para formar uma visualidade inusitada. Segundo ele, a imagem, parte essencial do verso, assim como a metáfora, as figuras e o símbolo, estabelece íntima ligação com a estrutura sonora do poema, contribuindo para a formação do todo significativo: "[...] a imagem cria o significado poético [...]" (Candido, 1996, p. 62).

Na esteira desse pensamento, percebemos a força significativa das imagens construídas em outros momentos do poema: em alguns trechos, como em "[...] a carga que trouxe botou nos galpões [...] trazendo caixotes barricas pranchões [...] o braço de ferro" (Menezes, 2015a, p. 67-68), considerando-se o contexto, aproximam e até confundem (no âmbito da significação denotativa e conotativa) o trabalho da máquina (os guindastes) com o do homem (a gente da estiva), remetendo a uma ideia marxista das relações de exploração do trabalho.

No entanto, isso não significa que a gente da estiva seja desenhada somente do ponto de vista da sua potencialidade no trabalho. Ao contrário: as metáforas da 'maquinização' humana compreendem uma crítica reflexiva acerca de como as subjetividades dessas pessoas são negligenciadas nas modernas relações de trabalho.

Nesse contexto, o próprio emprego do termo 'gente', na expressão 'gente da estiva', que intitula o texto poético, apesar de agregar a ideia de coletivização, de generalização, reconstrói-se para individualizar o ser, para nomear um sujeito que volta para casa, que tem família, que sente fome, que sofre, que precisa de momentos de lazer e de descanso. O último verso do poema é desvelador: "[...] sem ter o direito até de fumar!" (Menezes, 2015a, p. 68), em que o eu lírico se consterna com a falta de possibilidade de momentos de ócio ou devaneio para a gente da estiva, numa época em que o ato de fumar era considerado socialmente positivo e necessário ao homem.

Por meio dessas cenas, construímos uma expressão, uma aparência da cidade, isto é, a sua fisionomia, sempre marcada historicamente pela subjetividade e pela cosmovisão do leitor. No seminal ensaio "A metrópole e a vida mental", Simmel (1973, p. 21) assinala que "[...] O âmbito da pessoa é antes constituído pela soma de efeitos que emana dela temporal e espacialmente. Da mesma maneira, uma cidade consiste em seus efeitos totais, que

<sup>20</sup> Essa leitura de que a cidade pode ser aquela que traduz o sentimento lírico no poema foi sugerida pelo professor José Maria Damasceno Ferreira, em conversa informal com duas das autoras desta pesquisa.

se estendem para além de seus limites imediatos [...]”. Nesse contexto, o processo de visibilidade homem-cidade plasmado no/pelo poema de Bruno de Menezes evoca aspectos que vão além da superfície, das aparências das realidades interior e exterior, entrelaçando percepções, experiências e narrativas intercambiantes, que não se esgotam com o dia vivido, com a ‘lida afanosa’.

Ao estudar a importância da imagem na construção do poema, Bosi (1977, p. 15-16) defende uma visão histórica, contextualizada, e não estanque, da imagem: “A imagem nunca é um ‘elemento’: tem um passado que a constituiu; e um presente que a mantém viva e que permite a sua recorrência [...]”. Essa reflexão remete a Benjamin (2006, p. 518), quando afirma que “A história se decompõe em imagens, não em histórias [...]”, uma vez que só é possível decifrar as verdades históricas nas tensões entre o ‘ocorrido’ e o ‘agora’ da leitura evocada pelo jogo verbo-imagético.

No poema, as imagens dos guindastes, dos porões, das lingadas no antigo cais do porto retomam a função original do que, na atualidade, tem também valor simbólico, já que parte do espaço do cais dos navios de carga e alguns objetos foram ressignificados e passaram a compor o centro turístico de Belém: é possível perceber, por exemplo, que alguns dos guindastes se tornaram enfeites ou objetos históricos em exposição na Estação das Docas, atualmente um espaço de lazer e visitação, nas proximidades do Ver-o-Peso. Mas, próximo dali, o trabalho da estiva continua.

Desse modo, a fisionomia da cidade construída em “Gente da estiva” evoca o mercado do Ver-o-Peso como expressão do trabalho, da vida/lida, com a qual ele se identifica. O poema de Bruno revela a voz de alguém que está ali frequentemente, que é íntimo observador

daquele espaço. Assim, cria-se uma fisionomia do lugar intrinsecamente ligada (isto é, como parte dos seus traços característicos) ao trabalhador, ao homem comum.

Isso não seria possível sem um conhecimento profundo e crítico do lugar em que se habita, sem o desenho de uma mundividência que perceba o outro pobre, trabalhador braçal, como integrante do lugar e indispensável, porque importante, para a constituição de uma fisionomia que, por vezes, é escondida propositalmente: a de uma Belém que se ergueu com a força do trabalho do homem comum, numa relação cíclica de progresso e ruína, nos termos benjaminianos.

A fisionomia da cidade é um dos elementos que ajudam a definir identidades, porque ela fala do eu e identifica-o como sujeito histórico:

Benjamin e Baudelaire, cada um à sua maneira, tentaram flagrar esse momento em que o sujeito se inteira da fisionomia da cidade e ao mesmo tempo de si mesmo, em que rosto e corpo se assemelham mimeticamente à cidade que ele habita, como se ela fosse a constelação que define sua identidade, a estrela de sua vida inteira. (Bolle, 2000, p. 43-44).

Assim, de acordo com a perspectiva benjaminiana, traduzida por Bolle (2000), o sujeito constitui-se simultaneamente dessas duas fisionomias (da cidade e de si mesmo). Ele se reconhece como parte da cidade, ao mesmo tempo em que percebe que a cidade está nele, visto que ambos se refletem: é o eu na cidade e a cidade em mim, é a imagem de confluência, da identificação.

## “BELÉM DO GRÃO-PARÁ”, DE DALCÍDIO JURANDIR

Dalcídio Jurandir<sup>21</sup> (1909-1979) foi escritor, jornalista e funcionário público. Paraense, partícipe da Geração do

<sup>21</sup> Consoante às ideias de Furtado (2010), Dalcídio começou a escrever as obras do ciclo do Extremo Norte no final dos anos 1930 e sua técnica de escrita sofreu influências positivas da renovação estética dos anos 1920 e dos subsequentes, o que demonstra que ele era um escritor alinhado aos bons literatos da sua época. Acrescentamos, sem receio de especulação, que a forte presença da APF na vida literária de Dalcídio Jurandir teve parte para que ele apreendesse esse espírito do tempo e o refletisse tão distintamente em sua obra.

Peixe Frito, sua obra literária é considerada vasta: escreveu onze romances e muitos poemas<sup>22</sup>, alguns esparsos, que, de vez em quando, pululam, redescobertos, e crônicas que, em sua quase totalidade, narram lugares (físicos, históricos, ideológicos) subalternizados no interior do Pará e na cidade de Belém. Entre essa produção artística, destaca-se “Belém do Grão-Pará”<sup>23</sup> (BGP), quarto romance do Ciclo do Extremo Norte, publicado pela primeira vez no Brasil, pela Martins, de São Paulo, em 1960.

“Belém do Grão-Pará” segue a tradição do romance urbano moderno, em que o humano se dilui em contato com os grandes centros, na ideia de uma multidão multiforme ‘tocada’ pela experiência com as máquinas e outras tecnologias. No caso de BGP, o bonde elétrico (referido no final deste artigo), o trem, o cinema e a luz elétrica são temáticas recorrentes que marcam a vida de Alfredo e seus companheiros na cidade grande.

Nessa obra, Dalcídio Jurandir ressignifica a Belém dos anos 1920 a partir da visão do menino Alfredo, que, vindo de Cachoeira (no Marajó), chega a Belém para superar a precariedade da educação marajoara, e enseja continuar seus estudos na capital do Pará. O garoto passa a morar, na condição de agregado, com a família Alcântara<sup>24</sup>, falida devido à decadência do governo lealista e da economia da borracha. Entre descobertas e desencantos, Alfredo constitui uma fisionomia da cidade a partir de sua vivência, porque procura decifrá-la, como efígie de si mesmo, mas não sem a ajuda de personagens instigantes, como a cabocla Libânia, muito íntima da cidade, acostumada a transitar a pé do bairro de Nazaré até o mercado do Ver-o-Peso. Na sequência, apresentamos dois excertos desse

romance para discutir como o anverso da cidade constitui o reverso (interior) do sujeito histórico.

Neste trecho de “Belém do Grão-Pará”, Libânia (a cabocla criada dos Alcântara) leva Alfredo, pela primeira vez, ao Ver-o-Peso:

Viva maré de março visitando o Mercado de Ferro, lojas e botequins, refletindo junto ao balcão os violões desencordados nas prateleiras. Os bondes, ao fazer a curva no trecho inundado, navegavam. As canoas no porto veleiro, em cima da enchente, ao nível da rua, de velas içadas, pareciam prontas a velejar cidade adentro, amarrando os seus cabos nas torres do Carmo, da Sé, de Santo Alexandre e nas samaumeiras do arraial de Nazaré. Libânia corria então para ver: os bons barcos, panos cor de telha, cobriam o Ver-o-Peso com um telhado de velas. Libânia apontava as montarias cheias de potes queimados como a sua face, e bilhas de barro e as andorinhas curiosas dos mastros, das proas com peixe assando e as mãos de milho verde que descarregavam. [...] Voltava-se agora para os cestos, fogareiros de barro, bichos, cachimbos, ‘ah, este-um, aqui, eu fumava’. O gosto de provar de todas as farinhas ali expostas nos paneiros em plena calçada não atingida ainda pela maré. Pôs-se a provar desta, daquela, a amarelinha, a bem torrada, fingindo enfado, competência, exigente no escolher. Cada melancia, aquele ananás, uns muçuãs que deviam estar gordinhos, a tracajá virada, Deus! O doente da pele bebendo mingau no quiosque. Um velhusco, suada a camisa colando nas costas, a bagana na boca, conferia pules de bicho. [...] Depois, aquela rapariga de perna inchada-inchada, no rosto um *rouge* como uma queimadura. A carroça fazia mudança, atravancando a rua. Um papagaio foge da bagagem. [...] Ela [Libânia] volvia à Gentil como se viesse do sítio, com o embrulho das raízes, filha daqueles barcos, nascida entre panelas de barro, ovas de tainha e cofos de caranguejos. (Jurandir, 2016, p. 76-80).

<sup>22</sup> “Poemas impetuosos” é a coletânea que reúne, pela primeira vez em livro, os poemas de Dalcídio Jurandir. O trabalho foi organizado por Paulo Nunes, no projeto “Negritude e literatura”, ligado ao PPGCLC, da UNAMA, e publicado em convênio com a editora Pakatatu e com a Casa de Cultura Dalcídio Jurandir, em 2011 (Jurandir, 2011).

<sup>23</sup> Esse romance teve duas edições em Portugal, pela editora Europa-América, na série “Grandes autores contemporâneos”, em 1982 (Nunes, 2007).

<sup>24</sup> É curioso perceber-se que o nominativo familiar Alcântara, etimologicamente, significa ‘ponte’; as pontes, como se sabe, proporcionam a passagem de um lugar a outro. Poder-se-ia aqui falar das passagens benjaminianas, mas isso proporcionaria um outro estudo; ficamos, assim, com a ideia de transporte, passagem, experiência de mudança e migração de Alfredo de Cachoeira a Belém, processo no qual a família Alcântara tem um papel fundamental para os descortinamentos de dramas humanos, individuais e sociais, no romance (Nunes, 2007; Pereira, 2014).



Nessa passagem, o espaço do mercado do Ver-o-Peso, em Belém, é narrado de forma dinâmica, com a vivacidade de quem naturalmente observa a movimentação do mercado; de quem é conhecedor das minúcias do dia a dia e dos detalhes característicos daquele ambiente, com o qual as personagens interagem de forma viva, afetuosa e afetiva. Tal descrição não é perpassada por um olhar exótico<sup>25</sup> (de que costumeiramente o mercado-feira é vítima), também não traz o ranço do superficialismo, o olhar apressado, e por vezes parcial, do turista, que não tem a vivência cotidiana daquele espaço, que compreende uma espécie de entrelugar entre a floresta e a cidade. Dessa forma, não são imagens espetacularizadas ou estandardizadas, elas mostram o ordinário, o corriqueiro, o que é próprio de uma fisionomia do Ver-o-Peso, que está incrustada no narrador, como uma tatuagem<sup>26</sup>.

Nesse contexto, a expressão do lugar é marcada pelo filtro bastante singular (do narrador e das personagens) que estiliza o espelho da cidade diante do leitor e, ao mesmo tempo, reúne os fragmentos numa narrativa intensamente visual, composta por uma pluralidade de ações simultâneas, ágeis, por imagens que, num plano comum, delineiam o 'pano de fundo', mas, no plano da narrativa, constituem o principal da cena, conduzida por um narrador quase cinematográfico. No contexto da obra de Dalcídio Jurandir, percebemos a imagem associada ao poder de expansão do discurso, para dar fluidez, dinamismo à cena poética<sup>27</sup>. Trata-se de artimanhas em que o autor de identidade social, Dalcídio Jurandir, indústria, com perspicácia e eficiência, o autor da diegese, qual seja, o narrador.

O campo semântico do excerto é atravessado por expressões da cultura local; significantes como Mercado de Ferro, canoas, torres da Sé, barcos, Ver-o-Peso, paineiros de farinha, ananás, mingau no quiosque, embrulhos das raízes, panelas de barro etc. formam imagens e expressões amazônidas, que denotam pertencimento do narrador, tanto quanto das personagens, ao universo do Ver-o-Peso.

Libânia, por exemplo, caminha livre pela feira e demonstra muita experiência e perspicácia no escolher, no provar, no admirar, no olhar a paisagem de velas de embarcações, nos cheiros que sente por onde passa, na observação dos tipos humanos com os quais se depara. Enfim, a menina Libânia movimenta todos os sentidos ao experimentar a feira e apresentá-la a Alfredo. O narrador capta esse aspecto e o lança aos olhos do leitor, que constrói a imagem de uma personagem concatenada ao espaço em que circula habilmente, como se ela fosse parte física dele, como se sujeito e cidade fossem indissociáveis, um nascido do outro, conforme se expressa ao final do trecho: a imagem da menina-moça filha dos barcos, nascida entre panelas de barro, pescado e caranguejo. Assim, chama a atenção a forma enunciativa do texto, que transmite cumplicidade entre o eu enunciador, as personagens e o espaço narrado, como se a imagem especular da cidade refletisse a memória do eu, a sua identidade, enfim, a sua própria fisiognomia, unindo-as, (con)fundindo-as, conforme a teoria benjaminiana acerca da imagem na cultura do cotidiano.

Em outro excerto, Alfredo volta ao mercado, dessa vez acompanhando o Sr. Virgílio Alcântara, figura masculina da família com a qual o menino morava desde

<sup>25</sup> Observe-se a etimologia da palavra. Segundo o "Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa", "exótico, original do grego *eksótikós*, ê, on, significa 'de fora, exterior', der. do adv. *éksó* 'fora', pelo lat. *exoticus*, a, um, 'estranho, estrangeiro, peregrino, que vem de fora', prov. por infl. do fr. *exotique*" (Houaiss, 2009, p. 1552): "que pertence, que é relativo a um país estrangeiro" (Houaiss, 2009, p. 1690); "que foi importado de país estrangeiro, em particular de regiões quentes da Terra" (Houaiss, 2009, p. 1690).

<sup>26</sup> Note-se que o narrador de "Belém do Grão-Pará" narra a partir de um pacto emocional, espécie de adesão aos sentimentos das personagens envolvidas na cena; assim ocorre com Alfredo, a partir de sua chegada à cidade, assim também com Libânia, nas cenas narradas e noutras passagens do romance.

<sup>27</sup> Bosi (1977) trata dessa relação entre imagem e construção discursiva. O autor articula o pensamento de que a ideia expressa por meio da imagem é extremamente poderosa porque é fonte inesgotável de produção de sentidos.



sua chegada a Belém, família na qual ele foi incorporado como agregado. A experiência que ele tem nessa outra visita ao Ver-o-Peso é diferente da primeira, pois visualiza outra cidade, apesar de estar no mesmo lugar onde anteriormente esteve:

No domingo seguinte, seu Alcântara levou ele [Alfredo] ao Ver-o-Peso. [...] Seu Alcântara, como um administrador do Mercado, tinha uma visível delícia em escolher demoradamente o melhor peso da carne dominical, a melhor penca da banana na quitanda e as boas alfaces no verdureiro. Ao chegarem ao Ver-o-Peso, lhe apeteceu uma tainha fresca, e Alfredo via, então, uma nova cidade, agora sem Libânia, meio bruta, que lhe pedia dinheiro em troca de peixes, carnes, frutas e verduras, panelas de mingau, prateleiras de cheiro, dentes de boto, línguas de pirucu, cascas e raízes, defumações e ninhos de gavião-coré contra mau olhado, quebranto, contra qualquer gênero de infelicidade. Seu Alcântara, com o seu conhecimento meticuloso de mercados, conversava com este e aquele peixeiro, examina aqui a barriga da tainha, ali a gurijuba, peixe grande de comer homem. Adiante o monte de pratiqueiras que lembravam a Alfredo os peixinhos nadando embaixo do chalé e em Belém, na panela de barro, nadando no tucupi. (Jurandir, 2016, p. 76-97).

Em ambos os trechos de “Belém do Grão-Pará”, percebemos uma descrição ininterrupta (quase frenética) das ações sobrepostas, dos recortes e das montagens das imagens, da movimentação das personagens. Essa estratégia narrativa remete à concepção benjaminiana de superposição de imagens, conforme comenta Bolle (2000), em escrito sobre o filósofo: “De Baudelaire, ele aprendeu a ver a cidade como um corpo humano e a usar a técnica de superposição que faz com que, miticamente, a percepção da cidade e a do próprio corpo se confundam” (Bolle, 2000, p. 43).

Por isso, evidencia-se o fato de o narrador ser muito íntimo do lugar, quase como se ele falasse dele mesmo, como se promovesse uma autonarração. Trata-se, assim, de uma visão expressiva, extremamente vivaz, muito bem delineada do espaço do mercado do Ver-o-Peso, não só porque cria uma narrativa verossimilhante, mas porque recria discursivamente o espaço do mercado a partir de

múltiplas facetas, como imagem especular. Em estudo sobre a literatura e o cinema da Amazônia, Pinho (2015, p. 81), fundamentado nas teorias de Clifford Geertz e Walter Benjamin, afirma que “Dalcídio busca na história, na experiência pessoal, na experiência discursiva sobre a cidade, um passado que pode não ter ocorrido tal como ele narra”. Nesse sentido, a estética dalcidiana pode também evocar o passado não apenas como mera lembrança, mas como possibilidade de compreensão e ressignificação da história.

Dessa vez, levado por seu Alcântara, Alfredo se depara com um Ver-o-Peso diferente daquele que vivenciou com Libânia. O homem negocia, escolhe, examina, conversa e compra, tudo muito meticuloso, numa cidade embrutecida. Mas o narrador nos anuncia que o garoto se desvencilha disso, porque as imagens que seguem remetem a uma Belém de crenças em chás de raízes e amuletos contra toda sorte de infelicidades, aspecto que se sobressai na narrativa e anuncia a interação entre modernidade e tradição. Além disso, por meio da memória, o menino busca pontos de identificação entre aquele seu novo lugar e a Cachoeira deixada para trás, com os peixes que nadavam embaixo do chalé.

Nessa perspectiva, Dalcídio lança mão de procedimentos narrativos, como a ironia, para reacender no leitor dúvidas sobre as verdades de uma certa visão de história, que celebra as elites. O aprendizado e a sensibilidade para o social, que Dalcídio Jurandir aprendeu com os companheiros da Academia do Peixe Frito, na mocidade, e com os companheiros do Partido Comunista, na maturidade, fizeram-no optar pelas tramas do enredo em movimento centrípeto, em que as margens se aproximam do centro da trama. Em Dalcídio Jurandir, como em Bruno de Menezes e demais peixefritanos, expressam-se prioritariamente os sujeitos das periferias, das margens da cidade e de toda a Amazônia.

Nesse excerto, há uma superposição de imagens. Estas são embaralhadas, remexidas, coladas e, ainda assim, significam, devido à harmonização do que comunicam. E mais ainda: a imagem do todo se constitui a partir de

fragmentos, detalhes que a outros olhares, diferentes do narrador que presencia as cenas, passariam despercebidos, tal a sua aparente insignificância.

Essa visão de valorização do pequeno, do fragmento, do insignificante, assemelha-se à de Benjamin (2006), uma vez que ele lança a esses materiais desprestigiados historicamente um olhar minucioso, de reconhecimento de sua importância para a compreensão humana da/cultura. Com os 'rastros' da realidade social e subjetiva, Dalcídio Jurandir constrói, em "Belém do Grão-Pará", "[...] uma re(a)apresentação da história, [manejando] experiências distintas, deslocadas no espaço e no tempo, mas que são reagrupadas na narrativa e demarcam vivências diferentes [...]" (Pinho, 2015, p. 79).

Nesse último trecho da narrativa dalcidiana em tela, há dois fragmentos muito sintomáticos: imagens do Ver-o-Peso e da sua Cachoeira recordada, uma remetendo à outra, acionadas a partir de fragmentos de memória, que são trazidos à tona pelo narrador e abruptamente, mas também sutilmente, lançados diante do leitor, que os reúne e, assim, pode ressignificá-los.

Desse modo, a fisionomia que o eu do narrador constrói da cidade confunde-se com a fisionomia dele próprio, porque ela constitui uma identificação com o lugar, mediada pela memória, revelando uma identidade cabocla, amazônica, de alguém que vivencia o cotidiano de Belém, que está, portanto, em Belém não apenas a passeio, mas usa essa experiência como aprendizado. Nesse sentido é que se pode ver a narrativa de Alfredo em Belém como expressão de um romance de formação da personagem. Estar em Belém é aprender com Belém e suas gentes, acumulando sabedoria e vivências para toda a vida. Assim, é ele mesmo esse sujeito das imagens tra(n)çadas nas narrativas, em que estética e experiência se confluem no jogo verbo-imagético.

A cidade de Alfredo, que conflui da leitura do romance "Belém do Grão-Pará", configura uma fisionomia singular; singularidade que Dalcídio Jurandir soube pintar com tintas bastante originais. Dalcídio é um autor que nos faz, a cada página, redescobrir, em que pese toda

a força ficcional de sua narrativa, uma cidade pulsante, expressiva, única. Como diz o narrador, no excerto do passeio de Alfredo e dona Amélia no bonde elétrico: "A cidade [de Belém] balançava ainda. Ou estava [Alfredo] tonto com os cheiros de Belém?" (Jurandir, 2004, p. 94). Essa passagem do romance e as duas outras sobre o Ver-o-Peso aqui apresentadas mostram uma reconstrução do espaço citadino refletida na subjetividade da personagem e, por isso, constroem uma fisionomia do lugar. A Belém de Dalcídio Jurandir, ressignificada na experiência de Alfredo, afinal, deixa-nos tontos, tontos e encantados.

## CONCLUSÃO

No estudo realizado, investigamos as redes de significação entre a Academia do Peixe Frito e a fisionomia da cidade de Belém do Pará, a partir da observação analítica de textos literários dos acadêmicos do Peixe Frito e dos lugares que os jovens literatos e jornalistas paraenses costumavam frequentar entre 1920 e 1950, para beber, conversar amenidades, discutir literatura e difundir seus pensamentos. Ao fim do percurso, percebemos que, desse movimento, resultou uma produção estética na qual a cidade se reflete ao mesmo tempo em que reflete as experiências do sujeito histórico.

Como foi demonstrado, a atuação da APF desvelou ligações intrínsecas da produção intelectual com o lugar de origem dos peixefritanos: o lugar-cidade de suas experiências e existências os construía como sujeitos do seu tempo. Nesse sentido, ele (o lugar) constitui a APF e forma a fisionomia da cidade representada pelos escritores.

Para a realização deste estudo, a categoria 'fisionomia' urbana, na perspectiva de Benjamin (2006), possibilitou-nos reconhecer os poetas e prosadores que compunham a Academia do Peixe Frito como fisionomistas de sua época, porque recriaram verbo-imageticamente o cotidiano da cidade de Belém no período da modernidade amazônica.

Os textos literários aqui analisados apontam para produções estéticas nas quais a cidade é o lugar onde

os escritores atuam como caminhantes observadores a perscrutarem a cidade, a redesenharem sua fisionomia, por meio da confluência de imagens do cotidiano e do imaginário social estabelecido. Na perspectiva benjaminiana apresentada, a linguagem constitui-se como fonte de expressão, na qual prevalece a capacidade imaginativa e simbólica no ato de leitura e a representação dos objetos e do mundo. Dessa maneira, a produção literária da APF constitui uma experiência na linguagem, uma forma de escrita do mundo sensível, da vida cotidiana fragmentária da cidade de Belém e de seus sujeitos, sobretudo daqueles que estão à margem da cidade e habitam as fisionomias periféricas do mapa de Belém, e são desvelados pela escrita.

Candido (1996), na obra “O estudo analítico do poema”, cujos trechos atravessaram esta discussão, elabora uma afirmação acerca do escritor e das suas relações com a imagem. Vale a pena repetir aqui suas palavras, porque elas traduzem o sentimento poético-imagético percebido em Bruno de Menezes e Dalcídio Jurandir:

[O poeta tem a] capacidade de perceber vivamente e intensamente com os sentidos; logo, de apreender com força as coisas e o espetáculo do mundo. Daí o sentimento das analogias, a capacidade de correlacionar, de substituir e de transpor, que está na base da formação das imagens. Há poetas que denotam mais claramente do que outros esta capacidade, porque manifestam os aspectos exteriores da sua sensorialidade: senso das cores, dos ritmos, do tacto, do gosto. Noutros, tais aspectos aparecem difusos ou sublimados, mas em todos estão presentes quando analisamos a textura da sua obra. (Candido, 1996, p. 65).

Dalcídio e Bruno, indubitavelmente, são desses poetas do primeiro grupo referido pelo autor: sua escrita tem força poética, tem imagens em movimento, tem as experiências sensoriais entremeadas e aguçadas, tem a experiência imagética enraizada no corpopalavra (assim mesmo, tudo junto, porque neles esses dois elementos são inseparáveis). E tudo isso fica patente quando lemos a sua obra, quando sentimos sua estética ligada à sua experiência de sujeitos históricos.

Por meio da *poésis*, esses escritores peixefritanos recolheram fragmentos, detritos, farrapos, enfim, rastros de uma realidade social amazônica e os tomaram como fagulhas para iluminar uma compreensão crítica do seu presente em diálogo refletido com o passado, com a tradição. Na luta diária pela sobrevivência no espaço urbano belenense, tantas ‘gentes da estiva’, tantas famílias trabalhadoras, tantos ‘Alfredos’ e ‘Libânias’ resistiram e deixaram pegadas de suas existências no olhar atento dos caminhantes peixefritanos, em sua experiência na linguagem: a literatura.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Notas de literatura I**. Tradução: Jorge de Almeida. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, 2003.

BENJAMIN, Walter. Passagens parisienses. In: BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. p. 901-963.

BENJAMIN, Walter. **Origem do drama barroco alemão**. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BOLLE, Willi. **Fisiognomia da metrópole moderna**: representação da história em Walter Benjamin. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2000.

BORGES, Tatiana Carepa Roffé. **Do Largo das Mercês à Praça Visconde do Rio Branco**: um estudo de gestão do patrimônio histórico em Belém do Pará (1941-2011). 2013. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 41. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

BOSI, Alfredo. **O ser e o tempo da poesia**. São Paulo: Cultrix: EDUSP, 1977.

BRITO, Lenora Menezes de. Academia do Peixe Frito. In: GALLINDO, Afonso. **O Negro no Pará**: cinco décadas depois. Direção: Afonso Gallindo. Belém: Instituto de Artes do Pará, 2005. 1 DVD-R (38 min), color.

CANDIDO, Antonio. **O estudo analítico do poema**. 3. ed. São Paulo: Humanitas Publicações, 1996.

CASTRO, Maria das Neves Rocha de. **Memórias de uma velha cidade**: a representação histórico-social de Belém pós-Belle Époque em crônicas de De Campos Ribeiro. 2011. Dissertação (Mestrado em Letras Estudos Literários) – Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

- COELHO, Marinilce Oliveira. **Memórias literárias de Belém do Pará: o Grupo dos Novos, 1946-1952**. 2003. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- COSTA, Antônio Mauricio Dias da. Festa de santo na cidade: notas sobre uma pesquisa etnográfica na periferia de Belém, Pará, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 6, n. 1, p. 197-216, jan./abr. 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-81222011000100012>.
- DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Tradução: Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. De pincéis e letras: os manifestos literários e visuais no modernismo amazônico na década de 1920. **Revista Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, v. 9, n. 2, p. 130-155, jul./dez. 2016.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. **Eternos modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929**. 2001. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- FLORES, Jaques. **Panela de barro**. Rio de Janeiro: Andersen Editores, 1947. (Crônicas, ensaios, fantasias).
- FURTADO, Marli Tereza. **Universo derruído e corrosão do herói em Dalcídio Jurandir**. Campinas: Mercado de Letras, 2010.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Limiar, aura e rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin**. São Paulo: Editora 34, 2014.
- GUIMARÃES, Pedro Maciel. No rosto, lê-se o homem: a fisionomia no cinema. **Significação: revista de cultura audiovisual**, São Paulo, v. 43, n. 46, p. 85-105, 2016.
- HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. [São Paulo]: Objetiva, 2009. 1 CD-ROM.
- INOJOSA, Joaquim. **Os Andrades e outros aspectos do Modernismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975.
- JURANDIR, Dalcídio. **Belém do Grão-Pará**. 4. ed. Belém: Marques, 2016.
- JURANDIR, Dalcídio. **Poemas impetuosos ou o tempo é o do sempre escoá**. Belém: Paka-Tatu, 2011.
- JURANDIR, Dalcídio. **Belém do Grão-Pará**. Belém: EDUFPA; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004.
- JURANDIR, Dalcídio. **Ponte do Galo**. São Paulo: Martins, 1971.
- JURANDIR, Dalcídio. **Belém do Grão-Pará**. São Paulo: Martins, 1960.
- LARÊDO, Salomão. **Geração Peixe Frito ou Academia do Peixe Frito**. Belém: [s. n.], 2012.
- MENEZES, Bruno de. Gente da estiva. In: MENEZES, Bruno de. **Batuque**. 8. ed. Belém: GTR, 2015a. p. 67-68.
- MENEZES, Bruno de. **Batuque**. 8. ed. Belém: GTR, 2015b.
- MENEZES, Bruno de. Bailado lunar. In: MENEZES, Bruno de. **Obras completas de Bruno de Menezes: obra poética**. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1993. v. 1, p. 77. (Lendo o Pará, n. 14). Disponível em: [https://issuu.com/ufpadoispontozero/docs/obras\\_completas\\_de\\_bruno\\_de\\_menezes](https://issuu.com/ufpadoispontozero/docs/obras_completas_de_bruno_de_menezes). Acesso em: 18 mar. 2019.
- NARRAMAZÔNIA. 7ª Trilha literária da Academia do Peixe Frito leva estudantes aos complexos Feliz Lusitânia e Ver-o-Peso. Belém, 2017. Disponível em: <https://narramazonia.wordpress.com/2017/11/20/7a-trilha-literaria-da-academia-do-peixe-frito/>. Acesso em: 17 jan. 2018.
- NUNES, Paulo Jorge Martins; COSTA, Vânia Maria Torres. Academia do Peixe Frito: diálogos e intersecções entre Literatura, Jornalismo e Ciências Sociais na Amazônia do século XX. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 40., 2016, Caxambu, Minas Gerais, 2016. **Anais [...]**. Caxambu, MG: ANPOCS, 2016. p. 1-26. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st02-8/10533-academia-do-peixe-frito-dialogos-e-intersecoes-entre-literatura-jornalismo-e-ciencias-sociais-na-amazonia-do-seculo-xx/file>. Acesso em: 10 jan. 2018.
- NUNES, Paulo Jorge Martins. **Útero de areia, um estudo do romance 'Belém do Grão-Pará', de Dalcídio Jurandir**. 2007. Tese (Doutorado em Literaturas de Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- PACHECO, Terezinha de Jesus Dias. Bruno de Menezes e o modernismo no Pará. **Revista Em Tese**, Belo Horizonte, v. 6, p. 165-172, ago. 2003. DOI: <http://dx.doi.org/10.17851/1982-0739.6.0.165-172>.
- PEREIRA, Carla Soares. **Varadouros e silêncios: (des)caminhos da borracha em 'Belém do Grão-Pará', de Dalcídio Jurandir, e 'Seringal', de Miguel Ferrante**. 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura) – Universidade da Amazônia, Belém, 2014.
- PINHO, Relivaldo. **Antropologia e filosofia: experiência e estética no cinema e na literatura da Amazônia**. Belém: EdUFPA, 2015.
- REIS, Marcos Valério Lima. **Entre poéticas e batuques: trajetórias de Bruno de Menezes**. 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura) – Universidade da Amazônia, Belém, 2012.
- RIBEIRO, De Campos. **Gostosa Belém de outrora**. Belém: SECULT, 2005.
- RIBEIRO, De Campos. **Graça Aranha e o modernismo no Pará**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973.

ROCHA, Alonso. Bruno de Menezes: traços biográficos. *In*: ROCHA, Alonso; BASSALO, Célia Coelho; BOGÉA, J. Arthur; PEREIRA, João Carlos; INOJOSA, Joaquim. **Bruno de Menezes ou a sutileza da transição**: ensaios. Belém: CEJUP: UFPA, 1994. p. 9-36.

RODRIGUES, Carmem Izabel. **Vem do bairro do Jurunas**: sociabilidade e construção de identidades em espaço urbano. Belém: NAEA, 2008.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. *In*: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. Tradução: Sérgio Marques dos Reis. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 11-25.

WANZELER, Rodrigo de Souza. Bruno de Menezes: fragmentos de memórias (des)contruindo histórias de vida de um literato-etnógrafo. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 13., 2016, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: UFRGS, 2016. p. 1-17. Disponível em: [http://www.historiaoral.org.br/resources/anais/13/1461872632\\_ARQUIVO\\_ARTIGO\\_HISTORIA\\_ORAL-POA.pdf](http://www.historiaoral.org.br/resources/anais/13/1461872632_ARQUIVO_ARTIGO_HISTORIA_ORAL-POA.pdf). Acesso em: 15 mar. 2019.

WANZELER, Rodrigo de Souza; PACHECO, Agenor Sarraf. Bruno de Menezes, etnógrafo da Amazônia: zonas interculturais em Boi Bumbá - auto popular. **Revista FSA**, Teresina, v. 13, n. 1, p. 25-44, jan./fev. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.12819/2016.13.1.2>.





A black and white photograph of a wooden surface, possibly a table or floor, with numerous water droplets scattered across it. The wood grain is clearly visible, running diagonally from the top left to the bottom right. The droplets are of various sizes and are more concentrated in the upper left and lower right areas, with fewer droplets in the center. The lighting is soft, creating a gentle reflection on the droplets and the wood surface.

MEMÓRIA





## Emília Snethlage (1868-1929) e as razões para comemorar seus 150 anos de nascimento

### Emilia Snethlage (1868-1929) and the reasons for celebrating 150 years since her birth

Diana Alberto<sup>I</sup>  | Nelson Sanjad<sup>II</sup> 

<sup>I</sup>Universidade Federal do Pará. Belém, Pará, Brasil

<sup>II</sup>Museu Paraense Emílio Goeldi/MCTIC. Belém, Pará, Brasil

**Resumo:** O documento apresenta um pouco da trajetória da primeira mulher a fazer parte de uma instituição de pesquisa no Brasil: a alemã Emília Snethlage (1868-1929), uma mulher que iniciou a pesquisa sobre as aves na região amazônica. Inicialmente, são destacadas algumas questões sobre a vida e a obra desta cientista, assim como aspectos gerais concernentes à história da ciência e aos estudos de gênero. Por fim, apresenta-se uma reprodução revisada e atualizada de um artigo de jornal de Osvaldo Rodrigues da Cunha (1928-2011), publicado em 15 de novembro de 1985, o qual também representa uma figura importante para o Museu Paraense Emílio Goeldi.

**Palavras-chave:** Emília Snethlage. Gênero. Ornitologia. Amazônia.

**Abstract:** The document presents a portion of the trajectory of the first woman to be part of a Brazilian research institution. Emilia Snethlage (1868-1929) was a German-born woman who began to study the birds of the Amazon region. We initially point out questions about the life and work of this scientist, as well as general aspects of the history of science and gender studies. We also present a revised and updated reproduction of a newspaper article published on November 15, 1985 by Osvaldo Rodrigues da Cunha (1928–2011), who was also an important researcher at for the Museu Paraense Emílio Goeldi.

**Keywords:** Emilia Snethlage. Gender. Ornithology. Amazônia.

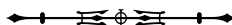
---

ALBERTO, Diana; SANJAD, Nelson. Emília Snethlage (1868-1929) e as razões para comemorar seus 150 anos de nascimento. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 3, p. 1047-1070, set.-dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000300018>.

Autora para correspondência: Diana Alberto. Universidade Federal do Pará. Rua Augusto Corrêa, n. 1 – Guamá. Belém, PA, Brasil. CEP 66075-110 ([didialbertoarqueira@gmail.com](mailto:didialbertoarqueira@gmail.com); [profadianaalberto@gmail.com](mailto:profadianaalberto@gmail.com)).

Recebido em 07/11/2018

Aprovado em 27/05/2019



Emília Snethlage (1868-1929) desembarcou na Amazônia no dia 15 de agosto de 1905 para trabalhar na Seção de Zoologia, do Museu Paraense de História Natural e Etnografia. A missão que recebeu em Belém foi estudar as aves da região, mas seu papel como cientista extrapolou suas atividades imediatas, deixando-nos um significativo legado cultural, principalmente às mulheres, que ainda buscam se firmar em campos profissionais tradicionalmente masculinos, como o científico. Apesar de viver em uma época na qual as mulheres ainda estavam a ampliar seu espaço na sociedade, em pouco tempo Emília despontou como uma das mais importantes cientistas do Brasil.

Henriette Mathilde Maria Elizabeth Emilie Snethlage nasceu em uma família protestante, em Kraatz, na província prussiana de Brandenburg, em 13 de abril de 1868 (Figura 1).

Seus principais biógrafos, Snethlage, Emil-Heinrich (1930) e Cunha (1989), destacam que Emília ficou órfã de mãe, a senhora Elizabeth Rosenfeld, muito cedo. Ela e seus três irmãos foram criados e educados pelo pai, Emil Snethlage, um pastor luterano. A formação de Emília teria sido bastante rígida, mas isso não lhe deixou marcas negativas. Pelo contrário, ela tornou-se uma mulher dedicada não somente à ciência, mas também solidária com seus irmãos, sobrinhos e amigos.

A menina Emília demonstrou desde cedo interesse pela ciência. No jardim de sua casa, capturava aves e depois as estudava. Segundo Cunha (1985, p. 1), “[...] ainda menina enviava as suas anotações ao prof. Rudolf Blasius, especialista em aves, que as publicava na revista *Journal für Ornithologie*”. Emília, quando criança, também leu livros sobre a natureza tropical e relatos de viajantes. Entre eles, o da austríaca Ida Pfeiffer (1797-1858), que se lançou em viagens de exploração do mundo aos 45 anos de idade. Em algumas de suas cartas, Emília lembrava desse tempo de criança, de gostar de ficar no meio de animais e plantas, de sonhar em conhecer os trópicos.

Essa menina cresceu e, como muitas mulheres de sua época, demorou a se integrar nas universidades da



*E. Snethlage.*

Figura 1. Retrato de Emília Snethlage. Fonte: Sanjad et al. (2013).

Alemanha. Conseguiu ingressar na Universidade de Berlim somente em 1899, com mais de 30 anos, para estudar história natural. Sua tese sobre a musculatura de artrópodes foi bastante apreciada, logo encontrando possibilidade de trabalho com o ornitólogo alemão Anton Reichenow. Foi por meio dele que Emília soube da vaga existente no museu de Belém, então dirigido por Emílio Goeldi (Sanjad et al., 2013) (Figura 2). Segundo Corrêa (2003, p. 93):

[...] entre os fatores considerados por Emília Snethlage ao tomar a decisão de transferir-se para a Amazônia certamente estava a oportunidade de desenvolver uma trajetória profissional de alcance mais amplo, e sua resolução mostrou-se, neste aspecto, acertada.



Figura 2. Emília Snethlage (em pé) no Museu Paraense, em Belém, Pará, no início do século XX. Fonte: acervo do Fundo Emília Snethlage, do Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém.

Emília Snethlage foi a primeira mulher a ocupar um cargo público em uma instituição de pesquisa no Brasil. A trajetória dela é significativa, ao trazer pontos interessantes para uma reflexão sobre a inserção das mulheres no meio acadêmico, científico e museológico do país e do mundo. A primeira reflexão é justamente sobre sua invisibilidade como mulher nas fontes existentes no Arquivo Guilherme de La Penha, do Museu Paraense Emílio Goeldi, e em outras instituições. Nota-se, por exemplo, que Emília assinava ofícios, cartas e trabalhos científicos como 'E. Snethlage', não deixando transparecer aos destinatários e aos leitores sua identidade feminina<sup>1</sup>. É interessante ver uma fonte da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, onde o título e o nome de Emília aparecem no masculino (Figura 3), demonstrando a invisibilidade de sua 'identidade' de cientista e mulher. Não raro, referia-se a si própria usando palavras, expressões e frases no masculino, uma estratégia discursiva (e política) também utilizada por outras mulheres no mesmo período, como Octavie Coudreau (Ferretti, 2017). Por outro lado, sua escrita científica era bastante sóbria e objetiva, assim como os documentos oficiais que assinava, diferentemente das cartas que enviava para pessoas mais íntimas, como a seus irmãos, na Alemanha, repletas de expressões carinhosas e observações pessoais.

| <b>Museu Goeldi</b>                          |                                        |
|----------------------------------------------|----------------------------------------|
| <b>Director :</b>                            | <b>Dr. Jacques Huber.</b>              |
| <b>Chefe de secção botânica :</b>            | <b>Dr. Emilio Snethlage.</b>           |
| <b>Auxiliar da secção zoológica :</b>        | <b>Adolpho Ducke.</b>                  |
| <b>Preparadores de zoologia :</b>            | <b>Paul Fair.</b>                      |
|                                              | <b>Adolpho Ducke.</b>                  |
| <b>Desenhista lithographo :</b>              | <b>Ernesto Lohse.</b>                  |
| <b>Preparador de botânica :</b>              | <b>Rodolpho de Siqueira Rodrigues.</b> |
| <b>Inspector da horta botânica :</b>         | <b>André Goeldi.</b>                   |
| <b>2.º officiaes :</b>                       |                                        |
|                                              | <b>Abigail Esther de Mattos.</b>       |
|                                              | <b>Anna de Aragão Carreira.</b>        |
| <b>Porteiro :</b>                            | <b>Balbino Anesio de Araujo.</b>       |
| <b>Ajudantes de preparador de zoologia :</b> |                                        |
|                                              | <b>João Baptista de Sá.</b>            |
|                                              | <b>Oscar Rodrigues Martins.</b>        |
| <b>Continuo :</b>                            | <b>Manoel Napoleão Sochard.</b>        |
| <b>Serventes :</b>                           |                                        |
|                                              | <b>Antonio Pinheiro da Costa.</b>      |
|                                              | <b>Raymundo Souza Leal.</b>            |
| <b>Serventes do Jardim Zoologico :</b>       |                                        |
|                                              | <b>Francisco Alfredo Alves.</b>        |
|                                              | <b>Manoel Gago Balbino Araujo.</b>     |
|                                              | <b>Manoel Rufino da Silva.</b>         |
|                                              | <b>Pedro Matheus de Carvalho.</b>      |
|                                              | <b>Joaquim Roiz Vieira.</b>            |
| <b>Jardineiro :</b>                          | <b>José Marcellino Damasceno.</b>      |
| <b>Guarda do Jardim Zoologico :</b>          |                                        |
|                                              | <b>Francisco Pereira da Silva.</b>     |
| <b>Guarda-portão :</b>                       | <b>Joaquim Francisco de Oliveira.</b>  |

Figura 3. Lista de cargos e funções do Museu Goeldi no ano de 1908, Coleção Almanak. Fonte: Hemeroteca Digital [1908].

A presença de Emília na região amazônica, no início do século XX, é um marco para a inserção da mulher no campo científico e também para a ampliação do papel feminino na sociedade local. Segundo Junghans (2008, p. 244),

<sup>1</sup> Essas informações estão em cartas que fazem parte do acervo do Fundo Emília Snethlage, do Museu Paraense Emílio Goeldi, e que, ao lê-las em pesquisa de campo para este trabalho, se notou que a assinatura não demonstra sua identidade.

“A historiografia das ciências no Brasil apresenta, até agora, poucos exemplos da atuação feminina no campo das ciências naturais antes da fundação das universidades na década de 1930”. Muitos relatos acerca de Emília apresentam-na enquanto exímia coletora e destemida viajante, que, em 1909, fez a travessia a pé entre o Xingu e o Tapajós, acompanhada apenas por índios (Snethlage, Emil-Heinrich, 1930; Snethlage, Emília, 1913a [1910]). Nessa viagem, Dra. Emília, como era conhecida entre seus pares, em sua maioria homens, amputou seu próprio dedo, ao ser mordida por uma piranha.

Os estudos de Junghans (2008, 2009, 2010, 2011, 2016) apresentam uma descrição do caminho percorrido por Emília no Brasil. Sua trajetória de vida, desde a vinda para o país, passando por suas pesquisas e trabalhos realizados no Museu Goeldi, principalmente. Junghans revela uma mulher que gostava do seu trabalho, para quem as aves e a natureza, em geral, eram o espaço de vivência mais profunda. Sua chegada à Amazônia, no início do século XX, apontava para uma mudança com relação à posição em que as mulheres vinham ocupando na ciência.

Nos escritos de Junghans (2008, 2009), nota-se uma cientista buscando nos trópicos possibilidades de ampliar seus estudos, que já eram realizados na Europa. Sua dissertação sobre a musculatura dos artrópodes foi o começo de vários trabalhos nas ciências naturais. Dessa produção, a pesquisadora partiu para as aves amazônicas e, assim, construiu sua carreira científica. Emília foi além das pesquisas sobre pássaros, passando pela etnografia, quando também investigou a língua dos indígenas das tribos Chipaia e Curuaé, no ano de 1912, pelo Museu Goeldi, trazendo a publicação de um vocabulário comparativo dessas populações (Snethlage, Emília, 1913b [1910]).

Emília conseguiu alcançar patamares importantes no cenário científico na Amazônia, que se estendia do território nacional às instituições internacionais, como museus de história natural, principalmente. Ela percorria os espaços museais europeus estudando suas coleções, garantindo, assim, ao Goeldi e ao Museu Nacional do

Rio de Janeiro, onde veio a trabalhar a partir de 1922, notoriedade no colecionismo de espécies como as aves brasileiras (Junghans, 2011). Emília passou por algumas adversidades durante a construção de sua carreira, mas que não a desestimularam a buscar novas investigações sobre a natureza brasileira até o fim de sua jornada.

Entre essas adversidades, destaca-se o momento do falecimento de Huber, então diretor do Museu, ocorrido em fevereiro de 1914, quando ela assumiu interinamente a direção da instituição. Isso ocorreu em meio à Primeira Guerra, período em que as divergências entre o Brasil e a Alemanha foram ficando mais complicadas, e Emília teve de ser afastada do cargo, em março de 1918 (Cunha, 1989). Além desses embaraços, ela também passou por situações que depunham quanto à sua condição de gestora do museu, bem como por questões concernentes ao fato de ser mulher, quando fora acusada durante sua gestão de desvio da alimentação dos animais, como relata Cunha (1989), em seu estudo biográfico acerca de Emília.

Mesmo com essas atribulações, Emília Snethlage continuou seu trabalho no Museu Goeldi, entre 1919 e 1921, procurando dar prosseguimento às suas pesquisas. Inclusive, durante o período em que esteve afastada, realizou estudos ornitológicos e ecológicos importantes na região bragantina, quando esteve na comunidade de Santo Antônio do Prata. Ao retornar à instituição, publicou o artigo “*Nature and man in Eastern Pará*” na revista americana *The Geographical Review* (Cunha, 1989). Assim, apesar de todos esses infortúnios, Emília seguiu o caminho na pesquisa científica.

Enquanto cientista, o trabalho de Snethlage não demorou muito para repercutir no Brasil e no exterior. A sua principal obra, o “Catálogo das aves amazônicas” (Snethlage, Emília, 1914), que reúne as espécies de aves conhecidas na região até aquele momento, atesta sua enorme capacidade de trabalho em campo e no gabinete, além de evidenciar método e disciplina na condução de um projeto científico de grande envergadura. A publicação do catálogo foi amplamente reconhecida pelos cientistas da época e, posteriormente,



considerada o 'marco zero' da ornitologia brasileira (Sick, 1997). É importante destacar a participação ativa de uma mulher na construção do conhecimento científico não apenas no Brasil, mas no mundo neotropical em geral.

No que diz respeito à história da ciência e às mulheres, o trabalho do naturalista Louis Agassiz já vinha chamando a atenção nas redes científicas na Amazônia, como expõe Sanjad (2010), e, por consequência, o de sua esposa Elizabeth Agassiz também entrava nesse cenário, mesmo que ela não fosse uma cientista e/ou naturalista, como eram denominados na época esses pesquisadores. Após alguns anos de consolidação do Museu Goeldi no cenário amazônico e nacional, Emília Snethlage veio a ocupar espaço na instituição. Faz-se importante ressaltar a trajetória da antropóloga Heloisa Alberto Torres, que foi a primeira diretora do Museu Nacional do Rio de Janeiro (Corrêa, 1997) e que, em idos de 1940, realizou pesquisa sobre a cerâmica marajoara, no arquipélago do Marajó, destacando peças dos primeiros habitantes indígenas da região, oriundas do período pré-colombiano (Torres, 1940).

Quanto ao gênero, destaca-se que as mulheres pouco apareciam nesse momento histórico das viagens e da ciência. No texto de Carey McCormack, no entanto, elas já despontavam em muitas viagens, principalmente na Ásia, figurando nas áreas das ciências naturais; o próprio Wallace fala do trabalho de Ida Pfeiffer, já mencionada, uma "[...] naturalista austríaca, e cujos dois livros de viagem financiaram sua missão de coleta para Cingapura, China, Penang e Ceilão, em 1840" (McCormack, 2017, p. 121, tradução nossa). Neste texto, percebe-se, então, que o feminino já ganhava espaço nas viagens e, consequentemente, nas pesquisas científicas, evidenciando, assim, as primeiras contribuições das mulheres nesses campos, até então dominados por homens.

Considerável discussão acerca dos caminhos femininos na ciência brasileira está em destaque nos trabalhos de Harding (1993), Scott (1995), Lopes (1998), Silva (1998), Azevedo et al. (2004), Carvalho (2011), Olinto (2011) e, mais recentemente, Sombrio (2014). As autoras expõem a construção da categoria gênero e dissertam sobre

a importante participação do papel feminino na edificação das ciências naturais e humanas no Brasil, destacando a atuação de mulheres como Bertha Lutz, Heloísa Alberto Torres e Aída Hassón-Voloch como fundamental para estabelecer as bases para as pesquisas científicas que reverberam até os dias de hoje. Nesses trabalhos, é possível perceber como essas mulheres tiveram que avançar em relação à sua própria condição feminina, para, assim, ingressar no campo científico, marcadamente masculino desde sua concepção teórica.

Ao se traçar uma linha teórica da categoria gênero destacam-se as leituras de Harding (1993) e Scott (1995), em trabalhos nos quais elas fazem uma interpretação de que a investigação acerca deste assunto deve ir além de uma concepção única do ser 'a mulher', mas de que existem 'as mulheres'. De acordo com Scott (1995), há a interseccionalidade do sujeito, e este possui uma raça, uma classe, enfim, um marcador social. E isso se nota ao olhar Snethlage, uma mulher branca, de classe abastada e com instrução. Tratam-se de debates importantes, pois, como enfatizado por Harding (1993), a categoria analítica feminina se mantém nesse patamar teórico, enfrentando uma instabilidade de posicionamento na sociedade, reverberada no mundo científico.

No artigo "Des-construindo gênero em ciência e tecnologia", Silva (1998) expõe, de forma significativa, como a concepção masculina está ligada diretamente aos padrões da ciência e da tecnologia e, tal como Scott (1995), denota a existência de marcadores que devem ultrapassar o binarismo masculino x feminino e, mais ainda, afirma que o gênero deve avançar no que concerne à raça e à classe, como se vê no trecho:

Concordo com o argumento de que ciência e tecnologia são no mundo atual construções predominantemente masculinas. Mas resalto a importância de analisar e teorizar diferenças não apenas a partir de uma oposição básica entre os gêneros. É preciso reconhecer que as opressões e lutas de gênero não são universais. Outras diferenças têm que ser ressaltadas: raça, etnicidade e classe não precisam ser invisibilizadas para gênero se tornar visível. (Silva, 1998, p. 12).

O que se depreende é que a ciência se torna um campo no qual as mulheres vêm atuando desde o final do século XIX e permanecendo ao longo do século XX. A construção desses caminhos na historiografia científica não foi tão fácil, argumento corroborado por Margaret Lopes, como discutido adiante.

Na trajetória de Emília Snethlage, verifica-se que sua entrada no mundo científico foi acessível devido ao seu caminho nos estudos e suas credenciais científicas. Mas Emília passou por momentos em que ela teve de superar dilemas relacionados ao gênero, como já dito anteriormente. Nesse debate, Carvalho (2011) e Olinto (2011) mostram que o feminino na ciência é um tema que traz o enfrentamento desses universos, em parte, divididos entre a mulher e o seu papel na sociedade, no privado, na casa; do outro lado, há o homem no espaço público, no campo científico e nos laboratórios. A discussão ampliada de Carvalho (2011) e Olinto (2011) mostra que a mulher, ao se colocar no cenário não somente das ciências, mas da tecnologia, teve de ganhar mais credibilidade para se manter no rol do mundo científico e tecnológico. As mulheres e Snethlage tiveram de trabalhar e de se organizar para se apresentarem à comunidade científica brasileira, e assim o fizeram.

Junghans (2010) também enfatiza o papel de Emília em sua condição de cientista, considerado pela autora como heroísmo, principalmente no que concerne ao trabalho de campo desenvolvido por Snethlage, ao longo de sua trajetória profissional. Estudos como os de Lopes (1998), Sombrio (2014) e Junghans (2010) retratam que as mulheres que tomaram a linha de frente da ciência no Brasil e no mundo enfrentaram dificuldades por serem do sexo feminino, e, em decorrência disso, não terem, muitas vezes, credibilidade para realizar determinadas atividades científicas, consideradas, à época, exclusivamente 'masculinas'.

No artigo de Lopes (1998), "‘Aventureiras’ na ciência", a autora argumenta que o estudo sobre as mulheres na pesquisa científica inicia com os debates de Margaret Rossiter, nos Estados Unidos, em meados de 1980. Essas pesquisas abriram possibilidades de investigação

nesse campo historiográfico referente às mulheres e à sua participação no universo acadêmico. A dicotomia subjetividade x objetividade era um dos elementos que impulsionavam esses primeiros questionamentos com relação à entrada do feminino no campo do conhecimento científico, pois alegava-se que as mulheres não possuíam a perspicácia para as investidas científicas. Nesse sentido, Lopes (1998) menciona Donna Haraway, que defende os estudos de gênero e da composição política do conhecimento científico: "Para ela [Haraway] a ciência, que não é unívoca, não é só legitimadora da dominação, mas é também um recurso para os que resistem" (Lopes, 1998, p. 358). Já Naomi Oreskes, em uma proposta de debate a partir do que seria a objetividade da ciência,

Sugere que o problema da objetividade da ciência e suas decorrências quanto a um mais amplo entendimento da questão das mulheres, seja reinterpretado em um contexto mais abrangente que incorpore a questão do heroísmo científico. (Lopes, 1998, p. 359).

Entendemos que a caracterização da objetividade da pesquisa científica independa do ser masculino e feminino.

No Brasil, ainda na década de 1990, Lopes (1998) demonstra que o tema mulheres/gênero e ciências estava em construção, o qual ainda continua a ser consolidado nos anos 2000. São estudos como o de Lopes (1998) que vêm a reforçar a importância de se expor de que forma as mulheres, brasileiras ou não, como Emília Snethlage, contribuíram para o que hoje se tem sobre as ciências naturais do país. Nesse mesmo trabalho, Lopes enfatiza nomes importantes como o de Bertha Lutz (1894-1976), "[...] uma pioneira do feminismo no Brasil, [os primeiros estudos feministas] centraram-se não na sua prática como pesquisadora científica do Museu Nacional, mas sim na sua atuação política [...]" (Lopes, 1998, p. 365). O artigo faz referência a Emília, quando Lopes (1998, p. 367) a caracteriza como "aventureira", utilizando-se de uma colocação de Mariza Corrêa, segundo a qual o pioneirismo de Snethlage em trabalhar na Amazônia, no campo, e

de dirigir um Museu de História Natural capta o sentido de ousadia em fazer pesquisa em território estrangeiro, revelado por esta estudiosa em seu afinho e trabalho.

Em investigações mais recentes centradas no tema das mulheres e da ciência no Brasil, mencione-se Sombrio (2014), que explora como elas participavam da construção do cenário de investigações das ciências naturais. O trabalho da autora enfoca três mulheres estrangeiras (Doris Cochran, Betty Meggers e Wanda Hanke) e suas atividades de estudos no Brasil, realizadas entre os anos de 1930-1950. Sombrio (2014) investigou como, além dessas três cientistas, outras mulheres envolveram-se na ciência brasileira, e destaca as dificuldades, exclusões e até proibições ligadas ao gênero feminino, demonstrando formas de preconceito com relação às mulheres e, de certa maneira, enfatizando que a ciência, não somente no Brasil, ainda tinha forte conotação masculina.

Ao expor a pouca ênfase dada às experiências femininas em território nacional a partir da década de 1930, marco temporal de tese de sua autoria, Sombrio (2014) contribui para o entendimento da formação das ciências naturais no território brasileiro a partir da perspectiva das mulheres que contribuíram com este processo. Emília já havia falecido, mas a trajetória dela desde 1905, quando chegou ao Brasil, até 1929, ano de sua morte, assemelha-se a das mulheres que depois vieram. Snethlage foi uma pioneira e abriu espaços para essas outras pesquisadoras. Sombrio (2014) destaca a invisibilidade das mulheres nas instituições e na ciência brasileira no início do século XX. Já a investigação sobre Snethlage e seu legado indica a contribuição e evidência dela no espaço científico para a representação feminina neste campo, mesmo que envolto

de estratégias, como a da escrita de seu nome. Essa maneira de se identificar está sendo pesquisada para a produção da tese de doutorado da primeira autora deste memorial.

Muitas foram as viagens de trabalho empreendidas por Emília pelo Brasil e pela Europa, seja para a coleta seja para o estudo de coleções ornitológicas nos principais museus da Inglaterra, da Alemanha, da França e da Áustria. Na Amazônia, percorreu a região bragantina, o arquipélago do Marajó, os rios Tocantins, Tapajós, Xingu, Negro, Madeira, entre outros. Uma localidade destaca-se entre os lugares visitados por ela: a colônia de Santo Antônio do Prata, próxima ao rio Maracanã, no Pará. Emília ali esteve ao final da Primeira Guerra Mundial<sup>2</sup>, quando foi exonerada de seu posto do Museu Paraense e obrigada a se 'exilar' nessa pequena vila, ainda uma missão dos padres capuchinhos para o aldeamento de índios Tembê. Este foi um dos momentos mais difíceis enfrentados por Emília, uma vez que foi atingida pela crise política da época pelo simples fato de ter nacionalidade alemã. Os problemas continuariam e tornar-se-iam insustentáveis depois do final da guerra, obrigando-a a se transferir para o Museu Nacional do Rio de Janeiro<sup>3</sup>.

Ali, deu continuidade aos projetos iniciados no Museu Paraense, particularmente no estudo dos grandes rios como barreiras zoogeográficas. Continuou viajando, desta vez também pelas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. Em uma de suas cartas à família, Emília – já com mais de 60 anos – escreveu que a viagem que faria a Rondônia seria a última. Foi, de fato, o que aconteceu. Ela faleceu no dia 25 de novembro de 1929, em um pequeno hotel, na cidade de Porto Velho, provavelmente em consequência de uma forte crise provocada pela malária<sup>4</sup>. Segundo Cunha (1985, p. 22), "[...] morreu tristemente só,

<sup>2</sup> A primeira Grande Guerra Mundial (1914-1918) iniciou com alguns pontos específicos que a fizeram eclodir, tais como disputas coloniais, econômicas, bem como movimentos de nações, como Alemanha, Rússia e França. Segundo Hobsbawm (1995, p. 16), a I Guerra "[...] assinalou o colapso da civilização (ocidental) do século XIX", que se configurava como capitalista na economia, liberal na estrutura constitucional e burguesa em sua classe.

<sup>3</sup> Das informações colhidas nas fontes do Fundo Emília Snethlage (MPEG/MCTI), não se viu, até o momento, documentos que apresentassem o motivo de sua saída do Museu Goeldi.

<sup>4</sup> O que se nota nas pesquisas feitas por Cunha, à época, para o artigo do jornal O Liberal, é que a causa mortis de Emília foi um ataque cardíaco. Uma pesquisa mais avançada, com consulta a mais algumas fontes, pode trazer informações mais claras sobre possíveis enfermidades e particularidades acerca do falecimento repentino dela.

sem o aconchego dos amigos ou o calor de seus familiares, irmãos e sobrinhos que viviam na Alemanha”. Não se sabe realmente se “tristemente”, pois Emília era uma mulher forte e decidida, que viveu da forma como quis, tendo seus sonhos e desejos como norte a ser conquistado.

O texto que reproduzimos a seguir é uma pequena biografia de Emília. Foi escrito por Osvaldo Rodrigues da Cunha (1928-2011) (Figura 4), herpetólogo, pesquisador titular emérito do Museu Paraense Emílio Goeldi e grande conhecedor da história da ciência na Amazônia. Cunha ingressou na instituição em 1945, como estagiário da Seção de Zoologia, a qual foi, durante anos, chefiada por Emília (Hoogmoed et al., 2011). Foi um autodidata. Seu aprendizado foi feito praticamente nos laboratórios, nas coleções e nas bibliotecas do Museu Paraense e do Museu Nacional.

Em 1966, Cunha reinstalou a Seção de Herpetologia do Museu Paraense, já federalizado, contando com um acervo inicial de 650 espécimes. Atualmente, este acervo possui mais de 103.000 exemplares, sendo a maior coleção em seu gênero do Brasil e a terceira do mundo. Segundo Hoogmoed et al. (2011, p. 81), “Osvaldo Cunha foi um desbravador que soube identificar áreas do conhecimento relevantes para a região, mas até então negligenciadas, dedicando-se a preencher algumas dessas lacunas”. Além dos trabalhos científicos sobre fósseis e répteis, hoje considerados estudos clássicos e sistematizadores dessas áreas de conhecimento na Amazônia, Cunha dedicou-se também à pesquisa em história da ciência e à conservação de registros históricos do antigo Museu Paraense (Sanjad, 2011).

Nesse âmbito, uma das maiores preocupações de Cunha era reunir informações sobre pesquisadores e técnicos que trabalharam no Museu Paraense desde sua fundação, em 1866. Ele investigou exaustivamente jornais, artigos e documentos preservados em diversas instituições, para elaborar biografias. Em 1989, publicou o livro “Talento e atitude: estudos biográficos do Museu Emílio Goeldi, I”, com um total de 14 textos. Entre eles, um dedicava-se a Emília Snethlage (Cunha, 1989), o qual, contudo, foi

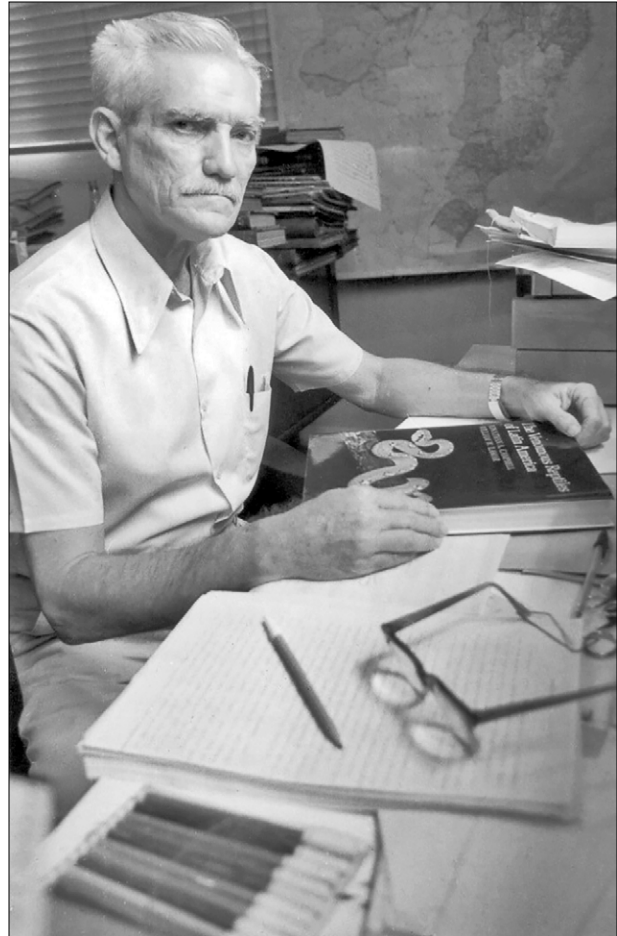


Figura 4. Osvaldo Rodrigues da Cunha, Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 20 de março de 1991. Fonte: acervo fotográfico de Marinus Steven Hoogmoed e Teresa Cristina Sauer de Ávila-Pires (1991).

originário de um pequeno artigo publicado por ele em jornal em 1985, por meio do qual pretendeu caracterizar Emília como ‘a primeira mulher cientista’ a trabalhar na Amazônia de maneira regular. É justamente esse primeiro artigo que aqui reproduzimos, pois permite não apenas conhecer a trajetória e a obra de Emília, como também a forma como Cunha interpretou essa trajetória e os valores que são evidenciados por ele, a exemplo da devoção ao conhecimento, da austeridade de caráter, da simplicidade da vida material e de um recato quase hagiográfico. Trata-se, portanto, da leitura que um cientista pioneiro, como Osvaldo Cunha, faz de uma cientista pioneira, como Emília



Snethlage, com claros sinais de que Cunha se identificava com ela na dedicação integral à ciência.

Assim, este texto demonstra que ainda existem disparidades com relação às representações masculinas e femininas na pesquisa científica brasileira. Trabalhos como o de Lopes (1998) e Sombrio (2014) nos trazem argumentos referentes ao que foram essas lutas. A obra de Junghans (2008, 2009, 2010, 2011, 2016) destaca Emília Snethlage com o pioneirismo de realizar estudos no espaço amazônico, com convicção e astúcia, não para se 'esconder' dentro desse 'mundo masculinizado' da ciência, mas para marcar seu espaço. E o que se tem ainda é que as mulheres como 'personagens na história da ciência' pouco apareciam, mas repensar este saber histórico e as abordagens analíticas delas na história, segundo Pinsky (2009), é um assunto que

faz surgir questões a serem refletidas: qual seria o contexto da história da ciência, por exemplo, se as mulheres tivessem mais espaço nessa historiografia? Qual o legado de Snethlage, junto com seus importantes e referendados trabalhos, para as mulheres da ciência amazônica? São reflexões que contribuem com mais pesquisas na área da ciência e tecnologia na Amazônia.

Em tempos em que museus brasileiros estão sendo reduzidos a cinzas, pela incúria e pela irresponsabilidade de nossos governantes, fazemos uma homenagem aos dois cientistas, por terem acreditado no futuro. Foi por meio de mulheres e de homens como Emília e Osvaldo que a ciência brasileira foi construída e é por meio de gente como eles que sobreviverá. Mais do que nunca, devemos celebrar sua memória.



## Maria Emília Snethlage (1868-1929), a primeira mulher cientista na Amazônia<sup>5</sup>

Osvaldo Rodrigues da Cunha

Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, Pará, Brasil

### INTRODUÇÃO

Em meados do século dezenove as mulheres dos países europeus e as americanas do norte organizaram movimentos feministas para reivindicar uma maior participação na vida social e política, que os tempos modernos estavam a exigir. Nessas lutas pela sua emancipação, às vezes um tanto intempestivas, as mulheres desses países foram aos poucos conseguindo os seus direitos, de modo que ao raiar do século vinte elas já podiam ufanar-se de ter superado velhos preconceitos da sociedade dominada pelo homem e começaram a viver uma nova era, caminhando lado a lado com eles. E os maiores exemplos têm sido o de Maria Skłodowska Curie, a célebre física polonesa, casada com o físico francês Pierre Curie, ambos ganhadores do Prêmio Nobel em 1903, e a russa Sophia Kowalevsky [Sofia Kovalevskaya], notável talento na física e matemática.

No Brasil, as ideias dos movimentos feministas chegaram da Europa ainda no século dezenove. Aqui, em muitos aspectos, a mulher encontrava-se quase na obscuridade e ausente em muitas atividades intelectuais e políticas. Pequenos movimentos ainda discretos ocorreriam em algumas cidades brasileiras, mais particularmente no Rio de Janeiro, advogando os direitos da mulher. Elas, aos poucos, conseguiram algumas oportunidades, mas foi só nas décadas de 1910 e 1920 que conseguiram intensificar os seus movimentos pela emancipação e em especial o direito de voto nas assembleias políticas, lideradas, principalmente, pela notável bióloga Bertha Maria Julia Lutz, filha do famoso Dr. Adolpho

<sup>5</sup> Texto publicado originalmente no jornal O Liberal, de Belém, em 15 de novembro de 1985. A ortografia foi atualizada. Todas as notas foram acrescentadas por Diana Alberto e Nelson Sanjad.

Lutz, formada na Sorbonne de Paris em 1918 e 1919, então naturalista do Museu Nacional. Bertha Lutz lutou unida a outras mulheres e teve o apoio de muitos parlamentares homens, que possuíam uma nítida visão da participação efetiva da mulher na vida brasileira, durante vários anos até ver as suas reivindicações plenamente implantadas no Brasil.

Entretanto, enquanto esses movimentos ocorriam no Sul do Brasil, no Pará, desde 1905 a mulher estava conquistando direitos e oportunidades sem necessidades de lutas e movimentos conflitantes. O Pará foi pioneiro no Brasil e na América do Sul em abrir as portas para o ingresso da mulher nas atividades de nível superior e no serviço público. O Museu Paraense foi o portão de entrada ao admitir, durante a administração de Emílio Goeldi e por sua sugestão e depois com Jacques Huber, sob os governos esclarecidos de Augusto Montenegro, João Coelho e Enéas Martins, um constante maior número de mulheres ao serviço do Estado em diversas funções especificadas.

A mulher pioneira foi a Dra. Maria Emília Snethlage, que veio desempenhar uma função científica no Museu em meados de 1905, portanto muito antes de Bertha Lutz. E como veremos adiante, Snethlage, completamente desinibida e desembaraçada por qualquer preconceito da parte dos homens, soube desempenhar ativamente, com critério científico, honestidade e humildade, todos os cargos a que foi galgando, em especial, o de diretora do Museu Paraense em 1914, portanto ainda antes de Bertha Lutz. Snethlage foi a primeira mulher a assumir a direção de uma instituição científica na América do Sul, e nomeada que foi por um homem, o governador Enéas Martins.

## BIOGRAFIA

Emília Snethlage está hoje esquecida no Pará, apenas lembrada no Museu Paraense Emílio Goeldi, onde passou os melhores anos de sua vida, dedicada ao estudo da avifauna amazônica e paralelamente realizando explorações geográficas e etnológicas, entre os anos de 1905 e 1921. De origem germânica, Snethlage ocupou as mais altas e relevantes funções no Museu, desde chefe da Seção de Zoologia até diretora efetiva do mesmo.

Rompendo a velha tradição que inferiorizava a mulher, a jovem naturalista abandonou a sua terra natal, a família e o conforto, para viver definitivamente no Brasil, a sua segunda pátria, inicialmente a Amazônia e depois o Sul do país. Deu tudo de si para esta nova pátria, onde faleceu obscuramente em rincão longínquo desta Amazônia, em 1929. E por incrível que pareça, Emília Snethlage não tem uma homenagem oficial no Parque do Museu, como acontece também com outros cientistas e servidores que contribuíram para o engrandecimento da Ciência brasileira, o desbravamento da região e para elevado prestígio do Museu Paraense Emílio Goeldi<sup>6</sup>.

Por estas razões, devemos prestar homenagem a esta mulher singular, de rija tempera, que, embora não sendo brasileira, o foi por adoção, quando o Pará dela mais precisava, traçando nestas linhas alguns eventos de sua vida, para que no futuro não fique mais apagada ainda a lembrança de que existiu. A 13 de abril de 1868, nascia na cidade de Kraatz, próximo de Gransee, na província prussiana de Brandenburg (ao norte de Berlim), Alemanha, uma menina a que deram o nome de Henriette Mathilde Maria Elizabeth Emilie Snethlage, filha do Reverendo Emil Snethlage, pastor luterano, e de sua esposa Elizabeth Rosenfeld.

Emília era a segunda filha de uma prole de quatro, que o casal tivera, os quais, em 1872, ficavam órfãos de mãe. Educada rigidamente pelo pai, Emília adquiriu conhecimentos, enquanto forjava na melhor tempera o seu caráter e a disposição para enfrentar a árdua luta pela vida. Revelara muito cedo talento fora do comum e decidida vocação para

---

<sup>6</sup> Posteriormente, por sugestão de Osvaldo Cunha, o edifício que atualmente abriga a diretoria do Museu Paraense Emílio Goeldi foi batizado de Pavilhão Emília Snethlage.

a história natural. Comprazia-se no contato íntimo com a natureza em sua terra natal e gostava de observar e estudar as plantas e os pássaros. Ainda menina, enviava as suas anotações ao prof. Rudolf Blasius, especialista em aves, que as publicava na revista *Journal für Ornithologie*.

Em 1889, obteve em Berlim o grau com qualificação para ensinar em escolas secundárias. Com o falecimento do pai, a situação tornara-se difícil e por isso Emília Snethlage vai ganhar a vida como preceptora de filhas de famílias abastadas, durante os anos de 1890 a 1899, na Alemanha, Suíça, Inglaterra e Irlanda. Ao mesmo tempo, aproveitou a função para aperfeiçoar-se nos idiomas francês e inglês. Ajudou-a muito a sair da situação inferiorizada, em que se achava, para um lugar destacado, uma pequena herança recebida no fim daquele século. Emília ansiava alçar-se a um plano que a libertasse das peias medievais que impediam às mulheres assumirem posições que há séculos eram atributos dos homens. As ideias feministas na Europa, ao apagar das luzes do século XIX, já fervilhavam, reunindo grupos de mulheres mais afoitas e resolutas para lutarem pelos direitos da mulher, então inferiorizadas no nível intelectual e político.

Influenciada ainda pelas questões da biologia, Emília matricula-se nos cursos de História Natural das Universidades de Berlim, Jena e Freiburg, onde pontificavam cientistas como August Weissmann e Ernst Haeckel, zoólogos, e o paleontólogo [Johann Gustav] Steinmann. No verão de 1904, Snethlage obtinha o grau de Doutor em Ciências (Ph.D.) na Universidade de Freiburg im Breisgau com a tese (Snethlage, Emília, 1905): "*Ueber die Frage vom Muskelansatz und der Herkunft der Muskulatur bei den Arthropoden*" (Sobre a questão da inserção muscular e da origem da musculatura nos Artrópodos). Foi-lhe conferida "*Suma cum laude*" a sua dissertação, brilhante, erudita e magnificamente ilustrada pela própria Emília (Snethlage, Emil-Heinrich, 1930).

Titulada, não foi difícil a Snethlage conseguir a função de assistente de zoologia no Museu de Berlim em meados de 1905, junto ao famoso ornitólogo Anton Reichenow.

Enquanto isso, no Pará, Emílio Goeldi, como diretor do Museu Paraense, encontrava muitas vezes dificuldades para contratar especialistas nos museus e nas universidades da Europa, pois ninguém desejava afastar-se de suas funções ou da comodidade para embrenhar-se na Amazônia em estudos científicos, ainda que bem pagos. Nos primeiros anos deste século haviam vagas para etnólogos, zoólogos, geólogos, botânicos, além de outras especialidades paralelas.

Por comunicação do próprio prof. Reichenow, veio Goeldi a saber da disposição de Emília Snethlage em decidir-se a vir trabalhar no Museu do Pará. Em 15 de julho de 1905 é feito de imediato um contrato, pelo espaço de dois anos, para servir de assistente de zoologia no Museu, junto ao chefe da respectiva Seção e diretor Emílio Goeldi.

Emília Snethlage chegava a Belém no dia 15 de agosto daquele ano e começava logo a desenvolver trabalhos científicos e de rotina, dinamizando a Seção de Zoologia e ainda respondendo pelo movimento do Parque Zoológico e das atividades do serviço meteorológico. Sobre ela, escreveu Goeldi em relatório de 1905, que não foi publicado<sup>7</sup>:

Dispõe não somente de brilhantes títulos acadêmicos baseados nas suas publicações científicas sobre vários assuntos de história natural, como de excelentes atestados sobre sua competência, habilidades e zelo nos trabalhos de Museu, de maneira que muito promete augurar reais vantagens para o nosso estabelecimento com a aquisição da notável cientista.

Emília Snethlage, nessa época, já contava com 37 anos de idade. Rompia o século vinte com a disposição firme de desvencilhar-se de vez com os velhos preconceitos em relação às mulheres que tanto as depreciavam. Era, pois, uma

<sup>7</sup> O documento, na verdade, não é um relatório e sim um ofício que Emílio Goeldi enviou ao Secretário da Justiça e Instrução Pública do Pará no dia 23 de agosto de 1905, logo após a chegada de Snethlage a Belém. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Livro de cópias de ofícios, folha 59.

mulher livre. Os pais haviam falecido e apenas com os irmãos convivia, de modo que nada mais a prendia ao passado. Com o futuro à frente, tudo a incentivava para que deixasse para sempre a Europa e viesse viver definitivamente em um país novo como o Brasil, onde poderia desenvolver suas atividades em liberdade e em íntimo contato com a natureza.

Chegada ao Museu do Pará, Emília abria também uma nova era nas relações homem-mulher no aspecto científico-administrativo. Era decidida, corajosa, inteligente, educada, amável. Em Belém, contudo, essas mudanças estavam também ocorrendo devido a moderna visão administrativa de Emílio Goeldi e pela esclarecida política dos governantes republicanos do Pará. Tanto isto é exato, de ambos os lados, em utilizar de maneira compatível os serviços científicos ou burocráticos da mulher, que ainda por iniciativa de Goeldi foram nomeadas, em janeiro de 1907, as senhoritas Abigail Esther de Mattos e Anna de Aragão Carreira, nos cargos de oficiais administrativos. Exerciam, porém, outras funções, como serviços de secretaria e biblioteca, a primeira, e a segunda, auxiliando em escrituração de catálogos e fichas no setor técnico. Ambas as funcionárias, nesta época, tinham apenas 18 e 13 anos de idade, respectivamente. Esta experiência foi a primeira no Pará, e o Museu Paraense era o primeiro na América Latina a aproveitar o trabalho feminino, então com três mulheres em seu serviço ativo.

Ainda em 1905, Emília Snethlage iniciava os seus primeiros trabalhos de campo, excursionando à missão de Santo Antônio do Prata, na região bragantina, e na ilha de Marajó. Em 1906, encontrava-se na região de Monte Alegre, seguindo depois para o rio Guamá até São Miguel. Em 1906-1907, perlustrava toda a região do baixo rio Tapajós até Itaituba, em companhia do ajudante de preparador João B. [Batista] de Sá. Ainda em 1907, abril-maio, viajava pelo baixo Tocantins. Todas as excursões realizadas neste período foram com objetivo de estudar e colecionar aves. Desde o início, Snethlage cumpria um programa de pesquisa de campo, com sugestões de Emílio Goeldi, para a Amazônia, que lhe nortearia todo o seu trabalho futuro.

Na ocasião da resignação de Emílio Goeldi da direção do Museu, em 22 de março de 1907, Emília Snethlage, que era auxiliar científica na Seção de Zoologia, foi promovida a chefe da mesma por sugestão do próprio diretor que se afastava. Em 15 de junho desse ano, o seu contrato era renovado por mais dois anos.

Este novo contrato de trabalho entre o Governo do Estado e a Dra. Emília Snethlage acompanhava, de modo geral, todas as cláusulas aprovadas para a admissão de pessoal técnico para o Museu e estava assim redigido:

1º A Sra. Dra. Emília Snethlage exercerá as funções de chefe da Seção de Zoologia do Museu Goeldi, assumindo os deveres e fruindo dos direitos inerentes a este cargo em conformidade com o Regimento em vigor.

2º Receberá o vencimento mensal de trezentos mil reis (300\$000) ouro, sendo-lhe garantido as vantagens do aumento proporcional, conforme o artigo 22, clausula 1ª do Regulamento em vigor.

3º O presente contrato durará 2 anos e contará do dia 15 de julho de 1907, podendo ser renovado caso convenha a ambas partes contratantes.

4º Findo o presente contrato e tendo, a juízo de governo, inteiramente satisfatórios os serviços prestados ao estabelecimento, assiste a Sra. Dra. Emília Snethlage o direito de receber do Estado a soma de um conto e quinhentos mil reis (1:500\$000) papel, para a sua viagem de volta. A mesma importância é garantida à contratante, caso venha a ela adoecer de moléstia que, a juízo médico, exija repatriação.

5º Na eventualidade do governo rescindir o presente contrato antes de completar-se o biênio aqui estipulado, por motivos e razões não criados pela contratante, aquele obriga-se a pagar a esta a soma correspondente aos vencimentos de seis meses<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> Contrato de Emília Snethlage com o Governo do Estado do Pará. Arquivo Guilherme de La Penha, Fundo Museu Paraense Emílio Goeldi, Livro de cópias de ofícios, folha 60.

De retorno de suas excursões, em meados de 1907, Emília era comissionada em junho do mesmo ano, por autorização do novo diretor, Jacques Huber, para efetuar estudos sobre aves nos museus de Berlim, Londres, Viena, Munique e Leipzig, em colaboração com os maiores ornitólogos de então, Dr. A. Reichenow, Dr. R. [Richard] Sharpe, Dr. L. [Ludwig] von Lorenz, C. [Carl] Hellmayr e Hans Berlepsch.

Nos primeiros anos de sua chegada ao Museu, Emília dedicou-se também ao estudo de peixes amazônicos, ainda talvez por influência de Emílio Goeldi. Quando, em 1907, visitara o museu de Viena, contatara com o Dr. Franz Steindachner, ictiólogo famoso, na ocasião diretor do mesmo, levando-lhe espécimes de peixes da Amazônia, o que favoreceu a um estudo de espécies novas, provenientes dos rios Xingu e Purus. Estes resultados foram publicados por Snethlage no volume 5 do Boletim do Museu, p. 449-445, 1909, com o título “Novas espécies de peixes amazônicos das Coleções do Museu Goeldi” (Snethlage, Emília, 1909).

Desde a sua interação ao corpo científico do Museu, estava Emília Snethlage encarregada por Goeldi de iniciar um trabalho de envergadura, o “Catalogo das aves amazônicas”. Teria por base as coleções seriadas que já vinham sendo feitas sobre as aves e que através da naturalista deviam ser intensificadas. Um esboço dessa pesquisa já havia sido concluído por Goeldi, através do seu notável “Álbum das aves amazônicas”. O catálogo seria um complemento deste (Snethlage, Emília, 1914)<sup>9</sup>.

Snethlage não perderia mais a incumbência de seu chefe e amigo, e assim estaria de fato o seu maior objetivo para os próximos 10 anos [sic]. Emília não era pesquisadora de gabinete. Não gostava de viver enclausurada, entre livros e em elucubrações insípidas, porque possuía o espírito de aventura, aliado à vocação pela vida livre no seio da natureza, em contato com as plantas, os animais e o tempo. Começou assim a reunir boas coleções para conhecer melhor as espécies, ao mesmo tempo em que anotava informações diversas sobre a taxonomia e ecologia das aves que capturava.

Durante os anos de 1908 a 1910, Emília Snethlage andou explorando a região bragantina, áreas de Monte Alegre, Ererê e rio Maecuru até sua primeira cachoeira e viajou pelos rios Tapajós e Jamanxim (todas em 1908 e acompanhadas pelos preparadores Oscar Martins e João B. Sá). A mais importante exploração da arrojada pesquisadora foi, porém, a que realizou de maio a outubro de 1909, quando levou a cabo a travessia entre os rios Xingu e Tapajós, através dos rios Iriri, Curuá e Jamanxim. Esta viagem marcou uma vitória nos fastos do Museu Paraense quanto ao devassamento, não apenas científico, mas geográfico do espaço amazônico, pois tanto mais foi realçado pelo fato de ser levado a cabo por uma mulher já na casa dos 40 anos de idade.

No relatório de 1909, o diretor do Museu, Dr. Jacques Huber, assinalava em síntese a exploração de Emília Snethlage do seguinte modo:

Depois de ter tentado, já em 1908, fazer a travessia do Tapajós ao Xingu, pelo rio Jamanxim, porém sem poder levá-la a efeito, devido ao começo da estação chuvosa, a Dra. Snethlage embarcou em princípio de junho para o Xingu, onde ela estacionou por algum tempo, fazendo coleções, notadamente em Vitória e na estrada do Forte Ambé [Altamira]. Em 1º de julho ela seguiu dali em canoa ao Iriri e o seu afluente Curuá, até a chamada Maloca do Manoelzinho, onde chegou em 15 de agosto e obteve, graças à proteção do Coronel Ernesto Accioly da Silva, que lhe serviu de guia até aquele ponto, o consenso [concurso] dos índios da tribo dos Curuaé, para fazer em companhia de alguns deles a penosa travessia ao rio Jamanxim. Esta travessia por terra foi efetuada em 9 dias, chegando a Dra. Snethlage ao Jamanxim no dia 15 de setembro, em um ponto situado muito acima dos últimos moradores. Só depois de 15 dias de viagem no

<sup>9</sup> Há um equívoco nesta afirmação de Cunha. Na verdade, o “Álbum de aves amazônicas”, publicado por Goeldi entre 1900 e 1906, era um complemento do livro “As aves do Brasil”, publicado pelo mesmo autor em dois volumes, em 1894 e 1900. O “Catálogo das aves amazônicas”, publicado por Snethlage em 1914, é uma obra independente, embora tenha sido também concebido por Goeldi (Sanjad, 2010).

alto Jamanxim, a intrépida viajante encontrou os primeiros seringueiros, aviados do Sr. Manoel Xisto de Corrêa, com cujo auxílio ela continuou a viagem rio abaixo, até chegar ao Tapajós. Esta viagem de exploração, cujos resultados serão publicados oportunamente, merece ser bem destacada nos anais do Museu Goeldi por sua importância geográfica, sendo a primeira travessia efetuada por terra entre dois grandes afluentes do Amazonas. Como resultado geográfico mais saliente pode-se destacar, desde já, a descoberta de uma cadeia de montanhas graníticas correndo de Norte ao Sul e elevando-se a 500 metros aproximadamente, como também a constatação que em todo percurso pelo *divortium aquarium* a mata amazônica predomina absolutamente, sendo apenas interrompida, nos lugares mais pedregosos, por uma espécie de caatinga, que na época da viagem se achava completamente despida de folhas. (Huber, 1909, p. 3)<sup>10</sup>.

A viagem de Emília produziu repercussão mundial nos meios científicos pelos objetivos alcançados e mais ainda pela audácia da executante. Nas mais importantes revistas científicas da Europa e dos Estados Unidos escreveram-se artigos informando e enaltecendo o feito da modesta cientista do Museu do Pará. Em nossa terra, porém, poucas pessoas tiveram conhecimento da amplitude de resultados e do valor da façanha praticada por Emília em 1909. Isto, porém, foi apenas um fato a mais na vida da pesquisadora.

Nesta exploração, Snethlage teve ocasião de fazer observações sobre os índios Chipaya [Xipaya] e Curuaé [Kuruaya], abordando os costumes e as línguas por eles usadas[os]. Os resultados de história natural foram de relevante importância, com coletas de aves, mamíferos, répteis, peixes e muitos exemplares de amostras de plantas. É mister aqui acentuar que a Dra. Emília, embora fosse zoóloga, não deixava de colaborar com o Dr. J. Huber, chefe da Seção de Botânica, colecionando sempre espécimes de plantas em todas as suas excursões, como eficiente exploradora de campo que era.

Um resumo da viagem exploratória de Snethlage foi publicado em alemão na revista *Pettermans Geographische Mitteilungen*, Gotha, n. 58, p. 209-213, 1912. Os resultados mais detalhados, a autora preferiu divulgá-los em língua portuguesa no próprio Boletim do Museu, sob o título “A travessia entre o Xingu e o Tapajós”, volume 7, p. 49-92, 15 fotos e um mapa, 1913 (Snethlage, Emília, 1913a [1910]).

Entre os anos de 1910 e 1914, Emília continuou viajando pela Amazônia e estados vizinhos. Percorreu a região bragantina e o Tocantins (1910 e 1911); o rio Tapajós (1911); a região de Óbidos e os rios Jacundá, Jari e Arumanduba (1912). Em maio e junho de 1910, a pesquisadora excursionou ao interior do Ceará em companhia do preparador Oscar Martins, coletando aves, mamíferos, répteis e plantas na região de Camocim, Ipu, S. Paulo e Serra de Ibiapaba, de onde foram trazidas 59 amostras de plantas para o herbário do Museu. Huber já estivera no Ceará em 1897 e A. [Adolf] Ducke, em 1905 e 1908.

Em 1910, o “Catálogo das aves amazônicas”, tendo por base as coleções do Museu, já estava quase concluído, conforme relatório de Huber, de modo que, em 1913, os originais foram enviados para a Alemanha, por achar a diretoria do Museu impossível serem impressos em Belém. O catálogo seria o volume 8, relativo aos anos de 1911-1912. A obra foi executada em 1914 nas oficinas de A. Hopfer, Burg. O Boletim já estava impresso em meados desse ano, aguardando embarque na cidade de Hamburgo, para o Pará, quando a eclosão da Primeira Grande Guerra reteve a remessa ali, na iminência de perder-se, até o final do conflito. Chegou finalmente a Belém em 1920, sendo nesse ano distribuído às instituições científicas.

O “Catálogo das aves amazônicas”, contendo todas as espécies descritas e mencionadas até 1913, foi impresso em um grosso volume de 530 páginas (Snethlage, Emília, 1914). Para coletar espécimes e reunir todos os conhecimentos

<sup>10</sup> Devido ao fato de o documento estar em formato digital, este foi transferido para arquivo em formato word, sendo que o trecho em destaque ficou na página 3 deste arquivo em doc.

atualizados sobre as aves da região, Emília Snethlage consumiu não menos que 8 anos. Como introdução, ela traçou em rápidas linhas um esboço da Amazônia e um resumo das explorações ornitológicas, desde A. [Alexander] von Humboldt (1799-1804) e [Johann von] Spix (1810-1820) até os primeiros anos deste século, com as excursões de E. Goeldi e da própria Snethlage, no final de 1912. Incluiu depois uma bibliografia das principais obras que se referiam às aves amazônicas e regiões limítrofes. O conteúdo maior do catálogo abrangeu a parte sistemática, com as referências às espécies e subespécies então conhecidas, chaves analíticas dos caracteres peculiares, além de uma diagnose da coloração e distribuição geográfica.

O “Catálogo das aves” foi um esforço científico pioneiro para a América do Sul, pois abrangia uma imensa região, então pouco explorada. Ele constituiu um verdadeiro monumento científico, não apenas para Emília Snethlage, mas principalmente para o Museu do Pará, que o havia subvencionado. Mais que isto, serviu de base segura aos estudos ornitológicos para os setenta anos que se seguiram.

Devido à desatualização da nomenclatura do catálogo, levando em conta os constantes estudos da taxonomia zoológica, o Dr. Olivério Pinto, famoso ornitólogo e então diretor do antigo Departamento de Zoologia de S. Paulo (hoje, Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo), levou a cabo uma revisão nomenclatural do mesmo, publicada no Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, vol. 10, 1949, p. 1-80 (Pinto, 1949). Nesta revisão, foram atualizados os nomes de gêneros, espécies e subespécies em particular. Posteriormente, a obra de Snethlage e a revisão de Olivério Pinto vêm sofrendo alterações, de acordo com a evolução dos estudos sistemáticos.

Durante o ano de 1913, Emília viajou, a partir de abril, aos Museus da Alemanha e Viena para realizar estudos comparativos sobre aves. Esta foi a última visita à terra em que nascera. Depois, em 1914, resolveu explorar por alguns meses o rio Iriri, afluente do Xingu, e o Curuá, também afluente daquele. Esta viagem, de suma importância para a geografia, a zoologia, a botânica e a etnografia, deveria ser publicada no Boletim do Museu, volume 9, com várias estampas, mapas e um vocabulário da língua dos índios locais. Infelizmente, a miséria financeira que, após a Primeira Guerra Mundial, se abatera sobre o Pará impediu definitivamente a publicação dos Boletins do Museu, seguida de outros transtornos que vieram acabar com as atividades da instituição.

Somente em 1925 Emília Snethlage conseguia divulgar os resultados de sua exploração ao Iriri e Curuá na revista alemã *Zeitschrift der Gesellschaft für Erdkunde*, de Berlim, às páginas 238-354, com o título de “*Die Flüsse Iriri und Curuá im Gebiete des Xingu*” [Os rios Iriri e Curuá na região do Xingu] (Snethlage, 1925).

Ainda no ano de 1914, haviam de surgir muitos óbices para a continuidade dos trabalhos científicos do Museu Paraense, o que de certo modo acarretaria prejuízos às atividades de Emília Snethlage. O principal acontecimento foi a morte inesperada do diretor do Museu, o botânico Jacques Huber, ocorrido a 18 de fevereiro desse ano, impedindo inevitavelmente a Dra. Emília para substituí-lo interinamente logo em seguida, através de portaria do governador Enéas Martins. Alguns meses após, sobrevém a eclosão da Primeira Guerra Mundial, acarretando com seus problemas profundos transtornos ao Pará, em especial ao normal desenvolvimento do Museu e à sua diretoria, por ser Snethlage de nacionalidade alemã.

Esta situação tornou-se mais complicada a partir do momento em que o Brasil se declarou em estado de beligerância com a Alemanha e seus aliados em 1917, obrigando o então governador Lauro Sodré a demitir Emília do cargo de diretora do Museu, mas mantendo-a na chefia da Seção de Zoologia. Porém, com o desenrolar da guerra, a posição do Brasil agravou-se em virtude do torpedeamento de navios mercantes e outras ocorrências, e nesta situação o mesmo Lauro Sodré viu-se uma vez mais constrangido a afastar totalmente Snethlage das atividades do Museu, em 4 de março de 1918.



Como sempre ocorre nestas ocasiões inesperadas, as divergências entre nações vêm interferir formalmente nas relações entre cidadãos de nacionalidades diferentes, ainda que estejam engajados em propósitos acima das questões de política internacional. Emília Snethlage, que era indiferente a tais ocorrências, porque era uma mulher de paz, voltada exclusivamente para a ciência, considerava-se acima disto, cidadã do mundo. Porém, a política de relações internacionais assim discorda toda vez nesses momentos de angustiante expectativa.

Justificando esta incoerência da atitude das pessoas em tais circunstâncias, em 1916 visitou o Museu o naturalista Paul Serre, do Museu de História Natural de Paris, o qual publicou no mesmo ano, no *Bulletin* n. 6 daquele Museu, um sucinto relato de tudo o que viu no Museu do Pará, não sem o ferir com maledicência despeitada de francês que via na Alemanha sempre [a] inimiga (Serre, 1916). E assim arguiu, ao deparar-se no Pará, com uma mulher alemã ocupando importante posição de chefia em uma instituição científica brasileira, enquanto o mundo europeu decrépito lutava desesperadamente contra a superioridade técnica e a arrogância dos povos germânicos.

O tal naturalista francês, cheio de desdém, chegou ao ponto de escrever que todo o Museu do Pará desprendia um 'perfume germânico', insinuando que as autoridades brasileiras deviam evitar o namoro da Alemanha e seguir o exemplo da mãe-pátria, isto é, Portugal (que então lutava na França contra os alemães), e juntar-se aos países aliados.

Ainda em 1916, quando chefiava a Seção de Zoologia, Emília seguiu em excursão ao rio Negro para estudar as aves da região. Com seu afastamento temporário do Museu, a irrequieta exploradora resolveu recolher-se, em 1918, à comunidade indígena de Santo Antônio do Prata, então dirigida pelos frades e freiras lombardos. O núcleo missionário do Prata localizava-se em um ponto privilegiado da chamada zona bragantina, às margens do rio Maracanã superior, então uma área com extenso revestimento florestal e fauna pouco explorada. Atualmente, Santo Antônio do Prata é o célebre leprosário, próximo da rodovia e da localidade de Santa Maria do Pará<sup>11</sup>.

A respeito da internação de Snethlage nessa comunidade indígena católica, correram em Belém muitas histórias falsas sobre a cientista, segundo as quais ela teria se abrigado em um convento da cidade. Pelo que já foi exposto, é bem fácil de aquilatar que Emília não era mulher para esconder-se ou viver em conventos de religiosas, tendo em vista a sua própria maneira de encarar a vida em completa liberdade, estudando as belezas da natureza e os seres que lhes dão vida. O único convento da Dra. Emília foi apenas a própria natureza, onde percorreu florestas, rios, montanhas e campos do Brasil.

Naquele sítio, Emília Snethlage passou alguns meses fazendo estudos ornitológicos e ecológicos, prevendo a rápida e irreversível degradação pela qual já estaria passando a região, então servida pela ferrovia de Bragança e pelas primeiras estradas carroçáveis, que rompiam a floresta da região. Os resultados dessas pesquisas são publicados na revista americana *The Geographical Review*, N. York, sob o título "*Nature and man in Eastern Pará*" [Natureza e homem no leste do Pará], vol. 4, p. 41-50, uma importante análise ecológica dessa região (Snethlage, 1917)<sup>12</sup>.

O armistício com a Alemanha e países aliados em novembro de 1918 facilitaria a Emília Snethlage reintegrar-se nos cargos dos quais fora afastada. No dia 1º de agosto de 1919, o governador Lauro Sodré a reconduz à direção do Museu e também à chefia da Seção de Zoologia. Mas a situação econômica do Pará, as mudanças políticas no governo e bem como o ambiente no Museu eram já outros e Emília sentiu que o momento estava totalmente desfavorável para desenvolver qualquer atividade científica. As finanças do estado desbaratadas, o Tesouro vazio e nenhum auxílio

<sup>11</sup> O leprosário do Prata foi desativado na década de 1980, de acordo com as transformações verificadas nas políticas públicas brasileiras da época. Atualmente, a vila pertence ao município de Igarapé-Açu.

<sup>12</sup> Esse texto de Snethlage pode ser melhor caracterizado como uma etnografia dos índios Tembê que ainda residiam em Santo Antônio do Prata, incluindo a relação que mantinham com o meio natural.



se poderia vislumbrar do governo federal. Nada. O Pará começava a cair em catastrófica depressão, que duraria pelo menos 10 anos, até o advento da Revolução de 1930, e certamente por mais algum tempo.

Da época áurea de Emílio Goeldi só restara no Museu, em 1919, Emília Snethlage como cientista e mais alguns antigos preparadores, em especial o Sr. Rodolfo Siqueira Rodrigues, e auxiliares. Adolfo Ducke, no início de sua carreira entomólogo e depois botânico, desde fins de 1918 transferiu-se para o Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Assim, em meados de 1919 a junho de 1921, Emília Snethlage procurou salvar as aparências deste instituto científico que já entrava em agonia. Mas já tudo havia mudado e o momento era de grave crise. No Museu a situação já era bastante crítica com a falta de verbas e atraso dos pagamentos dos ordenados dos funcionários, que refletiam desesperadamente naqueles servidores de categorias mais humildes. Emília Snethlage, em sua simplicidade de mulher do povo e por isso muito inclinada ao humanitarismo, sentindo do mesmo modo como seus subordinados as agruras da vida, procurou atenuar as dificuldades deles com ajuda que ia desde dinheiro do seu próprio bolso até certas facilidades prodigalizadas pelo Museu. Com esta atitude de Snethlage, não demorou muito a maledicência dos insensíveis, dos invejosos e dos que se sentem bem criando intrigas e desprezando a solidariedade humana, para armarem o patíbulo no qual sacrificariam de vez a talentosa e arrojada pesquisadora do Museu do Pará.

No dia 19 de abril de 1921, o jornal “O Estado do Pará” publicava em destaque o tópico seguinte: “Grave denúncia – Do Museu Goeldi era retirada parte do alimento dos animais. Uma carta ao Estado. O que a polícia apurou. A Diretora, segundo declarou, consente na ‘muamba’”.

A citada carta fazia denúncias, algumas falsas, entre as quais a de que funcionários levavam alimentos, inclusive carne, para as suas casas, subtraindo da ração dos animais; e por isso os poucos animais presos no Museu morriam de fome. Outra denúncia dizia que na casa dos funcionários solteiros, que moravam no interior do Museu, ocorriam escândalos com a visita de “mulheres de vida duvidosa sem o menor respeito à direção e às famílias também lá residentes” (Grave..., 1921, p. 12).

A polícia fizera sigilosas investigações, tendo prendido um garoto e um cidadão irmão de um funcionário, os quais portavam embrulhos contendo carne. Um inquérito foi então iniciado, enquanto o governador Emiliano de Souza Castro era informado da questão.

Emília Snethlage estava plenamente senhora de si e da autoridade que exercia como diretora do Museu, confirmando apenas que havia autorização sua para distribuir sobras de alimentos dos animais a alguns funcionários de muito baixa renda, já que a época era de muita carência. Adiantava, ainda, que os animais nada sofriam com esta medida, pois a carne que vinha do matadouro e o peixe do mercado do Ver-o-Peso eram suficientes. As outras denúncias Snethlage derrubou completamente e tudo ficou em nada, pelo menos aparentemente. No mesmo dia 19 de abril de 1921, Emília foi a uma conferência com o governador do estado, por ele convocada, para relatar as tais ocorrências e acertar medidas para o Museu.

Não temos ideia do resultado de sua palestra com o governador, porque a diretora do Museu era muito sisuda e respeitava a autoridade superior. Contudo, o vexame inédito que passava agora em Belém ter-lhe-ia deixado com certeza alguma mágoa e lhe mostrado às escancaras a ingratidão dos paraenses.

O resultado desses fatos foi a imediata exoneração de Emília Snethlage da diretoria do Museu Paraense em 31 de maio desse ano, mantendo-se, porém, na chefia de Seção de Zoologia. Apesar das aparências, nada mais restava à pesquisadora senão abandonar de vez o Museu, e para este [sic] cair na total apatia e decadência. No dia 1º de junho de 1921, o governador nomeava para o Museu o Dr. Antônio Ó de Almeida, então conceituado médico e político

de tradicional família do Pará. Como médico, o Dr. Ó de Almeida não possuía os requisitos para dirigir um instituto de pesquisa de ciências naturais de renome como o Museu e em especial naquele momento de franca falência da economia do estado. Por isso, nos quase 10 anos de sua administração no Museu, nada mais fez do que pedir licenças para fazer política no Senado do estado.

Para dar continuidade aos seus trabalhos científicos, Emília Snethlage permaneceu no Museu até 15 de janeiro de 1922, quando solicitou licença de 6 meses para tratar de seus interesses. Em face da precariedade daqueles momentos para desenvolver pesquisas, Emília Snethlage aceitou a proposta do diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, Dr. Bruno Lobo, paraense, para o cargo de naturalista viajante, com vigência a partir de 1º de julho desse ano. O contrato foi de 6 meses, mas desde abril já vinha recebendo pagamento, embora ainda continuasse funcionária do Museu do Pará. Criara-se, com isto, uma posição ambígua para o governo do Pará, o que insinuava um certo desdém que a ilustre cientista possuía pelo mesmo.

Antes de ter viajado para o Rio, Snethlage conseguiu, em 16 de dezembro de 1921, enviar para o Museu Nacional 1.050 exemplares de couro de aves e 110 mamíferos, com o consentimento do novo diretor do Museu Paraense e do governo do Pará, que foram enriquecer as coleções daquela instituição com material amazônico então bastante pobre<sup>13</sup>.

Tendo o Dr. Ó de Almeida ciência de que Emília Snethlage estava já desempenhando função federal, comunicou ao governo o fato, ao mesmo tempo que solicitava, no dia 6 de julho de 1922, o desligamento da naturalista do quadro do Museu Goeldi.

No Museu Nacional, Emília Snethlage foi trabalhar com intensa obstinação depois de verificar que as coleções ornitológicas desta instituição eram deficientes com relação à Amazônia, e por isso formalizou de imediato projetos de viagens para coleta de aves e para aprofundar as observações ecológicas. Conforme nos informa Hélio Camargo, em rápidas notas sobre Emília (ver *Ciência e Cultura*, v. 3, n. 1, p. 66-67, 1951), o Museu Nacional ofereceu-lhe sucessivamente os contratos de 3 anos, a partir de 1º de janeiro de 1923 e o segundo de março de 1926 e mais 3 ao término deste, quando veio a falecer em novembro de 1929 (Camargo, 1951).

Em 1923, explorou a zona de transição da hileia e cerrado entre Maranhão e o Nordeste. Ainda em junho desse ano, veio visitar o Museu Paraense e tentar fazer estudos comparativos de aves em suas coleções e conseguir uma amostragem delas por empréstimo, com o Dr. Ó de Almeida. Obteve o empréstimo, mas depois de alguns anos Emília demorou a devolvê-lo, o que ocasionou muitos aborrecimentos ao diretor do Museu. Não sabemos o motivo da demora do retorno das coleções, se por necessidade de mais longos estudos ou de insinuar para que ficassem no Museu Nacional.

Por algum tempo, Snethlage viajou, no correr de 1925, pelos principais museus da Europa, fazendo estudos comparativos para um tão almejado "Catálogo das aves brasileiras", com o inteiro apoio que então tinha da direção do Museu Nacional. Ainda nesse ano, com esse objetivo, Emília explorou o Espírito Santo e o vale do rio Doce, sofrendo amargurada com as derrubadas das matas e também ao verificar que os poucos índios da região já estavam completamente corrompidos em sua primitiva cultura. Várias regiões de Minas Gerais, como Mariana, as serras e depois o rio São Francisco nesse estado e depois na Bahia, foram, em 1926, percorridas pela intrépida cientista e exploradora, em busca do material ornitológico que carecia para completar suas pesquisas.

---

<sup>13</sup> Cunha pretendeu dizer que o Museu Nacional, à época, não dispunha de uma boa coleção de aves amazônicas.

O ano de 1927 marcaria para a naturalista mais um ponto em sua trajetória, como uma das maiores exploradoras do espaço brasileiro, na maior parte das excursões, visando vários objetivos científicos de uma só vez<sup>14</sup>. Bertha Lutz, a famosa zoóloga do Museu Nacional, muito semelhantes às atividades científicas que Snethlage desenvolvia<sup>15</sup>, estudou com alguns pormenores a vida de sua colega, tendo com este fim publicado pequenas notas no “Relatório Anual” do diretor do Museu Nacional, relativo a 1957, quando era diretor José Candido de Melo Carvalho. Sobre as viagens de 1927 que Emília realizou, assim esclareceu Lutz (1958, p. 42):

Naquele ano a Dra. Emília Snethlage foi a pioneira das naturalistas, que em levas sucessivas e crescentes viajaram pelo rio Araguaia. A sua viagem teve início no Estado de S. Paulo e abrangeu grande parte do Território de Goiás e longo trecho do rio Araguaia, sendo cheia de aventuras e peripécias, que narra com maior simplicidade no seu relatório. Antes disso estivera no Itatiaia, aumentando a ornis conhecida de lá, com mais um terço. No ano seguinte (1928), visitou o sul, desde o Paraná até o rio Grande, demorando-se no vale do rio Uruguai, indo a Posadas, na Argentina, e às celebres cataratas do Iguaçu, de onde passou para Mato Grosso. Em 1929 foi ao ponto culminante da República, mas essa viagem ao Caparaó foi fatídica. O guia perdeu-se e a Dra. Emília passou noite e dia ao relento, debaixo de chuva e da neblina frias que nessas altitudes zombam da nossa posição subtropical.

Finalmente, Emília Snethlage resolveu, no segundo semestre de 1929, partir para o rio Madeira, o maior tributário do Amazonas e que lhe faltava explorar. Pretendia realizar aprofundadas observações ecológicas sobre certas espécies de aves e fazer coleta de material. Depois que realizasse esta viagem, Emília já estava projetando explorar o rio Branco, através do rio Negro, e estudar as aves das fronteiras Brasil-Colômbia e Brasil-Venezuela.

Em novembro de 1929, a ornitóloga-exploradora chegava à cidade de Porto Velho, no rio Madeira, hoje capital do estado de Rondônia. Hospedara-se no Hotel Brasil, mas, na madrugada do dia 25 do citado mês, vem a falecer subitamente de colapso, atestado pelo médico paraense Antônio Magalhães. Morreu tristemente só, sem o aconchego dos amigos ou o calor de seus familiares, irmãos e sobrinhos que viviam na Alemanha. No Brasil possuía apenas alguns amigos, mas naqueles confins que era o oeste da Amazônia, as autoridades locais resolveram sepultar Emília Snethlage no cemitério de Porto Velho, hoje abandonada em campa rasa, muito modesta, que anos depois foi restaurada pelo então prefeito de Porto Velho, em 1945-1948, jornalista Carlos Mendonça, e homem de letras que por muitos anos desenvolveu também atividades na antiga “Folha do Norte” e depois em “O Liberal”, falecido há pouco, com 82 anos de idade. Ele era um admirador de Emília Snethlage, a quem conheceu pessoalmente na década de vinte. Escreveu na “Folha do Norte”, de 14 de setembro de 1969, um artigo de meia página relembando alguns episódios da inesquecível doutora Emília, como ela era conhecida em todo o interior do Brasil.

Estava Emília Snethlage, então, com 62 anos de idade, desprendida dos prazeres da vida e do comodismo, que nesta fase da vida muitas pessoas já abandonaram a luta por dias de repouso. Emília não temera nem a vida e nem a morte, porque passara a sua existência enfrentando-as paralelamente com entusiasmo e destemor. Foi assim a mulher que mostrou com tal destemor do que era capaz o seu sexo, tal como tantas outras no passado e ainda no presente.

No cemitério de Porto Velho, atualmente, depois de mais de 50 anos, talvez nem exista mais a sua modesta sepultura, tragada pela destruição do tempo e da terrível ingratidão dos homens que dela nem mais se lembram. Mas,

<sup>14</sup> O trecho está cortado no original. Certamente falta uma ou mais linhas. Cunha, provavelmente, pretendeu destacar a expedição que Snethlage fez por São Paulo, Goiás e rio Araguaia.

<sup>15</sup> Esse é outro trecho cortado. Cunha pretendeu dizer que Bertha Lutz desenvolveu, no Museu Nacional, atividades semelhantes às de Snethlage (embora os editores deste texto discordem da afirmação, uma vez que a trajetória de Bertha é totalmente diferente da de Emília).

na esfera científica do mundo, Emília Snethlage é sempre recordada com respeito e carinho pelos zoólogos, etnólogos e exploradores audazes.

O Museu Paraense Emílio Goeldi reverenciará sempre a sua memória, embora tardia, pois aqui foi onde passou os melhores anos de sua maturidade científica, ajudando com o esforço e o vigor do seu trabalho a impor nesta instituição o respeito que hoje desfruta no seio da comunidade científica internacional.

Hoje, no Departamento de Zoologia, setor de Aves e Mamíferos do Museu Paraense, guarda-se com toda cautela e desvelo a histórica coleção de 10.000 peles de aves (muitas foram inutilizadas pelo descuido) coletadas, identificadas e deixadas por Emília Snethlage pelo fim de 1921. Apresentam valor taxonômico importante para o estudo comparativo da ornitologia amazônica, em todos os tempos.

No dia 26 de outubro de 1926, a Academia Brasileira de Ciências recebeu em seu seio Emília Snethlage. Fez a sua recepção o Prof. Alípio de Miranda-Ribeiro, decano dos zoólogos brasileiros, exaltando as qualidades e o caráter da modesta cientista. Tanto Alípio de Miranda-Ribeiro como o famoso escritor Humberto de Campos conheceram Emília Snethlage em 1909, que contava já com 41 anos e achava-se no apogeu de sua carreira. Ambos deixaram para a posteridade alguns traços da personalidade da pesquisadora. Também dela se ocupou o Prof. Edgard Roquette-Pinto, antigo diretor do Museu Nacional. Miranda-Ribeiro (1936, p. 81), no seu discurso de recepção à Academia de Ciências, teceu o seguinte retrato de Snethlage:

Percebe-se bem que não é o “feminismo” que a empolga; rejubila-se porque a tomaram por um homem, mas gosta de pedir conselhos a Hellmayr, a Hartert, de ouvir-lhes os veredictos, como gosta de ler Berlepsch ou Salvadori. Traz o seu cabelo como Sophia Kovalevsky – à moda antiga – (Sophia Kovalevsky, russa nascida em 1853 e morta em 1891. Recebeu o título de Doutora com 21 anos, foi uma cientista, formada em Ciências Matemáticas [nas universidades] de Berlim e Göttingen. Escreveu vários livros sobre física e matemática, ganhando o prêmio Bordin da Academia de Ciências de Paris. Escreveu também novelas e memórias de infância. Foi casada com o paleontólogo russo Kovalesky) e usa o chapéu severo das senhoras de idade; o seu vestuário não deslumbra nas demasias do apuro, mas no[s] agrada na severidade da forma. Vê-se às vezes um leve vestígio de escolha de moça nas flores do chapéu ou na disposição da moda; mas a sisudez domina-lhe as maneiras, a simplicidade acentua-lhe a sua predileção constante – a zoologia. Não é, pois, a suffragette despeitada e resolvida a rasgar telas raras ou a derribar governos; é a criatura bondosa e experiente de sabedoria que se apraz em estudar, arriscando para tanto a vida, com a mesma naturalidade e modéstia com que deseja só encontrar, nos outros, as qualidades angelicais dos santos; e com a mesma fineza de ânimo com que prepara e executa as viagens pelo sertão adentro.

Humberto de Campos consignou assim as suas impressões sobre Emília Snethlage, quando a viu, em 1909, em seu gabinete de trabalho do Museu Goeldi:

O meu primeiro espanto veio da figura que me aparecia, de súbito, na pequena sala rodeada de estantes e de mostruários em que Emílio Goeldi escreveu as suas eruditas monografias sobre as aves e os mamíferos do Brasil. De estatura mediana, tez clara, mordida do sol e crestada pelos ventos ardentes do equador, cabelos longos e castanhos soltos nas espáduas, mostrando na fisionomia a um tempo enérgica e bondosa ter pouco mais de 30 anos, a mulher que me recebia para uma palestra sobre as suas excursões dava-me mais a impressão de uma bondosa senhora sertaneja, trabalhada pelos cuidados domésticos, do que de uma famosa desbravadora de florestas, e apanhadora de pássaros. (Campos, 1930, p. 344).

“Trajava as roupas de seu sexo, vestindo, todavia, calças e perneiras de couro nas suas excursões” (Roquette-Pinto, 1930, p. 17)<sup>16</sup>.

<sup>16</sup> Esse trecho, assim como os que aparecem nos dois próximos parágrafos, são citações do discurso de Edgar Roquette-Pinto na Academia Brasileira de Letras, publicado nos Anais da Academia Brasileira de Letras.

Roquette-Pinto (1930, p. 19), que bem conheceu a naturalista, sobre ela deixou impresso o seguinte esboço de sua personalidade: “Snethlage uma modéstia meiga, tão atraente que ninguém a encontrava sem que a estimesse logo. Espírito vivo e sensível, adora música”.

Cortou o Brasil em todos os rumos e nunca encontrou quem lhe quisesse fazer o menor mal. E a mulher que conservou os seus lindos cabelos longos até pouco tempo, explicando que a moda dos cabelos curtos seria de fato muito cômoda para uma naturalista; mas as senhoras, no interior, poderiam no começo do uso, estranhar [...] (Roquette-Pinto, 1930, p. 350).

O famoso escritor paraense Raymundo Moraes também teve a oportunidade de conhecer Emília Snethlage durante os seus grandes momentos de exploradora. Raymundo Moraes tinha incomum admiração pela intrépida cientista, ao ponto de escrever um livro com um título “Os igaraúnas” (ou os que viajam em canoas negras), abordando em estilo romancado os costumes dos paraenses interioranos, cujo principal personagem real é a extraordinária Emília. A trama do romance é fictícia, como a maioria das pessoas, mas Moraes aproveitou a descrição da viagem de exploração que Snethlage efetuou aos rios Tocantins e Araguaia, em 1910/11 e 1927, para incluí-la no enredo de sua história, que ele batizava de ‘dama de branco’. “Os igaraúnas” foi uma homenagem que Raymundo Moraes, um profundo conhecedor do rio Amazonas, prestou à modesta cientista do Museu Paraense Emílio Goeldi, feita então à sua maneira, prevendo já em 1938 o esquecimento em que a mesma ficaria um dia.

Em certa passagem do livro, Moraes (1938, p. 170) escreveu o seguinte sobre Emília:

Quanto à naturalista, valia por um atestado de altas qualidades germânicas. Se não era formosa possuía, no entanto, uma graça e uma simpatia que a tornavam envolvente, além de fina inteligência do trato ameno e da coragem que a sobrepunha, em qualquer momento, do tipo comum de mulher. Possuía, além disso, um golpe de vista psicológico e seguro sobre as pessoas, de maneira a surpreender pela máscara humana, os refulhos da alma.

Concluindo o seu romance, Moraes (1938, p. 326) assinalava de maneira veemente o seu apelo em memória de Emília Snethlage:

Quem se deu ao esforço de verificar o labor de Emília Snethlage, funcionária e diretora do nosso Museu, é que vê a indiferença com que os responsáveis pelo departamento científico lhe declinam o nome glorioso e memorável. Figura feminina emocionante, impávida e corajosa, basta ler-se-lhe a travessia por terra entre o Xingu e o Tapajós para se verificar o sentido de sua bravura. Temos, no entanto, além dessa parte etnográfica, de referir o seu trabalho formidável sobre a avifauna, cujo documento é esse volumoso livro intitulado “Catalogo das aves amazônicas”.

Carlos Mendonça, no artigo que escreveu sobre Snethlage, já citado antes, delineou em rápidos traços o que ele achava:

Realmente, era uma bela mulher. Tinha o riso generoso, e claro riso dos sábios, que Michelet raramente via nos seus heróis guerreiros. Sua sensibilidade transparecia em sua modéstia meiga, tão atraente, que, como observou Roquette-Pinto em curta biografia após sua morte, ninguém dela se aproximava que não a estimesse logo. Por ser assim, bela e de espírito tão vivo, lembrava Aspásia, a que que foi esposa de Péricles. (Mendonça, 1969, p. 11).

Para finalizar estas notas sobre a vida e os trabalhos de Emília Snethlage, inserimos aqui um trecho que a Dra. Bertha Maria Julia Lutz escreveu ao abordar a atividade científica daquela naturalista, fazendo salientar a meta principal

que a mesma perseguiu durante os 24 anos que estudou [sic] no Brasil<sup>17</sup>. A distribuição geográfica das aves brasileiras por ela definido[a] e quase todo[a] fundamentado[a] em pesquisas de campo é um modelo de trabalho sério e judicioso. Este conceito foi assim sintetizado por Bertha Lutz na palestra que realizou sobre Emília Snethlage no Museu Nacional, publicada em resumo no Relatório Anual do diretor de 1958, p. 42:

A parte mais preciosa de sua obra fica sendo o sistema original e baseado em conhecimentos geográficos e profundos e exatos que elaborou sobre a Avifauna do Brasil. Divide o país em duas regiões, norte e sul, separadas em diagonal NE-SO, pelo divisor de águas do Tocantins-Araguaia e São Francisco, Paranaíba e Paraná. A região norte compreende a Hyleia e a Chapada, cujos campos se insinuam em direção à primeira pelas margens dos rios e clareiras, envolvendo a selva em rede campestre de malhas amplas. O rio Negro serve de transição entre as Guianas, a Colômbia e o Equador. Na região sul a floresta ocupa as serras costeiras e se estende ao longo dos vales dos rios, como o médio Paraná e o alto Uruguai, sendo ela a rede, e constituindo os campos e ilhas. Os campos são ora gramíneas, ora altos; os últimos, muito heterogêneos, abrangem o campo aberto, a caatinga, os capões, o cerrado e o cerradão. O denominador comum é a iluminação ampla. A Dra. Snethlage inclui os pinhais entre os campos altos. A zona de transição NE é quase desértica, com aves claras e desbotadas. A outra, a SO, é rica em água e abrange a parte oriental da Bolívia e do Paraguai. As aves dos campos altos não encontram obstáculos nas terras, mas apresentam máximos e mínimos. Nas florestas serranas, menos densas que equatorial, o ótimo decresce em altitude à medida que a latitude aumenta. Exemplifica com os Tangarás e os Tyrannidae, mormente com tiranos brancos dos grupos *dominicana* e *irupero*. Biologicamente, as aves insetívoras são de distribuição restrita, máxime as do solo e as das camadas baixas da floresta. As onívoras ostentam distribuição ampla. A Dra. Snethlage limita as suas considerações à ornis, mas muitas delas serão aplicáveis a outros grupos e aos países cisandinos limítrofes. (Lutz, 1958, p. 42).

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Nara; CORTES, Bianca Antunes; FERREIRA, Luiz Otávio; SÁ, Magali Romero. Gênero e ciência: a carreira científica de Aída Hassón-Voloch. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 23, p. 355-387, jul./dez. 2004. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332004000200012>.

CAMARGO, Hélio. Pequena contribuição ao estudo da história do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciência e Cultura**, Campinas, v. 3, n. 1, p. 66-67, 1951.

CAMPOS, Humberto de. Emília Snethlage. **Revista da Academia Brasileira de Letras**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 99, p. 345-349, mar. 1930.

CARVALHO, Marília Gomes de. **Ciência, tecnologia, gênero e os paradigmas científicos**. Curitiba: Ed. UTFPR, 2011. p. 1-9.

CORRÊA, Mariza. A Dra. Emília & o detalhe etnográfico. In: CORRÊA, Mariza. **Antropólogos & Antropologia**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003. p. 91-105.

CORRÊA, Mariza. Dona Heloisa e a pesquisa de campo. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 11-44, jan. 1997. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-77011997000100002>.

CUNHA, Osvaldo Rodrigues da. Maria Elizabeth Emília Snethlage. In: CUNHA, Osvaldo Rodrigues da. **Talento e atitude: estudos biográficos do Museu Emílio Goeldi**, I. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1989. p. 83-102. (Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira).

CUNHA, Osvaldo Rodrigues da. Maria Emília Snethlage (1868-1929) – a primeira mulher cientista na Amazônia. **Jornal O Liberal**, Belém, 15 nov. 1985. Caderno Atualidades.

FERRETTI, Federico. Imperial ambivalences. Histories of lady travellers and the French explorer Octavie Renard-Coudreau (1867-1938). **Geografiska Annaler: Series B, Human Geography**, Londres, v. 99, n. 3, p. 238-255, June 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/04353684.2017.1353887>.

GRAVE denúncia. **O Estado do Pará**, Belém, 19 e 20 abril 1921. p. 12.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 7-31, quad. 1993.

HEMEROTECA DIGITAL. **Coleção Almanak**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, [1908]. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 fev. 2019.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX - 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOOGMOED, Marinus Steven; AVILA-PIRES, Teresa Cristina Sauer de; SANJAD, Nelson. Obituário de Osvaldo Rodrigues da Cunha (1928-2011). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Naturais**, Belém, v. 6, n. 1, p. 75-87, jan./abr. 2011.

HUBER, Jacques. **Relatório anual do Museu Paraense de História Natural e Ethnografia**. Belém, 1909.

<sup>17</sup> Cunha, certamente, pretendeu dizer “residiu no Brasil”.

JUNGHANS, Miriam. Among birds and net(work)s: material and social practices in the trajectory of ornithologist Emilie Snethlage (1868-1929). **HoST History of Science and Technology**, Berlim, v. 10, n. 1, p. 71-101, Sept. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1515/host-2016-0004>.

JUNGHANS, Miriam. Abrindo as gavetas: Emília Snethlage (1868-1929) e as coleções ornitológicas do Museu Goeldi e do Museu Nacional do Rio de Janeiro em 1922. In: LOPES, Maria Margaret; HEIZER, Alda (org.). **Colecionismos, práticas de campo e representações**. Campina Grande: EdUEPB, 2011. p. 61-73.

JUNGHANS, Miriam. Emília Snethlage (1868-1929): o heroísmo como estratégia de legitimação da ciência. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E GÊNERO, 8., 2010, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: UTFPR, 2010. p. 1-17. Disponível em: [http://fabioschunck.com.br/site/wp-content/uploads/2016/11/Em%C3%ADlia\\_Snethlage\\_03.pdf](http://fabioschunck.com.br/site/wp-content/uploads/2016/11/Em%C3%ADlia_Snethlage_03.pdf). Acesso em: 25 jan. 2017.

JUNGHANS, Miriam. **Avis Rara**: a trajetória científica da naturalista alemã Emília Snethlage (1868-1929) no Brasil. 2009. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009.

JUNGHANS, Miriam. Emília Snethlage (1868-1929): uma naturalista alemã na Amazônia. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 243-255, jun. 2008. Suplemento. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702008000500013>.

LOPES, Maria Margaret. "Aventureiras" nas ciências: refletindo sobre gênero e história das ciências naturais no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 10, p. 345-368, quad. 1998.

LUTZ, Bertha. Emilie Snethlage (1868-1929). In: RELATÓRIO Anual, 1957, pelo Diretor José C. M. Carvalho. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1958. p. 29-34.

MCCORMACK, Carey. Collection and discovery: indigenous guides and Alfred Russel Wallace in Southeast Asia, 1854-1862. **Journal of Indian Ocean World Studies**, Quebec, v. 1, p. 110-127, Sept. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.26443/jiows.v1i1.22>.

MENDONÇA, Carlos A. Uma naturalista alemã na Amazônia. **Folha do Norte**, Belém, 14 set. 1969. p. 11.

MIRANDA-RIBEIRO, Alípio. Discurso de recepção da Dra. Emília Snethlage na Academia Brasileira de 28 de outubro de 1926. **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 77-85, 1936.

MORAES, Raymundo. **Os igaraúnas**. Romance amazônico: costumes paraenses. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1938.

OLINTO, Gilda. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inclusão Social**, Brasília, v. 5, n. 1, p. 68-77, jul./dez. 2011.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de gênero e história social. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 159-189, jan./abr. 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2009000100009>.

PINTO, Olivério. Notas e impressões naturalísticas de uma viagem fluvial a Cuiabá. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 10, p. 1-80, 1949.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. Snethlage. **Revista da Academia Brasileira de Letras**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 99, p. 349-351, mar. 1930.

SANJAD, Nelson; SNETHLAGE, Rotger Michael; JUNGHANS, Miriam; OREN, David Conway. Emília Snethlage (1868-1929): um inédito relato de viagem ao rio Tocantins e o obituário de Emil-Heinrich Snethlage. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 8, n. 1, p. 195-221, jan./abr. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-81222013000100012>.

SANJAD, Nelson. A contribuição de Osvaldo Rodrigues da Cunha (1928-2011) à História da Ciência. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 6, n. 1, p. 219-227, jan./abr. 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-81222011000100013>.

SANJAD, Nelson. **A coruja de Minerva**: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907). Brasília: IBRAM, 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SERRE, Paul. Le Musée Goeldi, au Pará. **Bulletin du Muséum National d'Histoire Naturelle**, Paris, n. 6, p. 351-356, 1916.

SICK, Helmut. **Ornitologia brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

SILVA, Elizabeth Bortolaia. Des-construindo gênero em ciência e tecnologia. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 10, p. 7-20, quad. 1998.

SNETHLAGE, Emil-Heinrich. Dr. Emilie Snethlage zum Gedächtnis. **Journal für Ornithologie**, Berlim, v. 78, n. 1, p. 123-134, Jan. 1930.

SNETHLAGE, Emília. Die Flüsse Iriuri und Curuá im Gebiet des Xingú. **Zeitschrift der Gesellschaft für Erdkunde zu Berlin**, Berlim, p. 328-354, 1925.

SNETHLAGE, Emília. Nature and man in Eastern Pará. **The Geographical Review**, New York, v. 4, p. 41-50, 1917.

SNETHLAGE, Emília. Catálogo das aves amazônicas, contendo todas as espécies descritas e mencionadas até 1913. **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia**, Belém, v. 8, p. 1-530, 1914.

SNETHLAGE, Emília. A travessia entre o Xingu e o Tapajós. **Boletim do Museu Goeldi de Historia Natural e Ethnographia**, Belém, v. 7, p. 49-92, 1913a [1910].

SNETHLAGE, Emília. Vocabulário comparativo dos Índios Chipayas e Curuahé. **Boletim do Museu Goeldi de Historia Natural e Ethnographia**, Belém, v. 7, p. 93-99, 1913b [1910].



SNETHLAGE, Emília. Novas espécies de peixes amazônicos das Coleções do Museu Goeldi. **Boletim do Museu Goeldi (Museu Paraense) de História Natural e Ethnographia**, Belém, v. 5, n. 2, p. 449-455, 1909.

SNETHLAGE, Emília. **Über die Frage vom Muskelansatz und der Herkunft der Muskulatur bei den Arthropoden**. Inaugural Dissertation. Universität Freiburg, Breisgau, 1905. [Publicada como separata de *Zoologischen Jahrbüchern*, Abteilung für Anatomie. Jena: Gustav Fischer, 1905. v. 21].

SOMBRIO, Mariana Moraes de Oliveira. **Em busca pelo campo: ciências, coleções, gênero e outras histórias sobre mulheres viajantes no Brasil em meados do século XX**. 2014. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

TORRES, Heloísa Alberto. **Arte indígena da Amazônia**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940.



## AGRADECIMENTOS

## ACKNOWLEDGEMENTS

Os Editores do **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas** agradecem aos que colaboraram na avaliação de artigos durante o ano de 2019.

The Editors of the **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas** thank those who assisted in the peer review process during 2019.

**Adriana Russi**

(Universidade Federal Fluminense)

**Alda Heizer**

(Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro)

**Alexander Cobbinah**

(Universidade de São Paulo)

**Alfredo Homma**

(Embrapa)

**Ana Carla Bruno**

(Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia)

**André Strauss**

(Universidade de São Paulo)

**Andrei Isnardis**

(Universidade Federal de Minas Gerais)

**Andrés Pablo Salanova**

(University of Ottawa)

**Andrew Nevins**

(Universidade Federal do Rio de Janeiro)

**Antônio Carlos Lobo Soares**

(Museu Paraense Emílio Goeldi/MCTIC)

**Antônio Hilário Aguilera Urquiza**

(Universidade Federal de Santa Maria)

**Aroldo Andrade**

(Universidade Federal de Minas Gerais)

**Astolfo Araújo**

(Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo)

**Bernat Bardagil**

(Rijksuniversiteit Groningen)

**Breno Anselmo Gomes**

(Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

**Bruna Franchetto**

(Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

**Bruno Brulon**

(Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

**Camilla Agostini**

(Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

**Carlos Xavier de Azevedo Neto**

(Universidade Federal da Paraíba)

**Carolina Lewis**

(Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia)

**Claudia López Garcés**

(Museu Paraense Emílio Goeldi/MCTIC)

**Daniela Cisneiros**

(Universidade Federal de Pernambuco)

**Danilo Bernardo**

(Universidade Federal do Rio Grande)

**Dídac Santos Fita**

(Universidade Federal do Pará)

**Diogo Costa**

(Universidade Federal do Pará)

**Eduardo Herrera-Malatesta**

(Universiteit Leiden)

**Ellen Basso**

(University of Arizona)

**Ernst Halbmayer**

(Phillips-Universität Marburg)

**Fabio Duarte**

(Universidade Federal de Minas Gerais)

**Fabio Parenti**

(Universidade Federal do Paraná)

**Fernando Tobias Silveira**

(Instituto Evandro Chagas)

**Filomena Sandalo**

(Universidade Estadual de Campinas)

**Francesc Queixalós**

(Centre National de la Recherche Scientifique)

**Françoise Rose**

(Dynamique du Langage)

**Gale Goodwin Gómez**

(Rhode Island College)

**Giovani José Silva**

(Universidade Federal do Amapá)

**Guillaume Odonne**

(Centre National de la Recherche Scientifique)

**Helena Pinto Lima**

(Museu Paraense Emílio Goeldi/MCTIC)

**Helena Vicente**

(Universidade de Brasília)

**Inocência Gorayeb**

(Museu Paraense Emílio Goeldi/MCTIC)

**Ivan Rocha**

(Museu Paraense Emílio Goeldi/MCTIC)

**Jairo Nunes**

(Universidade de São Paulo)

**João Saldanha**

(Instituto de Pesquisas Científicas e  
Tecnológicas do Estado do Amapá)

**Jonas Gregório de Souza**

(University of Exeter)

**José Guilherme dos Santos Fernandes**

(Universidade Federal do Pará-Campus Bragança)

**Júlia dos Santos**

(Universidade Federal do Pará)

**Juliana Salles Machado**

(Universidade Federal de Sergipe)

**Juliano Campos**

(Universidade do Extremo Sul Catarinense)

**Kristine Stenzel**

(Universidade Federal do Rio de Janeiro)

**Laura Pereira Furquim**

(Universidade de São Paulo)

**Lilian Suescun Florez**

(Jardim Botânico de Madrid)

**Lucas Bueno**

(Universidade Federal de Santa Catarina)

**Lucas Reis**

(Universidade Federal de Santa Catarina)

**Luiz Costa**

(Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

**Manuel Arroyo-Kolin**

(University College London)

**Marcelo Galvão**

(Fundação Oswaldo Cruz)

**Marcos Magalhães**

(Museu Paraense Emílio Goeldi/MCTIC)

**Mariana Petry Cabral**

(Universidade Federal de Minas Gerais)

**Marília Xavier Cury**

(Universidade de São Paulo)

**Marinilce Coelho**

(Universidade Federal do Pará)

**Marta de Almeida**

(Museu de Astronomia e Ciências Afins)

**Michael Hopkins**

(Instituto Nacional de Pesquisas da  
Amazônia)

**Nelson Sanjad**

(Museu Paraense Emílio Goeldi/MCTIC)

**Patience Epps**

(University of Texas)

**Peter H. May**

(Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

**Rafael Trianon**

(Universidade Federal do Rio de Janeiro)

**Raoni Bernardo Maranhão Valle**

(Universidade Federal do Oeste do Pará)

**Renata Valente**

(Museu do Índio)

**Renato Kipnis**

(Scientia Consultoria Científica)

**Richard Pace**

(University Middle Tennessee State)

**Robert Parkin**

(University of Oxford)

**Roberto Araújo**

(Museu Paraense Emílio Goeldi/MCTIC)

**Rodrigo Peixoto**

(Universidade Federal do Pará)

**Rômulo Alves**

(Universidade Estadual da Paraíba)

**Rosa Maria Assis**

(Universidade Federal do Pará)

**Sebastian Drude**

(University of Iceland)

**Sérgio Meira**

(Universidade Federal de Roraima)

**Suley Martinelli**

(Universidade Federal de Sergipe)

**Suzi Lima**

(University of Toronto)

**Thiago Oliveira**

(Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro)

**Thiago Vasconcelos**

(Instituto Evandro Chagas)

**Thomas Finbow**

(Universidade de São Paulo)

**Uli Reich**

(Free University of Berlin)

**Willem Adelaar**

(Leiden University)

**William Balee**

(Tulane University)

**Wilson Silva**

(University of Arizona)



# BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. CIÊNCIAS HUMANAS

## INSTRUÇÕES AOS AUTORES

### Objetivos e política editorial

○ **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas** tem como missão publicar trabalhos originais em arqueologia, história, antropologia, linguística indígena e disciplinas correlatas. A revista não aceita resumos expandidos, textos na forma de relatório e nem trabalhos previamente publicados em anais, CDs ou outros suportes de acesso público. O Boletim recebe contribuições somente em formato digital. A revista aceita colaborações em português, espanhol, inglês e francês para as seguintes seções:

**Artigos Científicos** – textos analíticos originais, resultantes de pesquisas com contribuição efetiva para o avanço do conhecimento. De 15 até 30 laudas.

**Artigos de Revisão** – textos analíticos ou ensaísticos originais, com revisão bibliográfica ou teórica de determinado assunto ou tema. De 15 até 30 laudas.

**Notas de Pesquisa** – relato preliminar mais curto que um artigo, sobre observações de campo, dificuldades e progressos de pesquisa em andamento, enfatizando hipóteses, comentando fontes, resultados parciais, métodos e técnicas utilizados. Até 15 laudas.

**Memória** – seção que se destina à divulgação de acervos ou seus componentes que tenham relevância para a pesquisa científica; de documentos transcritos parcial ou integralmente, acompanhados de texto introdutório; e de ensaios biográficos, incluindo obituário ou memórias pessoais. Até 20 laudas.

**Debate** – ensaios críticos sobre temas da atualidade. Até 15 laudas.

**Resenhas Bibliográficas** – texto descritivo e/ou crítico de obras publicadas na forma impressa ou eletrônica. Até cinco laudas.

**Teses e Dissertações** – descrição sucinta, sem bibliografia, de dissertações de mestrado, teses de doutorado e livre-docência. Uma lauda. O **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas** publica resumos de teses e dissertações, mas não publica capítulos de teses ou de dissertações. Entendida a necessidade e o interesse acadêmico na divulgação de resultados oriundos da formação em nível de pós-graduação, recomenda-se, para esses casos, a produção de artigo científico com texto distinto do original, dando ênfase ao que se destaca na pesquisa da tese ou dissertação e com uso de citação direta onde adequado.

### Apresentação de artigos

○ Boletim recebe contribuições somente em formato digital. Os arquivos digitais dos artigos devem ser submetidos *online* na plataforma *ScholarOne* via o *site* da revista <<http://http://editora.museu-goeldi.br/humanas>> ou diretamente via o *link* <<https://mc04.manuscriptcentral.com/bgoeldi-scielo>>, fornecendo obrigatoriamente as informações solicitadas pela plataforma.

Antes de enviar seu trabalho, verifique se foram cumpridas as normas acima. Disso depende o início do processo editorial.

### Cadastramento

O(s) autor(es) deve(m) realizar o cadastro (*Login/Senha*), criando uma conta pessoal na plataforma *online*, na seção “CRIAR UMA CONTA”, e preencher corretamente o perfil. O cadastramento/criação de uma conta precisa ser feito somente uma vez. Após isso, a conta deve ser usada para todas as submissões de trabalhos, revisões e pareceres.

Ao submeter o artigo, é necessário que todos os autores realizem cadastro na base de identificação acadêmica internacional ORCID, disponível em <http://orcid.org/>. O cadastro é necessário para autores e coautores.

## Encaminhamento

Para submeter um novo trabalho, o autor precisa fazer o *login* na plataforma *online* e clicar em “AUTOR”. Após realizar este passo, o autor deve buscar a janela “PAINEL AUTOR” e iniciar o processo de submissão através do *link* “INICIAR NOVA SUBMISSÃO”, no qual deverá realizar os sete passos:

- **Etapa 1: Tipo, título e resumo**

- Escolher o tipo de trabalho (artigo, resenha etc.).
- Preencher o título do trabalho.
- Fornecer o resumo.

- **Etapa 2: Carregamento de arquivos**

- Fazer o upload do(s) arquivo(s).  
(Pelo menos um dos arquivos deve representar o documento principal).

- **Etapa 3: Atributos**

- Acrescentar palavras-chave (3 até 6).

- **Etapa 4: Autores e instituições**

- Especificar se o submissor é o próprio autor ou se é um terceiro.
- Especificar autor de correspondência.
- Fornecer a contribuição do CRediT.

- **Etapa 5: Avaliadores**

- Especificar revisores da sua preferência e/ou aqueles que gostaria de evitar.

- **Etapa 6: Detalhes e comentários**

- Especificar quem financiou a pesquisa.
- Declarar que o trabalho foi submetido exclusivamente para o Boletim e ainda não foi publicado.
- Declarar que o trabalho está conforme as normas éticas da disciplina.
- Afirmar que os arquivos submetidos estão completamente anônimos, para possibilitar avaliação por pares.
- Declarar se há conflito de interesse. No caso de haver, especificar.

- **Etapa 7: Avaliar e submeter**

- Verificar se todas as informações e arquivos estão completas, visualizar a prova em PDF e concluir a submissão, clicando em “SUBMETER”.

A revista possui um Conselho Científico. Os trabalhos submetidos são primeiramente avaliados pelo Editor ou por um dos Editores Associados. O Editor reserva-se o direito de sugerir alterações nos trabalhos recebidos ou devolvê-los, caso não estejam de acordo com os critérios exigidos para publicação.

Uma vez aceitos, os artigos seguem para avaliação dos pares (*peer-review*). Os artigos são analisados por dois especialistas, no mínimo, que não integram a Comissão Editorial e emitem pareceres independentes. Caso haja discordância entre os pareceres, o trabalho é submetido a outro(s) especialista(s). Caso mudanças ou correções sejam recomendadas, o trabalho é devolvido ao(s) autor(es), que terão um prazo de 30 dias para elaborar nova versão.

Após a aprovação, os trabalhos são publicados por ordem de chegada. O Editor Científico também pode determinar o momento mais oportuno.

A publicação implica cessão integral dos direitos autorais do trabalho à revista. A declaração para a cessão de direitos autorais é enviada pela secretaria por email ao autor de correspondência, após a aceitação do artigo para publicação. O documento deve ser assinado por todos os autores.

## Preparação de originais

Todas as submissões devem ser enviadas por meio da plataforma de submissão *online* **ScholarOne**.

Os originais devem ser enviados

1. Em Word, com fonte Times New Roman, tamanho 12, entrelinha 1,5, em laudas sequencialmente numeradas. Os trabalhos de linguística indígena devem utilizar fonte compatível com o padrão Unicode, como Arial, Calibri, Cambria, Déjà Vu, Tahoma e outras que incluam todos os símbolos fonéticos da IPA. Times New Roman é preferível, mas inclui IPA em Unicode somente a partir das últimas edições de Windows. **Nunca** improvisar símbolos do IPA usando letras comuns com tachamento (imitando *i*, *u* etc.).
2. Da primeira página, devem constar:
  - a. título (no idioma do texto e em inglês);
  - b. resumo;
  - c. *abstract*;
  - d. palavras-chave e *keywords*.
3. Os originais não podem incluir o(s) nome(s) do(s) autor(es) e nem agradecimentos.
4. Deve-se destacar termos ou expressões por meio de aspas simples.
5. Apenas termos científicos latinizados e palavras em língua estrangeira devem constar em itálico.
6. Os artigos deverão seguir as recomendações da *APA 6th Edition - Citation Guide* para uso e apresentação de citações e de referências.
7. Tabelas devem ser digitadas em Word, sequencialmente numeradas, com legendas claras.
8. Todas as figuras (ilustrações, gráficos, imagens, diagramas etc) devem ser apresentadas em páginas separadas e numeradas, com as respectivas legendas, e submetidas na plataforma *online* em arquivos à parte. Devem ter resolução mínima de 300 dpi e tamanho mínimo de 1.500 pixels, em formato JPEG ou TIFF, obedecendo, se possível, as proporções do formato de página do Boletim, nos limites de 16,5 cm de largura e 20 cm de altura (para uso em duas colunas) ou 8 cm de largura e 20 cm de altura (para uso em uma coluna). As informações de texto presentes nas figuras, caso possuam, devem estar em fonte Arial, com tamanho entre 7 e 10 pts.
9. Figuras feitas em programas vetoriais podem ser enviadas, preferencialmente, em formato aberto, na extensão .cdr (X5 ou inferior), .eps ou .ai (CS5 ou inferior).
10. O texto do artigo deve, obrigatoriamente, fazer referência a todas as tabelas, gráficos e ilustrações.
11. Seções e subseções no texto não podem ser numeradas.
12. Somente numeração de páginas e notas de rodapé devem ser automáticas. Textos contendo numeração automatizada de seções, parágrafos, figuras, exemplos, ou outros processos automatizados, como referência e compilação de lista de referências, não serão aceitos.

13. Observar cuidadosamente as regras de nomenclatura científica, assim como abreviaturas e convenções adotadas em disciplinas especializadas.
14. Notas de rodapé devem ser numeradas em algarismos arábicos e utilizadas apenas quando imprescindíveis, nunca como referências.
15. Citações e referências a autores no decorrer do texto devem subordinar-se à seguinte forma: sobrenome do autor (não em caixa alta), ano, página(s). Exemplos: (Goeldi, 1897, p. 10); Goeldi (1897, p. 10).
16. Todas as obras citadas ao longo do texto devem estar corretamente referenciadas ao final do artigo, e todas as referências no final do artigo devem ser citadas no texto.

## Estrutura básica dos trabalhos

1. **Título** – No idioma do texto e em inglês (quando este não for o idioma do texto). Deve ser escrito em caixa baixa, em negrito, centralizado na página.
2. **Resumo e Abstract** – Texto em um único parágrafo, verbo na voz ativa e terceira pessoa do singular, ressaltando os objetivos, método, resultados e conclusões do trabalho, com no mínimo 100 palavras e, no máximo, 200, no idioma do texto (Resumo) e em inglês (Abstract). A versão para o inglês deverá ser feita ou corrigida por um falante nativo (preferivelmente um colega da área), o que é de responsabilidade do(s) autor(es).
3. **Palavras-chave e Keywords** – Três a seis palavras que identifiquem os temas do trabalho, para fins de indexação em bases de dados.
4. **Texto** – Deve ser composto de seções NÃO numeradas e, sempre que possível, com introdução, marco teórico, desenvolvimento, conclusão e referências. Evitar parágrafos e frases muito longos. Optar pela voz passiva, evitando o uso da primeira pessoa do singular e do plural ao longo do texto. Siglas devem inicialmente ser escritas por extenso. Exemplo: “A Universidade Federal do Pará (UFPA) prepara novo vestibular”. Citações com menos de 40 palavras devem estar dentro do parágrafo e entre aspas duplas (“); citações com 40 ou mais palavras devem ser destacadas do texto, com recuo de 1,3 cm da margem esquerda, com fonte menor e, conforme o exemplo a seguir:

Com efeito, a habitação em cidades é essencialmente antinatural, associa-se a manifestações do espírito e da vontade, na medida em que se opõem à natureza. Para muitas nações conquistadoras, a construção de cidades foi o mais decisivo instrumento de dominação que conheceram. Max Weber mostra admiravelmente como a fundação de cidades representou para o Oriente Próximo e particularmente para o mundo helenístico e para a Roma imperial, o meio específico de criação de órgãos locais de poder, acrescentando que o mesmo fenômeno se encontra na China, onde ainda durante o século passado, a subjugação das tribos Miaotse pode ser identificada à urbanização das suas terras (Buarque de Holanda, 1978, p. 61).

5. **Agradecimentos** – Devem ser sucintos: créditos de financiamento; vinculação a programas de pós-graduação e/ou projetos de pesquisa; agradecimentos pessoais e institucionais. Nomes de pessoas e instituições devem ser escritos por extenso, explicando o motivo do agradecimento. Note que a primeira versão submetida é para avaliação anônima e deve estar sem agradecimentos.
6. **Referências** – Devem ser listadas ao final do trabalho, em ordem alfabética, de acordo com o sobrenome do primeiro autor. No caso de mais de uma referência de um mesmo autor, usar ordem cronológica, do trabalho mais antigo ao mais recente. Todas as referências devem seguir as recomendações da **APA 6th Edition - Citation Guide**. Deve-se evitar o uso indevido de letras maiúsculas nos títulos de artigos ou de livros. Somente nomes próprios, substantivos alemães e as palavras de conteúdo de títulos de revistas e de séries devem começar por uma letra maiúscula.

Obs: A utilização correta das normas referentes à elaboração de referências e o uso adequado das novas regras de ortografia da Língua Portuguesa nos artigos e demais documentos encaminhados à revista são de responsabilidade dos autores. A seguinte lista mostra vários exemplos de referências nas suas categorias diferentes:



## Livro

Veríssimo, J. (1906). *A educação nacional* (2 ed.). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.

Citação no texto: Veríssimo (1906) ou (Veríssimo, 1906)

Vidal, W. N., & Vidal, M. R. R. (1986). *Botânica - organografia: quadros sinóticos ilustrados de fanerógamos* (3 ed.). Viçosa: UFV.

Citação no texto: Vidal e Vidal (1986) ou (Vidal & Vidal, 1986)

Wieczorek, A., Rosendahl, W., & Schlothauer, A. (Orgs.). (2012). *Der Kult um Kopf und Schädel*. Heidelberg: Verlag Regionalkultur.

Citação no texto: Wieczorek et al. (2012) ou (Wieczorek et al., 2012)

## Capítulo de livro

Zaccara, M. (2017). Mulheres artistas em Pernambuco: uma introdução. In M. Zaccara (Org.), *De sinhá prendada a artista visual: os caminhos da mulher artista em Pernambuco* (pp. 16-48). Recife: Madalena Zaccara.

Citação no texto: Zaccara (2017) ou (Zaccara, 2017)

Carneiro da Cunha, M. (1992). Política indigenista no século XIX. In M. Carneiro da Cunha (Org.), *História dos índios no Brasil* (pp. 133-154). São Paulo: Companhia das Letras.

Citação no texto: Carneiro da Cunha (1992) ou (Carneiro da Cunha, 1992)

## Série/Coleção

Goeldi, E. (1900). *Escavações arqueológicas em 1895: executadas pelo Museu Paraense no litoral da Guiana Brasileira entre Oiapoque e Amazonas* (Memórias do Museu Goeldi, n. 1). Belém: Museu Paraense de História Natural e Ethonografia.

Citação no texto: Goeldi (1900) ou (Goeldi, 1900)

## Artigo de periódico

Gurgel, C. (1997). Reforma do Estado e segurança pública. *Política e Administração*, 3(2), 15-21.

Citação no texto: Gurgel (1997) ou (Gurgel, 1997)

Jantz, R. L., & Owsley, D. W. (2001). Variation among early North America crania. *American Journal of Physical Anthropology*, 114(2), 146-155. doi: [https://doi.org/10.1002/1096-8644\(200102\)114:2<146::AID-AJPA1014>3.0.CO;2-E](https://doi.org/10.1002/1096-8644(200102)114:2<146::AID-AJPA1014>3.0.CO;2-E)

Citação no texto: Jantz e Owsley (2001) ou (Jantz & Owsley, 2001)

Posth, C. et al. (2018). Reconstructing the deep population history of Central and South America. *Cell*, 175(5), 1-13. doi: <https://doi.org/10.1016/j.cell.2018.10.027>

Citação no texto: Posth et al. (2018) ou (Posth et al., 2018)

Velthem, L. H. V. (2012). O objeto etnográfico é irreduzível? Pistas sobre novos sentidos e análises. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 7(1), 51-66. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-81222012000100005>

Citação no texto: Velthem (2012) ou (Velthem, 2012)

Tersis, N., & Carter-Thomas, S. (2005). Investigating syntax and pragmatics: word order and transitivity in Tunumiisut. *International Journal of American Linguistics*, 71(4), 473-500.

Citação no texto: Tersis e Carter-Thomas (2005) ou (Tersis & Carter-Thomas, 2005)

#### Artigo e/ou matéria de jornal

Naves, P. (1999, junho 28). Lagos andinos dão banho de beleza. *Folha de S. Paulo*, Turismo, Caderno 8, p. 13.

Citação no texto: Naves (1999) ou (Naves, 1999)

#### Artigo e/ou matéria de jornal em meio eletrônico

Justiça suspende obra de captação de água para a Grande São Paulo. (2017, maio 5). *Folha de São Paulo*. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1881436-justica-suspende-duas-obras-de-captacao-de-agua-para-grande-sp.shtml>

Citação no texto: "Justiça suspende" (2017) ou ("Justiça suspende" 2017)

Silva, I. G. (1998, setembro 19). Pena de morte para o nascituro. *O Estado de S. Paulo*. Recuperado de <http://www.portaldafamilia.org/artigos/artigo225.shtml>

Citação no texto: Silva (1998) ou (Silva, 1998)

#### Trabalho apresentado em evento

Brayner, A. R. A., & Medeiros, C. (1994, dezembro). Incorporação do tempo em SGBD orientado a objetos. In *Anais do Simpósio Brasileiro de Banco de Dados*, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Citação no texto: Brayner e Medeiros (1994) ou (Brayner & Medeiros, 1994)

#### Trabalho apresentado em evento em meio eletrônico

Silva, R. N., & Oliveira, O. (janeiro, 1996). Os limites pedagógicos do paradigma da qualidade total na educação. In *Anais Eletrônicos do Congresso de Iniciação Científica da UFPe*, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Recuperado de <https://www.ufpe.br/propeq/anais/educ/ce04.htm>

Citação no texto: Silva e Oliveira (1996) ou (Silva & Oliveira, 1996)

#### Mensagens de Internet: lista de discussão eletrônica e outras comunidades online

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. (2018, julho 16). Boletim de Ciências Humanas do Museu Paraense Emílio Goeldi discute patrimônio indígena [Facebook]. Recuperado de <https://www.facebook.com/boletimgoeldiCH/>

Citação no texto: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas (2018) ou (Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 2018)

Blog SciELO em Perspectiva Humanas. (2018, junho 13). Cultura ancestral para entender a Amazônia de ontem e de hoje [Blog]. Recuperado de <http://humanas.blog.scielo.org/blog/2018/06/13/cultura-ancestral-para-entender-a-amazonia-de-ontem-e-de-hoje/>

Citação no texto: Blog SciELO em Perspectiva Humanas (2018) ou (Blog SciELO em Perspectiva Humanas, 2018)

### Documento jurídico

*Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* (18 ed.). (1998). São Paulo: Saraiva.

Citação no texto: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (1998) ou (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, 1998)

*Decreto n. 3.298*. (1999, dezembro 20). Regulamenta a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

Citação no texto: Decreto n. 3.298 (1999)

### Documento jurídico em meio eletrônico

*Resolução n. 17, de junho de 1991*. Coleção de Leis da República Federativa do Brasil. Recuperado de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/ressen/1991/resolucao-17-14-junho-1991-480998-publicacaooriginal-1-pl.html>

Citação no texto: Resolução n. 17, de junho de 1991

*Medida Provisória n. 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997*. Estabelece multa em operações de importação, e dá outras providências. Recuperado de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1997/medidaprovisoria-1569-9-11-dezembro-1997-377059-publicacaooriginal-1-pe.html>

Citação no texto: Medida Provisória n. 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997

### Trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e monografias)

Benchimol, A. (2015). *Resgate e ressignificação da pesquisa no Museu Paraense Emílio Goeldi: presença e permanência de cientistas estrangeiros (1894-1914) na produção científica de autores atuais (1991-2010)* (Tese de doutorado). Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Citação no texto: Benchimol (2015) ou (Benchimol, 2015)

Moore, D. (1984). *Syntax of the language of the Gavião Indians of Rondônia, Brazil* (Tese de doutorado). University of New York, Nova York.

Citação no texto: Moore (1984) ou (Moore, 1984)

### Documento de arquivo

Campos, E. (1964, janeiro 11). *Carta à Bienal de São Paulo*. Arquivo Histórico Wanda Svevo. Fundação Bienal de São Paulo, São Paulo.

Citação no texto: Campos (1964) ou (Campos, 1964)

Salles, V. (1974, março 28). *Carta a Lúcio Flávio Pinto*. Material histórico-cultural - Vicente Salles. Correspondência expedida - Comunicação. Coleção Vicente Salles. Biblioteca do Museu da Universidade Federal do Pará, Belém.

Citação no texto: Salles (1974) ou (Salles, 1974)

### Meios audiovisuais

Herzog, W. (Produtor & Diretor). (1970). *Os anões também começaram pequenos*. Alemanha: Werner Herzog Filmproduktion.

Citação no texto: Herzog (1970) ou (Herzog, 1970)

## **Avaliação inicial**

Será feita uma avaliação inicial da submissão pela administração editorial, seguindo um *checklist* de critérios básicos. Caso a submissão esteja incompleta ou as imagens não estejam conforme as especificações ora informadas, o artigo será devolvido via plataforma *online* como “NÃO SUBMETIDOS E MANUSCRITOS EM RASCUNHO”. Isso significa que ele volta para a fase de não submetido. O autor de correspondência receberá, nesse caso, um comunicado com informações sobre as pendências apresentadas pelo artigo. Após a resolução dos problemas apontados, o autor pode ressubmeter o trabalho, escolhendo a opção “CONTINUAR”.

## **Revisão de artigos**

Após receber os pareceres anônimos, o Editor decide quanto à aceitação do artigo para publicação. Se aceito, o autor é convidado a revisar o artigo com base nos pareceres e nas observações do Editor. O autor deve explicar como a revisão foi realizada, dar justificativa em caso de não acatar sugestão dos pareceres, devendo obrigatoriamente usar a ferramenta “Controle de alterações” do *Word* para realizar as alterações no texto. O artigo revisado deve ser enviado através da plataforma *online*, por meio do *link* de revisão disponível em “PAINEL AUTOR”, clicando em “CRIAR UMA REVISÃO”.

## **Provas**

Os trabalhos, depois de formatados, são encaminhados através do sistema de e-mail do ScholarOne, em PDF, para a revisão final dos autores, que devem devolvê-los com a maior brevidade possível. Os pedidos de alterações ou ajustes no texto devem ser feitos por comentários no PDF. Nessa etapa, não serão aceitas modificações no conteúdo do trabalho ou que impliquem alteração na paginação. Caso o autor não responda ao prazo, a versão formatada será considerada aprovada. Os artigos são divulgados integralmente no formato PDF no sítio, no Issuu, no DOAJ e na SciELO.

## **Endereço para correspondência:**

Museu Paraense Emílio Goeldi

Editor do Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas

Av. Perimetral, 1901 - Terra Firme

CEP 66077-830

Belém - PA - Brasil Telefone: 55-91-3075-6186

E-mail: boletim.humanas@museu-goeldi.br

## **Lembre-se:**

- 1 - Antes de enviar seu trabalho, verifique se foram cumpridas as normas acima. Disso depende o início do processo editorial.
- 2 - Após a aprovação, os trabalhos são publicados por ordem de chegada. O Editor Científico também pode determinar o momento mais oportuno.
- 3 - A revista não aceita resumos expandidos, textos na forma de relatório e nem trabalhos previamente publicados em anais, CDs ou outros suportes.

# BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. CIÊNCIAS HUMANAS

## INSTRUCTIONS FOR AUTHORS

### Mission and Editorial Policy

The mission of the **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas** is to publish original works on archaeology, history, anthropology, indigenous linguistics, and related fields. The journal does not accept expanded abstracts, reports, or work which has been previously published in proceedings, CDs, or other media. The journal accepts contributions in Portuguese, Spanish, English and French for the following categories:

**Research Articles** – original scientific articles reporting on research, that effectively contribute to the advancement of knowledge. Between 15 and 30 pages.

**Review Articles** – analytical texts or essays that contain a bibliographical or theoretical review of a certain subject or topic. Between 15 and 30 pages.

**Short Communications** – short preliminary reports on field observations, challenges faced and progress made in ongoing research emphasizing hypotheses, mentioning sources, partial results, materials and methods. Maximum length: 15 pages.

**Memory** – this category includes texts about collections or items in collections considered relevant for scientific research; fully or partly transcribed documents with an introductory text; biographical essays, including obituaries or individual memories. Maximum length: 20 pages.

**Debate** – critical essays on current issues. Maximum length: 15 pages.

**Book Reviews** – descriptive and/or critical reviews of printed or electronic publications. Maximum length: five pages.

**Theses and Dissertations** – a brief description (without bibliography) of master's theses and doctoral or other postgraduate dissertations. One page. The **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas** (Human Sciences) publishes abstracts of theses and dissertations, but does not publish chapters of these works. We recognize that need and academic interest in disseminating results stemming from graduate-level work exist, and in these cases recommend drafting a scientific article containing unique text which differs from the original, emphasizing notable points in the research and utilizing direct citations where appropriate.

### Article proposals

The Boletim only accepts original contributions in digital format. Digital manuscripts should be submitted via the online platform *ScholarOne*, which is accessible through the website of the Boletim <<http://http://editora.museu-goeldi.br/humanas>> or directly via the link <<https://mc04.manuscriptcentral.com/bgoeldi-scielo>>, providing additional information requested during the various steps of the submission process.

Before submitting your work, please make sure you have followed all the instructions detailed in this document; this is crucial in order to begin the editorial process.

### Registration

Authors must register in order to create a password-protected personal account on the online platform in the section "CREATE AN ACCOUNT" or "NEW USER" and correctly fill in the profile. Registration and the creation of an account need be done only once. Thereafter, the account should be used for current and future submissions to the Boletim.

At submission, all authors must inform ORCID IDs. Registering with ORCID at <http://orcid.org/> is a requirement to all including co-authors.

## Submission

In order to submit a new contribution, authors must log into their account on the online platform and click on "AUTHOR CENTER". After completing this step, proceed to the "AUTHOR RESOURCES" window and start the submission process via the link "CLICK HERE TO SUBMIT A NEW MANUSCRIPT", following seven steps:

- **Step 1: Type, Title, & Abstract**

- Choose type of manuscript (article, review, etc.).
- Title of manuscript.
- Provide the abstract.

- **Step 2: File Upload**

- Upload the files.
- (At least one of the files should represent the Main Document)

- **Step 3: Attributes**

- Add key words (3 to 6).

- **Step 4: Authors & Institutions**

- Declare whether the manuscript is submitted by the author, or by another person.

- **Step 5: Reviewers**

- Optionally name potential reviewers that are preferred, or non-preferred.
- Specify Corresponding Author.
- Provide CRediT Contribution.

- **Step 6: Details & Comments**

- Specify who funded the research that resulted in the submission.
- Declare that the work was submitted exclusively to the Boletim and has not been published elsewhere.
- Declare that the work is in accordance with ethical norms.
- Confirm that the submitted files are entirely anonymous, so as to enable anonymous peer review.
- Declare whether there is any conflict of interest. If there is, please specify.

- **Step 7: Review & Submit**

- Verify that all information and files are complete, view the PDF proof, and finalize the submission by clicking on "SUBMIT".

The journal has a Scientific Council. Manuscripts are first examined by the Editor or by one of the Associate Editors. The Editor has the right to recommend alterations to the submitted manuscripts or to return them when they fail to comply with the journal's editorial policy.

Upon acceptance, manuscripts are submitted to peer-review and are reviewed by at least two specialists who are not members of the Editorial Board. In the event of discrepancy between the reviews, the manuscript is submitted to other referee(s). In case changes or corrections are recommended, the manuscript is returned to the author(s), who have thirty days to submit a new version.

Once accepted, submissions are published according to the order in which they were received. The Scientific Editor also may determine the appropriate time for publication.

Publication of a manuscript entails transfer of copyright to the journal. A declaration of Assignment of Copyrights of the published work, signed by all authors, must be submitted together with the revised manuscript sent by Secretariat.

## Preparing the manuscript for submission

All manuscripts have to be submitted via the online platform **ScholarOne**. Original manuscripts must be prepared observing the following requirements:

1. Word for Windows format, Times New Roman font, size 12, line spacing 1.5, and pages must be numbered. Articles on linguistics must use a font that is compatible with the Unicode standard, such as Arial, Calibri, Cambria, Déjà Vu, Tahoma and others that include the IPA extended set of phonetic symbols. Times New Roman is preferred, but it includes the full IPA in Unicode only in more recent editions of Windows. One should **never** improvise IPA characters such as *ɪ*, *ʊ*, etc. by applying strike-through of common characters.
2. The cover page must contain the following information:
  - a. Title (in the original language and in English);
  - b. Abstract;
  - c. *Resumo* (a Portuguese abstract in case the original is English);
  - d. Keywords and their equivalent *palavras-chave* in Portuguese.
3. The manuscript must include neither the name(s) of the author(s) nor acknowledgements.
4. To highlight terms or phrases, please use single quotation marks.
5. Only foreign language words and phrases and Latinized scientific terms should be in italic type.
6. The articles should follow the recommendations of the APA 6th Edition - Citation Guide for the presentation and use of bibliographical information: citation in documents and references.
7. Tables should be in Word format, numbered in sequence, with clear captions.
8. All figures (illustrations, graphs, pictures, diagrams, etc.) should be presented on separate, numbered pages with their respective captions, and submitted separately on the online platform. Images require minimum resolution of 300 dpi and minimum size of 1,500 pixels, in JPEG or TIFF format. If possible, respect the page sizes of the Bulletin, namely 16.5 cm wide and 20 cm tall (for images occupying two columns) or 8 cm wide and 20 cm tall (for images occupying one column). When text is contained in images, the font used should be Arial, 7 to 10 pt.
9. Images created in vectoral programs should be provided in open format, with either a .cdr (X5 or inferior), .eps or .ai (CS5 or inferior) extension.
10. All tables, graphs and images must obligatorily be mentioned in the body of the text.
11. Sections and subsections in the text must not be numbered.
12. Only page numbering and the numbering of footnotes should be automatic. Texts containing automatically numbered sections, paragraphs, figures, examples or any other automatized processes cannot be accepted.
13. Texts must fully comply with scientific naming rules, abbreviations and other conventions current in the specific fields of discipline.

14. Footnotes should be used only when strictly necessary, never for reference to published work, and should be indicated in Arabic numbers.
15. Reference to works cited throughout the text should conform to the following convention: author's last name (not in upper case), year, page(s). Examples: (Goeldi, 1897, p. 10); Goeldi (1897, p. 10).
16. All references used throughout the text must be listed at the end of the article, and all works listed should be mentioned in the text.

## Basic text structure

1. **Title** – The title must appear both in the original language of the text and in English (or Portuguese, in case English is the original language). The title must be in lower case in bold type, centralized on the page.
2. **Abstract** – This section should be a single paragraph and highlight the goals, methods and results of the research, with a minimum length of 100 words and a maximum length of 200 words. The abstract should be presented both in the original language of the text and in English (or Portuguese, in case the original language is English). The translated abstract must either be composed or corrected by a native speaker, which is the responsibility of the authors.
3. **Keywords** – Three to six words that identify the topics addressed in the article, for the purpose of indexation in databases.
4. **Body of the text** – The text should be subdivided into sections that are NOT numbered. Articles should preferably contain the following components/sections: introduction, theoretical background, main text, conclusion, references. Lengthy paragraphs and/or sentences should be avoided. Acronyms should be preceded by the word or phrase to which it refers to when appearing for the first time. Example: "The Universidade Federal do Pará (UFPA) is preparing a new admission exam". Quotations of less than 40 words should be included in the body of the text between double quotation marks (""). Quotations of 40 or more words are separated from the text and indented in block, with no quotation marks, the font size being smaller than the font used in the text.

The road down into the Guaporé Valley was in quite good condition, for it had not yet begun to rain heavily, and we made good time to the ranch known as Estrela do Guaporé. There, I talked briefly with the administrator, a man named Alvaro, and then with Kim, who was recuperating from malaria. Kim was very pale and weak, and our talk was brief and constrained. I found out later that he had actually gone to Brasília and told the FUNAI that Sílbene was urging the Indians to kill cattle. In fact, Sílbene had told the Indians to defend their gardens, which were on demarcated land, from invading cattle (Price, 1989, p. 119).

5. **Acknowledgements** – Should be brief and can mention: support and funding; connections to graduate programs and/or research projects; acknowledgement to individuals and institutions. The names of individuals and institutions should be written in full, together with a motivation for the acknowledgement. Note that the first submitted version of the article should be without acknowledgements, because of the anonymous peer-review process.
6. **References** – Should be listed at the end of the text in alphabetical order according to the last name of the first author. In the event of two or more references to a same author, please use chronological order. References should comply with APA 6th Edition - Citation Guide. Please avoid unnecessary capitals in the titles of books and articles. Only proper names, German nouns and the content words of journal titles and book series should start with a capital letter.

Note: It is the author's responsibility to comply with reference formatting norms and the most current usage rules for the Portuguese language in articles and other documents submitted to the journal. The following list contains various examples of the different types of references:



## Book

Veríssimo, J. (1906). *A educação nacional* (2nd ed.). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.

Quote in the text: Veríssimo (1906) or (Veríssimo, 1906)

Vidal, W. N., & Vidal, M. R. R. (1986). *Botânica - organografia: quadros sinóticos ilustrados de fanerógamos* (3th ed.). Viçosa: UFV.

Quote in the text: Vidal and Vidal (1986) or (Vidal & Vidal, 1986)

Wieczorek, A., Rosendahl, W., & Schlothauer, A. (Orgs.). (2012). *Der Kult um Kopf und Schädel*. Heidelberg: Verlag Regionalkultur.

Quote in the text: Wieczorek et al. (2012) or (Wieczorek et al., 2012)

## Book chapter

Zaccara, M. (2017). Mulheres artistas em Pernambuco: uma introdução. In M. Zaccara (Org.), *De sinhá prendada a artista visual: os caminhos da mulher artista em Pernambuco* (pp. 16-48). Recife: Madalena Zaccara.

Quote in the text: Zaccara (2017) or (Zaccara, 2017)

Carneiro da Cunha, M. (1992). Política indigenista no século XIX. In M. Carneiro da Cunha (Org.), *História dos índios no Brasil* (pp. 133-154). São Paulo: Companhia das Letras.

Quote in the text: Carneiro da Cunha (1992) or (Carneiro da Cunha, 1992)

## Series/Collection

Goeldi, E. (1900). *Escavações arqueológicas em 1895: executadas pelo Museu Paraense no litoral da Guiana Brasileira entre Oiapoque e Amazonas* (Memórias do Museu Goeldi, n. 1). Belém: Museu Paraense de História Natural e Ethonografia.

Quote in the text: Goeldi (1900) or (Goeldi, 1900)

## Scientific journal article

Gurgel, C. (1997). Reforma do Estado e segurança pública. *Política e Administração*, 3(2), 15-21.

Quote in the text: Gurgel (1997) or (Gurgel, 1997)

Jantz, R. L., & Owsley, D. W. (2001). Variation among early North America crania. *American Journal of Physical Anthropology*, 114(2), 146-155. doi: [https://doi.org/10.1002/1096-8644\(200102\)114:2<146::AID-AJPA1014>3.0.CO;2-E](https://doi.org/10.1002/1096-8644(200102)114:2<146::AID-AJPA1014>3.0.CO;2-E)

Quote in the text: Jantz and Owsley (2001) or (Jantz & Owsley, 2001)

Posth, C. et al. (2018). Reconstructing the deep population history of Central and South America. *Cell*, 175(5), 1-13. doi: <https://doi.org/10.1016/j.cell.2018.10.027>

Quote in the text: Posth et al. (2018) or (Posth et al., 2018)

Velthem, L. H. V. (2012). O objeto etnográfico é irreduzível? Pistas sobre novos sentidos e análises. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 7(1), 51-66. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-81222012000100005>

Quote in the text: Velthem (2012) or (Velthem, 2012)

Tersis, N., & Carter-Thomas, S. (2005). Investigating syntax and pragmatics: Word order and transitivity in Tunumiisut. *International Journal of American Linguistics*, 71(4), 473-500.

Quote in the text: Tersis and Carter-Thomas (2005) or (Tersis & Carter-Thomas, 2005)

#### Newspaper article

Naves, P. (1999, June 28). Lagos andinos dão banho de beleza. *Folha de S. Paulo*, Turismo, Caderno 8, p. 13.

Quote in the text: Naves (1999) or (Naves, 1999)

#### Article and/or newspaper article in electronic media

Justiça suspende obra de captação de água para a Grande São Paulo. (2017, May 5). *Folha de São Paulo*. Retrieved from <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1881436-justica-suspende-duas-obras-de-captacao-de-agua-para-grande-sp.shtml>

Quote in the text: "Justiça suspende" (2017) or ("Justiça suspende" 2017)

Silva, I. G. (1998, September 19). Pena de morte para o nascituro. *O Estado de S. Paulo*. Retrieved from <http://www.portaldafamilia.org/artigos/artigo225.shtml>

Quote in the text: Silva (1998) or (Silva, 1998)

#### Work presented in event

Brayner, A. R. A., & Medeiros, C. (1994, December). Incorporação do tempo em SGBD orientado a objetos. In *Anais do Simpósio Brasileiro de Banco de Dados*, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Quote in the text: Brayner and Medeiros (1994) or (Brayner & Medeiros, 1994)

#### Work presented in event in electronic media

Silva, R. N., & Oliveira, O. (January, 1996). Os limites pedagógicos do paradigma da qualidade total na educação. In *Anais Eletrônicos do Congresso de Iniciação Científica da UFPe*, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Retrieved from <https://www.ufpe.br/propesq/anais/educ/ce04.htm>

Quote in the text: Silva and Oliveira (1996) or (Silva & Oliveira, 1996)

#### Internet messages: electronic mailing list and other online communities

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. (2018, July 16). Boletim de Ciências Humanas do Museu Paraense Emílio Goeldi discute patrimônio indígena [Facebook]. Retrieved from <https://www.facebook.com/boletimgoeldiCH/>

Quote in the text: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas (2018) or (Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 2018)

Blog SciELO em Perspectiva Humanas. (2018, June 13). Cultura ancestral para entender a Amazônia de ontem e de hoje [Blog]. Retrieved from <http://humanas.blog.scielo.org/blog/2018/06/13/cultura-ancestral-para-entender-a-amazonia-de-ontem-e-de-hoje/>

Quote in the text: Blog SciELO em Perspectiva Humanas (2018) or (Blog SciELO em Perspectiva Humanas, 2018)

### Legal document

*Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* (18th ed.). (1998). São Paulo: Saraiva.

Quote in the text: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (1998) or (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, 1998)

*Decreto n. 3.298*. (1999, December 20). Regulamenta a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

Quote in the text: Decreto n. 3.298 (1999)

### Legal document in electronic media

*Resolução n. 17, de junho de 1991*. Coleção de Leis da República Federativa do Brasil. Retrieved from <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/ressen/1991/resolucao-17-14-junho-1991-480998-publicacaooriginal-1-pl.html>

Quote in the text: Resolução n. 17, de junho de 1991

*Medida Provisória n. 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997*. Estabelece multa em operações de importação, e dá outras providências. Retrieved from <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1997/medidaprovisoria-1569-9-11-dezembro-1997-377059-publicacaooriginal-1-pe.html>

Quote in the text: Medida Provisória n. 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997

### Academic works (theses, dissertations and monographs)

Benchimol, A. (2015). *Resgate e ressignificação da pesquisa no Museu Paraense Emílio Goeldi: presença e permanência de cientistas estrangeiros (1894-1914) na produção científica de autores atuais (1991-2010)* (Doctoral dissertation). Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Quote in the text: Benchimol (2015) or (Benchimol, 2015)

Moore, D. (1984). *Syntax of the language of the Gavião Indians of Rondônia, Brazil* (Doctoral dissertation). University of New York, New York.

Quote in the text: Moore (1984) or (Moore, 1984)

### Archive document

Campos, E. (1964, January 11). *Carta à Bienal de São Paulo*. Arquivo Histórico Wanda Svevo. Fundação Bienal de São Paulo, São Paulo.

Quote in the text: Campos (1964) or (Campos, 1964)

Salles, V. (1974, March 28). *Carta a Lúcio Flávio Pinto*. Material histórico-cultural - Vicente Salles. Correspondência expedida - Comunicação. Coleção Vicente Salles. Biblioteca do Museu da Universidade Federal do Pará, Belém.

Quote in the text: Salles (1974) or (Salles, 1974)

### Audiovisual media

Herzog, W. (Producer & Director). (1970). *Os anões também começaram pequenos*. Germany: Werner Herzog Filmproduktion.

Quote in the text: Herzog (1970) or (Herzog, 1970)

### **Initial evaluation**

An initial evaluation will be carried out by the editorial staff, following a checklist of basic criteria. In case the submission is incomplete or the images are not in accordance with the specifications mentioned above, the article will be returned to the author through the platform, by marking it as “UNSUBMITTED AND MANUSCRIPTS IN DRAFT”. This means that the article returns to the stage of not yet having been submitted, with an explanation of the issues to be resolved. After having resolved the pending issues, the author should resubmit the article by choosing the option “RESUBMIT”.

### **Revision of articles**

After receiving the anonymous peer reviews, the Editor decides whether the article is accepted for publication. If accepted, the author is requested to revise the article on the basis of the reviews and the Editor's observations. The author must also explain how the revision was done and provide justification in case the advice of the reviewer(s) was not followed. It is obligatory to use the “Track Changes” function in Word, when applying changes. The revised article should be submitted via the online platform, via the revision link at “AUTHOR RESOURCES”, by clicking on “CREATE REVISION”.

### **Proofs**

After having been formatted by the editorial staff, the articles will be sent in PDF format to the authors via the *ScholarOne* e-mail system for final approval, and must be returned as soon as possible. Requested changes in the text have to be marked and commented as clearly as possible in the PDF document. At this stage, changes concerning content or changes resulting in an increase or decrease in the number of pages will not be accepted. In the event that the author does not respond in time, the formatted version will be considered as approved by the author. The articles will be published in full in PDF format on the journal website, in Issuu, in DOAJ, and at SciELO.

### **Mailing address:**

Museu Paraense Emílio Goeldi  
Editor do Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas  
Av. Perimetral, 1901 - Terra Firme  
CEP 66077-830  
Belém - PA - Brazil  
Phone: 55-91-3075-6186  
E-mail: boletim.humanas@museu-goeldi.br

### **Please remember:**

- 1- Before submitting your manuscript to the journal, please check whether you have complied with the norms above. The start of the editorial process depends on this.
- 2- After acceptance, the articles will be published according to order of arrival. The Editor may also decide on the most convenient time for publication.
- 3- The journal does not accept expanded abstracts, reports, and works previously published in Proceedings, CDs, and/or other media.

# BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. CIÊNCIAS HUMANAS

## INSTRUCCIONES PARA LOS AUTORES

### Objetivos y política editorial

El *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* tiene como misión publicar trabajos originales de arqueología, historia, antropología, lingüística indígena y disciplinas relacionadas. La revista no acepta resúmenes extendidos, textos en forma de informes, ni trabajos previamente publicados en anales, CD u otros soportes. La revista admite colaboraciones en portugués, español, inglés y francés para las siguientes secciones:

**Artículos Científicos:** textos analíticos originales, resultantes de investigaciones con contribución efectiva para el avance del conocimiento. De 15 a 30 páginas.

**Artículos de Revisión:** textos analíticos o ensayísticos originales, con revisión bibliográfica o teórica de determinado asunto o tema. De 15 a 30 páginas.

**Notas de Investigación:** relato preliminar más corto que un artículo sobre observaciones de campo, dificultades y avances de investigación en curso, enfatizando hipótesis, comentando fuentes, resultados parciales, técnicas y métodos utilizados. Hasta 15 páginas.

**Memoria:** sección que se destina a la difusión de acervos o sus componentes que tengan relevancia para la investigación científica, de documentos transcritos parcial o totalmente, acompañados de un texto introductorio, y de ensayos biográficos, que incluye notas de fallecimiento o memorias personales. Hasta 20 páginas.

**Debate:** ensayos críticos sobre temas de la actualidad. Hasta 15 páginas.

**Reseñas Bibliográficas:** texto descriptivo o crítico de obras publicadas de forma impresa o electrónica. Hasta 5 páginas.

**Tesis de maestría y doctorado:** descripción sucinta, sin bibliografía, de tesis de maestría y doctorado y habilitación docente. Una página. El *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* publica resúmenes de tesis, pero no publica capítulos de tesis de maestría ni doctorado. Entendida la necesidad o interés académico en la difusión de resultados oriundos de la formación en nivel de posgrado, en estos casos se recomienda la producción de un artículo científico con un texto diferente al original, con énfasis en lo que se destaca en la investigación de la tesis y con uso de citas directas cuando fuera pertinente.

### Presentación de artículos

El Boletim recibe contribuciones solamente en formato digital. Los archivos digitales de los artículos deben enviarse a través de la plataforma *ScholarOne*, por el sitio web de la revista <<http://http://editora.museu-goeldi.br/humanas>> o directamente a través del enlace <<https://mc04.manuscriptcentral.com/bgoeldi-scielo>> y debe completarse obligatoriamente la información solicitada por la plataforma. Antes de enviar su trabajo, verifique que cumpla con todas las normas aquí establecidas. De eso depende el inicio del proceso editorial.

### Registro

El(los) autor(es) debe(n) registrarse (Usuario/Contraseña) y crear una cuenta personal en la plataforma, en la sección "CREAR UNA CUENTA" y completar correctamente su perfil. El registro/creación de cuenta solo debe realizarse una vez. Luego, esta cuenta debe utilizarse para todas las entregas de trabajos, revisiones e informes.

Al presentar el artículo, es necesario que todos los autores se registren en la base de identificación académica internacional ORCID, disponible en <http://orcid.org/>. El registro es necesario para autores y coautores.

## Envío

Para enviar un trabajo nuevo, el autor tiene que iniciar sesión en la plataforma y hacer clic en "AUTOR". Luego de este paso, el autor debe buscar la ventana "PAINEL DE AUTOR" e iniciar el proceso de envío a través del enlace "INICIAR NUEVO ENVÍO", en el que deberá seguir los siete pasos:

- **Paso 1: Tipo, título y abstract**

- Elegir el tipo de trabajo (artículo, reseña, etc.).
- Completar el título del trabajo.
- Proporcionar el resumen.

- **Paso 2: Carga de archivo**

- Cargar el(los) archivo(s).
- (Por lo menos uno de los archivos debe representar el documento principal).

- **Paso 3: Atributos**

- Agregar palabras clave (3 a 6).

- **Paso 4: Autores y instituciones**

- Especificar si la persona que está realizando el envío es el propio autor o un tercero.
- Especificar autor de correspondencia.
- Proporcionar contribución de CRediT.

- **Paso 5: Revisores**

- Especificar revisores de preferencia o aquellos que se quieran evitar.

- **Paso 6: Detalles y comentarios**

- Especificar quién financió la investigación.
- Declarar que el trabajo fue enviado exclusivamente al Boletim y aún no ha sido publicado.
- Declarar que el trabajo está de acuerdo con las normas éticas de la disciplina.
- Afirmar que los archivos enviados son completamente anónimos para posibilitar la revisión por pares.
- Declarar si hay conflicto de interés. Caso afirmativo, especificar.

- **Paso 7: Revisar y enviar**

- Verificar que toda la información y archivos estén completos, consultar la versión en PDF y concluir el envío haciendo clic en "ENVIAR".

La revista posee un Consejo Científico. Los trabajos presentados primero son analizados por el Editor o por uno de los Editores Asociados. El Editor se reserva el derecho de sugerir modificaciones a los trabajos recibidos o devolverlos caso no estén de acuerdo con los criterios exigidos para su publicación.

Después de aceptados, los artículos pasan por una revisión por pares (peer-review). Al menos dos especialistas, que no integren la Comisión Editorial, analizan los artículos y emiten informes independientes. Si se produce discrepancia entre los informes, el trabajo se somete a otro(s) especialista(s). Caso se recomienden cambios o correcciones, el trabajo se devuelve al(os) autor(es), que tendrán un plazo de 30 días para elaborar una nueva versión.

Después de la aprobación, los trabajos se publican por orden de llegada. El Editor Científico también puede determinar el momento más oportuno. La publicación implica la cesión total a la revista de los derechos de autor del trabajo. La secretaría enviará la declaración para la cesión de derechos de autor por correo electrónico al autor de correspondencia, después de la aprobación del artículo para publicación. El documento debe ser firmado por todos los autores.

## Preparación de originales

Todos los trabajos deben ser enviados a través de la plataforma de envío **ScholarOne**. Los originales deben ser enviados:

1. En Word, fuente Times New Roman, tamaño 12, interlineado de 1,5 y páginas con numeración consecutiva. En trabajos de lingüística indígena, debe utilizarse una fuente compatible con parámetros Unicode, como Arial, Calibri, Cambria, Déjà Vu, Tahoma y otras que incluyan todos los símbolos fonéticos del IPA. Es preferible Times New Roman, pero solo las versiones más recientes de Windows incluyen IPA en Unicode. **Nunca** improvisar símbolos del IPA usando letras comunes tachadas (imitando *ɪ*, *ʉ*).
2. En la primera página, debe constar:
  - a. título (en el idioma del texto y en inglés),
  - b. resumen,
  - c. *abstract*;
  - d. palabras clave y *keywords*.
3. Los originales no pueden incluir nombre(s) del(los) autor(es) ni agradecimientos.
4. Destacar términos o expresiones utilizando comillas simples.
5. Solamente términos científicos latinizados y palabras en idioma extranjero deben estar en cursiva.
6. Los artículos deberán seguir las recomendaciones de la *APA 6th Edition - Citation Guide* para el uso y presentación de citas y referencias.
7. Las tablas deben formularse en Word, con numeración consecutiva y leyendas claras.
8. Todas las figuras (ilustraciones, gráficos, imágenes, diagramas, etc.) deben presentarse en páginas separadas y enumeradas, con las respectivas leyendas, y enviarse a través de la plataforma en archivos aparte. Deben tener una resolución mínima de 300 dpi y tamaño mínimo de 1.500 píxeles, en formato JPEG o TIFF. De ser posible, deben obedecer las proporciones de formato de página del Boletim, con límites de 16,5 cm de ancho y 20 cm de alto (para uso en dos columnas) u 8 cm de ancho y 20 cm de alto (para uso en una columna). Si hay información de texto en las figuras, esta debe estar en fuente Arial, tamaño entre 7 y 10 pts.
9. Figuras elaboradas en programas vectoriales pueden enviarse, preferentemente, en formato abierto, con extensión .cdr (X5 o inferior), .eps o .ai (CS5 o inferior).
10. El texto del archivo debe hacer referencia, obligatoriamente, a todas las tablas, gráficos e ilustraciones.
11. Secciones y subsecciones en el texto no pueden estar numeradas.
12. Solo la numeración de páginas y notas al pie debe ser automática. No se aceptarán textos que contengan numeración automática de secciones, párrafos, figuras, ejemplos u otros procesos automatizados, como referenciación y compilación de lista de referencias.
13. Observar cuidadosamente las reglas de nomenclatura científica, así como las abreviaturas y convenciones adoptadas en disciplinas especializadas.

14. Las notas al pie deben tener numeración arábica y utilizarse solo cuando sean imprescindibles, nunca como referencias.
15. Citas y referencias a autores a lo largo del texto deben subordinarse a la siguiente forma: apellido del autor (solo con mayúscula inicial), año, página(s). Ejemplos: (Goeldi, 1897, p. 10); Goeldi (1897, p. 10).
16. Todas las obras citadas a lo largo del texto deben estar correctamente referenciadas al final del artículo, y todas las referencias al final del artículo deben estar citadas en el texto.

## Estructura básica de los trabajos

1. **Título:** en el idioma del texto y en inglés (cuando este no sea el idioma del texto). Debe estar escrito en minúscula (solo con mayúscula inicial y cuando corresponda), negrita, centrado en la página.
2. **Resumen y Abstract:** texto en un solo párrafo, redactado en voz activa y tercera persona del singular, destacando los objetivos, método, resultados y conclusiones del trabajo, de 100 palabras como mínimo y 200 como máximo, en el idioma del texto (Resumen) y en inglés (*Abstract*). La versión en inglés deberá ser realizada o corregida por un angloparlante nativo (preferentemente un colega del área) y es responsabilidad del(os) autor(es).
3. **Palabras clave y keywords:** tres a seis palabras que identifiquen los temas del trabajo, para fines de indexación en bases de datos.
4. **Texto:** debe estar compuesto por secciones NO numeradas y, siempre que sea posible, con introducción, marco teórico, desarrollo, conclusión y referencias. Evitar oraciones y párrafos muy largos. Optar por la voz pasiva y evitar el uso de la primera persona del singular y del plural a lo largo del texto. Las siglas deben escribirse con su nombre completo en la primera aparición. Ejemplo: "A Universidade Federal do Pará (UFPA) prepara novo vestibular". Citas de hasta 40 palabras deben estar dentro del párrafo y entre comillas inglesas (""). Citas con más de 40 palabras estar separadas del texto, con sangría de 1,3 cm, fuente menor y de acuerdo con el siguiente ejemplo:

Com efeito, a habitação em cidades é essencialmente antinatural, associa-se a manifestações do espírito e da vontade, na medida em que se opõem à natureza. Para muitas nações conquistadoras, a construção de cidades foi o mais decisivo instrumento de dominação que conheceram. Max Weber mostra admiravelmente como a fundação de cidades representou para o Oriente Próximo e particularmente para o mundo helenístico e para a Roma imperial, o meio específico de criação de órgãos locais de poder, acrescentando que o mesmo fenômeno se encontra na China, onde ainda durante o século passado, a subjugação das tribos Miaotse pode ser identificada à urbanização das suas terras (Buarque de Holanda, 1978, p. 61).

5. **Agradecimientos:** deben ser breves, pueden incluir créditos de financiación, vínculo con programas de posgrado o proyectos de investigación, agradecimientos personales e institucionales. Se deben escribir los nombres completos de personas e instituciones y explicar el motivo del agradecimiento. Nótese que la primera versión enviada es para revisión anónima y no debe tener agradecimientos.
6. **Referencias:** deben ir al final del trabajo, en orden alfabético de acuerdo con el apellido del primer autor. En el caso de más de una referencia de un mismo autor, usar orden cronológico, del trabajo más antiguo al más reciente. Todas las referencias deben seguir las recomendaciones de la *APA 6th Edition - Citation Guide*. Debe evitarse el uso inapropiado de letras mayúsculas en los títulos de artículos o libros. Deben comenzar con mayúscula solo los nombres propios, los sustantivos alemanes y las palabras de contenido de títulos de revistas y de series.

Obs.: la utilización correcta de las normas de elaboración de referencias y el uso adecuado de las reglas de ortografía de la lengua española en los artículos y demás documentos enviados a la revista son responsabilidad de los autores. La siguiente lista muestra varios ejemplos de referencias en diferentes categorías:



## Libro

Veríssimo, J. (1906). *A educação nacional* (2 ed.). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.

Cita en el texto: Veríssimo (1906) o (Veríssimo, 1906)

Vidal, W. N., & Vidal, M. R. R. (1986). *Botânica - organografia: quadros sinóticos ilustrados de fanerógamos* (3 ed.). Viçosa: UFV.

Cita en el texto: Vidal y Vidal (1986) o (Vidal & Vidal, 1986)

Wieczorek, A., Rosendahl, W., & Schlothauer, A. (Orgs.). (2012). *Der Kult um Kopf und Schädel*. Heidelberg: Verlag Regionalkultur.

Cita en el texto: Wieczorek et al. (2012) o (Wieczorek et al., 2012)

## Capítulo de libro

Zaccara, M. (2017). Mulheres artistas em Pernambuco: uma introdução. In M. Zaccara (Org.), *De sinhá prendada a artista visual: os caminhos da mulher artista em Pernambuco* (pp. 16-48). Recife: Madalena Zaccara.

Cita en el texto: Zaccara (2017) o (Zaccara, 2017)

Carneiro da Cunha, M. (1992). Política indigenista no século XIX. In M. Carneiro da Cunha (Org.), *História dos índios no Brasil* (pp. 133-154). São Paulo: Companhia das Letras.

Cita en el texto: Carneiro da Cunha (1992) o (Carneiro da Cunha, 1992)

## Serie/Colección

Goeldi, E. (1900). *Escavações arqueológicas em 1895: executadas pelo Museu Paraense no litoral da Guiana Brasileira entre Oiapoque e Amazonas* (Memórias do Museu Goeldi, n. 1). Belém: Museu Paraense de História Natural e Ethonografia.

Cita en el texto: Goeldi (1900) o (Goeldi, 1900)

## Artículo de revista especializada

Gurgel, C. (1997). Reforma do Estado e segurança pública. *Política e Administração*, 3(2), 15-21.

Cita en el texto: Gurgel (1997) o (Gurgel, 1997)

Jantz, R. L., & Owsley, D. W. (2001). Variation among early North America crania. *American Journal of Physical Anthropology*, 114(2), 146-155. doi: [https://doi.org/10.1002/1096-8644\(200102\)114:2<146::AID-AJPA1014>3.0.CO;2-E](https://doi.org/10.1002/1096-8644(200102)114:2<146::AID-AJPA1014>3.0.CO;2-E)

Cita en el texto: Jantz y Owsley (2001) o (Jantz & Owsley, 2001)

Posth, C. et al. (2018). Reconstructing the deep population history of Central and South America. *Cell*, 175(5), 1-13. doi: <https://doi.org/10.1016/j.cell.2018.10.027>

Cita en el texto: Posth et al. (2018) o (Posth et al., 2018)

Velthem, L. H. V. (2012). O objeto etnográfico é irreduzível? Pistas sobre novos sentidos e análises. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 7(1), 51-66. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-81222012000100005>

Cita en el texto: Velthem (2012) o (Velthem, 2012)

Tersis, N., & Carter-Thomas, S. (2005). Investigating syntax and pragmatics: word order and transitivity in Tunumiisut. *International Journal of American Linguistics*, 71(4), 473-500.

Cita en el texto: Tersis y Carter-Thomas (2005) o (Tersis & Carter-Thomas, 2005)

#### Artículo de periódico

Naves, P. (1999, junio 28). Lagos andinos dão banho de beleza. *Folha de S. Paulo*, Turismo, Caderno 8, p. 13.

Cita en el texto: Naves (1999) o (Naves, 1999)

#### Artículo de periódico en medio electrónico

Justiça suspende obra de captação de água para a Grande São Paulo. (2017, mayo 5). *Folha de São Paulo*. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1881436-justica-suspende-duas-obras-de-captacao-de-agua-para-grande-sp.shtml>

Cita en el texto: "Justiça suspende" (2017) or ("Justiça suspende" 2017)

Silva, I. G. (1998, septiembre 19). Pena de morte para o nascituro. *O Estado de S. Paulo*. Recuperado de <http://www.portaldafamilia.org/artigos/artigo225.shtml>

Cita en texto: Silva (1998) o (Silva, 1998)

#### Trabajo presentado en evento

Brayner, A. R. A., & Medeiros, C. (1994, diciembre). Incorporação do tempo em SGBD orientado a objetos. In *Anais do Simpósio Brasileiro de Banco de Dados*, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Cita en el texto: Brayner y Medeiros (1994) o (Brayner & Medeiros, 1994)

#### Trabajo presentado en evento en medio electrónico

Silva, R. N., & Oliveira, O. (enero, 1996). Os limites pedagógicos do paradigma da qualidade total na educação. In *Anais Eletrônicos do Congresso de Iniciação Científica da UFPe*, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Recuperado de <https://www.ufpe.br/propesq/anais/educ/ce04.htm>

Cita en el texto: Silva y Oliveira (1996) o (Silva & Oliveira, 1996)

#### Mensajes de internet: lista de discusión electrónica u otras comunidades en línea

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. (2018, julio 16). Boletim de Ciências Humanas do Museu Paraense Emílio Goeldi discute patrimônio indígena [Facebook]. Recuperado de <https://www.facebook.com/boletimgoeldiCH/>

Cita en el texto: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas (2018) o (Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 2018)

Blog SciElo em Perspectiva Humanas. (2018, junio 13). Cultura ancestral para entender a Amazônia de ontem e de hoje [Blog]. Recuperado de <http://humanas.blog.scielo.org/blog/2018/06/13/cultura-ancestral-para-entender-a-amazonia-de-ontem-e-de-hoje/>

Cita en el texto: Blog SciElo em Perspectiva Humanas (2018) o (Blog SciElo em Perspectiva Humanas, 2018)

### Documento jurídico

*Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* (18 ed.). (1998). São Paulo: Saraiva.

Cita en el texto: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (1998) o (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, 1998)

*Decreto n. 3.298*. (1999, diciembre 20). Regulamenta a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

Cita en el texto: Decreto n. 3.298 (1999)

### Documento jurídico en medio electrónico

*Resolução n. 17, de julho de 1991*. Coleção de Leis da República Federativa do Brasil. Recuperado de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/ressen/1991/resolucao-17-14-junho-1991-480998-publicacaooriginal-1-pl.html>

Cita en el texto: Resolução n. 17, de julho de 1991

*Medida Provisória n. 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997*. Estabelece multa em operações de importação, e dá outras providências. Recuperado de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1997/medidaprovisoria-1569-9-11-dezembro1997-377059-publicacaooriginal-1-pe.html>

Cita en el texto: Medida Provisória n. 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997

### Trabajos académicos (tesis de maestría y doctorado y monografías)

Benchimol, A. (2015). *Resgate e ressignificação da pesquisa no Museu Paraense Emílio Goeldi: presença e permanência de cientistas estrangeiros (1894-1914) na produção científica de autores atuais (1991-2010)* (Tesis de doctorado). Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Cita en el texto: Benchimol (2015) o (Benchimol, 2015)

Moore, D. (1984). *Syntax of the language of the Gavião Indians of Rondônia, Brazil* (Tesis de doctorado). University of New York, Nova York.

Cita en el texto: Moore (1984) o (Moore, 1984)

### Documento de archivo

Campos, E. (1964, enero 11). *Carta à Bienal de São Paulo*. Arquivo Histórico Wanda Svevo. Fundação Bienal de São Paulo, São Paulo.

Cita en el texto: Campos (1964) o (Campos, 1964)

Salles, V. (1974, marzo 28). *Carta a Lúcio Flávio Pinto*. Material histórico-cultural - Vicente Salles. Correspondência expedida - Comunicação. Coleção Vicente Salles. Biblioteca do Museu da Universidade Federal do Pará, Belém.

Cita en el texto: Salles (1974) o (Salles, 1974)

### Medios audiovisuales

Herzog, W. (Productor & Director). (1970). *Os anões também começaram pequenos*. Alemania: Werner Herzog Filmproduktion.

Cita en el texto: Herzog (1970) o (Herzog, 1970)

## Evaluación inicial

Se realizará una evaluación inicial del material enviado por la administración editorial, siguiendo una **checklist** de criterios básicos. Si el envío está incompleto o las imágenes no están de acuerdo con las especificaciones informadas, el artículo será devuelto a través de la plataforma como "ENVÍO ANULADO Y MANUSCRITOS EN BORRADOR". Esto significa que vuelve a la fase de no enviado. En este caso, el autor de correspondencia recibirá un comunicado con información sobre los problemas del artículo enviado. Luego de resolver los problemas señalados, el autor puede reenviar el trabajo, mediante la opción "CONTINUAR".

## Revisión de artículos

Después de recibir los informes anónimos, el Editor decide sobre la aceptación del artículo para publicación. Si lo acepta, se invita al autor a revisar el artículo con base en los informes y en las observaciones del Editor. El autor debe explicar cómo realizó la revisión, justificar en caso de no aceptar alguna sugerencia de los informes y utilizar obligatoriamente la herramienta "Control de cambios" de Word para realizar las modificaciones en el texto. El artículo revisado debe ser enviado a través de la plataforma, por medio del enlace de revisión disponible en "PANEL DE AUTOR", haciendo clic en "CREAR UNA REVISIÓN".

## Pruebas

Después de dar formato a los trabajos, estos son enviados a través del sistema de correo electrónico de *ScholarOne*, en PDF, para la revisión final de los autores, que deben devolverlos a la mayor brevedad posible. Los pedidos de modificaciones o ajustes en el texto deben realizarse con comentarios en el PDF. En esta etapa, no se aceptarán modificaciones de contenido del trabajo o que impliquen una alteración del número de páginas. Si el autor no responde en el plazo indicado, la versión formateada se considerará aprobada. Los artículos son publicados completos en formato PDF en el sitio web, en Issuu, en el DOAJ y en SciELO.

## Dirección para correspondencia:

Museu Paraense Emílio Goeldi

Editor do Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas

Av. Perimetral, 1901 - Terra Firme

CEP 66077-830

Belém - PA - Brasil Teléfono: 55-91-3075-6186

E-mail: boletim.humanas@museu-goeldi.br

## Recuerde:

- 1- Antes de enviar su trabajo, verifique que cumpla con todas las normas aquí establecidas. De eso depende el inicio del proceso editorial.
- 2- Después de la aprobación, los trabajos se publican por orden de llegada. El Editor Científico también puede determinar el momento más oportuno.
- 3- La revista no acepta resúmenes extendidos, textos en forma de informes, ni trabajos previamente publicados en anales, CD u otros soportes.



# Conteúdo

|                                                                                                                                                                                                                    |      |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|
| <b>Partículas em Sikuani</b><br>Francesc Queixalós .....                                                                                                                                                           | 721  |
| <b>Partículas em Mundurukú (Tupí)</b><br>Dionei Moreira Gomes .....                                                                                                                                                | 739  |
| <b>O lugar das partículas entre palavras, morfemas e sintagmas em Kubeo</b><br>Thiago Costa Chacon .....                                                                                                           | 767  |
| <b>A partícula ‘tá(~matá)’ na estrutura oracional da língua guajá</b><br>Heloisa Lima Salles .....                                                                                                                 | 791  |
| <b>The particle ‘ke’ as a differential object and subject marker in Ka’apor</b><br>Fábio Bonfim Duarte .....                                                                                                       | 805  |
| <b>Partículas de Final de Sentença (PFS): uma análise cartográfica por fases sobre o sistema da língua Tenetehára</b><br>Quesler Fagundes Camargos   Ricardo Campos Castro   Aquiles Tescari Neto .....            | 827  |
| <b>Partícula interrogativa e <i>pitch-accent</i> frasal nas perguntas polares em fa d’Ambô</b><br>Ana Livia Agostinho   Gabriel Antunes de Araujo   Eduardo Ferreira dos Santos .....                              | 857  |
| <b>Partículas em Rikbaktsa</b><br>Léia de Jesus Silva .....                                                                                                                                                        | 873  |
| <b>A gramaticalização de verbos em partículas na língua Guajá e sua relação com a omni-predicatividade</b><br>Marina Maria Silva Magalhães .....                                                                   | 897  |
| <b>O debate inesgotável: causas sociais e biológicas do colapso demográfico de populações ameríndias no século XVI</b><br>Ricardo Waizbort .....                                                                   | 921  |
| <b>Sorte, dinheiro, amor...: o que os ‘animais’ da Amazônia podem fazer por nós, ‘humanos’?</b><br>Felipe de Oliveira Jacinto   Flávio Bezerra Barros .....                                                        | 943  |
| <b>O pito (de) holandês: cachimbos arqueológicos de caulim do Recife e de Salvador</b><br>Sarah Barros Viana Hissa .....                                                                                           | 963  |
| <b>Musealização da natureza e <i>branding parks</i>: espetacularização, mitificação ou sustentabilidade?</b><br>Charles Narloch   Deusana Maria da Costa Machado   Teresa Scheiner .....                           | 981  |
| <b>‘Ideias em movimento’: José Augusto Garcez e a reinvenção do folclore no Museu Sergipano de Arte e Tradição (1948)</b><br>Clovis Carvalho Britto   Jean Costa Souza .....                                       | 1003 |
| <b>Belém e a Academia do Peixe Frito: fisiognomias em Bruno de Menezes e Dalcídio Jurandir</b><br>Carla Soares Pereira   Katia de Souza da Silva   Vanda do Socorro Furtado Amin   Paulo Jorge Martins Nunes ..... | 1025 |
| <b>Emília Snethlage (1868-1929) e as razões para comemorar seus 150 anos de nascimento</b><br>Diana Alberto   Nelson Sanjad .....                                                                                  | 1047 |

# Interrogative particle and phrasal pitch-accent in polar questions in Fa d'Ambô

## Partícula interrogativa e *pitch-accent* frasal nas perguntas polares em fa d'Ambô

Ana Livia Agostinho<sup>I</sup>  | Gabriel Antunes de Araujo<sup>II,III</sup>  | Eduardo Ferreira dos Santos<sup>IV</sup> 

<sup>I</sup>Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

<sup>II</sup>University of Macau. Macau SAR, China

<sup>III</sup>Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, Brasil

<sup>IV</sup>Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. São Francisco do Conde, Bahia, Brasil

**Abstract:** We present in this work the linguistic strategies for the utterance of polar questions in Fa d'Ambô (FA). We discuss (i) the use of the final interrogative particle **a**, and (ii) the association of phrasal pitch-accent to the last mora of the final prosodic word of the sentence with a possible change in word accent and raising of intonation. The interrogative sentence allows using the particle **a** for polar questions, but its use is not licensed in WH-questions. Previous studies have not addressed this question (Barrena, 1957; Post, 1995; Zamora, 2010) or have stated that polar interrogatives are constructed as declarative sentences (Post, 1995). Furthermore, we argue that FA stress words at the end of a polar question differ from what occurs in other positions and that the pitch-accent is attracted to the right edge of the sentence, which is a previously unattested top-down system (Gordon, 2014). In addition, we offer further evidence for the presence of this phenomenon in the Proto-Creole of the Gulf of Guinea (PGG), as a sign of the influence from Niger-Congo substrate languages, especially those from the Sudanic belt, in the Gulf, since this is an area-related feature of this group.

**Keywords:** Particles. Fa d'Ambô. Polar Questions. Creole Languages. Phonology. Syntax.

**Resumo:** Apresentamos os recursos linguísticos para a realização de perguntas polares em fa d'Ambô (FA), a partir de um *corpus* formado por dados obtidos na Guiné Equatorial. Discutimos o (i) uso da partícula interrogativa final **a**; e a (ii) associação de *pitch-accent* frasal à última mora da palavra prosódica final da sentença, com alteração do acento da palavra e elevação da entonação, padrão linguístico não documentado, embora previsto por Gordon (2014). A interrogativa faculto o uso da partícula **a** para perguntas polares, porém seu uso não é licenciado em perguntas-QU. Trabalhos anteriores não abordaram essa questão (Barrena, 1957; Post, 1995; Zamora, 2010) ou afirmaram que as interrogativas polares eram construídas como as declarativas (Post, 1995). Argumentamos que, em FA, palavras acentuadas ao final da sentença interrogativa polar diferem daquelas que ocorrem em outras posições e que o *pitch-accent* é atraído ao limite direito da sentença, padrão não documentado em uma língua de sistema *top-down* (Gordon, 2014). Destacando o fato de a partícula final **a** ocorrer em FA e em outros crioulos de base portuguesa do Golfo da Guiné, oferecemos evidências para sua presença no Proto-Crioulo do Golfo da Guiné, bem como da influência das línguas do substrato Níger-Congo, sobretudo aquelas do cinturão sudanês.

**Palavras-chave:** Partículas. Fa d'Ambô. Perguntas polares. Línguas crioulas. Fonologia. Sintaxe.

---

AGOSTINHO, Ana Livia; ARAUJO, Gabriel Antunes de; SANTOS, Eduardo Ferreira dos. Interrogative particle and phrasal pitch-accent in polar questions in Fa d'Ambô. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 3, set./dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000300009>.

Corresponding author: Ana Livia Agostinho. Universidade Federal de Santa Catarina. *Campus* Trindade. Florianópolis, SC, Brasil. CEP 88040-900 (a.agostinho@ufsc.br).

Received in 12/03/2019

Approved in 17/09/2019





## INTRODUCTION

Fa d'Ambô<sup>1</sup> (FA) (ISO code 639-3: FAB) is a language spoken on the island of Ano Bom (AB) in the Republic of Equatorial Guinea (EG). With about 5,000 speakers in AB, the language has an additional unknown number of speakers in the capital city, Malabo, and in the Equatorial-Guinean diaspora. Currently, FA is the mother tongue of all AB natives and its main vehicle of communication. Alongside Spanish, EG's official language, FA is in a situation of diglossia, since most of the population is bilingual or multilingual. However, there are some monolingual speakers, found only amongst elderly people over 80 years of age.

The province of Ano Bom is located on the coast of Gabon, 160 km southwest of São Tomé Island (Figure 1). Thus, AB is isolated from the political territory of EG, to which it belongs. From a geographical point of view, AB is part of the Cameroon Volcanic Line, which also includes the islands of Bioko, São Tomé, and Príncipe.

Ano Bom was a Portuguese colony from its discovery in 1543 until the year 1778, when the Spanish gained formal control of the island, thanks to the Treaty of El Pardo<sup>2</sup>. In 1968, Ano Bom was incorporated to the now independent state of Equatorial Guinea. As a tiny island of only 17.5 km<sup>2</sup>, far from the main navigation routes of the Age of Discoveries, AB had an irregular colonization, which began soon after its discovery (Caldeira, 2004, 2006, 2010; Araujo et al., 2013). Its modest territorial extension never supported a colonial agri-industrial model of sugarcane



Figure 1. The Gulf of Guinea. Source: National Geographic (1996).

<sup>1</sup> Ana Livia Agostinho and Alfredo Christofoletti Silveira collected FA data during in field work carried out in Annobón and Bioko in 2011 and in 2010 Ana Livia Agostinho collected Lung'le data on Príncipe Island. In both cases, the data were collected from native speakers through elicitation of previously prepared sentences. The data of other authors are properly referenced.

<sup>2</sup> Based on the terms of the Treaty of El Pardo, the Queen of Portugal, Maria I, ceded the islands of Ano Bom, Formosa, and the coast of the Gulf of Guinea to King Carlos III of Spain. In exchange for these territories, Portugal received strips of South American territories for Brazil (Genuino, 2018, p. 25).



production. At the same time, the occupation of the island basically comprised enslaved people who generally spent a period in São Tomé, thus bringing with them the language spoken in that colony, as well as a version of the Portuguese Catholic culture (Araujo et al., 2013). Therefore, both the language and the Ano Bom cultural aspects reflect its historical connection with São Tomé and the Portuguese world. Thus, the genesis and development of FA and the occupation of the island are closely related to the Portuguese colonization process in the region, fueled by the abduction and displacement of inhabitants of the African continent for the purpose of labor exploitation in the islands of the Gulf of Guinea and beyond.

Besides FA, there are three autochthonous and genetically related indigenous Portuguese-based Creole languages in the Gulf of Guinea: Santome (or *forro*, ISO CODE 639-3 CRI), Angolar (ISO CODE 639-3 AOA), and Lung'le (ISO CODE 639-3 PRI), all three spoken in the Democratic Republic of São Tomé and Príncipe (Schuchardt, 1888; Günther, 1973; Ferraz, 1979; Maurer, 1995, 2009; Hagemeijer, 2009; Agostinho, 2016; Bandeira, 2017). Thus, we began from the assumption that FA and the other Portuguese-based creole languages in the region originated from the Proto-Creole of the Gulf of Guinea (PGG) spoken on the island of São Tomé at the beginning of the sixteenth century<sup>3</sup>. The four languages, though related, are currently unintelligible among each other. Besides FA, Lung'le and Santome have final interrogative particles, as shown in Table 1, while there is no similar interrogative particle data for Angolar (Maurer, 1995). According to Martins (2016), the syntax of interrogative phrases is the subject of a vast linguistic literature. However, there is still a lack of studies on how different languages realize their answers in contexts of polar interrogatives, and on the way these questions are answered.

Table 1. Interrogative particle **a/an** in the languages of the Gulf of Guinea.

| Fa d'Ambô | Lung'le | Santome | Angolar |
|-----------|---------|---------|---------|
| [a]       | [a]     | [an]    | -       |

This study is organized as follows. In section “Polar questions”, we present a brief definition of polar questions and their general characteristics. In section “Polar questions in Fa d'Ambô”, we discuss the works that described interrogative sentences in FA and present an undocumented strategy that uses a final polar interrogative particle associated to changes in phrasal pitch-accent. In section “Interrogative particles in the Gulf of Guinea and African substrate”, we illustrate the connection between this final polar interrogative particle and its presence in the Proto-Creole of the Gulf of Guinea, as well as in some substrate languages from the Niger-Congo branch, thus supporting the origin of the final interrogative particle in FA and in the PGG as a Niger-Congo areal feature from the Sudanic belt. In the last section, we present our final considerations.

## POLAR QUESTIONS

According to Brito et al. (2003, p. 460, our translation), interrogative sentences “[...] are the expression of a direct illocutionary act through which the speaker verbally asks his or her addressee to provide information that he does not have”<sup>4</sup>. There are two types of interrogative sentences according to the type of questions: WH-interrogatives and polar interrogatives.

<sup>3</sup> See Ferraz (1974, 1979), Garfield (1992), Post (1992, 1997), Maurer (1997, 2009), Hagemeijer (2003, 2009), Caldeira (2004), Seibert (2007), Araujo (2011), Bandeira (2017), Bandeira et al. (2019), among others.

<sup>4</sup> In the original: “[...] constituem a expressão de um acto ilocutório directivo, através do qual o locutor pede ao seu alocutário que lhe forneça verbalmente uma informação de que não dispõe” (Bruto et al., 2003, p. 460).

a) The WH-interrogatives have a WH-pronoun (which, who, what, what, where, when, how), introducing the WH-matrix interrogative (Braga et al., 2009), as in the following examples:

- (1a) Who ate the cake?
- (1b) Where will the syntax test take place?
- (1c) How much does this phonology manual cost?

The answers that are expected in (1) are induced by the type of WH-pronoun that constitute these interrogatives. Thus, in (1a), an expected response is the identification of a person; in (1b), there is the expectation of naming some place; and in (1c), the specification of a numeric value is expected. The presupposition that semantically characterizes a WH-interrogative, or the sentences of (1), can be expressed from the adapted formula of Braga et al. (2009, p. 265):

- (2a) there is an X that is a person in (1a), a place in (1b), and a numeric value in (1c).
- (2b) for which X it is true that X is a person who ate the cake in (1a), that X is a place to take a syntax test in (1b), that X is the numeric value of a phonology manual in (1c).

b) Polar questions, also known as yes-no questions or direct questions, are used by speakers when the objective is to value a statement from its truth value, that is, if the true-false valuation is questioned in the relation between the subject and the predicate, as in (3):

- (3) Did you review the article for publication?
- (3a) Yes.
- (3b) No.

When we ask our interlocutor the question in (3), the expected answers may be what we see in (3a), 'yes', which characterize the content as true, or (3b), 'no', which would characterize the content as false.

In phonological terms, a polar interrogative sentence may, in some languages, be differentiated from its declarative equivalent by its specific intonation curve considering that, in most cases, the order of constituents in these two types of sentences is the same. In Brazilian Portuguese, for example, a declarative sentence, such as '*Amanhã vai faltar água*'<sup>5</sup>, is differentiated from its corresponding interrogative by its intonation curve (Figure 2).

When we analyze Figure 2, the intonation curve for the affirmative sentence is a decreasing line, with the highest peak in the stressed syllable of the first term of the utterance. As for the interrogative sentence, the intonation curve reaches its peak precisely at the stressed syllable of the last word of the utterance, characterizing the specific intonation of Brazilian Portuguese interrogatives. The WH-interrogatives, in Brazilian Portuguese, also present a specific intonation curve, as for polar interrogatives, but are differentiated by the presence of WH-pronouns, as previously pointed out.

<sup>5</sup> 'Tomorrow there will be a water shortage.'



Figure 2. Intonation curve, respectively, for affirmative and interrogative sentences '*Amanhã vai faltar água*'.

In the next section, we show that FA has a non-previously described possibility of using a particle *a* for polar questions associated with a change of some prosodic features, besides the presence of WH-pronouns and the intonation resource.

### POLAR QUESTIONS IN FA D'AMBÔ

The task of including particles in the traditional spectrum of grammatical categories cannot be considered trivial (Zwicky, 1985; Radford, 1997). In view of this, we assume particles as invariant items that have specific grammatical functions, an idiosyncratic distribution, and semantically associated functional items rather than content items, corroborating Zwicky (1985, p. 291). Thus, the interrogative particle of FA has a fixed order, at the end of a polar interrogative sentence, and a phonological independence, one of the factors that distinguishes particles from clitics. This fixed order of particles, for example, differentiates them from other grammatical classes that have sentence mobility, such as adverbs. Moreover, their use is restricted to a specific type of sentence, the polar interrogative, contributing to the theoretical discussion about the status of particles in the languages of the world.

The use of a final interrogative particle as a strategy for building interrogative sentences was not a subject investigated in the history of FA (Barrena, 1957; Post, 1995; Zamora, 2010). The descriptive grammar of Barrena, written at the end of the nineteenth century and published in 1957 (Barrena, 1957), does not mention strategies for formulating interrogatives, except using WH-interrogative pronouns. In the few examples of interrogative sentences, however, there is no mention of the use of particles. Post (1995), in turn, stated that polar questions are built without changing the order of sentence elements, that is, in the same way as declarative sentences. Additionally, the author notes that WH-pronouns always occur at the first position of the interrogative sentence. She also states that an interrogative is marked by an intonation at the end of the sentence. However, the author does not specify the nature of the intonation and does not differentiate the intonation of the sentence with and without WH-pronouns. Zamora (2010) showed that intonation is essential in FA's interrogative sentences and provided examples with decreasing and increasing patterns. We observe the examples adapted from Zamora (2010) in (4), where the spelling and phonetic transcription were kept as in the original. Originally, the example (4a) does not have an intonation curve, and the examples (4b) and (4c) were not phonetically transcribed. Zamora (2010) offers no examples of polar interrogatives with an intonation curve, although it was mentioned. For this reason, we added it in (4b) and (4c).

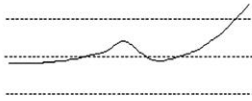
(4a) Quê juá bô falà?

['kəxwa 'bɔfala ↓]

'What did you say?'<sup>6</sup> (Zamora, 2010, p. 106, our translation)

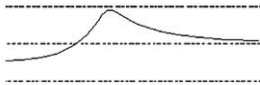
<sup>6</sup> In the original: "¿Qué has dicho?" (Zamora, 2010, p. 106).

(4b) A fà Zuã bì onte?



'Did they say that John came yesterday?'<sup>7</sup> (Zamora, 2010, p. 107, our translation)

(4c) A fà Zuã bì onte.



'They said that John came yesterday.'<sup>8</sup> (Zamora, 2010, p. 107, our translation)

The examples in (4) show interrogative sentences with a decreasing intonation (4a) when there is a WH-particle. The example (4b) would have an increasing intonation because the interrogative is polar. In (4c), the decreasing intonation is default for declarative sentences. At the same time, Zamora (2010, p. 536, our translation) observed that the increasing intonation occurs "[...] due to the absence of lexical markers typical to interrogative clauses"<sup>9</sup> in absolute interrogatives. However, FA has other strategies for the building of polar questions, which will be discussed in this work: (a) the use of the interrogative particle **a**, associated with a decreasing intonation, and (b) an increasing intonation with accentuation in the last mora, causing a change in the stress pattern of the last prosodic word of the utterance<sup>10</sup> through the implementation of a phrasal pitch-accent in the right edge of the sentence.

## THE PARTICLE *a*

The interrogative particle **a** in polar interrogative sentences can be seen in (5a). Its use is necessarily associated with a low (L) tone and descending intonation, marked in the sentence by the symbol ↓. The ascending intonation, marked by the symbol ↑, in turn, is compulsory when the particle is not used, as in (5b):

(5a) L  
|  
[bo 'be a ↓]?  
2SG to see Q  
'Did you see?'

(5b) [bo 'be ↑]?  
2SG to see  
'Did you see?'

<sup>7</sup> In the original: "¿Dicen que Juan vino ayer?" (Zamora, 2010, p. 107).

<sup>8</sup> In the original: "Dicen que Juan vino ayer." (Zamora, 2010, p. 107).

<sup>9</sup> In the original: "[...] por la ausencia de marcadores léxicos propios de las oraciones interrogativas" (Zamora, 2010, p. 536).

<sup>10</sup> Partially described by Zamora (2010, p. 527).

In (6a), we observe that the declarative sentence ends with a prosodic word with penultimate stress followed by an unstressed last syllable with a voiceless vowel. In this case, although the penultimate syllable is stressed, the prosodic word [pi'ɟɔxɔ] is realized as final stressed, due to the nature of the last voiceless vowel. On the other hand, in an interrogative sentence, such as (6b), we observe the strategy of stress change being applied, which generates the voicing of the final vowel [ɔ], previously devoiced. The stress change strategy will be discussed in section “The final stress”. However, when the last prosodic word of the interrogative sentence ends with an unstressed vowel, an optional external vowel sandhi process may occur, in which there is the erasure of the unvoiced unstressed vowel and the addition of the particle **a** to the final prosodic word. In (6c), the interrogative particle occurs in a sentence without this sandhi process. Nonetheless, in (6d), it occurs along with the vowel sandhi process, that is, [pi'ɟɔxɔ] + [a] → [piɟɔ'xɔ a] → [piɟɔ'xa].

(6a) [bo be pi'ɟɔxɔ ↓]  
 2SG to see pixor<sup>11</sup>  
 'You saw the pixor'.

(6b) [bo be piɟɔ'xɔ ↑]?  
 2SG to see pixor  
 'Did you see the pixor?'

(6c) [bo be piɟɔ'xɔ a ↓]?  
 2SG to see pixor:Q  
 'Did you see the pixor?'

(6d) [bo be piɟɔ'xa ↓]?  
 2SG to see pixor:Q  
 'Did you see the pixor?'

The external vowel sandhi process is not applied when the last prosodic word of the utterance ends in a stressed syllable, that is, the process of sandhi can only occur with final devoiced unstressed vowels followed by a vowel-initiated word. This external vocalic sandhi is also blocked in Portuguese (Tenani, 2007) and in Lung'le (Agostinho, 2015), in certain prosodic contexts mainly related to stress.

(7a) [bo 'be a ↓]?  
 2SG to see Q  
 'Did you see?'

(7b) \*[bo 'ba ↑]?

In sentences with WH-particles, such as in (8a), the presence of the interrogative particle **a** is ungrammatical, as shown in (8b, 8c).

<sup>11</sup> A traditional bread type.

(8a) ['kenge sa 'bo ↑]?

who COP 2SG

'Who are you?'

(8b) \*['kenge sa 'bo a ↑]?

(8c) \*['kenge sa 'ba ↑]?

The syntax of polar questions can shed light on the issue of prosodic words. When applying the strategy of stress change to the edge of the prosodic word, the polar interrogative receives an increasing intonation concomitant to the stress change. If the word ends in a devoiced vowel, the stress change implies its voicing. Thus, we observe that this strategy highlights the final vowel in the underlying phonological form, as, for example, in /pi'fɔx/, whose output can be [pi'fɔx] or [pi'fɔx̥]. If it ends in a glide, it receives the feature [+syllabic], being performed as a full vowel. Therefore, this evidence supports the phonetic status of glides, that is, the underlying forms of [ho'saj] and ['baj] are /ho'sai/ and /'bai/, respectively. Therefore, glides, as proposed by Araujo and Agostinho (2014), behave as consonants in the phonetic form only.

WH-interrogatives and polar interrogatives with the particle **a** have a decreasing intonation, whereas polar interrogatives without **a** have an increasing intonation. Thus, when there is some morphosyntactic indication that the sentence may be interrogative, as in this case with the use of WH or the particle **a**, the decreasing intonation is just the same as in declarative sentences. When there is no morphosyntactic evidence that the sentence is interrogative, increasing intonation and stress change are used to differentiate it from declarative sentences. This corroborates data from other languages, such as English, for example. According to Gordon (2014, p. 86-87), "Most languages realize their unmarked declarative utterances with a terminal pitch fall" and "Yes/no questions in English characteristically are realized with a final rise in pitch, thereby distinguishing them intonationally from declaratives and *wh*-questions". In this sense, the use of the particle **a**, associated with a descending intonation is an interesting characteristic for linguistic typology and African languages in general, as it reveals aspects of the phonology-syntax interaction, as well as the transmission of areal-related features in the genesis of Creole languages.

## FINAL STRESS

The second strategy for constructing polar questions in FA is the stress<sup>12</sup> of the last phonetic mora of the final prosodic word of the utterance associated with an increasing intonation. It is here analyzed as a consequence of a phrasal pitch-accent<sup>13</sup> linked to the last mora of the sentence. This final pitch-accent contributes to the increasing intonation found in these sentences. In this way, the accentuation pattern in the final mora is revealed when pre-final stress of a lexical item in declarative sentences is performed as final by the association of the phrasal pitch-accent (**H\***) on the right, as can be seen in examples (9) and (10). In (9a), a neutral declarative sentence, the stress falls on the syllable [ʃɔ] of the last prosodic word of the utterance. In (9a), the final vowel is voiceless because it is a non-stressed final. However, in

<sup>12</sup> We understand stress as an abstract category of prominence at the lexical level (Hulst, 2011) which has the potential to receive a pitch-accent (Bolinger, 1958 apud Gussenhoven, 2004). In this work, we will not address the lexical tone of FA, a controversial category still little described for this language. Post (2013) stated that, although some words differ in tone (high and low - H and L), FA seems to be no longer a tonal language. Zamora (2010) considered FA as a language with an accentual pattern (stress-accent), although the author considers pitch as a distinctive acoustic correlate in this language.

<sup>13</sup> We understand pitch-accent here as it is addressed by intonational and autosegmental studies (Hulst, 2011).

the interrogative sentence with the same lexical elements, in (9b), the final phrasal stress falls on the syllable ['xɔ]. In (9b), therefore, due to stress change, the final vowel is no longer voiceless.

- (9a) [bo kum pi'ɟɔxɔ ↓]  
 2SG to eat pixor  
 'You ate pixor.'

- (9b) [bo kum piɟɔ'xɔ ↑]?  
 2SG to eat pixor  
 'Did you eat pixor?'

In (10a and 11a), in turn, the last prosodic word of the neutral declarative sentence ends with a glide. In the interrogative counterparts (10b and 11b), stress forces the final element to be realized as [i], undoing the diphthong in the phonetic form and transforming the glide into a vowel of an onsetless syllable.

- (10a) [bo be ho'saj ↓]  
 2SG to see that  
 'You saw that.'

- (10b) [bo be hosa'i ↑]?  
 2SG to see that  
 'Did you see that?'

- (11a) [mɛnɛ 'baj ↓]  
 Manuel to go  
 'Manuel went away.'

- (11b) [mɛnɛ ba'i ↑]?  
 Manuel to go  
 'Did Manuel go away?'<sup>14</sup> (Zamora, 2010, p. 537, our translation)

This strategy is particularly interesting because the final phrasal stress is not commonly realized in the last syllable, as proposed by Gordon (2014). According to the author, most languages in the world associate the phrasal pitch-accent to tonic syllables, which sets up a type of bottom-up pitch-accent system. According to this typology, FA would be a top-down pitch-accent language, since the lexical stress in words at the end of a sentence may be different from what

<sup>14</sup> In the original: "¿Se fue Manuel?" (Zamora, 2010, p. 537).

occurs in other positions (Gordon, 2014), as shown above. That is, the phrasal pitch-accent can be associated with an unstressed syllable. All languages with this standard analyzed by Gordon (2014) repel the final pitch-accent on the right edge of the sentence. It usually occurs in the pre-final or the antepenultimate syllable. In this sense, FA differs from the standard since the phrasal stress occurs in the last mora on the right. Gordon (2014, p. 96) suggests that,

Interestingly, another logically possible system that appears to be far less widely attested, if at all, is the inverse of these patterns, in which the pitch accent is attracted to rather than repulsed by the right edge. In this type of system, word-level stress would fall on a pre-final syllable, but the phrasal pitch accent would dock on a final syllable.

Thus, FA contributes to the validation of the existence of this type of system, which, according to Gordon (2014), is logically possible, but has not been tested yet.

## INTERROGATIVE PARTICLES IN THE GULF OF GUINEA AND AFRICAN SUBSTRATE

After the formation of the Proto-Creole of the Gulf of Guinea, its speakers separated geographically, which resulted in the four languages (Ferraz, 1979; Bandeira, 2017): Santome, Angolar and Lung'le (spoken in São Tomé and Príncipe), and FA. Lung'le, as FA, has similar strategies for the formation of interrogatives, including a final interrogative particle **a** (Maurer, 2009; Agostinho, 2015), as shown in (12). In (12a), there is a polar question with a decreasing intonation. However, unlike FA, the particle **a** can be realized concomitantly with WH-words, as in (12b) and (12c). Nonetheless, in relation to the sandhi process<sup>15</sup>, it occurs when the word before the particle **a** ends in an **[a]** vowel, resulting in a long vowel **[a:]**<sup>16</sup>, as we can see in (12c). The sandhi process can optionally occur when there are other vowels preceding **a**, as we can see in (12d), where the words **ve** 'to see' and **wε** 'to go' end in a mid vowel.

(12a) [tʃi me'se a ↓]?

2SG to want Q

'What do you want?'<sup>17</sup>

(12b) ['kwa tʃi me'se a ↓]?

what 2SG to want Q

'What do you want?'<sup>18</sup>

(12c) [ku'min ʃi'kola sa 'ta: ↓]?

where school COP to be.Q

'Where is the school?'<sup>19</sup>

(12d) [kumin tʃi wa ↓]? (wε + a → wa)

where 2SG to go.Q

'Where did you go?' (verbal information)<sup>20</sup>

<sup>15</sup> For details, see Agostinho et al. (2012).

<sup>16</sup> In Lung'le, vowel length is phonological (Günther, 1973; Maurer, 2009; Agostinho, 2015, 2016).

<sup>17</sup> Data were collected by Ana Livia Agostinho during field work carried out on Príncipe island in 2010.

<sup>18</sup> Data were collected by Ana Livia Agostinho during field work carried out on Príncipe island in 2010.

<sup>19</sup> Data were collected by Ana Livia Agostinho during field work carried out on Príncipe island in 2010.



In addition, the fact that the particle **a** occurs in FA and Lung'le as **a**, and as **an** in Santome, as we see in (13), shows that this particle or a similar form was probably present in the PGG, since an independent development by chance would have been unlikely.

(13) **Bô tendê an?**

2sg to understand Q

'Did you understand?' (Araujo; Hagemeijer, 2013, p. 24)

FA, like its sister languages, has a Niger-Congo substrate, more specifically Edoid (which form part of the Benue-Congo West group), Bantu, and Kwa languages (Hagemeijer, 2011). However, Benue-Congo languages of the Bantu group, such as the Kikongo and Kimbundu, have no interrogative particles (Chatelain, 1888; Nzwanga, 2007). Thus, according to Nzwanga (2007), yes-no questions in Kikongo are realized with an increasing intonation, while WH-questions are described as performed 'with or without intonation', which seems to mean that there is a possibility of an increasing intonation for WH. Volta-Niger languages may present interrogative particles, as occurs in Bini, Edo, and Ewe (Dryer, 2013a, 2013b). Figure 3 presents general interrogative strategies in a considerable number of African languages. Interrogative particles are common in the Atlantic region of Central Africa, although they also occur outside this region.

Figure 4 presents languages that have final particles for yes-no questions. We observe a concentration of languages with final polar questions particles in the region near the Niger Delta, north of the Gulf of Guinea. Hagemeijer (2009) showed that the languages of the Niger Delta region were present in the formation of the Proto-Creole of the Gulf of Guinea, although, their influences can be noted more clearly in Lung'le. Thus, substrate language areal features influences seem to have played a role in the Proto-Creole and in FA, as can be evidenced by the existence of final polar particles in these languages. Hence, the linguistic analysis presented here supports the hypothesis of the influence of the languages of the Niger Delta region in the formation of Portuguese-based Creole languages because the final interrogative particle can be associated with an area-related feature.

At the same time, most languages use a rising intonation for yes-no questions, which is not the case in FA. Clements and Rialland (2007, p. 75) state that:

While many of the question markers found in Africa are commonly used elsewhere in the world, one type appears to be unique, or near-unique, to this continent: this consists of markers that do not involve high pitch or pitch raising. No less than thirty-four languages in our sample – almost half – are reported to have question markers of this type.

The authors found a falling intonation or a falling tone in languages from the Sudanic belt, including Kwa and Edoid languages. This feature was not found in any Bantu language, which might be related to the limitations of the analyzed database. An open-vowel question marker, usually [a], was found in Kwa (the Gbe languages Ewe, Fon, Gun etc.) and Edoid (Engenni) languages. We can observe the distribution of different 'lax'<sup>21</sup> markers of yes-no questions in the Sudanic belt in the following map (Figure 5).

<sup>20</sup> Fieldwork done by Ana Livia Agostinho in Sao Tomé and Príncipe, in 2019.

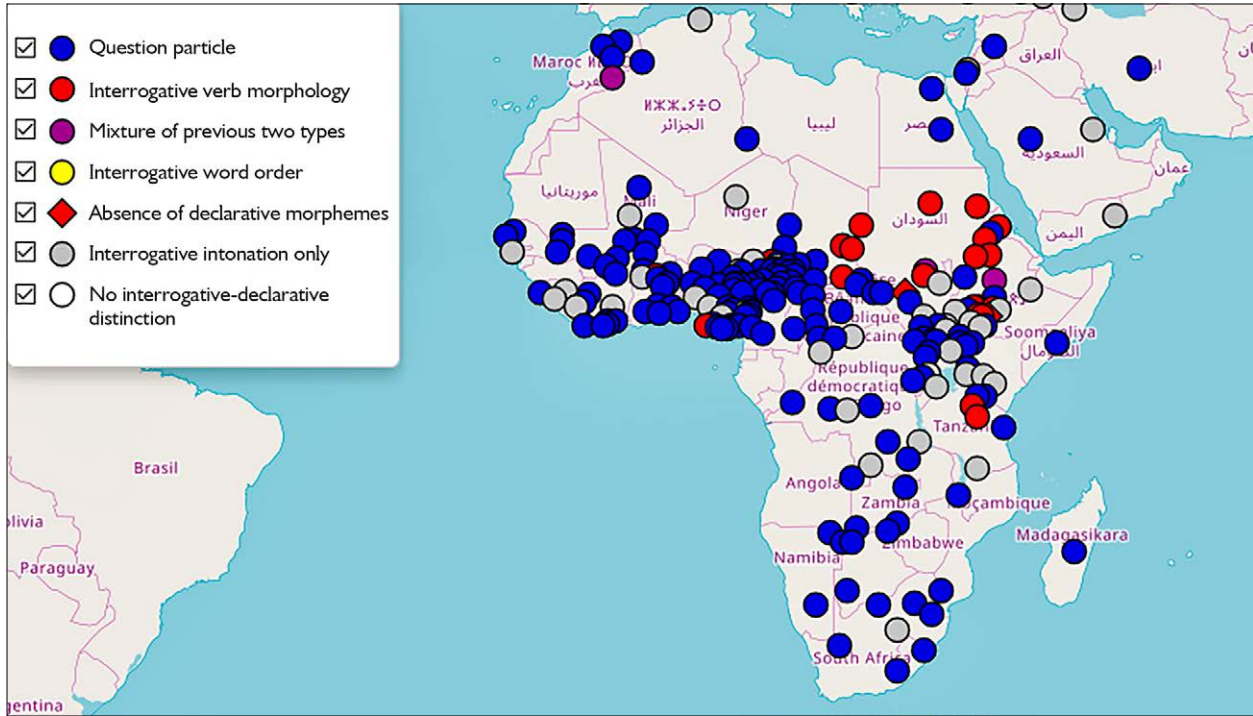


Figure 3. Polar questions in Africa. Source: Dryer and Haspelmath (2013).

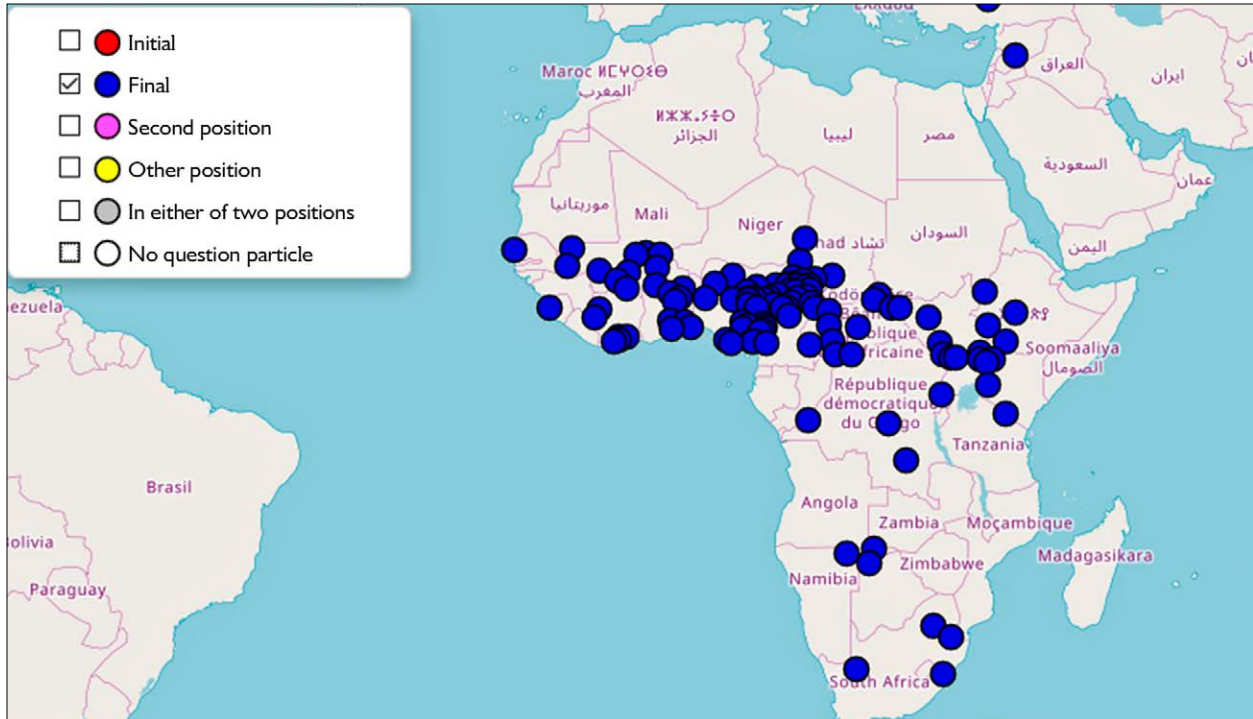


Figure 4. Final particles of polar questions. Source: Dryer and Haspelmath (2013).

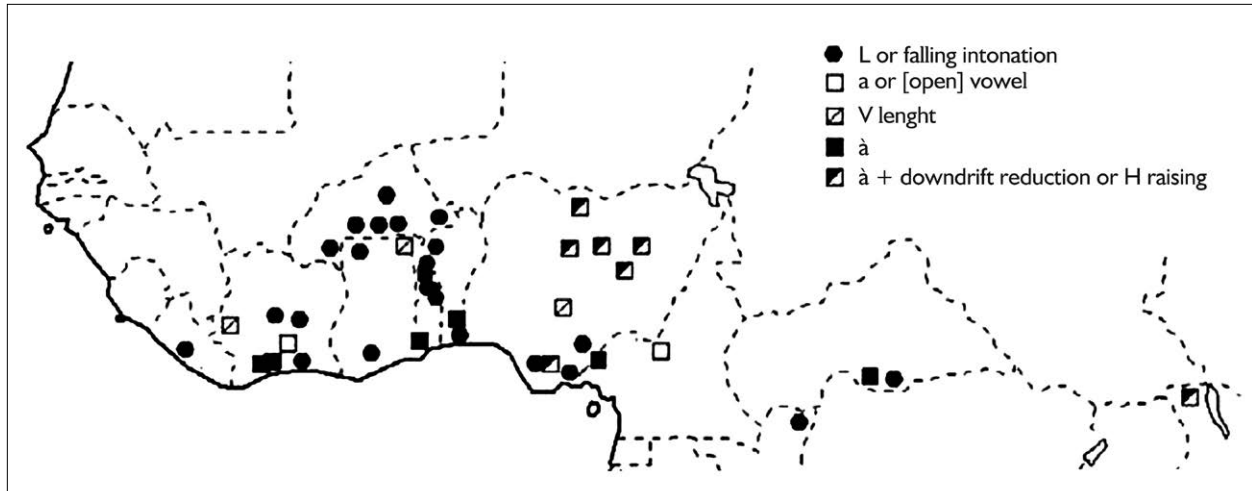


Figure 5. Distribution of 'lax' question prosody markers, which occur in 41 of a sample of 75 African languages for which relevant information was found. Source: Clements and Rialland (2007, p. 79, Map 3.7 in the original).

There seems to be a correlation between falling intonation and the low-tone marker [a] found in these languages and that found in FA and Lung'Ie. Again, these markers do not occur in any Bantu language in the database, although the authors claim this may occur because of the limited database and that these features might be present or even common in these languages as well (Clements; Rialland, 2007, p. 79).

In sum, we suggest that the interrogative particle *a* was already present in the Proto-Creole of the Gulf of Guinea with the same function, based on the reflexes found in FA, Lung'Ie and Santome, and that it is an areal feature from the Sudanic belt. In addition, the fact that these types of markers are only found in Africa evidences the influence of substrate languages in the Gulf of Guinea Creoles.

## FINAL REMARKS

The present work aimed to describe and discuss unpublished data of FA that contribute to studies on particles based on phonological and syntactic properties of polar questions. As expected, the heterogeneous behavior of this grammatical class is also manifested in FA. Nevertheless, we demonstrated that the occurrence of a final particle *a* in FA is one of the strategies for building polar interrogatives. Thus, the particle's phonetic form can be associated with prosodic and syntactic elements as well. Therefore, the manifestation of the particle occurs at the right edge of a sentence, and in the interaction between pitch-accent, stress, and intonation. Consequently, in relation to polar interrogatives, the data of FA point to an interface between the phonology, prosody, and syntax. Although predicted by Gordon (2014), FA has a pattern of pitch-accent interaction that was not previously documented. It is also noted that the particle *a* of these polar interrogatives may be related to the influence of the substrate of Niger-Congo languages, especially from the Sudanic belt, and it was probably present in the Proto-Creole of the Gulf of Guinea with the same function.

<sup>21</sup> "The cluster of properties just reviewed – open vowels, L tones, sentence-final falling intonation, and lengthening, often in combination – constitutes a syndrome of what might be called lax features, centering around a relaxation of the vocal cords inducing pitch lowering and the presence of low vowels, bearing intrinsically low phonetic pitch" (Clements; Rialland, 2007, p. 79).

## ACKNOWLEDGEMENTS

We thank the editors and two anonymous reviewers for comments that helped improve this paper. Professor Araujo thanks Brazilian National Council for Scientific and Technological Development (CNPq) for his research grant 310463/2016-5.

## ABREVIATIONS

|     |                               |
|-----|-------------------------------|
| 2sg | second person                 |
| COP | copula                        |
| Q   | interrogative sentence marker |

## REFERENCES

- AGOSTINHO, Ana Livia. **Fonologia do lung'le**. München: Lincom, 2016. (Lincom Studies in Pidgin and Creole Linguistics, 15).
- AGOSTINHO, Ana Livia. **Fonologia e método pedagógico do lung'le**. 2015. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- AGOSTINHO, Ana Livia; ARAUJO, Gabriel Antunes de; FREITAS, Shirley. Resolução de hiato externo em Principense. **PAPIA**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 295-305, jul./dez. 2012.
- ARAUJO, Gabriel Antunes de; AGOSTINHO, Ana Livia. Fa do Vesu: a language game of Fa d'Ambô. **PAPIA**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 265-281, jul./dez. 2014.
- ARAUJO, Gabriel Antunes de; SILVEIRA, Alfredo Christofoletti; AGOSTINHO, Ana Livia; MENEZES, Manuele Bandeira; FREITAS, Shirley. Fa d'Ambô: língua crioula de base portuguesa de Ano Bom. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 55, n. 2, p. 25-44, jul./dez. 2013.
- ARAUJO, Gabriel Antunes de; HAGEMELJER, Tjerk. **Dicionário livre santome/português**. São Paulo: Hedra, 2013.
- ARAUJO, Gabriel Antunes de. Consoantes com dupla articulação e onsets complexos nas línguas crioulas do Golfo da Guiné. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 316-325, jan./abr. 2011.
- BANDEIRA, Manuele; ARAUJO, Gabriel Antunes de; FINBOW Thomas. **Liquids in the Proto-Creole of the Gulf of Guinea and in its daughter languages**. 2019. Inédito.
- BANDEIRA, Manuele. **Reconstrução fonológica e lexical do protocrioulo do Golfo da Guiné**. 2017. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- BARRENA, Natalio. **Gramática annobonesa**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1957.
- BOLINGER, Dwight L. A theory of pitch accent in English. **Word**, Londres, v. 14, n. 2-3, p. 109-149, Aug./Dec. 1958. DOI: <https://doi.org/10.1080/00437956.1958.11659660>.
- BRAGA, Maria Luiza; KATO, Mary; MIOTO, Carlos. As construções-Q no português brasileiro falado. In: KATO, Mary; NASCIMENTO, Milton do (org.). **A construção da sentença**: gramática do português culto falado no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. v. II, p. 241-289.
- BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês; MATOS, Gabriela. Estrutura da frase simples e tipos de frases. In: MATEUS, Maria Helena Mira; BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês; FARIA, Isabel Hub; FROTA, Sônia; MATOS, Gabriela; OLIVEIRA, Fátima; VIGÁRIO, Marina; VILLALVA, Alina. **Gramática da língua portuguesa**. Lisboa: Editorial Caminho, 2003. p. 433-506.
- CALDEIRA, Arlindo. La leyenda de Lodã, o de cómo Rolando, compañero del emperador Carlomagno, defendió la isla de Annobón de una invasión terrible. **Oráfrica**, Providência, n. 6, p. 89-114, abr. 2010.
- CALDEIRA, Arlindo. Uma ilha quase desconhecida: notas para a história de Ano Bom. **Studia Africana**, Porto, n. 17, p. 99-109, 2006.

CALDEIRA, Arlindo. Rebelião e outras formas de resistência à escravidão nas ilhas do Golfo da Guiné (séculos XVI-XVIII). **Studia Africana**, Porto, n. 7, p. 101-136, 2004.

CHATELAIN, Héli. **Grammatica elementar do kimbundu ou Lingua de Angola**. Genebra: Typ. de Charles Schuchardt, 1888.

CLEMENTS, G. N.; RIALLAND, Annie. Africa as a phonological area. In: HEINE, Bernd; NUERSE, Derek (ed.). **A linguistic geography of Africa**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

DRYER, Matthew S.; HASPELMATH, Martin (ed.). **The World Atlas of Language Structures Online**. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology, 2013. Available at: <https://wals.info/feature/116A#3/4.21/-13.97>. Access on: 2019, July 27.

DRYER, Matthew S. Polar Questions. In: DRYER, Matthew S.; HASPELMATH, Martin (ed.). **The World Atlas of Language Structures Online**. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology, 2013a. Available at: <https://wals.info/chapter/92>. Access on: 2019, July 27.

DRYER, Matthew S. Position of Polar Question Particles. In: DRYER, Matthew S.; HASPELMATH, Martin (ed.). **The World Atlas of Language Structures Online**. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology, 2013b. Available at: <https://wals.info/chapter/92>. Access on: 2019, July 27.

FERRAZ, Luiz Ivens. **The Creole of S. Thomé**. Johannesburg: University of the Witwatersrand Press, 1979.

FERRAZ, Luiz Ivens. A linguistic appraisal of Angolar. In: IN MEMORIAM Antonio Jorge Dias. Lisbon: Instituto de Alta Cultura: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1974. v. 2, p. 117-186.

GARFIELD, Robert. **A history of São Tomé Island (1470-1655): the key to Guinea**. San Francisco: Mellen Research University Press, 1992.

GENUINO, Daniel. **Marco do Jauru**: arquivo, monumento e memória. Cáceres, MT: Clube dos Autores, 2018.

GORDON, Matthew. Disentangling stress and pitch-accent: a typology of prominence at different prosodic levels. In: Hulst, Harry van der (ed.). **Word Stress: theoretical and typological issues**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. p. 83-118.

GÜNTHER, Wilfried. **Das portugiesische Kreolisch der Ilha do Príncipe**. Marburg an der Lahn: Im Selbstverlag, 1973.

GUSSENHOVEN, Carlos. **The Phonology of Tone and Intonation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HAGEMEIJER, Tjerk. The Gulf of Guinea creoles: genetic and typological relations. **Journal of Pidgin and Creole Languages**, Amsterdam, v. 26, n. 1, p. 111-154, 2011.

HAGEMEIJER, Tjerk. Initial vowel agglutination in the Gulf of Guinea creoles. In: ABOH, Enoch O.; SMITH, Norval (ed.). **Complex processes in new languages**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2009. p. 29-50. (Creole Language Library, v. 35).

HAGEMEIJER, Tjerk. A negação nos crioulos do Golfo da Guiné: aspectos sincrónicos e diacrónicos. **Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana**, Madrid, v. 1, n. 2, p. 151-78, oct. 2003.

HULST, Harry van der (ed.). **Word Stress: theoretical and typological issues**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

MARTINS, Ana Maria. O sistema responsivo: padrões de respostas a interrogativas polares e a asserções. In: MARTINS, Ana Maria; CARRILHO, Ernestina (ed.). **Manual de linguística portuguesa**. Berlin: De Gruyter, 2016. p. 581-609.

MAURER, Philippe. **Principense**. Londres: Battlebridge Publications, 2009.

MAURER, Philippe. Tense-Aspect-Mood in Principense. In: SPEARS, Arthur K.; WINFORD, Donald (ed.). **The structure and status of pidgins and creoles**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1997. p. 415-435. (Creole Language Library, v. 19).

MAURER, Philippe. **L'angolar: un créole afro-portugais parlé à São Tomé: notes de grammaire, textes, vocabulaires**. Hamburg: Helmut Buske Verlag, 1995. (Kreolische Bibliothek, Bd. 16).

NATIONAL GEOGRAPHIC. **MapMarker Interactive**. 1996. Available at: <http://mapmaker.nationalgeographic.org/>. Access on: 2 nov. 2018.



NZWANGA, Mazemba A. **Beto Tuba Kikongo**: a multidimensional approach to the teaching and learning of Kikongo as a foreign language. Madison: National African Language Resource Center Press, 2007.

POST, Marike. Fa d'Ambo. In: MICHAELIS, Susanne Maria; MAURER, Philippe; HASPELMATH, Martin; HUBER, Magnus (ed.). **The survey of pidgin and Creoles language**: Portuguese-based, Spanish-based, and French-based Languages. Oxford: Oxford University Press, 2013. v. II, p. 81-89.

POST, Marike. Negation in Fa d'Ambô. In: DEGENHARDT, Ruth; STOLZ, Thomas; ULFERTS, Hella (ed.). **Afrolusitanistik – eine vergessene Disziplin in Deutschland?** Bremen: Universität Bremen, 1997. p. 292-316. (Bremer Beiträge zur Afro-Romania).

POST, Marike. Fa d'Ambu. In: ARENDS, Jacques; MUYSKEN, Pieter; SMITH, Norval (ed.). **Pidgins and Creoles**: an introduction. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1995. p. 191-204.

POST, Marike. The serial verb construction in Fa d'Ambu. In: D'Andrade, E.; KIHM, Alain (org.). **Actas do Colóquio sobre Crioulos de Base Lexical Portuguesa**. Lisboa: Colibri, 1992. p. 153-169. (Coleção Actas e Colóquios, v. 3).

RADFORD, Andrew. **Syntax**: a minimalist introduction. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

SCHUCHARDT, Hugo. Ueber das Negerportugiesische von Annobom. **Sitzungsberichte der kaiserlichen Akademie der Wissenschaften zu Wien**, [S. l.], v. 116, n. 1, p. 193-226, 1888. Sobre o português falado pelos negros de Ano Bom. Tradução Mario Eduardo Viaro, USP.

SEIBERT, Gerhard. Castaways, Autochthons, or Marrons? The debate on the Angolares of São Tomé Island. In: HAVIK, Philip J.; NEWITT, Malyn (ed.). **Creole societies in the Portuguese colonial empire**. Bristol: Bristol University Press, 2007. p. 82-101.

TENANI, Lucinai Ester. Acento e processos de sândi vocálico no Português. In: ARAÚJO, Gabriel Antunes de (org.). **O acento em Português**: abordagens fonológicas. São Paulo: Parábola, 2007. p. 135-156.

ZAMORA, Armando. **Gramática Descriptiva del Fá d'Ambô**. Guiné Equatorial: Ceiba Ediciones: Centros Culturales Españoles, 2010.

ZWICKY, Arnold M. Clitics and particles. **Language**, New York, v. 61, n. 2, p. 283-305, June 1985.